



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE  
CENTRO DE HUMANIDADES  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

**SÉRGIO ROBERTO MORAES CORRÊA**

**AS LUTAS E RESISTÊNCIAS DO MOVIMENTO XINGU VIVO PARA SEMPRE  
DIANTE DO PROJETO HIDRELÉTRICO BELO MONTE: o padrão de  
desenvolvimento da Amazônia em disputa**

**CAMPINA GRANDE-PB  
JULHO-2014**

SÉRGIO ROBERTO MORAES CORRÊA

AS LUTAS E RESISTÊNCIAS DO MOVIMENTO XINGU VIVO PARA SEMPRE  
DIANTE DO PROJETO HIDRELÉTRICO BELO MONTE: o padrão de desenvolvimento da  
Amazônia em disputa

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais da Universidade Federal de Campina Grande (PPGCS-UFCG) como requisito para a obtenção do Título de Doutor em Ciências Sociais sob a orientação do Professor Doutor Roberto Vêras de Oliveira.

CAMPINA GRANDE-PB  
JULHO-2014

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL DA UFCG

- C8241 Corrêa, Sérgio Roberto Moraes.  
As lutas e resistências do Movimento Xingu Vivo Para Sempre diante do Projeto Hidrelétrico Belo Monte / Sérgio Roberto Moraes Corrêa. – Campina Grande, 2014.  
506 f.: il. color.
- Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Humanidades, 2014.
- "Orientação: Prof. Dr. Roberto Vêras de Oliveira".  
Referências.
1. Luta – Resistência - Sociologia. 2. Neodesenvolvimentismo.
  3. Aproveitamento Hidrelétrico. 4. Movimento Xingu Vivo Para Sempre.
  5. Hidrelétrica Belo Monte. I. Oliveira, Roberto Vêras de. II. Título.

CDU 316.48(043)

SÉRGIO ROBERTO MORAES CORRÊA

AS LUTAS E RESISTÊNCIAS DO MOVIMENTO XINGU VIVO PARA SEMPRE  
DIANTE DO PROJETO HIDRELÉTRICO BELO MONTE: o padrão de desenvolvimento da  
Amazônia em disputa

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais da Universidade Federal de Campina Grande (PPGCS-UFCG) como requisito para a obtenção do Título de Doutor em Ciências Sociais sob a orientação do Professor Doutor Roberto Vêras de Oliveira.

A referida Tese de Doutorado foi aprovada, em 30 de julho de 2014, pela Banca Examinadora composta pelos seguintes membros:

---

Prof.<sup>o</sup> Dr. Roberto Vêras de Oliveira – (PPGCS-UFCG)  
(Orientador)

---

Prof.<sup>o</sup> Dr. Gonzalo Rojas – (PPGCS-UFCG)  
(Examinador Interno)

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Marilda Aparecida de Menezes – (PPGCS-UFCG)  
(Examinadora Interna)

---

Prof.<sup>o</sup> Dr. José Henrique Artigas de Godoy – (PPGS-UFPB)  
(Examinador Externo)

---

Prof.<sup>o</sup> Dr. José Ricardo Ramalho – (IFCS-UFRJ)  
(Examinador Externo)

---

Prof.<sup>o</sup> Dr. Saint-Clair Trindade Júnior – (NAEA-UFPA)  
(Examinador Externo)

CAMPINA GRANDE-PB  
JULHO-2014

Em memória de meu pai, Mestre “Vádico”.

A minha amada mãe e família.

À Nenê, minha amiga e companheira.

## AGRADECIMENTOS

Ao Professor Doutor Roberto Vêras de Oliveira, agradeço pela maestria com que conduziu a orientação dessa pesquisa doutoral, primando tanto pela exigência do rigor teórico-metodológico na elaboração do pensamento e produção do conhecimento, quanto pelo diálogo e generosidade humana.

Ao Professor Doutor Gonzalo Rojas, agradeço pela disponibilidade ao diálogo, pela interlocução crítica e pela contribuição na tessitura desta tese, que já vem se dando desde o Seminário de Tese.

Ao Professor Doutor José Henrique Artigas de Godoy, agradeço pelo aceite em participar da avaliação final desse trabalho de tese e pela sua contribuição desde a qualificação desta tese.

Ao Professor Doutor José Ricardo Ramalho do PPGSA-UFRJ, meus agradecimentos pela disposição e diálogo, mesmo em situação tão adversa.

Ao Professor Doutor Saint-Clair Trindade Júnior, agradeço pela disponibilidade e aceite em participar da banca examinadora deste trabalho de tese.

À Professora Doutora Marilda Aparecida de Menezes, agradeço pela disponibilidade e aceite em participar da banca examinadora deste trabalho de tese.

Ao Corpo Docente do PPGCS-UFCG, agradeço pela desafiante e instigante tarefa acadêmica em contribuir com a nossa formação na pós-graduação.

À Coordenação e Secretaria do PPGCS-UFCG, manifesto meu agradecimento pela oportunidade e apoio para a realização desta pesquisa doutoral.

Ao Grupo de Pesquisa “Trabalho, Desenvolvimento e Políticas Públicas” do PPGCS-UFCG, coordenado à época pelo Prof. Roberto Verás de Oliveira, agradeço pela acolhida e pela instigação e inquietação a aprofundar e renovar pensamento sobre a realidade brasileira.

À Turma de Mestrado-Doutorado 1-2010 do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, meu agradecimento pelo apoio e aprendizado.

Ao Projeto de Cooperação Acadêmica – PROCAD (PPGCS-UFCG e PPGSA-UFRJ), manifesto meu agradecimento por ter me oportunizado realizar estágio doutoral e vivenciar uma relevante experiência acadêmica no Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IFCS-UFRJ).

Aos Professores Doutores, André Botelho e Bernardo Ricupero, que ministraram a Disciplina de Pensamento Social e Político Brasileiro do PPGSA-UFRJ, meus agradecimentos pela acolhida, instigante reflexão, diálogo e orientação.

Aos Professores Doutores do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais em Desenvolvimento e Agricultura da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (CPDA-UFRRJ), Leonilde Medeiros, Nelson Delgado e Renato Maluf, meus agradecimentos pela acolhida, instigante reflexão, diálogo e orientação.

À Universidade do Estado do Pará (UEPA), agradeço pela liberação e apoio para realizar o doutoramento no PPGCS-UFCG.

À Professora Zelina Negrão, agradeço pela compreensão, apoio e gesto generoso em fazer a revisão do referido texto de tese.

Aos Movimentos e Organizações sociais e Instituições de Pesquisa que contribuíram com o desenvolvimento desta pesquisa, meu agradecimento.

*Chegou um tempo em que não adianta morrer.  
Chegou um tempo em que a vida é uma ordem.  
A vida apenas, sem mistificação.*

**(Carlos Drummond de Andrade – Trecho do poema “Os ombros suportam o mundo”).**

## RESUMO

Esta pesquisa analisa as lutas e resistências do Movimento Xingu Vivo Para Sempre (MXVPS) frente ao padrão de desenvolvimento dominante para a Amazônia, focando nos conflitos socioambientais em torno do Projeto de Aproveitamento Hidrelétrico Belo Monte (AHEBM), localizado no sudoeste do Estado do Pará. Para tanto, tomou como base a seguinte questão: as lutas e resistências do MXVPS frente a esse empreendimento hidrelétrico possibilitam identificar projetos de desenvolvimento que se colocam em perspectiva alternativa à hegemônica? Com isso, buscou identificar e analisar em que medida essas lutas e resistências do Movimento sinalizam com uma perspectiva contra-hegemônica. As noções de hegemonia e contra-hegemonia, baseadas em Boaventura de Sousa Santos, lastrearam a perspectiva crítica de análise. Com foco numa abordagem qualitativa, as estratégias metodológicas combinaram pesquisa bibliográfica, documental e de campo, neste caso com ênfase em observação participante e entrevistas semiestruturadas e em profundidade, dando relevo à história oral. Como resultado, foi possível identificar que o AHEBM é a expressão, por meio do PAC, da expansão da *fronteira hidrelétrica* no movimento de territorialização da dinâmica de acumulação do capital sobre a Amazônia sob forte influência do Estado, em parceria com grandes grupos econômicos, usando de violência institucional e simbólica para levar a cabo seu modelo neodesenvolvimentista. Dessa expansão da fronteira, vem ocorrendo um processo de desterritorialização na Região, o qual se expressa na expropriação, desintegração e precarização dos modos de vida de povos e comunidades tradicionais e camponesas, violando seus direitos fundamentais e pondo sob risco sua proteção física e social, além de comprometer o equilíbrio do ecossistema e do bioma amazônico. Isso caracteriza um processo, além de capitalista, colonialista. Essa expansão da fronteira hidrelétrica, todavia, não vem se dando sem contradições e conflitos, sem lutas e resistências a esse modelo. Seguindo essas pistas e esses sinais de contradições e conflitos, foi possível, também, capturar dinâmicas não hegemônicas (experiências e perspectivas sociais), a partir das resistências e das lutas do MXVPS, que se dão nesse *brasil profundo* e que ajudam a revelar outras imagens, representações e experiências da Amazônia, do Brasil e do Mundo.

**Palavras-Chave:** Neodesenvolvimentismo. Amazônia. Aproveitamento Hidrelétrico Belo Monte. Movimento Xingu Vivo Para Sempre. Luta e Resistência. Hegemonia e Contra-Hegemonia.



## ABSTRACT

This research analyzes the struggles and resistance of the Xingu Alive Forever Movement (MXVPS) against the dominant pattern of development for the Amazon, focusing on environmental conflicts around the Project Belo Monte Hydroelectric (AHEBM), located in the southwest of Pará. To do so, was based on the following question: the MXVPS's struggles and resistances against this hydroelectric project possible to identify development projects that arise as an alternative to hegemonic perspective? Thus, we sought to identify and analyze the extent to which these struggles and resistances of this Movement signal with a counter-hegemonic perspective. The concepts of hegemony and counter-hegemony, based on Boaventura de Sousa Santos, backed the critical analysis perspective. Focusing on a qualitative approach, the methodological strategies combined bibliographic, documental and empirical research, in this case with emphasis on participant observation and semi-structures interviews and in-depth, giving emphasis to oral history. As a result, we found that the AHEBM is the expression, through the PAC, the expansion of hydroelectric border movement of territorialization in the dynamics of capital accumulation on the Amazon under the strong influence of the state, in partnership with major economic groups, using institutional and symbolic violence to conduct your neo-desenvolvimentista model. This expansion of the border, there has been a process of deterritorialization in the region, which is expressed in the expropriation, disintegration and insecurity of livelihoods and traditional peoples and peasant communities, violating their fundamental rights and putting at risk their physical and social protection, besides disturbing the balance of the ecosystem and the Amazon biome. This characterizes a process, as capitalist and colonialist. This expansion of hydroelectric border, however, does not come without giving contradictions and conflicts, struggles and resistance to this model. Following these lanes and signs of these contradictions and conflicts, it was also possible to capture non-hegemonic dynamics (social experiences and perspectives), as of resistances and struggles of MXVPS that occur deep in Brazil and help reveal more images, representations and experiences of the Amazon, Brazil and the world.

**Keywords:** Neo-developmentism. Amazon. Belo Monte Hydroelectric Power. Xingu Alive Forever Movement. Struggle and Resistance. Hegemony and Counter-Hegemony.

## RÉSUMÉ

Cette recherche analyse les luttes et les résistances du Mouvement Xingu Vivant Pour Toujours face au modèle de développement dominant pour l'Amazonie, mettant le focus sur les conflits socio-environnementaux issus du Projet de Barrage Hydroélectrique de Belo Monte (PBHBM), situé dans le sud-ouest du Para. Pour ce faire, a été pris comme point de départ, la question suivante: les luttes et les résistances du Mouvement Xingu Vivant Pour Toujours face à cette entreprise hydroélectrique permettent-elles d'identifier des projets de développement qui sont mis en perspective alternative à l'hégémonie? On a donc cherché à identifier et analyser dans quelle mesure ces luttes et ces résistances du Mouvement signalent-elles une perspective contre-hégémonique. Les concepts d'hégémonie et contre-hégémonie, sous-tendus par Boaventura de Sousa Santos, ont mené à la consolidation de l'approche critique de l'analyse. Ciblante l'approche qualitative, les stratégies méthodologiques ont rassemblé la recherche bibliographique, documentaire et de terrain, dans ce cas, en soulignant l'observation participante et des interviews semi-structurées et en profondeur, mettant en relief l'histoire orale. Comme résultat, il a été possible d'identifier que le PBHBM est l'expression, par le biais du PAC, de l'expansion de la *frontière hydroélectrique* dans le mouvement de territorialisation de la dynamique d'accumulation de capital sur l'Amazonie sous forte influence de l'État, en partenariat avec de grands groupes économiques, faisant appel à la violence institutionnelle et symbolique dans le dessein de réussir son modèle (néo) développementiste. De cette expansion frontalière s'est mis en place un processus de déterritorialisation dans la région qui s'exprime dans l'expropriation, la désintégration et la précarisation des us et coutumes des peuples et communautés traditionnelles et paysannes, en violant leurs droits fondamentaux et mettant en risque leur protection physique et sociale, en plus de compromettre l'équilibre de l'écosystème et du biome amazonien. Cela caractérise un processus non seulement capitaliste mais également colonial. Cette expansion de la frontière hydroélectrique toutefois, n'a pas lieu sans contradictions et sans conflits, sans luttes et résistances à ce modèle. Parcourant ces pistes et ces signes de contradictions et de conflits, il a été possible aussi de capter des dynamiques contre-hégémoniques (expériences et perspectives sociales), à partir des résistances et des luttes du Mouvement Xingu Vivant Pour Toujours, qui ont lieu dans ce *Brésil profond* qui aident à mettre à jour d'autres images, d'autres représentations et expériences de l'Amazonie, du Brésil et du monde.

**Mots-clés:** (Néo) développement. Amazonie. Aménagement Hydroélectrique Belo Monte. Mouvement Xingu Vivant Pour Toujours. Lutte et Résistance. Hégémonie et contre-Hégémonie.

## LISTA DE SIGLAS

**ACP:** Ação Civil Pública.

**AHEBM-** Aproveitamento Hidrelétrico de Belo Monte.

**AMCSA:** Associação dos Moradores da Comunidade Santo Antônio.

**ANEEL:** Agência Nacional de Energia Elétrica.

**BNDES:** Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social.

**CCBM:** Consórcio Construtor Belo Monte.

**CEBs:** Comunidades Eclesiais de Base.

**CEPAL:** Comissão Econômica para América Latina e Caribe.

**CIMI:** Conselho Indigenista Missionário.

**CNPE:** Conselho Nacional de Política Energética.

**COIAB:** Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira.

**CMXV:** Comitê Metropolitano Xingu Vivo.

**CPT:** Comissão Pastoral da Terra.

**Eco-92:** Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento.

**EIA-Rima:** Estudo de Impacto Ambiental/Relatório de Impacto Ambiental.

**ELETOBRAS:** Centrais Elétricas do Brasil S/A.

**ELETRONORTE:** Centrais Elétricas do Norte do Brasil S/A.

**ENIDs:** Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento.

**EPE:** Empresa de Pesquisa Energética.

**FAOR:** Fórum Amazônia Oriental.

**FASE:** Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional.

**FORT-Xingu:** Fórum Regional de Desenvolvimento Econômico e Socioambiental da Transamazônica e Xingu.

**FUNAI:** Fundação Nacional de Assistência ao Índio.

**FVPP:** Fundação Viver Produzir e Preservar.

**IAMAS:** Instituto Amazônia Solidaria e Sustentável.

**IBAMA:** Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis.

**IBGE:** Instituto Brasileiro de Geografia Estatística.

**IIRSA:** Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana.

**INCRA:** Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.

**IPCC:** Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas.

**IPEA:** Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.

**IRD:** International Rivers Network.

**ISA:** Instituto Socioambiental.

**MAB** – Movimento dos Atingidos por Barragem.

**MDTX:** Movimento Pelo Desenvolvimento da Transamazônica e Xingu.

**MMA:** Ministério do Meio Ambiente.

**MMCC/Altamira:** Movimento de Mulheres do Campo e da Cidade/Altamira.

**MMCC/PA:** Movimento de Mulheres do Campo e da Cidade/Pará.

**MME** – Ministério de Minas e Energia.

**MPF:** Ministério Público Federal.

**MPST:** Movimento pela Sobrevivência da Transamazônica.

**MST:** Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

**MXVPS** – Movimento Xingu Vivo Para Sempre.

**NESA:** Norte Energia S/A.

**OIT:** Organização Internacional do Trabalho.

**ONU:** Organização das Nações Unidas.

**PAC:** Programa de Aceleração do Crescimento.

**PAS:** Programa Amazônia Sustentável.

**PCB:** Partido Comunista Brasileiro.

**PDE:** Plano Decenal de Energia.

**PGC:** Programa Grande Carajás.

**PIN:** Programa de Integração Nacional.

**PNAD:** Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios.

**POLAMAZÔNIA:** Programa de Pólos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia.

**PPA:** Plano Plurianual.

**PRDA:** Plano Regional de Desenvolvimento da Amazônia.

**PT:** Partido dos Trabalhadores.

**SDDH:** Sociedade Paraense em Defesa dos Direitos Humanos.

**SPVEA:** Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia.

**STR:** Sindicato dos Trabalhadores Rurais.

**SUDAM:** Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia.

**TD:** Teoria da Dependência.

**UDR:** União Democrática Ruralista.

**UFPA:** Universidade Federal do Pará.

**UHE:** Usina Hidrelétrica.

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - PAC II - Previsão Preliminar de Investimento (em R\$ bilhões).....	155
Quadro 2 - PAC II- Investimento em Energia (em R\$ bilhões).....	156
Quadro 3 - PAC II- Investimento em Transportes (em R\$ bilhões).....	156
Quadro 4 - PAC II- Água e Luz para Todos (em R\$ bilhões).....	156
Quadro 5 - PAC II - Pará – Investimento (em R\$ Bilhões).....	157
Quadro 6 - Capacidade Instalada por Região no Brasil (em MW) – 2012.....	205
Quadro 7 - Consumo de energia elétrica no Brasil por Classe-2012 (GW/H).....	208
Quadro 8 - As Dez Maiores Usinas em Operação, Região/Potencia (GW/H).....	216
Quadro 9 - A Corrida por Megawatts: 30 hidrelétricas na Amazônia Legal.....	222
Quadro 10 - Hidrelétricas na Amazônia.....	224
Quadro 11 - UHEs Planejadas no PDE 2011-2020 na Amazônia Legal.....	225
Quadro 12 - Prelazia do Xingu/CEBs e Organização Social e política.....	364
Quadro 13 - Quadro de composição I do MXVPS.....	402
Quadro 14 - Quadro de composição II do MXVPS.....	403

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Amazônia legal.....	153
Figura 2 - Pan-Amazônia.....	165
Figura 3 - Projetos estratégicos da IIRSA Pan-Amazônia .....	168
Figura 4 - Projetos estratégicos da IIRSA Pan-Amazônia .....	168
Figura 5 - Matriz Energética 2011.....	202
Figura 6 - Matriz Energética 2020.....	202
Figura 7 - Matriz Energética Elétrica 2005 .....	203
Figura 8 - Geração hidrelétrica por região no mundo (1980-2010) .....	204
Figura 9 - Capacidade instalada de geração elétrica por tipo de usina (2008-2012).....	205
Figura 10 - Geração Elétrica por Energético no Brasil - 2013 .....	206
Figura 11 - Oferta Interna de Energia Elétrica por Fonte – 2012.....	206
Figura 12 - Intercâmbios entre subsistemas do Sistema Interligado Nacional (2012).....	207
Figura 13 - Consumo Industrial de Energia Elétrica no Brasil (2012).....	208
Figura 14 - Consumo Comercial de Energia Elétrica no Brasil (2012).....	209
Figura 15 - Consumo Industrial de Energia por região (2012).....	209
Figura 16 - Consumo Comercial de Energia na região Norte (2012).....	209
Figura 17 - PAC II Energia: 3 Bacias Hidrográficas.....	220
Figura 18 - Potencial Hidrelétrico da Pan-Amazônia.....	233
Figura 19 - Indústria Mineral na Pan-Amazônia.....	233
Figura 20 - Bacia Hidrográfica do Xingu.....	238
Figura 21 - Bacia Fluvial do Xingu: Hidrelétricas Projetadas e Terras Indígenas .....	242
Figura 22- Projeto Belo Monte.....	247
Figura 23 - Projeto Anterior I (Kararaô) .....	259
Figura 24 - Projeto Reformulado II (Belo Monte) .....	259
Figura 25 - UHE Belo Monte: Municípios do entorno.....	267
Figura 26 - Projeto com dois canais e vertedouro complementar .....	270

Figura 27 - Projeto com um canal e sem vertedouro complementar .....	270
Figura 28 - Projeto Belo Monte (atual) .....	271
Figura 29 - Manifestação em Brasília (2013).....	315
Figura 30 - Manifestação em Brasília (2013).....	315
Figura 31 - I Encontro dos Povos Indígenas no Xingu (1989).....	368
Figura 32 - I Encontro dos Povos Indígenas no Xingu (1989).....	369
Figura 33 - Encontro dos Povos da Amazônia: Xingu + 23 (2012) .....	444
Figura 34 - Encontro dos Povos da Amazônia: Xingu + 23 (2012) .....	445
Figura 35 - Encontro dos Povos da Amazônia: Xingu + 23 (2012) .....	445
Figura 36 - Encontro dos Povos da Amazônia: Xingu + 23 (2012) .....	446
Figura 37 - Encontro dos Povos da Amazônia: Xingu + 23 (2012) .....	446
Figura 38 - Ocupação do Canteiro Belo Monte (2012).....	448
Figura 39 - Ocupação do Canteiro Belo Monte (2012).....	448
Figura 40 - Ocupação do Canteiro Belo Monte (2012).....	449
Figura 41 - Ocupação do Canteiro Belo Monte (2012).....	449
Figura 42 - Ocupação do Canteiro Belo Monte (2012).....	449
Figura 43 - Ocupação do Canteiro Belo Monte (2012).....	450
Figura 44 - Ocupação do Canteiro Belo Monte (2012).....	451
Figura 45 - Ocupação do Canteiro Belo Monte (2012).....	451
Figura 46 - Ocupação do Canteiro Belo Monte (2012).....	452
Figura 47 - Ocupação do Canteiro Belo Monte (2012).....	452
Figura 48 - Protesto em frente à Empresa Norte Energia (Altamira-PA) (2012).....	453
Figura 49 - Protesto em frente à Empresa Norte Energia (Altamira-PA) (2012).....	453
Figura 50 - Ocupação do Canteiro Belo Monte pelos Pescadores (2012).....	456
Figura 51 - Ocupação do Canteiro Belo Monte por Indígenas e Pescadores (2013).....	461
Figura 52 – Ocupação do canteiro Belo Monte por Indígenas e Pescadores (2013).....	464

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	17
APRESENTAÇÃO DA PROBLEMÁTICA DA PESQUISA .....	17
SOBRE OS CONCEITOS DE <i>HEGEMONIA</i> E <i>CONTRA-HEGEMONIA</i> COMO FUNDAMENTOS DESTE ESTUDO .....	24
OBJETIVOS .....	34
PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS .....	35
ENUNCIÇÃO DOS CAPÍTULOS .....	42
<b>1 QUESTÕES HISTÓRICAS E ATUAIS DO DEBATE SOBRE O TEMA DO DESENVOLVIMENTO NO BRASIL</b> .....	45
1.1 O DESENVOLVIMENTISMO E SUA CRÍTICA .....	45
1.2 PROCESSOS DE GLOBALIZAÇÃO E REDEFINIÇÕES EPISTEMOLÓGICAS .....	65
1.3 QUESTÃO AMBIENTAL E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: SINAIS DE INFLEXÃO NO DEBATE DO DESENVOLVIMENTO? .....	75
1.4 O “RETORNO” DO DESENVOLVIMENTISMO: UM <i>FRONT</i> DE POSIÇÕES EM DISPUTA .....	95
1.5 PARA ALÉM DA IDEIA DE DESENVOLVIMENTO: A <i>AUTODETERMINAÇÃO</i> .....	108
1.6 O CONCEITO DE <i>TERRITÓRIO</i> : ESCAVANDO PISTAS .....	115
<b>2 O LUGAR DA FRONTEIRA AMAZÔNICA BRASILEIRA NA AGENDA NEODESENVOLVIMENTISTA</b> .....	122
2.1 A QUESTÃO <i>AMAZÔNICA</i> COMO QUESTÃO DE DESENVOLVIMENTO .....	123
2.2 AGENDA LIBERALIZANTE E REFORMA DO ESTADO BRASILEIRO: A EXPANSÃO DA <i>FRONTEIRA AMAZÔNICA</i> EM TEMPOS DE GLOBALIZAÇÃO .....	135
2.3 A <i>FRONTEIRA AMAZÔNICA</i> E SEU LUGAR NA AGENDA NEODESENVOLVIMENTISTA .....	145
2.4 PROBLEMATIZAÇÕES A PARTIR DE UMA PERSPECTIVA CONTRA-HEGEMÔNICA .....	175
<b>3 A MATRIZ ENERGÉTICA ELÉTRICA BRASILEIRA, O AVANÇO DA FRONTEIRA HIDRELÉTRICA E O PROJETO BELO MONTE</b> .....	192
3.1 MATRIZ ENERGÉTICA ELÉTRICA EM CONSTRUÇÃO NO BRASIL: PADRÕES HISTÓRICOS E TENDÊNCIAS ATUAIS .....	193



3.2 A AMAZÔNIA E OS GRANDES PROJETOS HIDRELÉTRICOS: A EXPANSÃO DA FRONTEIRA HIDRELÉTRICA .....	215
3.3 DE KARARAÔ AO AHE BELO MONTE.....	237
3.4 BELO MONTE COMO MARCA DA EXPANSÃO DA <i>FRONTEIRA HIDRELÉTRICA</i> : O “FOGO AMIGO” E O ANÚNCIO DE NOVA BATALHA.....	249
<b>4 BELO MONTE: ARGUMENTOS EM DISPUTA.....</b>	<b>258</b>
4.1 AS JUSTIFICATIVAS CONSTRUÍDAS EM FAVOR DO AVANÇO DA FRONTEIRA HIDRELÉTRICA NO XINGU .....	259
4.2 AS CRÍTICAS DOS ESPECIALISTAS: AMBIENTAL, SOCIAL E ECONÔMICA.....	265
4.3 O DEBATE SOBRE BELO MONTE EXPRESSO NA MÍDIA .....	278
4.4 O CAMPO DAS AUDIÊNCIAS: OUTRO MOMENTO E LUGAR DE DISPUTAS.....	285
4.5 OS MOVIMENTOS SOCIAIS: ANTECEDENTES E POSICIONAMENTOS ESTRATÉGICOS.....	292
4.6 OS MOVIMENTOS SOCIAIS COMO LUGAR DA CRÍTICA AO PROJETO BELO MONTE: QUADRO INICIAL .....	326
<b>5 MOVIMENTO XINGU VIVO PARA SEMPRE: O QUE SUAS LUTAS E RESISTÊNCIAS TÊM A REVELAR? .....</b>	<b>344</b>
5.1 BASES HISTÓRICAS DA CONSTITUIÇÃO DO MOVIMENTO XINGU VIVO PARA SEMPRE .....	345
5.2 A RESISTÊNCIA INDÍGENA DO XINGU E A RECONFIGURAÇÃO DOS CONFLITOS SOCIAIS NA REGIÃO .....	365
5.3 O MOVIMENTO XINGU VIVO PARA SEMPRE: A BUSCA DA UNIDADE .....	386
5.4 AS FORMAS DE ATUAÇÃO DO MXVPS .....	399
5.5 A FRATURA DA UNIDADE E A IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO BELO MONTE .....	422
5.6 O MXVPS REFAZ O CAMINHO DA RESISTÊNCIA: DESAFIOS E PERSPECTIVAS.....	440
<b>À GUIA DE CONCLUSÃO - UMA PERSPECTIVA CONTRA-HEGEMÔNICA EM CONSTRUÇÃO?.....</b>	<b>471</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>479</b>
<b>ANEXOS.....</b>	<b>506</b>

## INTRODUÇÃO

*Para combater o desperdício da experiência social, não basta propor um outro tipo de ciência social. Mais do que isso, é necessário propor um modelo diferente de racionalidade.*

**(Boaventura Santos, 2006)**

### APRESENTAÇÃO DA PROBLEMÁTICA DA PESQUISA

Esta tese tem como propósito principal analisar as lutas e as resistências do Movimento Xingu Vivo Para Sempre (MXVPS), frente ao projeto de Aproveitamento Hidrelétrico Belo Monte, e em que medida elas possibilitam identificar projetos de desenvolvimento que se colocam numa perspectiva contra-hegemônica à vigente. Para isso, tomamos como fio condutor a seguinte questão: as lutas e as resistências sociais desse Movimento contra Belo Monte possibilitam identificar projetos de desenvolvimento que se colocam numa perspectiva alternativa à vigente?

No último decênio do século XX, já era possível diagnosticar, de modo mundializado, sinais concretos de crise do pensamento e do receituário neoliberal, assinalando suas consequências sociais, políticas, econômicas, culturais e ambientais para a humanidade e a natureza (SADER; GENTILI, 1995; SADER *et al.*, 1999; HARVEY, 2006; SANTOS, 2002; PORTO-GONÇALVES, 2004). As consequências dessa agenda, contudo, ainda não foram superadas e demonstram sua dimensão e impacto, haja vista o quadro social de desigualdade e exclusão, de precarização do trabalho, de desmonte e esgarçamento institucional da democracia e da república em diversos países e continentes, robustecendo tanto a desigualdade entre nações quanto entre classes e grupos sociais, interna e externamente, além de intensificar o alerta sobre a crise ambiental no sistema global.

O continente latino-americano, em particular a realidade brasileira analisada aqui, embora não tenha experimentado o modelo de bem-estar europeu após a Segunda Guerra Mundial, foi impactado profundamente por essa onda liberalizante, produzindo um processo de racionalização e de *modernização conservadora* (VIANNA, 2006), contraditória e avessa às instituições democráticas e à inclusão social, assumindo uma faceta de *Contra-Reforma* (COUTINHO, 2006a; 2008) ou mesmo de um “Ornitorrinco” nos termos de Oliveira (2003b), desfigurando e fragilizando o pouco de democracia, de instituições republicanas e de desenvolvimento construídos no século XX.

Paradoxalmente, se um dos objetivos do ideário neoclássico liberal era colocar em xeque tanto o paradigma *keynesiano* do Estado de bem-estar social, bem como o do

*Marxismo*, isso parece tender em sentido contrário, haja vista a retomada dessas matrizes teóricas para interpretar a sociedade contemporânea e sugerir políticas e medidas para enfrentar a vigente crise do capitalismo do século XXI. Cabe frisar, todavia, que essa crise do ideário neoliberal não vem correspondendo, segundo Oliveira (2007) e Santos (2012c), nem ao seu fim, nem à construção sólida de caminhos alternativos a ele, o que parece evidenciar, também, uma crise de alternativas no pensamento crítico e no campo de esquerda, exigindo uma reinvenção e um revigoramento do pensar crítico, da sociedade civil e do Estado em busca da reinvenção da hegemonia e da emancipação social (SANTOS, 2003a; 2006).

Nesse cenário, o continente latino-americano, em especial o Brasil, emerge mais uma vez como um *locus* por excelência para se interpretar os sentidos do desenvolvimento do capitalismo e as experiências de resistência a ele, pois se os centros dominantes do capitalismo, sobretudo o continente europeu, encontram-se em crise econômica, social e política, parte desse continente latino-americano, há uma década sob a gerência de governos denominados “progressistas de esquerda”, vem apresentando sinais diferentes que exigem reflexão: reposição e redefinição do papel do Estado na economia e do tema do desenvolvimento como estratégia nacional em sua agenda; crescimento econômico; geração de emprego e renda; distribuição de renda, aumento do mercado e do consumo internos entre as classes populares e redução da miséria e da pobreza, maior integração do Cone Sul.

Em 2003, o Partido dos Trabalhadores (PT), compondo um arco de alianças bastante amplo e contraditório, ocupa o governo federal, apresentando fortes sinais de continuidade com a agenda anterior (OLIVEIRA, 2007, 2010; COUTINHO, 2006b; 2010). Se a primeira gestão do presidente Luis Inácio Lula da Silva foi marcada, eminentemente, por grande continuidade em relação à política macroeconômica de seu antecessor (monetarismo, austeridade fiscal e subserviência ao capital financeiro), restringindo e frustrando o que poderia emergir de novo e de mudança estruturante; o segundo mandato, contudo, conforme outros analistas (BOSCHI; GAITÁN, 2008; DINIZ, 2010; DRAIBE; RIESCO, 2011; SADER; GARCIA, 2010; POCHMANN, 2012; SINGER, 2012; SADER, 2013), apontou algumas discontinuidades: forte investimento em infraestrutura, geração de emprego formal, crescimento econômico, distribuição de renda e combate à pobreza, acesso e incentivo ao crédito, ampliação do mercado e do consumo internos e projeção internacional como liderança, em particular na América do Sul.

Nesse quadro, como se percebe, a emergência da “agenda progressista” invoca nuances históricas de discontinuidades e uma renovação do discurso político, fundado e balizado pelo desenvolvimento, identificado por certos intelectuais como um caminho *pós-*

*neoliberal* em construção (DINIZ, 2011; SADER, 2013), de inflexão, e de resistência à agenda liberalizante, o qual vem reascendendo o debate acadêmico sobre o “retorno desenvolvimentista”, sob a marca do *novo desenvolvimentismo* ou do *neodesenvolvimentismo*. Nesse horizonte, o Brasil redefine sua política externa, buscando uma maior aproximação comercial com o Cone Sul, assim como sua relação com outros continentes, como Ásia, em especial a China, redesenhando a geopolítica comercial do continente na busca de seu desenvolvimento interno e de sua inserção regional e global (POCHMANN, 2012), retomando seu investimento em megaprojetos de infraestrutura, para intensificar e alargar seus processos produtivos e suas exportações de matérias-primas.

Com isso, identifica-se um revigoramento desse tema (do desenvolvimento, em particular, do *neodesenvolvimentismo*) e desse debate na agenda de pesquisa das Ciências Sociais e Humanas, de formuladores de Políticas Públicas e de diversos agentes sociais da sociedade civil, exprimindo profundas tensões e conflitos em torno de concepções e projetos em disputa na sociedade, o que sugere e exige uma análise desse processo em curso, considerando aqui as dinâmicas e configurações particulares do Brasil, em especial da Amazônia, relacionada à dinâmica mais ampla e complexa da sociedade regional e global, dominada pela dinâmica capitalista.

Nesse enredo da política brasileira de desenvolvimento, o governo federal, por meio do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), desde o início de 2007, vem retomando e implementando uma série de Grandes Projetos na Região Amazônica, que visam ampliar e alargar a infraestrutura do país, para prover e levar a cabo seu processo de desenvolvimento, apresentado e lançado como um projeto de crescimento econômico sustentado, incluído e sustentável, assim como visando fortalecer sua inserção internacional, em especial quanto à sua “integração” Sul-americana, como parte do processo de globalização de mercados.

Dentre os diversos projetos em curso na Região Amazônica, sobressaem-se as obras de construção de grandes empreendimentos hidrelétricos, como as Usinas Hidrelétricas de Jiral e Santo Antônio, no Rio Madeira, em Rondônia, e a do Aproveitamento Hidrelétrico Belo Monte, na Bacia do Xingu, no município de Vitória do Xingu, no Estado do Pará. Além desses, outros projetos hidrelétricos estão previstos para os rios Tapajós e Teles Pires, o que expressa uma expansão da *fronteira hidrelétrica* para a região, que está diretamente associada e articulada com o avanço de outras frentes econômicas de expansão, como a exploração mineral, e com a “integração” sul-americana, através da *Iniciativa para Integração da Infra-Estrutura Sul-americana* (IIRSA), demarcando esse reposicionamento do papel do Estado, em parceria com o capital privado nacional e internacional. Cabe destacar, também, o esforço de

investimento do governo federal brasileiro para o exterior, em busca de mercado e de exploração de recurso natural e mão-de-obra, incentivando e financiando empresas privadas nessa empreitada no continente, demarcando, segundo Fontes (2010), traços de um *subimperialismo*.

No que concerne ao AHE Belo Monte, sua história remonta à segunda metade da década de 70, no contexto desenvolvimentista da ditadura civil-militar, quando seu nome era Kararaô, compondo um amplo e complexo projeto de cinco hidrelétricas na bacia do rio Xingu, cujo objetivo era explorar seu potencial hidrelétrico, como forma de garantir energia para expansão e exploração de outras frentes econômicas na fronteira amazônica, sob o domínio do capital nacional e internacional, com forte anuência e intervenção do Estado, garantindo e reproduzindo, assim, os interesses e privilégios das classes e grupos hegemônicos e o reforço do subdesenvolvimento no país.

Em 1989, no entanto, com o I Encontro dos Povos Indígenas do Xingu, em Altamira, como manifestação de resistência e protesto, esse projeto Kararaô foi suspenso, passando, a partir daí, por um conjunto de reformulações até chegar a sua versão atual, com o nome de Aproveitamento Hidrelétrico Belo Monte, projetado para ser a terceira maior hidrelétrica do mundo, com mais de 11 mil MW, e o carro-chefe do PAC. Esse projeto foi aprovado e licenciado pelo IBAMA no início de 2010 e sua construção começou nos primeiros meses de 2011. Contudo, em seu processo histórico, esse projeto já sofreu a invertida de governos anteriores, como FHC, mas foi barrado tanto pela resistência dos movimentos e organizações sociais da região do Xingu e da Transamazônica, quanto pela ação do Ministério Público Federal. Nesse sentido, ele tem sido marcado por forte polêmica e conflito, que transpõem a fronteira local e nacional, e ocupa diversas dimensões: social, política, econômica, cultural, territorial, ambiental, jurídica e acadêmico-científica.

Conforme o discurso oficial, o país precisa aproveitar o grande potencial hidrelétrico da Amazônia para “ampliar a sua capacidade e segurança energética”, em novos moldes e parâmetros, com base em “energia limpa e renovável”, a fim de dar sequência ao processo de crescimento econômico, avançar na sua estratégia nacional de desenvolvimento e intensificar a integração econômica da América do Sul. Segundo o governo federal, investiu-se na reformulação do projeto original, buscando minimizar e diminuir o impacto socioambiental e dotar de maior viabilidade econômica e energética a obra, na tentativa de enquadrá-la nas metas estabelecidas para a redução do aquecimento global e, assim, promover mudanças na matriz energética brasileira. Para esses defensores, Belo Monte é uma oportunidade para gerar

emprego e renda, progresso e desenvolvimento para a região, qualidade de vida e redução da pobreza e exclusão (EPE/MME, 2007; 2011; TOLMASQUIM, 2010).

Essa matriz discursiva oficial e dominante é, todavia, bastante criticada em face dos impactos sociais e ambientais previstos e da inviabilidade econômica e energética do AHE Belo Monte (MAGALHÃES; HERNÁNDEZ, 2009; HERNÁNDEZ; BERMAN, 2010; SEVÁ FILHO, 2005, 2009; BERMAN, 2012; FEARNSSIDE; MILLIKAN, 2012). Alguns povos e comunidades tradicionais, em particular os indígenas, vêm se manifestando no sentido de denunciar as violações de direitos e os riscos para seus territórios, suas tradições, seus modos de vida e para os recursos naturais do Xingu. Cientistas, autoridades religiosas, membros do Ministério Público Federal, ONGs, políticos, entre outros agentes, convencidos dos grandes problemas e implicações que esse empreendimento representa para o bioma amazônico, e particularmente para a bacia do Xingu e os povos e as comunidades que sobrevivem dessa vasta e complexa biodiversidade, vêm denunciando os vários problemas e se manifestando contra o empreendimento.

Em face às ameaças sociais e ambientais, diversos movimentos e organizações sociais da sociedade civil, através do *Movimento Xingu Vivo Para Sempre* (MXVPS), têm se mobilizado e se articulado para lutar e resistir à implementação e execução de Belo Monte. Nesse processo de luta e resistência, esses movimentos e organizações sociais, em especial os protagonizados pelos povos e comunidades tradicionais e camponesas, vêm procurando dar continuidade as suas lutas, numa aliança diversa e ampla com outros segmentos, para contestar o empreendimento e apontar outros caminhos de desenvolvimento alternativo para a Amazônia, inscrevendo e demarcando, assim, um território de conflito socioambiental.

No entanto, em razão do posicionamento assumido pelo PT ao chegar à presidência da república, em especial quando da retomada e defesa do projeto de AHE Belo Monte e, mais à frente, de seu Programa de Aceleração do Crescimento, gerou-se um “racha” no MXVPS. Isso ocasionou um forte abalo no campo de resistência, que vinha se constituindo desde os anos 70 com as CEBs e no qual, posteriormente, o PT veio a tornar-se a expressão da representação de um projeto coletivo de esquerda das classes subalternas, locais e nacionais.

O PT, por meio de suas lideranças locais e sua liderança nacional, o ex-presidente Luis Inácio Lula da Silva, antes de chegar ao poder executivo federal, compunha esse campo de resistência e se posicionava contra esse projeto. Mas, com a conversão do PT, de força política de oposição a partido *no e do* governo, ocorre um maior afastamento de suas bases, movimentos sociais e programa (OLIVEIRA, 2010; COUTINHO, 2006b; 2010), agudizando um processo de distensão, que já estava em curso desde pelo menos o início dos anos 90,

levando-o a declinação dessa posição de resistência e aproximando-o cada vez mais de um campo burocrático e conservador. Isso provocou uma “fratura exposta” nesse campo de resistência e favoreceu, significativamente, a aprovação e o licenciamento ambiental do projeto de AHE Belo Monte, consolidando, assim, o modelo de desenvolvimento que esse projeto encarna e o lugar nele reservado à Amazônia como “fronteira de recurso”, em particular como *fronteira hidrelétrica* sob a lógica dominante capitalista e colonialista, protagonizada pelo Estado, em parceria com o capital privado nacional e internacional, como marca do neodesenvolvimentismo.

Com o “racha” nesse campo de resistência e a aprovação desse projeto, o campo de conflito, antes centrado, frontalmente, contra Belo Monte e contra o modelo de desenvolvimento dominante, vai perder força e se deslocar, em grande medida, para o campo das “compensações”, em que a implementação do empreendimento vai está sendo condicionada (“negociada”) pela aplicação dos planos emergenciais de repasse de recursos e das políticas de mitigação dos impactos socioambientais às populações consideradas atingidas pela empresa responsável, a Norte Energia, e pelo governo federal, sob a mediação do poder judiciário, que tem sido criticado pela conivência às violações constitucionais e aos tratados internacionais.

Para algumas lideranças do MXVPS, negociar as políticas de mitigação é concordar e aceitar o projeto Belo Monte. No entendimento desse Movimento, direito não se negocia, os direitos devem ser garantidos, independentes da obra conforme garante a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Para outras lideranças de movimentos e organizações que saíram do MXVPS, é preciso garantir o mínimo de políticas sociais para a população local do campo e da cidade, diante dos impactos socioambientais do empreendimento, uma vez que o mesmo já é dado como “fato consumado”.

Para este estudo, é importante não tomar como rigidamente polarizados esses dois campos, uma vez que eles se relacionam e se articulam, todavia, guardam diferenças de ação e concepção. O Instituto Socioambiental (ISA) que compõe e apoia o MXVPS assume um posicionamento contrário a Belo Monte, mas está discutindo as condicionantes. O Movimento dos Atingidos por Barragem (MAB), que faz algumas ações em parceria com o MXVPS, também, é contrário a Belo Monte, mas, está discutindo as condicionantes, o que expressa posições conflitantes dentro do próprio MXVPS e entre movimentos e organizações sociais.

Nesse terreno das condicionantes, conforme integrantes do MXVPS, a “compra” de lideranças indígenas e não-indígenas para fragmentar as forças sociais e enfraquecer a resistência tem sido uma prática forte, nesse processo. O poder econômico da Norte Energia

tem assumido, na região, uma influência decisiva sobre as populações indígenas e empobrecidas, do campo e da cidade, como forma de “cooptação” e “convencimento”; tem feito uso também da força privada-e-pública para pressionar e ameaçar os que não concordam e resistem. O poder político institucional, em suas diversas esferas, tem assumido a marca, em grande proporção, de violência institucional e simbólica, para imobilizar as resistências e construir uma visão positiva do empreendimento, sob o ideal de desenvolvimento e progresso.

Em face desses grandes problemas e dilemas, diversos movimentos e organizações sociais da sociedade civil vêm se unindo, por meio do Movimento Xingu Vivo Para Sempre, desencadeando lutas e resistências contra esse padrão de desenvolvimento dominante para a região, em especial diante dos grandes projetos hidrelétricos, denunciando os graves problemas de ordem social e ambiental por eles provocados, reivindicando a necessidade de uma outra política de desenvolvimento para a Amazônia, considerando a defesa, a proteção e a conservação de seus territórios e dos recursos naturais, voltados para o desenvolvimento da vida socioterritorial e ambiental.

A partir desse cenário e dessa problemática, esta pesquisa se propõe analisar as lutas e as resistências do Movimento Xingu Vivo Para Sempre, frente ao padrão de desenvolvimento dominante na Amazônia, focando nos conflitos socioambientais em torno do megaprojeto/empreendimento hidrelétrico de Belo Monte, visando identificar, a partir dessas lutas sociais, projetos e concepções de desenvolvimento alternativo na Região/Brasil.

Para isso, esta pesquisa toma como base as seguintes questões:

- As lutas e as resistências do Movimento Xingu Vivo Para Sempre frente ao megaprojeto/empreendimento hidrelétrico de Belo Monte possibilitam identificar projetos de desenvolvimento que se colocam em perspectiva alternativa à vigente?
- O que revelam os discursos e as práticas que constituem o Movimento Xingu Vivo Para Sempre, no tocante ao desenvolvimento da Amazônia e do Brasil, focado na matriz energética expressa no Projeto de AHE Belo Monte?
- A partir da perspectiva do MXVPS, que lugar a Amazônia vem ocupando na agenda política de desenvolvimento do Brasil, por meio dos grandes projetos hidrelétricos, como o AHE Belo Monte, e a que interesses vem respondendo? Que projeto representa?
- O MXVPS, dada sua composição interna com diferentes movimentos e organizações sociais, consegue articular e mobilizar uma agenda propositiva *comum*, que se apresente como um contraponto à agenda neodesenvolvimentista?



- Em que medida (sob que limites e possibilidades) o MXVPS se constitui como resistência às formas hegemônicas de desenvolvimento e dominação e a isso associam uma perspectiva contra-hegemônica de desenvolvimento?

Ou seja, frente às dinâmicas e processos socioambientais conflitantes, resultante da implementação do *Projeto/empreendimento Hidrelétrico de Belo Monte*, as *lutas e as resistências, protagonizadas pelo Movimento Xingu Vivo Para Sempre, têm conseguido expressar e significar um movimento contra-hegemônico de desenvolvimento para a região e para o Brasil?*

Tal perspectiva de formulação do problema de pesquisa nos remete a uma explicitação dos termos em que as noções de *hegemonia* e *contra-hegemonia* serão tratadas aqui.

#### SOBRE OS CONCEITOS DE *HEGEMONIA* E *CONTRA-HEGEMONIA* COMO FUNDAMENTOS DESTE ESTUDO

Para tratar analítica e teoricamente essa questão, procuramos nos valer, como principal referência, das contribuições do cientista social Boaventura de Sousa Santos. O referido autor se inscreve num campo crítico do pensamento social e de análise do sistema hegemônico capitalista. Seu esforço teórico é conduzido pela busca de alternativas hegemônicas de paradigma epistemológico e de emancipação social. Nesse seu esforço laboral, o mesmo se apropria das categorias de *hegemonia* e *contra-hegemonia* do filósofo marxista Antonio Gramsci, problematizando-as e reelaborando-as sob novos termos para analisar a sociedade contemporânea, demarcando seus limites e possibilidades.

Antes de adentrarmos na (re)elaboração dessas categorias por Boaventura Santos, delineamos, resumida e esquematicamente, alguns elementos da contribuição do pensamento crítico de Antonio Gramsci. Gramsci (2010, CC, v.2; 2011, CC, v.3), considerando seu contexto histórico e sua forte influência clássica marxista, via na classe trabalhadora urbana, em especial, orientada e conduzida pelo “príncipe” (o partido operário socialista), o sujeito do processo de luta e de resistência ao sistema dominante. Apenas esse partido socialista seria capaz de conduzir e produzir mudanças estruturais na sociedade, levando ao socialismo, via um processo revolucionário. Para ele, isso passava pela construção da *hegemonia* da classe e grupos sociais subalternos, que iria se estabelecendo no movimento de luta, de resistência e de formação intelectual e política desses segmentos.

Ao retomar a relação dialética entre os níveis da *infra-estrutura* (base econômica) e da *superestrutura* (jurídico-política e ideológica), que formam uma totalidade social (*bloco histórico*) – formação societal capitalista –, Gramsci busca, na *filosofia da práxis* ou

marxismo, recuperar e renovar o caminho, em seu tempo e espaço históricos, para refundar essa filosofia e para continuar o trajeto de aprimoramento da compreensão e transformação da sociedade capitalista em busca do socialismo, por meio das classes subalternas.

Nessa busca, além de retomar os pressupostos marxianos e marxistas, principalmente os elaborados por Lênin, Gramsci recorre a outras fontes teórico-filosóficas, históricas e políticas, como Maquiavel, Rousseau, Hegel, a fim de ampliar e aprofundar questões e polêmicas postas por esses pensadores (o “Príncipe”; a “Vontade coletiva”; “Associações”; “Estado ético” etc.) (GRAMSCI, 2011, CC, v.1; 2011, CC, v.3) e pelas determinações históricas que afluíam na segunda metade do século XIX e nas três décadas iniciais do XX na Itália, na Europa e na América do Norte<sup>1</sup>.

Nesse esforço heurístico, Gramsci (2011, CC, v.3) repõe o debate teórico-conceitual de *Estado*, através da noção de “Estado ampliado”<sup>2</sup>. Ele compreende esse *Estado Ampliado* em dois grandes planos superestruturais, isto é, constituído por duas esferas:

- a) Uma é a *sociedade política* (denominada, também, por ele, de “Estado em sentido estrito” ou de “Estado-coerção”), composta por um conjunto de mecanismos, onde residem *os aparelhos coercitivos*: a polícia militar, o exército, a justiça. Através desses mecanismos, a classe dominante detém o monopólio legal da violência e da execução das leis, sob o controle da burocracia executiva e policial-militar, residindo aí a força, a dominação e a coerção;
- b) A outra é a *sociedade civil*, formada pelo conjunto das organizações responsáveis pela elaboração e/ou difusão das ideologias – *os aparelhos privados de hegemonia*: partidos políticos, sindicatos, escolas, igrejas, organizações profissionais, meios de comunicação de massa etc., onde se constrói a hegemonia pelo consenso – persuasão e direção.

Na acepção gramsciana, o conceito de *ideologia* é entendido como “concepção de mundo”, imprimindo um novo sentido e *status* a ele. Nessa formulação, a *filosofia da práxis* é a concepção de mundo da classe subalterna, que assenta os princípios e valores da “reforma intelectual e moral” e da construção da “vontade coletiva” dessa classe (expressa e radicada no “partido político” – o *moderno príncipe*). Construir, portanto, a *hegemonia* da classe trabalhadora como sujeito histórico da revolução passa pela compreensão dessa “concepção de mundo”, que tem, no partido e nos “intelectuais orgânicos” vinculados a essa classe, a

<sup>1</sup> Consultar Coutinho (1998).

<sup>2</sup> Conforme Coutinho (2006a, p. 32), a “expressão ‘concepção ampliada de Estado’ para caracterizar as reflexões de Gramsci foi usada pela primeira vez por Christine Buci-Glucksmann”.

possibilidade de elevar as massas populares a sair de um “senso comum” para um senso crítico (*bom senso*), superando, assim, a “ideologia burguesa” que orienta o modo de pensar, agir, sentir e ser da classe subalterna, por meio desses “organismos privados de hegemonia”. Não é por acaso que esses organismos da sociedade civil tornam-se autênticos campos de batalha de ideias e de relações de poder, para construção do consenso em torno dos projetos sociais em disputa na sociedade capitalista.

Contudo, Gramsci considera relevante identificar e desvelar as artimanhas ideológicas da classe dominante, que procura encobrir os fatos da realidade concreta, forjando uma capa de aparência, que manipula a população, a fim de ter o controle e o domínio sobre ela. Por isso, muitos discursos (políticos, midiáticos, escolares, religiosos, científicos...) expressam um ideal universalizante e neutro, mas carregam embutida uma posição particular, definida social, política e ideologicamente na sociedade. É importante, também, diferenciar esse conceito do de Marx, para o qual, a ideologia tem o sentido “crítico-negativo” (*falsa consciência*), que não quer dizer “mentira”, e sim um dado fenômeno social que toma uma forma “invertida” por não se assentar na realidade histórico-social, mas num idealismo despregado do chão da história dos homens.

Por *Estado ampliado* deve-se entender, além do aparelho de governo (*Estado no sentido estrito*), também o “aparelho privado de hegemonia” ou sociedade civil. Nesses termos, *Estado é ditadura + hegemonia*. Assim, o Estado Ampliado de Gramsci pode ser representado como “sociedade política + sociedade civil, isto é, hegemonia encouraçada de coerção” (GRAMSCI, 2011, CC, v.3, p. 244). É de suma importância ressaltar que esses dois grandes planos da superestrutura se distinguem, mas são inseparáveis, ou seja, são esferas que estabelecem uma relação dialética entre si, assentadas numa relativa autonomia de forma inseparável – *unidade do diverso*<sup>3</sup>. Elas, também, estabelecem uma relação dialética com o mundo da produção – *infra-estrutura* –, a base econômica, formando uma *totalidade social* (bloco histórico) bastante contraditória e complexa. Isso implica, portanto, dizer que essas esferas servem para conservar/manter ou para promover/inaugurar uma determinada base

<sup>3</sup> No *Cadernos*, Gramsci chama atenção para uma formulação que tem gerado polêmica e divergência de interpretação sobre esse aspecto de diversidade e unidade entre essas duas esferas. Numa passagem, em que crítica a perspectiva filosófico-política liberal, esse filósofo assinala: “(...) baseia-se na distinção entre sociedade política e sociedade civil, que de distinção metodológica é transformada e apresentada como distinção orgânica. (...) Mas, dado que sociedade civil e Estado se identificam na realidade dos fatos” (GRAMSCI, CC, v.3, p. 47). Alguns interpretes, conforme Coutinho, identificam, nessa passagem, que não existe distinção entre essas duas esferas. Contudo, Coutinho aponta um erro nessa interpretação, pois, para ele, Gramsci trabalha operando uma relação dialética entre unidade e diversidade. Para isso, aponta a seguinte passagem de Gramsci: “*Identidade-distinção* entre sociedade civil e sociedade política” (Gramsci, cc, v.3, 282 apud COUTINHO, 2006a, p. 37).

econômica, de acordo com os interesses de uma classe social fundamental e de seus aliados (*frações de classe*).

Nesse sentido, a *Sociedade Civil* passava a ganhar uma elaboração teórica, epistemológica e política, diferente daquela atribuída por Marx, uma vez que passava a ser tratada como uma esfera social, com relativa autonomia da *Sociedade Política*. A sociedade civil, na percepção de Gramsci, era concebida como terreno fértil de processos, relações e estruturas de dominação e resistência; de profunda tensão, contradição e conflitos sociopolíticos instalados entre as classes e grupos (dominantes e subalternos), os quais forjavam, em suas disputas, seus projetos de sociedade (GRAMSCI, 2011, CC, v.3).

No movimento e desenvolvimento do pensamento gramsciano, o conceito de *Hegemonia* está diretamente relacionando com o conceito de *Estado Ampliado*, em particular com o conceito de *Sociedade Civil*. No sistema categorial gramsciano, por conseguinte, a categoria de hegemonia vai tomar um conteúdo e uma forma diferente da formulação leninista, posto o processo histórico de *Ocidentalização*, que vai assumindo a Itália, onde o Estado e a sociedade civil caminham para uma relação de equilíbrio e maior complexidade, sendo expressão desse processo a socialização da política e a criação e ampliação de organizações associativas (os aparelhos privados de hegemonia), que passam a conformar a esfera da sociedade civil como terreno de relações de poder entre as classes sociais, disputando e intencionando, conscientemente, a hegemonia *na* e *da* sociedade. Numa passagem do *Cadernos*, ao se referir à noção de *hegemonia civil*, que parece superar a formulação da *revolução permanente*, Gramsci sinaliza bem para essas mudanças em curso<sup>4</sup>.

No período posterior a 1870, com a expansão colonial européia, todos estes elementos se modificam, as relações de organização internas e internacionais do Estado tornaram-se mais complexas e robustas; e a fórmula da “revolução permanente”, própria de 1848, é elaborada e superada na ciência política com a fórmula de “hegemonia civil”. Ocorre na arte da política o que ocorre na arte militar: a guerra de movimento torna-se cada vez mais guerra de posição; e pode-se dizer que um Estado vence uma guerra quando a prepara de modo minucioso e técnico no tempo de paz (GRAMSCI, 2011, CC, v.3, p. 24).

É importante, todavia, considerar que, para esse intelectual, nem toda classe social dominante numa sociedade moderna, que detém o domínio da sociedade política, o *monopólio legítimo da violência* e da *execução das leis*, e de uma base econômica (relações de produção), detém o consenso da sociedade como *classe legítima e dirigente*. Isso, por

---

<sup>4</sup> Gerratana (1992, p. 486), no que tange a esse tema, diz: “Neste quadro historiográfico se insere a visão política de uma estratégia revolucionária fundada na passagem da “guerra de movimento” e do ataque frontal à “guerra de posição” adequada às condições do Ocidente, em que o exercício da hegemonia é confiado à conquista do consenso em todas as principais articulações da sociedade civil.

consequência, exige dessa classe dominante, para que continue a reproduzir-se enquanto tal, articular e construir um *sistema de alianças* (com frações de classes) e mobilizar e articular um conjunto de “organismos privados” (sistema escolar, igrejas, partidos políticos, sindicatos, meios de comunicação etc.), para se constituir e manter-se, além de dominante, dirigente na sociedade, por meio do convencimento (persuasão) da classe subalterna e do consenso em torno do projeto do bloco da classe dominante na sociedade.

Ele, também, destaca que a classe subalterna pode e deve se constituir enquanto classe dirigente (hegemônica) antes de se tornar classe dominante, mas ao conquistar a sociedade política, precisa manter-se como classe dirigente, a fim de construir um bloco histórico hegemônico, desenvolvendo uma nova base econômica assim como outro estatuto político-ideológico e cultural à luz da filosofia da práxis. Essa formulação gramsciana, por conseguinte, amplia a noção de hegemonia concebida por Lênin e a coloca como condição *dirigente e dominante* da sociedade.

O proletariado pode se tornar classe dirigente e dominante na medida em que consegue criar um sistema de alianças de classe que lhe permita mobilizar contra o capitalismo e o Estado burguês a maioria da população trabalhadora; o que significa na Itália, nas reais relações de classe existentes na Itália, que pode fazê-lo na medida em que consegue obter o consenso das amplas massas camponesas (Gramsci, 1971, *apud* GRUPPI, 1978, p. 58)<sup>5</sup>.

Nesse horizonte, é possível identificar a contribuição do pensamento gramsciano para renovar a teoria marxista e social no sentido mais amplo, para identificar novas arenas de lutas de classes e de correlações de força na sociedade, como é o caso da “sociedade civil” descoberta como momento de um Estado ampliado e complexo, assumindo, assim, essa nova esfera social a condição de “portadora material da figura social de hegemonia” (COUTINHO, 2006a, p. 30).

Ao recuperar a contribuição do pensamento político de Nicolai Maquiavel no tocante à constituição do *Estado unitário moderno* italiano, Gramsci avança sobre essa contribuição teórica e assinala a ideia do *moderno príncipe* como um “organismo”, existente e assente numa sociedade em processo complexo de Ocidentalização, onde o Estado e a sociedade civil caminham para uma relação de equilíbrio, diferentemente do Oriente, em que o *Estado é tudo*

<sup>5</sup> Ao se referir sobre a *Questão Meridional da Itália*, Gramsci chama atenção para a relação de *aliança* entre a classe trabalhadora do Norte (operários industriais) e do Sul (camponeses), para se poder construir uma hegemonia da classe subalterna. Para elaboração da *hegemonia*, a *classe ou grupo de classe* dirigente precisa construir um sistema de alianças com outras *frações de classe*. A despeito disso, ele reconhece a importância da organização (concepção e prática) “econômico-corporativa”, mas sustenta que é imprescindível ir para além dela, não se esquivando da finalidade que conduz a classe dirigente: as transformações e mudanças estruturais da sociedade (*nível da infra-estrutura*), que se fazem dialeticamente com as transformações no âmbito político-ideológico e cultural (*níveis superestruturais*) (GRAMSCI, 2011, CC, v.3, p. 48).

*e a saciedade civil é primitiva e gelatinosa*, assumindo o partido político (*intelectual coletivo*), nesse processo de socialização política, condição primeira e fundante da “vontade coletiva” e de construção da hegemonia.

Na continuidade dessa formulação, ao se referir à *vontade coletiva*, afirma Gramsci: “E é preciso também definir a vontade coletiva e a vontade política em geral no sentido moderno, a vontade como consciência operosa da necessidade histórica, como protagonista de um drama histórico real e efetivo” (GRAMSCI, 2011, CC, v.3, p. 17). Ao colocar a problemática da “vontade coletiva” para construção do Estado moderno italiano em seu tempo-espço histórico-social, Gramsci adverte para a necessidade de interrogar a história (*realizar um movimento diacrônico*), a fim de buscar em seu desenvolvimento, as raízes da problemática do Estado italiano, que apresenta novas determinações e mediações, que precisam ser apreendidas, objetivadas (*realizar um movimento sincrônico*), para identificar e traçar os caminhos da construção de uma vontade coletiva, de uma hegemonia da classe subalterna, por meio do *consenso ativo*.

O “moderno Príncipe” é, também, um sujeito orgânico importante como enunciador e organizador de uma “reforma intelectual e moral”. Para Gramsci,

O moderno Príncipe deve e não pode deixar de ser o enunciador e o organizador de uma reforma intelectual e moral, o que significa, de resto, criar o terreno para um novo desenvolvimento da vontade coletiva nacional-popular no sentido da realização de uma forma superior e total de civilização moderna. [...] Esses dois pontos fundamentais – formação de uma vontade coletiva nacional-popular, da qual o moderno Príncipe é ao mesmo tempo o organizador e a expressão ativa e atuante, e reforma intelectual e moral – deveriam construir a estrutura do trabalho (GRAMSCI, CC, v.3, p. 18).

Diante desse suposto, Gramsci interroga-se: “Pode haver reforma cultural, ou seja, elevação civil das camadas mais baixas da sociedade [classes subalternas], sem uma anterior reforma econômica e uma modificação na posição social e no mundo econômico?”. Ele responde, sustentando sua relação inseparável e concomitante: “É por isso que uma reforma intelectual e moral não pode deixar de estar ligada a um programa de reforma econômica; mais precisamente, o programa de reforma econômica é exatamente o modo concreto através do qual se apresenta toda a reforma intelectual e moral” (GRAMSCI, CC, v.3, p. 19).

Nesse sentido, o processo de construção da hegemonia da classe trabalhadora não pode prescindir de uma reforma intelectual e moral e da construção de uma vontade coletiva, coerente com essa classe, protagonizada pelo partido político (*intelectual orgânico coletivo*), para conquistar a sociedade política. Também, como ele adverte, esse processo deve está dialeticamente vinculado a um programa de renovação da base econômica, a fim de instaurar

uma nova formação social, que impacte seu conjunto e suas várias esferas e dimensões (social, política, econômica e cultural). Assim, Gramsci oferece, também, por meio do conceito de hegemonia, uma compreensão totalizante e complexa da sociedade moderna, demarcando novas dinâmicas e configurações, relações, processos e estruturas sociais, que recolocam dialeticamente a relação entre infraestrutura e superestrutura, apontando para a importância da “grande política” como condição imprescindível de hegemonia e emancipação da classe subalterna.

Boaventura de Sousa Santos, ao buscar compreender a sociedade contemporânea, identificando seus processos de globalização hegemônicos e contra-hegemônicos, de dominação e resistência, de conformação da ordem e de construção de alternativas frente a tal ordem, parte do pressuposto de que é preciso renovar a teoria crítica das ciências sociais – construindo um novo paradigma epistemológico – e reinventar a emancipação social – construindo novos projetos sociopolíticos: um *Paradigma Prudente Para Uma Vida Descendente* a partir do Sul global (SANTOS, 2004)<sup>6</sup>.

Ao colocar nesses termos, Santos critica a ciência moderna, sobretudo o paradigma dominante positivista, mas, também, faz profundas críticas à tradição marxista. Ao fazê-las, esforça-se em demonstrar, com rigor teórico-metodológico, a emergência de *experiências e perspectivas sociais*, que historicamente foram excluídas e ocultadas pela *Razão Indolente*, isto é, invisibilizadas, anulando-se e sufocando-se as possibilidades de construção de resistências e alternativas aos processos de dominação coloniais nas periferias e semiperiferias – *Região Sul* (SANTOS *et al.*, 2005b; SANTOS, 2006)<sup>7</sup>.

É insustentável a situação de, por exemplo, as ciências sociais continuarem a descrever e interpretar o mundo em função de teorias, de categorias e de metodologias desenvolvidas para lidar com as sociedades modernas do Norte, quando a maioria das sociedades não só apresenta características e dinâmicas históricas diferentes, como tem gerado as suas próprias formas de conhecimento das suas experiências sociais e históricas e produzido contribuições significativas para as ciências sociais, ainda que remetidas para as margens destas (SANTOS *et al.*, 2005b, p. 23).

<sup>6</sup> Esse sociólogo vem realizando pesquisas na Região Sul (países semiperiféricos e periféricos), a fim de identificar novas forças sociopolíticas que apontem para novas formas de sociabilidade alternativas – *contra-hegemonia* – à “hegemonia da globalização neoliberal”, comandada pela região Norte (países ricos e desenvolvidos). Como exemplo desses estudos, esse sociólogo coordenou, desde 1999, o projeto de pesquisa intitulado “*Reinventar a Emancipação Social: para novos manifestos*” (Seis Volumes). Esse projeto objetiva contribuir para renovar as ciências sociais; e, também, para reinvenção da emancipação social. Ele envolveu seis países da Região Sul, dentre os quais o Brasil.

<sup>7</sup> Santos (2006) usa a expressão “Região Sul” para designar a metáfora do “sofrimento humano” provocado pelo sistema capitalista e colonialista. Dessa Região, vem emergindo um conjunto plural de forças de resistência a esse sistema dominante e hegemônico, com intuito de construir novos caminhos, outras globalizações. Por isso identifica nas “Epistemologias do Sul”, advindas dessa Região, caminhos contra-hegemônicos. Ele adverte, ainda, para existência dos “terceiro-mundos internos” dentro dos países ricos (Região Norte).

Como contraponto crítico a esse paradigma hegemônico, ele defende o uso combinado e articulado da *Sociologia das ausências*, da *Sociologia das emergências* e da *Teoria da Tradução*. No tocante à primeira, Santos (2006, p. 120-121) explica que ela busca trazer à tona as *experiências sociais disponíveis* que, historicamente, foram invisibilizadas ou riscadas da história pela razão indolente, alargando, assim, o presente e contraindo o futuro; aumentando e diversificando as experiências sociais no mundo. Em relação à segunda, ele explica que essa sociologia, ao reconhecer essas experiências sociais, trabalha com a *ordem do possível*, buscando identificar as *expectativas* múltiplas e diversas gestadas por essas experiências sociais, que, também, alarguem o presente e contraiam o futuro – ampliem os horizontes das utopias ou possibilidades outras de contra-hegemonia ao projeto hegemônico capitalista e colonialista vigentes. Essas sociologias se inscrevem como *transgressoras* ou *subversivas* em relação às ciências sociais convencionais hegemônicas.

Para Santos, o enfrentamento, no entanto, às *constelações de opressão* e de *exclusão* não se podem fazer de forma particularista e fragmentada, correndo-se o risco de incorrer ao oposto: particularizar e superficializar a luta. Por isso, ele (2003c, p. 14) defende a *Teoria da Tradução*, que articule intelectual e politicamente, através das *redes de inteligibilidade*, os diversos sujeitos de forma plural, transversal, combinando as várias lutas, as particularidades - *a política das diferenças* - com as questões e desafios estruturais da modernidade: as desigualdades socioeconômicas e políticas, por meio de uma *política da igualdade*. Nesse sentido, o combate, para ele, não se restringe ao capitalismo, mas também ao colonialismo e ao patriarcalismo. Essa Teoria da Tradução, assim como as Sociologias da Ausência e da Emergência, estão diretamente vinculadas à *Ecologia de Saberes*, para fortalecer os movimentos sociais na construção e condução da globalização contra-hegemônica.

Ao ajudar a trazer à cena e à arena da esfera pública “novas” e plurais experiências e perspectivas sociais, por meio da Sociologia das ausências e da Sociologia das emergências, Santos possibilita tanto identificar e visibilizar a emergência de novos atores/atrizes sociais, com suas novas demandas e jeitos de ser, existir e fazer política, quanto ampliar, diversificar e complexificar o campo de visualização e análise da opressão e dominação e das lutas e resistências sociais para além de uma polarização entre classes, centrada, em grande medida, na relação estrutural *capital versus trabalho*. O citado autor não despreza e nem desconsidera a luta da classe trabalhadora contra a lógica de opressão e de dominação imposta pelo sistema capitalista, mas chama atenção para a necessidade de se conceber e compreender outras dinâmicas, dimensões e “constelações de opressão” e, por conseguinte, outros sujeitos e



experiências sociais, para ampliar essa luta em busca de processos contra-hegemônicos e projetos de emancipação plurais (SANTOS, 2003c, p. 14).

Isso repõe o debate sobre os processos de construção de hegemonia (e contra-hegemonia) em outros termos, redesenhando o lugar da sociedade civil, haja vista a emergência desses “novos” sujeitos, seus saberes e demandas, que passam a reconfigurar e imprimir novas dinâmicas, processos e relações de poder na sociedade, ampliando e complexificando seus sentidos e significados e estabelecendo novas relações políticas, para além do instituído e da política tradicional partidária. Para ele, não existe uma condução única, mas plural do processo de construção contra-hegemônica e de emancipação social. Referenciando-se em Gramsci, ele explica que todo processo de *hegemonia* implica um processo *contra-hegemônico*. Hegemonia, para ele é

a capacidade econômica, política, moral e intelectual de estabelecer uma direção dominante na forma de abordagem de uma determinada questão. É importante, contudo, considerar que todo processo hegemônico produz um processo “contra-hegemônico” no interior do qual são elaboradas formas econômicas, políticas e morais alternativas (SANTOS, 2003a, p. 43).

Boaventura toma como base o conceito de Gramsci ao mesmo tempo em que o reinscreve em outros termos. Nesse sentido, tomaremos a formulação de Boaventura, que por sua vez apoia-se e modifica Gramsci. Ele alarga a compreensão desse campo de resistência e luta, forjando uma interpretação da sociedade, que traz à tona um conjunto diverso, múltiplo e amplo de movimentos, experiências e perspectivas sociais, que sinalizam para caminhos plurais de lutas e alternativa ao modelo hegemônico, contribuindo, assim, para alargar e complexificar mais o sentido de sociedade civil e sociedade política e seu lugar de possibilidades de conservação ou transformação, posto que ambos terrenos são concebidos como campos de conflitos e de disputas por projetos de sociedade. Para Santos (2003a), o processo histórico-social de construção de uma nova hegemonia pelos grupos subalternos passa pelo enfretamento do capitalismo e do colonialismo e pela reinvenção não somente do Estado, mas também, pela reinvenção da sociedade civil e de novos modos de se produzir.

Nesse cenário de *globalização hegemônica*, Santos *et al.* (2005b, p. 100) defendem a tese de que o “colonialismo terminou enquanto relação política, mas não enquanto relação social, permanecendo sob a forma da colonialidade do poder”, que é uma consequência da “colonialidade do saber científico” que vigora historicamente na relação entre o centro e as periferias do sistema mundial capitalista, redefinido e reafirmado nessa nova geografia global entre o Norte e o Sul. É importante, contudo, considerar, como advertem Santos *et al.* (2005b, p. 98), que o “privilégio epistemológico da ciência moderna é um fenômeno complexo que

não é explicável apenas por razões epistemológicas”. Para eles, esse privilégio envolve, para além da questão epistemológica em si, questões de ordem social, política e econômica, que, ajudam a conformar uma ordem social hegemônica.

Ao delinear esses primeiros apontamentos teórico-conceituais, com base nos referenciais do cientista social Boaventura Santos, nós o fizemos com a intenção de poder demarcar e situar a sua posição teórica e epistemológica sobre essas categorias de hegemonia e contra-hegemonia na atualidade, a fim de compreender as lutas e as resistências sociais dos movimentos na Amazônia, em particular do *Movimento Xingu Vivo Para Sempre*, em torno da questão do desenvolvimento para essa região, focando na questão dos grandes projetos hidrelétricos para geração de energia elétrica.

Com base nesses apontamentos, é possível identificar nesse autor elementos que ajudam a pôr em questão o tema/conceito de desenvolvimento num campo de contradição e conflito, num terreno de correlações de poder, concebendo os movimentos sociais como sujeitos que interpelam a realidade e produzem sentidos, tensões e mudanças, mas que precisam, também, ser questionados nesse processo de conflitualidades de interesses. Isto é, são interlocutores importantes para a compreensão da sociedade, visto que têm muito para revelar acerca da mesma e, também, de si mesmos.

Com isso, pensamos ser possível analisar criticamente as lutas e as resistências dos movimentos sociais, em particular o Movimento Xingu Vivo Para Sempre, contra os grandes projetos/empreendimentos hidrelétricos na região amazônica, considerando a emergência e o protagonismo público desses “novos” atores sociais na sociedade civil. Esses atores sociais vêm, historicamente, pautando seu reconhecimento e lugar na cena pública, protestando contra a lógica dominante neodesenvolvimentista e reivindicando seus direitos sobre os territórios que habitam e a preservação de suas culturas e tradições, bem como o acesso, uso e sentido dos recursos naturais.

É assim que pretendemos nos perguntar: *em que medida as lutas e as resistências, protagonizadas pelo Movimento Xingu Vivo Para Sempre diante da implementação do Projeto/empreendimento Hidrelétrico de Belo Monte têm conseguido expressar e significar um movimento contra-hegemônico de desenvolvimento para a região e para o Brasil?*

Ao tomarmos como fio condutor de análise essa questão, entendemos como relevante recuperar e pôr em debate a política e o modelo de desenvolvimento brasileiros, focalizando, em particular, o lugar reservado à região amazônica e as implicações sociais e ambientais em face desses grandes empreendimentos, como Belo Monte. Isso, posto as grandes polêmicas e

conflitos que têm aflorado daí, para além de uma escala local e nacional e de uma dimensão social ou ambiental, requerer uma reflexão multiescalar e multidimensional. Nesse sentido, ajustar essa lente de análise, a partir das lutas e das resistências protagonizadas pelos movimentos sociais, sugere visualizar essa problemática por outro ângulo e perspectiva e repor conceitos como hegemonia e contra-hegemonia no centro do estudo para identificar limites e possibilidades de alternativas construídas por esses sujeitos coletivos.

## OBJETIVOS

Este estudo tem como **objetivo geral**:

- Identificar e analisar em que medida as lutas e as resistências do Movimento Xingu Vivo Para Sempre frente ao megaprojeto/empreendimento hidrelétrico de Belo Monte apontam sinais de projetos de desenvolvimento que se colocam em perspectiva alternativa à vigente.

E como **objetivos específicos**:

- Identificar e analisar o que revelam os discursos e as práticas que constituem o Movimento Xingu Vivo Para Sempre no tocante ao desenvolvimento da Amazônia e do Brasil, focado na matriz energética expressa no Projeto de AHE Belo Monte.
- Situar e analisar, a partir da perspectiva do MXVPS, que lugar a Amazônia vem ocupando na agenda política de desenvolvimento do Brasil, por meio dos grandes projetos hidrelétricos, como o AHE Belo Monte, e a que interesses vem respondendo e que projeto representa.
- Verificar se o MXVPS, dada sua composição interna com diferentes movimentos e organizações sociais, consegue articular e mobilizar uma agenda propositiva *comum*, que se apresente como um contraponto à agenda neodesenvolvimentista.
- Verificar em que medida (sob que limites e possibilidades) o MXVPS se constitui como resistência às formas hegemônicas de desenvolvimento e dominação e a isso associam uma perspectiva contra-hegemônica de desenvolvimento.

Diante desse recorte particular da realidade da região do Xingu e da Transamazônica, no Estado do Pará, esta pesquisa parte da hipótese de que esse projeto/empreendimento de Belo Monte expressa a expansão da fronteira hidrelétrica na região, exemplo do processo de *territorialização* da dinâmica hegemônica capitalista e colonialista na Amazônia com forte papel do Estado em parceria com grupos econômicos privados, o qual vem se orientando por um viés neodesenvolvimentista. Resulta dessa dinâmica, todavia, um *processo de desterritorialização* na região, que se expressa na desestruturação e na precarização dos

modos de vida de povos e comunidades tradicionais e camponesas, violando seus direitos fundamentais e pondo sob risco sua proteção física e social, além dos fortes impactos ambientais, comprometendo o equilíbrio do ecossistema e do bioma amazônico. Esse processo contraditório de expansão da fronteira hidrelétrica, entretanto, não vem se dando sem conflitos, sem lutas e resistências a esse modelo de desenvolvimento e energético<sup>8</sup>. As lutas e resistências do MXVPS sugerem visualizar experiências e perspectivas não hegemônicas, que podem revelar outras dinâmicas, representações e sentidos da Amazônia, do Brasil e do Mundo.

## PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para Boaventura de Sousa Santos (2004b), esse é um tempo histórico de *transição paradigmática* tanto epistemológica, como social e política, em que todas as certezas são contestadas e derrubadas. Há uma crítica epistemológica, através da qual o paradigma da ciência moderna – cuja melhor elaboração fora o positivismo, em suas várias tendências –, expressa uma forte crise e recai sobre ele uma grande desconfiança, posto que mostra não dar conta de responder aos desafios propostos e apresentados pela própria modernidade: igualdade, fraternidade, liberdade, justiça, solidariedade e democracia. Os pressupostos desse paradigma dominante evidenciam sua crise nas seguintes ideias:

(...) distinção entre sujeito e objeto e entre natureza e sociedade ou cultura; redução da complexidade do mundo a leis simples susceptíveis de formulação matemática; uma concepção da realidade dominada pelo mecanicismo determinista e de verdade como representação transparente da realidade; uma separação absoluta entre conhecimento científico – considerado o único e válido – e outras formas de conhecimento como o senso comum ou estudos humanísticos; privilegiamento da causalidade funcional, hostil à investigação das “causas últimas”, consideradas metafísicas, e centradas na manipulação e transformação da realidade estudada pela ciência (SANTOS, 2004b, p. 1-2).

Esse paradigma dominante é produto e produtor de um discurso ideológico e imaginário eurocêntricos, que construíram e sustentaram sua legitimidade e justificativa sobre os povos colonizados à luz da ciência moderna. Com a emergência desse novo modelo de ciência, recolocava-se, sob novos princípios, regras e leis, a razão humana, para apreender, explicar e dominar o mundo. Nesse sentido, essa emergente racionalidade moderna, rebento

---

<sup>8</sup> A dimensão do *Território* está sendo tomada com base em Porto-Gonçalves e Haesbaert (2006), para os quais, o território é concebido numa perspectiva social, que integra tanto a sua dimensão concreta, político-econômica, mais tradicional, quanto a sua dimensão simbólica, cultural-identitária. Com isso, focalizam a nova des-ordem mundial com base em suas múltiplas dimensões (econômica, política, cultural e ambiental). O processo de *desterritorialização* é concebido como dinâmico e dialético, indissociável aos processos de territorialização e reterritorialização.

da *revolução científica* do início do século XVI, foi tanto legitimadora da ordem social do mundo moderno-colonial, como legitimada por ela. Essa racionalidade fundou seu pensar e sua explicação do mundo nas leis da natureza, que definiram o que é e o que não é verdade, formulando uma nova visão do mundo e da vida (SANTOS, 2005c).

Como parte desse ambicioso projeto colonialista, foram fundados, sobre esse ideário eurocêntrico, um olhar de fora, que impôs um modo de ser, pensar, sentir e agir como modelo universal, sendo, no entanto, essencialmente particular, isto é: “institui-se uma universalidade radicalmente excludente” (LANDER, 2005, p. 27) de outros modos de vida, de saberes e culturas, de representações e imaginários.

Num contraponto a esse paradigma dominante, Santos (2004a; 2005b; 2006) defende um “paradigma emergente: Conhecimento prudente para uma vida decente”, que está a emergir a partir do Sul. Nessa sua proposta, ele propõe superar a fragmentação natureza/sociedade; (re) colocar a relevância complexa da relação sujeito/objeto; aproximar as ciências naturais das ciências sociais e destas aos estudos das humanidades, fundando-se numa nova relação entre ciência e ética, substituindo a aplicação puramente técnica ou tecnicista da ciência pela sua aplicação edificante; e estabelecer uma nova relação entre conhecimento científico e as demais formas de saber, visando transformar a ciência num *novo senso comum*; assenta-se numa acepção construtivista da verdade.

Com base nesses pressupostos, justifica-se a dimensão de *abordagem qualitativa* dessa pesquisa. Ao se referir à *pesquisa qualitativa*, Minayo (1994) demonstra sua *particularidade* com a dimensão da realidade que não pode ser *quantificada*, e explica:

A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se preocupa, nas ciências sociais, com o nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com universo de significados, motivos, aspirações, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis (MINAYO, 1994, p. 21-22).

Essa pesquisa, embora guarde sua particularidade, não exclui e nem anula a dimensão quantitativa, pois existe uma relação dinâmica entre elas, para apreensão do objeto real em movimento. Essa “abordagem qualitativa” é entendida, segundo Chizzotti (2006), como

uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, uma interdependência viva entre o sujeito e o objeto, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito. O conhecimento não se reduz a um rol de dados isolados, conectados por uma teoria explicativa; o sujeito-observador é parte integrante do processo de conhecimento e interpreta os fenômenos, atribuindo-lhes um significado. O objeto não é um dado inerte e neutro; está possuído de significados e relações que sujeitos concretos criam em suas ações (CHIZZOTTI, 2006, p. 79).

Isso possibilita, por meio dessa *abordagem qualitativa*, identificar:

As múltiplas histórias que por um momento relativizando a “grande história”, pátria dos livros oficiais, são descobertas como instâncias de um cotidiano de “gente como a gente”. Pessoas, seres humanos que criam a vida que vivem, que vivem e pensam as suas próprias histórias, que para eles têm, de fato, um sentido; histórias pessoais e coletivas de vida que desvelam pessoas e grupos humanos (Brandão, 2003 *apud* OLIVEIRA, 2004, p. 13).

Assente nessas premissas, a abordagem qualitativa, ao mesmo tempo em que cria possibilidades de contestação de uma história contada por cima, pela oficialidade e pelo saber instituído, que difunde e legitima a representação social dessa história oficial, dominante de dada classe e grupos sociais; recoloca os sujeitos excluídos, no caso os povos, comunidades e movimentos sociais atingidos, como sujeitos que expressam múltiplas histórias, construídas por baixo, onde suas vidas, seus saberes e culturas têm validades para a compreensão e explicação dos fenômenos socioambientais mais amplos, que possibilitam um reconstruir da história e apontam para a representação do mundo por um outro viés, das classes e grupos subalternos. Trazer à tona, portanto, suas histórias de vida, de luta e resistência social é poder contar a história entre a dialética da continuidade e da descontinuidade, da conservação e da mudança, isto é, sob os sinais da contradição e do conflito.

Essas questões buscam recolocar o debate da hegemonia e contra-hegemonia, com vistas a analisar as lutas e resistências desses movimentos sociais que se dão em torno do desenvolvimento na sociedade brasileira, em particular na Amazônia. Nesse sentido, o campo dos movimentos sociais se constitui como objeto de análise, para compreender as dinâmicas e os processos de disputas de desenvolvimento na Amazônia. Esses movimentos demarcam a contradição e a correlação de poder existente no terreno da sociedade civil e política, forjando projetos socioterritoriais e ambientais em conflito, que expressam a condição desigual e injusta da base econômica dominante.

Esta pesquisa tem como sujeito-objeto de estudo o Movimento Xingu Vivo Para Sempre, que foi criado, “oficialmente”, em 2008, durante o II Encontro dos Povos do Xingu e Movimento Sociais. Esse Movimento articula um conjunto diverso e amplo de movimentos e organizações sociais (do campo e da cidade), para lutar e resistir contra os grandes projetos na região amazônica, em especial Belo Monte, e aos padrões de desenvolvimento que lhes referenciam. O MXVPS, para além da denúncia e da contestação ao modelo de desenvolvimento hegemônico, defende um modelo socioambiental, que considere e reconheça o protagonismo dos povos e populações amazônidas, a sociobiodiversidade desse bioma, que expressa usos e sentidos diversos dos recursos naturais e territoriais sob outras racionalidades,

relações e dinâmicas, que contrastam com a dinâmica hegemônica capitalista e colonialista de ocupação da região.

Cabe destacar que esse Movimento surge recente, mas os movimentos e organizações sociais do campo e da cidade que o compõem já apresentam uma caminhada histórica de luta e resistência na região da transamazônica e do Xingu, constituindo um forte campo de resistência em parceria com povos e comunidades tradicionais e tendo apoio de uma rede de solidariedade nacional e internacional. Esses aspectos fazem desse Movimento um sujeito coletivo relevante, para se estudar suas lutas e resistências sociais contra Belo Monte e identificar que sinais essas lutas expressam? Revelam caminhos alternativos de desenvolvimento?

Como *locus* da pesquisa, esse projeto toma a bacia do rio Xingu e a região da Transamazônica, em particular a região sudoeste do Pará, onde está sendo construído o empreendimento de AHE Belo Monte. A partir desse recorte territorial, buscamos estabelecer conexões com a dimensão regional, nacional e global, para se ter uma compreensão mais ampla e complexa dessa problemática na sociedade brasileira contemporânea.

Na região amazônica, em particular na bacia do Xingu, encontra-se uma vasta e complexa biosociodiversidade e um dos maiores potenciais hidroelétricos, além de riqueza mineral. Isso desenha uma região, geopolítica e economicamente, cobiçada, mas, também, é um território histórico de forte ação de resistência social, reunindo movimentos sociais do campo e da cidade e povos e comunidades tradicionais, conformando, assim, um palco de tensos e profundos conflitos pelo controle, uso e sentido do território e dos recursos naturais.

Com base nesses breves apontamentos, destacamos como procedimentos metodológicos para o desenvolvimento dessa pesquisa:

- A realização de levantamento bibliográfico, a fim de se construir um quadro referencial amplo e consistente sobre o objeto de estudo e a temática em questão e uma fundamentação teórico-metodológica deles. Nessa fase da pesquisa, foi feito um levantamento acerca da temática do desenvolvimento, em particular do “desenvolvimentismo”, considerando seu contexto e processo histórico, até sua retomada recente sob os termos do “novo desenvolvimentismo” ou “neodesenvolvimentismo” na sociedade brasileira; foi feito um levantamento em torno dessa temática, considerando a particularidade amazônica, focando os grandes projetos hidrelétricos, especificamente Belo Monte, considerando seu processo histórico, e o lugar que ela vem ocupando nessa agenda. Paralelamente, foi feito um levantamento da literatura sobre os conceitos de “hegemonia” e “contra-hegemonia”; sobre luta e

resistência, focalizando os conflitos em torno dos grandes projetos hidrelétricos de desenvolvimento na Amazônia. Nesse percurso, foi possível identificar um largo acervo sobre a temática do “desenvolvimentismo”, mas ainda é incipiente o debate sobre o “neodesenvolvimentismo” não obstante venha se intensificando e ocupando diversos espaços de debate e reflexão no país e no continente latino-americano. Em relação à região amazônica, esse tema, também, é novo e polêmico, ainda que se tenha um acúmulo significativo em torno do debate “desenvolvimentista”, que focam os grandes projetos, em particular os hidrelétricos. No tocante a Belo Monte, como é um projeto que está em debate a mais de trinta anos, já apresenta alguns estudos, mas a partir de sua reformulação e retomada esse estudo vem se ampliando sob ângulos e perspectivas diferentes. Contudo, em se tratando das lutas e das resistências protagonizadas pelo Movimento Xingu Vivo Para Sempre esse acervo é bem menor, o que sugere a necessidade de análise desse campo, haja vista a polêmica e o conflito socioambiental que ele inscreve e expressa.

- A realização, também, de levantamento documental tanto sobre o projeto de AHE Belo Monte, considerando seu processo histórico, e a concepção de desenvolvimento nele embutida; como sobre as lutas e resistências sociais que cercam esse projeto, protagonizadas pelo Movimento Xingu Vivo Para Sempre. Nessa fase da pesquisa, foi possível, também, mapear um acervo documental amplo sobre o projeto de Belo Monte, desde seu embrião, a hidrelétrica de Kararaô, tanto pela ótica oficial e dominante quanto pelas críticas a essa concepção. Nesse movimento de reformulação desse projeto, é importante atentar para a metamorfose de posição assumida, destacadamente a do PT ao chegar à presidência da república, que antes tomava uma posição de crítica e resistência ao referido projeto, levando ao “racha” no seio do campo de resistência, provocando forte impacto e reconfiguração das forças sociopolíticas, das relações de poder e de disputas em torno desse empreendimento e do modelo de desenvolvimento em questão. No âmbito dessa documentação referente às lutas e às resistências sociais a esse projeto, destacam-se, aqui, sobretudo, os textos e as reportagens das lideranças do MXVPS, as Cartas elaboradas pelo MXVPS e pelos povos e comunidades tradicionais no momento de ocupação dos canteiros de obra de Belo Monte, que serviram para construir uma compreensão de seus discursos, concepções e posições referentes ao projeto e ao debate de desenvolvimento. Esse levantamento ajudou a compreender a história, a dinâmica e os processos de relações



de dominação e resistência nessa região, identificando os limites e as possibilidades desses movimentos sociais na constituição de uma contra-hegemonia.

- Para o desenvolvimento e aprofundamento da pesquisa, foi realizado estudo de campo. Nele, foram desenvolvidas as seguintes “técnicas” dentro da abordagem qualitativa: observação e registro de campo; entrevista, de corte “semiestruturada”. No tocante à entrevista semiestruturada, foi elaborado um corpo primário de perguntas e aberto de acordo com o foco temático e a problemática do estudo. Esse corpo de perguntas foi sendo reformulado de acordo com a sua implementação no processo da pesquisa. À medida que íamos ajustando-o, íamos refinando nosso olhar sobre o objeto de estudo, que, por sua vez, ajudava-nos a lapidar melhor os instrumentos e a própria pesquisa (ANEXO 1). Assim, fomos desenvolvendo a entrevista, dando ênfase ao recurso da *história oral* dos sujeitos coletivos, trazendo à baila suas subjetividades e experiências e construindo um ângulo de análise a partir “de baixo” ou, nos termos de Thomposon (2005; 2011), dos “vencidos”, para a compreensão de seus processos e formas de luta e de resistência social.

Cruz Neto (1994), ao explicar primeiro o sentido da “entrevista”, entende que o

pesquisador busca obter informes contidos na fala dos atores sociais. Ela não significa uma conversa despreziosa e neutra, uma vez que se insere como meio de coleta dos fatos relatados pelos atores, enquanto sujeitos-objeto da pesquisa que vivenciam uma determinada realidade que está sendo focalizada. [...] Através desse procedimento podemos obter dados objetivos e subjetivos (CRUZ NETO, 1994, p. 57).

A qualidade de entrevista *semiestruturada*, para esse autor, se explica por articular e combinar a entrevista “*aberta* ou *não-estruturada*”, segundo a qual “o informante aborda livremente o tema proposto”, com as “entrevistas estruturadas”, que “pressupõem *perguntas previamente formuladas*” (CRUZ NETO, 1994, p. 58).

Foram realizadas 15 entrevistas no período de março de 2012 a junho de 2013, sendo 11 com integrantes e parceiros do MXVPS e 04 com integrantes de outros movimentos e entidades ou moradores atingidos. Desse grupo, foi entrevistada uma liderança do Movimento dos Atingidos Por Barragem (MAB), que, embora venha realizando algumas “ações pontuais” em parceria com o MXVPS, não o integra e apresentam diferenças e divergências de posições. Desse grupo, ainda, foi entrevistada uma liderança da Fundação Viver Produzir e Preservar (FVPP), entidade que integrava o MXVPS, mas que em função de mudança de

posição em relação a Belo Monte, provocou um “racha” entre MXVPS e a FVPP. No tocante ao grupo de entrevistados do MXVPS, foram ouvidas as principais lideranças e parceiros<sup>9</sup>.

A definição desses nomes de entrevistados (as) deu-se no processo de desenvolvimento da pesquisa. Num primeiro momento, foram definidas algumas diretrizes bem gerais de acordo com o tema e a problemática em construção. Na medida em que fomos nos aproximando e nos apropriando mais a fundo da questão, fomos fazendo ajustes para refinar esses critérios, a fim de poder, de acordo com as condições concretas, chegar aos sujeitos e capturar melhor a problemática em estudo. Assim, foram consideradas algumas diretrizes orientadoras: integração e participação no MXVPS; história de participação nos movimentos da região Xingu/Transamazônica, em particular de luta e resistência contra Belo Monte; as principais lideranças do MXVPS; as frentes de ação que estruturam o MXVPS; os parceiros do MXVPS. Além desses, consideramos, também, relevante entrevistar movimentos e/ou entidades que saíram do MXVPS; as diferenças de concepções e posições entre esses atores; moradores antigos e atingidos, que não integram necessariamente algum tipo de movimento ou organização, considerando os municípios/territórios diferentes impactados diretamente por Belo Monte.

Como parte desse processo de pesquisa de campo, foram realizadas observações e registros de campo. Um primeiro momento dessa incursão se deu em junho de 2012, quando participamos do “Encontro Xingu + 23”, na Comunidade Santo Antônio, território rural de Vitória dó Xingu, próximo ao canteiro principal de obra de Belo Monte, que foi ocupado ao final desse encontro pelo MXVPS, por grupos indígenas, ribeirinhos, pescadores.

---

<sup>9</sup> Foram realizadas entrevistas “semi-diretivas” e em “profundidade”, com foco na *história oral* dos sujeitos, considerando as diferenças dos agentes sociais e das agências envolvidos nesse processo. As denominações usadas, no curso do texto, são abreviadas e fictícias: **CJXT**: liderança indígena da etnia Juruna e integrante do MXVPS; **CSAXT**: Liderança da Associação dos Moradores da Comunidade Santo Antônio, integrante e parceira do MXVPS; **DCMXV**: membro do Instituto Amazônia Solidária e Sustentável (IAMAS) e ativista do Comitê Metropolitano Xingu Vivo (CMXV), organizações que integram o Movimento Xingu Vivo para Sempre (MXVPS); **DHXT**: membro da Sociedade Paraense em Defesa dos Direitos Humanos (SDDH), integrante do MXVPS; **ISAXV**: membro do Instituto Socioambiental (ISA), integrante e parceiro do MXVPS; **JCXT**: Membro da Prelazia do Xingu, entidade parceira do MXVPS; **MGXT**: Coordenadora do MXVPS e liderança do Movimento de Mulheres do Campo/Cidade de Altamira; **MCXV**: ativista do Comitê Metropolitano Xingu Vivo (CMXV); **MNXT**: membro do Movimento Negro de Altamira e integrante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Altamira, integrante do MXVPS; **TRVGX**: Trabalhador Rural da Volta Grande do Xingu, que apoia o MXVPS; **VMXT**: integrante do Movimento de Mulheres do Campo e da Cidade/Altamira, Movimento Negro, integrante do MXVPS; **MABXT**: liderança do Movimento dos Atingidos por Barragem (MAB), movimento parceiro em algumas ações com o MXVPS; **TMTX**: membro da Fundação Viver Produzir e Preservar (FVPP) e liderança do Movimento de Mulheres do Campo/Cidade de Altamira; **FVX**: integrante da Associação dos Pescadores e Produtores das Ilhas do Alto e Baixo Xingu. **TNESA**: Trabalhador do Consórcio Construtor Belo Monte (CCBM). É importante considerar, ainda, que certas lideranças integram mais de dois movimentos sociais ou organizações.

Um outro momento foi um ano depois, junho de 2013, quando pudemos observar o avançar das obras de Belo Monte e suas implicações. Nesse momento, revisitamos a Comunidade Santo Antônio que foi desapropriada para a construção de Belo Monte. Nesse período, também, pudemos acompanhar e participar das manifestações na cidade de Altamira, que eclodiam em várias cidades do Brasil. Nessa manifestação, os protestos foram marcados pelas denúncias das precárias condições de vida em razão da construção de Belo Monte e da não execução das condicionantes. Além desses dois momentos, em Belém, participamos de algumas ações acadêmicas em parceria com o MXVPS.

## ENUNCIÇÃO DOS CAPÍTULOS

Além desta introdução, esta tese está estruturada e organizada em Cinco Capítulos e mais as Considerações Finais, a Referência Bibliográfica e os Anexos. No primeiro capítulo, intitulado “Questões Históricas e Atuais do Debate sobre o Tema do Desenvolvimento no Brasil”, analisamos a emergência da questão do novo desenvolvimentismo ou do neodesenvolvimentismo no cenário atual do Brasil, buscando assinalar as novas reflexões propostas vistas por ângulos e perspectivas diferentes e conflitivas. Para tanto, fizemos uma recuperação do debate clássico sobre o “desenvolvimentismo”, informando suas continuidades e descontinuidades na atualidade. É possível evidenciar que o tema/conceito de desenvolvimento vem sendo reposto na agenda da sociedade contemporânea, em particular da realidade brasileira e latino-americana, sob pontos de vista e perspectivas diferentes, refletindo inflexões e permanências, ideias e posições conflitantes nesse campo temático.

No tocante à análise sobre a emergência do *neodesenvolvimentismo* no Brasil, é possível verificar um embate de ideias e posições em formação, uns enfatizando a intervenção do Estado e seu viés mais social e inclusivo de combate às assimetrias do livre-mercado e às desigualdades internas e externas frente ao fenômeno da globalização; outros reconhecem o papel “forte” desse ator (Estado) no desenvolvimento econômico, mas centralizam um enfoque no mercado e no crescimento via industrialização, para promoção social, procurando encontrar um equilíbrio entre esses dois campos. Esse debate do neodesenvolvimentismo vem sendo referenciado com base na racionalidade moderna ocidental, de corte liberal, em que se busca um desenvolvimento nos marcos do capitalismo. Para seus críticos, essa agenda não rompeu com a lógica hegemônica neoliberal, mas a repôs sob outros termos, redefinindo o papel do Estado com o mercado na dinâmica de desenvolvimento capitalista.

No segundo capítulo, denominando “O Lugar da *Fronteira Amazônica* Brasileira na Agenda Neodesenvolvimentista”, apresentamos, em linhas gerais, sinais que caracterizam e

evidenciam o *lugar* que a Amazônia vem ocupando nessa agenda. Essa agenda emergente, não obstante tenha produzido avanços econômicos e sociais, principalmente na geração de emprego e renda e no combate à pobreza, não tem conseguido imprimir mudanças estruturantes no campo social e ambiental na sociedade brasileira, em especial na Amazônia, fora dos marcos do desenvolvimento capitalista. Ao contrário, tem reproduzido essa dinâmica hegemônica da acumulação originária e ampliada, com a redefinição do papel do Estado em parceria com o mercado, agudizando os desafios da agenda socioambiental em face da prioridade dada à agenda produtivista, via grandes projetos e empreendimentos de infraestrutura para criar, fortalecer e expandir os corredores de exportação de *commodities*, no bojo da busca da “aceleração do crescimento” e forte incentivo ao consumo, exprimindo, assim, seu caráter limitante, contraditório e conflitivo, capitalista e colonialista.

No terceiro capítulo, “A Matriz Energética Elétrica Brasileira, o Avanço da *Fronteira Hidrelétrica* e o Projeto Belo Monte”, apresentamos um levantamento da pesquisa documental e bibliográfica sobre a matriz energética brasileira, em particular a de origem hidrelétrica, trazendo à tona as polêmicas que ela suscita, bem como o modelo de desenvolvimento em que ela se assenta, suas contradições e conflitos socioambientais e o lugar que vem sendo reservado à região amazônica nesse processo de expansão do capitalismo com forte papel do Estado brasileiro. Na análise da matriz energética elétrica brasileira, é possível evidenciar discursos e perspectivas diferentes e conflitantes, que inscrevem posições e campos em tensão acerca do modelo de desenvolvimento e de sua matriz energética. Nesse horizonte, é possível, também, verificar o lugar que, estrategicamente, vem sendo imposto e reservado à Região Amazônica no desenvolvimento do País e no cenário geopolítico Regional e Global do século XXI. Na condição de *fronteira hidrelétrica*, produtora e fornecedora de matérias-primas para a exportação interna e externa, em especial de energia elétrica e de *commodities* de minérios e grãos, tal horizonte reforça e reproduz a lógica subdesenvolvida de modernização e colonização, como faces e unidades dialéticas da dinâmica hegemônica do capitalismo e colonialismo.

No quarto capítulo, intitulado “Belo Monte: Argumentos em disputa”, apresentamos e analisamos dados da pesquisa bibliográfica, documental e de campo, que focalizam diretamente o Projeto/empreendimento de Aproveitamento Hidrelétrico Belo Monte, apontando discursos e concepções contrastantes, que marcam esse debate e, conseqüentemente, a discussão a respeito do modelo de desenvolvimento brasileiro e do lugar reservado à região amazônica nesse processo, em especial a Bacia Hidrográfica do rio Xingu, na delimitação territorial do Estado do Pará.

O AHE Belo Monte é a revelação, por meio do PAC, dessa expansão da fronteira hidrelétrica como expressão da territorialização da dinâmica hegemônica de acumulação do capital sobre a Amazônia sob forte influência do Estado, em parceria com grandes grupos econômicos, usando de violência institucional e simbólica para levar a cabo seu modelo neodesenvolvimentista, demarcando contradições, violações e conflitos. Nesse processo, cientistas, membros do Ministério Público, movimentos e organizações sociais vêm fazendo fortes críticas a esse projeto e denúncias, apontando a sua inviabilidade econômica e energética, bem como as graves violações de direitos e os riscos de danos socioambientais, em particular sobre os territórios de povos indígenas e comunidades tradicionais e camponesas. O AHE Belo Monte, associado a outros grandes empreendimentos estruturantes para Amazônia, revela profundas contradições, violações constitucionais e relações de poder em condições assimétricas pela disputa de uso, sentido e controle do território e dos recursos naturais, evidenciando projetos de desenvolvimento e de sociedade desiguais e em confronto que procuram se legitimar.

No quinto capítulo, denominado “Movimento Xingu Vivo Para Sempre: O que suas lutas e resistências têm a revelar?”, apresentamos e analisamos dados da pesquisa documental, bibliográfica e de campo, que focalizam as lutas e resistências sociais do MXVPS frente ao Projeto AHEBM e ao modelo de desenvolvimento em que esse projeto se assenta. A expansão da fronteira hidrelétrica na região amazônica, através desses empreendimentos hidrelétricos, não vem se dando sem contradições e conflitos, sem lutas e resistências. Seguindo os sinais e as pistas das contradições e conflitos que esses empreendimentos e seu modelo neodesenvolvimentista produzem e expressam, é possível, também, capturar dinâmicas subterrâneas, não hegemônicas, a partir das resistências e lutas de movimentos e organizações sociais, que se dão nesse *brasil profundo*<sup>10</sup> e que ajudam a exprimir outras imagens, representações e experiências da Amazônia, do Brasil e do Mundo.

---

<sup>10</sup>Essa expressão se refere à *periferia* ou ao interior do Brasil e do centro hegemônico capitalista, que, historicamente, sofre com o processo de invisibilização e espoliação, interna e externamente. Quando essa periferia é retratada, comumente, é registrada pelo ângulo da negatividade (atrasada, rural, primitiva, sem lei e violenta etc.) e pela ausência de algo (Estado, modernização, urbanização, industrialização, progresso e civilização etc.), desconsiderando-se e encobrindo-se sua dinâmica interna diversa, contraditória e conflitiva, suas limitações e potencialidades, seus atores, suas histórias e seus modos de vida. O que contribui para se reproduzir um Brasil com vários *brasis* nesse contexto de globalização contemporânea. Nesse sentido, inspirado na ideia das *Epistemologias do Sul* de Boaventura Santos (2006, 2012a), o exercício reflexivo aqui é partir de um pequeno recorte desse *brasil profundo*, a Amazônia, para jogar luzes sobre as faces e vozes não reveladas e sobre as constelações de opressão e dominação muita das vezes não consideradas, a fim de buscar sinais e pistas de outras representações e imagens não hegemônicas advindas desses “rincões” do Brasil e do mundo, que exprimem não só dominação e opressão, mas, também, resistências; não só conservação da ordem social vigente, mas tensão entre conservação e mudança.

## 1 QUESTÕES HISTÓRICAS E ATUAIS DO DEBATE SOBRE O TEMA DO DESENVOLVIMENTO NO BRASIL

*Sejam quais forem as retomadas desse pensamento, indissociável da ação, é preciso não esquecer as críticas clássicas a ele e indagar-se: a quem serve o desenvolvimento? A que grupos e classes sociais? Qual seu custo em termos ambientais? O risco de ignorar questões como essas seria repetir os erros do velho desenvolvimentismo, sem necessariamente reviver seus acertos.*

**(Marcelo Ridenti, 2009)**

No presente capítulo, procuramos analisar a emergência da questão do novo desenvolvimentismo ou neodesenvolvimentismo no cenário brasileiro contemporâneo, buscando assinalar as novas reflexões propostas, vistas por ângulos e perspectivas diferentes e conflitantes. Para tanto, fazemos uma recuperação resumida de um debate clássico sobre o “desenvolvimentismo”, em perspectiva histórica, informando suas continuidades e descontinuidades na atualidade. Em face da crise do ideário hegemônico neoliberal, o que leva a esse “retorno” ou “ressurgimento” do tema do desenvolvimentismo sob a denominação “novo-desenvolvimentista” ou “neodesenvolvimentista”? Uma busca de alternativa à agenda neoliberal nos marcos de um “pós-neoliberalismo”? Ou uma crise de alternativa de pensamento crítico e de ação política, que marca a continuidade do neoliberalismo com redefinições e expressa uma tendência ao conservadorismo?

### 1.1 O DESENVOLVIMENTISMO E SUA CRÍTICA

No campo das Ciências Humanas e Sociais, a sociedade brasileira (e de forma mais ampla a América Latina) tem se constituído num relevante terreno de estudo, abordada por ângulos e perspectivas teórico-metodológicas diferentes e conflitantes, para se compreender a *formação social do Brasil* e dar continuidade ao esforço intelectual (e político-social) de gerações passadas de “invenção” desse país. Para a compreensão de sua formação sócio-histórica e sua dinâmica contemporânea, lançam-se luzes, apontando o lugar que ela vem ocupando no processo de expansão e de desenvolvimento do capitalismo mundial, com ênfase em seu caráter *dependente* (CARDOSO; FALETTO, 1979; FERNANDES, 2009; 2008; FURTADO, 2009; 2007; MARINI, 2005; OLIVEIRA, 1977; 2003a).

Se é verdade que o Brasil não pode ser apreendido à margem de seu processo de formação histórico-social, no qual o sistema colonial lhe impôs marcas profundas e uma lógica de dominação e subordinação de fora para dentro, plasmando uma dinâmica e relação

entre metrópole e colônia, posteriormente, centro (desenvolvido) e periferia (subdesenvolvida) do capitalismo, é, também, verdade que o mesmo possui particularidades, dinâmicas sociais, políticas, econômicas, culturais e territoriais próprias, com contradições e relações de poder entre classes/grupos sociais (em processo de formação), que precisam ser consideradas e tomadas para a compreensão de seu lugar nesse movimento histórico de expansão, desenvolvimento e contestação da dinâmica hegemônica de acumulação global do capital e como esse capitalismo vem se redesenhando na atualidade<sup>11</sup>.

Isso implica dizer que a condição histórica não pode ser concebida e aceita como uma determinação linear e mecanicista (de fora para dentro) para explicar o presente e a singularidade desse *enigma* chamado Brasil, posto que este coloca em cena novas questões que precisam ser tematizadas e apreendidas com outros conceitos e formulações, que não necessariamente se prendem ao passado e aos esquemas interpretativos eurocêntricos, mas a uma mirada epistemológica de *dentro* para fora (a partir da periferia e da história dos vencidos) sem perder a visão de conjunto e o diálogo com o conhecimento clássico acumulado historicamente sobre a sociedade.

Ao partir desse ângulo e abordagem, é possível assinalar um outro caminho para interpretar o tema e o processo de desenvolvimento no Brasil, interpretando o mundo, pois essa percepção se contrapõe àquela eurocêntrica, que o toma de fora para dentro, enquadrando-o, rigidamente, ao seu suposto esquema teórico-conceitual “universal” e, por conseguinte, forjando uma *imaginação social* distorcida da realidade social concreta. Ademais, considera-o fadado a reproduzir naturalmente seu estado de subordinação e dependência ao centro hegemônico ou seguir por etapa até chegar a seu tão almejado caminho de “modernização” e “desenvolvimento evolutivo”, como cópia reflexa desse centro, evidenciando o quanto as *ideias andavam fora de lugar* (SCHWARZ, 2000).

Essa é uma importante chave e pista de leitura, para produzir interpretações sobre a realidade brasileira e seu modelo de desenvolvimento em curso, sobretudo com a reposição do debate e da polêmica em torno do *desenvolvimentismo* e do *novo desenvolvimentismo* no país e na Região Sul-Americana. Ao assinalar essa retomada e reposição do debate do desenvolvimentismo no contexto contemporâneo brasileiro (e latino-americano de forma mais ampla), julgamos ser importante alinhar, mesmo que resumida e esquematicamente, seus

---

<sup>11</sup> Cabe registrar o debate e esforço de interpretação da realidade brasileira, envolvendo pensadores como Oliveira Viana, Gilberto Freire, Sérgio B. de Holanda, Caio Prado Jr e outros acerca da *Herança Ibérica* e da polêmica dualidade *tradicional x moderno* na formação do Brasil. É importante consultar o debate traçado por Luiz W. Viana entre *Iberismo e Americanismo* no país, dando sua seminal contribuição com o conceito gramsciano de *Revolução Passiva* (VIANNA, 2004).

antecedentes históricos, a fim de podermos identificar suas possíveis continuidades e descontinuidades no presente cenário histórico-social, posto que não existe um campo único e homogêneo de expressão do desenvolvimentismo, mas sim de posições e perspectivas diferentes e conflitantes acerca da interpretação do desenvolvimento do capitalismo no país.

Fonseca (2004, p. 3) aborda as origens do desenvolvimentismo no país, focando em dois planos: o teórico e o histórico. No primeiro plano, identifica como *correntes precursoras do desenvolvimentismo*: (a) os nacionalistas; (b) os defensores da indústria; (c) os papelistas; e (d) os positivistas. No segundo, aponta o governo de Getúlio Vargas, ainda na Primeira República, no governo do Estado do Rio Grande do Sul, em 1928, como a primeira experiência histórica desenvolvimentista no país.

Todavia, o referido autor observa que tal distinção é mais um “recurso metodológico” para demonstrar que “a relação entre elas não é necessária”, uma vez que “um mesmo personagem” pode se inscrever em mais de uma delas. Após um período longo, em metade do século XX, ele atesta que ocorre uma confluência entre essas correntes e a constituição de um “corpo de ideias”, possibilitando a formação mais substancial e evidente do que ficou conhecido como “desenvolvimentismo” (FONSECA, 2004, p. 3).

Sobre esse primeiro plano – *teórico* ou das *ideias*, Fonseca identifica três elementos iniciais que compõem o “núcleo duro” desse desenvolvimentismo, em gestação, como a defesa: (a) da *industrialização*; (b) do *intervencionismo pró-crescimento*; e (c) do *nacionalismo*<sup>12</sup>. Para ele, a origem dessas ideias no Brasil remonta, de modo disperso, ao período Imperial, outras como as nacionalistas remetem ao tempo colonial (FONSECA, 2004, p. 2). Porém, Fonseca adverte que meras defesas de políticas econômicas referentes a esse ideário do “núcleo duro” não permitem, por si, caracterizar a política econômica de um governo como desenvolvimentista. Argumenta que existe uma razão básica de “ordem empírica” que sustenta isso: “nem sempre os três elementos do núcleo duro aparecem associados historicamente; ao contrário, demorou bastante tempo até os mesmos conjugarem-se, com certa coerência, em um ideário comum” (FONSECA, 2004, p. 1). Para se falar, portanto, em desenvolvimentismo, um primeiro pré-requisito é a conjugação desses três elementos que compõem esse *núcleo* de forma concatenada e estruturada. Além disso, um *agir consciente* de governantes assentado nessa agenda. “Estabelece-se, portanto, a hipótese

---

<sup>12</sup> Em relação a esse elemento do *nacionalismo*, Fonseca ressalva que ele deve ser entendido “num sentido muito amplo, que vai desde a simples retórica ufanista conservadora até propostas radicais de rompimento unilateral com o capital estrangeiro” (Idem, Op. Cit., p. 1-2).



de que *sem uma política consciente e deliberada não se pode falar em desenvolvimentismo*” (FONSECA, 2004, p. 2).

Nessa perspectiva, o desenvolvimento ganha novo sentido com o desenvolvimentismo, inclusive *utópico e de ação*, assumindo o Estado e seu Planejamento pedras de toque nesse processo histórico-estrutural. Assim, se identifica no governo de Getúlio Vargas no Estado do Rio Grande do Sul, em 1928, o embrião, por excelência, do desenvolvimentismo, reunindo e conjugando suas “quatro vertentes formadoras” como ideário sistemático e um agir conciente de governo (FONSECA, 2004, p. 17).

Ao fazer um recuo na história da formação brasileira, em particular do Estado e das suas políticas econômicas de desenvolvimento urbano-industrial, na Primeira República, Godoy (2007) identifica as raízes e os antecedentes históricos do debate estabelecido entre “liberais” (ortodoxia) e “intervencionistas” (heterodoxia), já apontando a defesa (ou crítica) de um “nacional-desenvolvimentismo” anterior ao getulismo<sup>13</sup>. Para o referido autor,

os mecanismos de transformação estrutural do Estado, com a nacionalização e burocratização, e do mercado, com o crescimento urbano-industrial, tiveram sua gestação durante a Primeira República, fomentando o surgimento de um Estado relativamente autônomo em relação aos interesses imediatos das classes dominantes, assim como um setor industrial autônomo e relativamente desconectado dos interesses imediatos do complexo cafeeiro. Neste sentido, apesar da guinada na política econômica, o getulismo teria representado uma continuidade no processo de complexificação econômica e construção do Estado Nacional (GODOY, 2007, p. 1).

Assim, Godoy procura reconstituir em outros termos a análise sobre a emergência do nacional-desenvolvimentismo, enfrentando dualidades (agroexportação *x* industrialização; burguesia cafeeira *x* burguesia industrial; instrumentalização do Estado *x* autonomização do Estado; liberalismo *x* intervencionismo) e generalizações (*a crise internacional de 1929 levou à crise cafeeira e à industrialização do Brasil*). Para ele, o “estudo sistemático da política econômica da I República demonstra que já estava em curso, muito antes de 1930, uma mudança estrutural que alterou o perfil do capitalismo e do Estado brasileiro”.

Valendo-se da contribuição de Versiane (1980), ele defende uma análise que considera além dos fatores externos, os *fatores internos* da nação e a relação entre esses supostos pólos de oposição (como o setor cafeeiro em crise e o emergente setor industrial), para a compreensão desse debate da industrialização nacional (GODOY, 2007, p. 35). Contudo, Godoy (2007) reconhece que as estratégias autônomas de desenvolvimento na periferia

---

<sup>13</sup> Godoy (2007) lembra e destaca o “antológico debate” entre “metalistas” e “papelistas” desde o império, demarcando um campo de tensão entre liberais e intervencionistas no rumo da política econômica do império. Citando Pedro Dutra Fonseca (2008), o autor associa a visão heterodoxa dos papelistas que se constituirá como pensamento desenvolvimentista cepalino (GODOY, 2007, p. 3).

tomaram impulso, especialmente nas décadas de 1950 e 1960, tanto com os estudos de Caio Prado Júnior e Nelson Werneck Sodré, quanto com os de Celso Furtado e os da CEPAL.

Enquanto os primeiros davam importância preponderante à análise dos condicionantes imperialistas e às dificuldades de autonomização sob o contexto de subordinação econômica, Furtado e o grupo cepalino – neste, especialmente, Raúl Prebisch – acreditavam no rompimento com a característica periférica a partir do desenvolvimento das próprias forças capitalistas nacionais, de políticas setoriais intervencionistas e do planejamento dos investimentos do Estado (GODOY, 2007, p. 5).

Ao se referir às origens do desenvolvimentismo, José L. Fiori (2012) demarca um campo diverso e conflitivo de posições teóricas e políticas. Ele aponta o “desenvolvimentismo militar e conservador” e o “desenvolvimentismo de esquerda”, sendo o primeiro oriundo da década 30 do século XX, tendo sido retomado com a ditadura civil-militar e perdurado até 1985, ao passo que o segundo se constituiu num campo de contribuição das ideias e teses do Partido Comunista Brasileiro (PCB), do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) e da Comissão Econômica para América Latina e Caribe (CEPAL), tendo tido força nos anos 50 e início dos anos 60 do século XX, sido interrompido pela ditadura<sup>14</sup>.

Fiori compreende que a relação da esquerda com o desenvolvimentismo no Brasil foi marcada por tensão e conflito, sobretudo com o “golpe militar de 1937”, que instaura o Estado Novo, marcado pelo autoritarismo e anticomunismo, sendo este responsável pelos primeiros passos do *desenvolvimentismo militar e conservador*. Nesse quadro histórico, adverte ele, “não é de estranhar que a esquerda em geral, e os comunistas em particular, só tenham mudado sua posição crítica com relação ao desenvolvimentismo, depois da morte de Vargas” (FIORI, 2012, p. 1).

Para o referido autor, no final da década de 50 e início de 60, a “esquerda desenvolvimentista” ocupou um lugar de destaque no debate e na luta pelas *Reformas de Base* no país, contudo, dividiu-se, em 1963, com a discussão do *Plano Trienal* apresentado e proposto pelo Ministro Celso Furtado, demarcando nesse próprio campo da esquerda a tensão

<sup>14</sup> Ao caracterizar cada uma dessas instituições do campo *desenvolvimentista de esquerda*, Fiori assinala: “(...) o Partido Comunista Brasileiro (PCB), que apoiou a eleição de JK, em 1955, mas só no seu V Congresso de 1958, conseguiu abandonar oficialmente a sua estratégia revolucionária, e assumir uma nova estratégia democrática de aliança de classes, a favor da ‘revolução burguesa’ e da industrialização brasileira, que passam a ser classificadas como condição prévia e indispensável de uma *futura revolução socialista*. Em segundo lugar, o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), que foi criado em 1955, pelo Governo Café Filho, e que reuniu um número expressivo e heterogêneo de intelectuais de esquerda que foram capazes de liderar uma ampla mobilização da intelectualidade, da juventude, e de amplos setores profissionais e tecnocráticos, em torno do seu *projeto nacional-desenvolvimentista* para o Brasil. Por fim, desde 1949, a Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL) produziu ideias, informações e projetos que influenciaram decisivamente o pensamento da esquerda desenvolvimentista brasileira. Mas apesar de sua importância para a esquerda, a CEPAL nunca foi uma instituição de esquerda” (FIORI, 2012, p. 1).

entre unidade e fragmentação. Mas, um novo *divórcio entre a esquerda e o desenvolvimentismo* veio, conforme Fiori, com o golpe de 1964, repondo a dominância do desenvolvimentismo de direita, militar e conservador, em cena<sup>15</sup>.

Para Ricardo Bielschowsky, conforme identifica Marcelo Ridenti (2009), o desenvolvimentismo é concebido por perspectivas e pontos de vista diferentes: o *desenvolvimentismo do setor privado* (Roberto Simonsen como exemplo); o *desenvolvimentismo do setor público não-nacionalista* (Roberto Campos como expressão); o *desenvolvimentismo público nacionalista* (Celso Furtado à frente), e a *corrente socialista*, marcada pelas formulações do PCB.

Centramos a partir daqui uma breve reflexão sobre o ideário da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), em particular o pensamento de Celso Furtado<sup>16</sup>, demarcando sua contribuição e a crítica a ele feita. Esse percurso pode ter muito a dizer sobre o chamado “retorno do desenvolvimentismo” hoje. Assim, sendo o pensamento da CEPAL o alicerce da formulação teórica e da ação política desse modelo desenvolvimentista mais elaborado<sup>17</sup>, é importante apontar o que foi e o que significou esse pensamento; qual sua contribuição para interpretar a realidade desses países latino-americanos e suas proposições para enfrentar os problemas da pobreza e da desigualdade, do subdesenvolvimento e do desenvolvimento diante do capitalismo hegemônico que se expandiu para essa região e para o Brasil.

A CEPAL foi criada em 1948, pós-segunda guerra mundial, pelo Conselho Econômico e Social das Nações Unidas (ONU)<sup>18</sup>, cujo objetivo era diagnosticar a realidade dos países latino-americanos, incentivar a cooperação econômica entre eles e ajudar no seu desenvolvimento, a fim de reduzir as desigualdades econômicas e sociais frente aos países centrais do capitalismo, tendo como foco central o processo de modernização e industrialização.

<sup>15</sup> Para o autor (Idem, p. 2), um primeiro “divórcio entre a esquerda e o desenvolvimentismo” se deu com a instalação do Estado Novo durante a Era Vargas.

<sup>16</sup> Ao apontar um dos “três grandes momentos da recepção da obra de Furtado pelo *mainstream* das ciências sociais brasileiras”, Vera Cepêda destaca: “O período áureo do nacional desenvolvimentismo, entre as décadas de 1950 e 1960, concomitante com a primeira fase da produção intelectual de Furtado, em que é lapidada a sua Teoria do Subdesenvolvimento e definida a estrutura teórico-política do projeto desenvolvimentista. Nesse momento, Furtado impõe-se, simultaneamente, como intérprete do Brasil e como proponente de um projeto de mudança social orientada” (CEPÊDA, 2012b, p. 91).

<sup>17</sup> A CEPAL contou com intelectuais, como: Raúl Prebisch, Celso Furtado, Ignacio Rangel, Aníbal Pinto entre outros. É importante destacar que essa escola de pensamento não era homogênea, pois seus intelectuais mobilizavam e articulavam matrizes diferentes para a interpretação da realidade social e do desenvolvimento, ainda que se orientassem por diretrizes e objetivos gerais dessa instituição.

<sup>18</sup> A CEPAL é uma das cinco comissões econômicas da ONU, constituída por 44 estados e oito territórios não independentes como membros. Além dos países da América Latina e Caribe, fazem parte da CEPAL: Canadá, França, Japão, Países Baixos, Portugal, Espanha, Reino Unido, Itália e Estados Unidos.

Cabe registrar, aqui, três aspectos relevantes do contexto mundial no momento de criação e consolidação da CEPAL. O *primeiro*: do ponto de vista geopolítico mundial, nesse cenário do pós-guerra, os Estados Unidos (EUA) emergem como potência hegemônica global do capitalismo. Num outro campo territorial, a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) passou a conformar um bloco geopolítico de enfrentamento com o bloco liderado pelos EUA, o que mais tarde ficou conhecido como *Guerra Fria*. A permanente tensão entre os dois blocos exerceu profunda influência no continente latino-americano, posto a disputa territorial para ampliar suas respectivas áreas de influência<sup>19</sup>.

O *segundo* aspecto: nesse mesmo cenário, foram criados o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial, organismos financeiros multilaterais controlados e liderados pelos países centrais do capitalismo, sobretudo os EUA, para subsidiar e orientar as políticas de desenvolvimento dos países periféricos. Isso implica dizer que a criação dessas organizações internacionais/regionais não pode ser descolada desse jogo de interesses e de poder em nível global, regional e nacional, assim como não devem ser concebidas como *puro reflexo* e reprodução dos centros hegemônicos de poder, sobretudo as organizações regionais<sup>20</sup>.

Quanto ao *terceiro* aspecto, foi nesse momento que se estabeleceu o processo de implementação e desenvolvimento do *Welfare State* (*Estado de bem-estar social*), que se concentrou, especialmente, na Europa ocidental, assumindo o Estado um papel de gerenciador, regulador e indutor das políticas públicas e do desenvolvimento, provendo um maior crescimento da economia associado à garantia de direitos trabalhistas e sociais, levando a um período de grande prosperidade, o que ficou conhecido como *os anos dourados* (HOBSBAWM, 1995)<sup>21</sup>.

---

<sup>19</sup> Essa influência pode ser exemplificada tanto pelo apoio do Bloco Soviético aos processos revolucionários de Cuba (1959), Nicarágua (1979) e a outros movimentos de transformação política, como o ocorrido no Chile no início da década de 1970; quanto pela atuação do Bloco Capitalista, que financiou e apoiou as ditaduras militares na região, em particular no Brasil, no Chile, na Argentina.

<sup>20</sup> Conforme assinala Ricardo Bielschowsky (2000), a própria criação da CEPAL enfrentou resistência por parte do centro hegemônico do capitalismo, em especial dos EUA, pois ela expressava uma tomada de posição e busca de construção de novos caminhos teóricos e políticos de desenvolvimento para a América Latina. Na análise de Fiori (1998), nesse contexto, a CEPAL assume um importante papel teórico e político na região, contudo o *desenvolvimentismo*, que começava a se desenhar com mais vigor nos anos 50, era um *desenvolvimentismo consentido* face à hegemonia norte-americana e ao *Welfare State* europeu, no bojo da geopolítica da Guerra Fria.

<sup>21</sup> A partir dos anos 30 nos “países capitalistas líderes”, Francisco de Oliveira (1998, p.87-88), ao deslocar sua análise para a *mercadoria trabalho*, sugere, provocativamente, a ideia emergente do *modo de produção socialdemocrata*, expresso nas *políticas do antivalor*, que era “uma forma de socialização do excedente” mediada pelo fundo público. Daí Oliveira identificar o alargamento do conflito de classes para além da esfera privada, dando-se, também, na *esfera pública*.

No âmbito da América Latina, em particular no Brasil, o processo de industrialização, modernização e urbanização, iniciado nos anos 30, passou a avançar e a ganhar novos contornos a partir dos anos 1950, contudo, mantendo e reproduzindo tanto uma profunda pobreza e desigualdade social interna, quanto uma relação de dependência e subordinação em relação aos países centrais do capitalismo, expressões de sua formação socioeconômica *subdesenvolvida e periférica* (FURTADO, 2009; 2007).

Para o pensamento Cepalino e, em particular para Celso Furtado, a manutenção e reprodução de uma condição agro-exportadora (de matérias-primas), da periferia para o centro e, de importadora de produtos industrializados, em fluxo inverso, levavam a uma relação econômico-comercial internacional desfavorável para os países periféricos, posto as relações de troca desiguais entre centro e periferia do capitalismo, dificultando, assim, tanto o desenvolvimento industrial e a modernização da periferia, como a superação do subdesenvolvimento (FURTADO, 2009; BIELSCHWSKY, 2000).

Isso explicitava que, nas relações econômicas internacionais entre *centro* (produtor de bens industriais) e *periferia* (produtora de matérias-primas semielaboradas para exportação), os países periféricos estavam em profunda desvantagem, haja vista a *deterioração dos termos de troca de seus produtos*, que concentravam os maiores preços e um menor desenvolvimento tecnológico, diferentemente dos países centrais, que tinham o preço de seus produtos mais vantajoso e com maior progresso tecnológico, o que demarcava uma relação de atraso e subordinação do desenvolvimento desses países periféricos, precisando, por conseguinte, ser enfrentada e superada (FURTADO, 2009; 2002; BIELSCHWSKY, 2000).

Em face disso, a CEPAL se coloca o desafio de enfrentar o subdesenvolvimento dos países latino-americanos, apostando num processo de industrialização e modernização como condição para alcançar um *desenvolvimento autônomo*. Um desses enfrentamentos residia na crítica à *teoria das vantagens comparativas* da escola clássica liberal. Para a CEPAL, essa suposta vantagem comparativa desembocou e legitimou um desenvolvimento dependente, desigual e periférico nesses países da América Latina em relação ao centro, gerando uma transferência de valor de dentro para fora, sendo necessário reverter isso, gerando um desenvolvimento para dentro, que possibilitasse uma acumulação interna de capital.

Para tanto, era preciso apostar em um modelo de *industrialização substitutivo de importação*, gerando, ampliando e diversificando sua base produtiva interna, combinando e articulando, agora, o desenvolvimento da indústria de base, de bens de capital, de bens de consumo duráveis, com o setor agrícola, e criando um mercado interno de consumo mais amplo. Dentro desse ideário Cepalino, quem deveria estar à frente para impulsionar esse

processo de industrialização e modernização da América Latina deveria ser o *Estado*, planejando as ações e políticas de desenvolvimento, distribuindo renda e combatendo a pobreza e a desigualdade (FURTADO, 2009; 2002; BIELSCHWSKY, 2000).

Ao se referir à contribuição da CEPAL, Fiori (1998) destaca três “novidades” dessa formulação: primeira é a crítica ao postulado do “comércio mundial livre” do liberalismo clássico, posto que este não disponibiliza os recursos de maneira justa e favorável ao crescimento do conjunto dos países; segunda, o desvelamento de que não existe um “sistema de Estados nacionais equivalentes”; e a terceira é a formulação da noção de “centro e periferia”, que coloca em outros termos a compreensão da relação entre desenvolvimento e subdesenvolvimento.

Isto é, existem países que têm hegemonia, controle do desenvolvimento tecnológico e que chegam à periferia. Portanto, diferentemente, do que Ricardo pensou, a especialização levou a uma divisão de funções no mercado internacional que, espontaneamente, fará com que esses países periféricos não consigam recuperar o seu atraso (FIORI, 1998, p. 75).

Assentado nesse ideário, o pensamento cepalino se contrapôs a teses e postulados do pensamento liberal, da economia clássica e neoclássica, contestando a ideia de subdesenvolvimento como sinônimo de atraso, de ausência de desenvolvimento; assim como o desenvolvimento como um processo de modernização, ou seja, como a transição da sociedade tradicional à sociedade moderna, implicando a cristalização da perspectiva histórica linear e evolucionista-modernizante.

Para o pensamento furtadiano, o tratamento teórico-analítico do subdesenvolvimento precisava ser deslocado para o âmbito do sistema *centro-periferia*, compreendendo-se, a partir de então, como fenômeno histórico-estrutural dos países periféricos. Isto é, como produto da conformação de estruturas socioeconômicas e políticas desiguais em relação àquelas vigentes nos países centrais, sobretudo em termos de geração e absorção de progresso técnico e transferência de valor da periferia para o centro, contrapondo-se, assim, à tese de um mero estado de atraso natural e um problema em si desses países.

Para Furtado (2009), o subdesenvolvimento deve ser concebido como um *processo histórico autônomo*, isto é, particular da periferia do capitalismo, mas na relação com esse sistema dominante central, o que põe por terra a tese de ser uma *etapa* pela qual tenham, necessariamente, passado as economias que já alcançaram grau superior de desenvolvimento.

Segundo o argumento furtadiano, o subdesenvolvimento nos países periféricos derivava do desenvolvimento nos países centrais. A superação do subdesenvolvimento exigiria a adoção de políticas distributivas que visassem à apropriação nacional dos excedentes, favorecendo o crescimento do mercado interno e o estímulo à geração de poupança e ao investimento

produtivo, revertendo a exportação de capitais e a reprodução da desigualdade, facetas conjugadas do imperialismo e da dependência (GODOY, 2007, p. 6).

Ao identificar essa face subdesenvolvida do país (e no sentido *latu* da região) como determinante histórico-estrutural, Furtado apresenta e propõe uma outra face, o *desenvolvimento*, mas sob um viés desenvolvimentista, imprimindo marcas originais, visto e escrito a partir da periferia do sistema capitalista. Para Cepêda (2012b), no aprofundamento da formulação teórica de Furtado “aninham-se duas teses distintas, geralmente tomadas como uma concepção única: a Teoria do Subdesenvolvimento e o projeto de desenvolvimento, teses complementares, porém diversas”.

A Teoria do Subdesenvolvimento tem como eixo o exame da formação da sociedade brasileira pautado pelo método histórico-estruturalista. Debruça-se sobre a herança colonial, o passado que construiu as bases do atraso e o teto limitador do desenvolvimento nacional (econômico e/ou político) sob a batuta das restrições legadas pelo modelo primário-exportador – é um diagnóstico da formação de nossos *déficits*. Já a Teoria do Desenvolvimento interroga as limitações estruturais do subdesenvolvimento em situação de *take off*, procurando arquitetar as estratégias de sua superação sob a condição *sui generis* do subdesenvolvimento. É um prognóstico e, principalmente, uma teoria inédita porque se debruça sobre as peculiaridades do funcionamento do capitalismo em situação periférica (CEPÊDA, 2012b, p. 93).

César Benjamim, ao elaborar um texto para sinopse da obra *Desenvolvimento e subdesenvolvimento* de Celso Furtado, nova edição comemorativa de lançamento, assinala que esse intelectual e “outros de sua geração”:

Contrariando o saber dominante, afirmaram que o subdesenvolvimento não era uma fase histórica comum a todos os países, mas sim uma condição específica de uma parte do sistema capitalista. A formação de economias industriais no centro do sistema e de economias subdesenvolvidas na periferia eram aspectos de um mesmo processo (BENJAMIN, 2009).

Ao se remeter à contribuição do pensamento da CEPAL, relacionando homogeneização social e integração nacional a desenvolvimento, Godoy (2007) afirma:

Segundo o grupo cepalino, o desenvolvimento derivaria da promoção da homogeneização social e da integração nacional. A homogeneização adviria da diminuição das desigualdades sócio-econômicas através de políticas de distribuição e desconcentração de renda, enquanto a política de integração tenderia à implementação de créditos setoriais e planejados que promovessem a diminuição das desigualdades regionais e incentivassem maior integração, comunicação e comércio entre o centro-sul e o norte-nordeste do país (GODOY, 2007, p. 6).

Na esteira da crítica furtadiana ao modelo de desenvolvimento econômico dominante e a seu ideário liberal ortodoxo, cujo princípio fundante é o mercado auto-regulado – ou nos

termos de A. Smith: *a mão invisível do mercado* –, é possível perceber a preocupação de Furtado com a questão humana, política, social e ambiental, que se expressa no processo de civilização em crise (FURTADO, 1974). Nesse sentido, para Furtado, superar essa condição histórico-estrutural do subdesenvolvimento implicava elaborar ideias e ações políticas calçadas em mudanças estruturais com protagonismo do Estado no enfretamento das desigualdades e na garantia e avanço de direitos e da democracia (CEPÊDA, 2012a).

Esse ideário cepalino, em especial o pensamento furtadiano, exerceu influência na política de vários países latino-americanos, como o Brasil. Neste caso, no período dos governos Vargas, JK e João Goulart, a participação de Celso Furtado resultou na criação do Ministério do Planejamento e da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), órgãos que dirigiu. Esse ideário também revigorou o pensamento intelectual crítico, trazendo à tona novas formas de interpretar a realidade da região e do país.

Se até um certo momento os ventos pareciam soprar no sentido da *esperança* no continente latino-americano, em especial na sociedade brasileira, de um novo caminho histórico a ser trilhado de *desenvolvimento autônomo*, um outro cenário, no entanto, que já vinha se forjando por forças dominantes internas e externas, assinalava o desenrolar da instauração de uma *contra-revolução*, fundada e expressa em regimes ditatoriais nesse continente<sup>22</sup>.

Diante de um cenário de crise do pensamento e do modelo desenvolvimentistas, surge nos anos 1960 do século XX, na América Latina, a “Teoria” da Dependência (TD) ou Escola da Dependência, para fomentar essa esteira crítica<sup>23</sup>. Essa teoria nasceu preocupada em compreender os rumos do desenvolvimento do capitalismo na América Latina e no Brasil frente à expansão do capitalismo hegemônico. Nesse campo de debate, estavam Fernando Henrique Cardoso, Enzo Faletto, José Serra, Ruy Mauro Marini, Theotônio dos Santos, André G. Frank e outros. É relevante destacar que esse campo não se constituía e nem se expressava

---

<sup>22</sup> Cabe destacar que, em meados dos anos 50 e início dos anos 60, a sociedade brasileira, em diversos terrenos (das artes, da poesia, da musicalidade, da arquitetura, da intelectualidade, da política etc.), expressava e manifestava uma efervescência criativa e interesse em “inventar” o Brasil como outro país no âmbito da modernidade e inscrevê-lo num outro patamar no cenário internacional, assumindo as *Reformas de Base* (com todas as suas limitações e contradições), nesse contexto, a marca da busca por um caminho alternativo ao dominante. Com o golpe civil-militar, em 1964, entretanto, esse caminho é interrompido violentamente, no plano institucional e simbólico, produzindo uma *diáspora* (intelectual, artística, política) e desferindo um duro corte na história nessa tentativa de inventar o país, ainda que no *subterrâneo social*, a tentativa da reinvenção (do país e do continente) fez-se como forma de resistência.

<sup>23</sup> Ao apontar o segundo momento da recepção da obra de Furtado, Vera Cepêda identifica a “fase crítica e revisionista, entre o final da década de 1960 até parte dos anos de 1990, concomitante ao processo de revisão argumentativa e atualização temática. Esse período pode ser caracterizado, inicialmente, pela mudança na recepção da obra de Furtado, que sofre forte crítica levada a cabo pela teoria da dependência e pelo pensamento marxista” (CEPÊDA, 2012b, p. 91).



de forma homogênea, mas sim sob importantes divergências acerca da interpretação e explicação da América Latina e, em particular, do Brasil.

Nesse sentido, a TD foi um esforço intelectual original e heterogêneo para captar qual o novo sentido tomado pela *dependência* nesses países latino-americanos; qual e como se configurava o capitalismo nessa região e qual a sua relação com o capitalismo hegemônico; qual a possibilidade de desenvolvimento autônomo ou de outra forma de sociabilidade, de modo a apontar para a superação de sua condição de região dependente e subordinada a esse centro hegemônico. A TD foi um rebento próprio, singular, da intelectualidade latino-americana, preocupada em compreender os sentidos do capitalismo nos países desse continente e em imprimir novos caminhos de interpretação e intervenção, haja vista as permanências e mudanças, dinâmicas e novas configurações sociais, políticas, econômicas e culturais que se desenhavam internamente neles e externamente, no centro do capitalismo.

A TD postulava que as relações e condições de *desenvolvimento dependente* da América Latina estavam para além da esfera mercantil e da relação desigual entre nações (sistema centro-periferia). Expressava-se e configurava-se, também, tanto numa dinâmica interna de relações de classes e grupos sociais e processos sociopolíticos de conformação de desenvolvimento, quanto no movimento mundial de capitais, sobretudo na condição de investimentos estrangeiros diretos e na dependência tecnológica. A esses aspectos e fatores, somava-se o *imperialismo*, que na medida em que permeava toda a economia e sociedade dependentes, representava um fator constitutivo de suas estruturas socioeconômicas. Nesse sentido, era a associação e combinação dessas diferentes dimensões que possibilitavam uma outra interpretação da região latino-americana e de seu processo de dependência em relação ao centro dominante do capitalismo internacional.

A obra *Dependência e desenvolvimento na América Latina: ensaio de interpretação sociológica*, de Fernando H. Cardoso e Enzo Faletto (1979), marca o início de um debate mais sistemático sobre o tema da *dependência* dos países latino-americanos. No prefácio, os autores assinalam que o objetivo da obra residia em: a) esclarecer alguns pontos controvertidos sobre as condições, possibilidades e formas do desenvolvimento econômico em países que mantêm relações de dependência com os polos hegemônicos do sistema capitalista; b) e mostrar, implicitamente, que falar da América Latina sem especificar dentro dela as diferenças de estrutura e de história constituía um equívoco teórico de consequências práticas perigosas. Para esses autores, a grande questão da obra era pensar o desenvolvimento *de forma integrada*, associado à questão econômica, aos aspectos sociais e políticos, bem como à relação entre os países subdesenvolvidos e o mercado mundial, o que vai se expressar

na ideia-chave de desenvolvimento como *capitalismo-associado*, que deveria reunir e articular o Estado, o capital nacional e o capital internacional.

Para eles, a TD não concebe o subdesenvolvimento e o desenvolvimento como etapas de um processo *continuum* e evolutivo de modernização, e sim como modos de produção distintos e contraditórios, guardando uma estreita relação estrutural de contradições interna e externa. Essa leitura sugere que o subdesenvolvimento deve ser compreendido como uma forma histórica particular de capitalismo, que possui uma dinâmica interna própria. Além da relação entre nações, era preciso considerar a relação entre grupos e classes sociais e suas dinâmicas e processos internos e externos, em suas várias dimensões: social, econômica, política (CARDOSO; FALETTO, 1979).

(...) considera-se *desenvolvimento* como resultado da interação de grupos e classes sociais que têm um modo de relação que lhes é próprio e, portanto, interesses materiais e valores distintos, cuja oposição, conciliação ou superação dá vida ao sistema sócio-econômico. *A estrutura social e política vai se modificando na medida em que diferentes classes e grupos sociais conseguem impor seus interesses, sua força e sua dominação ao conjunto da sociedade* (CARDOSO; FALETTO, 1979, p. 22, grifos nossos).

O que se quer assinar brevemente por enquanto é que, se a nova forma de dependência tem explicações anteriores à nação, por outra parte a relação interna entre as classes não lhe é alheia; ao contrário, a relação interna entre as classes é que torna possível e dá fisionomia própria à dependência (CARDOSO; FALETTO, 1979, p.36)<sup>24</sup>.

Nesse sentido, para eles, não existe “relação unívoca entre desenvolvimento e sociedade moderna ou entre subdesenvolvimento e sociedade tradicional”. Mais do que assinalar as características estruturais das economias subdesenvolvidas, era necessário analisar como as economias subdesenvolvidas vincularam-se historicamente ao mercado mundial (integração ao mercado global) e a forma sob as quais se constituíram as classes e grupos sociais internos que conseguiram redefinir as relações orientadas para o exterior que o subdesenvolvimento supõe. Essa estrutura e dinâmica internas de *desenvolvimento dependente*, para serem compreendidas na sua concretude, deveriam, também, considerar a relação dialética de integração entre a *estrutura* e a *superestrutura*, de forma a não justapor essas relações, mas concebê-las em “relações e determinações recíprocas” (CARDOSO; FALETTO, 1979, p. 23).

Nessa dinâmica, para eles, a *esfera política* tem papel importante no processo de desenvolvimento dos países periféricos e o problema do subdesenvolvimento dessa região

<sup>24</sup> Sobre a polêmica do lugar e sentido que as *classes sociais* ou *Nação* ocupam na análise de Cardoso e Faletto, ver debate travado entre Francisco Weffort (1970) e Cardoso (1970). Sugiro, também, a consulta ao texto de João Quartim de Moraes (1972) no tocante a essa polêmica.

periférica residia não na conduta dos agentes hegemônicos internacionais em si, mas na forma como o Estado capitalista periférico reforçava e reproduzia um desenvolvimento desigual, dependente e subordinado. Diante desse suposto, era necessário renovar e modernizar as instituições, organizar as relações político-sociais das classes e grupos internos e sua articulação à dinâmica dos centros hegemônicos, a fim de desenvolver ações e políticas que efetivamente pudessem projetar e ocupar um lugar protagonista no desenvolvimento latino-americano e no cenário mundial. Isso se daria com base numa conjugação (*integração*) de esforços entre Estado, capital privado nacional e capital internacional, o que isso daria à economia latino-americana tal margem de *interna-cionalização* que a colocaria nos rumos certos do desenvolvimento. Este, por conseguinte, não poderia se restringir apenas à industrialização, mas deveria assumir uma condição de *industrialização-associada*.

Com base nessas formulações de Cardoso e Faletto, é possível identificar um caminho interpretativo de *desenvolvimento dependente* da América Latina, em especial do Brasil, diferente daquele apresentado pelo pensamento cepalino, que busca dar um maior realce ao estudo das particularidades, para desvendar o processo de desenvolvimento e expansão do capitalismo na região, considerando sua formação histórica, suas forças sociopolíticas e relações de dominação de classe e grupos, referenciando um lugar de dinâmica própria nesse processo de geração e acumulação de capital, em íntima ligação com o centro dominante do capitalismo. Isso possibilita criticar o *dual-estruturalismo* cepalino, concebendo o desenvolvimento para além de sua variável estrutural, integrando as demais dimensões da realidade interna e sua relação externa, concebendo as relações e contradições de classes. Para tais autores, a desconsideração e, por conseguinte, a não compreensão desses processos internos e suas relações externas pelo ideário desenvolvimentista contribuíram para o fracasso do modelo de substituição de importações e do projeto nacional-desenvolvimentista, defendido pela CEPAL no final dos anos 1940 e no correr dos 1950/60<sup>25</sup>.

Para eles, a resolução dessa crise residiria em se abrir e aceitar a penetração do capital estrangeiro que traria a poupança externa na forma de tecnologia industrial ou moeda mundial, superando a escassez nacional de divisas. Com isso, o crescimento econômico

---

<sup>25</sup> Sobre esse debate da *dependência*, Fiori observa que o que esta “teoria [TD] teve de importante e que segue perfeitamente válido foi a sua correta recolocação, do ponto de vista metodológico, da dimensão e dinâmica sociológica e política de um capitalismo que se desenvolveu numa posição hierárquica e periférica, situado, além disso, no espaço imediato da hegemonia norte-americana”. Ele afirma ainda: “a principal contribuição da teoria da dependência, sobretudo na versão Cardoso/Faletto, foi sua discussão da teoria clássica da revolução burguesa: das classes, do poder e do Estado no contexto de um capitalismo que eles caracterizaram como dependente e associado” (FIORI, 1998, p. 78).

permitiria uma melhoria na renda e nos padrões de vida da população em seu conjunto e as desigualdades se reduziriam com políticas sociais impulsionadas por regimes democráticos.

Francisco de Oliveira, em sua obra *Critica à razão dualista* (2003a), reconhece na obra de Cardoso e Faletto uma importante chave interpretativa para compreender e explicar a “dependência” da realidade latino americana, em especial a brasileira. Ao fazer referência a ela, ele diz:

(...) elaboraram uma teoria da dependência cuja postulação essencial reside no reconhecimento de que a própria *ambiguidade* confere especificidade ao subdesenvolvimento, sendo a ‘dependência’ a forma em que os interesses internos se articulam com o resto do sistema capitalista. Afastaram-se, assim, do esquema cepalino, que vê nas relações externas apenas *oposição a supostos interesses nacionais globais*, para reconhecerem que, antes de uma *oposição global*, a ‘dependência’ articula os interesses de *determinadas* classes e grupos sociais da América Latina com os interesses de determinadas classes e grupos sociais *fora* da América Latina. A hegemonia aparece como resultado da linha comum de interesses *determinada* pela divisão internacional do trabalho, na escala do mundo capitalista (OLIVEIRA, 2003a, p. 33)<sup>26</sup>.

Oliveira reconhece, também, que o pensamento cepalino se apresentou como interlocutor importante para polemizar sobre a dinâmica de desenvolvimento capitalista na América Latina, posto as suas contribuições à renovação do pensamento crítico<sup>27</sup>. Contudo, esse autor (2003a), com base num aporte marxista, aponta como limitações desse pensamento um forte *economicismo* e *dualismo* (tradicional-moderno) – um *dual-estruturalismo* –, além de se constituir em uma análise que prioriza um ponto de vista externo, centrado no âmbito das relações entre as nações, desconsiderando a dinâmica interna das relações de classe e de poder político, o que levaria a um equívoco na interpretação dessa realidade do capitalismo na região e no Brasil. Para o referido autor,

No plano teórico, o conceito de subdesenvolvimento como uma formulação histórico-econômica singular, construída polarmente em torno da oposição formal de um setor “atrasado” e um setor “moderno”, não se sustenta como singularidade: esse tipo de dualidade é encontrável não apenas em quase todos os sistemas, como em quase todos os períodos. Por outro lado, a oposição na maioria dos casos é tão somente formal: de fato, o processo real mostra uma simbiose e uma organicidade, uma unidade de contrários em que o chamado “moderno” cresce e se alimenta da existência do “atraso” (OLIVEIRA, 2003a, p. 32).

<sup>26</sup>A referida obra de Oliveira foi publicada primeiramente na forma ensaísta com o título: “A economia brasileira: crítica à razão dualista”, em 1972, depois, esse ensaio foi transformado em livro em 1973.

<sup>27</sup>Oliveira identifica Celso Furtado como um dos grandes intelectuais (“demiurgos”) que produziram uma imaginação social e uma interpretação original do Brasil, ao lado de Gilberto Freire, Sérgio Buarque de Holanda e Caio Prado Jr, que, também, foram assim identificados por Antônio Cândido.

Sob tal perspectiva, Oliveira defende se refazer o caminho interpretativo da realidade latino-americana, em especial a brasileira, tomando as variáveis endógenas, as dinâmicas e os processos sociais, políticos, econômicos articulados e relacionados entre si com as determinações mundiais do processo de expansão do capitalismo. Isso fica bem evidente ao apontar que a “Revolução de 30” se configura como um divisor de águas para a sociedade brasileira, pois marca “o fim de um ciclo e início de outro na economia brasileira: o fim da hegemonia agrário-exportadora e início da predominância da estrutura produtiva de base urbano-industrial”. O processo, por meio do qual, a constituição da posição hegemônica do setor urbano-industrial nascente se concretizou, contou com toda uma dinâmica e um aparato internos, sobretudo do Estado para a regulamentação das relações, dentre as quais de trabalho, e para o processo de acumulação de capital industrial (OLIVEIRA, 2003a, p. 35).

Aqui, está posta uma chave de interpretação diferente e discordante do ideário cepalino, para compreender as novas formas e processos tomados pelo capitalismo na região e no Brasil em especial, a partir da ascensão e desenvolvimento do modelo urbano-industrial. Esse autor advoga, numa forte crítica à teoria do *subdesenvolvimento* ou *desenvolvimentista*, a necessidade de uma “ruptura radical”, posto a sua contribuição para a “não-formação de uma teoria sobre o capitalismo no Brasil, cumprindo uma importante função ideológica para marginalizar perguntas do tipo ‘a quem serve o desenvolvimento econômico no Brasil’”? Essa postura implicou, assinala ele, um desvio de questões teóricas e práticas estruturantes, como a “luta de classes”, a miséria e a desigualdade. Portanto, a teoria do *subdesenvolvimento*, arremata Oliveira (2003a, p. 34), se constituiu na “ideologia própria do chamado período populista; se ela hoje não cumpre esse papel, é porque a hegemonia de uma classe se firmou de tal modo que a face já não precisa de máscara”.

Ao se referir à contribuição do pensamento “(auto)crítico” de Oliveira sobre o *desenvolvimentismo*, Marcelo Ridenti (2009) assinala a relevância dessas chaves interpretativas da “luta de classes”, da dualidade dialética (moderno-tradicional) e dessas condições e dinâmicas internas concretas para a interpretação do desenvolvimento dependente do capitalismo brasileiro.

No âmbito da TD, outros intelectuais, como Ruy Mauro Marini, assinalavam caminhos interpretativos diferentes para a problemática da dependência. Em *Dialética da Dependência*, Marini adverte sobre a relevância do método dialético materialista e os cuidados em seu tratamento para a interpretação dessa região latino-americana, posto as particularidades que o seu desenvolvimento capitalista guarda historicamente em relação ao centro hegemônico do capitalismo. Nesse sentido, ele afirma: “mais do que um pré-capitalismo, o que se tem é um

capitalismo *sui generes*, que só adquire sentido se o contemplamos na perspectiva do sistema em conjunto, tanto em nível nacional, quanto, e principalmente, em nível internacional” (MARINI, 2005, p. 138).

Nesses termos, a *dependência* é concebida como:

uma relação de subordinação entre nações formalmente independentes, em cujo marco as relações de produção das nações subordinadas são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução ampliada da dependência. A consequência da dependência não pode ser, portanto, nada mais do que maior dependência, e sua superação supõe, necessariamente, a supressão das relações de produção nela envolvida (MARINI, 2005, p. 141).

Marini reconhece a contribuição de Gunder Frank para esse debate, ao identificar um processo de *desenvolvimento do subdesenvolvimento*. Contudo, adverte que a situação colonial não é homogênea à *situação de dependência*, ainda que se dê uma continuidade entre ambas. Isso implica repor em outros termos a problemática da colonização e do imperialismo na relação com a questão da *dependência*.

No processo inicial de constituição de seu pensamento, Marini elabora o conceito de *subimperialismo*. Conforme destaca Theotonio dos Santos, Marini já identificava a tendente situação de “capitulação da classe dominante brasileira, diante das tarefas democráticas e nacionalistas, que poderiam viabilizar um desenvolvimento nacional autônomo do país” (SANTOS, 2009, p. 22). E continuando, assevera:

Sua contribuição se tornou mais original quando, após o golpe de Estado de 64, definiu a importância deste para a formação do capital financeiro e sua eminente hegemonia sobre a economia brasileira. Nessa época, forjou o conceito de *sub-imperialismo*. Através dele, mostrava que o nascente capital financeiro brasileiro, surgido no bojo de uma forte dependência do capital internacional, teria de enfrentar a contradição entre sua tendência expansionista – na busca de novos mercados para seus investimentos e produtos – e sua condição subordinada e dependente do capital internacional (SANTOS, 2009, p. 22).

Ao falar desse capitalismo *sui generes* da periferia do capitalismo hegemônico, Marini, por meio do conceito de subimperialismo, indica um caminho de interpretação próprio da realidade latino-americana, em especial a brasileira, na sua relação contraditória interna e com o sistema mundial capitalista, demarcando a emergência de particularidades próprias dessa região/país no processo de acumulação de capital e de relações de conflitos de classes no processo de desenvolvimento. Sobressai, nesse construto, a tese da *superexploração do trabalho*, uma de suas mais relevantes contribuições ao pensamento contemporâneo da região, segundo Sader (2009), Santos (2009) e Martins (2009). Por meio desse conceito, Marini (2005) propõe a ideia do sentido *contraditório da dependência* dos

países latino-americanos em sua relação com o centro dominante do capitalismo, para gerar acumulação de capital e demarcar as relações de classes.

No entanto, o desenvolvimento da produção latino-americana, que permite à região a coadjuvar com essa mudança qualitativa nos países centrais, dar-se-á fundamentalmente com base em uma maior exploração do trabalhador. É esse caráter contraditório da dependência latino-americana, que determina as relações de produção no conjunto do sistema capitalista, o que deve reter a nossa atenção (MARINI, 2005, p. 144).

Martins (2009), ao comentar sobre o tratamento interpretativo diferenciado de Marini<sup>28</sup> e Theotonio dos Santos dado ao tema da dependência em relação à interpretação de Cardoso e Faletto, explica que aqueles entendem que a crise no capitalismo latino-americano não era apenas uma *crise de direção nacional/regional*, pois, para além disso, constituía-se numa *crise de um capitalismo*, que vinculava, de forma subordinada desde meados dos anos 50, seu processo de industrialização às corporações multinacionais e à ampla penetração do capital financeiro internacional.

Assim, longe de significar uma poupança externa, que se integrava às economias latino-americanas, esse capital objetivava lucros e excedentes que eram redirecionados e deslocados para *fora*, aos seus centros de acumulação. Por conseguinte, o resultado a médio e longo prazos era a sangria de divisas dos países da região que se saldava com a *superexploração do trabalho*, criando um poderoso obstáculo ao desenvolvimento autônomo dessa região e à consolidação e aprofundamento do processo democrático.

Ao fazer referência sobre a importante contribuição do pensamento de Marini, Sader (2009) destaca esse aspecto conceitual, dizendo:

O modelo de acumulação de capital das sociedades latino-americanas é enfocado na sua dupla ótica, ambas intrinsecamente articuladas: fornece fatores de produção que permitem a reprodução de capital nas economias centrais do capitalismo e, ao mesmo tempo, condiciona as burguesias da periferia, inferiorizadas na competição pelo mercado internacional, a induzir em nossas formações o processo de superexploração do trabalho. Integra-se, assim, o processo de acumulação em escala mundial e o processo de acumulação em nível nacional, com as características típicas da extração do excedente que a caracteriza (SADER, 2009, p. 31).

<sup>28</sup>Ao referir à polêmica entre essas duas “correntes” da dependência, na resenha *A outra face da teoria da dependência*, Martins diz que Marini foi “acusado por Cardoso e Serra de lutar contra moinhos de vento ao apoiar seu conceito de superexploração num capitalismo imaginário, sem desenvolvimento tecnológico. Marini demonstra claramente não ser este o caso. Ele assinala que esse conceito não só é compatível com o avanço tecnológico, mas expressa certos resultados que se dão através da competição e a concorrência entre os capitais, movidas à inovação. Mediante a concorrência, o grande capital dos países centrais, de maior densidade tecnológica, se apropria dos segmentos mais lucrativos dos mercados mundiais e impõe relações de troca e poder desiguais à burguesia dos países dependentes. Essa, incapaz de suprimir a disparidade tecnológica que reduz seus mercados e deteriora os preços de seus produtos obsoletos, recorre à superexploração do trabalho para compensar a queda da taxa de lucro que daí resulta” (MARTINS, [2007], p. 156-157).

Ao colocar nesses termos o debate da dependência, Marini inova, trazendo novos conceitos para a interpretação da realidade latino-americana e brasileira, em especial, confrontando posições anteriores.

Numa linha crítica à concepção da teoria da dependência de Cardoso e Faletto, focando, em especial, na problemática da articulação entre Estado, capital privado nacional e capital internacional, formando essa noção de *industrialismo-associado*, estudiosos identificam e criticam uma nova lógica de dependência dos países periféricos em relação ao centro hegemônico, que vai se desenhando de forma mais subordinada e dependente e, sobretudo não desvinculada do *imperialismo*<sup>29</sup>, mas como forte resultado dele nas regiões periféricas do capitalismo. À luz dessa abordagem, Duarte e Graciolli assinalam:

Esse movimento de associação ao capital internacional criaria, inevitavelmente, uma estrutura social concentradora e excludente, pela própria lógica de dominação dos interesses de um determinado grupo sobre os demais. Porém, por mais óbvio que fosse, os autores ressaltam que tal fato é próprio do desenvolvimento capitalista, no sentido mesmo em que este tem em sua evolução a condição de concentração de renda e riqueza. Ou seja, a distribuição de renda não seria um obstáculo ao desenvolvimento. De outro lado, essa associação teria como pressuposto a abertura ao capital externo, tanto no sentido de suprir as necessidades de divisas, quanto no de garantir os investimentos diretos, necessários à modernização da estrutura produtiva. Ora, tal abertura nada mais é que uma idéia inicial de desregulamentação e flexibilização dos mercados, o que, na verdade, abriria as portas para a expansão da valorização de capitais na esfera financeira, em detrimento do investimento produtivo (DUARTE; GRACIOLLI, 2007, p. 5-6)<sup>30</sup>.

Ao fazer referência acerca do livro que escreveu com Faletto sobre a *Teoria da Dependência* em sua recente obra: *Xadrez internacional e social-democracia*, Cardoso argumenta:

A ênfase do livro não foi, portanto, na *dependência*, embora ele houvesse sido lido com este viés porque a teoria da dependência estava na moda (apesar de nos havermos oposto explicitamente a esta versão simplificada da teoria do imperialismo). Enfatizamos, isto sim, a variabilidade das formas de integração ao mercado mundial e as alternativas que existiam para o crescimento econômico dos países, mesmo em situações de dependência (CARDOSO, 2010, p. 98)<sup>31</sup>.

<sup>29</sup> Sobre o debate da *Dependência e Imperialismo na América Latina*, ver o texto de João Quartim de Moraes (1972), criticando o tratamento dado por Cardoso e Faletto ao tema do “Imperialismo”.

<sup>30</sup> Consultar os textos e debate resultantes do Seminário *Teoria da Dependência: 30 anos depois*, organizado pelo Instituto de Estudos Avançados da USP em 15 de junho de 1998 na Universidade de São Paulo, com a colaboração dos Departamentos de Economia da FGV e da PUC-SP e dos Departamentos de Sociologia e de Ciência Política da FFLCH-USP.

<sup>31</sup> Cardoso, nessa sua recente obra, afirma que a “nova forma de dependência” entendida por ele e Faletto, no final da década de 60, “era, na verdade, o início do processo que veio a completar-se mais tarde e ser conhecido como *globalização*. (...) Mas, estávamos tratando, sem ter plena consciência disso, de compreender os passos iniciais da globalização (CARDOSO, 2010, p. 98).



A partir de uma abordagem crítica ao pensamento de Cardoso e Faletto, o modelo de desenvolvimento vai estar mais tarde bem configurado na agenda “neoliberal”<sup>32</sup>. Essa agenda vai pautar a reforma e o ajuste estrutural dos Estados latino-americanos, sobretudo na década de 90, em cujo contexto, Fernando Henrique Cardoso vai assumir a presidência do Brasil por dois mandatos (1995-1998 a 1999-2002), efetivando tais reformas e colocando a sociedade brasileira, de forma subordinada e dependente, na onda da globalização<sup>33</sup>.

Dos anos 1960 aos 1980, seguiu-se um processo de críticas ao desenvolvimentismo: além dos autores citados, destacaram-se ainda Maria da Conceição Tavares, Paul Singer, João Manuel Cardoso de Mello, entre outros. Sob uma perspectiva à esquerda, em geral, observa-se que a visão *desenvolvimentista* omitiu as contradições de classes, ao priorizar as contradições entre nações. Com o “Milagre Econômico”, o tema do desenvolvimento ganhou uma versão de direita (*modernização conservadora*), tendo saído gradativamente do foco da esquerda e exigido uma revisão crítica<sup>34</sup>. Depois veio a onda neoliberal e, mais recentemente, com sua crise, surgiu um novo espaço para novas elaborações sobre a presença do Estado no planejamento da economia<sup>35</sup>. Conforme destaca Ridenti (2009), entretanto, é preciso não esquecer a questão então levantada: *a quem serve o desenvolvimento?* Isso, sob pena de serem reeditados os mesmos problemas do passado.

Ao fazer referência a esse esforço teórico-político e ao debate acerca da problemática da “dependência” na América Latina, Boaventura Santos (2012c) reconhece e identifica tanto um desmascaramento e uma desnaturalização do “mito do subdesenvolvimento”, construído epistemológica e ideologicamente pela matriz dominante do pensamento liberal ocidental, para reproduzir uma relação histórica colonial e capitalista subalterna, quanto uma relevante

---

<sup>32</sup> Fiori (2002) entende que no Brasil três projetos societários “conviveram e lutaram entre si durante todo o século XX”. O projeto nascente das ideias do liberalismo clássico e neoclássico, tendo como fio condutor o livre mercado, em que se insere o governo FHC. O Projeto do *nacional-desenvolvimentismo* e o projeto de *desenvolvimento econômico nacional e popular*. Esta terceira alternativa, consoante assinala o autor, nunca ocupou o poder estatal, nem comandou a política econômica de nenhum governo republicano, mas teve enorme presença no campo da luta ideológico-cultural e das mobilizações democráticas da sociedade civil.

<sup>33</sup> Ver *Pós-neoliberalismo*, organizados por Sader e Gentili (1995, vol. I; 1999, vol. II).

<sup>34</sup> Para Cepêda (2012b, p. 92), nesse período, “(...) à laboração intelectual de Furtado, a expansão econômica ocorrida pós-1964 imporia a necessidade de reajuste teórico quanto à afirmação anterior de paralisia no processo de desenvolvimento nacional em situação autoritária. A evidência histórica do milagre econômico levou o autor a rever esse diagnóstico, repensando o “modelo econômico brasileiro” sob a nova perspectiva da industrialização do subdesenvolvimento periférico, centrado na proteção da renda das classes mais abastadas e efeito deletério no mimetismo das formas de consumo.

<sup>35</sup> Cepêda entende que “A fase de recuperação e revalidação do pensamento de Celso Furtado, coincidente com a brecha desenvolvimentista recente (em especial posterior ao final dos anos 1990). Desse momento cumpre destacar a atualização e o ajuste do projeto desenvolvimentista ao cenário mundial do capitalismo globalizado da Terceira Revolução Industrial, reavaliando os limites e possibilidades de uma proposta de desenvolvimento nacional nessa nova configuração, incluindo a detecção de estratégias e focos adequados a esse cenário” (CEPÊDA, 2012b, p. 92).

contribuição teórica do pensamento social subalterno, ajudando a produzir novas formulações e interpretações críticas dessa realidade e arranjos de intervenção a partir da periferia do sistema hegemônico. Isso possibilita, por conseguinte, à imaginação social periférica produzir e influir sobre a elaboração e formatação de novos esquemas interpretativos e retratos sociais a partir desse *lugar não-comum* e alterar as dinâmicas e configurações nas relações de poder entre centro e periferia.

Ao percorrer esse breve trajeto sobre a complexa e larga produção intelectual na América Latina, em particular do Brasil, sobre seu processo de *desenvolvimento capitalista dependente* e sua relação com o centro hegemônico, foi possível identificar um esforço intelectual original, concebido por vários ângulos e perspectivas teóricas, para lançar novas bases de interpretação e compreensão acerca desse tema e dessa região/país, apontando seus limites, dilemas e desafios. Nessa incursão ao tema do desenvolvimento, procuramos delinear alguns traços de um debate que já vinha se fazendo na América Latina, em especial no Brasil, acerca do sentido e *lugar* do desenvolvimento capitalista na periferia e sua relação com o centro hegemônico, demarcando suas formas e ideias de *dependência* diferenciadas e conflitantes. Esse esforço intelectual heterogêneo propiciou um momento profícuo de produção teórico-metodológica para entender a realidade social dessa região/país, levando a um acúmulo e a uma maior consistência do debate teórico e autônomo para sinalizar novos horizontes de interpretação e intervenção política no processo de desenvolvimento da América latina e do Brasil. Isso expressa um criativo trabalho de *imaginação das ciências sociais*, que precisa ser revisitado, revisto e renovado.

## 1.2 PROCESSOS DE GLOBALIZAÇÃO E REDEFINIÇÕES EPISTEMOLÓGICAS

Antes de adentrar no “retorno” do tema do *desenvolvimentismo*, cabe demarcar e fazer um alinhavo, de forma sucinta e mais geral, sobre esse fenômeno da globalização, a fim de inscrever a recomposição e o reposicionamento desse tema do desenvolvimento, em particular na América Latina/Brasil.

Na presente quadra histórica, a sociedade contemporânea vem experimentando, de forma diferente, complexas transformações de ordem *multidimensional* (social, econômica, política, cultural, espacial e ambiental) e *escalar* (local, nacional, regional e global) sem precedentes na história da humanidade, exigindo das ciências sociais e humanas novas formulações teórico-conceituais para realizar sua interpretação e ajustar as lentes na intervenção da sociedade em face da crise socioambiental global.

A despeito dessa metamorfose social, Santos (2002) sustenta a tese de que vivemos num *período transicional* em que o sistema mundial está em transição, trazendo à baila novas dinâmicas e configurações de relações em nível global e local, exigindo novos parâmetros de análise<sup>36</sup>. Nessa sociedade, marcada hegemonicamente pela dinâmica de globalização do sistema capitalista e colonialista de saber e de poder, para esse autor, esse fenômeno da *globalização* deve ser entendido como “uma constelação de diferentes processos de globalização e, em última instância, de diferentes e, por vezes, contraditórias globalizações”.

Para ele, o *modo de produção geral de globalização* desdobra-se em *quatro modos de produção*, que originam *quatro formas de globalização*, assumindo as duas primeiras a expressão da *globalização hegemônica*.

1<sup>a</sup>) *localismo globalizado*: consiste no processo pelo qual determinado fenômeno local é globalizado com sucesso, seja a atividade mundial das multinacionais, a transformação da língua inglesa em língua franca, a globalização do *fast food* americano ou a adoção mundial das mesmas leis de propriedade intelectual, de patentes ou de telecomunicações promovida agressivamente pelos EUA; 2<sup>a</sup>) *globalismo localizado*: consiste no impacto específico nas condições locais produzido pelas práticas e imperativos transnacionais que decorrem dos localismos globalizados. Para responder a esses imperativos transnacionais, as condições locais são desintegradas, desestruturadas e, eventualmente, reestruturadas sob a forma de inclusão subalterna (SANTOS, 2002, p. 65-66, grifos nossos).

Essa globalização hegemônica teve como expressividade marcante o Consenso de Washington, posto como sua matriz norteadora, por meio do qual, em meados da década de oitenta, os Estados centrais do sistema mundial, entendemos, principalmente, aqui: Estados Unidos e Inglaterra subscreveram e definiram um conjunto de normas e regras que passariam a constituir uma agenda determinante da economia mundial, das políticas de desenvolvimento e crescimento econômico e, particularmente, da função do Estado na economia, tendo papel determinante na formulação e implementação dessas políticas macroeconômicas o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Mundial (BID), o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BIRD) e, mais recentemente a Organização Mundial do Comércio (OMC). Por isso, a análise e compreensão desse cenário passa fundamentalmente pelos parâmetros e pressupostos do discurso e da materialidade da lógica e do modelo conhecido como neoliberal<sup>37</sup>.

<sup>36</sup> Santos (2002) identifica esse *período transicional* sob três dimensões: 1) transição no sistema de hierarquias e desigualdades do sistema mundial; 2) transição no formato institucional e na complementaridade entre instituições; 3) transição na escala e na configuração dos conflitos sociais e políticos.

<sup>37</sup> Em relação a uma abordagem histórica sobre esse assunto do neoliberalismo, consultar Perry Anderson (1995). Esse é um tema em que não vamos nos deter aqui, visto que já é um assunto explorado por meio de uma vasta bibliografia. No desenvolvimento do texto, apresentam-se outras referências acerca do assunto. O

Com base nesse documento, os Estados Centrais e, principalmente as agências financeiras multilaterais e as megaempresas multinacionais (da região Norte) passaram a ditar como parâmetros a serem seguidos rigorosamente pelos Estados da periferia e semiperiferia do capitalismo as seguintes orientações ou exigências:

As economias nacionais devem abrir-se ao mercado mundial e os preços domésticos devem tendencialmente adequar-se aos preços internacionais; deve ser dada prioridade à economia de exportação; as políticas monetárias e fiscais devem ser orientadas para a redução da inflação e da dívida pública e para a vigilância sobre a balança de pagamentos; os direitos de propriedade privada devem ser claros e invioláveis; o setor empresarial do Estado deve ser privatizado; a tomada de decisão privada, apoiada por preços estáveis, deve ditar os padrões nacionais de especialização; a mobilidade dos recursos, dos investimentos e dos lucros; a regulação estatal da economia deve ser mínima; deve reduzir-se o peso das políticas sociais no orçamento do Estado, reduzindo o montante das transferências sociais, eliminando a sua universalidade, e transformando-as em meras medidas compensatórias em relação aos estratos sociais inequivocamente vulnerabilizados pela atuação do mercado (SANTOS, 2002, p. 29).

Com base nessas diretrizes do receituário hegemônico, repõe-se a matriz de desenvolvimento, fundada nos preceitos e nos interesses do livre mercado. Este passa a regular, normatizar e controlar, por meio das agências financeiras multilaterais e das empresas multinacionais, as decisões dos Estados nacionais dominados pelo centro do sistema, tendo em vista a definição de suas políticas macroeconômicas, reduzindo, por conseguinte, drasticamente o papel do Estado na economia e na sua responsabilidade na implementação de políticas sociais, provocando tanto um aprofundamento das desigualdades sociais, econômicas e políticas, quanto uma maior subordinação deles a esses atores hegemônicos do centro do poder político, econômico, cultural, tecnológico e militar, fragilizando e fraturando, assim, as instituições e as relações democráticas<sup>38</sup>.

Santos (2007b, p. 80) identifica esse cenário hegemônico como a expressão da *emergência do fascismo social* diante da crise do contrato social da modernidade. Ele “é a nova forma do estado de natureza, e prolifera à sombra do contrato social sob duas formas: pós-contratualismo e o pré-contratualismo”<sup>39</sup>. Esse *fascismo* é um “regime social de relações

---

objetivo aqui é delinear e caracterizar, de forma sintética, o que Boaventura Santos denomina por *globalização hegemônica e contra-hegemônica*.

<sup>38</sup> Essa agenda neoliberal é uma clara reação teórica e político-ideológica tanto ao modelo keynesiano de bem-estar social, que alçou voos nos Estados-Nação desenvolvidos europeus com a chamada “idade de ouro” do capitalismo, quanto ao ideário socialista em marcha à época (ANDERSON, 1995).

<sup>39</sup> Para Santos, “O pós-contratualismo é o processo pelo qual grupos e interesses sociais são excluídos do contrato social sem nenhuma perspectiva de regresso: trabalhadores e membros das classes populares em geral são expulsos do contrato social em virtude da eliminação dos seus direitos econômicos e sociais, tornando-se assim populações descartáveis. O pré-contratualismo consiste no bloqueamento do acesso à

de poder extremamente desiguais, que concedem à parte mais forte poder de veto sobre a vida e o modo de vida da parte mais fraca”.

Como regime social, o fascismo social pode coexistir com a democracia política liberal. Ele a banaliza a ponto de não ser necessário, nem sequer conveniente, sacrificar a democracia para promover o capitalismo. Trata-se pois de um fascismo pluralista, e por isso de uma forma de fascismo inédita. De fato, creio que talvez estejamos entrando num período em que as sociedades são politicamente democráticas e socialmente fascistas (SANTOS, 2007b, p. 81).

Ao identificar uma pressão da *lógica da apropriação/violência sobre a lógica da regulação/emancipação*, ele aponta três formas de *fascismo social*, que refletem mais claramente esse contexto. A primeira delas é o *fascismo do apartheid social*, que retrata a segregação social dos excluídos por meio de uma cartografia urbana dividida em *zonas selvagens e zonas civilizadas*.

As zonas selvagens são as zonas do estado de natureza hobbesiano, as zonas de guerra civil interna existentes em muitas megacidades em todo o Sul global. As zonas civilizadas são as zonas do contrato social, e vivem sob a constante ameaça das zonas selvagens. Para se defenderem, transformam-se em castelos neofeudais, os enclaves fortificados que caracterizam as novas formas de segregação urbana (cidades privadas ou condomínios fechados) (SANTOS, 2007b, p. 80).

A segunda forma é o *fascismo contratual*, que se expressa nas relações de poder desiguais, marcada pela precarização das condições de trabalho, privatização dos serviços públicos e pelas violações e perda de direitos, como saúde, educação, moradia etc. Nesses casos, “o contrato social que orientava a produção de serviços públicos no Estado-Providência e no Estado desenvolvimentista é reduzido ao contrato individual do consumo de serviços privatizados” (SANTOS, 2007b, p. 80).

Ocorre nas situações em que a diferença de poder entre as partes do contrato de direito civil (seja ele um contrato de trabalho ou um contrato de fornecimento de bens ou serviços) é de tal ordem que a parte mais fraca, vulnerabilizada por não ter alternativa ao contrato, aceita as condições que lhe são impostas pela parte mais poderosa, por mais onerosas e despóticas que sejam (SANTOS, 2007b, p. 80).

A terceira forma de fascismo social é o *fascismo territorial*. Esse se caracteriza pela tomada de controle do território do Estado por parte de atores sociais com “forte capital patrimonial”, que cooptam ou violentam as instituições estatais e exercem a regulação social sobre populações do território, alijando sua participação e indo contra seus interesses, transformando patrimônio comum e público em “territórios coloniais privados”.

---

cidadania a grupos sociais que tinham a expectativa fundamentada de nela ingressar: por exemplo, a juventude urbana dos guetos das megacidades do Norte e do Sul globais” (SANTOS, 2007b, p. 81).

(...) trata-se de novos territórios coloniais privados dentro de Estados que quase sempre estiveram sujeitos ao colonialismo europeu. Sob diferentes formas, a usurpação original de terras como prerrogativa do conquistador e a subsequente “privatização” das colônias encontram-se presentes na reprodução do fascismo territorial e, mais geralmente, nas relações entre terratenentes e camponeses sem terra (SANTOS, 2007b, p. 81).

E arremata, assinando, a coexistência entre fascismo social e democracia liberal; estado de exceção e normalidade constitucional; sociedade civil e estado de natureza; e governo indireto e primado do direito. Esse quadro constitui o “projeto original da epistemologia e da legalidade modernas”, no qual o colonial passa a constituir dimensão interna do metropolitano (SANTOS, 2007b, p. 83)<sup>40</sup>.

Para Santos (2003a; 2012e), uma *democracia* para ser verdadeira deveria ser *pós-capitalista*. O capitalismo, afirma ele, “não consegue democratizar a relação central da sociedade que é a relação capital – trabalho. O capitalismo não quer *tributação e redistribuição social*. Existe uma relação de incompatibilidade entre capitalismo e democracia. Portanto, para a construção de democracia radical – de *alta-intensidade* - é necessário garantir e efetivar as condições da democracia, e não colocar a democracia liberal como garantia para todo resto, que é a ideia reinante da *democracia de baixa-intensidade* imposta pelo do Banco Mundial.

Para ele, *democracia*, diferentemente do Modelo de Democracia Liberal, “é toda transformação de relações de poder desigual em relações de autoridade partilhada”, que devem superar a relação estrita de obrigação e regulação vertical entre Estado e Cidadão, ampliando-se e aprofundando-se para sociedade civil, num marco horizontal. Daí ele defender uma *democracia de alta-intensidade* (SANTOS, 2003a; 2012e).

Ao colocar nesses termos, Santos sugere atinar para um sistema hegemônico de dominação muito mais amplo e complexo, contraditório e tenso, em que somente a crítica ao sistema capitalista global tende a perder de vista o processo de dominação colonial do poder e do saber entre Norte e Sul (e no interior de cada uma dessas Regiões), o qual anda de par com a reprodução capitalista, acabando, por conseguinte, de contribuir, historicamente, para a permanência da *invisibilidade* de um conjunto diverso de experiências e perspectivas

<sup>40</sup> Em sua obra *Gramática do Tempo: para uma nova cultura política* (2006), Santos apresenta, além dessas três formas de fascismo que compõem o *fascismo societal*, outras: uma quarta é o *fascismo financeiro*, que é a “forma mais virulenta de sociabilidade fascista. É o fascismo que comanda os mercados financeiros de valores e de moedas, a especulação financeira global, um conjunto hoje designado por economia de cassino”. Uma quinta é o *fascismo da insegurança*, que se refere à “manipulação discricionária da insegurança das pessoas e grupos sociais pela precariedade do trabalho, ou por acidentes ou acontecimentos desestabilizadores, produzindo-lhes elevados níveis de ansiedade e de insegurança quanto ao presente e ao futuro de modo a fazer baixar o horizonte de expectativas e a criar a disponibilidade para suportar grandes encargos para obter reduções mínimas dos riscos e da insegurança” (SANTOS, 2006, p. 335-336).

subalternas, que vêm sofrendo diversas formas de violação de direitos humanos e que podem ajudar a ascender luzes epistemológicas e ações sociais e políticas de contra-hegemonia.

Uma concepção pós-abissal do marxismo (em si mesmo um bom exemplo de pensamento abissal) pretende que a emancipação dos trabalhadores seja conquistada em conjunto com a emancipação de todas as populações descartáveis do Sul global, que são oprimidas mas não diretamente exploradas pelo capitalismo global. Da mesma forma, reivindica que os direitos dos cidadãos não estarão assegurados enquanto os não-cidadãos sofrerem um tratamento sub-humano (SANTOS, 2007b, p. 85).

Daí ele chamar atenção para se olhar para a *Região Sul* (o outro lado da linha abissal) e construir novos esquemas de interpretação (as *Epistemologias do Sul*) e visibilizar as experiências invisíveis, a fim de encontrar tanto novos caminhos de compreensão do mundo quanto novas experiências de transformação social do mundo.

À luz do que foi dito anteriormente, ficamos com a ideia de que o pensamento abissal continuará a auto-reproduzir-se — por mais excludentes que sejam as práticas que origina — a menos que se defronte com uma resistência ativa. Assim, a resistência política deve ter como postulado a resistência epistemológica. Como foi dito de início, não existe justiça social global sem justiça cognitiva global. Isso significa que a tarefa crítica que se avizinha não pode ficar limitada à geração de alternativas: ela requer um pensamento alternativo de alternativas. É preciso um novo pensamento, um pensamento pós-abissal (SANTOS, 2007b, p. 85).

Ao conceber esse fenômeno da globalização como um fenômeno histórico-social carregado de contradições e conflitos, ele vai identificar, além dessa vertente hegemônica neoliberal, também, experiências e perspectivas contra-hegemônicas de globalização, por meio das lutas dos grupos subalternos, principalmente da região Sul. É nesse horizonte que ele aponta a *globalização de resistência*, identificada pelo *cosmopolitismo subalterno* e pelo *patrimônio comum da humanidade*, que constituem as outras duas formas de globalização, num campo contra-hegemônico (SANTOS, 2002).

A primeira diz respeito à “organização transnacional de resistência de Estados-Nação, regiões, classes ou grupos sociais vitimizados pelas trocas desiguais de que se alimentam os localismos globalizados e globalismos localizados”. Nesse caso, a resistência consiste em “transformar trocas desiguais em trocas de autoridade partilhada, e traduz-se em lutas contra a exclusão, a inclusão subalterna, a dependência, a desintegração, a despromoção” (SANTOS, 2002, p. 67). No tocante a esse *cosmopolitismo subalterno*, ele explica e adverte:

De certo modo, o cosmopolitismo tem sido privilégio daqueles que podem usufruí-lo. A forma como retomo esse conceito prevê a identificação dos grupos cujas aspirações são negadas ou tornadas invisíveis pelo uso hegemônico do conceito, mas que podem ser beneficiados pelo uso alternativo do conceito (...) pergunto: quem precisa do cosmopolitismo? A resposta é simples: todo aquele que for vítima de intolerância e

discriminação necessita de tolerância; todo aquele a quem seja negada a dignidade humana básica necessita de uma comunidade de seres humanos; todo aquele que seja não-cidadão necessita da cidadania numa dada comunidade ou nação. Em suma, os socialmente excluídos, vítimas da concepção hegemônica de cosmopolitismo, necessitam de um tipo diverso de cosmopolitismo. Assim, o cosmopolitismo subalterno constitui uma variante oposta. Da mesma forma que a globalização neoliberal não reconhece quaisquer formas alternativas de globalização, também o cosmopolitismo sem adjetivos nega a sua própria especificidade. *O cosmopolitismo subalterno de oposição é uma forma cultural e política de globalização contra-hegemônica. É o nome dos projetos emancipatórios cujas reivindicações e critérios de inclusão social vão além dos horizontes do capitalismo global* (SANTOS, 2007b, p. 84-85, grifos nossos).

Ainda que seu caráter seja visivelmente “embrionário”, Santos defende que o cosmopolitismo subalterno embute “uma promessa real”. Ele diz que para apreendê-lo é necessário realizar aquilo que denomina de *sociologia das emergências*, que pressupõe uma “amplificação simbólica de sinais, pistas e tendências latentes que, embora dispersas, embrionárias e fragmentadas, apontam para novas constelações de sentido referentes tanto à compreensão como à transformação do mundo”. Nesse sentido,

o cosmopolitismo subalterno se manifesta mediante os diversos movimentos e organizações que configuram a globalização contra-hegemônica, lutando contra a exclusão social, econômica, política e cultural gerada pela mais recente encarnação do capitalismo global, conhecida como “globalização neoliberal”. Tendo em mente que a exclusão social sempre é produto de relações de poder desiguais, essas iniciativas são animadas por um *ethos* redistributivo no sentido mais amplo da expressão – compreendendo a redistribuição de recursos materiais, sociais, políticos, culturais e simbólicos –, e como tal baseado simultaneamente nos princípios da igualdade e do reconhecimento da diferença (SANTOS, 2007, p. 83-84)<sup>41</sup>.

A segunda forma – o *patrimônio comum da humanidade* – diz respeito a “lutas transnacionais pela proteção e desmercadorização de recursos, entidades, artefatos, ambientes considerados fundamentais para a sobrevivência digna da humanidade e cuja sustentabilidade só pode ser garantida à escala planetária” (SANTOS, 2002, p. 70).

Ao enunciar nesses termos, Santos compreende que a globalização, em vez de se encaixar no padrão moderno ocidental de *globalização como homogeneização, uniformização e harmonização* consensuada, ela é a expressão de um movimento de tensão e conflito entre interesses hegemônicos e subalternos. Não obstante reconheça a produção e construção social

---

<sup>41</sup> Santos defende que desde o início deste século, “o Fórum Social Mundial tem sido a expressão mais cabal da globalização contra-hegemônica e do cosmopolitismo subalterno. Entre as entidades que dele participam, os movimentos indígenas são, do meu ponto de vista, aqueles cujas concepções e práticas representam a mais convincente emergência do pensamento pós-abissal, o que é muito auspicioso para a possibilidade de um tal pensamento, já que os povos indígenas são os habitantes paradigmáticos do outro lado da linha, o campo histórico do paradigma ‘apropriação/violência’” (SANTOS, 2007b, p. 83-84).



de um consenso em torno da globalização hegemônica neoliberal, ele adverte para a tensão e conflito nesse campo pela direção da hegemonia, assim como, também, tensões e disputas no campo subalterno (SANTOS, 2002).

Ao partir desse pressuposto, ele identifica, portanto, que existe uma “globalização dominante ou hegemônica” produzida e conduzida pelo grande capital, principalmente, pelas grandes empresas trans/multinacionais, pelos organismos financeiros multilaterais (os novos atores hegemônicos) e os Estados centrais do capitalismo, na forma neoliberal, que é a expressão da direção hegemônica. No entanto, ele entende que está em curso, também, uma “outra globalização” ou uma “globalização contra-hegemônica” que emerge e é construída pela e no seio das classes e grupos sociais subalternos ou excluídos, no bojo de uma metamorfose, reconfiguração e dinâmica local-global e global-local<sup>42</sup>.

Essa formulação permite uma aproximação, mesmo considerando suas matrizes teóricas e objetos epistemológicos diferentes, com Milton Santos (2000, p. 18), que assinala a existência de uma *globalização como fábula* (ideológica), outra como *perversidade* (como ela é realmente) e outra como *possibilidade* (uma outra globalização engendrada de baixo para cima), demarcando, assim, a natureza dialética, o caráter dinâmico e contraditório, *hegemônico e contra-hegemônico* desse fenômeno.

O referido autor, ao apresentar essas três premissas, quer, inicial e criticamente, desconstruir a representação de uma globalização irreal, que é construída histórica, social, cultural e politicamente, e transmitida, ideologicamente para a sociedade como natural e perfeita, como se todos e todas, em tempo-espaço real, pudessem participar em condições iguais da tão propalada e pomposa *aldeia global*. Ao desvelar ou desnudar o *rei* da “globalização como fábula”, Milton Santos revela e denuncia a existência de uma “globalização como perversidade”, que se funda na lógica e racionalidade de produção capitalista, em sua versão e fase tecno-informacional e financeira ampliada, global e complexa, geradora e intensificadora das contradições, das desigualdades e da exclusão, que tudo transforma em mercadoria ou *fetich*e como denominava Karl Marx. Essa globalização como “perversidade” vem gerando a dramaticidade do ser humano e do seu habitat Terra, transformando o território em “território do dinheiro”, da dessocialização e desumanização e, portanto, da perda de sentido da existência humana (SANTOS, 2000).

---

<sup>42</sup> Boaventura Santos adverte que o “consenso neoliberal propriamente dito é um conjunto de quatro consensos [globalização econômica, globalização social, globalização política e globalização cultural] (...) dos quais decorrem outros. Este consenso está hoje relativamente fragilizado em virtude de os crescentes conflitos no interior do campo hegemônico e da resistência que tem vindo a ser protagonizada pelo campo subalterno ou contra-hegemônico. Isto é tanto assim que o período atual é já designado por “pós-Consenso de Washington” (SANTOS, 2002, p. 27).

Milton Santos, contudo, com um olhar utópico-crítico, considera que dessa dramaticidade vem emergindo, de maneira não tão transparente, de baixo, um conjunto de forças sociopolíticas populares, que vêm construindo caminhos alternativos e recolocando o valor do ético, do político e do humano no campo da liberdade e da solidariedade, da justiça e da igualdade, da democracia participante, apontando, assim, para além de um campo de resistência, para um campo de possibilidade de que *uma outra globalização é possível*.

Ao considerar a existência de uma globalização hegemônica, conformada segundo a lógica neoliberal e a resistência a ela vinda de um conjunto diverso e plural de forças locais, Boaventura Santos assinala a importância de capturar essa dinâmica mais subterrânea e invisível da sociedade, as outras *constelações de opressão e dominação e as lutas e resistências a elas*, para identificar novas experiências e perspectivas de contra-hegemonia, trazendo à tona e inscrevendo novas vozes, racionalidades e dinâmicas socioespaciais, destronizando o discurso hegemônico do “fim da história” (SANTOS, 2001; 2002; 2006).

Para esse autor, no local, podem-se identificar movimentos contrários e contraditórios ao dominante, pois é de onde diversos sujeitos emergem e se organizam, reterritorializando seus modos de existir e de conviver com a natureza segundo arranjos socioculturais, político-econômicos e ambientais alternativos, segundo outras racionalidades, lógicas e práticas de sociabilidade, ofuscadas e silenciadas pela racionalidade moderna e pelo padrão produtivo hegemônicos. Ele adverte, também, que a teoria crítica marxista, ao priorizar uma abordagem macroestrutural *capital x trabalho*, contribui para ofuscar e silenciar essas experiências sociais de baixo, inviabilizando, assim, identificar tanto novas formas e sentidos de luta e resistência, quanto realizar uma crítica mais ampla e plural ao capitalismo e a reprodução do colonialismo na sociedade contemporânea.

Daí ele fazer menção ao *Paradigma da Localização*<sup>43</sup>. Esse local não pode ser apreendido fora da relação inter-local e local-global. Por isso, ele critica os pós-modernos que se fecham a um determinismo local. Ademais, alerta para o desafio dos movimentos e organizações populares se constituírem em *movimentos altermundistas*, que transcendam a escala local e nacional e suas bandeiras específicas e fragmentadas, por meio do diálogo intercultural, para construção de uma hegemonia ampla e plural (SANTOS, 2003b; 2006).

<sup>43</sup> Santos (2002, p. 72) ao se referir ao *Paradigma da Localização*, entende-o como “o conjunto de iniciativas que visam criar ou manter espaços de sociabilidade de pequena escala, comunitários, assentes em relação face-a-face, orientados para a auto-sustentabilidade e regidos por lógicas cooperativas e participativas. As propostas de localização incluem iniciativas de pequena agricultura familiar, pequeno comércio local, sistema de trocas locais baseados em moedas locais, formas participativas de auto-governo local. Muitas destas iniciativas ou propostas assentam na idéia de que a cultura, a comunidade e a economia estão incorporadas e enraizadas em lugares geográficos concretos, que exigem observação e proteção constantes. É isto que se chama de biorregionalismo”.

Essa pista sugere uma problematização de nossas lentes e instrumentos de interpretação da realidade brasileira (e da *Região Sul* no sentido mais amplo), a fim de capturar os processos e as dinâmicas sociais que se fazem e se batem no seu *brasil profundo*, que tem muito a relevar sobre os limites e as possibilidades, conservação e mudança, possibilitando, assim, tanto uma (re)invenção da imaginação social desse *engima Brasil*, quanto de sua reinvenção social e política.

Assente nesses pressupostos, Santos (2006; 2012a) contribui para lançar uma análise crítica desse fenômeno da globalização, expondo sua natureza sócio-histórica e conflitiva contra sua natureza mítica, inaugurando um novo momento do sistema mundial capitalista e colonialista, exigindo uma revisão crítica do aparato epistemológico e novas formulações conceituais, além de reinvenção de ações sociais e políticas em busca da reinvenção da hegemonia e da emancipação social.

É importante ressaltar que, no presente cenário de crise do modelo neoliberal ou *pós-Consenso de Washington*, que se expressa, mais imediatamente, na crise econômico-financeira eclodida nos Estados Unidos, em 2008, e se espalha para outros continentes, em especial para o Europeu, isso tem demonstrado e se revelado como uma crise do sistema capitalista, que vai para além da dimensão econômico-financeira, desdobrando-se para outras dimensões: socioespacial, política, cultural e ambiental (HARVEY, 2011)<sup>44</sup>.

A implementação em curso de um novo pacote de ajustes estruturais (que impõe contenção rigorosa do gasto público e equilíbrio das contas de pagamento, redução drástica dos investimentos em políticas sociais, perda de direitos sociais e trabalhistas, demissão em massa, intensificação da jornada de trabalho; contenção e combate à imigração; pressão intensa sobre os recursos naturais e territórios de povos e comunidades do campo e da cidade) parece tender para um reposicionamento da agenda hegemônica neoliberal, sobretudo na região *Norte* do capitalismo, intensificando um cenário dramático de maior exclusão e desigualdade, assim como de busca e pressão sobre novos espaços e mercados dos continentes periféricos e semi-periféricos (região *Sul*) do capitalismo. Essa crise parece demonstrar a força do que Boaventura vem denominando de *fascismo social*.

Isso tudo como estratégia para superação da crise e retomada do crescimento econômico, para salvar o sistema e seu modelo de desenvolvimento econômico hegemônico.

---

<sup>44</sup> Ao chamar atenção para a importância da categoria *Espaço* como dimensão de interpretação da realidade contemporânea e de compreensão da ação política, onde, também, dá-se a dinâmica de acumulação ampliada de capital e de luta de classes, o geógrafo David Harvey, frente à metamorfose da dinâmica de acumulação, identifica novos processos e formas de acumulação (*Flexível e Via espoliação*), que reescrevem uma nova geografia do sistema capitalista mundial, assim como seus novos traços hegemônicos e suas contradições, gerando processos de *Desenvolvimentos Geográficos Desiguais* (HARVEY, 2006; 2009; 2010; 2011).

Contudo, diversos movimentos e organizações sociais vêm resistindo a tais medidas e suas implicações sociais, ocupando ruas e praças do mundo em protesto como forma de reação à reação dos países centrais do capitalismo para enfrentar a crise do sistema capitalista<sup>45</sup>.

Esse cenário tem tendido para uma situação limite de uma dupla crise: social e ambiental global, que tem provocado e produzido uma maior contestação do paradigma de sociedade capitalista, em particular de seu modelo de desenvolvimento econômico, e de seu suporte teórico e epistemológico, assim como assinalando a necessidade da construção de alternativas contra-hegemônicas quer de ordem epistemológica, quer de ordem político-social (SANTOS, 2006; 2007a; 2007b; 2012c).

### 1.3 QUESTÃO AMBIENTAL E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: SINAIS DE INFLEXÃO NO DEBATE DO DESENVOLVIMENTO?

Na crise do capitalismo no final do século XIX, é importante rememorar o que já assinalara o cientista social e economista Karl Polanyi, em sua obra *A grande transformação: as origens de nossa época*. Ele critica e evidencia os limites da teoria clássica e neoclássica liberal e do desenvolvimento econômico capitalista europeu do século XIX, assentado na *utopia* do “livre mercado ou mercado auto-regulado”, que reduz, molda e submete a vida social e a natureza às leis e à lógica desse mercado e de suas instituições. Para esse autor, esse modelo de desenvolvimento capitalista, calçado na utopia de progresso e de dominação da natureza pela racionalidade economicista, “não poderia existir por muito tempo sem aniquilar a substância humana e natural da sociedade”, posto que a tendência era substituir fisicamente o homem e transformar seu ambiente num deserto (POLANYI, 1980, p.18).

Na sua crítica ao modelo de desenvolvimento brasileiro dominante no pós-60, Celso Furtado, em sua obra *O mito do desenvolvimento econômico*, escrita em 1974, identificava sinais estruturantes dos limites desse modelo, produto da revolução industrial, assentado na ideologia do progresso, cuja matriz referencial, para o processo de acumulação de capital, residia no progresso tecnológico e na profunda dependência dos recursos naturais não renováveis pelos países centrais; mas a entelúquia concebida fora de qualquer contexto social.

Isso implica, para ele, sérias consequências tanto para o meio físico quanto para os países da periferia do mundo capitalista, explorados para dar sustentação a esse progresso e modelo de desenvolvimento desigual e impactante no meio ambiente – *a dinâmica de acumulação de capital ou geração de valor econômico por meio da exploração desses*

---

<sup>45</sup>Ver os protestos que varreram a Europa (*Movimento dos Indignados*) e os EUA (*Occupy Wall Street*). Consultar a obra “Occupy: movimentos de protesto que tomaram as ruas” (2012).

*recursos*. Para ele, essa compreensão de desenvolvimento é limitada e parcializada dos processos sociais e naturais, haja vista tanto o reducionismo econômico aí presente como a imposição de um modelo estritamente particular para a economia mundial e diversa dos países periféricos, desconsiderando seus contextos sociais próprios e reforçando uma lógica de *dependência* e *subdesenvolvimento*. Para Furtado, desenvolvimento jamais pode ser tratado como sinônimo de crescimento econômico.

Como a política de defesa dos recursos não reprodutíveis compete aos governos e não às empresas que os exploram, e como as informações e a capacidade para apreciá-las estão principalmente com as empresas, o problema tende a ser perdido de vista (FURTADO, 1996, p. 10-11)<sup>46</sup>.

Em face disso, para o pensamento furtadiano, existe um *problema moderno: o caráter predatório do processo de civilização*, particularmente da variante desse processo engendrada pela revolução industrial e sua razão instrumental: a criação de valor econômico, que gera implicações profundas nos processos irreversíveis de degradação do mundo físico e social. Em face desse problema, ele adverte:

Convém não perder de vista que na civilização industrial o futuro está em grande parte condicionado por decisões que já foram tomadas no passado e/ou que estão sendo tomadas no presente em função de um curto horizonte temporal. À medida que avança a acumulação do capital, maior é a interdependência entre o futuro e passado. Conseqüentemente, aumenta a inércia do sistema, e as correções de rumo tornam-se mais lentas ou exigem maior esforço (FURTADO, 1996, p. 13)<sup>47</sup>.

Ao jogar luz nesse problema moderno acerca do caráter predatório do processo de civilização, associado à dinâmica de acumulação de capital e às suas implicações para os processos de pressão e degradação dos recursos naturais, expressos nesse modelo de desenvolvimento, o pensamento furtadiano repõe o tema do *processo de civilização*, tão caro para a modernidade, informado por uma outra perspectiva teórica e ético-política, que concebe o conceito de desenvolvimento para além de sua dimensão econômica (de crescimento econômico), associando-o e relacionando-o às dimensões humana, social, política, cultural e ambiental, assinalando o reconhecimento e valor dos contextos particulares

<sup>46</sup> Em “O mito do desenvolvimento econômico”, Furtado ressalva a importância da Conferência de Estocolmo, realizada em 1972, que trás à tona o estudo sobre “*The Limits to Growth*” [Os Limites do Crescimento] por uma comissão interdisciplinar de cientistas para o Clube de Roma. Ele identifica um momento de inflexão tanto na reelaboração teórica sobre o conceito de desenvolvimento econômico, quanto na necessidade de mudança da agenda política desse modelo de desenvolvimento, sobretudo dos países centrais do capitalismo.

<sup>47</sup> A crise do petróleo e da econômica mundial, no início da década de 1970, em especial para os países periféricos, trouxe um conjunto de implicações. Além de acumularem uma avassaladora dívida externa, as terras e territórios de povos e comunidades tradicionais e camponesas sofreram uma forte pressão e grandes danos socioambientais. Os megaempreendimentos, como os hidrelétricos na Amazônia, exemplificaram bem essa expansão da *fronteira*. Eles estão registrados nos anais da “*década perdida*”, que não foi só econômica, mas social e ambiental, também.

e da autonomia dos Estados e das nações periféricas para o enfrentamento da pobreza e da desigualdade frente às nações centrais do capitalismo, a fim de superar sua condição de *subdesenvolvimento* e de *economia reflexa*. Isso implica dizer que, para Furtado, o processo de desenvolvimento de uma região, nação e mundo precisa ser coerente com a justiça social e com a preservação ambiental (FURTADO, 1996).

Ao se reportar a essa Conferência de Estocolmo ou Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente Humano, o economista Ignacy Sachs (2009) entende que esse evento conseguiu colocar a questão ambiental na agenda internacional.<sup>48</sup> Esse autor destaca que, durante a preparação dessa Conferência, dois campos opostos demarcaram posições, de um polo, o “economicismo arrogante”, que defendia e previa a abundância (*the cornucopians*) e, de outro, o “fundamentalismo ecológico”, composto pelos catastrofistas (*doomsayers*). No tocante ao primeiro grupo, assinala:

(...) consideravam que as preocupações com o meio ambiente eram descabidas, pois atrasariam e inibiriam os esforços dos países em desenvolvimento rumo à industrialização para alcançar os países desenvolvidos. (...) A prioridade deveria ser dada pela aceleração do crescimento. As externalidades negativas produzidas nesse rumo poderiam ser neutralizadas posteriormente, quando os países em desenvolvimento atingissem o nível de renda *per capita* dos países desenvolvidos. O *otimismo epistemológico* era popular entre políticos de direita e de esquerda: soluções técnicas sempre poderiam ser concebidas para garantir a continuidade do progresso material das sociedades humanas (SACHS, 2009, p. 51).

Em relação ao segundo grupo, ele frisa:

(...) os pessimistas anunciavam o apocalipse para o dia seguinte, caso o crescimento demográfico e econômico – ou pelo menos o crescimento do consumo – não fossem imediatamente estagnados. Ao final do século, a humanidade poderia encarar a triste alternativa de ter que escolher entre o desaparecimento em consequência da exaustão dos recursos ou pelos efeitos caóticos da poluição. Alguns desses pessimistas eram *malthusianos*. Para eles, a perturbação do meio ambiente era consequência da explosão populacional, como se o número de não-consumidores – a maioria pobre – importasse mais do que o consumo excessivo da minoria abastarda (SACHS, 2009, p. 51-52).

Para Sachs, ambas as posições foram descartadas nos encontros de Founex e, depois, na Conferência de Estocolmo, emergindo um “paradigma do *caminho do meio*”, demarcando inflexões e consequências éticas e epistemológicas importantes na redefinição do conceito de

---

<sup>48</sup> Sachs lembra ainda que essa Conferência foi precedida pelo Encontro Founex, em 1971, realizado pelos organizadores daquela para discutir, pela primeira vez, a “dependência entre desenvolvimento e meio ambiente”, e foi seguida, depois, de uma série de encontros e relatórios internacionais que culminaram, vinte anos depois, com a Eco-92 no Rio de Janeiro (SACHS, 2009).

desenvolvimento, assim como na ação política e cultural. Para ele, está-se diante de um desafio de construção de um novo *contrato social e natural* (SACHS, 2009, p. 49)<sup>49</sup>.

Quer seja denominado *ecodesenvolvimento* ou desenvolvimento sustentável, a abordagem fundamentada na harmonização de objetivos sociais, ambientais e econômicos não se alterou desde o encontro de Estocolmo até as conferências do Rio de Janeiro, e acredito que ainda é válida, na recomendação da utilização dos oito critérios distintos de sustentabilidade parcial... (SACHS, 2009, p. 54)<sup>50</sup>.

Santos (2005a) aponta essa Conferência como um dos “encontros fundadores” da *teoria do desenvolvimento alternativo*,<sup>51</sup> como contraponto ao paradigma de *desenvolvimento econômico dominante*, cujos projetos operam com a ideia de que a esfera econômica é independente da vida social.

(...) o desenvolvimento alternativo sublinha a necessidade de tratar a economia como parte integrante e dependente da sociedade e subordinar os fins econômicos à proteção destes bens e valores. (...) Nesse sentido, o desenvolvimento alternativo inspira-se nos valores da igualdade e da cidadania, isto é, na inclusão plena de setores marginalizados na produção e no usufruto dos resultados do desenvolvimento. (...) esta linha de pensamento e ação não rejeita a idéia de crescimento econômico (SANTOS, 2005a, p. 46-47)<sup>52</sup>.

Ao se referir a esse contexto e ao Documento dos Limites do Crescimento, resultante dessa Conferência, Porto-Gonçalves (2004) identifica o lugar de reconhecimento que a questão ambiental vai ganhando na agenda pública, em particular no terreno da “contracultura” que põe em cena novos sujeitos e questões, contudo, o “campo ambiental” é capturado por um discurso cientificista dominante, que já vinha sendo criticado pela sua concepção economicista de desenvolvimento. Para ele, com esse Documento, verifica-se “o deslocamento da questão ambiental, enquanto questão cultural e política, e sua assimilação

<sup>49</sup> Explica Sachs (2009, p. 53-54) que esse paradigma “inspirou a Declaração de Cocoyoc, em 1974, e o influente relatório *What Now*, em 1975. Este trata de um *auto desenvolvimento*, endógeno (em oposição à transposição mimética de paradigmas alienígenas), auto-suficiente (em vez de dependente), orientado para as necessidades (em lugar de direcionado pelo mercado), em harmonia com a natureza e aberto às mudanças institucionais”.

<sup>50</sup> Esses oito critérios são: 1. Social; 2. Cultural; 3. Ecológico; 4. Ambiental; 5. Territorial; 6. Econômico; 7. Política (Nacional); 8. Política (Internacional).

<sup>51</sup> Santos (2005a, p. 45) informa que a origem dessa teoria remonta o início dos anos 70 e que ela “é constituída por múltiplas análises e propostas formuladas por críticos dos pressupostos e dos resultados dos programas de desenvolvimento convencionais”. Uma dessas concepções de desenvolvimento alternativo é essa apresentada por Ignacy Sachs.

<sup>52</sup> Além desses aspectos, Santos (Idem, p. 47) identifica nessa formulação o valor atribuído à “sociedade civil” para se pensar e implementar o desenvolvimento a partir da “base”, de baixo para cima, e com participação democrática; outro aspecto é o “privilegio da escala local”, assumindo as “comunidades marginalizadas” o *locus* principal da pesquisa etnográfica e de constituição do poder local; outro aspecto enfatizado são as formas de organização econômica “coletivas e populares” não capitalistas. Ao identificar os limites dessa perspectiva teórica, Santos (e outros intelectuais) vai criticá-la em defesa da busca de uma “alternativa ao desenvolvimento”, e não “de desenvolvimento”, o que veremos à frente.

por parte da lógica técnico-científica que estava sendo, ela mesma, criticada” (PORTO-GONÇALVES, 2004, p. 29).

Para Porto-Gonçalves (2004), numa aproximação com o pensamento de Boaventura Santos, o discurso técnico-científico dominante, nesse mundo moderno-colonial, ao se constituir como o “discurso da verdade (da Verdade com maiúscula, prefere-se)”, leva à “desqualificação de outros saberes, de outros conhecimentos, de outras falas”, invisibilizando e excluindo, por conseguinte, um conjunto de sujeitos e experiências sociais que podem suscitar possibilidades e alternativas de sociabilidade. Diante disso, para ele, é de suma importância “recuperar essa origem do ambientalismo na contracultura e toda a tensão que se estabelece com o *modo de produção de verdades* no interior da sociedade moderno-colonial, onde a ciência e a técnica ocupam lugar de destaque”. Nesse sentido, esse autor identifica um “campo ambiental” marcado e atravessado por correlações de poder desiguais entre classes e grupos sociais. Segundo ele, “veremos aproximações e tensões, no interior do campo ambiental, entre perspectivas mais técnico-científicas e outras mais abertamente preocupadas com questões culturais e políticas”.

Para Porto-Gonçalves, tanto os “nacionalistas” como os “socialistas”, ao colocarem o “*subdesenvolvimento*” como problemática a ser superada e horizonte possível, a saída, o “desenvolvimento”, reiteram e reproduzem uma lógica moderno-colonial, evidenciando que não conseguem pensar fora desses marcos. Nesses termos, sua formulação assume uma posição diferente daquela adotada por Sachs e Furtado, que acreditam e assumem a defesa de um modelo de *desenvolvimento alternativo*, e o aproxima de Boaventura Santos, ao sustentar uma *alternativa ao desenvolvimento*.

Atentemos que o prefixo *sub* indica que se questiona o *aquém* de um modelo que, em si, não está sendo questionado. Sem o saber, reiteravam a colonialidade que pensavam combater. (...) Todos querem ser desenvolvidos como a Europa e EUA e, assim, o horizonte está marcado pela colonialidade do saber e do poder, posto que não se consegue pensar fora dos marcos desse pensamento moderno-colonial (PORTO-GONÇALVES, 2004, p. 22).

Assentado nesses pressupostos, Porto-Gonçalves situa a questão ambiental num terreno de “ordem ética, filosófica e política” (e epistemológica), inscrevendo-a num campo de disputas e conflitos e trata o ambiental e o desenvolvimento como polos em oposição. Com isso, demarca uma diferença de concepção e posição entre “ambientalistas” e defensores do “ecodesenvolvimento” (e do desenvolvimentismo), em que, para ele, é preciso construir um caminho alternativo, com base ambiental, *ao desenvolvimento*, e não só um desenvolvimento alternativo, que reproduz a matriz de pensamento e de produção moderno-colonial.



Dizer que a problemática ambiental é, sobretudo, uma questão de ordem ética, filosófica e política é desviar de um caminho fácil que nos têm sido oferecido: o de que devemos nos debruçar sobre soluções práticas, técnicas, para resolver os graves problemas de poluição, desmatamento, erosão. Esse caminho nos torna prisioneiros de um pensamento herdado que é, ele mesmo, parte do problema a ser analisado (...) Esses últimos duzentos anos culminam, hoje, com a necessidade de se repensar a relação da humanidade com o planeta. [...] Eis o caminho, mais difícil sem dúvida, que haveremos de percorrer se quisermos sair das armadilhas de noções fáceis que nos são oferecidas pelos meios de comunicação, como “qualidade de vida” ou “desenvolvimento sustentável” (PORTO-GONÇALVES, 2004, p. 18).

Passados dez anos da Conferência de Estocolmo, a Organização das Nações Unidas (ONU), no início da década de 1980, retomou esse debate da questão ambiental, criando a Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, em 1983, a fim de realizar um estudo mais amplo e detalhado dessa problemática e lançar diretrizes para formular novas políticas orientadoras de desenvolvimento no mundo globalizado<sup>53</sup>. O documento final desses estudos foi apresentado em 1987, denominado *Our Common Future* (Nosso Futuro Comum) ou Relatório *Brundtland*, em referência à coordenadora da Comissão. Esse Relatório propõe o *Desenvolvimento Sustentável* (DS), que é “aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem às suas necessidades”. Para esse documento, o crescimento econômico precisava estar associado e em coerência com as dimensões social e ambiental, superando, assim, a dicotomia entre essas dimensões e enfrentando os dilemas e desafios do modelo de desenvolvimento dominante.

Dentre os diversos problemas ambientais identificados por esse documento, destacam-se o aquecimento global e a destruição da camada de ozônio (questões e conceitos novos para a época). Ele expressou preocupação em relação ao fato de a velocidade das mudanças estar excedendo a capacidade das disciplinas científicas e das habilidades de avaliar e propor soluções pelos cientistas. Esse Relatório, também, apresentava uma agenda de ações a ser tomada pelos Estados e também definia metas a serem realizadas no nível internacional, tendo como agentes as diversas instituições multilaterais. Dentre as diversas medidas apontadas, constam soluções, como a diminuição do consumo de energia, o desenvolvimento de tecnologias para uso de fontes energéticas renováveis e o aumento da produção industrial nos países não-industrializados com base em tecnologias ecologicamente adaptadas.

Cabe destacar que esse documento, como expressão de um campo de disputas e busca por legitimação de um discurso ambiental junto à sociedade, tem sido marcado por um corte hegemônico liberal, que tem dado as diretrizes e direções para a formulação de programas,

---

<sup>53</sup> A primeira-ministra da Noruega, Gro Harlem Brundtland, foi a indicada pela ONU para dirigir a Comissão.

políticas e de instrumentos jurídicos com base numa ecologia de mercado. Ele não faz, assim, uma crítica ao modelo de sociedade capitalista em busca de uma transformação dessa ordem social, mas sim propõe correções em seu modelo de desenvolvimento, a fim de que o mesmo passe por alguns ajustes: combate à pobreza e defesa da preservação ambiental. Contudo, por ser a expressão de um campo de relações de poder desigual, é importante não desconsiderar o embate de ideias e proposições presentes nesse documento.

Em 1992, no Rio de Janeiro, Brasil, foi realizada a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, a Cúpula da Terra, Eco-92. O conceito de Desenvolvimento Sustentável foi incorporado como um princípio e serviu como base para a formulação da *Agenda 21*, com a qual mais de 170 países se comprometeram. Essa Declaração da Conferência constituiu-se num documento abrangente, apontando diretrizes e metas para a formulação de políticas públicas rumo a um desenvolvimento sustentável, a fim de reduzir o aquecimento global e minimizar os efeitos das mudanças climáticas no mundo<sup>54</sup>.

Na abertura desse documento, reafirmar-se o valor e a importância da Declaração da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, concebida em Estocolmo em 1972, e busca-se avançar a partir desta última, com o objetivo de estabelecer:

(...) uma nova e justa parceria global mediante a criação de novos níveis de cooperação entre os Estados, os setores-chaves da sociedade e os indivíduos, trabalhando com vistas à conclusão de acordos internacionais que respeitem os interesses de todos e protejam a integridade do sistema global de meio ambiente e desenvolvimento, reconhecendo a natureza integral e interdependente da Terra, nosso lar (...) (ONU, 1992, p. 1).

Em relação aos *princípios* dessa Declaração, é possível identificar *avanços* em algumas de suas formulações (como exemplo, *vide* abaixo os princípios 3, 4, 5, 22, 23), mas, também, limites (como o princípio 12) para sua efetivação dadas as contradições e os conflitos que eles encerram e da própria dinâmica concreta da sociedade capitalista. A defesa de pressupostos de livre mercado conjugada com a proteção ambiental e de povos, em particular as classes subalternas (indígenas, quilombolas, ribeirinhos, seringueiros etc.), marca uma dessas grandes contradições e dilemas, e revela um campo socioambiental de relações de

<sup>54</sup> Essa *Agenda 21* nasce da Eco-92 com o intuito de ajudar a formular políticas públicas para uma melhor qualidade de vida em nível global, levando em conta a relação entre o social e o ambiental, com base na proposta de desenvolvimento sustentável no século XXI. Ela pretende “ser não só um diagnóstico dos grandes problemas a enfrentar na relação pobreza/meio ambiente, mas também uma forma de destinação de recurso” (NOVAES, 2002, 36). Dessa Agenda Global, foram demandadas e elaboradas pela sociedade civil, em parceria com órgãos governamentais, as Agendas 21 Nacionais e Locais. No caso do Brasil, a “Agenda 21 Brasileira” iniciou tardiamente, cinco anos após a Rio-92. Ademais, tanto a Comissão Política de Desenvolvimento Sustentável (CPDS) – constituída por movimentos e entidades organizadas da sociedade civil e coordenadora e elaboradora do Documento – quanto a Agenda 21 foram relegadas pelo governo federal à época na e para elaboração das políticas públicas referidas no *Plano Pluri Anual* (PPA) (FBOMS, 2002, p. 35).

poder, assimetricamente estruturado. É importante, ainda, considerar que essas contradições e tensões não se expressam somente entre certos princípios, mas, também, na estrutura de sua formulação interna confrontada com a situação concreta da sociedade. No princípio 22, por exemplo, ao mesmo tempo em que se reconhece o “papel vital” de povos e comunidades tradicionais para gestão ambiental e desenvolvimento, eles são enquadrados, normativamente, por meio dos Estados a uma lógica dominante de desenvolvimento sustentável, desconsiderando suas próprias lógicas de organização socioambiental.

**Princípio 3:** O direito ao desenvolvimento deve ser exercido de modo a permitir que sejam atendidas equitativamente as necessidades de desenvolvimento e de meio ambiente das gerações presentes e futuras; **Princípio 4:** Para alcançar o desenvolvimento sustentável, a proteção ambiental constituirá parte integrante do processo de desenvolvimento e não pode ser considerada isoladamente deste; **Princípio 5:** Para todos os Estados e todos os indivíduos, como requisito indispensável para o desenvolvimento sustentável, irão cooperar na tarefa essencial de erradicar a pobreza; **Princípio 12:** Os Estados devem cooperar na promoção de um sistema econômico internacional aberto e favorável, propício ao crescimento econômico e ao desenvolvimento sustentável em todos os países, de forma a possibilitar o tratamento mais adequado dos problemas da degradação ambiental; **Princípio 22:** Os povos indígenas e suas comunidades, bem como outras comunidades locais, têm um papel vital no gerenciamento ambiental e no desenvolvimento, em virtude de seus conhecimentos e de suas práticas tradicionais. Os Estados devem reconhecer e apoiar adequadamente sua identidade, cultura e interesses, e oferecer condições para sua efetiva participação no atingimento do desenvolvimento sustentável; **Princípio 23:** O meio ambiente e os recursos naturais dos povos submetidos à opressão, dominação e ocupação serão protegidos (ONU, 1992, p. 1).

Como parte da programação, foi realizada a Conferência Mundial dos Povos Indígenas Sobre Território, Meio Ambiente e Desenvolvimento - Rio-92, da qual resultou a Carta da Terra. Ao fazer referência ao aspecto “histórico” na introdução desse documento, a liderança indígena Marcos Terena evidencia padrões de racionalidade e de modos de se produzir e reproduzir social e ambientalmente em conflito, demarcando o *Bem Viver* como exemplo disso, que interpela e questiona a lógica hegemonia moderno-colonial.

Nossos antepassados sempre nos ensinaram a sermos verdadeiros e corajosos, quando queremos vencer desafios e sermos respeitados. Por isso, quando a ONU decidiu realizar a RIO-92, vários indígenas componentes do Comitê Intertribal - 500 Anos de Resistência, responsável pela articulação no Brasil, idealizaram e decidiram concretizar a Conferência Mundial dos Povos Indígenas sobre Território, Meio Ambiente e Desenvolvimento. Não bastava apenas juntar nossos líderes, era preciso que a nossa voz fosse ouvida pelo homem moderno, preocupado com seu futuro. Assim, rebuscando a luta de outros líderes do passado e a iniciativa de 15 estudantes-índios que, em 1980, desafiaram critérios pré-estabelecidos e criaram o primeiro movimento político no Brasil, a UNIND (União das Nações Indígenas), era preciso também na ECO-92 arriscar para que

podéssemos caminhar com nossas próprias pernas. Então sete povos do Alto Xingu - MT e o povo Tukano do Amazonas construíram a Kari-Oca, um templo para abrigar a sabedoria indígena e traduzir um verdadeiro parlamento para a Terra. Uma arquitetura e engenharia que não se aprende nas escolas urbanas, mas certamente numa longínqua aldeia na selva. Plantada como folclore, mas pra nós, um código de vida jamais decifrado pelo homem branco. Um criminoso incêndio, porém, acabou com a Kari-Oca, mas não acabou com o sonho indígena de termos a terra assegurada, de viver com dignidade e de contribuir com o bem estar da humanidade, que vive graves crises sociais e ambientais. Por isso a Declaração da Kari-Oca e a Carta da Terra são documentos históricos que devem ser registrados como documentos oficiais pelos governos e pela sociedade. Nós consideramos assim, afinal foi inspirada na nossa magia de **bem viver** e na íntima relação espiritual, cultural e física com a natureza, um cotidiano que nos permitiu resistir às várias pressões de "integração" e "desenvolvimento consumista" (CARTA DA TERRA, 1992, p. 1-2, grifos nossos).

Em um dos trechos da Declaração de *Kari-Oca*, que compõe esse documento, escreve-se e sustenta-se a *autodeterminação* como um direito e assinala a sobrevivência desses povos, inerentemente, vinculada aos seus territórios e à preservação dos recursos naturais, combinando uma conjugação inseparável entre sociedade-natureza, bens materiais e simbólico-culturais.

Nós, Povos Indígenas, mantemos nossos direitos inerentes à autodeterminação. Sempre tivemos o direito de decidir as nossas próprias formas de governo, de usar nossas próprias leis, de criar e educar nossos filhos, direito a nossa própria identidade cultural sem interferências. Continuamos mantendo nossos direitos inalienáveis as nossas terras e territórios, e a todos os nossos recursos do solo e do subsolo, e das nossas águas. Afirmamos nossa contínua responsabilidade de passar todos esses direitos às gerações futuras. Não podemos ser desalojados de nossas terras. Nós, Povos Indígenas, estamos unidos pelo círculo da vida em nossas terras e nosso meio ambiente (DECLARAÇÃO KARI-OCA, 1992, p. 1-2).

Num dos trechos da Carta da Terra, é possível perceber que os termos nela propostos e estabelecidos questionam a racionalidade e padrões de relações dominantes da modernidade, e lançam o desafio, nos termos de Boaventura Santos (2006), para uma crítica à *razão indolente* e colocam o desafio de pensar e elaborar, sob novos termos, a partir das epistemologias do Sul e da experiência e emergência de seus sujeitos, novos caminhos interpretativos e de sociabilidade. Nesse sentido, nessa Carta, denuncia-se e defende-se:

3. Existem muitos instrumentos internacionais que tratam dos direitos individuais, porém não há declarações que reconheçam os direitos humanos coletivos. Assim, nós recomendamos aos governos que apoiem o Grupo de Trabalho dos Povos Indígenas nas Nações Unidas, para que possam chegar a uma Declaração Universal sobre Direitos Indígenas, atualmente em estudo final; 14. Nossos direitos à autodeterminação devem ser reconhecidos; 18. Devemos manter nosso direito de não sermos pressionados pelas multinacionais, sobre nossas vidas e nossas terras. Todas as incorporações que violarem nossas terras nativas devem ser denunciadas às representações

da ONU a nível internacional; 32. Os nossos territórios sempre viveram total e em permanente relação vital, seres humanos e natureza. Estar neles representa o desenvolvimento de nossas culturas. Nossa propriedade territorial deve ser inalienável (CARTA DA TERRA, 1992).

Esses documentos expressam e testemunham posições, racionalidades e lógicas diferentes, contraditórias e conflitivas, que marcam a Conferência, inscrevendo um território de correlações de poder assimétricas entre povos, classes e grupos sociais dominantes e subalternos em torno de seus projetos, em que o campo ambiental e o desenvolvimento sustentável não estão imunes. Esse é um típico processo de *ambientalização* e de *ambientalização de conflitos* que vêm ocupando diversas agendas (na sociedade política e na sociedade civil) na trama socioambiental contemporânea, de forma plural e conflitiva, que procuram influir, de acordos com os interesses e conteúdos em jogo no campo, nos rumos do debate e da política de desenvolvimento.

Ao tratar dessa noção de “ambientalização”, Henri Acselrad (2010) explica:

Essa pode designar tanto o processo de adoção de um discurso ambiental genérico por parte dos diferentes grupos sociais, como a incorporação concreta de justificativas ambientais para legitimar práticas institucionais, políticas, científicas etc. Sua pertinência teórica ganha, porém, força particular na possibilidade de caracterizar processos de ambientalização específicos a determinados lugares, contextos e momentos históricos. É por meio desses processos que novos fenômenos vão sendo construídos e expostos à esfera pública, assim como velhos fenômenos são renomeados como “ambientais”, e um esforço de unificação engloba-os sob a chancela da “proteção ao meio ambiente”. Disputas de legitimidade instauram-se, concomitantemente, na busca de caracterizar as diferentes práticas como ambientalmente benignas ou danosas. Nessas disputas em que diferentes atores sociais ambientalizam seus discursos, ações coletivas são esboçadas na constituição de conflitos sociais incidentes sobre esses novos objetos, seja questionando os padrões técnicos de apropriação do território e seus recursos, seja contestando a distribuição de poder sobre eles (ACSELRAD, 2010, p. 1).

É marcadamente dominante a posição em fazer reparos e ajustes para enfrentar a crise socioambiental nos marcos do capitalismo e de seu aporte técnico-científico moderno-colonial<sup>55</sup>. Se a Conferência, em certa medida, parece avançar em colocar questões prementes

<sup>55</sup> A ONU, por meio do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), vem apresentando, anualmente desde a década de 90, seus Relatórios de Desenvolvimento Humano. Esse relatório se assenta nos indicadores de renda, escolaridade e perspectiva de vida, para avaliar o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) dos países. Para além de um componente quantitativo (PIB), esse documento, informado pelo aporte teórico de Amartya Sen, busca avaliar os aspectos e dimensões qualitativos, o desenvolvimento das pessoas, a expansão de suas capacidades e oportunidades com vistas ao alargamento de suas liberdades e equidade social. Em 2000, as Nações Unidas lançaram A Declaração do Milênio e Os Objetivos do Desenvolvimento do Milênio com vigência até 2015. Em relação ao segundo documento, os oito objetivos são: “1º. Erradicar a extrema pobreza e a fome. 2º. Atingir o ensino básico universal. 3º. Promover a igualdade entre os sexos e a autonomia das mulheres. 4º. Reduzir a mortalidade infantil. 5º. Melhorar a saúde maternal. 6º. Combater o

para a sobrevivência da humanidade e do planeta Terra, no entanto, a situação concreta de hegemonia global do livre mercado e de sua ideologia neoliberal nesse período é, em clara evidência, a contradição, a *contra-revolução ambiental*, posto o agravamento dos impactos sociais e ambientais produzidos por essa lógica hegemônica, conformando e reduzindo os recursos naturais e territórios como meras mercadorias e campos/trunfos de reprodução do poder dentro da dinâmica de acumulação do capital e da colonialidade.

Nesse sentido, a agenda neoliberal, nesses anos 90, torna-se tanto um forte instrumento de controle político-econômico, social, cultural, territorial e ambiental, quanto um hercúleo obstáculo a mudanças estruturais e subjetivas necessárias, que caminhem ao encontro de uma agenda de justiça socioambiental (LEFF, 2006; PORTO-GONÇALVES, 2004, PORTO-GONÇALVES; HAESBAERT, 2006). Por exemplo, as nações com dívida externa são usadas e subjugadas, posto que esta agenda é imposta como pré-condição para a renegociação da referida dívida, a qual está condicionada à implementação dos programas de ajuste estrutural – *Reforma do Estado* –, determinado e orientado pelas grandes corporações trans/multinacionais, pelos organismos financeiros internacionais, pelos países centrais do sistema capitalista global e pelas classes e grupos dominantes desses países – *periféricos e semi-periféricos* –, que formam um grande bloco hegemônico do capital nesse enredo histórico (SANTOS, 2002).

No tocante à Reforma do Estado na América Latina e, particularmente, no Brasil, Francisco de Oliveira (1999a, p. 72) explica que, “quando se fala da reforma do Estado”, ela trata “do ângulo popular e do ângulo das classes e do bloco dominante”, isso quer dizer do terreno de relações de poder em que ela se encontra. Na gestão presidencial do governo Fernando Henrique Cardoso (1995-1998 e 1999-2002), ocorre “a reforma real” de corte neoliberal, arquitetada pelo bloco dominante, todavia, de costas para sociedade<sup>56</sup>. O que, em termos gramscianos, Carlos Nelson Coutinho (2006a; 2008) vai definir como uma *contra-reforma*, afastando-se do diagnóstico de *revolução passiva à brasileira*.

---

HIV/AIDS, a malária e outras doenças. 7º. Garantir a sustentabilidade ambiental. 8º. Estabelecer uma parceria mundial para o desenvolvimento”.

<sup>56</sup> Oliveira (1999a, p. 72) explica que: “A agenda da última década [90] foi pautada toda ela em torno da reforma do Estado. Quando se fala de privatização, quando se fala de reforma do estatuto de funcionários, está se falando da questão do Estado. Essa questão era e continua sendo crucial para os dois blocos principais, esquematicamente, os dois blocos que em duas grandes eleições, em 89 e em 94, debateram propostas que distinguiam perfeitamente: os dominantes procurando definir o papel do Estado no controle dos dominados, enquanto a oposição procurava precisamente utilizar o Estado para aumentar os conteúdos e espaços de autonomia dos movimentos populares”. Do mesmo autor, é importante consultar o artigo: “Privatização do público, destruição da fala e anulação da política: o totalitarismo neoliberal” (OLIVEIRA, 1999b).

Nesse quadro, o desenvolvimento sustentável, conforme Sachs (2009, p. 55), torna-se incompatível sem que haja restrições às forças do livre mercado. Para o referido autor,

Os acordos recentes sobre propriedade intelectual têm caminhado no sentido contrário, constituindo, conseqüentemente, severo retrocesso para os países em desenvolvimento. Por outro lado, alguns neoliberais chegam ao ponto de propor a liberação da mão invisível do mercado, privatizando todo o capital da natureza e dos serviços do ecossistema para então usá-los como garantia para a emissão de títulos, numa espécie de *curral global* (SACHS, 2009, p. 57)<sup>57</sup>.

Para Porto-Gonçalves (2004, p. 23), esse contexto neoliberal se difere de outros períodos anteriores pelo “desafio ambiental que o acompanha e que, também, o constitui”, pois, a dominação da natureza, até os anos 1960, não era concebida como uma questão e, sim, uma solução, o desenvolvimento. A partir desse período, emerge explicitamente a questão ambiental, mas apropriada e capturada por essa agenda neoliberal. No entanto, conforme o autor, esse período histórico neoliberal “é, paradoxalmente, aquele que levou mais longe a destruição da natureza” na história do processo de globalização desde 1492 (Idem).

A Declaração de 2002 da Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável, realizada em Joanesburgo-África, afirma que o Desenvolvimento Sustentável é construído sobre “três pilares interdependentes e mutuamente sustentadores” — desenvolvimento econômico, desenvolvimento social e proteção ambiental. Esse paradigma reconhece a complexidade e o interrelacionamento de questões críticas como pobreza, desperdício, degradação ambiental, decadência urbana, crescimento populacional, igualdade de gêneros, saúde, conflito e violência aos direitos humanos. O PII (Projeto de Implementação Internacional) apresenta quatro elementos principais do Desenvolvimento Sustentável — sociedade, ambiente, economia e cultura.

No que tange à Agenda 21, construída há vinte anos, segundo Novaes (2002), esses mesmos países assumiram o compromisso em aumentar a ajuda financeira aos países mais pobres, de 0,36% do seu PIB, que significava 57 bilhões de dólares anuais, para 0,70% que representaria o volume financeiro de 120 bilhões de dólares anuais. Na contrapartida, com recursos próprios, calculava-se que os países em desenvolvimento e os países pobres entrariam com 480 bilhões de dólares anuais para resolver os problemas de saneamento, abastecimento de água, educação, saúde etc. No entanto, passados esses anos, essa ajuda externa foi reduzida de 0,36% para 0,22% do PIB (NOVAES, 2002). Não foi também por

---

<sup>57</sup> Além da crítica desferida à concepção de desenvolvimento assentada no *fundamentalismo do mercado*, Sachs crítica, também, a concepção pós-moderna de *pós-desenvolvimento* e a concepção *estatista do socialismo real*. (SACHS, 2008). Sua defesa de um desenvolvimento sustentável exige hoje uma *Moderna Civilização Baseada em Biomassa* (SACHS, 2009).

acaso que a Conferência da ONU, Rio + 10, chamada “Cúpula da Terra”, realizada em Johannesburgo, para firmar os acordos da Conferência Mundial de Meio Ambiente e Desenvolvimento – Eco-92, foi denominada de “Rio – 10” (Rio menos 10), por conta da sua pouca ou quase nada expressividade gerada na concretude da redução dos impactos ambientais e sociais no mundo (NOVAES, 2002; SACHS, 2008)<sup>58</sup>.

No tocante a isso, com base nessas pesquisas do IPCC, Novaes (2002, p. 36,37) alerta, ainda, para a contribuição das ações humanas para tal crise.

As ações humanas já contribuíram com pelo menos 0,6 C° no aumento da temperatura. A temperatura da Terra já subiu 0,8 C°, e 75% devido às ações humanas, mas as pessoas dizem: ‘0,6 é tão pouco...’. Basta lembrar o que acontece no corpo humano quando a temperatura sobe 1 C°, você entra num processo de febre e de problemas que podem ser terríveis (NOVAES, 2002, p. 37).

Essa é uma das razões pelas quais Novaes (2002, p. 38) considera que “estamos vivendo neste momento um impasse dramático no qual várias insustentabilidades se conjugam”, dentre elas a *econômica e social*, que expressam o nível e extremidade de desigualdade no mundo; a *ambiental*, expressa nesse quadro dramático de crise ecológica global; e a política, que ele denomina de *governabilidade*, está expressa na redução da política à *negociação*, regulada pela ditadura do mercado. Daí se falar de um modelo de desenvolvimento hegemônico insustentável: humano, social, econômico, político, cultural, ética e ecologicamente.

Em face desse quadro, Michael Löwy adverte:

Todos os faróis estão no vermelho: é evidente que a corrida louca atrás do lucro, a lógica produtivista e mercantil da civilização capitalista/industrial nos leva a um desastre ecológico de proporções incalculáveis. Não se trata de ceder ao “catastrofismo” constatar que a dinâmica do “crescimento” infinito, induzido pela expansão capitalista ameaça destruir os fundamentos naturais da vida humana no planeta (LÖWY, 2005, p. 41-42).

Para ele, essas mudanças climáticas, expressas em catástrofes dramáticas socioambientais, ocorrentes no mundo atual, puseram fim à *naturalização* que lhes era imputada pela racionalidade dominante e desacreditaram a certeza do modelo de progresso científico-tecnológico e econômico sem limites do capital, repondo o acento na relação

<sup>58</sup> Em relação a esse cenário, o jornalista e ambientalista Washington Novaes (2002, p. 36-37), considerando as “recomendações” do Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas [IPCC], argumenta: “por prudência, as emissões deveriam ser reduzidas em sessenta por cento, pois o quadro é que se elas continuarem no ritmo atual poderemos chegar ao fim deste século com um aumento da temperatura entre 1,4 e 5,8 graus centígrados (C°). [Isso] significa secas terríveis, inundações terríveis, uma elevação do nível dos oceanos em até um metro e vai significar inundações de todas áreas costeiras, onde vivem hoje 40% da população mundial. Mais de trinta países – ilhas podem desaparecer do mapa. A progressão dos chamados desastres naturais ou desastres climáticos já é dramática, os prejuízos materiais ultrapassam já os \$100 bilhões por ano. Neste exato momento, a Ásia está com 10 milhões de desabrigados”.



dialética com o modelo de desenvolvimento das sociedades capitalistas centrais e sua racionalidade econômica do livre-mercado, exigindo, assim, mudanças urgentes nos campos da produção e de consumo, da racionalidade, da política e da cultura, a fim de se construir novos caminhos de sociabilidade e de interação com o meio ambiente no planeta. Nesses termos, ele chama atenção para o cuidado com o viés ideológico em torno do debate da crise ecológica e de seu enfrentamento, por meio do *capitalismo verde ou limpo*.

Não se trata de opor os “maus” capitalistas ecocidas aos “bons” capitalistas verdes: é o próprio sistema, fundado na impiedosa competição, nas exigências da rentabilidade, na corrida atrás do lucro rápido, que é o destruidor dos equilíbrios naturais. O pretenso capitalismo verde não passa de uma manobra publicitária, de uma etiqueta que visa vender uma mercadoria, ou, na melhor das hipóteses, de uma iniciativa local equivalente a uma gota de água sobre o solo árido do deserto capitalista (LÖWY, 2005, p. 50-51).

Diante disso, para além dos quatro consensos da globalização hegemônica assinalados por Boaventura, pensamos que é possível perceber um outro que se afigura e se expressa no *capitalismo verde* (ou limpo e renovável), que tem se revelado de forma mais imediata e que se estabelece em torno do conceito de desenvolvimento sustentável, cuja racionalidade de progresso é redefinida para legitimar o discurso do desenvolvimento (contemplando o ambiental) nos moldes do capitalismo produtivista, consumista e colonialista.

No presente quadro sócio-histórico e geográfico de sinais concretos de crise da “utopia de livre-mercado” e de sua ideologia conservadora, os rastros de impactos sociais e ambientais são evidentes, alarmantes e globalizados, inscrevendo uma nova cartografia territorial de maior exclusão e desigualdade social e de danos ambientais sem precedentes na história da humanidade, colocando, imperiosamente, grandes desafios para a reversão desse cenário de *des-ordem mundial*. De um lado, esse quadro tem reforçado a tendência de territorialização do capital na sociedade contemporânea e, de outro, tem reproduzido, histórica e contraditoriamente, a expansão e intensificação da crise socioambiental de mãos dadas com a colonialidade do saber e do poder no sistema-mundo moderno-colonial (HAESBAERT; PORTO-GONÇALVES, 2006; SANTOS, 2006).

Esse cenário, em grande medida, já tendia para que a Conferência da Rio + 10 fosse cunhada de *Rio – 10* e, conseqüentemente, tivesse implicações e rebatimentos negativos em outras iniciativas, como a Rio + 20, que foi realizada no Rio de Janeiro, em junho de 2012, sob a *etiqueta* da “Economia Verde”, encurralada pela pressão mais intensa da crise econômico-financeira mundial de 2008 e pelo agravante quadro da mudança climática global, constatado no Quarto Relatório do IPCC (2007), exigindo mudanças urgentes e estruturantes

no padrão de produção e consumo, na política e matriz energética, para reduzir a emissão dos gases poluentes e reverter minimamente o aquecimento global e suas consequências globais<sup>59</sup>.

Ao se recuperar essa recente Conferência da Rio + 20, cujo título do documento foi: *O futuro que queremos* (2012), é possível identificar a seguinte assertiva em defesa do *desenvolvimento sustentável* e da *economia verde*<sup>60</sup>.

Nós urgimos uma ação ousada e decisiva sobre o objetivo e temas da conferência. Nós renovamos nosso compromisso com o desenvolvimento sustentável e expressamos nossa determinação em buscar uma economia verde no contexto do desenvolvimento sustentável e da erradicação da pobreza. Nós reiteramos nossa determinação em fortalecer a estrutura institucional para o desenvolvimento sustentável. Juntas, nossas ações devem cobrir as lacunas de implementação e obter uma maior integração entre os três pilares de desenvolvimento sustentável – o econômico, o social e o ambiental (CONFERÊNCIA..., 2012, p. 3).

A *economia verde* é colocada como “meio” para se alcançar a “meta mais geral” que é o *desenvolvimento sustentável*. A despeito disso, diz o documento no seu item 26.

Nós reconhecemos que a economia verde no contexto do desenvolvimento sustentável e da erradicação da pobreza deve proteger e melhorar a base de recursos naturais, ampliar a eficiência dos recursos, promover padrões de consumo e produção sustentáveis, e guiar o mundo na direção do desenvolvimento com baixo consumo de carbono (CONFERÊNCIA..., 2012, p. 6).

Esse documento parece reproduzir a equação limitante dessa fórmula nos marcos do capitalismo e do colonialismo sob uma nova discursividade, em que *eficiência energética limpa e renovável* continua ofuscando as questões estruturantes, que esse modelo de desenvolvimento dominante do capitalismo não enfrenta e não pode resolver, senão amenizar, por meio de *políticas verdes paliativas*.

<sup>59</sup> A 15ª Conferência sobre Mudança Climática, conhecida como COP-15, ocorrida em Copenhague em 2009, não conseguiu unificar os objetivos ambientais aos econômicos entre países pobres e ricos e, por conseguinte, não gerou nenhum documento legal de compromisso entre as nações. Não foi por acaso que, no início da Conferência, ela tenha sido intitulada, talvez ingenuamente, de “Hopenhague”, de *hope* (esperança), e no seu término de “Flopenhague”, de *flop* (fiasco), o que expressava o campo realístico-crítico. No recente Relatório do PNUD (2011), intitulado: *Sustentabilidade e Equidade: Um Futuro Melhor para Todos*, é possível perceber a tônica que ganhou o tema da relação socioambiental para o processo de desenvolvimento face à crise global. É importante destacar, como assevera Richard Jolly (2003), que, se o discurso e formulação ampliam o horizonte de debate, contudo, as políticas das Nações, em especial as mais desenvolvidas, parecem caminhar na contramão da história. Ademais, ele destaca que fica evidente, nos Relatórios, que as opiniões não expressam a visão das nações, mas sim de seus cientistas. Ao estudar esses Relatórios de Desenvolvimento Humano do PNUD publicados após a Declaração dos Objetivos do Milênio, a socióloga Maria Rezende (2011), informada por uma perspectiva de Norbert Elias, analisa a *perpetuidade da luta entre processos civilizacionais e descivilizacionais*, identificando a relevância dos documentos em apontarem para busca de processos civilizacionais, mas ver limites no âmbito da efetividade política, posto a reprodução de práticas e de processos descivilizacionais na sociedade contemporânea expressos em modelos de desenvolvimento associados aos interesses de mercado.

<sup>60</sup> Consultar o Comunicado do IPEA: *Os Desafios do Desenvolvimento Sustentável para a América Latina na Rio+20* (IPEA, 2012) e o Dossiê *Sustentabilidade* do Caderno de Estudos Avançados (2012).

Ao tratar da Rio + 20 e de sua relação com o debate do desenvolvimento, focando na questão da “economia verde”, uma liderança do MAB, entrevistada por nós, assume uma postura crítica, destacando:

O discurso da “economia verde” nada mais é do que apropriação do capital, exatamente, desse recurso mineral, desse recurso vegetal, desse recurso animal que nós temos na Amazônia, aí particularmente na Amazônia! Aqui, é o grande “celeiro do mundo” nesse sentido da diversidade das espécies assim por diante. Então, a “economia verde” não é mais do que a apropriação desses bens pelo grande capital e, evidentemente, que o governo vai fazer o mesmo discurso, por que o que é que é o governo? É o braço gerenciador desse capital e o que tá em pauta hoje na Rio + 20 é esse mesmo modelo de desenvolvimento que não desenvolve de fato as regiões. Aí se discute a sustentabilidade. E uma das questões centrais é que a energia produzida a partir das barragens é uma energia renovável, é uma energia ambientalmente saudável, como é que eu posso dizer, me fugiu agora o termo, justa e assim por diante... então, o debate da economia verde não é outra coisa senão a apropriação do grande capital desses esses bens. O que vai ser pautado na Rio + 20 é essa mesma falácia de que a gente não vai mais desmatar a floresta, de que a gente não vai mais poluir o ambiente, de que não vamos destruir a camada de ozônio e por aí em diante. Mas, o modelo não se altera, não se faz o debate do modelo! Se faz um debate ao entorno dessas questões, mas não se toca na parte central, que é a mudança do modelo, mudança daquilo que nós chamamos de paradigma, a mudança do consumo, nesse grau de consumo. Então, a “economia verde”, na minha avaliação, não é o desenvolvimento real dos povos (informação verbal)<sup>61</sup>.

Um membro do ISA e parceiro do MXVPS, em entrevista concedida a nós acerca desse evento e tema, sob uma perspectiva crítica, ressalta:

(...) eu acho que a gente precisa é de uma discussão de verdade, de uma economia verde de verdade, não só de uma economia de verniz verde. Eu acho que muito do que tá na mesa é um verniz, e não o verde de fato. Eu acho que essa diferenciação que precisa ser feita e a discussão precisa avançar nesse sentido, que tenham métodos, certificações, processo de verificação, de transparência, pra que, quem realmente tá inovando, tá produzindo tecnologias ou produtos ou serviços, que considerem toda essa cadeia de valor, que não diga só: “Ah, olhe eu to reduzindo minhas emissões de gás efeito estufa, então, a gora eu sou verde”. Não! Eu quero saber de onde vem a matéria-prima que você compra; de onde vem a matéria-prima que faz a matéria-prima que você compra e de onde vem a matéria-prima, que faz a matéria-prima, que faz a matéria-prima que você compra; o que você vende; pra onde vai; o que impacta; como é que retorna pro seu processo produtivo. Então, ter elementos de mapear essa cadeia e ter iniciativas que vão nesse sentido nós vamos caminhar pra uma economia verde de fato. Isso depende de inovações tecnológicas, depende de inovações nos modelos de negócios e depende de inovações nos processos de verificação e monitoramento dessas cadeias. Eu acho que as condições tão dadas pra isso, a questão é como é que você monta um arranjo que torne isso verdade de fato (informação verbal)<sup>62</sup>.

<sup>61</sup> MABXT. **Entrevista**. [jun. 2012]. Entrevistador: Sérgio Roberto Moraes Corrêa. 2012.

<sup>62</sup> ISAXT. **Entrevista**. [jun. 2012]. Entrevistador: Sérgio Roberto Moraes Corrêa. 2012.

Em relação a esse documento da Rio + 20, Ricardo Abramovay (2012) chama atenção para a seguinte contradição: no ano de 2011, relevantes estudos (inclusive, um número significativo patrocinado pela ONU) revelam que “o sistema econômico mundial já ultrapassa perigosamente algumas fronteiras ecossistêmicas, especialmente no que se refere ao clima, à biodiversidade e ao ciclo do nitrogênio”. No entanto, ao invés de assentar-se nessas considerações, o documento base para a Rio+20 focou como resolução para as problemáticas socioambientais do mundo contemporâneo “o aprofundamento daquilo que já vem sendo feito: ampliar o combate à pobreza e aprofundar a cooperação internacional em direção à ecoeficiência”.

(...) são significativas as conquistas dos últimos vinte anos nessas duas direções. Mas não há condições materiais de persistir no sucesso da luta contra a pobreza caso se perpetue a ilusão de que a desigualdade deve ser enfrentada sem que se altere o poder sobre os recursos ecossistêmicos dos que se encontram nos andares de cima da pirâmide social (ABRAMOVAY, 2012, p. 1).

Numa crítica a essa conferência e sua concepção fincada na “economia verde”, Santos (2012) sustenta que é “uma perversão total transformar a natureza em mercado. Economia verde é suprir o capitalismo com mais capitalismo”.

Na medida em que as questões estruturantes não são colocadas e firmadas para enfrentar essa aguda crise global e nem os mínimos acordos são cumpridos entre as nações e as organizações mundiais, o quadro das mudanças climáticas agrava-se ainda mais. Conforme o mais recente Relatório do IPCC (2013), fica comprovada que a ação humana, em mais de 90%, tem grande influência sobre tais mudanças. Os problemas se agravaram e as metas de redução do aquecimento global, frente ao cenário atual, dificilmente, serão alcançadas, visto o não enfrentamento concreto desse problema, sobretudo pelas nações desenvolvidas e em desenvolvimento. Isso implica dizer que as catástrofes “naturais”, ocorridas com mais permanência na sociedade contemporânea, são resultantes da ação humana, dizemos, do paradigma de produção e consumo da sociedade capitalista e colonialista.

Se a onda conservadora liberalizante e sua forte “ressaca” (sobretudo na Europa) ajudam a explicar e entender esse quadro de retrocesso e de crise socioambiental na atualidade, é relevante, contudo, assinalar um cenário mundial, em particular na América Latina, marcado por continuidades e descontinuidades com a crise da hegemonia neoliberal e ascensão de um quadro *pós-neoliberal* em construção, com a emergência de governos “progressistas de esquerda e centro esquerda”, que buscam imprimir uma “nova” agenda sob o discurso de enfrentamento da pobreza e desigualdade social e de sustentabilidade com

crescimento econômico, em que se identifica um reposicionamento e uma redefinição do papel do Estado e do tema do desenvolvimentismo (BOSCHI; GAITÁN, 2008; DINIZ, 2010; DRAIBE; RIESCO, 2011; KERSTENETZKY, 2011; SADER; GARACIA, 2010; SADER, 2009; 2013; POCHMANN, 2012).

Nesse último decênio do século XX, já era possível identificar com contundência analítica sinais concretos dessa crise de hegemonia do pensamento e do receituário neoliberal, assinalando suas consequências sociais, políticas, econômicas, culturais e ambientais dramáticas para a humanidade e a natureza (SADER; GENTILI, 1995; SADER *et al.*, 1999; HARVEY, 2006; SANTOS, 2002; PORTO-GONÇALVES, 2004).

As consequências da agenda liberalizante, contudo, ainda não foram superadas e demonstram sua dimensão e impacto, posto o quadro social de desigualdade e exclusão, de precarização do trabalho, de desmonte e esgarçamento institucional da democracia e da república em diversos países e continentes, robustecendo tanto a desigualdade entre nações quanto entre classes e grupos sociais, interna e externamente, além de intensificar o alerta sobre a crise ambiental no sistema global. Como exemplo desse quadro, identifica-se a política econômica e cultural (ideológica) de desmonte do *Welfare State* (do Estado de bem-estar social) no continente europeu (BOURDIEU, 1998, 2001), que tende a ruir mais rapidamente com a crise econômico-financeira mundial de 2008, resultante do fracasso dessa agenda de livre mercado e da financeirização do capital e da economia, que tem implicado uma fratura socioambiental e institucional sem precedentes na história (HARVEY, 2011).

O continente latino-americano, em particular a realidade brasileira tratada aqui, embora não tenha experimentado esse modelo de bem-estar europeu, foi impactado profundamente por essa onda liberalizante, produzindo um processo de racionalização e de *modernização conservadora* (VIANNA, 2006), contraditória e avessa às instituições democráticas e à inclusão social, assumindo uma faceta de *Contra-Reforma* (COUTINHO, 2006a; 2008) ou mesmo de um *Ornitórrinco* nos termos de Oliveira (2003b), desfigurando e fragilizando o pouco de democracia, de instituições republicanas e de desenvolvimento construídos no século XX.

Paradoxalmente, se um dos objetivos do ideário neoclássico liberal era enterrar e colocar em xeque tanto esse paradigma *keynesiano* do Estado de bem-estar social, bem como o do *Marxismo*, isso parece tender em sentido contrário, haja vista a retomada dessas matrizes teóricas de pensamento para interpretar a sociedade contemporânea e sugerir políticas e medidas para enfrentar a vigente crise estruturante do capitalismo do século XXI. Cabe frisar, todavia, que essa crise do ideário neoliberal não vem correspondendo, segundo analistas

críticos, nem ao seu fim, nem à construção sólida de caminhos alternativos a ele, o que parece evidenciar, também, uma crise de alternativas no pensamento crítico e no campo progressista de esquerda, como o campo democrático-popular no Brasil, exigindo uma reinvenção e revigoramento do pensar crítico, da sociedade civil e do Estado em busca da *reinvenção da hegemonia* e da *emancipação social* (SANTOS, 2003a; 2006; 2007a).

Nesse cenário contraditório e complexo, o continente latino-americano emerge mais uma vez como um *locus* por excelência para se interpretar os rumos do desenvolvimento do capitalismo e as experiências de resistência a ele, pois se os centros hegemônicos do capitalismo, sobretudo o continente europeu, encontram-se em profunda crise econômica, social e política, parte desse continente latino-americano, há uma década sob a gerência de governos “progressistas de esquerda”, vem apresentando sinais diferentes que exigem reflexão: reposição e redefinição do papel do Estado na economia e do tema do desenvolvimento como estratégia nacional em sua agenda; crescimento econômico; geração de emprego e renda; distribuição de renda, aumento do mercado e do consumo internos entre as classes populares e redução da miséria e da pobreza, maior integração e coesão do Cone Sul e fortalecimento da democracia (BOSCHI; GAITÁN, 2008; DINIZ, 2010; DRAIBE; RIESCO, 2011; SADER, 2009; SADER; GARCIA, 2010; POCHMANN, 2012)<sup>63</sup>.

O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), em seu Comunicado denominado: *A Década Inclusiva (2001-2011): Desigualdade, Pobreza e Políticas de Renda*, apresenta o seguinte quadro da realidade brasileira referente ao índice de Gini.

Após 30 anos de alta desigualdade inercial, o Gini começa a cair em 2001, passando de 0,61 a 0,539 em 2009. Ambos valores são muito próximos dos níveis observados no mundo perto daquelas datas. A escala das distâncias internas entre brasileiros é como uma maquete, similar àquelas observadas entre diferentes nações do mundo. Se o ponto de partida e o desfecho da desigualdade brasileira e mundial se equivalem, o Brasil não é apenas a foto, mas foi também o filme do mundo na alvorada do novo milênio. A saga dos chineses e indianos rumo a melhores condições de vida é a similar de analfabetos, negros e nordestinos (IPEA, 2012, p. 4-5)<sup>64</sup>.

<sup>63</sup> No tocante aos indicadores de avanços nesses países do Cone Sul, consultar o mais recente Relatório do Desenvolvimento Humano 2013 - *A Ascensão do Sul: Progresso Humano num Mundo Diversificado* (PNUD, 2013); e *A hora da igualdade: brechas por fechar, caminhos por abrir* (CEPAL, 2013). Em relação, especificamente, ao Brasil, é importante consultar o Documento: *Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil 2013* (PUND/IPEA, 2013).

<sup>64</sup> O Portal Brasil, em janeiro de 2013, lançou comunicado informando que o IPEA revelou que 3,5 milhões de brasileiros saíram da pobreza em 2012, e que “o Brasil já superou meta do milênio para diminuição da pobreza”. “Além disso, o Brasil já superou, em 12 anos, as metas estabelecidas para reduzir a pobreza pela metade até 2025. De acordo com o estudo, cerca de 3,5 milhões de brasileiros saíram da pobreza no ano passado. Hoje, são cerca de 15,7 milhões de pessoas vivendo na pobreza no Brasil, dos quais 6,53 milhões continuam abaixo da linha de pobreza. Em 2011, esses números eram de 7,6 milhões de pobres e em torno de 19,2 milhões de pessoas na extrema pobreza”.

Nesse mesmo documento, o IPEA destaca esse cenário positivo brasileiro relacionado com os *efeitos ChÍndia* no novo cenário mundial.

A desigualdade de renda mundial começa a cair com o crescimento chinês, indo de 0,63 em 1990 para 0,61 em 2000. E sofre inflexão mais acentuada a partir de 2000, com a entrada do milagre indiano em cena. China e Índia abrigam mais de metade dos pobres da aldeia global. O fato é que depois do crescimento da ChÍndia na década passada, o Gini mundial cai para 0,54 em 2009, chegando pouco depois ao piso da série iniciada em idos dos anos 1960 em 2011, com 0,527 de 2011 recém-calculado a partir da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) (IPEA, 2012, p. 4).

Nesse quadro, como se percebe, a emergência dessa “agenda progressista” invoca nuances históricas de discontinuidades e uma renovação do discurso político, fundado e balizado pelo desenvolvimento, identificado por certos intelectuais como um caminho *pós-neoliberal* em construção, de inflexão, e de resistência à agenda liberalizante, o qual vem reascendendo o debate acadêmico sobre o “retorno desenvolvimentista”.

O sistema capitalista revela em suas crises periódicas momentos especiais de profunda reestruturação. Em realidade, oportunidades históricas em que velhas formas de valorização do capital sinalizam esgotamentos, enquanto as novas formas ainda não se apresentam plenamente maduras no centro dinâmico do mundo. Nessas circunstâncias, nada mais apropriado aos países latino-americanos que considerarem as possibilidades reais e efetivas de assumirem algum grau de protagonismo no desenvolvimento mundial, até então comandado pela antiga divisão hierárquica do poder (POCHMANN, 2012, p 15).

Márcio Pochmann (2012) identifica, nesse cenário, sinais concretos de *novas centralidades mundiais* e o florescimento de *uma nova maioria política*, as quais abrem novas perspectivas para América Latina e *desafios do novo desenvolvimento*.

Para que o curso do novo ciclo de expansão econômica dos países da região latino-americana não repita os erros das duas fases anteriores de forte expansão nacional, a questão social exige um tratamento inovador em direção à maior eficiência e eficácia das políticas de segurança social. Ou seja, a redefinição de ações e a horizontalização do conjunto das políticas de proteção (previdência, assistência e saúde), promoção (educação, cultura e trabalho) e infraestrutura (habitação, urbanismo e saneamento) social (POCHMANN, 2012, p. 19).

Nesse horizonte, a América Latina, em condição particular o Brasil, redefine sua política externa, buscando uma maior integração comercial e política com o Cone Sul, assim como com o centro hegemônico e outros continentes, como Ásia, em especial a China, redesenhando a geopolítica comercial do continente na busca de seu desenvolvimento interno e de sua inserção regional e global, retomando seu investimento em megaprojetos de infraestrutura, para intensificar e alargar seus processos produtivos e suas exportações de

matérias-primas<sup>65</sup>. É importante reforçar, todavia, como já frisado anteriormente, as particularidades, a heterogeneidade e conflitualidades de projetos existentes nessa região, bem como sua relação contraditória para *dentro* e para *fora* dele<sup>66</sup>.

É em face desse cenário de crises, de continuidades e descontinuidades históricas, que, na realidade brasileira (e latino americana no sentido *latu*), há quase uma década, vem sendo reposto o debate acadêmico e político-econômico sobre o “desenvolvimentismo” e o “novo desenvolvimentismo”, colocando em cena “velhas” e “novas” polêmicas sob enfoques diferentes (BRESSER-PEREIRA, 2003; 2006; CARNEIRO, 2012; CEPÊDA, 2012a; DINIZ, 2010; 2011; FIORI, 2011; 2012; BOSCHI; GAITÁN, 2008; POCHMANN; 2012; RIDENTI, 2009-2010; 2009; VIANNA, 2012).

Assim, identifica-se um revigoramento desse tema e desse debate na agenda de pesquisa das Ciências Sociais e Humanas, de formuladores de Políticas Públicas e de diversos atores sociais da sociedade civil, exprimindo profundas tensões e conflitos em torno de concepções e projetos em disputa pela hegemonia na sociedade, o que sugere e exige uma análise desse processo em curso, considerando aqui as dinâmicas e configurações particulares do Brasil, em especial da Amazônia, relacionando com a dinâmica mais ampla e complexa da sociedade regional e global, hegemonizadas pela dinâmica capitalista.

#### 1.4 O “RETORNO” DO DESENVOLVIMENTISMO: UM *FRONT* DE POSIÇÕES EM DISPUTA

Em face desses processos de globalização e crise socioambiental, quais as suas implicações para a retomada do atual debate sobre desenvolvimento na sociedade brasileira? Partimos da premissa de que esse contexto de crise socioambiental global ajuda a redefinir

---

<sup>65</sup> O PAC (*Programa de Aceleração do Crescimento*) do governo federal brasileiro é um exemplo da retomada dos grandes projetos de infra-estrutura (Belo Monte, na Amazônia, e a Transposição do Rio São Francisco, no Nordeste), repondo o lugar do Estado no processo de desenvolvimento do país, com investimento público, gestão público-privada e indução de políticas para viabilizar a dinâmica de acumulação, produção, comercialização e crescimento econômico no horizonte de um viés de desenvolvimento integrado internamente, entre as suas regiões e territórios (rural-urbano, indígenas, quilombolas, povos da floresta), assim como externamente, em especial com o Cone Sul, a fim de ampliar e fortalecer a conquista de novos mercados para *fora* e ampliar e fortalecer seu mercado interno, com incentivo à industrialização e ao consumo das classes “vulneráveis”, para reduzir a pobreza e a desigualdade social. *Vide*, também, o *Programa Brasil Sem Miséria*, que está orientado pelos *Objetivos do Desenvolvimento do Milênio* da ONU e pela abordagem do “Desenvolvimento Humano” de Amartya Sen, que busca ampliar e expandir as capacidades e oportunidades das classes empobrecidas, com objetivo de acabar com a “extrema pobreza”, reduzir as desigualdades e crescer economicamente com sustentabilidade.

<sup>66</sup> Ver IIRSA (*Iniciativa de Integração de Infra-Estrutura Regional Sul-Americana*), criada em 2000 na Região, que delinea um conjunto de grandes projetos, nos setores de transporte, energia e comunicação como forma de ampliar e consolidar os processos de “integração física”, de produção e comercialização, para prover a dinâmica de acumulação e crescimento econômico. Mais recentemente, a criação da UNASUL (União das Nações Sul-Americanas), que vem redefinindo o papel da IIRSA.



esse debate, contudo, é importante considerar a dinâmica interna do Brasil. O que os estudiosos têm a dizer sobre a emergência dessa agenda e de um certo retorno de políticas e ideias desenvolvimentistas?

Uma dessas abordagens é o *Novo Desenvolvimentismo*. Para defensores dessa perspectiva, como o economista Bresser-Pereira (2003; 2006), o Brasil precisa de um novo caminho, com vistas a construir de forma redefinida uma *estratégia nacional de desenvolvimento*, posto seu contexto atual diferente, uma nova realidade, que aponta e enfrenta novos desafios. Para esse autor, essa perspectiva se apresenta como um contraponto ao “antigo desenvolvimentismo” e à “ortodoxia convencional” ou agenda neoliberal que entraram em crise.

Ao se reportar ao anterior *desenvolvimentismo* e sua crise, o referido autor (2006, p. 07) assinala três *razões* para isso: a ideia de “substituição de importações”; o rompimento da aliança nacional, durante a década de 1960; e a “força da onda ideológica da ortodoxia convencional”. A despeito disso, Bresser-Pereira (2006) explica:

Em conseqüência, aquela aliança, essencial para a constituição de nação, é rompida, e a esquerda moderada da América Latina adere às teses da teoria da dependência associada que rejeitava a possibilidade de uma burguesia nacional. Ao fazê-lo, rejeita a própria idéia de nação e de estratégia nacional de desenvolvimento em que estava baseado o nacional-desenvolvimentismo. A grande crise da década 1980 – a crise definitiva do modelo de substituição de importações que o desenvolvimentismo apoiara desde os anos 1940 – o enfraquece ainda mais. A partir de então, o desenvolvimentismo, ainda apoiado pela esquerda burocrático-populista que se formara à sombra do Estado a partir das distorções por que passou essa estratégia de desenvolvimento, mas sem o apoio dos empresários, da esquerda moderna e de grande parte da própria burocracia do Estado, vai, aos poucos, se vendo incapaz de fazer frente à onda ideológica neoliberal que vinha do Norte (BRESSER-PEREIRA, 2006, p. 8).

Ao fazer o contraponto ao *desenvolvimento* com base na *ortodoxia convencional*, ele defende que um país se desenvolverá impelido *pelas forças do mercado*, levando em consideração os seguintes condicionantes: (1) manutenção da inflação e das contas públicas sob controle; (2) realização das reformas microeconômicas orientadas para o mercado; e (3) obtenção de poupança externa para financiar seu desenvolvimento, dada a falta de poupança interna (BRESSER-PEREIRA, 2006, p. 19).

Aqui, o *novo desenvolvimentismo*<sup>67</sup> é entendido como um “terceiro discurso” e o “conjunto de diagnósticos e idéias”, que servem de base e orientação para a formulação da

---

<sup>67</sup> Segundo o autor, como “o antigo desenvolvimentismo, [o novo desenvolvimentismo] não é uma teoria econômica: baseia-se principalmente na macroeconomia keynesiana e na teoria econômica do desenvolvimento, mas é uma estratégia nacional de desenvolvimento” (BRESSER-PEREIRA, 2006, p. 12).

estratégia nacional de desenvolvimento de cada Estado-Nação, reassumindo esse, junto com o mercado, lugar protagônico nesse processo. Nesse sentido, ele se expressa como “um conjunto de propostas de reformas institucionais e de políticas econômicas, por meio das quais as nações de desenvolvimento médio buscam, no início do século XXI, alcançar os países desenvolvidos” (BRESSER-PEREIRA, 2006, p. 12).

Com base nessa premissa, esse autor apresenta o *novo desenvolvimentismo* como *alternativa* em relação aos modelos anteriores, alicerçando-o num tripé: *estabilidade macroeconômica, Estado e mercado fortes e poupança interna*. Ademais, defende a permanência das políticas públicas e flexibilização das relações de trabalho.

Alternativamente, o tripé *novo desenvolvimentista* afirma que: Um país se desenvolverá aproveitando as forças do mercado, desde que: (1) mantenha a estabilidade macroeconômica; (2) conte com instituições gerais que fortaleçam o Estado e o mercado e com um conjunto de políticas econômicas que constituam uma estratégia nacional de desenvolvimento; e (3) seja capaz de promover a poupança interna, o investimento e a inovação empresarial (BRESSER-PEREIRA, 2006, p. 19).

Bresser-Pereira identifica alguns *desafios* para implementação dessa *agenda do novo desenvolvimentismo*:

- *Primeiro*: Hoje, os grandes protecionistas são os países ricos. Ao Brasil interessa continuar abrindo a sua conta comercial, embora de uma forma negociada, com a devida reciprocidade, para poder exportar.
- *Segundo*: o Brasil já tem uma infraestrutura econômica razoavelmente instalada, de forma que não há mais necessidade de o Estado investir diretamente em indústrias como a siderúrgica ou a petroquímica, que o setor privado pode conduzir melhor.
- *Terceiro*, a preocupação com a estabilidade macroeconômica é hoje mais necessária do que no passado, devido à instabilidade causada pelos fluxos de capital internacionais.

Para tanto, conforme o autor, é necessário tanto um *Estado forte* como um *Mercado forte*, para enfrentar tais desafios e conduzir o país dentro de uma estratégia nacional de desenvolvimento ao patamar de *desenvolvimento* dos países centrais do capitalismo. Ao se referir ao Brasil de hoje, ele (BRESSER-PEREIRA, 2011, p. 156) defende que não podemos mais pensá-lo como um país “pobre”, visto que ele “já é um país de renda média, que realizou sua revolução capitalista”<sup>68</sup>.

<sup>68</sup> Para o referido autor (2011, p. 156-157), os dois componentes dessa revolução são: “revolução nacional e industrial”. Não obstante, ele reconheça que o país continua “injusto e subdesenvolvido”, contudo defende

Em diálogo com algumas posições de Bresser-Pereira sobre o *novo desenvolvimentismo*, João Sicsú, Luiz Fernando de Paula e Renaut Michel (2007) destacam alguns pontos que consideram relevantes para repor esse debate da agenda política de desenvolvimento nacional sob novos parâmetros. Para eles, Bresser-Pereira relaciona o *novo desenvolvimentismo* – enquanto *estratégia nacional de desenvolvimento* – aos seguintes elementos:

- (i) *uma maior abertura da conta comercial do país, que deve ser feita de forma negociada e com reciprocidades; (ii) um novo papel do Estado, com um planejamento mais estratégico; (iii) preocupação com a estabilidade macroeconômica, incluindo não só estabilidade de preços como também equilíbrio do balanço de pagamentos e busca do pleno emprego; (iv) uma nova política macroeconômica, que permita inverter a equação perversa juros elevados e câmbio apreciado; (v) não aceitar a estratégia de crescimento com poupança externa, visando alternativamente financiar o desenvolvimento com recursos próprios de cada nação.*

Além desses tópicos macroeconômicos, os autores enfatizam a relação entre: *as esferas pública-privada, econômica-social e nacional-internacional* como questões fundamentais para esse *projeto de desenvolvimento novo-desenvolvimentista*. Para eles, tal projeto não objetiva pavimentar a estrada que poderia levar o Brasil a ter uma economia centralizada, com um *Estado forte* e um mercado fraco. Também não objetiva construir o caminho para a direção oposta, em que unicamente o mercado comandaria a economia, com um *Estado fraco*. Um projeto novo desenvolvimentista compreenderia que a melhor opção seria aquela baseada em um Estado forte que estimule o florescimento de um mercado forte. Nesse sentido, para eles, assim como não pode haver Estado forte com mercado fraco, também, não pode haver mercado forte com Estado fraco para a promoção do desenvolvimento nacional. A construção de uma concertação ou “pacto nacional” e o fortalecimento do “empresariado nacional” são postos como estratégicos e fundamentais para implementação dessa agenda, combinando crescimento econômico e equidade social.

Conforme esses autores (2007), as origens teóricas do *novo-desenvolvimentismo* são diversas: vão de Keynes e de economistas keynesianos contemporâneos (Paul Davidson e Joseph Stiglitz), que concebem a complementaridade entre Estado e mercado; até a visão cepalina neo-estruturalista, que considera que a industrialização latino-americana não foi suficiente para resolver os problemas das desigualdades sociais na região, defendendo, assim,

---

como “cura” para esse duplo mal (pobreza e desigualdade) “o desenvolvimento econômico”, que ocorreu de forma forte entre 1930 e 1980, implicando uma “revolução nacional e industrial”.

a adoção de uma estratégia de *transformação produtiva com equidade social* que permita compatibilizar um crescimento econômico sustentável com uma melhor distribuição de renda. Assim, os autores exploram algumas reflexões gerais que podem compor uma alternativa de política de desenvolvimento que compatibilize crescimento econômico com equidade social, buscando estimular o debate em torno da constituição de um programa alternativo ao projeto neoliberal. Isso implica dizer que não se trata de uma agenda anticapitalista.

Ao polemizar essa retomada do debate desenvolvimentista e suas variações, Fiori (2011), em tom crítico, identifica, com esse chamado neodesenvolvimentismo, uma tentativa de “terceira via” e uma continuidade da centralidade da macroeconomia em detrimento da reposição da política e da correlação de poder entre classes e nações.

Na prática, o “neo-desenvolvimentista” acaba repetindo os mesmos erros teóricos do passado e propondo um conjunto de medidas ainda mais vagas e gelatinosas do que já havia sido a ideologia nacional-desenvolvimentista dos anos 50. Passado a limpo, trata-se de um pastiche de propostas macroeconômicas absolutamente ecléticas, e que se propõem fortalecer, simultaneamente, o estado e o mercado; a centralização e a descentralização; a concorrência e os grandes “campeões nacionais”; o público e o privado; a política industrial e a abertura; e uma política fiscal e monetária, que seja ao mesmo tempo ativa e austera. E finalmente, com relação ao papel do Estado, o “neo-desenvolvimentismo” propõe que ele seja recuperado e fortalecido mas não esclarece em nome de quem, para quem e para quê, deixando de lado a questão central do poder, e dos interesses contraditórios das classes e das nações (FIORI, 2011, p. 2).

O referido autor arremata sua crítica: “Este paradoxo explica – aliás – a facilidade teórica com que se pode passar de um lado para o outro, dentro do paradigma líbero-desenvolvimentista, sem que de fato se tenha saído do mesmo lugar” (Fiori, 2011, p.2).

Em outros dois artigos seus, Fiori (2012a; 2012b) desfere fortes críticas às correntes mais à esquerda desse debate, em especial à chamada “Escola Campineira”. No primeiro artigo, sustenta:

Por isto, não é de estranhar que neste início do século XXI, quando o desenvolvimentismo e a escola campineira voltaram a ocupar um lugar de destaque no debate nacional, a sensação que fica da sua leitura, é que o “desenvolvimentismo de esquerda” estreitou tanto o seu “horizonte utópico”, que acabou se transformando numa ideologia tecnocrática, sem mais nenhuma capacidade de mobilização social. Como se a esquerda tivesse aprendido a navegar, mas ao mesmo tempo tivesse perdido a sua própria bússola (FIORI, 2012a, p. 2).

Num contraponto às colocações de Fiori, Carneiro (2012) rebate sustentando a existência de pelo menos duas vertentes nesse debate atual. Uma delas é o já citado *novo desenvolvimentismo*, cujo centro estaria na Fundação Getúlio Vargas (FGV-SP), que

privilegia as dimensões macro das políticas econômicas e subordina a elas as políticas de desenvolvimento dando maior peso ao papel do mercado. Esta corrente prioriza o desenvolvimento das forças produtivas e o mercado externo, entendendo que a distribuição da renda decorrerá da primeira, mas não automaticamente, sendo necessário a implementação de políticas que garantam a transferência de ganhos de produtividade aos salários (CARNEIRO, 2012, p. 3).

No outro lado desse campo se situa o *social-desenvolvimentismo*, com origem na Unicamp e na UFRJ, assumindo o *social* como eixo estruturante de desenvolvimento e isto se daria pela centralidade do mercado interno via ampliação do consumo de bens públicos e privados – pelas massas. Para essa vertente, propõe-se “a subordinação das políticas macroeconômicas às de desenvolvimento e o maior peso do Estado. O desenvolvimento das forças produtivas seria, nesse caso, um meio para atingir o objetivo almejado”. Conforme Carneiro, “imerso em seu labirinto intelectual, Fiori é incapaz de enxergar essas diferenças e põe todo mundo no mesmo saco” (CARNEIRO, 2012, p. 3)<sup>69</sup>.

Em sua abordagem, Cepêda (2012a), ao diferenciar o *novo desenvolvimentismo* do *velho*<sup>70</sup>, identifica uma mudança na *questão nuclear*, que a aproxima desse campo do “social-desenvolvimentismo”. Para ela, o “novo-desenvolvimentismo, ao contrário, apóia-se no processo de inclusão social, colocando redistribuição e equidade em posição prioritária”, acrescentando que a “questão nacional que cimenta o novo-desenvolvimentismo, presente nas políticas públicas federais da última década e em seu projeto de sustentação (PAC I e PAC II), apóia-se no diagnóstico da exclusão social como eixo do problema atual”.

Reafirmando o compromisso do 3º artigo da Constituição de 1988 de “I – construir uma sociedade livre, justa e solidária; II – garantir o desenvolvimento nacional; III – erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais; IV – promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação”, o tema da inclusão e da equidade ganharam destaque no conjunto dos documentos e cartas de intenção do governo federal em suas ações recentes, incluindo o atual *slogan* do governo: “Brasil – país rico é país sem pobreza” (CEPÊDA, 2012a, p. 84).

Cercando a problemática por esse ângulo, a autora reconhece a combinação de “políticas de crescimento com políticas de distribuição” no *novo-desenvolvimentismo*

<sup>69</sup> Ver o texto: *O desenvolvimento brasileiro: temas estratégicos* (CARNEIRO et al, 2012). Consultar, também, *Rede Desenvolvimentista* (<http://www.reded.net.br/index.php?lang=pt>).

<sup>70</sup> “O velho desenvolvimentismo, partindo do e preso ao diagnóstico do subdesenvolvimento, elege como nuclear o problema dos obstáculos à realização de um sistema econômico industrial complexo e maduro. O foco no velho desenvolvimentismo está assentado, centralmente, nos estrangulamentos do mundo da produção e na sua resolução via industrialização pesada. Aparecem em segundo plano, quando muito no horizonte de sua proposição e como efeito de sua ação, os aspectos de distribuição e elevação de bem-estar” (CEPÊDA, 2012a, p. 84).

apresentado por Sicsú *et al*, mas destaca o lugar que a segunda vem ganhando na agenda do governo, o que possibilita ajustar o foco para o protagonismo do Estado e da dimensão social.

O novo-desenvolvimentismo combina políticas de crescimento com políticas de distribuição, mas talvez seja interessante percebermos que a posição do segundo objetivo mudou de lugar na constelação desenvolvimentista, tornando-se epicentro do projeto e acompanhada de políticas de estímulo produtivo, no formato de um *plus* de estratégias setoriais desenvolvimentistas (CEPÊDA, 2012a, p. 85)<sup>71</sup>.

Assim, nessa perspectiva, o Estado é reposicionado como protagonista da ação política nessa agenda, mas de maneira redefinida, assumindo a *dimensão social* – a política distributiva – lugar de destaque no processo de democratização, por meio de políticas públicas sociais com forte papel do Estado. Ao colocar nesses termos, a autora difere sua abordagem, sobretudo, da de Bresser-Pereira, centrado mais na macroeconomia e no mercado.

Ao tratar dessa agenda emergente neodesenvolvimentista, Boschí e Gaitán (2008) assinalam as variedades de capitalismo na América Latina e seus diversos caminhos, mas partem do pressuposto de que o desenvolvimento econômico com *inclusão social* não pode prescindir da *intervenção estatal*.

Só o Estado, ancorado em um projeto desenvolvimentista em função dos interesses particulares nacionais e regionais, pode se constituir como regulador das assimetrias do mercado e como garantia das condições de inclusão social (BOSCHÍ; GAITÁN, 2008, p. 305-306).

Para eles, esse modelo apresenta um caráter *híbrido*, que não nega o mercado, mas isso “não significa subsumir a política ao domínio da economia, senão, pelo contrário, reclamar a necessidade de cada sociedade de estabelecer acordos mínimos que permitam o desenvolvimento e o bem-estar”, nesse caso essa intervenção estatal assume um papel mais “estratégico, mas não proeminente” (BOSCHÍ; GAITÁN, 2008, p. 319-320).

Portanto, para eles, o neodesenvolvimentismo é concebido como um modelo em “formação”, que defende “a construção de um espaço de coordenação entre as esferas públicas e privadas, com o objetivo de aumentar a renda nacional e os parâmetros de bem estar social”. Ademais, não obstante reconheçam a forte influência da globalização nas economias da periferia do sistema, chamam a atenção para a dinâmica endógena dos processos de desenvolvimento.

---

<sup>71</sup> Ela chama atenção para outra questão, também: “O outro ângulo das políticas recentes apontam, no entanto, para o papel estratégico do consumo e renda popular no processo de desenvolvimento econômico e social. A via de desenvolvimento por consumo de massa, transferência de renda direta (como Bolsa Família), políticas de crédito popular e economia social são características importantes de uma acepção de economia estimulada pelo ‘lado da demanda’ – pela tese do mercado interno e pela inovação via multiplicação de empreendedorismo popular” (CEPÊDA, 2012a, p. 85).

Isto é, que as assimetrias são explicadas fundamentalmente por fatores endógenos, mesmo que os espaços nacionais se constituam como sistemas abertos, em constante processo de adaptação, inclusive frente aos determinantes exógenos que surgem das características do sistema internacional globalizado (BOSCHÍ; GAITÁN, 2008, p. 306).

Draibe e Riesco (2011), com um objetivo eminentemente metodológico em aprimorar e alargar esse quadro analítico acerca do novo desenvolvimentismo, reconhecem a emergência de uma “agenda social latino-americana”, que está vinculada organicamente aos “diferentes padrões de desenvolvimento e as transformações recentes dos Estados Latino-Americanos de Proteção Social, na sua relação com a economia e com a sociedade”. Levantam a seguinte questão: “Estaria emergindo, na região, um novo círculo virtuoso entre crescimento econômico, *Welfare State* e democracia, uma nova onda de política desenvolvimentista progressista, enfim, um neodesenvolvimentismo presidido por um Estado Neodesenvolvimentista de Bem-Estar?”. E respondem que a relação com o momento histórico anterior do desenvolvimentismo “longe está de ser regressista”, o que implica dizer que, de acordo com o desenrolar do presente contexto, “a nova estratégia não parece ser nem o mero retorno aos termos da economia política do desenvolvimentismo, nem a simples reinvocação dos princípios e orientações que pautaram a estratégia neoliberal” (DRAIBE; RIESCO, 2011, p. 247).

Provavelmente, como ademais é comum nos desenvolvimentos históricos e nas conjunturas de mudanças, desenvolve-se, antes, na trajetória aberta por aquela dupla experiência histórica, eliminados os extremismos, radicalismos ou lacunas de uma e outra. No caso da política social, sempre, é claro, de acordo com as características e tradições dos sistemas de proteção social existentes e, principalmente, segundo os estágios de desenvolvimento sócio-econômico dos respectivos países (DRAIBE; RIESCO, 2011, p. 247-248).

E arrematam, destacando que essa agenda neodesenvolvimentista se determinará, sobretudo no campo da *política*, de uma “aliança social e política”, de um lado, e, de outro, no campo da “integração regional”. No âmbito da “economia globalizada”, as possibilidades de sucesso da região “repousam fortemente na sua capacidade de aglutinação de recursos, vantagens relativas e forças políticas, que aumentem seu protagonismo no jogo global (DRAIBE; RIESCO, 2011, p. 248). Nesse esforço, elaboram a noção de *Estado Latino-Americano Desenvolvimentista de Bem Estar – ELADBES*, buscando evidenciar a relação entre *economia* e *política social* nessa perspectiva neodesenvolvimentista, isto é, demarcam a tendência de imbricação entre essas dimensões nessa agenda emergente, que, historicamente, se apresentaram e tiveram apartadas.

Véras (2013), ao tematizar essa agenda do novo desenvolvimentismo no país, a partir da ótica do trabalho e do conflito, assinala tanto seu caráter (dessa agenda) contraditório e tenso, quanto as possibilidades de visibilização de sujeitos (trabalhadores), que, historicamente, foram invisibilizados social, cultural e politicamente. Chama a atenção para a seguinte questão, que põe em aberto:

A questão que fica se refere à capacidade dos trabalhadores e suas representações sindicais se afirmarem como protagonistas na construção de um novo padrão de relações de trabalho e de uma perspectiva de desenvolvimento que venha a ter nos elementos da *equidade social* e da *sustentabilidade ambiental*, aspectos tão estratégicos como o da *eficiência econômica*. Isso implicará tencionar e levar ao limite os termos atuais do padrão de desenvolvimento embalado na nova edição, em Pernambuco e no Brasil, da agenda e discurso desenvolvimentistas (VERÁS, 2013, p. 18).

Ao refletir sobre esse “retorno” ou a “reencarnação” do desenvolvimentismo na atualidade, em particular considerando o “campo da esquerda”, Ridenti (2009-2010; 2009) destaca a necessidade de um “estranhamento” quanto a tal retorno. Entende que esse retorno não é uma volta ao mesmo (embora considere relevante esse debate anterior), mas um retorno modificado com renovações de pensamento e de ação política no campo de esquerda<sup>72</sup>. Uma primeira aproximação de resposta às suas questões se expressaria nas crises do pensamento das esquerdas e do modelo neoliberal.

As dificuldades do mercado de um lado, e de outro os impasses na viabilização de uma alternativa socialista, com as dificuldades de organização dos despossuídos trazem de novo propostas (diferenciadas) na atuação do Estado para a retomada do desenvolvimento nos marcos do capitalismo (RIDENTI, 2009, p. 7).

Ridenti (2009) chama a atenção para o cuidado de não se esquecer de um debate clássico de (auto) crítica e de crítica ao desenvolvimentismo e das dimensões emergentes que passam a ocupar lugar de destaque na agenda acadêmica e política da sociedade, como as questões *ambiental* e da *sustentabilidade* do desenvolvimento.

Sejam quais forem as retomadas desse pensamento, indissociável da ação, é preciso não esquecer as críticas clássicas a ele e indagar-se: a quem serve o desenvolvimento? A que grupos e classes sociais? Qual seu custo em termos ambientais? O risco de ignorar questões como essas seria repetir os erros do velho desenvolvimentismo, sem necessariamente reviver seus acertos (RIDENTI, 2009, p. 7).

<sup>72</sup> *Questões*: “como ressurgiu das cinzas e até mesmo ganhou predominância no universo político nacional, particularmente entre as forças de esquerda, uma corrente de pensamento que se julgava parte da história passada, supostamente morta e enterrada nos anos 1960, o desenvolvimentismo? Essa pergunta tem um desdobramento que envolve a análise acadêmica, no âmbito das ciências sociais e econômicas, mas a ultrapassa no sentido da ação política: seria pertinente retomar o desenvolvimentismo, sem maiores reflexões sobre seus alcances e limites, tão debatidos nos últimos 40 anos?” (RIDENTI, 2009, p. 2).



Ao recorrer ao pensamento de Francisco de Oliveira (1987), Ridenti (2009) assinala que o processo atual se encontra marcado por grandes “paradoxos” e dilemas para construção de caminhos alternativos, pois, à medida que o capitalismo vai se desenvolvendo mais historicamente, tornando-se mais global, “menos evidente fica o movimento das classes que o constituem, tornando-se mais complexo seu reconhecimento”.

Há pelo menos um outro paradoxo que é, em parte, um desdobramento desse: nos tempos passados em que o capitalismo contemporâneo ainda não se consolidara na sociedade brasileira, as esquerdas tendiam a apresentar propostas ofensivas, por vezes revolucionárias. Hoje, quando o capitalismo está plenamente estabelecido, predominam as propostas de esquerda defensivas e institucionais, em consonância com a opacidade e a complexidade da estrutura de classes, que dificultam sua organização política e até mesmo sindical (RIDENTI, 2009, p. 7).

Em entrevista denominada: *A modernização brasileira e a política burguesa cinzenta*, acerca dessa retomada do desenvolvimentismo, Luiz W. Vianna tece uma análise crítica, destacando que tal retomada lhe parece um “anacronismo” e “um tônico simbólico”, posto que, para ele, o nacional-desenvolvimentismo anterior (nacional-popular) apresentava uma posição “anti-imperialista”; ele tinha uma composição de forças sociais e políticas com uma forte “expressão de esquerda” (Partido Comunista, militares nacionalistas e uma burocracia de Estado também muito orientada pelos valores do nacionalismo). Além disso, tinha uma marca “emancipatória”. Esses três elementos não se apresentam mais hoje, demarcando uma “conotação fraca” desse atual desenvolvimentismo. Vianna sustenta: “o que se tem hoje é uma tecnocracia animada pela aspiração de desenvolver, maximizar, robustecer o capitalismo brasileiro e inscrevê-lo de forma mais presente e vigorosa no cenário do capitalismo mundial”, portanto, o seu tema forte “é o desenvolvimento da ordem burguesa no Brasil”.

É um anacronismo tratá-lo hoje como há 30, 40 anos. De qualquer forma, essa construção simbólica (nacional-desenvolvimentismo) tem uma finalidade política de procurar mostrar linhas de continuidade entre aquele momento de luta, de mobilização social e política, e os tempos de hoje, que são tempos em que a mobilização social e política está muito fraca. Essa designação nacional-desenvolvimentista é um tônico simbólico para um tempo que é inteiramente distante daquele de quando essa construção dos anos 1950 e 1960 se impôs (VIANNA, 2012, p. 1).

Nesse horizonte, Vianna (2012) demarca a diferença entre o “nacional-desenvolvimentismo” de hoje e aquele de corte “nacional-popular”. Este segundo era orientado para as “reformas estruturais de fundo”, ao passo que o primeiro está “centrado nos temas da economia”, em defesa de “um projeto de fortalecimento do capitalismo” no país, que esvaziou o sentido da política.

Assim, arremata,

O nacional-desenvolvimentismo tem sido um repertório velho que está sendo tirado da tumba para justificar uma política burguesa cinzenta, de fins meramente instrumentais, sem nenhuma capacidade de mobilização. A modernização no Brasil já foi um projeto pluriclassista. Hoje não é mais. Hoje é um projeto monoclassista (VIANNA, 2012, p. 4).

Sob um ângulo diferente, Boito Júnior entende que o modelo capitalista ainda vigente no Brasil é o neoliberal, que vem passando por uma reforma, expressa no governo de Luiz Inácio Lula da Silva e continuada na atual gestão de Dilma Rousseff, que se afigura no “modelo neodesenvolvimentista”. Para Boito Júnior, esse modelo é “o desenvolvimentismo possível dentro do modelo capitalista neoliberal”, que recupera a velha inspiração desenvolvimentista, mas sob novas condições históricas e com menor ambição (BOITO JÚNIOR, 2012, p. 4).

O neodesenvolvimentismo, conforme o autor, é um programa constituído por uma *frente política* ampla e heterogênea (que não pode ser confundida com *aliança de classes*), que integra *classes e frações de classe*, contudo, hegemônica por uma *fração da burguesia interna*, que exige do Estado proteção do mercado interno para ela frente à força do capital financeiro transnacional, bem como incentivo para conquista do mercado externo (exportação de mercadorias, serviços e investimento de capitais). Essa frente política neodesenvolvimentista se bate contra o campo político do neoliberalismo ortodoxo.

Um outro ponto de vista recente sobre os rumos do desenvolvimento capitalista do Brasil e da América Latina aponta para um *Subimperialismo*, tese já indicada e sustentada por Ruy Mauro Marini na década de 60 do século XX como vimos anteriormente. Entretanto, em razão de um rearranjo do desenvolvimento do capitalismo no país e na América Latina, estudiosos sustentam uma redefinição dessa tese em face das continuidades e descontinuidades em curso.

A respeito disso, Virgínia Fontes explica que o *subimperialismo* tinha a ver com a expansão do Brasil, “exportando capitais”, sobretudo na forma de mercadorias de produtos manufaturados e industrializados para a América Latina. Fontes considera que essa pista deixada por Marini, ainda, continua relevante, mas, adverte para as mudanças no presente contexto histórico, requerendo novas formulações.

Diria que há vários fatores importantes para se compreender o processo brasileiro contemporâneo. Atualmente, diferente da exportação de mercadoria, os grandes capitais brasileiros estão se concentrando em uma proporção faraônica e passam a exportar capital sob forma de investimento direto no estrangeiro, e a implantar empresas no exterior. E estes contam com o apoio de entidades públicas, como o BNDES e Banco do Brasil, por exemplo (FONTES, 2010, p. 2).

Ao demarcar a diferença daquele contexto para o atual, a referida autora identifica que a interligação entre capitais de origem estrangeira e brasileira só se intensificou, dificultando distinguir entre a origem de cada um desses capitais face ao processo de internacionalização e financeirização do capitalismo no mundo global. Nesse sentido, duas diferenças são identificadas por ela: a primeira, “a expansão do capitalismo contemporâneo só pode ocorrer sobre a forma de imperialismo”, e a segunda: “houve uma expansão do mercado interno”.

O primeiro ponto é de que, no contexto internacional, a expansão do capitalismo contemporâneo só pode ocorrer sobre a forma de imperialismo. Porque o grau de concentração de capitais e de centralização exigido para que as burguesias brasileiras permaneçam capitalistas determina um saldo de exportação de capitais, no sentido de investimento direto no exterior e de extração de mais valor para além das fronteiras. A segunda diferença, com relação a Marini, é que houve uma expansão do mercado interno, principalmente a partir dos anos 1970, não exatamente em função de melhorias salariais de redução da desigualdade. Ao contrário, as desigualdades se aprofundaram. Porém, expandiu-se, absurdamente, o crédito para todas as formas de consumo, desde o consumo especulativo e produtivo ao imediato, das famílias. Outro ponto importante é uma análise mais ampla do conjunto do processo histórico. Acho que isso irá caracterizar os saltos de etapa da sociedade brasileira (FONTES, 2010, p. 3-4).

Ao exemplificar esse processo contemporâneo de *subimperialismo* e *imperialismo à brasileira*, a autora destaca dois casos: um é o da Vale, antiga estatal brasileira, hoje uma grande multinacional, que vem sendo pressionada por trabalhadores do mundo inteiro; o outro é a canadense Inco, subsidiária da Vale, em que metalúrgicos realizaram uma greve por mais de nove meses, em razão de a empresa impor “uma drástica restrição de direitos”.

Isso significa que a exportação de capitais brasileiros leva junto uma certa cultura da truculência características das formas políticas brasileiras. A Vale atua também em Moçambique onde está promovendo uma tragédia ambiental e social, e em vários países da América do Sul, onde se defronta com movimentos sociais, indígenas e de trabalhadores, sem falar na tragédia social que promove aqui mesmo no Brasil (FONTES, 2010, p. 4)<sup>73</sup>.

Ao se referir aos rumos do desenvolvimento na América Latina, em particular no Brasil, na atualidade, Fontes identifica que há uma tentativa de levar a cabo uma “via neodesenvolvimentista sob a condução brasileira” com vistas a exportar seus capitais para investimento nesse continente, o que não vai produzir mudanças estruturais no país nem no continente. Para ela, “a única condição de uma mudança efetiva é uma luta anticapitalista, contra todos os efeitos da concentração de capitais” (FONTES, 2010, p. 6).

<sup>73</sup> Além dessa empresa multinacional, a autora identifica outras como a empresa pública Petrobrás, a qual, para ela, vem atuando sob a forma de empresa privada no exterior, através da “exportação de capitais em associação a capitais imperialistas do país e do mundo”. Ela cita ainda a Camargo Corrêa e Odebrecht.

Nesses termos, essa perspectiva apresenta um diagnóstico da realidade brasileira diferente e um contraponto àquele apresentado por um viés neodesenvolvimentista. Para Fontes, longe do crescimento do mercado interno está gerando inclusão social e redução da pobreza e desigualdade, ele está fortalecendo as desigualdades. Para ela, o país se lança numa expansão territorial, em particular no continente latino-americano com a forte presença do Estado, em parceria com o capital nacional e internacional, em busca de ampliar a dinâmica de acumulação de capital, reproduzindo e intensificando dinâmicas contraditórias e conflitivas entre países e classes sociais.

Assim, para ela, a política comercial brasileira externa assume contornos e arranjos diferentes, em especial para a região latino-americana e outros países da região Sul, à luz dessa noção *subimperialista*. É importante, no entanto, ter o cuidado de não se incorrer a uma polarização rígida, desconsiderando processos similares que se dão internamente no território brasileiro e se relacionam, dialeticamente, com essa política externa como dimensões articuladas de um conjunto contraditório e conflitivo, haja vista os grandes projetos/empreendimentos de infraestrutura do PAC e da IIRSA, para promover esse modelo de desenvolvimento, que hierarquiza, estratifica, reproduz desigualdades socioespaciais e danos socioambientais assentado, sobretudo na exportação de *commodities* – matérias-primas –, subordinado e seguindo uma demanda externa.

Se a crise de hegemonia da agenda neoliberal e a crise de alternativas à esquerda, por um lado, como bem destacou Ridenti, constituem-se como fatores relevantes para a retomada desse debate “desenvolvimentista” sob outras variantes na atualidade, por outro lado, isso não implica afirmar que a agenda emergente neodesenvolvimentista tenha produzido uma ruptura drástica com esse receituário anterior, implantando algo genuinamente novo. O neodesenvolvimentismo está caracterizado por marcantes continuidades com a política econômica anterior, dada a acentuação que o *mercado* (macroeconomia) vem assumindo em algumas abordagens e o esvaziamento da relação de poder, mesmo que o Estado seja colocado em suposto “equilíbrio” com ele e o crescimento se combine com “equidade social”.

É possível, contudo, também, identificar sinais de inflexão, que inscrevem o reposicionamento do *Estado* e maior ênfase na dimensão *social*, demarcando a política como relevante no combate da exclusão social e da desigualdade nos marcos do desenvolvimento do capitalismo, reforçando a dinâmica hegemônica deste e sua variabilidade, em particular no continente latino-americano. Nesses termos, o neodesenvolvimentismo vem se constituindo num campo de debate em processo de formação, marcado por perspectivas e ângulos diferentes e conflitantes. É importante, no entanto, salientar, como bem adverte Viana, que

esse neodesenvolvimentismo não é anticapitalista, mobilizador social e emancipacionista, mas sim defensor de uma agenda de “fortalecimento do capitalismo”. Nesse quadro traçado do neodesenvolvimentismo, o lugar das relações de poder entre as classes e grupos sociais dominantes e subalternos é subsumida, assim como a questão ambiental não ocupa lugar de destaque nessa agenda.

### 1.5 PARA ALÉM DA IDEIA DE DESENVOLVIMENTO: A *AUTODETERMINAÇÃO*

Boaventura Santos sustenta que essa reposição do tema do desenvolvimentismo, em particular nessa região semiperiférica e periférica, parece evidenciar um quadro histórico pendular e de limitação para construção de alternativas hegemônicas, posto que se limita a debater se é necessário *menos Estado ou mais Estado* nos marcos do crescimento econômico, negligenciando questões centrais e estruturantes. Ele lembra que o colonialismo na América Latina e em outros continentes assentou-se e desenvolveu-se no *modelo extrativista colonial*. E atualmente, os países da região, que se gabam de crescimento e de estarem na rota do desenvolvimento, estão calcados no modelo, também, extrativista. “Qual a diferença?”, questiona o cientista social. “Isso é a reprodução da exportação da natureza como sempre fez o processo de colonização”. Agora, é mais grave do que esse modelo extrativista colonial, pois, para ele, esse modelo extrativista atual é realizado em grande escala, por grandes multinacionais (quase todas as mesmas por todo continente) e cada vez mais as novas tecnologias de extração exigem um consumo de bens insubstituíveis. Por exemplo, para mineração do ouro, precisa-se de grande quantidade de água, o que implica uma expropriação do *patrimônio comum da humanidade* (SANTOS, 2006). Como consequência desse modelo, produz-se o deslocamento de povos e grupos sociais, expropriação de seus territórios e desestruturação de seus modos de vida, como expressão da “continuidade colonial”, acirrando a violação de direitos humanos e da natureza e exclusão da cidadania (SANTOS, 2012b).

Em face desse quadro, Santos (2012c) chama atenção para importância dos conceitos de *acumulação primitiva ou originária* para reinterpretar esse “novo” cenário. Para ele, esse processo não é algo que ficou no passado distante, no colonialismo, mas sim uma constante – *permanente* no desenvolvimento do capitalismo<sup>74</sup> –, que se refaz historicamente de mãos

<sup>74</sup> A *Acumulação Primitiva* ou Originária, segundo Marx (2008), é uma fase anterior ao capitalismo, que cria as condições históricas para emergência e constituição do capitalismo. Para Marx, o capitalismo não pode ser compreendido e realizado sem essa condição histórica anterior. A *acumulação primitiva* é originária, segundo ele, da expropriação dos camponeses de suas terras; do rebaixamento salarial – o teto salarial é uma ação do Estado; e da ação do Estado moderno nascente, através de quatro processos: sistema colonial; dívida pública; moderno sistema tributário (taxar os meios de produção – pressão sobre o valor trabalho); sistema protecionista. Essas ações demonstram uma forte ação política do Estado para o desenvolvimento do processo de acumulação primitiva e normatizações para a constituição do capitalismo.

dadas com a *acumulação ampliada do capital*<sup>75</sup>, via expropriação de povos de suas terras, territórios e exploração e exportação da natureza (terras, florestas, águas, biodiversidade etc.), além de novas formas de exploração do trabalho. Na atualidade, o neo-colonialismo e o capitalismo se refazem, reproduzindo a miséria e desigualdade, além de sérios problemas de violação de direitos humanos e danos ambientais em busca do controle e domínio de novos territórios, para expansão da dinâmica de acumulação<sup>76</sup>.

Vive-se um novo momento de hegemonia do crescimento econômico, com reposição do Estado, sob a defesa desse modelo de desenvolvimento, que reduz a *cidadania* ao crédito e ao consumo, reforçando o paradigma hegemônico liberal, sua lógica produtivista e consumista. Para Boaventura Santos (2006; 2007b; 2012a), portanto, é necessário problematizar, a partir do *Sul* global com base nas *Epistemologias do Sul*, os conceitos e parâmetros dominantes de definição de desenvolvimento, realizando um *exercício de desfamiliarização* desse conceito, interpelando-o, pois, em grande medida, parece que não há possibilidade de discutir alternativa ao desenvolvimento, mas sim adjetivos, e não substantivos, evidenciando, portanto, uma restrição analítica a um quadro esquemático derivativo da modernidade ocidental ou preso ao *pensamento abissal*. Como proposta e contraponto a esse quadro hegemônico, ele defende:

---

<sup>75</sup> Em relação à *Produção ampliada de Acumulação*, para Marx (2008), sob determinadas condições históricas dadas pela acumulação primitiva, ocorre: a *dissociação* entre trabalhadores e proprietários dos meios de produção (regime de propriedade privada dos meios de produção fundamentais e divisão social do trabalho); a *expropriação* (uso de dinâmicas e mecanismos extra-econômicos – Estado, Ideologia, cultura); *concentração* dos meios de produção na mão dos capitalistas, forjando, assim, nessa sociedade moderna dois tipos de possuidores de mercadorias: os proprietários dos meios de produção e os trabalhadores detentores de seu “trabalho livre”. Uma vez estabelecido o Modo de Produção Capitalista, ocorre a exploração da força de trabalho, com uso da mais valia (absoluta e relativa).

<sup>76</sup> Conforme Rosa Luxemburgo, existe um problema posto para o capitalismo: esse sistema produz uma quantidade muito maior do que a demanda, gerando uma crise de “subconsumo” (insuficiência de demanda). Com base nessa premissa, ela defende que a *acumulação primitiva* continua sendo importante para a dinâmica de acumulação do capital. Ao partir dessa premissa, essa autora, diferentemente de Marx, identifica nos modos de produção não-capitalistas uma saída para tal crise, por meio de um novo processo: o *imperialismo* (colonização de países), para conquistar novos mercados. A produção capitalista necessita satisfazer *necessidades sociais* e depende da *expansão dessas necessidades sociais*. Daí que é preciso “sair para fora” com a proteção dos Estados (das instituições e suas leis para normatizar tal empreendimento). Expandir seu mercado, o que significa a conquista de novos territórios, mercados – *imperialismo e (neo) colonização*. Não obstante concorde com Luxemburgo no tocante à necessidade da permanência da *acumulação primitiva* para a reprodução ampliada do capital, David Harvey (2009) põe o problema em outros termos, partindo do pressuposto de que a questão não reside no “subconsumo”, mas sim na *sobreacumulação* (excedente de capital e de força de trabalho). Com base nesse pressuposto, a *acumulação primitiva* continua sendo importante para a nova dinâmica de acumulação do capital e para a nova hegemonia do “novo imperialismo”, agora por meio do processo de “acumulação via espoliação”. Ao partir dessa premissa, esse autor identifica que o capitalismo contamina, a partir do centro, expandindo-se e reconfigurando a geografia mundial e a relação espaço-temporal, repondo e ampliando a dinâmica de acumulação, envolvendo a mais-valia absoluta, mais-valia relativa e acumulação primitiva de forma flexível (*acumulação flexível*) (HARVEY, 2010).

Pelo contrário, o pensamento pós-abissal é um pensamento não-derivativo, pois envolve uma ruptura radical com as formas de pensamento e ação da modernidade ocidental. No nosso tempo, pensar em termos não-derivativos significa pensar a partir da perspectiva do outro lado da linha (...), isto é, do Sul global (...). O pensamento pós-abissal pode ser sintetizado como um aprender com o Sul usando uma epistemologia do Sul (SANTOS, 2007b, p. 85).

A geopolítica da relação *Norte-Sul* parece indicar a necessidade de outras formulações de reflexão para além do *Sistema Centro-Periferia*, posto a busca de interpretações e explicações que façam emergir novas dinâmicas e processos, sujeitos, saberes, vozes e tempos-espacos plurais, que, historicamente, tiveram suas experiências sociais invisibilizadas ou silenciadas pela lógica produtiva dominante e pela *razão indolente*, mas que, também, lutaram e continuam a lutar e resistir contra o sistema hegemônico, em busca de outras formas de sociabilidade e de perspectivas, como experiências contra-hegemônicas (SANTOS, 2001; 2006). Isso tem expressado a necessidade de novos olhares, a partir dessa região, da visibilidade de diversos sujeitos e de seus múltiplos lugares e lutas, para a interpretação tanto do processo de desenvolvimento capitalista em curso, como as lutas e resistências e construções de alternativas ao processo de modernidade e colonialidade (SANTOS, 2005a; 2006).

Nesse esforço, Santos contrapõe à ideia de desenvolvimento a noção de *autodeterminação*. Ao reconhecer a importância da “teoria da dependência” para produzir novos esquemas de análise sobre a “periferia” do sistema, ele chama a atenção para que dadas formulações não sejam perdidas de vista, mas alargadas. Nesse sentido, alerta para o falso pressuposto de que, conforme os países (antes colônias) se tornassem independentes, também, se tornariam soberanos, autônomos e desenvolvidos. Na realidade, esse processo de “independência” política foi seguido de novos modos de colonialismo e expansão do capitalismo sob novas formas de “dependência” e dominação desses países/regiões. Isso quer dizer que, para ele, a *independência em si não gerou autodeterminação* (SANTOS, 2012c).

A *autodeterminação* se apresenta como anticapitalista e anticolonial. Ela “é um apelo a um modelo de sociedade como projeto autônomo e soberano, independente...”, que implica a luta pela independência; autonomia; soberania; projeto de país; especificidade nacional; diversidade.

As propostas que advogam a superação do paradigma de desenvolvimento são hoje uma das mais dinâmicas e promissoras fontes de alternativas de produção não capitalistas. Nelas participa um caleidoscópio de organizações e movimentos de todo o mundo, envolvidos em lutas muito diversas. Estas lutas incluem a resistência de grupos indígenas de todo o mundo aos projetos de desenvolvimento econômico que põem em perigo a sua cultura, e, com

ela, a sua sobrevivência física (...). Lutas similares, pela afirmação cultural e a proteção do meio ambiente, a partir de uma perspectiva antidesenvolvimentista, proliferaram atualmente em todo o mundo, impulsionadas por uma combinação de ativismo local e redes de ativismo global (SANTOS, 2005a, p. 56).

Para autores perspectivados num aporte *Pós-Colonial*, sua agenda tece uma profunda crítica à noção de desenvolvimento modernizante *globocêntrica*, com caráter universalista ou totalizante, posto seu marco histórico colonial de reprodução de uma lógica estrutural material e imaterial de subalternidade de povos e populações, que estão fora desse centro civilizador ocidental, dentre eles a América Latina (ESCOBAR, 2005a; 2005b). Um certo deslocamento do debate econômico para o poder, o cultural e o epistêmico, possibilitaria, para esse pensamento, colocar em questão uma *geopolítica epistemológica* (distribuição desigual de conhecimento) como uma forma e meio político de desvelar a reprodução dessa lógica de modernidade e colonialidade, pois, a afirmação da modernidade se fez na subjugação e encobrimento de um conjunto diverso de povos, grupos e conhecimentos subalternos (DUSSEL, 1993; LANDER, 2005; MIGNOLO, 2005; QUIJANO, 2005).

Para essa agenda, trazer à tona práticas, saberes, epistemologias e cosmologias (de povos e populações indígenas e afrodescendentes, rurais e urbanas) pode ajudar a vizibilizar e identificar alternativas a lógicas coloniais de desenvolvimento, demarcando um campo fértil de resistência, através da *insurgência epistêmica* (MIGNOLO, 2005). É nesse horizonte que Escobar (2005a) assinala o debate do *pós-desenvolvimento* e busca do sentido do *não-lugar* de outros modos de viver, reacendendo o valor de estudos e práticas em comunidades locais, assumindo relevância o protagonismo de movimentos sociais rurais, indígenas e afrodescendentes nesse processo, em contraponto ao centralismo do mercado, do Estado e da globalização como fim do *lugar*.

Para Artur Escobar,

Dado que la noción del postdesarrollo proviene directamente de la crítica postestructuralista, conviene repasar brevemente los elementos principales de esta aproximación analítica. Siguiendo la vena postestructuralista de cuestionamiento de las epistemologías realistas (ver el trabajo de Michel Foucault para la mejor explicación de esta tendencia teórica), el motivador principal de la crítica postestructuralista no fue tanto el proponer otra versión del desarrollo – como si a través del refinamiento progresivo del concepto los teóricos pudieran llegar finalmente a una conceptualización verdadera y efectiva – sino el cuestionar precisamente los modos en que Asia, África y Latinoamérica llegaron a ser definidas como “subdesarrolladas” y, por consiguiente, necesitadas de desarrollo (ESCOBAR, 2005a, p. 18).

Informados por essa matriz teórica, Escobar explica que longe dos pós-estruturalistas se perguntarem “¿cómo podemos mejorar el proceso de desarrollo?”, as perguntas passaram a



ser formuladas em outros termos: “¿por qué, por medio de qué procesos históricos y con qué consecuencias Asia, África y Latinoamérica fueron ‘ideadas’ como el ‘Tercer Mundo’ a través de los discursos y las prácticas del desarrollo?” (ESCOBAR, 2005a, p. 18)<sup>77</sup>.

A ideia de *pós-desenvolvimento* se refere:

a) la posibilidad de crear diferentes discursos y representaciones que no se encuentren tan mediados por la construcción del desarrollo (ideologías, metáforas, lenguaje, premisas, etc.); b) por lo tanto, la necesidad de cambiar las prácticas de saber y hacer y la “economía política de la verdad” que define al régimen del desarrollo; c) por consiguiente, la necesidad de multiplicar centros y agentes de producción de conocimientos – particularmente, hacer visibles las formas de conocimiento producidas por aquéllos quienes supuestamente son los “objetos” del desarrollo para que puedan transformarse en sujetos y agentes; d) dos maneras especialmente útiles de lograrlo son: primero, enfocarse en las adaptaciones, subversiones y resistencias que localmente la gente efectúa en relación con las intervenciones del desarrollo (como con la noción de “contra-labor” que se explica más abajo); y, segundo, destacar las estrategias alternas producidas por movimientos sociales al encontrarse con proyectos de desarrollo (ESCOBAR, 2005a, p. 20).

Nessa perspectiva, o *lugar*<sup>78</sup> é recolocado sob outra *tradução* e assume importante destaque para se repensar e identificar lutas e projetos alternativos de transformação social plurais.

Os debates sobre o pós-desenvolvimento, o conhecimento local e os modelos culturais da natureza tiveram que enfrentar esta problemática do lugar. De fato, e este é o argumento principal deste trabalho, as teorias do pós-desenvolvimento e a ecologia política são espaços de esperança para reintroduzir uma dimensão baseada no lugar, nas discussões sobre a globalização, talvez até para articular uma defesa do lugar. Reconcebida desta forma, a ecologia e o pós-desenvolvimento facilitariam a incorporação das práticas econômicas, baseadas no lugar, ao processo de debilitação das ordens alternativas. Dito de outra maneira, uma reafirmação do lugar, o não-capitalismo, e a cultura local opostos ao domínio do espaço, o capital e a modernidade, os quais são centrais no discurso da globalização, deve resultar

<sup>77</sup> Em busca de respostas a essas questões, ele destaca: “a) Como discurso histórico, el “desarrollo” surgió a principios del período posterior a la Segunda Guerra Mundial, si bien sus raíces yacen en procesos históricos más profundos de la modernidad y el capitalismo; b) El discurso del desarrollo hizo posible la creación de un vasto aparato institucional a través del cual se desplegó el discurso; es decir, por medio del cual se convirtió en una fuerza social real y efectiva transformando la realidad económica, social, cultural y política de las sociedades en cuestión; c) Puede decirse que el discurso del desarrollo ha operado a través de dos mecanismos principales: i) la profesionalización de problemas de desarrollo, lo cual ha incluido el surgimiento de conocimientos especializados así como campos para lidiar con todos los aspectos del “subdesarrollo” (incluyendo el campo em sí de estudios del desarrollo); ii) la institucionalización del desarrollo; d) las formas de exclusión que conllevaba el proyecto de desarrollo, en particular la exclusión de los conocimientos, las voces y preocupaciones de aquéllos quienes, paradójicamente, deberían beneficiarse del desarrollo: los pobres de Asia, África y Latinoamérica” (Idem, p. 19).

<sup>78</sup> Ao contestar a globalização hegemônica e a marginalização do sentido de *lugar*, Escobar sustenta: “Entretanto, o fato é que o lugar – como experiência de uma localidade específica com algum grau de enraizamento, com conexão com a vida diária, mesmo que sua identidade seja construída e nunca fixa – continua sendo importante na vida da maioria das pessoas, talvez para todas. Existe um sentimento de pertencimento que é mais importante do que queremos admitir (...)” (ESCOBAR, 2005b, p. 133-134).

em teorias que tornem viáveis as possibilidades para reconceber e reconstruir o mundo a partir de uma perspectiva de práticas baseadas-no-lugar (ESCOBAR, 2005b, p. 135).

É importante considerar o alerta de Santos (2005a) sobre os limites de dadas abordagens *pós-desenvolvimentistas*, no tocante à *reificação da comunidade local e da cultura local* para promoção de experiências e perspectivas contra-hegemônicas.

Apesar de estes e outros movimentos mostrarem claramente os benefícios da articulação de lutas locais e de redes de solidariedade nacionais e internacionais na busca de alternativas ao desenvolvimento capitalista global, em boa parte da bibliografia e dos programas pós-desenvolvimentistas expõem-se a riscos semelhantes aos que assinalamos a propósito do desenvolvimento alternativo, ou seja, a reificação da comunidade e da cultura local e ao abandono das aspirações de solidariedade além da esfera local. Este risco é especialmente evidente – e, de fato, celebrado – em algumas propostas pós-desenvolvimentistas baseadas em um pós-modernismo hiperdescontrutivista que nega a possibilidade de criar diálogos interculturais e de estender o alcance do pensamento e da ação além do âmbito local (SANTOS, 2005a, p. 56-57).

No entanto, Santos destaca que o pensamento e a ação pós-desenvolvimentistas podem contribuir muito para a construção de projetos contra-hegemônicos, por meios das *lutas* do ativismo articulado local, nacional e globalmente.

Ainda que as alternativas ao desenvolvimento dependam, em grande medida, da defesa das alternativas locais e das formas de vida e de conhecimento anticapitalistas que elas possam representar, acreditamos que o pensamento e a ação pós-desenvolvimentista têm muito a ganhar – como mostram as lutas bem-sucedidas que articulam o ativismo local, nacional e global – se, em vez de celebrar incondicionalmente a diversidade local, se esforçarem por desenvolver propostas que se desloquem através de todas as escalas, dependendo das necessidades da luta concreta (SANTOS, 2005a, p. 57).

E identifica, do ponto de vista pós-desenvolvimentista, um outro paradigma contra o paradigma hegemônico de desenvolvimento capitalista e colonial.

Do ponto de vista pós-desenvolvimentista, é necessário formular, contra o paradigma capitalista, um paradigma ecossocialista cosmopolita, em que os *topoi* privilegiados sejam a democracia, a ecologia socialista, o antiprodutivismo e a diversidade cultural. Do que se trata, enfim, para utilizar a expressão feliz da tese de McMichael (1996) é de lutar por um “localismo cosmopolita” e plural, em que as estratégias antidesenvolvimentistas, de desenvolvimento alternativo, de cooperativismo e de socialismo associativo, entre outras, criem espaços não capitalistas que apontem para uma transformação gradual da produção e da sociabilidade para formas mais igualitárias, solidárias e sustentáveis (SANTOS, 2005a, p. 57).

Gudynas e Acosta (2012), seguindo essa senda analítica, destacam.

Paralelamente, ganharam um novo protagonismo as contribuições dos povos indígenas. Suas contribuições incluem diversos questionamentos ao

desenvolvimento, tanto no plano prático como no conceitual. Em alguns saberes indígenas não existe uma ideia análoga à do desenvolvimento, o que leva ao fato de que em muitos casos se rechaça essa ideia. Por sua vez, o desenvolvimento convencional é visto como uma imposição cultural herdada do saber ocidental; portanto, as reações à colonialidade nos saberes implicam um distanciamento do desenvolvimentismo. Questionamentos desse tipo estão para além de qualquer correção instrumental de uma estratégia de desenvolvimento (com o qual, por uma via independente e distinta, de qualquer modo se observam analogias com a crítica pós-desenvolvimentista) (GUDYNAS; ACOSTA, 2012, p. 4).

Nesse horizonte, para Gudynas e Acosta, as ideias originadas nos modos de vida e saberes de povos tradicionais indígenas, assentados no bem-estar das pessoas e promotores e defensores de outro tipo de relacionamento com o ambiente, conseguiram influir no debate sobre o desenvolvimento e se constituir em novas alternativas a este, como é a ideia emergente do “Bem Viver” ou “Viver Bem”.

O *Bem Viver* (...) é um conceito em construção, sob distintas confluências que vão desde aquelas promovidas pela reflexão acadêmica às práticas dos movimentos sociais. Este resulta de uma recuperação de saberes e sensibilidades próprias de alguns povos indígenas, que eram tanto uma reação ao desenvolvimentismo convencional, como uma aposta em uma alternativa substancial. Desta maneira se afastava das ideias ocidentais convencionais de progresso, e apontava para outra concepção da vida boa, incluindo uma especial atenção à Natureza. Embora o Bem Viver não possa ser simplesmente associado ao “bem-estar ocidental”, também não nega algumas contribuições contemporâneas que partem do saber ocidental, em especial aquelas correntes críticas e contestatórias exemplificadas no ambientalismo ou no feminismo. É também um conceito que está dando seus primeiros passos nos marcos normativos nacionais de alguns países, e no planejamento e gestão estatal (GUDYNAS; ACOSTA, 2012, p. 5)<sup>79</sup>.

Em relação ao reconhecimento desses três princípios (a *plurinacionalidade*, o *paradigma do Buen Vivir como princípio do Estado* e a *natureza como sujeito de direitos*) reivindicados pelo movimento indígena como condições básicas para a *refundação do Estado em termos etnicamente mais justos*, Silveira assinala:

Originados na cosmovisão indígena, estes princípios fundadores se contrapõem claramente às idéias de progresso, desenvolvimento e crescimento econômico que vinham pautando a economia equatoriana, baseada principalmente na exploração petrolífera. A partir da mudança constitucional, instaura-se uma situação de tensões territoriais, já que a maior parte dos chamados recursos naturais encontra-se em territórios ancestrais, reivindicados pelas nacionalidades indígenas. A sobreposição de lógicas territoriais completamente distintas é, na realidade, um conflito entre visões de mundo, nas quais se inclui a forma com que cada sociedade significa e se apropria [do território e] da natureza (SILVEIRA, 2011, p. 1).

<sup>79</sup> A Constituição do Equador de 2008 foi a primeira na América Latina a reconhecer os três princípios reivindicados pelo movimento indígena como condições básicas para a refundação do Estado em termos etnicamente mais justos: a *plurinacionalidade*, o *paradigma do Buen Vivir como princípio do Estado* e a *natureza como sujeito de direitos*. Em segundo, foi a Constituição da Bolívia (2009).

Ao colocar nesses termos, essa abordagem põe, não somente sob forte tensão esse conceito de desenvolvimento, mas coloca inclusive em questão sua validade para a construção de caminhos hegemônicos protagonizados *por baixo*, pelos países, povos, classes e grupos sociais subalternos da região Sul (ESCOBAR, 2005a; SANTOS, 2005a). Para essa perspectiva, a superação do paradigma hegemônico passa pela compreensão de que esse enfrentamento deve se fazer tanto contra o capitalismo quanto o colonialismo, inscrevendo novas formulações epistemológicas e experiências sociais e políticas, reconhecendo os saberes e o protagonismo desses grupos e classes sociais subalternos na resistência contra-hegemônica e no desafio de uma nova hegemonia.

Nesse prisma, o conceito de *bem viver*, em construção, é apresentado como um sinal de resistência e de reinvenção de alternativa plural ao paradigma epistemológico e de desenvolvimento hegemônicos, que emerge de baixo e instaura uma revisão crítica da história dos vencedores pelos vencidos e invisibilizados do outro lado da *linha abissal*, assumindo seus conhecimentos e cosmologias insurgentes a condição de validade para ajudar a escrever e construir seus próprios enredos e repertórios históricos como sujeitos (SANTOS, 2005a; 2006; THOMPSON, 2011).

Ao colocarmos nesses termos, a noção de *Território* assume condição relevante para o estudo em relação às lutas e resistências, aos conflitos na Amazônia, posto que aí se dão disputas por padrões de desenvolvimento e pelo controle de uso e sentido do território e dos recursos naturais, exprimindo dinâmicas contraditórias e conflitivas de formas de organização, produção e reprodução socioambiental. Ao partirmos dessa premissa, a reflexão sobre essa noção de território nessa região pode ajudar a revelar sinais de experiências contra-hegemônicas, que apontem pistas para além de uma lógica de desenvolvimento alternativo, bem como suas limitações.

## 1.6 O CONCEITO DE *TERRITÓRIO*: ESCAVANDO PISTAS

Rogério Haesbaert (2004), em seu inovador estudo, analisa o território de forma *relacional e integradora*, considerando suas várias dimensões (econômica, social e política, simbólico-cultural e ecológica) e várias escalas (local, regional, nacional e global). Daí, sua referência à ideia de território multidimensional e multiescalar e de multiterritórios, onde estão expressos os *territórios alternativos* construídos pelos sujeitos, que compõem os chamados *aglomerados de exclusão*. Essa perspectiva possibilita uma ruptura com abordagens dicotômicas e dualistas.

O *Território*, visto por muitos numa perspectiva política ou mesmo cultural, é focado aqui numa perspectiva geográfica, intrinsecamente integradora,

que vê a territorialização como o processo de domínio (político-econômico) e/ou de apropriação (simbólico-cultural) do espaço pelos grupos humanos. Cada um de nós necessita, como um “recurso” básico, territorializar-se. Não nos moldes de um “espaço-vital” darwinista-ratzeliano, que impõe o solo como um determinante da vida humana, mas num sentido muito mais múltiplo e relacional, mergulhado na diversidade e na dinâmica temporal do mundo (HAESBAERT, 2004, p. 16).

Para Gonçalves e Haesbaert (2006), o *território* é concebido numa perspectiva social, que integra tanto a sua dimensão concreta, político-econômica, mais tradicional, quanto a sua dimensão simbólica, cultural-identitária. Com isso, focalizam a nova *des-ordem* mundial com base nessas múltiplas dimensões.

Raffestin (*apud* HAESBAERT, 2004), por sua vez, procura diferenciar as noções de território e de *espaço*, sendo este compreendido como dimensão maior, mais ampla, que precede o território, de onde este se origina por meio de “uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível”, o qual passa a “territorializar o espaço”, material e/ou simbolicamente a partir dessa “apropriação do espaço”. Nesse sentido, para Raffestin, território é

(...) um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que, por conseqüência, revela relações marcadas de poder. (...) o território se apóia no espaço, mas não é o espaço. É uma produção a partir do espaço. Ora, a produção por causa de todas as relações que envolve, se inscreve num campo de poder (Raffestin, 1993, *apud* HAESBAERT, 2004, p. 81).

O autor deixa evidente, a partir desses postulados e assertivas, o entendimento do território como produção humana, sociocultural e política, oriunda da transformação e apropriação do espaço, via práxis do *trabalho* dos atores sociopolíticos, que é marcada, fundamentalmente por “relações de poder”, ou seja, o território constitui-se e é constituído enquanto “campo de relação de poder”. Nesse sentido, a categoria *poder* assume papel preponderante na definição do território, pois é entendida de forma relacional, permeando e atravessando o conjunto de todas as relações sociais do tecido societário. É possível, portanto, identificar nessa concepção uma relação entre as dimensões material (econômica), política e simbólico-cultural, apontando para a compreensão “relacional de território” (HAESBAERT, 2004).

Raffestin explica que:

O espaço e o tempo são suportes, portanto condições, mas também trunfos. Eis por que Lefebvre tem toda razão quando diz que “o espaço é político”. Em todo caso, espaço e tempo são suportes, mas é raro que não sejam também recursos e, portanto, trunfos. O território é um trunfo particular, recurso e entrave, continente e conteúdo, tudo ao mesmo tempo. O território é o espaço por excelência, o campo de ação dos trunfos (Raffestin, 1993, *apud* HAESBAERT, 2004, p. 81).

Haesbaert, a despeito disso explica, que:

O fato de ser um trunfo procede, em primeiro lugar, segundo Raffestin, da constatação de que o espaço é finito. “Noção banal”, sem dúvida, mas cuja consideração é relativamente recente, ligada àquilo que os politólogos denominam “cercadura [*clôture*] do espaço”. Composto-se de “duas faces”, “expressão” material e “conteúdo” significativo, simbólico, o espaço é um “espaço relacional, inventado pelos homens” (Raffestin, 1993, *apud* HAESBAERT, 2004, p. 82).

Isso faz de Raffestin um autor que contribui, decisivamente, para recolocar o conceito de território em outro patamar, rompendo com acepções unidimensionais, dicotômicas e neutras, que estão na base de várias áreas de conhecimento.

Quanto a Milton Santos (2000; 2002; 2004), seu conceito de território considera movimentos de continuidades e discontinuidades do tempo-espaço informacional contemporâneo. Em face do novo cenário *globalitário*, Santos (2002; 2004) relativiza a busca rígida pela “distinção entre espaço e território”, demarcando a relevância de conceber o *território usado* e o diálogo permanente da sociedade com esse território como produto das relações histórico-sociais.

É o uso do território, e não o território em si mesmo, que faz dele objeto de análise social. Trata-se de uma forma impura, um híbrido, uma noção que, por isso mesmo, carece de constante revisão histórica. O que ele tem de permanente é ser o nosso quadro da vida. Seu entendimento, pois, é fundamental para afastar o risco de alienação, o risco da perda do sentido da existência individual e coletiva, o risco de renúncia ao futuro. [...] o território usado são objetos e ações, sinônimo de espaço humano, espaço habitado (SANTOS, 2002, p. 15-16).

Ao partir dessa premissa, esse autor recoloca e reafirma a importância da ação humana e social, a partir de seu trabalho transformador e dinamizador da sociedade, sem que isso prescindia da “herança social” e do “presente social”. Em forma de advertência, assevera:

De fato, cada momento da ação social inclui a Terra e os homens sobre os quais tal ação se realiza. E essa ação seria outra se os outros fossem o território e o seu uso. Mas não estamos acostumados a esse raciocínio e pensamos a história como se fosse uma relação direta dos homens com a Terra, sem a intermediação das heranças sociais e materiais e do presente social (SANTOS, 2004, p. 27).

Ao fazer referência ao alargamento do pensamento e do conceito de território tomado nas últimas obras de Milton Santos, Haesbaert (2004) diz:

A grande ênfase à “funcionalização” e ao conteúdo técnico dos territórios permite incorporar a leitura de território feita por Santos numa perspectiva econômica. Devemos reconhecer, entretanto, o rico processo de ampliação e complexificação do conceito, verificado especialmente nos seus últimos trabalhos, além do fato extremamente relevante, de o autor nos alertar para que nunca vejamos a des-re-territorialização apenas na sua perspectiva

político-cultural, incluindo de forma indissociável os processos econômicos, especialmente a dinâmica capitalista do “meio técnico-científico-informacional” (HAESBAERT, 2004, p. 61).

Porto-Gonçalves entende, também, que o pensamento de Santos, contribui para fazer reaparecer a tensão constitutiva (criativa) entre o material e o simbólico, entre a linguagem e *certos elementos constantes, que se repetem, da nossa experiência sensorial*. O referido autor diz que Santos insiste nessa indivisibilidade entre o material e o simbólico, explicando que o *espaço geográfico*

é um misto, um híbrido, formado da união indissociável de sistemas de objetos e sistemas de ações. Os sistemas de objetos, o espaço-materialidade, formam configurações territoriais, onde a ação dos sujeitos, ação racional ou não, vem instalar-se para criar um espaço” “...O espaço geográfico deve ser considerado como algo que participa igualmente da condição social e física, um misto, um híbrido. Nesse sentido, não há significações independentes dos objetos (Santos, 1996, *apud* PORTO-GONÇALVES, 2001, p. 231).

Porto-Gonçalves (2001), com isso, defende a indissociabilidade entre *sociedade-e-espaço*. Por isso, defende a tese de que o “ser social é indissociável do estar”.

Ora, é preciso considerar que cada sociedade é, antes de tudo, um modo próprio de estar-junto (proxemia) o que implica, sempre, que toda sociedade ao se instituir enquanto tal o faz construindo o seu-espaço não cabendo, pois, uma separação entre o social e o geográfico. (...). O ser social é indissociável do estar. [...] A sociedade no seu devir histórico não é a-geográfica (PORTO-GONÇALVES, 2001, p. 229).

Isso implica situar o pensamento e o conceito de Santos (2004) num campo de base materialista, mas que não se fecha e se prende a ele, demonstrando trabalhar de forma integrada e relacional com as demais dimensões. Com base nesses pressupostos, Milton Santos assinala que o *território* ganha novo significado e dimensão nesse processo histórico de globalização hegemônica.

Quer dizer, há lugares mais apropriados para aumentar os lucros de alguns, em detrimento de outros. (...) Então, os lugares tornaram-se um dado essencial do processo produtivo, em todas as suas instâncias, e passam a ter um papel que não tinham antes. A globalização revaloriza os lugares e os lugares – de acordo com o que podem oferecer às empresas – potencializam a globalização que está aí, privilegiando a competitividade (SANTOS, 2004, p. 22).

Isso tem produzido, nesse processo contraditório de territorialização, desterritorialização e reterritorialização do capital, conforme Milton Santos (2000), tanto as chamadas “zonas luminosas” quanto as “zonas opacas”, inscrevendo, assim, territórios marcados por hierarquizações e desigualdades, reproduzindo, assim, o típico paradigma, segundo Harvey, do *desenvolvimento geográfico desigual*, que combina e articula a

*acumulação flexível e acumulação por espoliação*, conformando a hegemonia assentada na relação dialética entre *a lógica capitalista de acumulação* (lógica capitalista de poder) e *a lógica política do Estado* (lógica territorial de poder). Contudo, essa expansão da fronteira, comandada por esse modelo neodesenvolvimentista, vem se dando sob fortes e agudas contestações e protestos, lutas e resistências plurais protagonizadas por povos, movimentos e organizações sociais do campo e da cidade, que denunciam violações de direitos e reivindicam outros usos, sentidos e significados para o território e recursos naturais diferente e contrastante dessa racionalidade e modelo de desenvolvimento hegemônicos.

À luz dessa pista, essa *fronteira* é concebida como um terreno de correlações de poder e de saber, crivada de disputas pelo uso, apropriação e significação do território e da natureza, para produção e reprodução social de modos de existir e sentir, de se relacionar com a natureza, ou seja, um campo de disputas por padrões e processos de se produzir material e simbolicamente. É essa pista que procuramos seguir para demarcar que esse modelo neodesenvolvimentista é a expressão da (te-des-re) territorialização hegemônica, mas que as lutas e resistências a esse paradigma podem expressar experiências contra-hegemônicas de novas territorialidades, isto é, de outras formas de sociabilidade, produzidas a partir desse *brasil profundo* e por múltiplos sujeitos.

Sob esse prisma, também, é que procuramos situar e resignificar a *questão rural*, demarcando um contraponto ao seu tratamento de forma reducionista e consevador. Wanderley (2009a; 2009b) entende que o *mundo rural é um espaço de vida*, que se define enquanto um espaço singular e um ator coletivo, que está em constante mudança social, refazendo-se historicamente num processo de tensão e conflito. Assim, o espaço rural não é um espaço vazio, mas sim um espaço social, de trabalho e de reprodução social. Contudo, para ela, a lógica dominante capitalista do agronegócio e do latifúndio tende a levar e produzir *ruralidades de espaços vazios* no campo, o que demarca lógicas, processos e dinâmicas tensas e conflitivas entre *ruralidades* de produção e reprodução social e ambiental na sociedade e, por consequência, de desenvolvimento. Ao partir dessa premissa, ela contesta a lógica de desenvolvimento dominante que vem pautando as políticas públicas no país.

Na sociedade brasileira, a concepção de desenvolvimento aparece associada e até confundida com a idéia de urbanização. Nesse sentido, desenvolver um município ou uma região significa urbanizá-la como se o “rural” fosse algo negativo a ser superado, precisamente, pelos processos de desenvolvimento. Como é sabido, o IBGE define nos municípios uma sede (espaço urbano, independentemente da dimensão da população e da intensidade dos serviços que oferece) e o seu entorno (zona rural, com uma população rarefeita, dispersa e dependente dos serviços da sede urbana). (...) O rural supõe, por definição, a dispersão da sua população, a ausência do poder público no seu



espaço, a ausência dos bens e serviços naturalmente concentrados na área urbana. Em consequência o rural está sempre referido à cidade como sua periferia espacial precária, dela dependendo política, econômica e socialmente (WANDERLEY, 2009b, p. 1-2)<sup>80</sup>.

Ao se contrapor a essa acepção dualista e dicotômica, Wanderley concebe esse espaço rural apresentando uma *dupla face* conflitiva, de isolamento e precariedade e de modos de vida próprios, interligados à cidade, ao urbano, numa relação de interdependência e pejado de tensões.

O meio rural possui, assim, uma dupla face: por um lado é fragilizado pelo isolamento, pela precariedade com que tem acesso aos bens e serviços oferecidos pela sociedade e pelos efeitos desagregadores do êxodo. Por outro lado, e apesar da primeira face, é um meio rural povoado, cujos habitantes são portadores de uma cultura que dinamiza as relações sociais locais e de uma grande capacidade de resistência aos efeitos desagregadores aos quais estão constantemente confrontados (WANDERLEY, 2009b, p. 2).

Ao buscar uma definição para o *mundo rural*, ela afirma:

Para mim, o mundo rural é um espaço de vida, isto é, um lugar onde se vive, onde tem gente! No Brasil, cerca de 30 milhões de pessoas vivem no meio rural. É um lugar de onde se vê o mundo e de onde se vive o mundo. Partindo dessa concepção, afirmamos o pressuposto que o rural não é algo a ser superado pela urbanização, mas é uma qualidade que decorre da sua dupla face ambiental e social. Sua qualidade está associada à importância da natureza no espaço rural e às formas de vida social nele predominantes, fundadas nos laços de proximidade e na sua capacidade de integração. Como tal, é uma qualidade que interessa não só a seus habitantes, mas ao conjunto da sociedade, devendo ser preservada e positivamente valorizada (WANDERLEY, 2009b, p. 2).

---

<sup>80</sup> No que tange à questão do fim ou não das sociedades camponesas/rurais na sociedade contemporânea, em face desses processos sociais globais de mudança: urbanização, industrialização e modernização da agricultura, Wanderley (2009a, p. 204-205) assinala que há pelo menos dois pontos de vista distintos, que informam duas abordagens conflitantes sobre esses processos e, que, em grande medida, vêm pautando e orientando o debate acadêmico e político na atualidade. “Um primeiro, que percebeu neles [nos processos de industrialização e urbanização] o desaparecimento completo das sociedades rurais/camponesas; a agricultura se tornaria, nesse caso, um mero campo de aplicação do capital, à semelhança de qualquer outro setor possível de investimento; sob esta ótica, assistir-se-ia à progressiva decomposição do campesinato e a constituição das classes sociais do capitalismo no campo; o camponês teria se tornado um agricultor – referido, não mais a um modo de vida, mas a uma profissão específica – e um cidadão como qualquer outro. Mais recentemente, afirma-se uma ruptura completa do “agricultor familiar moderno”, em relação à sua história camponesa, analisando-o como resultado da iniciativa do próprio Estado. Mas há um outro olhar sobre estes mesmos processos. Sob esta outra perspectiva, as profundas transformações resultantes dos processos sociais mais globais – a urbanização, a industrialização, a modernização da agricultura – não se traduziram por nenhuma “uniformização” da sociedade, que provocasse o fim das particularidades de certos espaços ou certos grupos sociais. A modernização, em seu sentido amplo, redefiniu, sem anular, as questões referentes à relação campo-cidade, ao lugar do agricultor na sociedade, à importância social, cultural e política da sociedade local, etc. O agricultor moderno, particularmente, o agricultor familiar, predominante nos países ditos “avançados”, pelo fato mesmo de ser familiar, guarda laços profundos – de ordem social e simbólica – com a tradição “camponesa” que recebeu de seus antepassados”.

Ao partir desse pressuposto, ela defende o *desenvolvimento rural*, concebendo e alargando o entendimento e significado de rural para além do reducionismo agrícola, tomando-o em suas multidimensões e complexidades da totalidade social.

O desenvolvimento rural, portanto, ao contrario de ser a superação do rural, é precisamente o desenvolvimento das qualidades do rural. Essa concepção nos leva a compreender o meio rural não apenas como lugar da produção agrícola. Também no Brasil, outras funções são atribuídas ao espaço rural: um espaço residencial, de consumo para as populações urbanas, especialmente através das residências secundárias e dos programas de turismo rural e agroecológico, e um espaço de valorização patrimonial, patrimônio ambiental e cultural. Naturalmente, não se trata de um mundo isolado. Ele sempre é referido ao conjunto da sociedade (WANDERLEY, 2009b, p. 3).

Ao colocar nesses termos, Wanderley procura forjar uma interpretação da sociedade brasileira, em particular e a partir da dinâmica e dos processos de ruralidades em suas várias dimensões (social, econômica, política, cultural, territorial e ambiental) e, por conseguinte, de desenvolvimento de país, reconhecendo a importância do debate do desenvolvimento rural. Para isso, considerando o protagonismo de suas próprias populações e de seus modos de vida. Todavia, com o processo de expansão da *fronteira agrícola* e o desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro, por meio do agronegócio, tem-se aprofundado a dinâmica de acumulação de capital, assumindo o Estado a figura do grande estimulador e investidor desse setor hegemônico para a modernização da agricultura brasileira. Esse setor vem ocupando posição de destaque na agenda do governo federal e forte participação no PIB do país, através da exportação de *commodities*, demarcando o processo de *reprimarização* da economia ou *neoextrativismo* e reinscrevendo o seu direcionamento econômico, político e cultural (a oligarquia passada não morreu, mas se refez, se ampliou, metamorfoseou-se e se renovou em articulação com novos setores e atores nacionais e globais), sob o discurso do “*desenvolvimento, modernização e progresso do Brasil*”, em especial do “campo” (DELGADO, 2010; DELGADO, 2009; 2010a; 2010b; ALMEIDA, 2010b; 2011)<sup>81</sup>.

---

<sup>81</sup> Guilherme Delgado (2010) evidencia uma das grandes contradições da economia política brasileira e de seu modelo de desenvolvimento ao optar pela especialização primária e reforço do pacto social conservador com o agronegócio, como grande força econômica e política desse modelo hegemônico.

## 2 O LUGAR DA FRONTEIRA AMAZÔNICA BRASILEIRA NA AGENDA NEODESENVOLVIMENTISTA

*A imagem mais comum do que seja a Amazônia é a de que se trata de uma imensa extensão de terras, onde o principal elemento de identificação é uma natureza pujante, praticamente indomável, que a história nos legou intocada. A região nos lembraria aquele casal de camponeses, descrito pelo dramaturgo alemão Goethe, descoberto escondido em meio a uma paisagem mercada por um intenso processo de modernização que, depois de terraplenar terrenos, retilinizar o cursos de rios, secar pântanos, derrubar as matas, enfim, geometrizar as paisagens em nome do progresso dominando a natureza, contra um mundo atrasado e tradicional, nos colocaria diante da questão: o que é o progresso e o desenvolvimento depois que acabar o último casal de camponeses que lhes servia de referencial do atraso que deveria ser superado?*

*(Carlos W. Porto-Gonçalves, 2005)*

Nesse capítulo, procuramos apresentar e analisar, em linhas gerais, que lugar a *fronteira amazônica* vem ocupando nessa agenda neodesenvolvimentista. Para isso, antes, fazemos um breve percurso pelo período histórico da ditadura civil-militar (1964-1985) de ocupação do espaço amazônico, marcado pelos grandes projetos do desenvolvimentismo conservador, expressando, conforme Loureiro (2001), uma “modernização às avessas”. Em seguida, de forma breve, passamos ao contexto da “Nova república”, em particular da “contra-reforma” do Estado brasileiro, demarcando uma reafirmação do lugar da Amazônia como “fronteira de recursos” e de colônia na dinâmica de globalização de mercado e financeirização capitalista. É no presente contexto de ascensão do Partido dos Trabalhadores (PT) à Presidência da República e a implementação do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), de forma geral, que o texto procura delinear os sinais e as tendências para o lugar que Amazônia vem ocupando nessa agenda emergente neodesenvolvimentista, para, mais à frente, nos próximos capítulos, aprofundarmos essa reflexão, focando a análise em sua matriz energética elétrica, em particular o projeto de AHE Belo Monte.

Para tanto, levantamos as seguintes perguntas: no que implica uma proposta de análise sobre a temática do neodesenvolvimentismo referida a uma região da periferia da semiperiferia do capitalismo, a fronteira amazônica brasileira? Em que medida os grandes projetos e empreendimentos de retorno à região não sinalizam um “novo” momento histórico de sua inserção nacional, regional e global? Ou tão somente expressam e reforçam mais um momento de “modernização às avessas”, reproduzindo um padrão de desenvolvimento

moderno-colonial, que lhe tem sido imposto, nacional e internacionalmente, sendo essa a marca hegemônica na sua trajetória histórica de ocupação? Que lugar a fronteira amazônica vem ocupando nessa agenda neodesenvolvimentista?

## 2.1 A QUESTÃO *AMAZÔNICA* COMO QUESTÃO DE DESENVOLVIMENTO

O termo *Amazônia* é uma invenção histórico-social e cultural, que tem suas raízes no processo de colonização da vasta região, mas que vem se reinventando historicamente. Segundo Aragón (2013),

Desde quando Gaspar de Carvajal, durante a expedição de Francisco de Orellana em 1541/42, pensou ter encontrado as Amazonas, mulheres guerreiras e temidas da mitologia grega, a Amazônia tem sido alvo de mitos e lendas que influenciaram a sua concepção e desenvolvimento. O próprio termo *Amazônia* derivou do dado por Carvajal ao rio (Rio das Amazonas) na expedição que do rio Coca no equador foi até a foz do Amazonas no Oceano Atlântico. Pode-se dizer sem medo de errar que a Amazônia tem sido desde então vista com os olhos do descobridor, do aventureiro, e como fonte inesgotável de recursos (ARAGÓN, 2013, p. 21).

Sua reinvenção histórica, no entanto, vem se dando de modo diverso e tenso, posto que a origem do mito fundador carrega do “velho mundo” uma visão particular – o *ideário de civilização europeu* dominante -, mas apresentada, transmitida e imposta como universal, que, conforme Enrique Dussel (1993), cola, combina e articula política, econômica e culturalmente, a ideia e a representação dominantes de “descobrimento” no desabrochar da “modernidade e civilização”. Para esse autor, a modernidade, longe de se constituir como um descobrimento, constitui-se, sim, como um “encobrimento” de *outros* povos, saberes e culturas, que cultivavam modos particulares e diferentes de organização, produção e reprodução social, que vêm, historicamente, resistindo, procurando romper com sua invisibilidade e dando visibilidade às suas experiências, visões e interpretações do mundo, inscrevendo, assim, novos usos e sentidos para essa região, diferentes e contrastantes com o dominante padrão moderno-colonial. Esse processo de reinvenção e de (re)tradução da *Amazônia*, portanto, constitui-se num terreno de correlações de poder, em grande medida desigual, que busca pautar caminhos e horizontes de sociabilidade.

Ao analisar o “Modelo de Integração da Amazônia Brasileira aos Mercados Nacional e Internacional em Vigência nas Últimas Décadas”, Loureiro (2001) identifica um processo de “modernização às avessas”, como resultante do paradigma e da política desenvolvimentistas para a região.

Loureiro (2001, p. 49) traça e apresenta um quadro das “condições de vida e trabalho do homem da Amazônia”: uma *população eminentemente rural*; uma *produção comercial*

*constituída basicamente de produtos extraídos da floresta; exportação ínfima de alguns produtos na forma bruta ou semielaborada, mas sem qualquer beneficiamento industrial; agricultura e extrativismo de subsistência; venda do “excedente da produção” de subsistência aos “regatões”<sup>82</sup>; importação de produtos do sul do País, em quantidade bastante limitada; baixa circulação de dinheiro. E completa:*

o emprego sob a forma assalariada não era o mais característico da região, assim, as pessoas não dispunham de dinheiro “vivo” para fazer suas compras; elas vendiam seus produtos e com os recursos adquiridos compravam os poucos bens industrializados de que precisavam para viver (muito modestamente) (LOUREIRO, 2001, p. 49)<sup>83</sup>.

Além dessas características, ela destaca, ainda, que o “homem produzia para sua subsistência pessoal e familiar, com base no complexo mata-rio-roça-quintal; e as terras eram bastante abundantes e livres” (LOUREIRO, 2001, p. 50-51).

Conforme Alves Filho (1999), durante os governos de Getúlio Vargas e, posteriormente, de JK, assumindo concepções e posições diferentes, mas embalados pelo imaginário fausto da *modernidade*, já se buscava a integração da Amazônia ao eixo central de desenvolvimento econômico do Brasil (o Sudeste) com o objetivo de realizar a política de integração nacional, a fim de dar-lhe o sentido de unidade e de nação forte (construir um espírito nacionalista) e superar a ideia de isolamento, fragmentação e atraso (agrarismo)<sup>84</sup>.

A questão colocada para o Brasil por Euclides da Cunha impunha-se como um grande dilema, pois o país continuava de costas para o seu interior, separando o *Litoral* do *Sertão*, reforçando o provincianismo, o atraso e o desconhecimento sobre si mesmo. Essa política de integração da região ao eixo de desenvolvimento do país visava à exploração e exportação

<sup>82</sup> “Embarcações de comerciantes que vendiam produtos industrializados e compravam produtos extrativos, percorrendo as beiras dos rios amazônicos” (LOUREIRO, 2001, p. 49).

<sup>83</sup> Conforme descreve a autora, “O transporte de mercadorias para o interior era feito, essencialmente, pelos rios que serviam de estradas; barcos de todos os tamanhos levavam pessoas e transportavam mercadorias; mas, no comércio, destacavam-se os regatões. Muitos regatões exibiam seus produtos, pendurando-os nas laterais abertas dos barcos, como se elas fossem verdadeiras vitrines de lojas. Vendiam redes, mosquiteiros, medicamentos, querosene para ascender lamparinas e candeeiros, armas e munições, sal, tecidos e artigos de cozinha (panelas, etc.) e inúmeros outros produtos necessários à vida cotidiana [...] Nos anos 40, 50, 60 Belém e Manaus constituíam-se em pólos comerciais e de prestação de serviços diversos para a população da região norte (...) Mas, as cidades de porte médio: Santarém, Macapá, Porto Velho, Boa Vista, Rio Branco, etc faziam o mesmo papel daquelas duas, mas em menor proporção” (Idem, p. 49-50).

<sup>84</sup> A definição da Amazônia Legal ou Clássica tem origem em 1953, durante o governo Vargas. Essa delimitação trás embutida, como uma de suas finalidades e estratégias, definir a área de ação da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA), criada naquele ano, para se buscar integrar a região (retirando-a do seu “isolamento”) a um plano nacional de desenvolvimento de país moderno. Esta foi substituída, em 1966, pela Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) durante o governo dos militares. No governo JK, construiu-se a BR 010, chamada de “Rodovia Bernardo Sayão”, mais conhecida por Belém-Brasília”, no afã de levar a cabo a política de integração nacional, parte desse modelo desenvolvimentista, que gerou mudanças na organização espacial da região amazônica e na sua paisagem natural e sociocultural, inaugurando novas estruturas e processos socioeconômicos, mas reproduzindo exclusão e desigualdade social e antigas lógicas e instituições (PORTO-GONÇALVES, 2005, p. 12).

das suas riquezas naturais e de fornecimento da matéria-prima para abastecer e desenvolver o centro urbano-industrial nascente do capitalismo dependente e periférico, por sua vez sob inserção (subordinada) à política internacional. Ademais, buscava-se transformar essa região num mercado de consumo de manufaturados do centro econômico e político do país. Isto é, o espírito modernizante não consegue se desatrelar do espírito colonialista, posto a sua relação dialética e unidade contraditória.

Nesse horizonte, o governo civil-e-militar (1964-1985)<sup>85</sup>, assentado num profundo apelo político-ideológico positivista de ordem, progresso e desenvolvimento da nação brasileira, associado à doutrina da segurança nacional, pavimenta o caminho da integração capitalista da Amazônia a partir da segunda metade da década de 60. A Região passa a ser vista como espaço geopolítico e econômico estratégico, devendo ser submetida ao modelo desenvolvimentista autoritário, com base no grande capital, de modo a salvaguardar o território nacional do risco separatista, haja vista o avanço das ideias socialistas no continente latino-americano (ALVES FILHO, 1999)<sup>86</sup>.

Porto-Gonçalves (2005) explica que, de forma burocratizada, autoritária, seletiva e articulada com o grande capital, gesta-se em gabinetes e escritórios multinacionais um conjunto de “Grandes Projetos” ou “Projetos Faraônicos”, que foram pensados e impostos sobre a região amazônica de fora para dentro e para fora<sup>87</sup>. Isso revela que, como adverte o referido autor, “mais uma vez o destino da Amazônia era decidido à revelia de seus habitantes, como se fora uma região colonial, vazia de gente (de gente inferior, como pensam

---

<sup>85</sup> Sobre a *ditadura civil-militar* consultar: os quatro volumes escritos pelo Jornalista Elio Gaspari: “A Ditadura Envergonhada”, “A Ditadura Escancarada”, “A Ditadura Encurralada” e “A Ditadura Derrotada”; “1964: A Conquista do Estado — Ação Política, Poder e Golpe de Classe” de René Armand Dreifuss; “Além do Golpe — Versões e Controvérsias Sobre 1964 e a Ditadura Militar” do historiador Carlos Fico; “Combate nas Trevas” do historiador Jacob Gorender e outros etc.

<sup>86</sup> Segundo os estudos de Alves Filho (1999), nesse contexto do regime militar, “o processo de ocupação da Amazônia pelos grandes empreendimentos apoiados pelo Estado ocorreu em três períodos: *1º Período* de 1966 a 1970; *2º Período* de 1970 a 1974; e o *3º Período* de 1974 a 1978.

<sup>87</sup> Na história de formação dessa região, o processo de acumulação originária fez-se presente expropriando, explorando e, também, dizimando povos indígenas, de forma inicial com as “Drogas do Sertão” e de maneira mais intensa e extensa, depois, com a exploração da produção da borracha, ampliando o arco de escravidão, servidão e exploração do trabalho. Mas, esse processo de ocupação do território e sua inserção no circuito do capital se tornou mais intenso e extenso com a ditadura civil-militar, assumindo o Estado papel fundamental nessa dinâmica de acumulação de capital na região. Em 1966, foi criada a SUDAM em substituição à SPVEA com a responsabilidade de analisar, aprovar e fiscalizar os novos projetos apresentados pelas empresas, para integrar a região ao grande capital nacional e internacional, tendo como foco a exploração de suas riquezas naturais/minerais e promover o seu desenvolvimento e modernização. Ela tinha, ainda, como objetivo específico coordenar e supervisionar os programas e planos destinados à Amazônia Legal, assim como decidir a respeito da distribuição de incentivos fiscais e creditícios (recursos públicos). Além da SUDAM, contava-se, ainda, com o BASA (Banco de Desenvolvimento da Amazônia), que liberava os recursos que as empresas demandavam (BECKER, 1998; PORTO-GONÇALVES, 2005).

os colonialistas) e somente portadora de recursos naturais” (PORTO-GONÇALVES, 2005, p. 13)<sup>88</sup>.

No tocante a isso, Alves Filho (1999) salienta, também, a *dimensão interna* do processo de reprodução colonial da região pelo modelo de modernização desenvolvimentista:

A política de integração preconizada pelos militares criou uma relação colonial interna, na qual a região sudeste, residência do grande capital, tornou-se metrópole de outras regiões do país, aí incluída a Amazônia. Os interesses locais e regionais são sobrepujados pelas novas diretrizes fixadas em instâncias centralizadas. [...] inauguração de uma política de integração nacional elaborada em centros e gabinetes distantes, em escritórios de empresas multinacionais e com prioridades ao grande capital nacional e estrangeiro. Essa política dos projetos megalomaniacos ou faraônicos não levou em conta os interesses da população amazônica, nem tampouco a vocação geográfica dessa região. Sua função essencial era a de captar divisas (ALVES FILHO, 1999, p. 34).

Para tanto, como estratégia, são elaboradas frases de efeito nacionalistas – o *discurso patriótico* –, cuja finalidade era construir uma imagem atrativa e positiva do regime e do país (*Brasil grande*) em entorno do projeto desenvolvimentista e, assim, nos termos de Gramsci (2011), construir um consenso hegemônico e legitimar o regime<sup>89</sup>. Exemplos de frases com esse caráter: “Integrar para não entregar”; “Homens sem terra para terra sem homens” etc. Reconstruía-se e fortalecia-se um conjunto de mitos no imaginário social da sociedade já criados sobre a região, como: “Vazio demográfico”; “Pulmão do Mundo” (ALVES FILHO, 1999; PORTO-GONÇALVES, 2005).

Para Loureiro, durante os anos 60 e 70, a “base teórica e política do modelo [desenvolvimentista] de integração ao mercado nacional e internacional” assentava-se em alguns *pressupostos* basilares. Conforme ela destaca, “os principais obstáculos ao desenvolvimento dos países periféricos eram atribuídos a 2 problemas básicos: insuficiência de capitais produtivos e de infra-estrutura capazes de pôr em marcha novos investimentos”. Assim, “as teorias, em vigor na época, entendiam que seria possível atrair capitais

<sup>88</sup> Porto-Gonçalves (2005, p. 12), ao criticar a política desenvolvimentista do regime ditatorial em *incorporar a Amazônia* à rota do desenvolvimento capitalista, explica que “O futuro parecia, finalmente, ter chegado a Amazônia. Para isso, o Estado brasileiro, então sob o regime ditatorial militar, recorreu a empréstimos em bancos privados e multilaterais (BID e BIRD – Banco Interamericano de Desenvolvimento e Banco Mundial), além de grandes corporações transnacionais, renunciou a impostos beneficiando grandes empresas, além de oferecer outros incentivos fiscais aos que procurassem se associar a esse esforço elaborado por gestores territoriais civis e militares, nessa verdadeira missão de incorporar a Amazônia”.

<sup>89</sup> O projeto *desenvolvimentista conservador* se impôs se utilizando sobremaneira da *força*, porém, sob forte apelo *ideológico*, sendo esse em grau menor (todavia, também, relevante) dado o contexto histórico do período. Portanto, esse regime ditatorial, longe de ser essencialmente preso à esfera da sociedade política, ele se constituiu, consolida-se e se fortalece articulado, dialeticamente, com os grupos e classes dominantes (nacional e internacional) da sociedade civil - *aparelhos privados de hegemonia* -, para manter, reproduzir e ampliar a ordem social capitalista nacional, regional e global.

produtivos, vindos do exterior, organizados sob a forma de conglomerados econômicos, desde que se oferecessem grandes vantagens capazes de atrair esses capitais para a região” (LOUREIRO, 2001, p. 52).

Por causa disso, ela explica que esse “novo modelo de desenvolvimento para Amazônia – posto em prática pelos governos militares pós-64, para desenvolvê-la e integrá-la ao mercado nacional e internacional” – foi baseado nos seguintes pontos: 1) vantagens fiscais aos novos empresários que quisessem investir os novos capitais que se instalassem na região, por períodos longos (10 a 15 anos), especialmente para atividades de extração de madeira; criação de gado, pesca industrial; 2) facilitar o acesso a grandes extensões de terra e à natureza em geral, alterando toda a legislação existente e criando novos dispositivos legais com vistas a garantir a propriedade da terra aos novos investidores; 3) garantia de infraestrutura aos novos projetos, por conta do Governo Federal, como as rodovias para integrar a Amazônia ao mercado nacional; 4) trazer mão-de-obra barata de outros pontos do Brasil (nordestinos, em especial) para trabalhar nas frentes de trabalho (LOUREIRO, 2001, p. 53-54).

(...) assim sendo, o governo federal abriu mão de dinheiro com o qual poderia modernizar as atividades tradicionais dos pequenos e médios produtores da região ou para investimentos sociais, como escolas, hospitais, etc; preferiu transferir esses recursos para grandes empresas que, em sua grande maioria, não investiram os recursos em suas empresas que abriram aqui, mas, ao contrário, mandavam o dinheiro para suas empresas situadas no sul do Brasil; outros (como a Volkswagen) desmataram grandes extensões de terras cobertas por ricas florestas e transformaram essas áreas de antigas florestas em pastos para algumas centenas de cabeças de gado; enfim, trouxeram grandes prejuízos ecológicos, gastaram ou desviaram o dinheiro, criaram poucos empregos e não trouxeram o prometido desenvolvimento para região (LOUREIRO, 2001, p. 53).

No tocante a esses grandes projetos forjados de *fora* para dentro da região, Porto-Gonçalves (2005) assinala que se amplia e se intensifica a criação de redes e eixos rodoferroviários, rasgando imensas florestas, tendo em vista promover tal integração, facilitar a exploração das suas riquezas naturais e a exportação das matérias-primas, para abastecer os mercados interno e externo. Assim, reconfigura-se a organização do espaço amazônico. O “padrão de organização do espaço *rio-varzea-floresta*” é substituído pelo “padrão *estrada-terra-firme-subsolo*”, os quais são “contraditórios entre si, e que estão subjacentes às diferentes paisagens atuais da região”. Para esse autor,

Até a década de 60 foi em torno dos rios que se organizou a vida das populações amazônicas. A partir de então, e por decisões tomadas fora da região, os interesses se deslocaram para o subsolo, para suas riquezas minerais, por uma decisão política de integrar à região ao resto do país,



protagonizado pelos gestores territoriais civis e militares. O regime ditatorial se encarregou de criar as condições para atrair os grandes capitais para essa missão geopolítica (PORTO-GONÇALVES, 2005, p. 79).

Nesse horizonte, ao fazer referência à marca de *gestão territorial* desse modelo desenvolvimentista autoritário, o geógrafo Trindade Júnior (2005, p. 160) compreende-o como uma matriz de gestão territorial relacionada ao “modelo tecnocrático-racionalista de gestão”, que consolidou “práticas socioespaciais bem conhecidas: exclusão, reforço à segregação e funcionalidade basicamente capitalista do espaço”, impondo decisões de cima para baixo e de fora para dentro, inviabilizando qualquer perspectiva emergente a partir da dinâmica territorial e local.

O planejamento político do regime atendeu, principalmente, aos interesses do projeto urbano-industrial do grande capital nacional e trans/multinacional e do projeto de modernização da agropecuária brasileira, que promoveu a expansão da fronteira agropecuária para Amazônia sob o regime de grandes propriedades fundiárias, levando à intensificação e expansão da concentração fundiária, dos conflitos agrários, da destruição ambiental e da precarização do trabalho (e trabalho escravo) e das condições de vida das populações locais e migrantes pobres. A modernização da agricultura inicia-se e situa-se no bojo da “revolução verde” (1950-1960), que adota o “modelo de desenvolvimento rural integrado” (1970-1980), que procura “corrigir as distorções criadas pela referida revolução. Contudo, não se trata de nenhuma mudança substancial, mas de estender a “revolução verde” para os pequenos proprietários” (MONTENEGRO GOMES, 2006).

Ao considerar o impacto da crise do petróleo em 1973, Loureiro (2001) chama a atenção para a redefinição do modelo desenvolvimentista, pois com o aumento substancial do preço do petróleo, a energia ficou encarecida, produzindo impactos no mundo e, em especial, na região amazônica, posto a intensificação e especialização de transferências de capitais para ela. A despeito disso, ela explica:

O choque [do petróleo] provocou uma redistribuição internacional do trabalho, pela qual os países desenvolvidos resolveram transferir para os países periféricos os investimentos altamente consumidores de energia ou ainda aqueles que produzem grandes danos ecológicos. Assim sendo, os investimentos que se transferiram foram justamente aqueles considerados como altamente consumidores de energia (os chamados *energo-intensivos*): siderurgia, metalurgia, celulose de papel, exploração madeireira, etc. São empreendimentos que consomem grandes quantidades de energia elétrica para produzir semi-elaborados (barras de ferro, de alumínio, etc) (LOUREIRO, 2001, p. 54).

Nesse sentido, a *fronteira energética*, por meio de grandes empreendimentos hidrelétricos e de uso da floresta como combustível (carvão vegetal), passa a reconfigurar a

expansão da fronteira amazônica, profundamente articulada e combinada com outras *frentes de expansão* (mineral, agropecuária; madeireira), para levar a cabo o processo de modernização e crescimento econômico do país, reduzindo desenvolvimento ao crescimento econômico, assumindo a natureza a condição de objeto de dominação da racionalidade positivista para tal fim<sup>90</sup>.

A Usina Hidrelétrica de Tucuruí, no Rio Tocantins, no município de Tucuruí, no Sudeste do Estado do Pará, é um dos exemplos de grande projeto desse período<sup>91</sup>. Essa UHE, segundo Corrêa (2007, p. 61), inundou uma área de 2.830 km<sup>2</sup> e remanejou mais de 25.000 pessoas, atingindo sete municípios à montante da barragem e mais outros à jusante dela.

Nos estudos de Castro e Acevedo (*apud* DIEGUES, 1999, p. 57) sobre a essa hidrelétrica, destaca-se a seguinte narrativa, cujo conteúdo exprime as condições de vida e de trabalho antes e depois da construção do empreendimento:

Lá era o seguinte: nós vivia no nosso terreno, lá no Breu Branco. Nós tinha casa no centro, tinha casa na rua, tinha sítio no centro e tinha rua. Lá pra nós o peixe era farto, a caça era fácil, a vida era outra. A terra lá dava do feijão à melancia. Maxixe e tudo que a gente precisasse. Mas aqui a gente planta feijão, a banana, seja o que for, a e dum jeito num dá... pra gente comer aqui tem que comprar um quilo de feijão, um quilo de peixe e é na cidade (Mojú, Gleba 6, Lote 5, na PA-263) (Castro; Acevedo, 1989, *apud* DIEGUES, 1999, p. 57).

Essas autoras relatam que

Longe das facilidades proporcionadas pela cultura do rio, quando supria a dieta alimentar com a pesca, frutas e plantações da roça, a primeira parcela de famílias relocadas, no loteamento do Mojú (PA-263), enfrentou terrenos de solos inférteis e secos. Isso significou, nos primeiros anos, o suprimento de sua necessidade alimentar pela compra de bens antes acessíveis como farinha, peixe e frutas; o abandono de tradições no uso de plantas medicinais, anteriormente de fácil acesso, enfim, investir tempo e energia para criar um novo habitat de vida e trabalho (Castro; Acevedo, 1989, *apud* DIEGUES, 1999, p. 56).

<sup>90</sup> Um dos grandes programas criados e implementados na época foi o Programa de Pólos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia (POLAMAZÔNIA), que estabeleceu 15 pólos para a região amazônica. Como parte integrante deste, foi criado o Programa Grande Carajás (PGC), para explorar os recursos minerais e agroflorestais na Amazônia Oriental, sobretudo no Estado do Pará, na região sul e sudeste. Do PGC, fizeram parte: a Usina Hidrelétrica de Tucuruí (Tucuruí-Pará); o Projeto Ferro Carajás (Carajás-Pará); o Projeto Albrás-Alunorte (Barcarena-Pará); o Projeto Trombetas (Oriximiná-Pará) e o Projeto Alumiar (São Luis-Maranhão). Diretamente associado a esses, foi criado o Programa de Integração Nacional (PIN), para integrar a região ao restante do país, por meio de novos portos (Itaqui-Maranhão), novas rodovias (Transamazônica) e ferrovias (Carajás-Itaqui), que passaram a rasgar a floresta, abrindo as veias da Amazônia para um suposto progresso, desenvolvimento e modernização. Nesse processo de expansão da fronteira energética, de forma desastrosa social e ambientalmente, vale lembra os casos das Hidrelétricas de Balbina (Amazonas) e Samuel (Rondônia).

<sup>91</sup> Conforme o transcurso histórico traçado pela Eletronorte, no ano de 1974, baixa-se o decreto autorizando a construção da UHT. Em 1975, têm início as obras. Em 1984, é realizado o enchimento do reservatório (lago artificial) (CORRÊA, 2007).

Conforme Coelho *et al.*(2010),

A UHE Tucuruí afetou dramaticamente as populações indígenas e pequenos agricultores ribeirinhos. Os índios Parakana, habitantes das margens do rio Tocantins, foram removidos para outras áreas distante do rio. As populações de pequenos agricultores ribeirinhos foram transferidas para áreas distantes do rio e dos mercados. Passado o pico da construção da usina (1982) grande parte da mão de obra que trabalhava na obra foi dispensada e passou a ocupar as periferias urbanas de Marabá no Pará, Imperatriz e Açailândia no Maranhão, principalmente (COELHO *et al.*, 2010, p. 87).

O “deslocamento compulsório” da população dessa região, conforme retrata Magalhães (2005, p. 245), atingiu sobretudo os “camponeses”. A “situação vivenciada”, destaca a autora, era caracterizada “pela insegurança advinda do próprio deslocamento compulsório, particularmente agudizada naquele momento de enchimento do lago; e pela ausência de informações sobre o processo de transferência que havia sido iniciado”.

A CPI das Barragens (1991), nas suas investigações sobre a barragem de Tucuruí, assinala que a construção desse empreendimento “se constituiu num abuso de poder do Governo Federal que a projetou e a construiu sem ouvir sua população, além de realizar estudos precários sobre o Impacto Ambiental na área de influência da barragem”. No tocante a essas populações atingidas pela UHE de Tucuruí, essa CPI (1991) aponta que

(...) a população atingida vivia de atividades agroextrativistas. Combinavam agricultura de subsistência com o extrativismo pesqueiro e florestal. Os critérios não levaram em conta essa relação. Apenas a área de terra a ser entregue a cada família parece ter sido critério que os dirigentes dos órgãos governamentais e da Eletronorte levaram em conta nesse remanejamento (CPI, 1991, p. 11).

Essa constatação da CPI reforça a tese de que os territórios de povos e comunidades tradicionais e camponesas amazônicas, dentro dessa lógica desenvolvimentista, foram reduzidos à racionalidade moderna monocultural e instrumental produtivista (SANTOS, 2006), desconsiderando a diversidade sociocultural e ambiental desse espaço amazônico.

Consoante relato tomado por Corrêa (2007), Porãnga, filha de pescador, nascida à margem do Rio Tocantins, em IPIXUNA, um dos municípios inundados à época pela barragem da UHE de Tucuruí, relatou que sua família foi induzida e enganada para vender suas terras pelo oportunismo dos “poderosos”, interessados na barragem. Aproveitaram-se, disse ela, das péssimas condições socioeconômicas das populações locais, da sua condição de “analfabetos” e de seu desejo em ir para cidade em busca de vida melhor, para convencê-las a vender as suas terras.

Na época prometeram tanta coisa! Para quem não tinha nada de dinheiro e quem queria ir para cidade, pensando em uma vida melhor, não pensou duas vezes em vender suas terras. Venderam! Mas, quando foram pegar o

prometido, cadê? A terra que prometeram não estava nem marcada muito menos roçada, como fizeram na propaganda. E o dinheiro? Esse foi uma ilusão. Além de muitos não receberem a indenização, os que receberam, receberam um valor que nunca paga por aquela terra. Foi uma enganação, porque se aproveitaram da condição de analfabeto, das condições de pobreza e do apoio que tinham dos grandes poderosos (Porãnga *apud* CORRÊA, 2007, p. 70).

Segundo Corrêa (2007), a própria porção territorial que esse projeto ocupou possibilita identificar a estratégia geopolítica e econômica, para atender aos demais Grandes Projetos, principalmente os complexos minero-metalúrgicos, como a Vale e a ALBRAS-ALNORTE, nos municípios de Serra dos Carajás e Barcarena, no Pará, respectivamente – autênticos *enclaves* no seio da Amazônia. Na realidade, esse megaprojeto faz, portanto, parte de uma *rede* complexa e ampla dentro do setor produtivo brasileiro, assumindo papel relevante tanto para a produção de energia para esses grandes projetos instalados na região, quanto para a exportação de energia para outras regiões, atendendo aos interesses do grande capital, prioritariamente estrangeiro, assim como de um *corpus econômico e burocrático* dominante nacional e regional<sup>92</sup>.

No que tange ao custo desse empreendimento, Bertha Becker (1998) salienta:

Os gastos de 5.000.000.000 de dólares, obtidos com financiamentos externos, foram justificados por sua importância para autonomia energética nacional, mas na realidade a função da usina é suprir em energia o complexo metalúrgico, garantindo com tarifas subsidiadas a produção de alumínio nos grandes projetos (BECKER, 1998, p. 70).

Ao falar da importância da energia para o desenvolvimento da região amazônica, Lúcio Flávio Pinto faz crítica à sua implantação e sua forma de uso, que estaria atendendo, alienadamente, interesses de fora, desenvolvendo para fora, sendo um *enclave* na região, reafirmando a condição de “colônia da Amazônia”. Para esse autor (PINTO, 1994, p. 116), é “evidente que a tecnologia humana não permite transferir a tecnologia de Tucuruí por 23.000 km sobre o mar para o Japão. Se pudesse, o Japão hoje o faria, não o fez porque é muito mais inteligente, factível, transportar essa energia em forma de lingote de metal”.

Ao fazer, ainda, menção sobre a corrupção que escondia essa *obra faraônica*, Pinto (1994) explica que:

Nós temos em Tucuruí uma fábrica de silício metálico, da construtora Camargo Corrêa, que foi a responsável pela construção da obra. Essa obra, hidrelétrica de Tucuruí, como vocês sabem, foi construída em nove anos e

<sup>92</sup> É importante não desconsiderar o papel das *forças sociais dominantes locais* no processo de implementação desses grandes projetos e do modelo desenvolvimentista conservador na região, o que sugere um olhar mais atento para essas dinâmicas internas regionais dos grupos e classes sociais em construção, associadas ao nacional e ao internacional, para se interpretar esse processo de “modernização às avessas” combinado com a reprodução de estruturas, processos, instituições e relações tradicionais na região e no país.

durante os nove anos ela custou 5,4 bilhões de dólares. Pelos cálculos iniciais de nossos engenheiros, que são peritos em barragens, ela deveria ter custado 2,1 bilhões de dólares. Custou apenas uma vez e meia mais, mas é um erro de cálculo que nós podemos admitir no Brasil. Bom, desses 5,4 bilhões de dólares, 500 milhões de dólares líquidos, tirando todos os lucros deles, foram para o bolso do Dr. Sebastião Camargo, dono da Camargo Corrêa. E se vocês forem ler a coleção de *Forbes* e *Fortune*, durante o período de construção de Tucuruí, vocês vão ver que a partir da conclusão da hidrelétrica de Tucuruí o Dr. Sebastião Camargo tornou-se um dos três únicos brasileiros com fortuna pessoal acima de 1 bilhão de dólares. Então essa foi nossa grande contribuição ao ranking internacional dos muito ricos: o Dr. Sebastião Camargo ficou muito rico neste período (PINTO, 1994, p. 115).

Ao tratar dos “pressupostos” fundamentais desse modelo desenvolvimentista para desenvolver e integrar a Amazônia e “seus efeitos perversos sobre a população e a natureza”, Loureiro (2001, p. 57) destaca, *quanto à natureza*, que esse “modelo de desenvolvimento ignorou e menosprezou a diversidade de seus inúmeros ecossistemas” – uma vasta *biodiversidade* –, produzindo intensos e extensos impactos ambientais. “Ao invés de considerar a natureza como um dom, um aliado do desenvolvimento, o modelo de desenvolvimento adotou uma estranha lógica de combate e agressão a ela”.

*Quanto à cultura*, Loureiro (2001, p. 56-59) observa: a) para esse modelo desenvolvimentista, “índios, negros e caboclos seriam portadores de uma cultura pobre, primitiva, tribal e portanto inferior. Eles nada teriam a aportar de positivo ao processo de desenvolvimento”; b) “o desaparecimento e a substituição da cultura desses grupos étnicos (índios, negros, caboclos da Amazônia) não implicaria uma perda cultural importante. Ao contrário, ganharia a região quando a substituísse por outra mais ‘civilizada’ e ‘moderna’”; c) “índios, negros e caboclos foram considerados pelas camadas dirigentes como grupos sociais acomodados, passivos e sobretudo preguiçosos”.

Os três Planos de Desenvolvimento da Amazônia, feitos pelo governo federal entenderam que não valia a pena incluí-los nos planos para beneficiá-los, porque eles não estariam dispostos a se engajar produtivamente no processo de desenvolvimento em curso na Amazônia. [...] O modelo econômico entendeu que índios, negros e caboclos ocupam enormes extensões de terra e nelas desenvolvem atividades econômicas de baixa produtividade, que pouco agregam ao conjunto da economia regional, em especial, porque não geram impostos. Nesse sentido, desperdiçam as terras que ocupam tradicionalmente, as quais poderiam estar ocupadas por grandes empresas multinacionais ou nacionais (LOUREIRO, 2001, p. 59).

Como consequência dessas pressuposições, ela adverte que “índios, negros e caboclos se tornaram ‘invisíveis’ no conjunto das políticas públicas. Não foram e, com frequência, continuam não sendo tratados como atores sociais importantes nesse processo de

desenvolvimento e mudança”, ademais, “deslocar” esses grupos sociais subalternos de suas terras e territórios seria uma forma de desobstruir o caminho para o suposto progresso e desenvolvimento da região (LOUREIRO, 2001).

*Quanto ao capital, ao trabalho e às atividades produtivas em geral*, Loureiro (2001, p. 62) destaca como “equivocada” a “ideia de que o desenvolvimento seria uma tarefa exclusiva do capital e principalmente do grande capital”; segundo o modelo, “o trabalhador (o homem da região, em geral) seria apenas um ator coadjuvante no processo de desenvolvimento”; outro equívoco é o de que “o extrativismo vegetal é primitivo, antieconômico e não merece ser aperfeiçoado. Ao contrário, deve ser substituído por atividades econômicas mais ‘modernas’”.

*Quanto ao modelo de desenvolvimento em geral*, segundo esse modelo, conclui Loureiro (2001, p. 63-64) que “o desenvolvimento só poderia ser alcançado com sacrifícios e danos ecológicos; “A elevada concentração de renda e a apropriação da natureza amazônica por empresas oligopolistas não deveriam ser consideradas como problemas”; “o capital representa riqueza. Atraindo-se grandes capitais para região, como consequência ‘natural’, ter-se-ia riqueza econômica, da qual, a longo prazo, todos se beneficiariam”. Diante desse quadro, o modelo desenvolvimentista “continua sendo altamente danoso à natureza em geral”; “desperdiça, sub-proveita e sub-estima o que a região tem de mais precioso, mais rico e mais diferenciado em relação a outras regiões do mundo”; “ignora que a Amazônia é o maior banco genético do planeta Terra”; ignora povos e comunidades tradicionais da região e seus modos de vida como protagonistas do desenvolvimento. Essas são marcas de uma “modernização às avessas”, que inscrevem e marcam historicamente os modelos de desenvolvimento de ocupação do espaço amazônico, com vistas a sua integração aos mercados nacional e internacional.

Ao visitar esse quadro histórico, Porto-Gonçalves (2005) entende que a Amazônia brasileira é, comumente, associada a uma representação e imaginário social de fronteira e de reservas naturais grandiosas, de vastas extensões de terra, de floresta verdejante e *selvagem*, de rios profundos e misteriosos, na qual suas populações tradicionais foram (e ainda são) concebidas como *primitivas* e, inclusive, confundidas com essa *natureza selvagem*. Isso não poderia ser um obstáculo ao “progresso” do país, ao projeto desenvolvimentista de modernização e colonização e de expansão da dinâmica de acumulação de capital. Foi com esse espírito que rasgaram e expandiram as fronteiras da região, em especial, por meio de Grandes Projetos. Ao questionar o forte teor *eurocêntrico* que carrega a Amazônia como *natureza imaginária*, Porto-Gonçalves (2005) adverte:

A imagem mais comum do que seja a Amazônia é a de que se trata de uma imensa extensão de terras, onde o principal elemento de identificação é uma natureza pujante, praticamente indomável, que a história nos legou intocada. A região nos lembraria aquele casal de camponeses, descrito pelo dramaturgo alemão Goethe, descoberto escondido em meio a uma paisagem mercada por um intenso processo de modernização que, depois de terraplenar terrenos, retilinizar o cursos de rios, secar pântanos, derrubar as matas, enfim, geometrizar as paisagens em nome do progresso dominando a natureza, contra um mundo atrasado e tradicional, nos colocaria diante da questão: o que é o progresso e o desenvolvimento depois que acabar o último casal de camponeses que lhes servia de referencial do atraso que deveria ser superado? (PORTO-GONÇALVES, 2005, p. 20).

Cabe aqui a crítica que Marilena Chauí faz a essa ideia de *progresso tecnológico*, que se constituiu como pedra de toque desse modelo desenvolvimentista e que, guardadas as devidas diferenças e contextos, ainda ressoa forte no contexto contemporâneo:

Vivemos num mundo dominado por aquilo que a ideologia dominante convencionou designar como “progresso tecnológico”. Resultado da exploração física e psíquica de milhões de homens, mulheres e crianças, da domesticação de seus corpos e espíritos por um processo de trabalho fragmentado e desprovido de sentido, da redução de sujeitos à condição de objetos sócio-econômicos, manipuláveis politicamente pelas estruturas da organização burocrático-administrativa, o “progresso” seqüestra a identidade pessoal, a responsabilidade social, a direção política e o direito à produção da cultura por todos os não-dominantes (CHAUÍ, 1982, p. 56).

E Otávio Paz (*apud* CHAUÍ, 1982, p. 57) arremata arguindo: “o progresso povoou a história com as maravilhas e os monstros da técnica, mas desabitou a vida dos homens. Deu-lhes mais coisas, mas não lhes deu mais ser”.

Ao fazer uma opção política por esse modelo de ocupação e desenvolvimento da Amazônia, ficam evidentes as classes e grupos sociais que passam a direcionar, forjar e dar legitimidade a essa matriz discursiva e operacional de gestão do território, inscrevendo-o e subordinando-o a interesses exógenos, com vistas, não só à *valorização do capital*, mas, também, à valorização de costumes e valores patrióticos de “ordem e progresso”, cuja inspiração racionalista-positivista reproduz, reforça e alarga uma visão de mundo moderno-colonial, que aniquila, excluindo e invisibilizando, outros valores e saberes, racionalidades e modos de produzir e se reproduzir socialmente, produzindo e gestando, por consequência, um território de desigualdades econômico-sociais, político-culturais e epistemológicas<sup>93</sup>.

<sup>93</sup> Ao recuperar e considerar esse período histórico *desenvolvimentista* do país e da região, em particular, é importante desdobrar o impacto desse modelo para além de uma desigualdade socioeconômica, dando ênfase à reprodução histórica da desigualdade, também, cultural e epistemológica como resultantes de um modelo capitalista e colonialista.

## 2.2 AGENDA LIBERALIZANTE E REFORMA DO ESTADO BRASILEIRO: A EXPANSÃO DA *FRONTEIRA AMAZÔNICA* EM TEMPOS DE GLOBALIZAÇÃO

É importante salientar que, em meados dos anos 70 e início dos 80, a ditadura civil-militar definhava e emergia uma sociedade civil mais pulsante cultural e politicamente no país. Constituiu-se, assim, o campo democrático popular, um campo contra-hegemônico, heterogêneo e tenso internamente, mas que era a expressão, nos termos gramscianos, de uma sociedade civil mais complexa, contraditória e conflitiva, haja vista a emergência de novos atores sociais na cena e arena pública, novos *aparelhos privados de hegemonia*, que passavam a influenciar, decisivamente, no processo de *redemocratização*<sup>94</sup> do país, na disputa pela direção hegemônica dos rumos da sociedade, do Estado e da economia (COUTINHO, 2008; DAGNINO, 2004a; 2004b; OLIVEIRA, 2007).

Instala-se um processo contraditório e conflitivo mais intenso e aberto no país: de um lado, a ressaca moral e política da desilusão desenvolvimentista autoritária, que mergulhou o país, de fato, numa drástica crise econômica e social, aprofundando as desigualdades sociais e regionais; e, de outro, esse processo de redemocratização, reconfigurando a dinâmica dos conflitos e relações de poder, reflorescendo a utopia em busca de novos horizontes de sociabilidade.

A *Assembléia Constituinte*, em 1987, torna-se um desses grandes campos de disputa entre as forças sociais e políticas em confronto. Com a redemocratização da sociedade brasileira, em particular normatizada e formalizada na *Constituição da República Federativa do Brasil* de 1988 – cunhada como *Constituição Cidadã* –, o país constituiu-se como a expressão dialética de continuidades e discontinuidades, transitando para um novo momento histórico de conquista, garantia e ampliação de direitos em suas diversas dimensões e esferas, instaurando um conjunto de novas instituições para firmar e assegurar um campo de relações democráticas (VIANNA, 2006a; VIANNA *et al.*, 2014).

Nesse processo, as forças sociopolíticas democratizantes populares assumem papel fundamental. Contudo, as forças sociopolíticas e econômicas neoconservadoras se

---

<sup>94</sup>Compreendemos que a democracia brasileira é inconclusa, hegemônica por um modelo liberal-representativo, que, em grande medida, a reduz a procedimentos formais, à dimensão política institucional e à garantia da propriedade individual, vinculada fortemente ao livre mercado, reforçando e reproduzindo uma sociedade de privilégio, desigual e injusta: social, econômica, política, cultural, territorial e ambientalmente, caracterizando-se, assim, como uma “democracia de baixa intensidade”, nos termos de Santos (2003a; 2007a; 2012e). Contudo, por ser histórica e inconclusa, essa democracia não está dada, mas sim em processo e dinamizada pelas relações de poder entre classes e grupos sociais que disputam os rumos e projetos de sociedade e do conteúdo do Estado. Nesse sentido, é melhor o termo *democratização*, posto a ideia de um fenômeno histórico-social que está em processo de construção pelas diversas forças sociais em jogo e circunstanciado historicamente.



rearticulam, para manter e garantir seus privilégios nesse ordenamento jurídico-político, impedindo avanços substanciais e estruturantes, que propiciem impactos e mudanças na estrutura desigual e injusta das relações de propriedade e de poder da sociedade brasileira (COUTINHO, 2008; DAGNINO, 2004b; OLIVEIRA, 2007; VIANNA, 2006a).

Para Vianna (2006a), trata-se de uma *transição inconclusa*, visto as continuidades, em enorme medida, enraizadas nos interesses dessas forças conservadoras, impedindo o avanço maior da Carta Magna, referendada nos interesses das forças populares democratizantes. Isso evidencia que o ordenamento jurídico-político brasileiro é um campo atravessado por correlações de poder no âmbito da esfera do Estado (sociedade política), que está dialeticamente vinculado aos interesses de classes e frações de classes em disputa na sociedade civil, por meio dos “aparelhos privados de hegemonia”, como defende Gramsci (2011, CC, v.3). O Brasil que emerge, portanto, desse *processo de redemocratização* ressurgiu reinventado (OLIVEIRA, 2007)<sup>95</sup>, mas, também, herdando traços históricos de *autoritarismo social*, reproduzidos e alargados pela ditadura (CHAUÍ, 2001; DAGNINO, 2004a).

É relevante salientar, no entanto, que, além desse palco de conflitos mais amplo e visível (*Assembléia Constituinte*), outros palcos da vida cotidiana menores e menos visíveis ou invisíveis, paralelamente, inscrevem novas dinâmicas e exigem um olhar arguto para o *brasil profundo*, subterrâneo, a *fronteira* amazônica, a fim de que se possam identificar novos agentes sociais em cena, outras histórias não contadas e não reveladas, sendo escritas a várias mãos no chão da história, como o exemplo da luta e resistência dos povos da floresta no Acre, os seringueiros liderados por Chico Mendes<sup>96</sup>. E, também, como veremos no V capítulo dessa pesquisa, a luta e resistência de movimentos e organizações sociais na Transamazônica e dos povos indígenas do Xingu contra a hidrelétrica de Kararaô.

Não obstante a redemocratização tenha sido, em certa medida, frustrada por essa recomposição neoconservadora, levando a uma “democracia de baixa intensidade” (SANTOS, 2003a; 2007a), reforçando a cultura política da *transição conciliada* por cima, é importante, contudo, ressaltar que a Nova Carta Constitucional representou a ampliação e garantia, em certa medida, de demandas e conquistas pautadas pelas forças democratizantes,

<sup>95</sup> Francisco de Oliveira identifica que o PT, a CUT e o MST constituíram-se em exemplos, nesse contexto da realidade brasileira, que marcam essa chamada “era da invenção” (OLIVEIRA, 2007).

<sup>96</sup> Chico Mendes foi assassinado em 22 de dezembro de 1988 a mando de Fazendeiros no Acre. Além desse movimento nascente, é importante destacar o surgimento, na década de 80, do movimento dos garimpeiros de Serra Pelada no sul do Pará, que, longe de ser homogêneo internamente, era bastante tenso e conflitivo, haja vista a liderança e influência que o Major Curió, agente estratégico do regime militar durante a ditadura e das forças conservadoras na região, exercia sobre segmentos do movimento garimpeiro. Contudo, é importante salientar, também, o desenvolvimento da correlação de forças sociais emergentes com as grandes empresas (Vele do Rio Doce) e o Estado por conta do controle e da exploração do garimpo de Serra Pelada.

trazendo à baila novos atores/atrizes sociais e temas para o terreno da garantia de *direito a ter direitos* e de uma cidadania *como cultura democrática* (DAGNINO, 2004a)<sup>97</sup>, como os povos e comunidades tradicionais, reposicionando o lugar desses povos e grupos sociais invisibilizados na esfera pública para garantirem e ampliarem seus direitos de território e de uso comum e serem reconhecidos (ALMEIDA, 2010a; 2010b; 2011; BENATTI, 2011).

Nesse processo, outros espaços públicos vão sendo gestados, multifacetando e alargando o campo e o horizonte da política, para além de sua lógica, esferas e espaços tradicionais (DAGNINO, 2000; 2004a; 2004b), imprimindo visibilidade para muitos historicamente “invisibilizados” ou recuperando memórias e “mortos”, consoante defende Benjamin (1986), para (re)escrever histórias não contadas, reescrevendo o conceito de História da Sociedade sob novos ângulos e perspectivas.

Em seu *Artº 231*, a Nova Constituição garante: “São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens” (CF, 2011, p. 98). No *Ato das Disposições Constitucionais Transitórias* dessa Constituição, em seu *Artº 68*, dispõe-se: “Aos remanescentes de comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos” (CF, 2011, p. 112)<sup>98</sup>.

Ao fazer menção à categoria de *populações tradicionais* na Constituição, Almeida (2010c) salienta seu reconhecimento e emergência como “agentes sociais”:

A própria categoria “populações tradicionais” tem conhecido aqui deslocamentos no seu significado desde 1988, sendo afastada mais e mais do seu quadro natural e do domínio dos “sujeitos biologizados” e acionada para designar agentes sociais, que assim se autodefinem, isto é, que manifestam consciência de sua própria condição. Ela designa, neste sentido, sujeitos sociais com existência coletiva, incorporado pelo critério político-organizativo uma diversidade de situações correspondentes aos denominados seringueiros, quebradeiras de coco babaçu, quilombolas, ribeirinhos, castanheiros e pescadores que têm se estruturado igualmente em movimentos sociais (ALMEIDA, 2010c, p. 147).

<sup>97</sup> Dagnino (2004a, p. 106-107), nesse contexto, ver emergir uma “nova noção de cidadania”, que está assentada em “três elementos inter-relacionados: sua vinculação à experiência dos movimentos sociais; à construção democrática e seu aprofundamento, e o nexos constitutivo entre cultura e política”. Ela destaca, ainda, a “ideia de cidadania como *estratégia política*”, segundo a qual “significa enfatizar o seu caráter de construção histórica, definida, portanto, por interesses concretos e práticas concretas de luta e pela sua contínua transformação”, o que sugere dizer que seu “conteúdo e significado, portanto, serão sempre definidos pela luta política”.

<sup>98</sup> Sobre essa questão, ver “Constituição vinte anos” de Ferreira, Alves e Carvalho (2009). Nesse texto, os autores apontam os limites e possibilidades da CF depois de 20 anos. A “Reforma Agrária” no Brasil continua assumindo uma grande dívida histórica, não obstante a CF tenha avançado na regulamentação do reconhecimento de direitos de outros atores sociais, como os povos e comunidades tradicionais.

Ao se referir a essas conquistas institucionais pelos movimentos sociais e a possibilidade de construção de *novas territorialidades*, o referido autor adverte:

As dificuldades de efetivação destes dispositivos legais indicam, entretanto, que há tensões relativas ao seu reconhecimento jurídico-formal, sobretudo porque rompem com a invisibilidade social, que historicamente caracterizou estas formas de apropriação dos recursos baseadas principalmente no uso comum e em fatores culturais intrínsecos, e impelem a transformações na estrutura agrária. Em decorrência, tem-se efeitos diretos sobre a reestruturação do mercado formal de terras, bem como pressões para que sejam revistas categorias que compõem os cadastros rurais dos órgãos fundiários oficiais e os recenseamentos agropecuários (ALMEIDA, 2010c, p. 138).

Isso ajudou a abrir um novo debate no tocante aos processos de ocupação, uso e sentido do território e dos recursos naturais para a produção e reprodução social, cultural, econômica, de forma sustentável, desses povos e comunidades tradicionais no país, em particular na região amazônica. Isso propiciou a produção de novas dinâmicas socioterritoriais e ambientais, assinalando a possibilidade de efetivação de novas formas e políticas de ocupação e desenvolvimento frente à dinâmica hegemônica de expansão de acumulação do capital (nacional e transnacional) para essas terras e territórios de “ocupações tradicionais”<sup>99</sup>, que vem se fazendo com forte anuência do Estado brasileiro, o que tem implicado a expropriação e violação de direitos, a concentração fundiária, a desestruturação de modos de vida e impactos socioambientais, desembocando na reconfiguração e redefinição da cartografia dos conflitos socioespaciais e ambientais na região e no país (ALMEIDA, 2010a; 2010b; 2011; BENATTI, 2011; BERMANN; HERNÁNDEZ, 2010)<sup>100</sup>.

Além desses dois artigos, essa Carta Constitucional, ao se referir ao “meio ambiente” em seu Artº 225, normatiza: “Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações”. (CONSTITUIÇÃO..., 2011, p. 95). No âmbito dos princípios gerais da atividade econômica, em seu Artº 170, IV “defesa do meio ambiente, inclusive mediante tratamento diferenciado conforme o impacto ambiental dos produtos e serviços e de seus processos de

<sup>99</sup> Um dos exemplos dessas conquistas e políticas foram as chamadas *Reservas Extrativistas* (RESEX), que têm como marco inaugural a reserva dos povos da floresta (seringueiros) no Acre, através de suas lutas e organizações sociais e políticas, que teve como uma de suas lideranças Chico Mendes.

<sup>100</sup> Em 07/02/2007, por meio do Decreto Presidencial nº 6040, foi instituída a *Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais*. Esse Decreto considera: “Povos e Comunidades Tradicionais: grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição”.

elaboração e prestação” (Idem, p. 79). Isso expressa o caráter *transversal* que a questão ambiental passa a ganhar nessa Carta (SANTILLI, 2005).

Ao fazer referência a essas garantias constitucionais, Santilli (2005) destaca a importância do princípio da equidade *inter* (futuras gerações) e *intra-generacional* (todas as pessoas das presentes gerações de acessar os recursos naturais equitativamente) e o princípio da transparência, participação pública e acesso à informação ambiental. Ela destaca que o acesso aos bens ambientais (naturais e culturais) deve ser equitativo e baseado nos princípios da inclusão e da justiça social. Além desses princípios, ela adverte, ainda, que a *função social* só é cumprida quando a propriedade atende, simultaneamente, os requisitos de aproveitamento racional e adequado; utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente; observância das disposições que regulam as relações de trabalho e exploração que favoreça o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores.

Ao se referir à Constituição e à nova concepção de *patrimônio cultural*, Santilli (2005) identifica grande avanço no conceito jurídico de “patrimônio cultural” e multiculturalismo, incluindo tanto os bens culturais materiais como os bens imateriais. Concebidos individualmente ou em conjunto, constituem-se como portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira. Nesse âmbito, às *minorias étnicas* são asseguradas uma orientação multicultural e pluriétnica: direitos territoriais especiais (coletivos) de povos indígenas e quilombolas. Ela vê nessa Constituição uma nova síntese socioambiental.

No contexto liberalizante da “Nova República” e de imposição de um *capitalismo associado-industrializante*, intimamente articulado, dependente e subordinado ao mercado e ao capital financeiro global, esses marcos regulatórios e conquistas populares passam a sofrer forte pressão e uma desfiguração jurídico-política, por meio da (Contra)Reforma do Estado no Brasil, para atender ao seu novo processo de modernização gerencialista e sua inserção no mercado globalizado via agenda da livre-iniciativa: estabilidade econômica, austeridade fiscal e controle da inflação, abertura econômica, privatizações e flexibilização das leis trabalhistas, em busca da retomada do crescimento econômico e do desenvolvimento. Aí reside um retrocesso no processo de constituição da “Nova República”, da democratização e da participação da sociedade civil na esfera pública (CHAUÍ, 2001; COUTINHO, 2008; DAGNINO, 2004b; OLIVEIRA, 1999a; 2003b; 2007; VIANNA, 2006c)<sup>101</sup>.

---

<sup>101</sup> Oliveira (2007) aponta para um deslocamento de uma “era da invenção”, para uma “era da indeterminação”, em que ele chama atenção para a compreensão da “financeirização do capital” e da mudança no “terreno do conflito”. Vianna (2006c) assinala a tensão e conflito entre democratização social e “‘República’ neoliberal”.

Associado a esse cenário nacional em metamorfose, o panorama geopolítico mundial reflete, também, profundas mudanças com a crise do bloco socialista e com a hegemonia do bloco capitalista, com a redefinição de seu processo de organização, produção e acumulação de forma flexível e financeira e multiescalar, relativizando o tempo e espaço e provocando mudanças no mundo do trabalho (HARVEY, 2010). A Era da Mundialização ou da Globalização não pode ser desconsiderada, posto o lugar da Amazônia nessa geopolítica da dinâmica de acumulação capitalista e da crise climática que passa a ganhar mais força na academia, nas instituições públicas e privadas e na opinião pública, influenciando, como já vimos, na emergência do debate do “desenvolvimento sustentável”.

Isso reinsere a fronteira amazônica na “nova onda” e rede de ocupação, exploração e expropriação de seus territórios e recursos naturais, para atender a dinâmica de acumulação do capital global. A matriz discursiva oficial passou a jogar com novas terminologias e conceitos, mas a política de ocupação e desenvolvimento reproduziu o lugar da região como periferia da semiperiferia do capitalismo global, direcionado pelos grandes atores transnacionais.

Esse rastreamento passou pelo *Programa Avança Brasil*, criado, em 1996, geopolítica e estrategicamente para restabelecer, com base numa racionalidade capitalista, processos de modernização na Amazônia, por intermédio do planejamento e ordenamento territorial, a fim de atender interesses econômico-empresariais, fundamentalmente exógenos, extra-regional. Para tanto, dentro desse programa, foi elaborado o *Plano Plurianual* (PPA), que representaria o *slogan Brasil em Ação*. O PPA foi elaborado pelo Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão, com apoio do BNDES, que estabelecia as grandes matrizes e diretrizes políticas para o “novo” ordenamento e desenvolvimento territorial do país e da Amazônia na temporalidade de 1996-1999, 2000-2003.

Castro (2001), ao fazer menção ao *Plano Plurianual* (PPA), que expressa a engenharia de implementação do *Programa Avança Brasil*, identifica e evidencia sua matriz racionalista de mercado, introduzida e legitimada via reforma do Estado e seu fundamento pautado no interesse do grande capital, que passa a jogar com o discurso apelativo da relação entre inclusão social e meio ambiente.

O Plano Plurianual 1996-1999, *Brasil em Ação*, foi apresentado ao público no final de agosto de 1996 pelo Presidente da República. É um documento que exprime no fundo a perspectiva da reforma do Estado, enquadrando suas ações por meio de técnicas de gerenciamento, visando a melhoria da qualidade e da gestão dos projetos. No dizer do próprio Ministro de Estado do Planejamento e orçamento, Antônio Kandir, o PPA corresponde a um *software* de gerenciamento e acompanhamento de empreendimentos. A

linguagem, portanto, é emprestada da cultura empresarial, da lógica do mercado, cujas relações entre empresa e cliente configuram-se como prestação de serviços. O documento traz um novo conceito de organização das ações públicas e de gerenciamento de projetos, aproximando-se da dinâmica administrativa regulada pelo mercado. O porta-voz do governo informa que ele está montado sobre três pilares: *a área social, a infraestrutura e o meio ambiente*. Identifica-se aqui um apelo ideológico, associando problema social com meio ambiente. Imagem certamente, com efeito, midiática, para fazer face ao desgaste do governo e à descrença na capacidade das políticas públicas de encontrar saídas para o emprego e para a exclusão social, restabelecendo o poder de compras de segmentos crescentes que se encontram fora do mercado de trabalho e do acesso aos serviços (CASTRO, 2001, p. 20).

Assentado num forte discurso ideológico da emergência de um *novo paradigma* e, por conseguinte, crítico e refutante do modelo desenvolvimentista – em especial do *entulho varguista* e do regime militar para a Brasil/Amazônia –, o governo Fernando Henrique passou a priorizar as grandes obras de infraestrutura, as *macropolíticas*, os *macroprojetos* políticos para a região com base nos preceitos da eficiência, produtividade e competitividade, imprimindo uma ação do Estado na região determinada e subordinada pelo movimento de racionalização do livre mercado. Castro (2001), ao analisar o conjunto dessas grandes matrizes e diretrizes políticas do modelo de gestão do governo Fernando Henrique Cardoso para a região amazônica, explica que:

Inicialmente, funda-se [esse novo paradigma] na concepção de alargamento de fronteiras nacionais, de aumento da capacidade competitiva, com vistas a funcionar com uma equação favorável à maximização do valor dos produtos nacionais. As novas fronteiras priorizadas são, evidentemente, os 11 países da América do Sul com os quais o Brasil faz fronteira geográfica, excetuando-se somente Equador e Chile. Os conceitos de eficiência, produtividade e competitividade estão no centro, mas movidos pela dinâmica de mercados em integração, a exemplo do Mercosul. Os Investimentos em programas de infra-estrutura de grande porte representam o maior esforço e, ao mesmo tempo, são de onde se esperam os maiores resultados para dinamizar o mercado. Um elemento desse tripé é a sustentabilidade ambiental, que no plano discursivo, se ajusta à agenda comum dos países na atualidade, portanto, também sem grandes novidades, nem conceituais nem paradigmáticas (CASTRO, 2001, p. 16).

Exemplo dessa macropolítica e da geopolítica econômica de promoção, intensificação e ampliação da territorialização do capital na Amazônia foram os *Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento* (ENIDs), que fizeram parte da agenda política do Plano Plurianual de 1996-1999 e 2000-2003, que reproduziram uma lógica e política de desenvolvimento seletiva, hierárquica, excludente e degradante sob uma forte imposição do Estado para promover os interesses e a expansão do grande capital nacional e multi/transnacional na região. Estabeleceram-se, com isso, os *eixos de desenvolvimento*, de

acordo com a demanda e interesse da lógica do mercado, que no regime militar ganhou a forma de *pólos de desenvolvimento*.

Os Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento, proposta presente no Plano Plurianual, de 1996-1999, constituem os focos de intervenção macro do Estado. Seguem um perfil de intervenção consagrado em décadas anteriores, seja por meio da noção de pólos de desenvolvimento, de regionalização ou de grandes projetos geopoliticamente referenciados. De certa forma, esses grandes projetos desenvolvimentistas, como bem sabemos, têm um papel desestruturador de relações sociais e econômica e geram impactos importantes sobre os eco-sócio-sistemas. Os Eixos previstos para o Plano 2000-2003 consideraram quatro variáveis e seus indicadores, e até aí não há realmente muita diferença em relação ao planejamento estratégico dos anos 60 e 70, como se pode observar: a rede multimodal de transporte, a hierarquia funcional das cidades, a identificação dos centros dinâmicos e os ecossistemas (CASTRO, 2001, p. 21).

Trindade Júnior (2005) concebe essa perspectiva de Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento, presentes no PPA, dentro de uma matriz *tecnocrático-racionalista de gestão* e de ordenamento territorial da região.

(...) uma primeira matriz de gestão está relacionada ao modelo tecnocrático-racionalista de gestão, que, de certa maneira, foi herdado do governo autoritário, consolidando práticas socioespaciais bem conhecidas: exclusão, reforço à segregação e funcionalidade basicamente capitalista do espaço (TRINDADE JÚNIOR, 2005, p. 161).

Ao fazer referência a esses Eixos, no plano da região amazônica, Trindade Júnior (2005) assinala a existência de uma “nova tendência de pensar a regionalização”, assentada, principalmente, nesses eixos de integração, a qual sugere, também, “uma perspectiva de gestão do território e dos espaços regionais”, cuja ênfase recai mais no processo de *geometrização do espaço* do que no enfrentamento das suas *relações assimétricas*.

Aqui caberia refletir sobre a mudança de direcionamento que se coloca para as políticas territoriais quando a idéia de pólos dá lugar a de eixos de desenvolvimento. Qual o real direcionamento desse tipo de ordenamento territorial que, à primeira vista, se coloca muito mais no plano da geometria do espaço que propriamente nas assimetrias das relações que verdadeiramente produzem o espaço regional (TRINDADE JÚNIOR, 2005, p. 164).

Em relação ao *Programa Avança Brasil*, Becker (2006) explica:

A estratégia territorial é um componente central do PAB e visa intensificar a fluidez do território. É extremamente seletiva, pautada numa logística complexa, incluindo, além das redes de circulação e comunicação, as de energia e seus pontos de suporte, sistemas multimodais de transporte e

comunicações, visando o aumento de sua velocidade e eficiência (BECKER, 2006, p. 132)<sup>102</sup>.

Ao traçar um estudo sobre esse *Programa Brasil em Ação*, focalizando esses ENIDs e suas implicações na reorganização socioespacial do país, particularmente da Amazônia, Porto-Gonçalves (2005) considera que eles inauguram discursos novos, modernizantes, com práticas arcaicas e conservadoras de desenvolvimento, reintroduzindo uma lógica de dependência e subordinação do país aos centros hegemônicos da globalização.

Tudo indica que o desenho que se está forjando com o Programa Avança Brasil se assemelhe ao padrão de organização socioespacial que vigorou no Brasil antes dos anos 1930, ficando conhecido como “arquipélago sócio-econômico”, posto que cada região se ligava ao mercado internacional e não a outras regiões do país (PORTO-GONÇALVES, 2005, p. 126).

A “nova” lógica geopolítica de desenvolvimento territorial (im)posta por esses Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento, segundo esse autor, é integrar a Amazônia ao mercado internacional, para a promoção e elevação da exportação, conforme os preceitos da competitividade, produtividade, eficiência e competência de mercado, e não as regiões entre si e o favorecimento do mercado interno e de suas populações endógenas. Isso estava bem explícito no discurso oficial, via Ministério dos Transportes, segundo o qual: “a exportação de grãos é realizada praticamente para o Hemisfério Norte, uma vez que ali estão os principais países consumidores”<sup>103</sup>.

Nesse contexto de globalização, Fernando H. Cardoso (2010) sustenta a tese de que o desenvolvimento e a democracia brasileiros (e da América Latina) avançariam na medida em que as reformas modernizantes impusecem uma mudança no papel do Estado, tornando-o mais eficiente face às exigências da globalização econômica: abertura econômica, garantia do livre mercado, da competitividade e infraestrutura para atrair investimentos privados, desonerando e equilibrando as contas do poder público com a redução de gastos e estabilidade econômica. Isso propiciaria, segundo o referido autor, uma inserção renovada do país (e do continente) no presente cenário internacional.

---

<sup>102</sup>Becker salienta que antes da formulação e implantação do PAB, em 1996, foi posto em curso um projeto ambientalista, de caráter endógeno, vetor técnico-ecológico, que propôs “a formação de imensos corredores ecológicos para proteção ambiental, constituídos de um mosaico de áreas protegidas”. No entanto, com a emergência do PAB e de um planejamento racionalista, vetor técnico-industrial, retorna-se ao modelo exógeno da ação política do Estado para região, propondo e implantando grandes corredores de desenvolvimento. Com isso, “corredores de transporte e corredores de conservação implementam, respectivamente, os modelos exógeno e endógeno, orientados por políticas públicas paralelas e conflitantes” (BECKER, 2006, p. 126-127).

<sup>103</sup>Documento do Estudo de Impactos Ambientais (EIA) da Hidrovia Araguaia-Tocantins (1999 *apud* PORTO-GONÇALVES, 2005, p. 122).



Essa perspectiva, de corte *liberal*, como assinala Vianna (1999; 2006b; 2006c), está orientada por uma interpretação do Brasil, que concebe que seus *males* residam estritamente em seu *caráter patrimonial* (herança da colonização hispânica) como elemento preponderante da *formação do Estado brasileiro*. Sob esse ângulo do cálculo-racional da economia, o Estado (e qualquer política de regulação e controle do mercado) é visto e apresentado como um grande obstáculo e inibidor do desenvolvimento da livre iniciativa e da sociedade civil e, conseqüentemente, da modernidade do país. Daí a defesa tanto da *ruptura* com essa herança patrimonial “patológica” quanto da *auto-regulação* da economia em relação à esfera da política, para promover a superação das relações e instituições tradicionais (do *atraso*).

(...) foi sob a influência dessa interpretação que o curso do processo de democratização social se afastou da questão do centro político e da dimensão do público como lugares contaminados pelo erro que, suspotamente, estaria presente na hora inaugural de nossa história, deixando-se embalar por uma crença hipostasiada nas virtudes de uma sociedade civil estrangeira à idéia de política e, por extensão, naturalmente hostil à agência estatal (VIANNA, 2006c, p. 73-74)<sup>104</sup>.

Nesses termos, a “República’ neoliberal” segue trajeto na contramão da mobilização e da democratização social, haja vista o “cerco fechado” para incorporação dos atores sociais da sociedade civil e de suas demandas por direitos e cidadania na esfera pública. Ademais, o *moderno*, longe de se opôr ao *tradicional* e produzir uma imagem de separação, instrumentaliza-o para tirar vantagem dele e reproduzir-se, sob a marca, também, do *atraso*.

O panorama apresentado da região e do país, nesse contexto de reforma do Estado sob a orientação liberalizante, exprime um quadro, conforme Loureiro (2001), de “modernização às avessas”, marcado por um profundo esgarçamento socioambiental e institucional, reproduzindo e reforçando a desigualdade social e regional e a condição periférica da Amazônia. Assim, a globalização hegemônica não propicia uma relação coesa entre capitalismo e democracia, e sim expõe sua contradição na forma de um *fascismo societal*, evidenciando uma íntima relação entre capitalismo e colonialismo (SANTOS, 2006; 2007b).

---

<sup>104</sup> Nessa perspectiva, Vianna (2006c, p. 67-68) assinala os descaminhos da tradição da república brasileira: “Nesse sentido, a República, como lugar de se pensar o bem comum, se auto-limita ao exercício de uma razão calculadora, cujo pressuposto se define pela preservação de lógicas próprias para a operação da economia e do poder administrativo, impedindo-se sua contaminação e o seu envolvimento direto com os temas e valores que se afirmam na sociedade. Com essa restrição de fundo à sua natureza, ela não se apresenta como vocacionada para incluir os novos atores emergentes com o processo da democratização social, segmentando a sua prática em duas lógicas distintas: a sistêmica – orientada, sobretudo, a garantir autonomia ao comportamento das variáveis econômicas e ao desempenho da tecnoburocracia estatal no papel de guardiã dessa autonomia -, e a da administração de cima para baixo da questão social, convertendo a sociedade, em particular os seus setores marginalizados dos direitos, em uma vasta clientela atomizada, expressão dessa espécie de neopopulismo, que, à diferença do populismo clássico, se caracteriza, ademais do seu assistencialismo, por ser refratário a qualquer tipo de organização das demandas e interesses sociais”.

### 2.3 A FRONTEIRA AMAZÔNICA E SEU LUGAR NA AGENDA NEODESENVOLVIMENTISTA

Esse breve e resumido rastro do ideário liberalizante assinala o lugar reservado à Amazônia nessa agenda global do mercado e da financeirização, mas o que se apresenta de continuidade e descontinuidade frente ao suposto “retorno desenvolvimentista” contemporâneo?

Nesse cenário de crise climática, econômico-financeira e do ideário neoliberal e, também, de reorientação no campo crítico de esquerda face ao profundo abalo da “Queda do Muro de Berlin” e da social-democracia europeia, emergem redefinições na expansão da fronteira de acumulação do capital no país, em particular na região amazônica, reorientando e reordenando o papel do Estado nos marcos do desenvolvimento do capitalismo e de sua relação com o mercado Nacional, Regional e Internacional, em especial a América do Sul e a Ásia (*ChÍndia*).

A volta para dentro do mercado interno, com o intuito de torná-lo mais dinâmico, não pode ser vista sem relação com a política externa (*saída para fora*) com o Cone Sul e com a Ásia, o que tem implicado num reposicionamento e deslocamento do país nessa geopolítica regional e global e em suas conquistas econômicas e sociais internas (POCHMANN, 2012). Contudo, continua, em grande medida, o foco na produção e ampliação do comércio e dos corredores de *commodities* (DELGADO, 2010) para levar a cabo seu processo de desenvolvimento com crescimento econômico e combate à pobreza.

No presente contexto, os temas do crescimento econômico, inclusão social e preservação ambiental têm ocupado cada vez mais lugar no discurso oficial em defesa de uma suposta agenda de *desenvolvimento sustentável*, conformando um *tripé*, que pretende “renovar” e superar a matriz discursiva do paradigma convencional dominante, centrado, estreita e dicotomicamente, no crescimento econômico. Isso é um avanço na busca de um *desenvolvimento alternativo*, no entanto, até que ponto esse discurso tem sido coerente com a situação concreta da realidade brasileira, em particular amazônica, face à retomada dos grandes projetos e empreendimentos de modernização, via o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC)?

No tocante a essa questão, é importante considerar a advertência de Ignacy Sachs que Luis Aragón (2013) toma em relação ao entendimento e desafio do *desenvolvimento sustentável*. Ao recuperar a gênese desse conceito, em particular a contribuição do pensamento de Sachs, criador do conceito de *ecodesenvolvimento* (como já apontando anteriormente), segundo o qual, “para dar-lhe conteúdo, o conceito de desenvolvimento

sustentável deve ser adjetivado como o desenvolvimento socialmente *includente*, ambientalmente *sustentável*, e economicamente *sustentado* no tempo (Sachs *apud* ARAGÓN, 2013). A partir desse postulado, ele adverte:

Nesse sentido o desafio consiste em encontrar modelos que atendam as três condições simultaneamente; não pode uma condição ser alcançada à custa da limitação das outras duas. Pode-se imaginar, por exemplo, continua Sachs, um crescimento econômico com distribuição relativamente equitativa de seus frutos, mas pelo uso predatório da natureza, reduzindo paulatinamente o estoque natural e o poder de sua reprodução e, portanto, comprometendo a sobrevivência das gerações futuras. É o caso de alguns milagres econômicos nos anos gloriosos do pós-guerra nos países industrializados. No outro extremo, pode existir um crescimento econômico ambientalmente adequado, mas socialmente injusto ou eticamente inaceitável. Ou seja, que se atenda aos cuidados que se deve ter com a natureza, garantindo a reprodução do estoque natural, mas seus benefícios postos a serviço de uma minoria, aprofundando as desigualdades sociais e o enriquecimento das grandes corporações; é o perigo da economia verde sem promoção social. Ou, então, o modelo insustentável em que vivemos, propulsor de alto crescimento econômico, depredador da natureza, e socialmente excludente. Portanto, é na busca de um contraponto a esse modelo que surge a proposta de desenvolvimento sustentável (Sachs *apud* ARAGÓN, 2013, p. 242-243).

Na virada do novo século, em 2001, a crise da agenda neoliberal torna-se mais candente e aguda e o modelo brasileiro reflete uma profunda incongruência e contradição com esse paradigma de “desenvolvimento sustentável”, visto o quadro de esgarçamento institucional e social e o retrocesso da agenda ambiental, afora a profunda dependência e subordinação do país ao capital financeiro e especulativo e às empresas transnacionais.

É diante desse contexto doméstico e global de crise, que o PT, em 2003, compondo um arco de alianças bastante amplo, contraditório e conflitivo, chega à presidência da república. Na sua primeira gestão (2003-2006), sob a liderança do presidente Luis Inácio Lula da Silva, é possível identificar, conforme destacam Coutinho (2006b), Oliveira (2007) e Vianna (2006d), um governo marcado, eminentemente, por grande continuidade em relação à agenda e política macroeconômica de seu antecessor (monetarismo, austeridade fiscal e submissão ao capital financeiro), restringindo e frustrando o que poderia emergir de novo e de mudança estruturante. Em seu segundo mandato (2007-2010), também, sob a liderança de Lula (e do fenômeno do *Lulismo*), Coutinho (2010), Oliveira (2010)<sup>105</sup> e Vianna (2006e;

<sup>105</sup> Oliveira (2010) identifica, nesse novo contexto brasileiro, com a ascensão do PT à Presidência da República, uma *Hegemonia às avessas*, em que parte da classe subalterna brasileira, “dos de baixo”, passa a assumir e dirigir o Estado, mas assentada na programática das classes dominantes, “dos de cima”. Já para Coutinho (2010), a realidade brasileira expressa uma “*Hegemonia da pequena política*” marcada pela emergência do fenômeno do “Lulismo”, que transforma as grandes lutas sociais e políticas de outrora em disputas e intrigas parlamentares de gabinete. Singer (2012), por sua vez, identifica um deslocamento da questão

2012) reafirmam seu diagnóstico de *continuidade*, no “governo Lula”, com a agenda neoliberal, em certa medida, até mais conservador<sup>106</sup>.

Entretanto, nesse segundo mandato, outros analistas, sob matizes diferentes, (CARNEIRO, 2012; CEPÊDA, 2012b; DINIZ, 2010; 2011; BOSCHI; GAITÁN, 2008; SADER, 2009; SADER; GARCIA, 2010; POCHMANN, 2012; SINGER, 2012) identificam sinais de *descontinuidade*, retomando e reposicionando a capacidade política de planejamento e de intervenção do Estado (sobretudo com a agenda e estratégia de desenvolvimento assentadas no PAC e em Programas Sociais), gerando investimento em infraestrutura, geração de emprego formal, crescimento econômico, distribuição de renda e combate à pobreza, acesso e incentivo ao crédito e ampliação do mercado e do consumo internos, além de se projetar como liderança internacional, em particular na América do Sul<sup>107</sup>. É importante salientar que esses analistas já viam sinais de reorientação da agenda brasileira desde o primeiro mandato, inclinando-se para uma *programática social*, como o Programa Fome Zero e a ampliação e o aprofundamento do Programa Bolsa Família<sup>108</sup>. Mas, apontam, também, limites e contradições dessa agenda emergente, interna e externamente, em particular a situação de subordinação ao agronegócio e ao capital financeiro.

Isso assinala um reposicionamento e redefinição do Estado e do seu papel planejador e indutor das políticas públicas nos marcos do desenvolvimento capitalista no Brasil, na América do Sul e no Mundo, o que faz com que, como já visto, alguns pesquisadores considerem uma guinada a um *pós-neoliberalismo* e a um *novo desenvolvimentismo* ou neodesenvolvimentismo a partir desse segundo mandato, procurando articular, de forma indissociável e equitativa, crescimento econômico e a política distributiva, assumindo o *social* uma certa tônica de prioridade na agenda da política pública do governo brasileiro

---

nuclear, do campo das *lutas de classes* – capital x trabalho –, para a polarização “pobreza x riqueza”, assumindo as políticas de transferência de renda lugar de destaque.

<sup>106</sup> Por esse prisma de abordagem, segue, também, a análise de Leda Paulani (2008). É relevante considerar as nuances particulares desses analistas, mesmo que se situem num campo crítico de análise.

<sup>107</sup> Consultar os Documentos: *Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil 2013* (PUND/IPEA, 2013); *Um retrato de duas décadas do mercado de trabalho brasileiro utilizando a Pnad* (IPEA, 2013); *Dois décadas de desigualdade e pobreza no Brasil medidas pela Pnad/IBGE* (IPEA, 2013); *A Década Inclusiva (2001-2011): Desigualdade, Pobreza e Políticas de Renda* (IPEA, 2012); e um *Brasil em Desenvolvimento 2010: Estado, Planejamento e Políticas Públicas*. Vol. 1 (IPEA, 2010).

<sup>108</sup> Vale lembrar que, em maio de 2003, foi criado o *Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social* (CEDS), que procura, por meio da relação entre o governo e a sociedade civil, repôr na agenda brasileira o tema do *desenvolvimento*, destacando a relação entre a dimensão econômica e social. Em sua *Primeira Carta*, defende-se: “O grande desafio do nosso país, hoje, para todos os que amam a democracia e querem aperfeiçoá-la, é promover uma renovação política e social nos marcos da Constituição para bloquear o caminho que pode nos levar a uma ruptura da sociedade formal com a sociedade informal, dos excluídos com os incluídos, que pode levar a um confronto de ricos e pobres, sem perspectivas de solução pela política nos marcos da democracia. Por isso, o caminho que buscamos é o da mudança com inclusão social, participativa na vida pública e distribuição de renda” (CEDS, 2003, p. 2).

(CARNEIRO, 2012; CEPÊDA, 2012b; DINIZ, 2010; 2011; BOSCHI; GAITÁN, 2008; POCHMANN, 2012; SADER; GARCIA, 2010; SADER, 2009; 2013; SINGER, 2012).

Com um breve recuo histórico no tempo-presente, é possível identificarmos incongruências e contradições discursivas e práticas na programática e na política do Partido dos Trabalhadores (PT) e de seus governos em relação ao lugar da Amazônia na agenda do desenvolvimento do Brasil. Ao se referir em seu programa de governo sobre *O lugar da Amazônia no desenvolvimento do Brasil*, o qual serviu de base para o *Programa Amazônia Sustentável* (PAS), inserido no *Plano Plurianual* (2004-2007), o PT propôs:

Nosso governo terá como objetivo mudar o padrão de desenvolvimento predominante na região, colocando não a fronteira de recursos, mas a população como centro dos investimentos governamentais na região. Os investimentos públicos para dinamizar a economia serão acompanhados de igual ou maiores investimentos para democratizar o acesso da sociedade aos benefícios do desenvolvimento. [...] O que se pretende é mudar o lugar da Amazônia no desenvolvimento do Brasil, tendo como base a importância estratégica dessa região, tanto para o país quanto para o planeta (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 2002, p. 8).

Do ponto de vista de sua matriz discursiva, esse Programa inova ao propor a transposição da lógica de desenvolvimento histórica que recai sobre a Amazônia como *fronteira de recursos* e restrita ao viés economicista de crescimento, para colocar no centro dessa agenda de desenvolvimento suas populações como autênticas “beneficiárias”, assumindo o investimento de Estado papel fundamental nessa proposta de garantias de direitos e de cidadania. Associado a isso, reconhece a particularidade e importância da sociobiodiversidade da região para um projeto de nação soberana e para sua inserção na globalização.

Este tema [da diversidade sócio-cultural e biológica] é de fundamental importância para o seu desenvolvimento, porque solidifica a construção de modelos socioambientais, éticos e de afirmação da soberania nacional. É hora, portanto, de ver a Amazônia não como a parte do Brasil que oferece matérias-primas reais e simbólicas para a nação, mas sim como uma dimensão rica e bela deste país povoado por tantas grandezas; um dos passaportes para a entrada soberana do Brasil na globalização (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 2002, p. 6).

Diferentemente de regiões plenamente inseridas no mercado, nas quais o papel do Estado é o de ampliar as oportunidades formais de emprego e equilibrar a distribuição da riqueza gerada, na Amazônia o Estado é o principal indutor das transformações geradas na economia. Também diferentemente do que ocorre em regiões urbanizadas e industrializadas, na Amazônia não existe um modelo pronto para ser aplicado que seja coerente com suas potencialidades e com as expectativas existentes sobre o seu futuro. Nenhum país do mundo enfrentou antes esse desafio, porque nenhum outro país do mundo entrou no século 21 com 50% do seu território coberto de florestas tropicais. O desafio que nosso governo se propõe a enfrentar na

Amazônia vê o investimento ambiental e o uso sustentável dos recursos naturais como uma oportunidade de desenvolvimento com inclusão social. Isso requer, para sua efetiva implantação, uma conexão nunca antes estabelecida: a ciência e a tecnologia aplicadas sobre a base de recursos naturais, tendo como agente principal de transformação o capital social (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 2002, p. 9-10).

O Programa, ao pautar o debate da política regional de ordenamento do território na Amazônia, reconhece a existência de mais de uma *modalidade de exploração das potencialidades regionais*, isto é, além das grandes propriedades voltadas para a agricultura de mercado, existe uma outra formada pelas regiões de floresta, o que, contudo, não implica deixar de reconhecer, diz o documento: “também os processos de industrialização, sobretudo na Zona Franca de Manaus e os grandes projetos agropecuários e madeireiros [que] deram uma complexidade econômica à região, em que pese o caráter predatório da maioria desses últimos” (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 2002, p. 7).

Aqui, pode-se identificar e delinear outro avanço no sentido de considerar e reconhecer a existência da diversidade territorial (socioeconômica, cultural e ambiental) da região para o desenvolvimento, e a existência de outras lógicas e atividades produtivas para além daquelas assentadas na lógica de grande escala de mercado, as de base familiar e de uso comum, na qual se encontram povos e comunidades tradicionais e camponesas, pequenos trabalhadores e trabalhadoras do campo e da cidade, gestando uma outra lógica de usar e de dar sentido ao território e aos recursos naturais, a partir do local, pondo em questão, assim, o debate das múltiplas territorialidades e do desenvolvimento local, isto é, olhar por uma ótica multidimensional e plural desse processo de desenvolvimento e de formas de sociabilidade.

O Programa traz, ainda, em seu arcabouço, a proposta de ações políticas de combate às queimadas, à grilagem e ao desmatamento com o objetivo de coibir práticas predatórias e ilícitas na Amazônia, através de uma ação intersetorial, que passa a ganhar a questão ambiental. Juntando-se a essas ações propositivas, sugere-se, também, a revisão e mudança da matriz energética brasileira, a fim de elaborar e produzir tanto novas fontes de energia, renováveis, limpas e alternativas, quanto deslocar a pressão sobre os rios com as grandes hidrelétricas, com vista a gerar novas políticas socioambientais sustentáveis de uso dos recursos hídricos e de produção de energia (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 2002).

Becker (2006, p. 141), ao considerar o avanço que carrega esse Programa para um *projeto de desenvolvimento sustentável*, identifica cinco focos de ação prioritária: “produção sustentável com tecnologias avançadas; gestão ambiental e ordenamento do território; inclusão social; novo padrão de financiamento; e infra-estrutura para o desenvolvimento”.

Ao reconhecer esses avanços presentes nesse documento, encontramos, no entanto, no mesmo e na efetividade da política do governo federal, um conjunto de limitações, que passam a contradizer e esmaecer o sentido de tal matriz discursiva e a comprometer as políticas públicas do governo para o proposto *desenvolvimento sustentável* na região, que reconheça o significado e a participação de seus povos e populações (do campo e da cidade) e o sentido valorativo da natureza na construção de um outro projeto de sociedade e de *desenvolvimento alternativo*. Parece ficar evidente que essa tríade discursiva esquemática – crescimento econômico, inclusão social e preservação ambiental –, que já vem se tornando um *lugar comum*, expressa, na prática, um assíncrono tanto entre suas dimensões quanto com a dramática realidade brasileira de desigualdade social e exclusão.

Na sua estrutura programática, esse programa apresenta, como um de seus limites, uma ambivalência grandiosa ao pretender combinar e articular matrizes e lógicas produtivas diferentes e conflitivas: de mercado e de base familiar e uso comum, as quais, mais do que diferentes, em muito se conflitam e se contrapõem, inscrevendo e imprimindo sentidos de uso conflitantes e opostos do *território* e dos recursos naturais, particularmente nas territorialidades de povos e comunidades tradicionais e camponesas na Amazônia. Isso expressa a não ruptura com um padrão de desenvolvimento e de sociedade, que figura na lógica exploratória e expropriatória de territórios e dos recursos naturais na região e, por conseguinte, na limitação das políticas públicas, na garantia de direitos e na pluralidade de modos de vida e sustentabilidade.

Um outro limite, que ratifica esse anterior e baliza o horizonte do modelo de desenvolvimento vigente, reside na manutenção da política macroeconômica de corte conservador, que continua a firmar uma lógica competitiva e de mercado de exportação de *commodities*, segundo a lógica da globalização hegemônica, inviabilizando, por conseguinte, a formulação e implementação de políticas públicas estruturantes, que sinalizem para mudanças de caminhos e de rumos alternativos ao que estava em vigor (DELGADO, 2010; ALMEIDA; MARIN, 2010; ALMEIDA, 2010a; 2011). Isso demonstra a prioridade desse modelo, que se constitui em um marcador nuclear de sua política de crescimento econômico.

Conforme destaca Castro (2005, p. 83), a matriz macropolítica de intervenção do Estado de ordenamento e desenvolvimento territorial presente no Plano Plurianual 2004-2007 do Programa Brasil em Ação reafirma suas “quatro variáveis e seus indicadores: a rede multimodal de transporte, a hierarquia funcional das cidades, a identificação dos centros dinâmicos e os ecossistemas”, reforçando a ideia histórica e imaginária que se impõe sobre a Amazônia como *fronteira de recursos*.

Um exemplo dessa reposição da matriz macropolítica do Estado brasileiro se expressa no *Programa de Aceleração do Crescimento* (PAC I 2007 a 2010) - lançado pelo governo federal em janeiro de 2007 e que está na sua II edição (PAC II)<sup>109</sup>.

Agora é chegado o momento de ousar para crescer ainda mais. Crescer de forma sustentável e acelerada, uma vez que a economia brasileira tem grande potencial de expansão. Tal desenvolvimento econômico deve beneficiar a todos os brasileiros e brasileiras. Nesse sentido, o desafio da política econômica em 2007-2010 é aproveitar o momento histórico favorável e estimular o crescimento do PIB e do emprego, intensificando ainda mais a inclusão social e a melhora na distribuição de renda do País (BRASIL, 2012, p. 1).

O PAC prioriza investimentos em infraestrutura e medidas institucionais, objetivando alavancar o crescimento econômico do país, por meio de investimento público e do estímulo ao investimento privado (BRASIL, 2007). Nesse documento oficial, concebe-se e defende-se o PAC como um *Programa de Desenvolvimento*, que se propõe a promover:

a aceleração do crescimento econômico; o aumento do emprego; e a melhoria das condições de vida da população brasileira. O PAC consiste em um conjunto de medidas destinadas a: incentivar o investimento privado; aumentar o investimento público em infra-estrutura; e remover obstáculos (burocráticos, administrativos, normativos, jurídicos e legislativos) ao crescimento. O PAC depende da participação do Executivo, Legislativo, dos trabalhadores e dos empresários (BRASIL, 2007, p. 2).

Ao informar seus “fundamentos econômicos”, ele diz estar calçado num tripé: “estabilidade monetária”, “responsabilidade fiscal” e “baixa vulnerabilidade externa”. As suas “medidas” estão organizadas em “cinco blocos”: 1) *Investimento em Infra-Estrutura*; 2) *Estímulo ao Crédito e ao Financiamento*; 3) *Melhora do Ambiente de Investimento*; 4) *Desoneração e Aperfeiçoamento do Sistema Tributário* e 5) *Medidas Fiscais de Longo Prazo* (BRASIL, 2007, p. 4).

No *Bloco I*, o governo objetivou aumentar o investimento em infraestrutura para “eliminar os principais gargalos que podem restringir o crescimento da economia; reduzir custos e aumentar a produtividade das empresas; estimular o aumento do investimento privado; e reduzir as desigualdades regionais” (BRASIL, 2007, p. 6). De um total de mais de 500,3 bilhões de Reais para essa área, só o investimento em energia foi de 274,8 bilhões de Reais, mais de 50%, ao passo que em “infra-estrutura social” foi de 170, 8 bilhões.

<sup>109</sup> O símbolo maior do novo discurso desenvolvimentista do Governo tem sido o PAC. Na ocasião de seu lançamento, o presidente Lula entregou a sua coordenação à nova Ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff, passando a ser a mais forte auxiliar do Presidente, cunhada inclusive de “Mãe do PAC”. Foi ela a escolhida pelo presidente para sucedê-lo ao final de seu 2º mandato e foi o PAC o principal instrumento do discurso eleitoral de sua candidatura. O tom desenvolvimentista desse 2º mandato de Lula ganhou maior realce com a orientação adotada pelo Governo no enfrentamento dos efeitos da crise mundial, em fins de 2009, valorizando e legitimando ainda mais o PAC.



Ao defender a *Melhora do Ambiente do Investimento*, o governo federal entende que “o aumento do investimento também depende de um ambiente regulatório e de negócios adequados”. Nessa perspectiva, o PAC inclui:

Medidas destinadas a agilizar e facilitar a implementação de investimentos em infra-estrutura, sobretudo no que se refere à questão ambiental; medidas de aperfeiçoamento do marco regulatório e do sistema de defesa da concorrência; e incentivo ao desenvolvimento regional, via recriação da SUDAM e SUDENE (BRASIL, 2007, p. 18)<sup>110</sup>.

No campo do *Estímulo ao Crédito e ao Financiamento*, o documento concebe que “o desenvolvimento do mercado de crédito é parte essencial do desenvolvimento econômico e social” e que nos “últimos anos o Governo Federal adotou uma série de medidas que resultaram na expansão do volume de crédito e do mercado de capitais”. Seu objetivo para os próximos anos é “dar continuidade ao aumento do volume de crédito, sobretudo do crédito habitacional e do crédito de longo prazo para investimentos em infra-estrutura” (BRASIL, 2007, p. 10)<sup>111</sup>.

Ao tratar da *Desoneração e Aperfeiçoamento do Sistema Tributário*, esse documento sustenta a defesa da parceria entre Estado e o setor privado para promover a aceleração do crescimento econômico e a geração de emprego. Ademais, destaca e incentiva o empreendedorismo.

O setor privado responde pela maior parcela do investimento no Brasil; Nesse sentido, o PAC contempla medidas de aperfeiçoamento do sistema tributário, bem como medidas de desoneração do investimento, sobretudo em infra-estrutura e construção civil, para incentivar o aumento do investimento privado. O PAC também inclui medidas de incentivo ao desenvolvimento tecnológico e ao fortalecimento das micro e pequenas empresas (BRASIL, 2007, p. 18).

Ao tratar das *Medidas Fiscais de Longo Prazo*, o governo reconhece a importância da política fiscal e o desafio de aperfeiçoá-la para promover o crescimento econômico do país, mas defende a manutenção das “conquistas sociais” e da “valorização do salário mínimo”, evidenciando, aqui, o lugar do *social* nessa agenda com maior prioridade e da participação e do “aperfeiçoamento da gestão pública”.

<sup>110</sup> Ao se referir à “recriação” dessas superintendências, esse documento assinala: “Essas superintendências ficarão vinculadas ao Ministério da Integração Nacional e vão incentivar novos investimentos nas regiões Norte e Nordeste e no norte dos estados de Minas Gerais e Espírito Santo. Impacto esperado: elevação dos investimentos nas regiões de atuação dessas superintendências, reduzindo as desigualdades regionais” (BRASIL, 2007, p. 57).

<sup>111</sup> Conforme dados desse mesmo documento, desde 2003, o “volume de operações de crédito bancário (Sistema Financeiro Nacional) está em significativa expansão”. De dezembro de 2002 (24,2% do PIB) a novembro de 2006 (33,7% do PIB), ele teve um aumento de 9,5 pontos percentuais. O *crédito bancário* chegou em 2006 a 33,7% do PIB e o *crédito mercantil* a 14,7%, totalizando aí 48,4% da fonte de financiamento da economia brasileira (BRASIL, 2007, p. 11-12).

A sustentação do crescimento depende do aperfeiçoamento da política fiscal, com manutenção das conquistas sociais dos últimos anos. Nesse sentido o PAC inclui medidas voltadas à sustentabilidade fiscal de longo prazo, com destaque para o controle das despesas de pessoal, a criação da Política de Longo Prazo de Valorização do Salário Mínimo e a instituição do Fórum Nacional da Previdência Social. O PAC inclui, ainda, medidas de aperfeiçoamento da gestão pública (BRASIL, 2007, p. 30).

Quando considerada a distribuição dos recursos do PAC entre as regiões brasileiras, tem-se o seguinte desenho distributivo: A Região Sudeste concentra a maior parcela dos investimentos, R\$ 243,6 bilhões, 48,34% dos recursos; a Região Nordeste vem em segundo com R\$ 115,6 bilhões, 22,94%; a Região Norte totaliza R\$ 62,9 bilhões, 12,48%; As regiões Sul e Centro-Oeste totalizam conjuntamente 16,24% dos investimentos.

Se considerada a *Amazônia Legal* (*Vide Mapa abaixo*)<sup>112</sup>, percebe-se que esse investimento se eleva para R\$ 83,6 bilhões, distribuídos da seguinte forma: Acre R\$ 1,3 bilhão (1,56%); Amapá R\$ 3,2 bilhões (2,83%), Amazonas R\$ 8,7 bilhões (10,41%), Maranhão R\$ 9,1 bilhões (10,89%), Mato Grosso R\$ 11, 6 bilhões (13,88%); Pará R\$ 12, 7 bilhões (15,19%); Rondônia R\$ 17, 9 bilhões (21,41%); Roraima R\$ 0, 6 bilhões (0,72%), Tocantins R\$ 18,5 bilhões (22,13%). Esse valor totaliza pouco mais de um terço dos investimentos que foram destinados ao Sudeste.

Figura 1 – Amazônia legal



Fonte: IMAZON

A prioridade de investimento, como estratégia de desenvolvimento para a região, se concentrou na infraestrutura energética, que recebeu 58,66% dos recursos. As áreas de

<sup>112</sup> A *Amazônia Legal* ou *clássica* é constituída por nove Estados federativos: Acre (AC), Amapá (AP), Amazonas (AM), Pará (PA), Rondônia (RO), Roraima (RR), Tocantins (TO - paralelo 13° S) e parte do ocidente do Estado do Maranhão (MA - 44° W) e parte do Norte do Estado de Mato Grosso (MT - paralelo 16° S), abarcando e totalizando, assim, aproximadamente, 60% do território nacional, 5, 1 milhões de Km<sup>2</sup> (MEIRELES FILHO, 2004).

logística e infraestrutura social e urbana ficaram, respectivamente, com 25,93% e 15,41% dos recursos. Contudo, é importante considerar que essa projeção de investimentos se alterou. No caso do Estado do Pará, esse valor foi elevado em 2009 e chegou a 20,3 bilhões, distribuídos em 15,18 bilhões (entre os anos de 2007 e 2010 nos eixos de infraestrutura) e R\$ 5,74 (para o período pós-2010, concentrado no setor energético).

No documento oficial do *Balanço do PAC 2007-2010*, foi apresentado um conjunto de resultados, focando sobretudo na taxa de crescimento do PIB, que alcançou uma média de 5%. Ademais, esse documento enfatizar o resultado oriundo do “investimento público” em infraestrutura no país e na geração de emprego e melhoria da renda. Ampliação e aumento de consumo no mercado interno, associada à “expansão acentuada do crédito” e ao reposicionamento do BNDES. Aumento expressivo das reservas internacionais e queda da dívida externa líquida. Isso tudo conforme a garantia da estabilidade econômica e da política fiscal (BRASIL, 2010b). Ao tratar desses resultados na *Apresentação* desse documento, o governo federal sustenta:

Os resultados alcançados pelo PAC nesses quatro anos mostram o acerto da decisão de lançar o programa. A expansão média da economia brasileira deve atingir 4,6% ao ano no período 2007-2010, taxa significativamente maior que a verificada em períodos anteriores. Os investimentos públicos dobraram entre 2007 e 2010, passando de 1,62% do PIB, em 2006, para 3,27% do PIB nos 12 meses encerrados em outubro deste ano. Um dos fatores que contribuíram para o aumento dos investimentos foi a ampliação do crédito, com juros menores e prazos de pagamento maiores. A criação de postos de trabalho continua em expansão. O saldo líquido de geração de empregos acumulado no período do PAC é recorde: 8,2 milhões. A taxa de desemprego de outubro deste ano é a menor da série histórica do IBGE: 6,1%. O PAC também foi essencial para coibir os impactos da crise financeira que assolou os mercados internacionais em 2008 e 2009 (BRASIL, 2010a, p. 1).

E arremata, destacando:

O desenvolvimento chegou a todo o território brasileiro. Essa é a mudança substancial que acontece neste momento no País. Duas das maiores hidrelétricas do mundo estão sendo construídas hoje no Brasil: Santo Antônio e Jirau, e Belo Monte será iniciada em breve. No dia 30 de novembro, o Governo Federal inaugurou as Eclusas do Tucuruí, no Pará. Um empreendimento que estava em ritmo lento havia 30 anos e que foi retomado pelo PAC. Um marco histórico para a região Norte do País (BRASIL, 2010a, p. 1).

Com o slogan *O Brasil vai continuar crescendo*, o PAC II (2011-2014) inicia fazendo alusão ao “legado do PAC I”, enfatizando que “o país cresceu em 2007, 2008 e crescerá em 2010 mais do que a meta de 5% prevista no PAC I”. Destaca, também, que a participação do investimento total no PIB saltou de 16,4% em 2006 para 18,7% em 2008 e a participação do

investimento público no PIB cresceu de 1,6% em 2006 para 2,9% em 2009. Ao informar sobre o *aumento do emprego em infra-estrutura* no período de dezembro de 2006 a dezembro de 2009, esse documento enfatiza: em rodovias e ferrovias, o crescimento foi de 76%, seis vezes mais do que a média; em saneamento foi de 64%, cinco vezes mais do que a média; em construção de edifícios foi de 41%, três vezes mais do que a média. Além disso, enfatiza a “maior parceria com Estados e municípios” e a “ampliação das parcerias entre o setor público e o investidor privado” (BRASIL, 2012a). Nesse sentido, argumenta: “Assim como na primeira etapa do Programa, o principal objetivo é aumentar o ritmo da economia, combinando esse aumento com geração de empregos, distribuição de renda e inclusão social” (BRASIL, 2012b, p. 1-2)<sup>113</sup>.

O PAC 2 é herdeiro do legado do PAC e tem propostas novas para o País continuar crescendo. Com ele, o Governo reafirma seu compromisso com o desenvolvimento do País e de seus cidadãos, sobretudo das futuras gerações. A melhoria da qualidade de vida nas grandes cidades é um dos focos da nova fase do Programa (BRASIL, 2012b, p. 3-4).

Para o PAC II, como *previsão preliminar de investimento*, o governo federal apresenta o seguinte quadro:

Quadro 1 - PAC II - Previsão Preliminar de Investimento (em R\$ bilhões)

EIXOS	2011-2014	PÓS 2014	TOTAL
PAC CIDADE MELHOR	57,1	-	57,1
PAC COMUNIDADE CIDADÃ	23,0	-	23,0
PAC MINHA CASA, MINHA VIDA	278,2	-	278,2
PAC ÁGUA E LUZ PARA TODOS	30,6	-	30,6
PAC TRANSPORTES	104,5	4,5	109,0
PAC ENERGIA	465,5	627,1	1.092,6
<b>TOTAL</b>	<b>958,9</b>	<b>631,6</b>	<b>1.590,5</b>

Fonte: MPI

Do montante de investimento do PAC II, dois terços se dirigem ao *PAC Energia*, ampliando bastante o investimento em relação ao PAC I.

Os investimentos do PAC 2 em Energia são fundamentais para a continuidade e sustentação do crescimento do Brasil. Por isso, o Governo

<sup>113</sup>No governo Dilma Rousseff (2011), nessa gestão do PAC II, foi implementado o “Plano Brasil Maior”, de apoio, recuperação e proteção à industrialização nacional e fortalecimento e ampliação do mercado interno frente à crise econômico-financeira mundial, à redução do crescimento e ao processo de desindustrialização do país. Essa posição política do governo foi questionada por parte de movimentos sociais e do sindicalismo da classe trabalhadora, pautando um tratamento desigual entre capital e trabalho dado pelo governo federal.

Federal vem realizando importantes investimentos no setor, observando a necessidade de manter limpa e renovável a matriz energética ao explorar essencialmente o potencial hídrico do País (BRASIL, 2012, p. 72).

Quadro 2 - PAC II- Investimento em Energia (em R\$ bilhões)

EIXOS	2011-2014	PÓS 2014	TOTAL
GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA	113,7	22,9	136,6
TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA	26,6	10,8	37,4
PETRÓLEO E GÁS NATURAL	285,8	593,4	879,2
MARINHA MERCANTE	36,7	-	36,7
COMBUSTÍVEIS RENOVÁVEIS	1,0	-	1,0
EFICIÊNCIA ENERGÉTICA	1,1	-	1,1
PESQUISA MINERAL	0,6	-	0,6
<b>TOTAL</b>	<b>465,5</b>	<b>627,1</b>	<b>1.092,6</b>

Fonte: MPI

Em terceiro lugar, depois do *PAC Minha casa, minha vida*, destaca-se o *PAC Transportes*, intensificando e alargando, assim, o investimento em infraestrutura, para prover o crescimento da economia, a produtividade e competitividade no mercado global.

Quadro 3 - PAC II- Investimento em Transportes (em R\$ bilhões)

EIXOS	2011-2014	PÓS 2014	TOTAL
RODOVIAS	48,4	2,0	50,4
FERROVIAS	43,9	2,1	46,0
PORTOS	4,8	0,3	5,1
HIDROVIAS	2,6	0,1	2,7
AOROPORTOS	3,0	-	3,0
EQUIPAMENTOS PARA ESTRADAS VICINAIS	1,8	-	1,8
<b>TOTAL</b>	<b>104,5</b>	<b>4,5</b>	<b>109,0</b>

Fonte: MPI

Num montante menor, mas áreas não menos importantes, vem, respectivamente, o PAC cidade melhor, o PAC água e luz para todos e o PAC comunidade cidadã. No que tange ao *PAC água e luz para todos*, tem-se o seguinte quadro de previsão de investimentos:

Quadro 4 - PAC II- Água e Luz para Todos (em R\$ bilhões)

EIXOS	2011-2014	PÓS 2014	TOTAL
-------	-----------	----------	-------

LUZ PARA TODOS	5,5	-	5,5
ÁGUA EM ÁREAS URBANAS	13,0	-	13,0
RECURSOS HÍDRICOS	12,1	-	12,1
<b>TOTAL</b>	<b>30,6</b>	<b>-</b>	<b>30,6</b>

Fonte: MPI

Em relação ao Estado do Pará, conforme o documento oficial do 7º *Balanço do PAC II* (de Janeiro a Abril 2013), o investimento total previsto nesse estado é de R\$ 98,74 bilhões, sendo: R\$ 45,94 Bilhões entre 2011-2014 e R\$ 52,80 bilhões pós 2014<sup>114</sup>. Quando comparado com o volume do PAC I<sup>115</sup>, percebe-se um aumento significativo de investimento, sobretudo em infraestrutura, em especial na área de energia como expressa o quadro abaixo:

Quadro 5 - PAC II - Pará – Investimento (em R\$ Bilhões)

EIXOS	2011 a 2014 Exclusivo (R\$ milhões)	Pós 2014 Exclusivo (R\$ milhões)	2011 a 2014 Regional (R\$ milhões)*	Pós 2014 Regional (R\$ milhões)*
PAC CIDADE MELHOR	666,82	1.006,40	-	-
PAC COMUNIDADE CIDADÃ	454,91	22,73	-	-
PAC MINHA CASA, MINHA VIDA	5.177,85	298,70	-	-
PAC ÁGUA E LUZ PARA TODOS	2.529,98	379,78	-	-
PAC TRANSPORTES	3.447,90	1.336,54	375,50	10,50
PAC ENERGIA	22.227,78	31.358,15	11.055,22	18.389,79
<b>TOTAL</b>	<b>34.505,24</b>	<b>34.402,29</b>	<b>11.430,72</b>	<b>18.400,29</b>

Fonte: MPI

Em seu Relatório, 8º *Balanço do PAC II*, segunda etapa, o governo federal destaca que, até agosto de 2013, foram investidos R\$ 665 bilhões em ações de infraestrutura, logística, além de projetos sociais e urbanos – 67,2% do valor previsto até 2014. Segundo o governo, o montante supera o aplicado durante a primeira fase do programa entre 2007 e 2010 PAC I (BRASIL, 2013).

O Programa de Aceleração do Crescimento (PAC 2) chega ao 8º balanço com a sua execução equivalente ao seu tempo de implantação, 67%. Isso significa que o conjunto de empreendimentos do PAC caminha ajustado ao seu cronograma, com projetos e obras sendo realizados e concluídos em

<sup>114</sup> Em seu mais recente Balanço, o *Nono*, esse investimento total no Pará se elevou para R\$ 102,61 Bilhões, distribuídos em: R\$ 46,37 Bilhões no período entre 2011-2014 e R\$ 56,24 Bilhões pós 2014. (BRASIL, 2014).

<sup>115</sup> No Balanço de 2009, o investimento total no Pará foi de 32,9 bilhões, sendo: R\$16 bilhões até 2010 e 16,9 pós 2010 (BRASIL, 2009).

todos os estados. Com os investimentos, o Brasil se tornou um dos países com o maior volume de grandes obras em andamento, o que gera oportunidades em diversas áreas para a população e se verifica pela baixa taxa de desemprego, 5,3%. O alto nível de empregabilidade está diretamente relacionado aos investimentos do PAC - que atingiu R\$ 665 bilhões até agosto de 2013 - e dos seus efeitos nos diversos setores da economia direta e indiretamente impactados pelo programa. (...) Após décadas sem investimentos em setores estratégicos, a retomada do planejamento no Brasil é um caminho sem volta. Os resultados do PAC refletem sua consolidação como programa estruturante do desenvolvimento do País, juntamente com o amplo programa de concessões em andamento. Com isso, o PAC 2 aumentou a capacidade do parque gerador brasileiro iniciando, neste quadrimestre, a operação da primeira unidade geradora da hidrelétrica de Jirau, em Rondônia; e de 30 usinas eólicas, como as de Pedra do Reino I e III, na Bahia. A hidrelétrica de Garibaldi, em Santa Catarina, também foi concluída (BRASIL, 2013, p. 1).

Em seu mais recente 9º *Balanço do PAC*, o Governo destaca novos indicadores:

O Programa de Aceleração do Crescimento (PAC 2) completa três anos com 82,3% das ações, no período 2011-2014, já concluídas. O programa também está com alta execução. Até dezembro de 2013, o PAC 2 executou 76,1% do previsto para o final deste ano, percentual maior do que o seu tempo de implantação, 75%. Com mais de 30 mil empreendimentos, o PAC contribui para a geração de empregos em todo o Brasil. Assim, o País atingiu a menor taxa de desocupação em toda a série histórica: 4,3%, em dezembro de 2013, conforme apurou o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (BRASIL, 2014, p. 1)<sup>116</sup>.

Em face desse quadro positivo, conforme o discurso oficial,

(...) o Brasil é percebido hoje como um país de oportunidades, tornando-se um dos destinos preferidos dos investidores nacionais e estrangeiros. A pesquisa anual da Price Water House Coopers, apresentada em Davos, em janeiro de 2013, ouviu mais de 1.300 empresários sobre suas intenções de investimento nos próximos 12 meses. O Brasil apareceu em terceiro lugar, atrás apenas da China e dos Estados Unidos. A Ernest e Young, em seu relatório 8º Global Capital Confidence Barometer, também destacou o Brasil como o terceiro destino mais atrativo para os investimentos estrangeiros em 2013 (BRASIL, 2013, p. 1).

Nesse resumido quadro panorâmico e esquemático do PAC I e II, é possível identificar um reposicionamento do Estado brasileiro na agenda e dinâmica de desenvolvimento do país, por meio da orquestração desses grandes projetos, com foco prioritário no investimento em infraestrutura, em especial em energia, para promover o crescimento econômico com geração de emprego e distribuição de renda. Nesse

<sup>116</sup> Ao falar das regiões Nordeste e Norte, o mesmo documento afirma: “Em municípios diretamente beneficiados pelo programa, como é o caso de Ipojuca (PE), onde se localiza o Complexo Industrial Portuário de Suape, a geração de emprego formal foi de 214% nos últimos seis anos, enquanto a média do Estado de Pernambuco foi 42%. Em Altamira (PA), cidade onde se localiza a Usina Hidrelétrica de Belo Monte, houve um crescimento de 571% ante a média do Estado do Pará, 30%” (BRASIL, 2014, p. 1). Esse quadro é tensionado diante do PIB (2,3% em 2013 e tendência menor para 2014) do país e da crise mundial.

reposicionamento do Estado, o investimento público, via suas instituições financeiras, tem assumido um lugar de destaque tanto nessa armadura da infraestrutura como no redirecionamento para geração de *emprego formal* e a *questão social*, demarcando aí um sinal de descontinuidade com a agenda e padrão liberalizante anterior, mas nos marcos da reprodução da ordem social e institucional capitalista.

Nesse cenário e Programa, como percebido, a região amazônica é posta como dimensão territorial estratégica de ocupação e controle. No *Plano Regional de Desenvolvimento da Amazônia* (PRDA), em sua versão preliminar, lançada em março de 2010, concebe-se:

O Estado precisa estar presente na Amazônia como forma de desenvolvê-la e valorizar seu imenso capital natural em prol de seus habitantes. Esta presença, concretiza-se com a recente recriação da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), assim como no seu fortalecimento institucional, que constitui um dos pilares do processo de construção de um novo modelo de desenvolvimento para a Amazônia brasileira (PDRA, 2010, p. 8).

Nesse mesmo documento, ao fazer referência a uma citação do *Plano Amazônia Sustentável*, ele destaca:

O papel da Sudam será de, em sintonia com as diretrizes gerais expressas no PAS e com a Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), elaborar o Plano Regional de Desenvolvimento da Amazônia, em parceria com os governos estaduais e em consonância com as expectativas dos diversos segmentos sociais amazônidas (PDRA, 2010, p. 8).

Esse cenário tem interpelado um conjunto de pesquisadores a buscar compreender o lugar que a *fronteira amazônica* vem assumindo face a esses grandes projetos de infraestrutura do PAC nesse arranjo neodesenvolvimentista e nesse processo de globalização, marcados pela expansão da dinâmica hegemônica de acumulação de capital sobre os territórios e recursos naturais e por profundas contradições e conflitos.

Ao traçar um estudo sobre a região amazônica nesse “novo” contexto de reposição e intervenção do Estado, em especial na área de energia, Coelho *et al.* (2010, p. 95-100) concebem esses megaempreendimentos como *projetos infra-estruturais potencialmente estruturantes*. Para as referidas pesquisadoras, o crescimento econômico buscado pelo vigente padrão de desenvolvimento do país, com base na produção e alargamento de *commodities* (atividades eletrointensivas, como a produção de alumínio, de aço e de cimento etc.), depende da dinâmica das conjunturas nacionais e internacionais. Contudo, argumentam que “a dinâmica da industrialização”, de acordo com esse padrão de desenvolvimento, “diz mais respeito à atual inserção brasileira no mercado internacional ou a globalização – a qual a



produção ampliada de energia encontra-se ajustada – do que por algum ditame de alguma restrição energética”. Nesse sentido, elas identificam um *hiato* entre o “novo padrão de desenvolvimento”, que vai se estabelecendo, e os “ganhos sociais”.

Se aos poucos o processo de estabelecimento de um novo padrão de desenvolvimento vai se tornando cada vez mais claro, o mesmo não se pode dizer de seus ganhos sociais. A importância da energia, como fonte de cidadania para famílias de diferentes estratos sociais, ainda tem muito a sua presença restringida à retórica. Igualmente restringido está a inserção das lógicas de atores não hegemônicos, particularmente a demandas efetivas dos moradores locais/regionais. Haverá espaço para estas demandas ou serão sacrificados em prol do tipo específico de desenvolvimento? Longe de serem respondidas, essas perguntas apenas procuram demonstrar a importância crescente das questões de soberania, autonomia, cidadania e sustentabilidade no debate de produção energética (COELHO *et al.*, 2010, p. 100).

Ao referenciar a economia brasileira, em particular a Amazônia, nesse cenário da crise mundial e do processo de globalização em curso, Castro (2012a, p. 10) chama atenção para o lugar que a produção e incentivo às *commodities* vêm ganhando em relação ao processo de industrialização, apontando como uma de suas implicações a pressão e a busca do controle sobre os territórios e os recursos naturais como “reserva de nichos de mercado”.

Se o Brasil diversificou, ao longo das últimas décadas, seu parque industrial e aumentou sua inserção industrial na economia mundo, não deixa de ser um produtor e exportador de *commodities* e aposta, de forma determinante, no crescimento do agrobusiness, do mercado exportador de alimentos. Com a globalização e o aumento de competitividade no mercado, observa-se, no âmbito local, a exemplo do que ocorre hoje em diferentes estados e áreas da Amazônia brasileira, que as empresas nacionais e internacionais reforçam suas estratégias de apropriação de terras e de recursos, para investimentos imediatos ou futuros, com reserva de nichos de mercado. Esse processo tende a aprofundar-se, se considerarmos a dinâmica atual de mercado, a globalização das economias e a corrida pelo crescimento econômico, para sair das crises do capitalismo ou para assegurar o processo de acumulação e de domínio político em agendas globais (CASTRO, 2012a, p. 10).

Ao realizar um estudo de *como a dimensão territorial do desenvolvimento é tratada no PAC e qual o lugar que este reserva à Amazônia no desenvolvimento territorial brasileiro*, Leitão (2009) entende que, embora a concepção da dimensão territorial de desenvolvimento do governo Lula tenha avançado em seus programas e projetos (“peças oficiais”) para uma concepção mais integradora e relacional em relação à concepção fragmentária, hierárquica e seletiva dos Eixos Nacionais de Desenvolvimento (ENIDs) do governo FHC, esses programas, contudo, não romperam completamente com esses Eixos, posto seu viés de fortalecimento e ampliação dos corredores de produção de *commodities*

para exportação, para sustentar um suposto crescimento econômico e uma inserção no mercado global competitivo.

Leitão (2009) defende que os projetos do PAC tendem a reiterar as contradições históricas de ação do Estado sobre o território brasileiro, corroborando a tendência a um desenvolvimento territorial seletivo, concentrado e desigual, reforçando a predominância de interesses privados (sobretudo as empresas transnacionais) no ordenamento das atividades econômicas e na estruturação espacial do país. Em relação à Amazônia, sua pesquisa identifica a reprodução de um papel subordinado da região no desenvolvimento territorial nacional e eminentemente exportador de energia e de *commodities*, reproduzindo os padrões socialmente excludentes e ambientalmente predatórios de ocupação do território regional.

Souza e Filippi (2010, p. 10) traçam uma análise crítica do modelo de desenvolvimento brasileiro, em particular o lugar que a região amazônica vem ocupando nele como exportadora matérias-primas e grande reservatório de potencial de energia. Para os referidos autores, “a política desenvolvimentista contemporânea”, longe de caminhar ao encontro de um projeto de integração nacional capaz de reverter o padrão de desenvolvimento desigual vigente, “somente evidencia, ainda, mais a desigualdade regional”.

Para Souza e Filippi (2010), a região amazônica tem uma forte participação na produção da riqueza do país e de seu crescimento, contribuindo fortemente para o PIB, mas isso não tem provocado mudanças estruturantes na desigualdade social e regional, levando ao grande dilema da relação “crescimento/desenvolvimento”, isto é, para eles, a ocorrência de crescimento econômico não tem implicado em desenvolvimento, posto as dimensões social e ambiental andarem num descompasso em relação à dimensão econômica. E advertem que essa contradição e desigualdade não encontram sustentação de explicação nas “ideias de história lenta ou de permanência”, que visejam nas análises microssociais sobre a Amazônia, uma vez que, “do ponto de vista macrossocial, trata-se de uma região bastante dinâmica e com alto grau de inserção no padrão de acumulação capitalista nacional e internacional”.

Em termos gerais, essas informações preliminares evidenciam o dilema da relação crescimento/desenvolvimento (crescimento sem desenvolvimento), questão social e questão ambiental na Amazônia brasileira. Percebe-se que há uma forte interdependência desse dilema aos avanços do setor agropecuário e extrativista mineral e a consolidação de uma sociedade amazônica com taxas crescentes de urbanização. O objetivo da integração nacional continua bastante atual, porém, muito mais preocupado em criar uma regulação que legitime o uso indiscriminado dos recursos naturais da região (SOUZA; FILIPPI, 2010, p. 194).

Nesse sentido, para eles, não existem novidades no PAS e nesses grandes projetos, constituindo-se como “mais do mesmo” em relação a outros momentos históricos da política de ocupação e integração da Amazônia.

Mantém-se no PAS essa vertente produtivista e de integração continental. Prioritariamente, configuram-se em projetos de infraestrutura, portanto, orientados para o fortalecimento do desenvolvimento no sentido da acumulação de capital. Nesse caso, o papel do Estado brasileiro por meio do Programa Brasil em Ação, Avança Brasil e Programa de Aceleração do Crescimento (PPA 2008-2011) poderia se tornar importante fonte dinâmica e orientadora do fundo público para a acumulação de capital (SOUZA; FILIPPI, 2010, p. 201).

E arrematam, identificando uma relação entre neodesenvolvimentismo e mercado:

Trata-se muito mais de um projeto nacional de neodesenvolvimento para o mercado, portanto, para os interesses privados que poderão alcançar lucros e não aos amazônidas. Como se fosse possível garantir algum efeito distributivo do desenvolvimento para as populações autóctones (SOUZA; FILIPPI, 2010, p. 202-203).

Assim, para esses referidos autores, esse padrão/modelo neodesenvolvimentista “para o mercado” reserva à região amazônica o lugar na acumulação capitalista via exportadora de *commodities*, reforçando tanto o padrão “latifundiário-monocultor”, concentrador de terra e de renda na região e gerador de impacto ambiental, quanto mantém e reproduz o privilégio para as empresas minero-metalúrgicas nacionais e transnacionais.

Em seus estudos, Almeida (2010a; 2011) focaliza como os marcos regulatórios vêm sendo “recodificados” por pressão das forças sociopolíticas e econômicas conservadoras (nacionais e internacionais) para avançar com o agronegócio e com os grandes projetos. Ele identifica que os “direitos territoriais e étnicos” de povos e comunidades tradicionais estão na mira das “agroestratégias dos agronegócios”, levando a processos de “desterritorialização” desses povos e comunidades, reforçando e expandido no Brasil, em particular na Amazônia, a pressão e territorialização do capital “dos agronegócios” sobre as terras e territórios dessas populações, levando a uma “guerra ecológica”.

Algumas formulações editorialísticas, inspiradas nos exemplos chineses e indianos, têm chamado a atenção para uma expansão além-mar, nos seguintes termos: “inserir as savanas africanas, muito similares ao cerrado, nas áreas de expansão da oferta mundial de alimentos, deveria ser um objetivo estratégico dos agroempresários e do governo brasileiro”. (...) Essa principalidade na incorporação de novas extensões de terras, a despeito de persistir como objetivo, passa agora a ser compartilhada com a mobilização da Confederação de Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) e da Sociedade Rural Brasileira (SRB), em torno de uma autoridade patronal absoluta nos

limites do imóvel rural, relativizando a função social da terra e a própria reserva legal (ALMEIDA, 2011, p. 27)<sup>117</sup>.

Esse processo de “recodificação” desses marcos regulatórios, sob a pressão e forte influência desse setor do agronegócio e de setores do Estado brasileiro, tem implicado uma ameaça tanto às conquistas e garantias de direitos de povos e comunidades tradicionais e aos seus territórios, presentes na Constituição Federal de 1988, quanto à agenda socioambiental firmada nesse ordenamento jurídico brasileiro. Isso se intensifica com a expansão desses grandes projetos na região amazônica e no país (ALMEIDA, 2011).

Um membro do Instituto Socioambiental (ISA), que atua na região do Xingu, em entrevista a nós, verifica um retrocesso na “agenda socioambiental” face à prioridade dada a essa agenda de grandes projetos e modelo de exploração e exportação de matérias-primas e produção energética.

Então, eu acho que foram feitos diversos avanços na agenda socioambiental nos últimos 20, 30 anos, que estão começando a retroceder com muita velocidade nesses últimos dois anos. Eu acho que foi a legislação para os povos indígenas, a legislação pras unidades de conservação, a criação de várias unidades de conservação e de várias terras indígenas, reconhecimento de direitos desses povos. Eu acho que isso faz parte do próprio código florestal como estava construído, uma sequência de avanços nessa agenda socioambiental e na proteção dos povos tradicionais e das florestas e que começaram a ser dilacerados com a revisão do próprio código florestal, com medidas provisórias pra redução das unidades de conservação, com a não construção de políticas efetivas para os povos das florestas, com a implantação de empreendimentos como Belo Monte, Jiral, Santo Antônio, agora, Tapajós, Teles Pires, Alcoa em Juruti e vários outros empreendimentos minerários que estão aí planejados pra Amazônia (informação verbal)<sup>118</sup>.

Ao tratar sobre o lugar da Amazônia no PAC e em seu modelo de desenvolvimento, esse mesmo entrevistado sustenta que ela não está sendo considerada, afora como “obstáculo a ser vencido pro desenvolvimento” sob um viés de reprodução desenvolvimentista, na contramão de outras lógicas e possibilidades inovadoras socioambientais singulares à região.

O governo não está considerando. Fica muito claro que a Amazônia continua sendo, na cabeça de quem tá no poder, um vazio demográfico a ser ocupado. Então, o mesmo pensamento de governo da ditadura militar é o mesmo pensamento que ainda hoje é considerado. As populações não são consideradas, a floresta não tem valor, então, o que tem que ser feito é abrir estrada, construir hidrelétricas, mineradoras, dar licenças às minerárias,

<sup>117</sup> Almeida *et al.* (2010; 2011) têm realizado relevantes estudos, que ajudam a evidenciar a entrada em cena de novos atores sociais (povos e comunidades tradicionais), problemas e temas (reestruturação do mercado de terras, processos de desterritorialização e novas territorialidades específicas de uso comum), que passam a configurar novos processos e dinâmicas de relações de poder na sociedade, em especial no espaço rural, que têm diretamente influenciado o debate em torno do território, da estrutura fundiária e do desenvolvimento no Brasil/Amazônia.

<sup>118</sup> ISAXT. **Entrevista**. [jun. 2012]. Entrevistador: Sérgio Roberto Moraes Corrêa. 2012.

construir usinas e produção de alumínio, que esse é o verdadeiro desenvolvimento. Então, nesse sentido, ela não é quase considerada, ela só é considerada como um obstáculo a ser vencido pro desenvolvimento, não como uma possibilidade de desenvolvimento com inovação, com aproveitamento dessa sociobiodiversidade, considerando a prestação de serviços ambientais, que as populações que moram nas florestas fazem pra população brasileira e mundial, enfim, na conservação de águas, de espécies, na regulação do clima etc. (informação verbal)<sup>119</sup>.

ISAXT destaca, assim, que o modelo de desenvolvimento brasileiro é “ultrapassado” e “baseado” nas experiências e concepções europeia e americana.

Eu acho que, da forma como esses projetos estão sendo implementados, se tem um modelo de desenvolvimento já ultrapassado, que é um modelo de grandes construções que não respeitam a diversidade socioambiental, que tem nessas regiões: povos indígenas, populações tradicionais, populações extrativistas e ribeirinhas, agricultura familiar; e não respeitam a biodiversidade. É um modelo de desenvolvimento que tá baseado, tá seguindo modelos da Europa e dos Estados Unidos e são modelos antigos e que, hoje, já tá vendo que não está dando certo nada. As crises que estão acontecendo lá mostram isso, e a gente tá seguindo esse modelo. Então, estamos muito atrasados. O Brasil, como diz o antropólogo Eduardo Viveiros de Castro, disse recentemente aqui mesmo em Altamira: “A gente não precisa, não deve, não pode ser uma Europa de segunda classe, Estados Unidos de terceira classe, a gente tem que inovar e buscar o projeto de desenvolvimento que considere essa diversidade socioambiental, que aproveite essa diversidade socioambiental pra criar uma vantagem competitiva pro país frente a outras nações”. Então, o tipo de projetos e a forma como eles estão sendo implementados, hoje, não respeitam esses povos, não respeitam o meio ambiente e a consequência deles é um aumento grande do desmatamento e da degradação cultural, que existe nessas regiões (informação verbal)<sup>120</sup>.

Isso demonstra que a região amazônica está sendo considerada (e é estratégica) sob uma dada perspectiva e modelo de desenvolvimento dominantes, que, nos termos de Santos (2006), carregam profundos traços históricos e embasados em paradigmas produtivos e epistemológicos euronortecêntricos, alheios à região e aos interesses de seus povos e grupos sociais subalternos.

Ao se referir ao PAC, focando o lugar da região nesse modelo de desenvolvimento, uma liderança religiosa da região do Xingu, em entrevista a nós, considera-o “muito preocupante”, posto sua centralização na ideia de “crescimento” via “exportação de matérias-primas”, alargando a “fronteira agrícola” da Amazônia. Ele caracteriza o governo num quadro do “desenvolvimentismo, crescimentismo” e diz que, seguindo esse modelo, “a Amazônia vai acabar”.

---

<sup>119</sup> Idem.

<sup>120</sup> Idem.

Eu vejo de maneira muito preocupante. Porque o PAC é aceleração do crescimento, não levando em conta a gente. Fala muito em sustentável, essa é uma palavra que não tem mais nenhum significado, esvaziou de sentido. Então, temos um potencial enorme de riquezas na Amazônia: hídricos, minerais, madeireiros, a última fronteira agrícola. Então, não se pensa, numa visão macro, estrutural, vamos assim dizer, a Amazônia tem seu valor e sua função no planeta terra. Isso não é assunto para se pensar. Os climatólogos dizem que a Amazônia tem uma função reguladora do clima, mas esse não é assunto para ser tratado. A gente tem que ter acesso às riquezas. Nós precisamos de energia pra transformar bauxita em lingote de alumínio pra exportação. O Brasil tá vivendo em função da exportação de matérias-primas, aumentando sua renda nesse sentido. E essa é a marca do atual governo: desenvolvimentismo, crescimentismo. (...) Pra mim, aquela ideia, aumentam o bolo e as migalhas vão cair lá pro povo. Isso não vai dar certo e a Amazônia, do jeito como estão vendo, com tantas hidrelétricas planejadas, a Amazônia vai acabar! (informação verbal)<sup>121</sup>.

Nesse horizonte, pesquisadores, ao se referirem ao caso do “capitalismo brasileiro” identificam uma relação entre *acumulação intensiva* e *acumulação extensiva*.

Desde o início da liberalização de sua economia, o capitalismo brasileiro configura formas peculiares de associação entre acumulação intensiva – via aceleração do tempo de rotação do capital, ganhos de produtividade e intensificação do trabalho –, acumulação extensiva – via expansão das fronteiras de acumulação e expropriação dos recursos comuns – e dinâmicas especulativas no campo financeiro e imobiliário (ETTERN *et al.*, 2010, p. 7).

Nesse processo de redefinição da fronteira amazônica na *nova des-ordem mundial*, em particular da América Latina (HAESBAERT; PORTO-GONÇALVES, 2006), a Amazônia brasileira não pode ser apreendida desconexa dos espaços global e amazônico Sul-Americano ou Pan-Amazônia (*Vide* figura abaixo), que é composta por nove países: Bolívia, Brasil, Colômbia, Equador, Guina, Guina Francesa, Peru, Suriname e Venezuela.

Figura 2 - Pan-Amazônia



Fonte: [http://www.pinonfriaes.com/page\\_25.html](http://www.pinonfriaes.com/page_25.html)

<sup>121</sup> JCXT. *Entrevista*. [jun. 2013]. Entrevistador: Sérgio Roberto Moraes Corrêa. 2013.

Compreender esse recente processo de ocupação e expansão da fronteira amazônica brasileira pela dinâmica hegemônica do capitalismo, com reposição e redefinição do papel do Estado, implica situá-la e relacioná-la *nesse e com esse* espaço geopolítico mais amplo e complexo sul-americano e global, demarcando a particularidade de sua dinâmica capitalista. Na perspectiva assumida pelo *Dossiê Amazônia*, “a Amazônia precisa ser lida a contrapelo dos discursos opacos que querem ver a região como verde ou ligada a potencialidades econômicas que precisam, a todo custo, chegar aos mercados” (CASTRO, 2012a, p. 9).

Ao procurar situar o debate nesse contexto Regional e Global, Castro (2012a, p.12) “apresenta um panorama geral de modelos de desenvolvimento” e salienta a relevância do papel do Estado na política de expansão e de ordenamento do Brasil.

O Estado brasileiro, hoje, adota um planejamento que se fundamenta em uma “visão estratégica” na qual a Amazônia é considerada região central na produção de commodities e na integração ao mercado mundial, conforme mostram os projetos e ações governamentais, de médio e curto prazo, para a infraestrutura de transporte, energia e comunicação. O planejamento segue as linhas de demarcação de maneira semelhante ao que ocorreu com a cessão de terras e a liberação da instalação para o Programa Grande Carajás, nos anos 70, no período do Governo Militar (CASTRO, 2012a, p.12).

Nesse sentido, a referida autora adverte que é preciso evidenciar “os conflitos e os processos de dominação existentes, que permanecem sob velhas e novas formas” (CASTRO, 2012a, p. 12). Essa é uma relevante pista para interpretar essa dinâmica hegemônica da região. Acrescentamos, contudo, que é importante, também, identificar as experiências e perspectivas de resistências a esse cenário dominante, a fim de sinalizar processos e caminhos contra-hegemônicos a partir do *Sul e das epistemologias do Sul*, nos termos de Boaventura Santos (2006; 2012a).

Se cada uma dessas *amazônias* guarda sua singularidade e dinâmicas particulares, que precisam ser apreendidas enquanto tais, capturar seus usos, significados e sentidos nesse processo de globalização, exige uma análise relacional e integrada, considerando esses *multiterritórios* amazônicos e as *multiescalas*, em fluxo-e-refluxo, com o conjunto da sociedade global, posto as dinâmicas que nela se processam, se estruturam, mas que, sobremaneira, se embatem.

A *Iniciativa para a Integração da Infra-Estrutura Regional Sul-Americana* (IIRSA) é um exemplo dessa experiência e política de “integração” da região, que não está dissociada do PAC, posto que ambas iniciativas têm como prioridade a *integração* via investimento massivo em infraestrutura, com foco em transporte, energia e telecomunicação, assentado no forte vínculo entre Estados e Iniciativas Privadas nacionais e transnacionais. Assim, elas se

combinam e se articulam em torno do crescimento econômico, da expansão dos corredores de produção de *commodities* e dos mercados nesse contexto de globalização e crise mundial.

A IIRSA é um programa conjunto dos governos dos 12 países da América do Sul que visa promover um maior intercâmbio entre eles, através de sua *integração* física, com a modernização da infraestrutura de transporte, energia e telecomunicações, mediante ações conjuntas<sup>122</sup>. A IIRSA se apresenta como uma iniciativa multinacional, multisetorial e multidisciplinar que contempla mecanismos de coordenação entre governos, instituições financeiras multilaterais e o setor privado. A necessidade da integração da infraestrutura física da América do Sul baseia-se no reconhecimento de que não basta a redução ou o fim das barreiras aduaneiras regionais para integrar um continente ou região, mas é necessário planejar a construção dos meios físicos (infraestrutura) que permitam o desenvolvimento da livre circulação de produtos, serviços e pessoas.

Neste quadro, a IIRSA tem como propósito declarado promover o desenvolvimento com qualidade ambiental e social, a competitividade e a sustentabilidade da economia dos países sul-americanos, favorecendo a integração da infraestrutura – não apenas da infraestrutura de transportes (rodoviária, portuária, aeroportuária, hidrovária), ou energia (oleodutos, gasodutos, redes de energia elétrica), ou comunicações (telecomunicações, de estações terrestres de recepção e transmissão de microondas, backbones ou redes de cabos ou fibra ótica e satélites) -, mas também a integração da logística regional, integrando os mercados de serviços de logística (transportes, fretes, seguros, armazenamento e processamento de licenças).

A IIRSA envolve, além dos governos e bancos governamentais dos países sul-americanos e de organizações do setor privado destes países, três instituições financeiras multilaterais da região - Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Corporação Andina de Fomento (CAF) e o Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata (FONPLATA). Desde 2003, porém mais intensamente a partir de 2004, uma parte das obras passou a receber recursos diretamente do banco governamental brasileiro BNDES. Em 2005 o BNDES já financiava projetos que incluem desde a construção de usinas hidrelétricas no Equador e Venezuela, novas rodovias no Paraguai, novos gasodutos na Argentina, e até mesmo, obras de ampliação do metrô em Caracas e Santiago. Dos 335 projetos da IIRSA, 31

---

<sup>122</sup> A IIRSA surge de uma proposta apresentada em agosto de 2000 em Brasília, durante a Reunião de Presidentes da América do Sul. Aí foi discutida a ideia de coordenar o planejamento para a construção de infraestrutura dos diferentes países do continente. Conforme o Ministério do Planejamento do Brasil, esta iniciativa surgiu a partir de uma proposta brasileira, baseada na experiência de planejamento e em estudos desenvolvidos com foco na integração da infraestrutura logística do país, financiados pelo BNDES.



foram escolhidos como prioritários na Agenda Consensuada 2005 - 2010 e vários já se encontram em fase de execução. Nas figuras 1 e 2 abaixo, identifica-se esse propósito.

Figura 3 - Projetos estratégicos da IIRSA Pan-Amazônia



Fonte: IIRSA, 2012

Figura 4 - Projetos estratégicos da IIRSA Pan-Amazônia



Fonte: IIRSA, 2012

Esse quadro parece se inscrever, conforme apontam pesquisadores (as), num cenário geopolítico e econômico de “inserção crescente de territórios nos fluxos internacionais de acumulação” intensiva e extensiva com forte papel do Estado.

Desde as transformações da economia mundial após o último quarto do século XX, a América Latina, de forma crescente, insere-se em uma nova geopolítica mundial dos recursos territoriais, naturais e sociais. Energia, água, minério e espaço territorial são conteúdos presentes, direta ou indiretamente, na gama de mercadorias que fazem seus países atuantes no comércio internacional. O acesso a tais recursos tem justificado, em grande parte, a escolha da localização de novos investimentos no continente. A “grande” geopolítica, com seu jogo de interesses expresso na arena internacional, seus macromovimentos de cena nos fóruns multilaterais, tem sido acompanhada por ações “no terreno”: implantação de redes de infraestrutura, reconversão de atividades e alteração das formas de ocupação do espaço em função da inserção crescente de territórios nos fluxos internacionais de acumulação (ETTERN-UFRJ *et al.*, 2010, p. 7).

Num texto denominado *IIRSA: desvelando interesses*, Carrion e Paim (2006, p. 3) advertem para os sentidos diferentes e conflitantes da noção de “integração”. Para as referidas autoras, esta *integração* proposta na IIRSA está longe de expressar “a solidariedade entre os povos sul-americanos”, visto que seu sentido dominante é “a integração do continente através da interconexão física”.

Em outro texto, estabelecendo uma relação entre a IIRSA e o PAC como projetos articulados nesse processo de “integração física” para atender a “produção e reprodução ampliada de capital”, Verdum *et al.* (2007, p. 11) chamam a atenção para o sentido que a noção de *sustentabilidade* ganha nesse processo.

(...) do nosso ponto de vista, as obras de infra-estrutura que integram as estratégias de desenvolvimento econômico mencionadas acima são, de fato, formas de produção vinculadas a um sistema econômico caracterizado pela produção e reprodução ampliada de capital, e dominado por grandes corporações empresariais e financeiras, em acelerado processo de fusão, concentração e transnacionalização. Como se isso não bastasse, assistiu-se ao longo da última década a um processo de “renovação” retórica dos agentes promotores desse sistema, tanto no âmbito governamental quanto no setor privado. A sustentabilidade aparece aí como estando na ordem do dia. Mas isso, claro, desde que não afete a lógica e o objetivo central do referido sistema: integrar todos os povos e culturas dentro de um sistema capitalista de abrangência mundial (VERDUM *et al.*, 2007, p. 11).

Ao fazer uma análise crítica da IIRSA, Silva (2012a) entende o caráter estratégico da Pan-Amazônia e que essa Iniciativa de Integração da Infraestrutura Regional é “parte constitutiva do processo de globalização capitalista”, sendo sua “integração física” a primeira etapa de um processo mais amplo, que vai exigir “reformas estruturais” para tal aprofundamento, produzindo profundos impactos. Para ele,

A Pan-Amazônia é estratégica porque sem ela não há qualquer possibilidade de integração econômica não somente sul-americana, mas também latino-americana. Os elaboradores e executores da Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA) sempre reconheceram que a integração física é a *primeira etapa* de um projeto mais amplo, que necessitará das ditas *reformas estruturais* – mudanças nas legislações nacionais para facilitar a entrada de investimentos e a remessa de lucros, maior participação da iniciativa privada no provimento de serviços e na expansão da infraestrutura, flexibilização das legislações trabalhista, previdenciária e ambiental, “convergências normativas”, parcerias público-privada, etc. – para consolidar a “integração regional” (SILVA, 2012a, p. 2).

Para Silva (2012a), longe da IIRSA representar “integração” entre esses territórios da Região, representa, sim, “fragmentação”, visto que opera sob a lógica da “*conexão* de parte dos territórios nacionais ao mercado globalizado”, isto é, partes estratégicas para dinâmica de acumulação e reprodução de capital.

Portanto, diferentemente do que afirmam os defensores da IIRSA de que esta compreende a América do Sul como uma “unidade geoeconômica”, a mesma é essencialmente fragmentadora na medida em que somente aquelas áreas consideradas estratégicas – por sua localização geográfica, por conter recursos naturais com grande demanda no mercado internacional ou por sua relevância do ponto de vista militar, por exemplo – interessam ao grande capital em expansão (SILVA, 2012a, p. 3).

Assim, para Silva (2012a), isso não representa integração, mas *fragmentação* de acordo com os interesses de grandes corporações econômicas. Essa é uma importante pista para se relacionar e aproximar com o PAC, posto que este opera, em larga medida, num processo de seletividade, hierarquização e tratamento desigual do uso, apropriação e sentido do território, de acordo, sobretudo, com o valor da fronteira de recursos naturais e com o interesse do setor privado e financeiro para investimento no mesmo, tendo em vista a valorização do capital.

Contudo, discordando em parte das outras formulações em relação à IIRSA e ao PAC, entendemos que não se pode negligenciar e subsumir a lógica do poder do Estado nesse processo de produção e reprodução da dinâmica hegemônica do capital nessa Região (e em seus territórios nacionais, gestando *variedades de capitalismo*), haja vista o reposicionamento e reorientação dos Estados em relação à condução desses investimentos e prioridade em parceria com o setor privado nacional e transnacional. O Estado, aqui, é entendido como um terreno de relações de poder, em que classes e grupos em confronto, buscam imprimir seus conteúdos e direções em torno da construção da hegemonia, assumindo a sociedade civil, através de seus *aparelhos privados*, relevante papel nesse processo.

Ao falar sobre a inserção do Brasil nesse debate da “Integração Regional”, um ativista do Comitê Metropolitano Xingu Vivo (CMXV), em entrevista a nós, disse que o país é visto como um *imperialista regional dentro desse modelo do imperialismo regional*.

O Brasil tem tido uma importância muito grande pelo lado positivo e pelo lado negativo. Do lado negativo, do modelo de imperialismo regional, ele tem sido responsável pela implementação de projetos hidrelétricos, de mineração, de abertura de rodovias em vários outros países da pan-amazônica. Então, o Brasil é visto como esse país imperialista regional dentro desse modelo. Por exemplo, a questão da estrada no Tipnis na Bolívia é uma empreiteira brasileira que quer construir. Existem duas hidrelétricas na Bolívia, com investimentos do BNDES, hidrelétricas no Peru. Existe essa proeminência, essa ação do governo brasileiro, enquanto investidor em projetos de infraestrutura na América do Sul (informação verbal)<sup>123</sup>.

Essa é uma questão importante, uma vez que reposiciona a ação do Estado de uma condição reducionista, de mero reproduzidor subalterno e passivo de uma lógica hegemônica do capitalismo do *Norte*, e o repõe numa condição de agente da constituição desse processo de “integração” desses territórios no continente, para reproduzir essa dinâmica, todavia, de forma diferenciada no tocante às *variedades de capitalismo no Sul*, assumindo o Estado papel estratégico nesse processo contraditório e conflitivo de movimento para dentro (nacional/local) e de movimento para fora (regional/global), bem como as classes e grupos sociais em disputa. Isso reitera a importância da análise das dinâmicas interna e externa, em relação, a fim de se buscar uma compreensão de conjunto, complexa, considerando a emergência e novidade do capitalismo financeiro e das transnacionais nesse processo.

Em uma outra entrevista, uma liderança do MAB, ao tratar dessa questão, enfoca o *neodesenvolvimentismo e seu tripé*, que se move para dentro e para fora, com o papel do Estado para promover a expansão e um desenvolvimento do capitalismo, assumindo a energia papel estratégico.

Então, sobre o tripé desse novo desenvolvimentismo, principalmente aqui pra Amazônia, ele se baseia nessas três questões centrais: infraestrutura, comunicação e energia e isso não se dá só a nível de Amazônia brasileira, isso se dá, também, a nível de Amazônia Sul-Americana. A nível de continente, nós temos o IIRSA, que é a iniciativa de vários governos, que é exatamente pra esse desenvolvimento regional a partir dessa interligação de rodovias, de portos e principalmente de produção de energia por grandes barragens. Então, nesse sentido, esse desenvolvimento chega na Amazônia com esse mesmo discurso desse desenvolvimentismo atrasado que chegou no Brasil, a partir da década de 20, 30 e pra frente também. O governo assume a tarefa de construir essa infraestrutura, de construir esse parque industrial, que vai possibilitar tanto a comunicação, quanto a produção de energia. Mas, é importante dizer que a energia, nesse sentido, ela é matéria-prima principal do capital hoje. Esse novo desenvolvimentismo ele tem

<sup>123</sup> DCMXV. **Entrevista**. [mar. 2012]. Entrevistador: Sérgio Roberto Moraes Corrêa. 2012.

como centro a produção de energia. Por quê? Porque o que move o mundo é a energia (informação verbal)<sup>124</sup>.

E o mesmo entrevistado afirma que

O discurso oficial do desenvolvimento não inclui, de fato, o desenvolvimento das grandes regiões, prova disso são os grandes projetos que estão inseridos na Amazônia, e não tem desenvolvimento. A população continua pobre, analfabeta, sem acesso à cultura, sem acesso a uma educação de qualidade, sem acesso a bens materiais, que, em outros lugares do mundo, todo mundo já tem. Aqui, especificamente, nós temos dificuldade com a comunicação. Muitas vezes, pra nós, pra população, que não pode pagar um valor alto, essa comunicação é muito falha. Mas, pra quem pode pagar, evidentemente, outro valor, essa comunicação é mais acessível. Então, o discurso oficial é o discurso do desenvolvimento, mas que, de fato, não chega pra população (informação verbal)<sup>125</sup>.

É importante, ainda, não desconsiderar, associada à nova *acumulação flexível de capital*, a *acumulação primitiva ou originária* ou, nos termos de Harvey (2009), *por espoliação*<sup>126</sup>, que vêm ocorrendo nessa Região, em razão desses grandes projetos de infraestrutura, que carregam uma integração *funcional*, reproduzindo e reforçando um *desenvolvimento geográfico desigual*. O que tem se expressado no processo de desterritorialização de povos e comunidades tradicionais e camponesas com a territorialização do capitalismo via grandes empreendimentos, com a marca da violação de direitos e impactos socioambientais.

<sup>124</sup> MABXT. **Entrevista**. [jun. 2012]. Entrevistador: Sérgio Roberto Moraes Corrêa. 2012.

<sup>125</sup> MABXT. **Entrevista**. [jun. 2012]. Entrevistador: Sérgio Roberto Moraes Corrêa. 2012.

<sup>126</sup> No que tange à *Acumulação Flexível*, Harvey (2010) identifica uma dinâmica de acumulação de capital assentada na *flexibilidade*, que informa um novo *paradigma societal*. Essa flexibilidade se faz na produção, no consumo, nas relações de trabalho, na organização das empresas, na relação entre economia e Estado, na relação entre capital – trabalho, na compressão espaço-tempo, nas formas culturais e identitárias (modos do existir). Essa nova dinâmica assenta-se em novos arranjos e padrões tecnológicos e tem profundas implicações na alteração das correlações de força, como exemplo o enfraquecimento do sindicalismo trabalhista frente à flexibilização das leis trabalhistas e à terceirização, mecanismos da reconfiguração e organização flexível do capital. No que toca à *Acumulação por Espoliação*, ele (2009) explica que ela “resolve” o problema da *sobreacumulação* (uma condição em que excedentes de capital + excedentes de trabalho estão ociosos sem ter em vista escoadouros lucrativos). É importante ressaltar que a questão a ser resolvida é, sobretudo, a do *excedente de capital*. Essa acumulação libera um conjunto de ativos (incluindo força de trabalho). O capital sobreacumulado (excedente de capital) se apossa desses ativos e dar uso lucrativo. Isto tudo leva à precarização e informalização do trabalho. O que na época de Marx foi o *direito à propriedade privada*, através da espoliação da terra comum (expropriação camponesa da terra) para gerar uma acumulação primitiva e criar um proletariado (força de trabalho “livre”) sem terra, transforma-se em *direitos de propriedade intelectual* – patentes de recursos genéticos – biopirataria. Essa acumulação por espoliação se caracteriza ainda pela: *Mercadorização (privatização) dos recursos naturais e destruição dos recursos ambientais globais* (terra, ar, água – espoliando das gerações futuras o direito a tudo isso – espoliação da função e do direito público), para fins de lucro das empresas; *Mercadificação de formas culturais* (apropriação cultural das comunidades – conhecimentos, saberes); *Privatização de bens públicos* (ex: água – espoliação de um bem essencial a todo ser humano); *Expropriação das terras comuns* (ex: terras comuns dos povos e comunidades tradicionais para vender às transnacionais); *Perdas dos direitos trabalhistas* (adquiridos através de anos de lutas e conquistas coletivas); *Crise do Estado do bem-estar social* (aposentadoria, saúde pública, seguro desemprego).

É importante, também, não desprezar o papel da racionalidade instrumental hegemônica, colonialista, de poder e de saber. Essa racionalidade veicula ideias e valores dominantes para construir um convencimento e consenso em torno desses projetos e iniciativas, como a ideia de “desenvolvimento”, “progresso”, “modernização” e “crescimento”, segundo um *paradigma abissal*, deslegitimando e excluindo outras lógicas, saberes e modos de usar e significa o território (SANTOS, 2007b).

Não é por acaso, como se verá nos capítulos mais à frente, que a fronteira amazônica brasileira (e internacional), de acordo com a cartografia dominante traçada, seletivamente pela racionalidade hegemônica moderno-colonial (*condições oferecidas nos lugares da produção, nos lugares da circulação, nos lugares do consumo*), vem sofrendo intensa pressão sobre seus recursos naturais/minerais e sobre as terras e territórios de povos e comunidades tradicionais e camponesas (e nas cidades), para ampliar a dinâmica de acumulação de capital com forte presença do Estado, por meio de grandes projetos e empreendimentos, como os hidrelétricos, minerários, rodo-ferroviários, monoculturas etc.

Nesse sentido, entendemos que a “integração” existe, todavia, de modo *funcional*, de acordo com a dinâmica moderno-colonial, contraditória, fugaz e descartável, até parte do território/lugar gerar excedente de valor e enquadra-se nesse espectro de modernização. Mas, é bem verdade que outras partes, *as zonas opacas* em contraste com as *zonas luminosas*, nos termos de Milton Santos (2001), são excluídas, expressando, na lógica do *fascismo social* dessa sociedade contemporânea, o *fascismo do apartheid social*, segundo Boaventura Santos (2006).

Ao apresentar, de forma panorâmica e inicial, esses sinais e pontos de vista contrastantes da matriz discursiva oficial sobre os rumos e sentidos do desenvolvimento no país, em especial o lugar da Amazônia nessa agenda neodesenvolvimentista, é possível identificar um padrão de desenvolvimento, reeditando políticas de ocupação na região, conformando e reproduzindo um desenvolvimento desigual regional e social e impactante ambientalmente, que implica a territorialização da dinâmica de acumulação do capital, de forma intensa e extensa, desterritorializando povos e comunidades tradicionais, que passam a compor um quadro socioterritorial e ambiental contraditório e conflitivo (CASTRO, 2012b; CONFLITOS NO CAMPO, 2013).

Se é importante não desconsiderar os avanços econômicos e sociais que esse modelo propiciou ao país, de outro, mostra-se insuficiente e incapaz de resolver e propiciar mudanças estruturantes dada sua acepção está assentada num paradigma moderno-colonial que reedita uma política e modelo de “integração” de *fora* para dentro, impondo uma *modernização*

*insustentável*, desconsiderando a sociobiodiversidade dessa região e o protagonismo de seus povos, comunidades e grupos sociais, suas diversas lógicas, saberes e modos plurais de produzir e reproduzir-se com a natureza.

Ao fazer a relação entre o PAC e a IIRSA, Castro (2012b, p. 45-46) entende que eles se orientam por uma lógica de “integração competitiva”, referendados num paradigma de “modernização com base em megaprojetos de investimentos”.

Ambos estão articulados pela concepção de eixos de integração e desenvolvimento. A IIRSA, no âmbito sul-americano, como bloco regional, e o PAC, em âmbito nacional, são programas voltados para a logística de transporte, energia e comunicação. No plano continental, essa logística representa interesses comuns do Brasil e dos demais países nos projetos de infraestrutura. Ela reedita o modelo de desenvolvimento que orientou a expansão da fronteira amazônica a partir dos anos 70 do século XX e provocou conflitos socioterritoriais que envolveram diferentes atores locais e intensificaram a exploração de recursos naturais e o desmatamento. A tendência [...] é a irreversibilidade dessas dinâmicas, pois a Pan-Amazônia tornou-se um grande palco de ações governamentais e empresariais, é entendida como central não apenas para o Brasil, mas também para a América do Sul. Populações locais, com suas práticas sociais e saberes relativos ao território, têm produzido leituras desse processo, a partir de movimentos sociais e étnicos que revelam novos processos de dominação incorporados ao modo de implantação dos projetos de infraestrutura e às práticas de agentes que violam direitos sociais e étnicos, como o resultado da desterritorialização que atinge grupos de população tradicional, na extensão pan-amazônica (CASTRO, 2012b, p. 45-46).

É importante, assim, destacar que esse padrão de desenvolvimento hegemônico não expressa uma dinâmica e *corpus* perfeitamente homogêneo, harmônico e coesamente integrado, desprovido de contradições e conflitos em seu interior. Ele é marcado por grandes contradições e tensões. Ademais, enfrenta resistências de múltiplas natureza e escalas, que precisam ser compreendidas, a fim de identificar os limites e possibilidades dessas resistências sociais como críticas a esse modelo e o que apontam como caminho alternativo, como construção contra-hegemônica.

Nesse horizonte, os movimentos sociais, como *interlocutores válidos* para captar as mudanças e sentidos da sociedade, podem contribuir nessa interpretação. A expansão da fronteira amazônica, nesse sentido, pautada por esse modelo neodesenvolvimentista, vem se dando sob agudos conflitos, lutas e resistências plurais protagonizadas por povos, movimentos e organizações sociais do campo e da cidade, que denunciam violações de direitos e reivindicam outros usos e sentidos para o território contrastante da racionalidade e modelo de desenvolvimento hegemônicos.

## 2.4 PROBLEMATIZAÇÕES A PARTIR DE UMA PERSPECTIVA CONTRA-HEGEMÔNICA

Em face desse cenário, o que as lutas e resistências dos movimentos sociais da região/país têm a revelar diante desse processo e dinâmica de expansão socioespacial do capitalismo com forte papel do Estado sob esse viés do neodesenvolvimentismo?

Nesse processo de mudanças e de crises, os movimentos sociais têm mudado, redefinindo-se. Uns, inclusive, passam a perder visibilidade ou somem, outros, ao contrário, emergem, ganhando a cena pública, inovando a agenda ou repertório, colocando a público questões novas e velhas, mas usando novos métodos e apontando novos adversários no campo do enfrentamento e dos protestos. Outros, bem mais recentes, lutam para ganhar visibilidade. Tudo isso pode expressar um pouco da metamorfose por que vêm passando os movimentos sociais, suas lutas e resistências, tencionando e interpelando os paradigmas epistemológicos e teóricos a reverem suas lentes e ajustarem seus graus de mirada analítica da realidade brasileira, a fim de interpretar um “novo” tempo histórico, marcado por mudanças e conservações, continuidades e descontinuidades.

Nesse sentido, a temática dos movimentos sociais tem ocupado a atenção de um conjunto de pesquisadores (as), sob ângulos e perspectivas diferentes, dadas as mudanças em curso no país e no mundo, sobretudo a partir de seu processo de redemocratização e de globalização, assumindo implicações em várias dimensões – *multidimensional* – (social, econômica, política, cultural, ambiental, tecno-informacional) e em várias escalas – *multiescalar* – (local, territorial, nacional e global), ensejando, assim, a emergência de novos atores coletivos na trama da cena pública da sociedade brasileira (DAGNINO, 2000; 2004a; GOHN, 2004; 2008; SCHERER-WARREN, 2007), em especial no espaço rural e outros territórios (BRINGEL, 2011; MEDEIROS, 1995; SANTOS, 2003b; 2006; 2007b), que passam a instaurar novas formas e meios de protestos, novas demandas, trazendo à baila problemáticas invisibilizadas historicamente, desperdiçadas e excluídas pelo paradigma hegemônico.

Com isso, gestam-se novas dinâmicas, contradições e tensões, em especial em torno do tema do desenvolvimento, que se expressa mais recentemente com o modelo dominante em torno dos grandes projetos e empreendimentos, dentre eles as grandes hidrelétricas, por meio dos quais, vêm se gerando sérios problemas sociais e ambientais, mas também resistências e conflitos, com o protagonismo de velhos e novos atores sociais.

Nesse processo de mudanças, exige-se um olhar teórico renovado, que sinalize para a problematização de “velhos” conceitos e a elaboração de novos, a fim de se compreender a



complexidade tomada pelos movimentos sociais na sociedade contemporânea e suas implicações nos projetos de desenvolvimento em disputa no país. Longe de mobilizarem única e estruturalmente a polarização de classes (as *lutas de classes*) numa trama nacional/global e urbano-industrial, complexificam o cenário trazendo à tona uma diversidade de outros sujeitos e dinâmicas, saberes, tempos, territórios e temas, que interpelam o *nacional-universal* e a própria dimensão das *lutas de classes*, repondo a relação particular-general (local-global), subjetividade-objetividade, material-simbólico sob outros termos, reconfigurando a cartografia dos conflitos, das lutas e resistências sociais (SANTOS, 2003b; 2006; 2007a).

Como consequência desses rearranjos, a política e as relações de poder se redefinem, se ampliam e se complexificam para além das relações sociais de produção, dominação e conflito *capital x trabalho* (ênfase dada pela tradição marxista) e das instituições formais e tradicionais do *Estado* (relevo posto pela tradição liberal) (SANTOS, 2003a; 2012e). Isso implica captar a política e o poder, as resistências e as lutas pelos direitos e pela cidadania para além das instituições, de seus agentes e das organizações partidárias tradicionais, dos espaços públicos formais. Significa atinar para as práticas sociais e culturais de luta dos movimentos e evidenciar a emergência e gestação de espaços públicos alternativos, onde se produzem significados, sentidos e práticas de contestação e desestabilização da cultura e da ordem dominantes, e engendram um novo jeito de fazer e exercer a política, a cidadania; de reinventar a *esfera pública* e a democracia na sociedade brasileira (DAGNINO, 2000; 2004a; SANTOS, 2003a; SCHERER-WARREN, 2007).

Dagnino (2004a, p. 106-107) ver emergir, de forma não cabal, uma “nova noção de cidadania”, que está assentada em “três elementos inter-relacionados: sua vinculação à experiência dos movimentos sociais; à construção democrática e seu aprofundamento, e o nexo constitutivo entre cultura e política”. Ao se referir a essa noção de *cidadania*, sustenta:

O fato de que ela organiza uma estratégia de construção democrática, de transformação social, que afirma um *nexo constitutivo* entre as dimensões da cultura e da política. Incorporando características da sociedade contemporânea, como o papel das subjetividades, a emergência de sujeitos sociais de novo tipo, a ampliação do espaço da política, essa é uma estratégia que reconhece e enfatiza o caráter intrínseco e constitutivo da transformação cultural para a construção democrática. Nesse sentido, a construção da cidadania aponta para a construção e difusão de uma cultura democrática (DAGNINO, 2004a, p. 104).

Nesses termos, para a referida autora, a *democracia* implica a construção de uma “sociedade democrática”, não se tringindo e reduzindo, portanto, a um regime político, como sustenta a tradição liberal.

A consideração dessa dimensão implica desde logo uma redefinição daquilo que é normalmente visto como o terreno da política e das relações de poder a serem transformadas. E, fundamentalmente, significa uma ampliação e aprofundamento da concepção de democracia, de modo a incluir o conjunto de práticas sociais e culturais, uma concepção de democracia que transcende o nível institucional formal e se debruça sobre o conjunto das relações sociais permeadas pelo *autoritarismo social* e não apenas pela exclusão política no sentido estrito. Nossa referência aqui, portanto, é, mais do que um regime político democrático, uma sociedade democrática (DAGNINO, 2004a, p. 105).

Dagnino (2004a, p. 106-107) destaca, ainda, a “ideia de cidadania como *estratégia política*”, segundo a qual “significa enfatizar o seu caráter de construção histórica, definida, portanto, por interesses concretos e práticas concretas de luta e pela sua continua transformação”, o que sugere dizer que seu “conteúdo e significado, portanto, serão sempre definidos pela luta política”.

A história concebida de forma dinâmica, movida por contradições, tensões e conflitos, em diferentes intensidades, tempos e espaços, para se conquistar a dignidade humana e a liberdade, possibilita uma visão angular diferente e relevante para interpretar a sociedade e seus fenômenos em mudança. E, nesse transcorrer da história, os movimentos sociais, enquanto fenômenos sócio-históricos, têm assumido, dado os condicionantes dos tempos-espaços históricos, um campo de estudo importante no processo de resistência e de construção de caminhos alternativos de sociabilidade, de conquistas de direitos e de alargamento da cidadania e da democracia no país, de sinalização e defesa de outros padrões e processos de desenvolvimento e formas de sociabilidade.

Nesse movimento de reinvenção da política e de reconstrução da história, atores coletivos emergentes inovam tanto o modo de lutar e de reivindicar, como a agenda de reivindicações por *direitos* (gênero, meio ambiente, étnico-racial, geracional, territorial etc.), apontando “novas” formas de opressão, dominação e exclusão e questionando antigas formas de contestação; apontando novos problemas e novas soluções, alcançando as subjetividades e práticas sociais e culturais um terreno de estudo importante na análise teórica e no campo da política (DAGNINO, 2000; 2004a; SANTOS, 2003a; 2003b; 2006)<sup>127</sup>.

A tese do “deslocamento” das análises e dos conflitos nos movimentos sociais, focalizados nas relações sociais de produção - de *classe* -, para a cultura, a identidade, a linguagem, o local, o cotidiano, as *diferenças*, vem sendo sustentada por teóricos do chamado

<sup>127</sup> Gonh (2008; 2010) adverte: se as ações coletivas expressas nos movimentos sociais das décadas de 70 e 80 indicavam um descentramento, um viés muito mais *coletivo* no sentido da universalidade – lutar por “direito a ter direitos” –, nesse cenário mais recente, ganha força o “autocentramento”, a *subjetividade*, atores sociais que passam a reivindicar e lutar pelos direitos de reconhecimento específicos, perdendo espaço e fôlego os movimentos e o debate em torno da defesa da transformação social e do universal.

*Paradigma dos Novos Movimentos Sociais* (NMS), tangenciando horizontes teórico-metodológicos e conceituais distintos e, também, divergentes quanto ao posicionamento (GOHN, 2004). As teses do descrédito da classe, da perda do adversário, da utopia de um projeto histórico, do descentramento do poder e do sujeito constituem-se, em grande medida e de forma diferenciada, algumas das matrizes analíticas centrais postas em destaque e em debate por esse paradigma<sup>128</sup>.

Esse cenário tem permitido a pesquisadores das ciências sociais a identificar a necessidade de novas abordagens sobre os movimentos sociais emergentes e sua relação com antigos movimentos e lutas sociais. Ao se referir à luta da classe trabalhadora contra a opressão imposta pelo sistema hegemônico capitalista, Santos (2003c) entende e considera que essa luta, não obstante sua carga de importância e legitimidade, centrava-se numa forma de opressão secundarizando e invisibilizando uma “constelação de outras formas de opressão”. Com isso, adverte esse autor:

A face que lhes era mais próxima, e que era sem dúvida importante, no entanto, provavelmente nunca poderá ser suficientemente desmascarada e essa opressão vencida, se não se vencerem outras formas de opressão que existem em constelação com ela. A opressão existe em constelação de opressões e, portanto, eu penso que é fundamental que elas estejam articuladas (SANTOS, 2003c, p. 14).

Nessa perspectiva, esse autor considera relevante fazer a crítica à *razão indolente*, o paradigma epistemológico hegemônico, para trazer à baila “experiências sociais” invisíveis e possíveis portadoras de novos projetos de contra-hegemonia e emancipação social. Isso implica descolonizar a ciência e, ao mesmo tempo, construir novos paradigmas epistemológico, social e político.

Em primeiro lugar, a experiência social em todo o mundo é muito mais ampla e variada do que o que a tradição científica ou filosófica ocidental conhece e considera importante. Em segundo lugar, esta riqueza social está a ser desperdiçada. É deste desperdício que se nutrem as ideias que proclamam que não há alternativa, que a história chegou ao fim e outras semelhantes. Em terceiro lugar, para combater o desperdício da experiência, para tornar viáveis as iniciativas e os movimentos alternativos e para lhes dar credibilidade, de pouco serve recorrer à ciência social tal como a conhecemos. No fim das contas, essa ciência é responsável por esconder ou desacreditar as alternativas. Para combater o desperdício da experiência social, não basta propor um outro tipo de ciência social. Mais do que isso, é necessário propor um modelo diferente de racionalidade (SANTOS, 2006, p. 95).

---

<sup>128</sup> Para Gohn (2004, p.124), além de uma diferenciação existente entre os NMS da Europa e os da América Latina, ela assinala que em “ambos os casos o que há de novo realmente é uma nova forma de fazer política e a politização de novos temas”.

Como um contraponto crítico ao paradigma hegemônico, Santos (2006) defende a *Sociologia das ausências*. Para ele, tal abordagem busca trazer à baila as *experiências sociais disponíveis* que historicamente foram e vêm sendo ocultadas, invisibilizadas ou riscadas da história pela razão indolente, alargando, assim, o presente e contraindo o futuro; aumentando, multiplicando e diversificando as experiências sociais no mundo. Para esse empreendimento, ele defende as chamadas “Ecologias”, dentre essas, destaca: a Ecologia de saberes; a Ecologia das temporalidades; a Ecologia dos reconhecimentos; a Ecologia das trans-escalas e a Ecologia das produtividades. Em todas, é possível identificar a tônica no plural.

No tocante à *Sociologia das emergências*, o autor diz que esta, ao reconhecer as experiências sociais, trabalha com a *ordem do possível*, buscando identificar as *expectativas* múltiplas e diversas gestadas por tais experiências, que alargam o presente e contraem o futuro – ampliam os horizontes das utopias ou possibilidades outras de contra-hegemonia ao projeto hegemônico capitalista e colonialista vigentes (SANTOS, 2006, p. 120-121). No que concerne a essas duas sociologias, o referido autor explica:

Enquanto a sociologia das ausências expande o domínio das experiências sociais já disponíveis, a sociologia das emergências expande o domínio das expectativas sociais possíveis. As duas sociologias estão estreitamente associadas, visto que quanto mais experiências estiverem hoje disponíveis no mundo mais experiências são possíveis no futuro. Quanto mais ampla for a realidade credível, mais vasto é o campo dos sinais ou pistas credíveis e dos futuros possíveis e concretos. Quanto maior for a multiplicidade e diversidade das experiências disponíveis e possíveis (conhecimentos e agentes), maior será a expansão do presente e a contração do futuro. Na sociologia das ausências, essa multiplicação e diversificação ocorre pela via da ecologia de saberes, dos tempos, das diferenças, das escalas e das produções, ao passo que a sociologia das emergências as revela por via da multiplicação simbólica das pistas ou sinais (SANTOS, 2006, p. 120-121).

Para Santos (2003c, p. 13-14), por outro lado, o enfrentamento a essa constelação de opressão e de exclusão não pode se fazer de forma particularista, fragmentada e localista, correndo-se o grande risco de se incorrer ao oposto: particularizar e superficializar a luta, o enfrentamento, que deve ser local e global e que alcança várias dimensões, posto que esse superficialismo pode ampliar e fortalecer o risco de uma *cultura do testemunho*, marca de um *Multiculturalismo Conservador*, a qual pode levar a um *novo apartheid cultural*.

[...] que nós não caíamos na armadilha de aceitar que reconhecimento vá ao ponto de estabelecer critérios de autenticidade, o que faz com que as culturas passem a ser apenas culturas de testemunho. E, portanto, sobre as mulheres, sobre o movimento das mulheres, só possam falar mulheres e sobre a discriminação contra os negros, só possam falar negros. A ideia da autenticidade de testemunho é, no meu entender, uma das formas que pode levar a um desenvolvimento de um novo *apartheid* cultural e que podia ser realizado através de um radicalismo excessivo, porque permitiria criar

igualdade, mas em separação. [...] não queremos que a igualdade se realize em separação, porque com separação não há igualdade, há *apartheids* (SANTOS, 2003c, p. 13-14)<sup>129</sup>.

Para tanto, Santos (2003c, p. 14) sustenta a defesa da “Teoria da Tradução”, que visa articular os diversos sujeitos de forma plural, *transversal*, combinando as várias lutas, as particularidades - *a política das diferenças* - com os grandes problemas postos pela modernidade: as desigualdades socioeconômicas e políticas, por meio de uma *política da igualdade*; articula e combina a dimensão intelectual e a política. Essa Teoria da Tradução está diretamente vinculada à *Ecologia de Saberes*, para fortalecer os movimentos sociais na construção e condução da globalização contra-hegemônica, para promoção da justiça global, que é cognitiva e político-cultural, social, econômica e ecológica.

A possibilidade de criar a inteligibilidade entre os grupos, entre o movimento dos sem-terra e o movimento das mulheres e o movimento dos negros, entre o movimento dos negros e do meio ambiente e o movimento dos indígenas, permite que criemos redes de inteligibilidade. Eu acho que essa é a ideia de tradução e de articulação intelectual e política. Ela tem que ser intelectual e política para que se veja melhor as lições aprendidas em uma luta, que seja possível transferi-las para outras, que as dificuldades de uma sejam vistas por outras lutas e que juntando forças seja possível ser mais eficaz (SANTOS, 2003c, p. 14).

Isso implica ampliar a práxis da luta, de uma cultura de movimento social *em si*, para uma cultura política de *inter-movimentos intercultural*, de *inter-conhecimento* e de *auto-educação*, a fim de possibilitar a produção coletiva do conhecimento, a diversidade epistemológica e a inteligibilidade contra-hegemônica para fazer a transformação social emancipatória. Santos (2003c, p. 12), ao fazer alusão à perspectiva do *Multiculturalismo Emancipatório*, faz referência à relação entre *igualdade e diferença*, que denomina de *política de igualdade e política de diferença*, que apontam tanto para essa elevação cultural-política inter-movimento, quanto para a contraposição ao *Multiculturalismo Conservado*. Essa perspectiva é antiessencialista e concebe que as culturas se movem por conflitos, demarcando que a diferença é permanente e transitória e que sua luta se combina e se articula com a luta pela igualdade socioeconômica.

O multiculturalismo emancipatório que estamos a tentar a buscar é um multiculturalismo decididamente pós-colonial, neste sentido amplo.

<sup>129</sup> Santos (2003c, p. 12) assinala que a primeira forma de *multiculturalismo conservador* é colonial, por meio da qual o colonizador reconhece a essência de outras culturas, mas sempre subordinando-as à cultura dominante. Por isso, esse multiculturalismo consiste: “primeiro, em admitir a existência de outras culturas apenas como inferiores. Segundo, a cultura eurocêntrica branca nunca é étnica – étnicos são os não brancos, em princípio, e, portanto, não admite a etnicidade, o particularismo da cultura branca dominante. Terceiro, não admite a incompletude dessa cultura. Essa é uma cultura que em si mesma contém tudo o que melhor foi dito e pensado no mundo em geral. E, como tal, tem o direito a esta universalidade”.

Portanto, assenta fundamentalmente numa política, numa tensão dinâmica, mais complexa, entre a política de igualdade e a política da diferença; isso é o que ele tem de novo em relação às lutas da modernidade ocidental do século XX, lutas progressistas, operárias e outras que assentaram muito no princípio da igualdade. Há a ideia de que, sendo todos iguais, é fundamental que se dê uma redistribuição social, nomeadamente ao nível económico, e é através da redistribuição que assumimos a igualdade como princípio e como prática. Naturalmente que este princípio não reconheceu a diferença como tal. A política de igualdade, baseada na luta contra as diferenciações de classe, deixou na sombra outras formas de discriminação étnica, de orientação sexual ou de diferença sexual, etária e muitas outras. É a emergência das lutas contra estas formas de discriminação que veio a trazer a política da diferença. E a política da diferença não se resolve progressivamente pela redistribuição: resolve-se por reconhecimento (SANTOS, 2003c, p. 12).

Nesse sentido, uma possível leitura e compreensão do movimento social emancipatório do campo e da cidade precisa tanto reconhecer e afirmar as diferenças culturais e identitárias, que passam necessariamente pela compreensão da dignidade humana, dos direitos desses grupos sociais excluídos de se auto-representarem, de serem sujeitos de autonomia, de terem seus padrões culturais e identitários assegurados na teia mais ampla e diversa da sociedade; como a luta e a reivindicação pela igualdade socioeconômica, pela redistribuição de bens e riquezas.

Numa abordagem neomarxista, Harvey (2006, p. 102-103) aponta as possibilidades de identificação de caminhos de resistência e alternativa ou de contra-hegemonia a essa lógica hegemônica de globalização da sociedade capitalista. Isso se expressa nos *interstícios do desenvolvimento geográfico desigual*. Para ele, não obstante seu caráter fortemente “particularista”, esses “interstícios ocultam um verdadeiro fermento de oposição”. É importante, destaca Harvey (2006), que nem todo movimento que se intitula de oposição, *anticapitalista*, é pró-socialista, pois alguns movimentos de oposição expressam uma bandeira nacionalista excludente e populista, conservadora.

Em vista desse risco, Harvey (2006, p. 103) sugere “o trabalho de síntese das múltiplas lutas”. Ele assinala que uma das forças históricas do marxismo tem sido seu compromisso com a “síntese de diversas lutas cujas metas são múltiplas e divergentes num movimento anticapitalista mais universal”.

O trabalho de síntese das múltiplas lutas hoje existentes tem de ser permanente, pois os campos e terrenos em que essas lutas se travam, e as questões a que respondem, estão em perpétua mudança, acompanhando as alterações da dinâmica capitalista e das condições globais associadas (HARVEY, 2006, p. 103).

Ao lançar mão da contribuição de Raymond Williams, ele assinala que a *política* está sempre intrinsecamente presente em “modos de vida” e “estruturas de sentimento” peculiares a lugares e comunidades. O *universalismo* a que o socialismo aspira tem, portanto, de ser construído por meio da negociação entre diferentes exigências, preocupações e aspirações vinculadas a *lugares específicos*. Tem de ser elaborado por meio do que Williams denominou “*particularismo militante*” (HARVEY, 2006, p. 85).

Ao se remeter a Williams, enfatizando sua frase: “defesa e promoção de certos interesses particulares, *adequadamente unificados*”, como modo de fornecer bases ao “interesse geral”, Harvey (2006) assinala que essa é a “tarefa essencial a ser empreendida” no movimento de oposição anticapitalista. Num horizonte para uma construção contra-hegemônica, o referido autor adverte:

O mínimo que o movimento socialista tem a fazer é concentrar-se na construção de uma sociedade alternativa socialmente justa e ecologicamente sensível. Mas para alcançar esse fim é necessário que ele aceite como dadas as atuais condições da globalização e o coro crescente de exigências de sua reforma e de seu controle. Tem sobretudo de aprender a cavalgar as fortes ondas do desenvolvimento geográfico desigual que tornam tão precária e difícil a organização popular e das bases. Se é preciso que os trabalhadores de todos os países se unam para combater a globalização da burguesia, eles devem encontrar maneiras de ser tão flexíveis no espaço – em termos tanto da teoria como da prática política – quanto a classe capitalista tem mostrado ser (HARVEY, 2006, p. 102).

Ao sustentar essa perspectiva, pode-se identificar uma inflexão teórica na abordagem de Harvey, pois ele rompe com uma abordagem de triunfalismo teleológico de classe, quer seja o *fim da história* e triunfo da classe burguesa no presente cenário, quer seja o triunfalismo do sujeito revolucionário da classe operária. Ele coloca, assim, em outros termos o projeto socialista e a relação universal e particular nesse processo, em que a dimensão *espaço-temporal*, articulada e relacionada dialeticamente com a economia política e a cultura, repõe a problemática das classes e do desenvolvimento capitalista em outros parâmetros de análise. O que sugere uma aproximação com o proposto por Boaventura, mas guardadas as suas devidas diferenças de posições teóricas e epistemológicas.

No atual processo de mudanças e permanências, crises e brechas históricas, a dimensão *rural* parece está sendo revista ou mesmo redescoberta nesse cenário do país. Velhos e novos atores sociais, velhos e novos temas, velhas e novas dinâmicas inscrevem e desenham um território de *multiterritorialidade* em profunda contradição e tensão, pautando agendas plurais e conflitivas, muitas, historicamente, invisibilizadas pelas racionalidades e

padrões societais de desenvolvimento dominantes (FERNANDES *et al.*, 2006; DELGADO, 2010b; MEDEIROS, 2010; ALMEIDA, 2010a; 2010b).

Como exemplo de *sinál* dessa reconfiguração socioterritorial de luta e resistência social, em particular no território rural brasileiro e nas territorialidades de povos e comunidades tradicionais e camponesas, pode-se assinalar o *Seminário Nacional de Organizações Sociais do Campo*, realizado em Brasília, nos dias 27 e 28 de Fevereiro de 2012, que deliberaram, em seu *Manifesto*, “pela construção e realização de um processo de luta unificada em defesa da Reforma Agrária, dos direitos territoriais e da produção de alimentos saudáveis”. Nesse documento, dentre outros pontos de denúncia, essas organizações e movimentos sociais do campo apontam:

1) *O aprofundamento do capitalismo dependente no meio rural*, baseado na expansão do agronegócio, produz impactos negativos na vida dos povos do campo, das florestas e das águas, impedindo o cumprimento da função socioambiental da terra e a realização da reforma agrária, promovendo a exclusão e a violência, impactando negativamente também nas cidades, agravando a dependência externa e a degradação dos recursos naturais (primarização). 2) O Brasil vive um processo de *reprimarização da economia*, baseada na produção e exportação de commodities agrícolas e não agrícolas (mineração), que é incapaz de financiar e promover um desenvolvimento sustentável e solidário e satisfazer as necessidades do povo brasileiro (MANIFESTO, 2012, p. 1, grifos nossos)<sup>130</sup>.

Para essas organizações e movimentos,

O *pensamento neodesenvolvimentista* centrado na produção e no lucro, defendido pela direita e por setores de esquerda, exclui e trata como empecilho povos indígenas, quilombolas e camponeses. A opção do governo brasileiro por um projeto neodesenvolvimentista, centrado em grandes projetos e na exportação de commodities, agrava a situação de exclusão e de violência. Consequentemente não atende as pautas estruturais e não coloca a reforma agrária no centro da agenda política, gerando forte insatisfação das organizações sociais do campo, apesar de pequenos avanços em questões periféricas (MANIFESTO, 2012, p. 1 grifos nossos).

Ao se referir ao *projeto de acumulação de capital* na atualidade no país, particularmente na agricultura, Delgado (2010) sustenta que esse projeto se expressa e se funda no *pacto do agronegócio*: aliança do grande capital dos setores agroindustriais e grande propriedade sob a justificação e amparo das políticas de Estado.

<sup>130</sup> Em relação a esse processo de *reprimarização*, um conjunto de laboratórios de pesquisa destaca: “Em 2009, as *commodities* representavam 70% do valor das exportações do país, enquanto estudos do BNDES apontavam sintomas de uma desestruturação visível de cadeias produtivas industriais associados à valorização do real. A expansão das fronteiras internas do mercado, apresentada como ‘incremento do acesso à renda por parte de populações pobres’, materializa-se pela desestabilização de formas de produção relativamente autônomas, baseadas na exploração coletiva de recursos de uso comum e responsáveis pela produção e reprodução da biodiversidade, das fontes de água, e outros elementos do que hoje se afirma como recursos ambientais ameaçados de escassez e estratégicos para o futuro do país” (ETTERN-UFRRJ *et al.*, 2010, p. 8).



Como contraponto, essas organizações e movimentos apresentam uma outra *agenda pública*, defendendo:

Neste sentido nós, organizações do campo, lutaremos por um desenvolvimento com sustentabilidade e focado na soberania alimentar e territorial, a partir de quatro eixos centrais: Reforma Agrária ampla e de qualidade, garantia dos direitos territoriais dos povos indígenas e quilombolas e comunidades tradicionais: terra como meio de vida e afirmação da identidade sociocultural dos povos, combate à estrangeirização das terras e estabelecimento do limite de propriedade da terra no Brasil. a) Desenvolvimento rural com distribuição de renda e riqueza e o fim das desigualdades; b) Produção e acesso a alimentos saudáveis e conservação ambiental, estabelecendo processos que assegurem a Transição Agroecológica. c) Garantia e ampliação de direitos sociais e culturais que permitam a qualidade de vida, inclusive a sucessão rural e permanência da juventude no campo (MANIFESTO, 2012, p. 2).

Esse Primeiro Seminário parece irromper como algo novo na sociedade brasileira, articulando um conjunto diverso de sujeitos: camponeses, povos e comunidades tradicionais, bem como uma agenda plural “pela construção e realização de um processo de luta unificada em defesa da Reforma Agrária, dos direitos territoriais e da produção de alimentos saudáveis” (MANIFESTO, 2012, p. 1-2). Essa irrupção faz florescer, de forma mais articulada, forte e visível, a denúncia de um conjunto de problemáticas que passaram a fazer parte de uma agenda mais ampla e diversa local, nacional e regional de diversos movimentos e organizações sociais, como a forte crítica ao neodesenvolvimentismo; à reprimarização da economia; à hegemonia do agronegócio associado ao capital financeiro. Além disso, contribuem para tornar mais visíveis (públicas) tanto as violações de direitos humanos contra os povos e comunidades tradicionais e camponesas, que vêm perdendo suas terras e territórios com o avanço do agronegócio e da implementação de grandes projetos, como os hidrelétricos; quanto os impactos socioambientais<sup>131</sup>. Mas, além dessas denúncias, esses sujeitos apresentam a defesa de um modelo de desenvolvimento alternativo *proposto de baixo*<sup>132</sup>.

Como continuidade desse encontro das *Organizações Sociais do Campo e sua Unidade*, ocorreu em Brasília-DF, entre os dias 20 a 22 de agosto de 2012, o *Encontro Unitário dos Trabalhadores, Trabalhadoras e Povos do Campo, das Águas e da Floresta*, que trouxe como tema: “Por terra, território e dignidade”, reforçando e alargando essa agenda

<sup>131</sup> Consultar o mais recente Documento da Comissão Pastoral da Terra: *Conflitos no Campo no Brasil* (2013) e o Informe 12: Anistia Internacional – *O Estado dos Direitos Humanos no Mundo* (2012).

<sup>132</sup> Foi lançado um *Abaixo-Assinado Manifesto de Intelectuais em Apoio À Declaração das Organizações Sociais no Campo*, em que consideram que: “apesar de avanços importantes registrados em políticas – sociais, especialmente - adotadas pelo governo federal nos últimos dez anos, no que tange à questão agrária o essencial ainda está por ser feito” (MANIFESTO DOS INTELECTUAIS, 2012, p. 1).

pública entre velhos e novos atores sociais, temas e problemas, assumindo-se como um campo de luta contra-hegemônico em construção.

Em nova demonstração de capacidade de articulação e unidade política, nós homens e mulheres de todas as idades, nos reunimos 51 anos depois, em Brasília, no Encontro Nacional Unitário de Trabalhadores e Trabalhadoras, Povos do Campo, das Águas e das Florestas, tendo como centralidade a luta de classes em torno da terra, atualmente expressa na luta por Reforma Agrária, Terra, Território e Dignidade (DECLARAÇÃO, 2012, p. 1).

Em seu documento de Declaração, essas organizações e movimentos destacam:

Após décadas de resistência e denúncias da opressão, as mobilizações e lutas sociais criaram condições para a retomada e ampliação da organização camponesa, fazendo emergir uma diversidade de sujeitos e pautas. Junto com a luta pela reforma agrária, a luta pela terra e por território vem afirmando sujeitos como sem terra, quilombolas, indígenas, extrativistas, pescadores artesanais, quebradeiras, comunidades tradicionais, agricultores familiares, camponeses, trabalhadores e trabalhadoras rurais e demais povos do campo, das águas e das florestas. Neste processo de constituição de sujeitos políticos, afirmam-se as mulheres e a juventude na luta contra a cultura patriarcal, pela visibilidade e igualdade de direitos e dignidade no campo (DECLARAÇÃO, 2012, p.1).

Em tom de denúncia ao projeto hegemônico em curso, essa Declaração exprime:

A primeira década do Século XXI revela um projeto de remontagem da modernização conservadora da agricultura, iniciada pelos militares, interrompida nos anos noventa e retomada como projeto de expansão primária para o setor externo nos últimos doze anos, sob a denominação de agronegócio, que se configura como nosso inimigo comum. Este projeto, na sua essência, produz desigualdades nas relações fundiárias e sociais no meio rural, aprofunda a dependência externa e realiza uma exploração ultrapredatória da natureza. Seus protagonistas são o capital financeiro, as grandes cadeias de produção e comercialização de commodities de escala mundial, o latifúndio e o Estado brasileiro nas suas funções financiadora – inclusive destinando recursos públicos para grandes projetos e obras de infraestrutura – e (des)reguladora da terra. O projeto capitalista em curso no Brasil persegue a acumulação de capital especializado no setor primário, promovendo super-exploração agropecuária, hidroelétrica, mineral e petroleira. Esta super-exploração, em nome da necessidade de equilibrar as transações externas, serve aos interesses e domínio do capital estrangeiro no campo através das transnacionais do agro e hidronegócio (DECLARAÇÃO, 2012, p.1).

E continua, afirmando:

Este projeto provoca o esmagamento e a desterritorialização dos trabalhadores e trabalhadoras dos povos do campo, das águas e das florestas. Suas conseqüências sociais e ambientais são a não realização da reforma agrária, a não demarcação e reconhecimento de territórios indígenas e quilombolas, o aumento da violência, a violação dos territórios dos pescadores e povos da floresta, a fragilização da agricultura familiar e camponesa, a sujeição dos trabalhadores e consumidores a alimentos contaminados e ao convívio com a degradação ambiental. Há ainda conseqüências socioculturais como a masculinização e o envelhecimento do

campo pela ausência de oportunidades para a juventude e as mulheres, resultando na não reprodução social do campesinato (DECLARAÇÃO, 2012, p. 1-2).

E defendem:

Torna-se indispensável um projeto de vida e trabalho para a produção de alimentos saudáveis em escala suficiente para atender as necessidades da sociedade, que respeite a natureza e gere dignidade no campo. Ao mesmo tempo, o resgate e fortalecimento dos campesinatos, a defesa e recuperação das suas culturas e saberes se faz necessário para projetos alternativos de desenvolvimento e sociedade (DECLARAÇÃO, 2012, p. 2).

Nesse Encontro, a *luta de classes* é colocada como central *em torno da terra, atualmente expressa na luta por Reforma Agrária, Terra, Território e Dignidade*, que se articula e se combina a outras lutas. A centralidade da luta de classes, que é reflexo da direção hegemônica que dados movimentos e organizações estão dando para seus protestos e ações, põe seu marcador de luta e resistência, de pressão e contestação sobre o modelo de desenvolvimento e de sociedade dominantes. Isto é, a posição desses movimentos e organizações do campo reconhece que o foco central da ação de resistência deve ser dirigido ao capitalismo e ao “patriarcalismo”, assumindo o “agronegócio” a condição do “inimigo comum” nesse contexto de “modernização conservadora”<sup>133</sup>.

É importante, todavia, atentar para a marca da particularidade da agenda de cada um desses agentes sociais coletivos, increvendo um campo diverso de posições e concepções e de tensão interna. Nesse sentido, caso essa dimensão nuclear estruturante (da *luta de classes*) não se combine e se articule bem com a dimensão particular (da territorialidade, identidade etc., de povos e comunidades tradicionais), pode encobrir um conjunto de outras opressões/dominações sofridas por outros grupos excluídos, comprometendo, assim, essa vontade e iniciativa de articulação e unidade em torno de uma agenda contra-hegemônica plural desses povos do campo, das águas e da floresta.

Nesse manifesto coletivo, o “território”, também, passa a assumir condição matricial na agenda pública defendida por esses referidos sujeitos coletivos, associado a outros grandes temas como a violação de direitos humanos e a questão ambiental. Em um quadro de violações de direitos, é importante destacar a denúncia desses sujeitos no que concerne à

---

<sup>133</sup> Conforme Delgado, (2010, p. 22), “Desde o início desta primeira década do século XXI, a orientação continuada da política econômica dos Governos FHC II e Lula I e II tem sido de conceder máxima prioridade às exportações primárias – produtos agropecuários, minerais e petróleo bruto, com o que, praticamente o País se relançou no comércio mundial em expansão, na condição de grande provedor de algumas “commodities” - (expressão que designa produtos primários armazenáveis, próprios para o comércio mundial) – tais como carnes, soja, açúcar, álcool, pasta de celulose, minérios em bruto, e etc, ao mesmo tempo em que retrocedeu relativamente no comércio de manufaturados”.

pressão e tentativa de desmonte da conquista de direitos de povos e comunidades tradicionais, como indígenas e quilombolas, o que sinaliza para um retrocesso de conquistas e garantias. Um desses retrocessos se expressa na Reforma do Código Florestal com a vitória das forças conservadoras políticas e econômicas com apoio de certos setores do governo e da esquerda.

Tal quadro apresenta importantes sinais de uma agenda pública contra-hegemônica em construção e renovada, marcada por novas questões e métodos, mas por limitações e problemáticas, também, históricas. Nesse sentido, os dois encontros apresentam sinais e pistas de um *evento histórico*, que, nos termos de Boaventura Santos, faz emergir, de forma inicial, uma *rede de inteligibilidade* entre esses movimentos e organizações sociais – *intermovimentos* – colocando em evidência “experiências e perspectivas” de resistência e lutas plurais, que precisam ser visibilizadas e compreendidas no intento de provocar outras interpretações da realidade brasileira e apontar novos caminhos alternativos. Nos termos de Harvey (2006), esses dois eventos revelam os *interstícios do desenvolvimento geográfico desigual* brasileiro, repondo o desafio do *trabalho de síntese das múltiplas lutas*.

Em relação a esses dois encontros, um militante do MAB, em entrevista a nós, reconhece como a “coisa mais interessante que surge nos últimos tempos” e chama atenção para “unidade da classe trabalhadora” para fazer frente ao “grande capital”.

Agora, essa nova articulação que surgiu aí [dos povos do campo, da floresta e das águas], são doze organizações, que assinam esse documento que você citou, eu acho que é a coisa mais interessante que surge nos últimos tempos, porque cria uma unidade nacional e essa unidade tem que vir dessas bases pra que a gente pautasse esse modelo de sociedade, modelo alternativo, significa um modelo de desenvolvimento diferente desse que nós temos, um modelo energético popular, onde o ser humano possa ser incluído como sujeito de sua história. Então, eu acho que essa unidade nos exige um grande esforço, mas acima de tudo, ela se dá pela compreensão, dessas organizações, que somente a união, a unidade da classe trabalhadora, nos permite fazer essa luta! Eu acho que o grande mote dessa articulação é isso. Ou nós conseguimos aglutinar a classe trabalhadora entorno desse projeto ou nós não vamos ter uma opção pra fazer o enfrentamento ao capital (informação verbal)<sup>134</sup>.

Em um plano multiescalar e intercultural, de 15 a 23 de junho de 2012, ocorreu no Rio de Janeiro, no Aterro do Flamengo, a “Cúpula dos Povos na Rio + 20 por Justiça Social e Ambiental”, paralela com a Rio + 20, expressando dois campos de poder em disputa por projetos conflitantes, inscrevendo, nos termos de Boaventura Santos, um hegemônico (a Rio+20) e outro contra-hegemônico (a Cúpula dos Povos). Contudo, é importante considerar que em cada um desses campos há intensas disputas entre projetos diferentes.

<sup>134</sup> MABXT. *Entrevista*. [jun. 2012]. Entrevistador: Sérgio Roberto Moraes Corrêa. 2012.

Na Declaração Final da Cúpula dos Povos, intitulada: “Cúpula dos Povos na Rio+20 por Justiça Social e Ambiental em Defesa dos Bens Comuns”, a Carta, resultado-síntese do encontro, indica 13 Eixos de Lutas<sup>135</sup>. Além disso, faz forte crítica a Rio + 20. Num dos trechos dessa Declaração, faz-se a seguinte denúncia e crítica.

Há vinte anos o Fórum Global, também realizado no Aterro do Flamengo, denunciou os riscos que a humanidade e a natureza corriam com a privatização e o neoliberalismo. Hoje afirmamos que, além de confirmar nossa análise, ocorreram retrocessos significativos em relação aos direitos humanos já reconhecidos. A Rio+20 repete o falido roteiro de falsas soluções defendidas pelos mesmos atores que provocaram a crise global. À medida que essa crise se aprofunda, mais as corporações avançam contra os direitos dos povos, a democracia e a natureza, sequestrando os bens comuns da humanidade para salvar o sistema econômico-financeiro. [...] A dita “economia verde” é uma das expressões da atual fase financeira do capitalismo que também se utiliza de velhos e novos mecanismos, tais como o aprofundamento do endividamento público-privado, o super-estímulo ao consumo, a apropriação e concentração das novas tecnologias, os mercados de carbono e biodiversidade, a grilagem e estrangeirização de terras e as parcerias público-privadas, entre outros (DECLARAÇÃO CÚPULA DOS POVOS, 2012).

Como contraponto a essa agenda hegemônica, a Carta apresenta caminhos para se construir alternativas contra-hegemônicas, como

As alternativas estão em nossos povos, nossa história, nossos costumes, conhecimentos, práticas e sistemas produtivos, que devemos manter, revalorizar e ganhar escala como projeto contra-hegemônico e transformador. A defesa dos espaços públicos nas cidades, com gestão democrática e participação popular, a economia cooperativa e solidária, a soberania alimentar, um novo paradigma de produção, distribuição e consumo, a mudança da matriz energética, são exemplos de alternativas reais frente ao atual sistema agro-urbano-industrial. A defesa dos bens comuns passa pela garantia de uma série de direitos humanos e da natureza, pela solidariedade e respeito às cosmovisões e crenças dos diferentes povos, como, por exemplo, a defesa do “Bem Viver” como forma de existir em harmonia com a natureza, o que pressupõe uma transição justa a ser construída com os trabalhadores e povos (DECLARAÇÃO CÚPULA DOS POVOS, 2012).

Na marcha de manifestações e protestos recentes pelo país (e global), é importante destacar aqui a ocupação na cena pública pelos povos e comunidades tradicionais, especialmente os indígenas, que têm pautado para sociedade e para o Estado brasileiro e para

<sup>135</sup> Os Eixos são: I- Contra a militarização dos Estados e territórios; II- Contra a criminalização das organizações e movimentos sociais; III- Contra a violência contra as mulheres; IV- Contra as grandes corporações; V- Contra a imposição do pagamento de dívidas econômicas injustas; VI- Pela garantia do direito dos povos à terra e território urbano e rural; VII- Pela soberania alimentar e alimentos saudáveis, contra agrotóxicos e transgênicos; VIII- Pela garantia e conquista de direitos; IX- Pela solidariedade aos povos e países, principalmente os ameaçados por golpes militares ou institucionais, como está ocorrendo agora no Paraguai; X- Pela soberania dos povos no controle dos bens comuns, contra as tentativas de mercantilização; XI- Pela democratização dos meios de comunicação; XII- Pelo reconhecimento da dívida histórica social e ecológica; XIII- Pela construção do Dia Mundial de Greve Geral.

os Órgãos Internacionais em Defesa dos Direitos Humanos os casos de violação de direitos que têm sofrido em razão da expansão da fronteira do agronegócio para suas terras e territórios, além dos grandes projetos e empreendimentos do Programa de Aceleração do Crescimento e da Iniciativa de Integração Regional Sul-Americana (IIRSA), como os hidrelétricos (ANISTIA INTERNACIONAL, 2012; CONFLITOS NO CAMPO, 2013). Associada a essas problemáticas, esses atores sociais têm denunciado o risco de retrocesso da garantia de seus direitos territoriais e étnicos garantidos na Constituição Federal (ALMEIDA, 2010a; 2011; ANISTIA INTERNACIONAL, 2012; CONFLITOS NO CAMPO, 2013).

A expropriação da terra e do território desses povos e comunidades tradicionais e camponesas é uma das características marcantes de violação de direitos humanos, resultante da implementação desses grandes empreendimentos e do seu padrão de desenvolvimento capitalista e colonialista, que esses projetos encarnam (SANTOS, 2012c; 2012e; ANISTIA INTERNACIONAL, 2012; CONFLITOS NO CAMPO, 2013). Nesse contexto contraditório, para garantir os empreendimentos e o processo de modernização dos territórios da região amazônica, a “militarização” tem assumido uma condição estratégica e marcante nesse modelo neodesenvolvimentista.

Além disso, a não observância das leis constitucionais e dos acordos internacionais pelo Estado brasileiro e por empresas nacionais e transnacionais tem se constituído num outro exemplo de violação de direitos contra esses povos e comunidades tradicionais (ANISTIA INTERNACIONAL, 2012; CONFLITOS NO CAMPO, 2013). No que tange a essa problemática, toda e qualquer forma de desenvolvimento que atente contra os Direitos Humanos caminha na contramão da sustentabilidade, posto que esta não pode ser pensada e efetivada ao largo desses Direitos.

Em face desse cenário, esses povos e comunidades tradicionais, seus movimentos e organizações sociais têm feito uma série de protestos e manifestações, ocupando prédios públicos, canteiros de obras (como Jiral, Santo Antônio, Belo Monte etc.) e fazendas em diversos lugares do país<sup>136</sup>, mas também, estabelecendo ações de luta e resistência em rede, de forma multiescalar, que ultrapassam as fronteiras locais, regionais e nacionais, como exemplo da *Aliança dos Rios da Pan-Amazônia*, que resistem contra os grandes projetos na Região e contra o modelo de desenvolvimento. Um exemplo disso é o Movimento Xingu Vivo para Sempre (MXVPS), que é o foco dessa pesquisa e que será tratado no V capítulo desse estudo.

---

<sup>136</sup> No tocante aos protestos e conflitos nos canteiros de obras do PAC, vale lembrar e salientar as paralizações e greves dos trabalhadores nos canteiros da UHE de Jiral, Santo Antônio e Belo Monte, denunciando as precárias condições de trabalho, violações de acordos pelas empresas responsáveis e pelo poder público. Sobre essas greves, consultar Campos (2013) e Vêras (2014).

Henri Acselrad (2010), ao tratar da noção de *movimento ambientalista* no Brasil, adverte para algumas questões e desafios, que se apresentam de forma pertinente diante desse cenário neodesenvolvimentista.

Esse conjunto de entidades envolvido no debate ambiental brasileiro esteve sempre atravessado por uma questão central: a de como engajar-se em campanhas que evocam a “proteção ao meio ambiente” sem desconsiderar as evidentes prioridades da luta contra a pobreza e a desigualdade social ou mostrando-se capaz de responder aos propósitos desenvolvimentistas correntes que almejam a rentabilização de capitais em nome da geração de emprego e renda. Em outros termos, como conquistar legitimidade para as questões ambientais, quando, com frequência, a preocupação com o ambiente é apresentada como um obstáculo ao enfrentamento do desemprego e à superação da pobreza? Como dar um tratamento lógico e socialmente aceitável às implicações ambientais das lutas contra a desigualdade social e pelo desenvolvimento econômico? (ACSELRAD, 2010, p. 1).

É diante desse quadro que concebemos relevante compreender as manifestações e protestos de povos e comunidades tradicionais e camponesas na sociedade brasileira, em particular na Amazônia, que inscrevem sinais e pistas de uma nova cartografia de conflitos socioterritoriais e ambientais e de uma agenda renovada para o país no campo da resistência, exigindo, assim, uma análise das lutas dessas ações coletivas, suas possibilidades e limites.

Se partirmos do pressuposto de que os movimentos sociais reivindicam seu reconhecimento como *interlocutores válidos*, que têm a capacidade de revelar e dizer à sociedade quais são seus problemas e interferir nas políticas do Estado e em hábitos e valores da sociedade, eles se revelam para que tanto sejam tomados como campos férteis de estudo para interpretar a sociedade, suas mudanças, continuidades e desafios na contemporaneidade, quanto para renovar as teorias e conceitos sobre as ações coletivas de que são expressão por excelência.

Isso possibilita identificar, por conseguinte, conforme Santos, emergências de “experiências” e “expectativas” de construção e gestação de um campo contra-hegemônico, que tem se forjado, nos termos de Harvey, nos “interstícios” das contradições desse “desenvolvimento geográfico desigual” no Brasil, desafiando essas “particularidades e subjetividades” desses movimentos a edificar uma *unidade do diverso*, a fim de fazer frente a esse campo hegemônico do padrão neodesenvolvimentista vigente. Isso está em processo, de forma contraditória e tensa, entretanto, expresso em relações de poder assimetricamente estruturais, que marcam a sociedade brasileira.

Com base nesse pressuposto, é importante considerar a reflexão de Francisco de Oliveira (2007) sobre os *sentidos da política* em Jacques Rancière, para quem “A política é a reclamação da parte dos que não têm parte, e por isso se constitui um dissenso”.

Nessa acepção, os que fazem política distinguem-se por pautar os movimentos do outro, do adversário, por impor-lhe, minimamente, uma agenda de questões sobre as quais e em torno das quais se desenrola o conflito. Impor a agenda não significa necessariamente ter êxito, ganhar a disputa; antes significa criar um campo específico dentro qual o adversário é obrigado a se mover. É evidente que o adversário, em seus movimentos, tenta, por sua vez, desvencilhar-se da pauta e sair fora da agenda que lhe é oferecida/imposta. É nesse intercâmbio, desigual, que se estrutura o próprio conflito, ou o jogo da política. Essa concepção abre as portas para sua permanente reinvenção, no sentido de que toda proposta, e sua resposta, que consiga sair do campo anteriormente demarcado cria um novo campo, que é, em si mesmo, uma nova qualidade dos atores políticos. Há, pois, na política, uma permanente mudança de qualidade. A força de uma invenção se expressa na capacidade de manter o adversário nos limites do campo criado pela proposta/resposta, e isso confere estabilidade ao campo político, mantendo a pauta e a agenda das questões. Gramsci chamaria essa capacidade de hegemonia, no sentido preciso de uma cultura que torna indeclináveis as questões propostas, que obriga o adversário a jogar com as linguagens, situações, instituições e culturas aventadas, as quais se tornam, assim, a cultura dominante. A hegemonia é a produção conflitiva do consenso (OLIVEIRA, 2007, p. 15-16).

Ao considerar a particularidade do território amazônico, será que os movimentos e organizações sociais têm conseguido impor, minimamente, sua agenda e trazer o seu “adversário” para essa arena de conflito, demarcando um dissenso e sinalizando para um campo contra-hegemônico de desenvolvimento? O que as ações coletivas desse *brasil profundo* têm a revelar sobre esse enigma chamado Amazônia/Brasil?



### 3 A MATRIZ ENERGÉTICA ELÉTRICA BRASILEIRA, O AVANÇO DA FRONTEIRA HIDRELÉTRICA E O PROJETO BELO MONTE

*Os potenciais da região Sul, Sudeste e Nordeste já estão, portanto, quase integralmente explorados. [...] A bacia do rio Amazonas é a maior, com um potencial de 106 mil MW, superior à potência já instalada no Brasil, em 2008, de 102 mil MW.*

*(Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, 2008)*

*Praticamente a metade desse potencial (50,2%) encontra-se localizado na região amazônica, principalmente nos rios Tocantins, Araguaia, Xingu e Tapajós. As conseqüências sociais e ambientais da possibilidade de implantação dos empreendimentos hidrelétricos previstos na região, envolvendo questões como as relacionadas com reservatórios em terras indígenas ou a manutenção da biodiversidade, exigem atenção e cuidados muito além da retórica dos documentos oficiais.*

*(Célio Bermann, 2007)*

Em face da crise socioambiental contemporânea, a *questão energética* passa a ocupar lugar de destaque na agenda de debate global em diversos campos ou esferas da sociedade, redimensionando e redefinindo, também, o debate sobre o *desenvolvimento*. Em comum, reconhece-se a relevância da questão energética para a produção e reprodução social da humanidade. A convergência, no entanto, parece findar por aí, visto que ela é pautada e firmada politicamente numa arena de profundas tensões e conflitos nas escalas mundial, regional, nacional e local, refletindo concepções e posições de projetos de sociedade e de desenvolvimento em disputa como já delineado anteriormente. Essa linha de reflexão sugere, portanto, situar a matriz energética elétrica, em particular aqui a de *fonte hidráulica*, como um campo de correlação de poder entre classes e grupos sociais, que buscam defender e tornar legítimas suas posições e agendas junto à sociedade e influenciar na direção da política do Estado e da base econômica.

Com a presente crise do sistema capitalista, mais aguda e evidente em seu centro hegemônico (HARVEY, 2011), esse quadro passa a ser mais contraditório e tenso, posto que, de um lado, coloca-se a necessidade premente de revisão e mudança do vigente padrão de desenvolvimento e de seu modelo energético e, de outro, tem sido pautada (sobretudo pelos países centrais do capitalismo) uma agenda de austeridade e de ajuste fiscal, para a recuperação do crescimento da economia em detrimento de acordos internacionais para reversão da crise do clima.

Para alguns críticos do modelo hegemônico energético, sua compreensão e transformação passa pela discussão do modelo de desenvolvimento e de sociedade. Isso implica dizer que a mudança dessa matriz não se faz nos marcos da ordem social vigente, exceto com questões paliativas, com vistas a “salvar o capitalismo”. Para outros, é necessário construir um novo modelo de “energia limpa e renovável”, fazendo os ajustes necessários no âmbito da política econômica de desenvolvimento capitalista, assumindo o Estado um papel protagonista na busca de uma compatibilização de razões econômicas, sociais e ambientais. Para outros, ainda, a eficiência de um novo paradigma energético e a revitalização do capitalismo, sob determinados ajustes, reside na força do mercado, garantindo o Estado (modernizado) às empresas condições de competitividade, controle e gestão de “eficiência” desse setor. Na sequência, em um esforço panorâmico, buscamos reconstituir a trajetória histórica da política energética no Brasil, suas implicações para a Amazônia e os conflitos socioambientais que se estabeleceram em tal processo.

Assim, nesse capítulo, apresentamos dados da pesquisa documental e de campo, que localizam e situam o Projeto/empreendimento de *Aproveitamento Hidrelétrico de Belo Monte* no tempo e no espaço, apontando o lugar reservado à região amazônica no modelo de desenvolvimento brasileiro. Como um forte sinal, o AHE Belo Monte é a revelação, por meio do PAC, da expansão da *fronteira hidrelétrica* como expressão da territorialização da dinâmica hegemônica de acumulação do capital sobre a Amazônia sob forte influência do Estado, em parceria com grandes grupos econômicos nacionais e transnacionais.

### 3.1 MATRIZ ENERGÉTICA ELÉTRICA EM CONSTRUÇÃO NO BRASIL: PADRÕES HISTÓRICOS E TENDÊNCIAS ATUAIS

Ao tratar do tema *Energia e sociedade no capitalismo brasileiro*, Flávia Braga Vieira faz um resgate histórico sobre a constituição da matriz energética no país, destacando que tal processo “assenta-se num viés autoritário”, a começar pelos períodos colonial e imperial, cuja fonte de energia eram as “mãos e pés dos escravos”- *força de trabalho escrava*. “O ‘Brasil’ sustentou quatro séculos de escravidão como fonte de energia”<sup>137</sup>.

Lemos (2007, p. 60), ao resgatar e retratar esse quadro histórico, em especial o *processo sócio-elétrico brasileiro*<sup>138</sup>, identifica, já, na segunda metade do século XIX,

<sup>137</sup> Essa comunicação foi apresentada no *XV Encontro Norte e Nordeste de Ciências Sociais (CISO)*, ocorrido em Teresina-PI, no período de 04 a 07 de setembro de 2012.

<sup>138</sup> Lemos (2007, p. 57) destaca: “O Brasil figura entre os países pioneiros na experimentação e uso da energia elétrica e instalação de usinas, tanto térmicas, quanto hidrelétricas. A introdução da energia elétrica no país se deu concomitantemente ao seu desenvolvimento nos países industrializados (EUA e Europa), quando a

iniciativas e experiências no âmbito da luz elétrica em diferentes localidades do país. Dentre essas, destacam-se a criação, em 1883, do primeiro serviço público municipal de iluminação elétrica do país, na cidade de Campos dos Goytacazes, no Rio de Janeiro, com a instalação de uma unidade térmica de 52 KW. A primeira hidrelétrica (privada), a Usina de Ribeirão do Inferno em Minas Gerais, foi construída, em 1883, voltada para fornecer energia para a exploração mineral<sup>139</sup>.

No início do século XX, passa-se a caminhar para uma reorientação e construção de uma matriz energética, associada ao espírito emergente de modernização do país e ao padrão nascente de industrialização capitalista. Para Vieira (2012), a emergência do nacional-desenvolvimentismo de Getúlio Vargas, nos anos 30, com o processo de industrialização e urbanização, exige a constituição de um outro modelo energético assentado e remodelado sob outros pressupostos e arranjos. É nesse contexto que se cria, em 1934, o *Código de Águas*.

Paz (2006, p. 131), ao se referir a esse contexto e Código, destaca a “intervenção do Estado”, assumindo a União “o poder de conceder direitos de uso sob qualquer curso ou queda d’água, anteriormente incorporadas ao solo de acordo com o disposto na Constituição de 1891”. Com a promulgação da Constituição de 1934, fortalece-se esse caráter intervencionista em setores estratégicos considerados de interesse nacional, envolvendo aí “a expansão do aproveitamento hidrelétrico”. Isso previa “a nacionalização dos recursos naturais indispensáveis à defesa do país, cabendo ao Poder Executivo a fiscalização e revisão das tarifas, e não permitindo a existência da garantia de juros às concessionárias”<sup>140</sup>.

Com o processo urbano-industrial intensificado nesse contexto nacional-desenvolvimentista, Paz sustenta que a “apropriação da natureza” deixou de ser resultado apenas do trabalho humano ou animal, “passando a incluir a ciência e tecnologia para magnificar a produção, rompendo importantes paradigmas”, ocupando a ação política do

---

eletricidade estava ainda em fase experimental”. Sobre isso, ela cita a *Grande Exposição do Centenário de Filadélfia*, em 1876, da qual participou D. Pedro II em que conheceu Thomas Edison e Graham Bell.

<sup>139</sup> Conforme a autora, em relação a essa instalação térmica, ela “era composta por uma máquina motriz a vapor e três dinamos, com capacidade para iluminar 39 lâmpadas de forma contínua e quase sem interrupções”. A despeito da linha de transmissão da usina que ia até a mina, ela tinha 2 km de extensão. Enfatiza, ainda: “A Companhia Mineira de Eletricidade, do industrial Bernardo Mascarenhas, realizou a primeira instalação elétrica para o aproveitamento de forças hidráulicas para o serviço de utilidade pública de iluminação e energia, em Juiz de Fora, em 1889. Devido à dificuldade de determinar a opção tecnológica que melhor se adaptaria à realidade brasileira, Macarenhas decidiu construir a usina Marmelos Zero, no rio Paraibuna, com capacidade para atender a consumos tanto em corrente alternada quanto em corrente contínua. De 1883 a 1900, a potência instalada no país passou de 52 KW para 12.085 KW, sendo a maior parte originária de termelétricas” (LEMOS, 2007, p. 60).

<sup>140</sup> O Código de Águas foi estabelecido pelo Decreto nº 24.643, de 10 de julho de 1934. Em seu Artº. 139 normatiza: “O aproveitamento industrial das quedas de águas e outras fontes de energia hidráulica, quer do domínio público, quer do domínio particular, far-se-á pelo regime de autorizações e concessões instituído nesse Código”.

Estado aí papel protagonista no domínio e controle do território e dos recursos naturais, no caso os recursos hídricos, para promover o crescimento econômico, o progresso e modernização do país.

O crescimento econômico passou a ser fruto não somente da exploração extensiva da natureza, mas também dos processos intensivos em energia, ganhando estes tamanha importância que passaram a ser a base do desenvolvimento e sua disponibilidade o centro dessa ruptura. O progresso passou a ser dividido pela busca de fontes energéticas e o seu controle nada mais é do que uma ação política sobre o território (PAZ, 2006, p. 127).

Nos anos 1950, com a criação da Petrobras e a defesa de “O petróleo é nosso!”, Vieira (2012) adverte que esse é o único momento da história do país em que o “povo é mobilizado para debater e defender a sua matriz energética”. Nesse contexto, numa perspectiva de forte tendência cepalina, o nacional-desenvolvimentismo busca, por meio do Estado nacional, criar instituições e órgãos, para viabilizar seu alicerce de energia industrializante.

Para Lemos (2007, p. 62), nos primeiros cinquenta anos de desenvolvimento da indústria de energia elétrica brasileira, “o país importava praticamente todos os bens e serviços de alta tecnologia, bem como aparelhos e eletrodomésticos”. Um outro problema, além desse, é que até metade do século XX, inexistia profissional capacitado para lidar com os aspectos técnicos da construção e manutenção de usinas e sistemas elétricos.

A maioria das empresas possuía escritórios de representação ou subsidiárias no Brasil: a Thomson-Houston e depois a GE, a Ericsson, a Eletrolux, a Philips, a Westinghouse, a Siemens & Halske etc. Ao longo desses primeiros cinquenta anos, algumas empresas estrangeiras se instalaram no país para produzir componentes, usando tecnologia estrangeira e pagando a licença de uso ou *royalties* à matriz (LEMOS, 2007, p. 62).

Em meados dos anos 1960, com o golpe civil-militar, Vieira assinala a criação de um “padrão energético/elétrico tecnocrático-autoritário”. A equação desse padrão de desenvolvimento era: “quanto mais se consome energia mais se é desenvolvido. Essa era a idéia perversa”: atender a demanda específica de um setor dominante político-econômico. Ela destaca, aqui, um contraponto a esse padrão: as lutas e resistências sociais por parte de diversos setores e movimentos da sociedade brasileira (campo e cidade) contra esse modelo de desenvolvimento, em particular a essa matriz energética. Na origem dessas lutas, encontra-se o Movimento dos Atingidos do Brasil (MAB), tendo sido parte do processo de redemocratização do país.

No contexto desenvolvimentista autoritário, Lemos (2007) identifica uma relação ainda mais articulada entre a política de desenvolvimento do setor elétrico e a dinâmica de acumulação capitalista, assumindo o Estado forte papel, associado ao capital nacional e

internacional, para construir uma infraestrutura e ordenar, gestar e controlar o território nacional de acordo com essa dinâmica dominante. Nesse processo, esse controle e domínio sobre os recursos naturais assumem condição estratégica para a redefinição do território e reconfiguração da matriz energética.

[...] a expansão do setor [elétrico] também correspondeu ao processo de construção (de parte) da base material do Estado no processo de configuração do espaço nacional. Houve, portanto, um imbricamento entre a política setorial, o desenvolvimento tecnológico e o processo de intervenção estatal no território, como parte do processo geral de acumulação (LEMOS, 2007, p. 63)<sup>141</sup>.

Num corte histórico menor e diferente, Benincá (2011, p.29-30) considera que a história do setor energético do país pode ser dividida em quatro períodos. O primeiro deles, (I) *da proclamação da república (1889) à revolução de 1930*, se refere ao período em que a economia brasileira se assentava na produção agroexportadora e a energia estava baseada em fontes vegetais<sup>142</sup>. No segundo período, (II) *de 1930 a 1945*, o país deu seus primeiros passos rumo à estruturação de uma política energética, o que ocorreu em função do início do processo de industrialização, tendo como um de seus marcos regulatórios o *Código de Águas*, em 1934, como já citado.

Quanto ao terceiro período, (III) *de 1945 ao final da década de 80*, foi marcado pela intervenção direta do Estado sobre o setor energético. Durante esse regime, optou-se por embasar o desenvolvimento industrial do país na megaeletrecidade, aproveitando o potencial de grandes quantidades de rios existentes para a construção de barragens, em detrimento de outros usos<sup>143</sup>. Em especial ao período da ditadura, Benincá (2011, p. 30) destaca a violência

<sup>141</sup> Bermann (2007, p. 139) explica que “A hidreletricidade se constitui numa alternativa de obtenção de energia elétrica a partir do aproveitamento do potencial hidráulico de um determinado trecho de um rio, normalmente assegurado pela construção de uma barragem e pela conseqüente formação de um reservatório”. Ademais, esse autor adverte para “o caráter primordial com que se reveste a noção de “potencial hidrelétrico” dos cursos d’água, em contraste com outros possíveis “potenciais” – pesqueiro; irrigação; turístico; cultural; de biodiversidade. Nessa condição, acentua-se a prioridade da geração elétrica ante os demais usos das águas”, isto é, o *uso múltiplo d’água*, resguardado no campo jurídico e inerente a diversos modos de vida, é comprometido pela concepção e política dominantes dela como geração de energia elétrica e sua transformação em mercadoria (BERMANN, 2007, p. 141).

<sup>142</sup> No que tange a esse período, é importante destacar, como lembra Paz (2006, p. 132): “A Usina Hidrelétrica de Marmelo-Zero (1889), construída no rio Paraibuna em Juiz de Fora, representou o início dos empreendimentos públicos brasileiros. Já na virada do século XX, a capacidade instalada pelo serviço público era de 12.085 KW, dividida em seis termelétricas e cinco hidrelétricas. Figuram entre as principais usinas hidrelétricas do início do século XX: Usina Hidrelétrica de Parnaíba (1901), no rio Tietê; Usina de Fontes (1907); Usina de Jacu (1909); Usina de Fruteiras (1910), no Espírito Santo; Usina de Paulo Afonso (1913), em Alagoas (primeira usina do nordeste); Usina do Salto de Itupararanga (1914); Usina de Bananeiras (1920), na Bahia; Usina de Rasgão (1925), no rio Tietê; Usina de Ilha dos Pombos (1925), no rio Parnaíba”.

<sup>143</sup> Ao tratarem da complexa equação entre *potencial hidrelétrico disponível e disciplinamento de uso e ocupação do espaço*, Gomes *et al.* (2012, p. 147) lembram que, nesse período, “as soluções para a implantação de usinas hidrelétricas possíveis aos tomadores de decisão no período foram compostas por um

institucional do Estado, provocando sérios impactos socioambientais, sobretudo sofrida por populações tradicionais e da periferia das cidades “em nome do progresso”.

Ao se reportar ao contexto de meados da década de 40 até a imposição do regime ditatorial, Paz (2006) chama atenção para criação de um conjunto de empresas estatais desse setor elétrico, que passariam a compor matriz elétrica dominante da energia brasileira<sup>144</sup>.

Nesse contexto da ditadura civil-militar, Pinguelli Rosa (*apud* PAZ, 2006, p. 133-134) “distingue três períodos característicos para a questão da energia elétrica no Brasil, tendo por marco a crise do petróleo de 1973, que definiu alternativas de substituição pela eletricidade”: o primeiro, anterior a 1973, é marcado pela pujante presença da participação dos derivados do petróleo e a existência de uma política tributária apropriada à obtenção de recursos internos e externos para seus projetos de expansão; o segundo, de 1973 a 1979, caracterizado pela desaceleração da economia, que marca a criação do Programa Nacional do Alcool, a utilização do carvão mineral, o acordo nuclear com a Alemanha e a intensificação da prospecção de petróleo; e o terceiro, pós 1979, fortemente caracterizado pela crise econômica brasileira e um crescimento energético marcado pela redução dos derivados do petróleo e um aumento da demanda de hidroeletricidade<sup>145</sup>.

Ao se referir aos Grandes Projetos de Investimentos (GPIs) enquanto *modo de produção do espaço*, como os hidrelétricos no contexto desenvolvimentista, que buscam “a produção e reprodução das condições gerais de acumulação e do ordenamento territorial”, Vainer e Araújo (1992, p. 33) identificam que, ao contrário do suposto discurso de “modernização” e de “pólos de desenvolvimento”, o corolário concreto foram as denominadas “*catedrais no deserto, enclaves*, que canalizam para o exterior (da região ou do país) os impulsos dinâmicos”. Ao revés do enfretamento e diminuição das desigualdades regionais e da desconcentração industrial, ocorre um processo de “captura das periferias (recursos

---

alto potencial hidrelétrico amplamente disponível no espaço e por um baixo grau de disciplina e rigor do uso e ocupação do espaço”.

<sup>144</sup> Em outubro de 1945, o Decreto-Lei nº 8.031 instituiu a CHESF, Companhia Hidroelétrica do São Francisco, com o objetivo de colocar em funcionamento a UHE de Paulo Afonso, com 180 mil KW, o que foi conseguido dez anos depois. Em 1954, o ainda governo Vargas elaborou dois projetos de lei, o do Plano Nacional de Eletrificação e o da criação da Eletrobrás, ambos encaminhados ao Congresso. Em 1956, o governo Juscelino Kubitschek criou a primeira estatal federal do setor elétrico, posteriormente denominada Furnas Centrais Elétricas S.A. Em 1961, a Eletrobrás foi finalmente criada, sendo fruto da crise política enfrentada pelo setor na década de 1950, quando a Light e Amforp, concessionárias estrangeiras, deixaram de investir em reação ao controle estatal das tarifas. Logo em seguida, deu-se a criação da Eletrosul, em 1968, e da Eletronorte, criada em 1973. Coube a Eletrobrás delimitar as áreas de jurisdição e competências dessas empresas regionais de geração e transmissão, Eletronorte, Eletrosul, CHESF e Furnas (PAZ, 2006, p. 32).

<sup>145</sup> No que concerne à geração hidrelétrica, Pinguelli Rosa e Shaeffer (1988) afirmam que a fase de grandes obras hidráulicas teve início com a construção da Usina Hidrelétrica da Paulo Afonso I, em 1954, prosseguindo durante a década de 1960. As usinas de Tucuruí e Itaipú são frutos da “*atmosfera do milagre brasileiro*” da década de 1970 (Pinguelli Rosa; Shaeffer, 1988, *apud* PAZ, p. 134).

minerais, energéticos, etc) pelos centros hegemônicos nacionais e/ou internacionais”. Nesses moldes, aos locais de implantação desses GPIs, em grande medida, restam “a desestruturação das atividades econômicas preexistentes, o crescimento desordenado da população, desemprego, favelização, marginalização social e, quase sempre, degradação ambiental” (VAINER; ARAÚJO, 1992, p. 33).

Dado o levantamento do potencial hidrelétrico do território brasileiro (260 mil MW), em especial o amazônico (135 mil MW, mais de 50%) a ser explorado<sup>146</sup>, a *fronteira hidrelétrica*, intimamente articulada com outras frentes de expansão, como a minero-metalúrgica, a agropecuária e a madeireira, impõe-se como a mais recente expressão e forma de expansão modernizadora, segundo a lógica capitalista e colonialista na fronteira amazônica, para produção e exportação de energia como matéria-prima, reforçando e ampliando as desigualdades sociais e regionais e impactos socioambientais.

Com o processo de redemocratização, as críticas e protestos do movimento ambientalista nascente, de outros movimentos e organizações sociais e populações atingidas a esse modelo desenvolvimentista passam a ter mais visibilidade. Assim, novas questões e demandas surgem, como a ambiental e étnico-territorial, que passam a ocupar lugar de destaque na agenda pública, contribuindo para criar um arcabouço institucional e técnico-operacional para normatizar, regulamentar e orientar a política energética elétrica do país.

Nesse sentido, a esparsa lacuna institucional em relação aos marcos regulatórios socioambientais e a ausência de participação da sociedade civil que, em grande medida, outrora havia, começa a tomar novos rumos. A partir de então, em especial com a Constituição de 1988, inicia-se uma nova trajetória jurídico-política e cultural, para disciplinar, normatizar e ordenar a constituição dessa matriz energética brasileira, considerando os aspectos socioambientais (VAINER, 2007)<sup>147</sup>.

Com a Constituição Federal e as Constituições Estaduais, o final da década de 1980 e o início da década de 1990 marcaram também o avanço das legislações estaduais e a consolidação das agências ambientais de vários

<sup>146</sup> Desse potencial hidrelétrico total que passava a ser inventariado para exploração, menos de um terço era aproveitado, passando a região amazônica a ocupar lugar de destaque nesse planejamento desenvolvimentista, dado o seu imenso potencial a ser aproveitado face à carência de outras regiões.

<sup>147</sup> Em 1986, foi criado o Conselho Consultivo de Meio Ambiente da Eletrobrás (CCMA). Neste mesmo ano, a Resolução 01/86 do Conselho Nacional de Meio Ambiente (Conama) regulamentou a obrigatoriedade de realização de Estudos de Impacto Ambiental (EIA) e Relatórios de Impacto Ambiental (Rima) para fins de licenciamento ambiental. Em 1986, também, a Eletrobrás produziu os dois primeiros documentos explicitamente voltados para a questão ambiental: o Manual de Efeitos Ambientais dos Sistemas Elétricos e o Plano Diretor para a Melhoria do Meio Ambiente nas Obras e Serviços do Setor Elétrico, ainda que ela estivesse “preocupada predominantemente em assegurar as condições necessárias ao bom funcionamento de seus aproveitamentos hidrelétricos”. Em 1987, enquanto a Resolução Conama 06/87 vinha estabelecer regras para o licenciamento ambiental de obras de grande porte, especialmente de energia elétrica, era criada a Divisão (depois Departamento) de Meio Ambiente da Eletrobrás (VAINER, 2007, p. 119).

estados. No âmbito da Eletrobrás, veio à luz o Plano Diretor de Meio Ambiente do Setor Elétrico. Assim, o período foi de enorme importância para concepção, criação, instauração e início da consolidação de um aparato institucional e técnico-operacional que deveria permitir às empresas do setor elétrico atender às exigências legais. Foram criados departamentos de meio ambiente nas empresas energéticas, recrutaram-se e formaram-se quadros técnicos capacitados a incorporar a dimensão ambiental ao planejamento e execução dos projetos hidrelétricos e, *last but not least*, a conduzir negociações com as populações afetadas e suas organizações representativas (VAINER, 2007, p. 119).

Em relação a esse contexto, Gomes *et al.* (2012, p. 152), focando a relação entre o potencial hidrelétrico e o disciplinamento do uso do espaço para o planejamento desses grandes empreendimentos hidrelétricos, argumentam que, a partir de 1981, o Estado brasileiro, paulatinamente, cria e estabelece um conjunto de mecanismos regulatórios que geram condicionalidades novas, para o encaminhamento dos processos decisórios acerca do planejamento socioespacial de projetos hidrelétricos, “o que pode ser interpretado como um incremento importante no grau de disciplinamento do uso e ocupação do espaço”. Embora o período precedente tenha concorrido para um número grande de empreendimentos hidrelétricos, a década de 1980 “inicia-se ainda com grande disponibilidade de potencial hidrelétrico amplamente distribuído ao longo do território nacional”.

No entanto, essas conquistas, em grande medida, são frustradas e esvaziadas com a emergência do processo de globalização dominado pelo livre mercado. Para Benincá (2011, p. 30-31), o quarto período (IV) teve início na década de 1990 e se prolonga até os dias atuais, quando se consubstancia o *Plano Nacional de Energia Elétrica*, baseado na implantação de grandes hidrelétricas. Inspirado no modelo neoliberal, suscita um processo de privatização do setor elétrico, através do *Programa Nacional de Desestatização*. Ele sustenta que desse processo de privatização resultou “a apropriação privada de vastos territórios, florestas, rios (e de seu potencial hidrelétrico), a cobrança de altas tarifas pela utilização da luz e desemprego<sup>148</sup>”.

No que tange a esse processo de privatização e desregulamentação, Vainer (2007, p. 121) identifica um desmonte de instituições e conquistas públicas relevantes e o esmaecimento da questão socioambiental, pois, ao levar acabo esse processo (privatizar

---

<sup>148</sup> Para Benincá (2011, p. 30-31): “O sistema de privatização se consolidou a partir do Programa Nacional de Desestatização, criado em 1990, pelo presidente Fernando Collor de Melo. Em 1995, com as Leis Federais n. 8.987 e 9.074 regulamentava-se o regime de concessão de obras e serviços públicos a empresas privadas. Em 1996, ocorreu a criação da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), uma autarquia ligada ao Ministério de Minas e Energia com a função de regular e fiscalizar a produção, transmissão e comercialização de energia elétrica”. Ele ao se referir ao Setor Elétrico, engloba: “os processos de geração, transmissão, distribuição e comercialização da energia”.



empresas de geração e distribuição de energia elétrica) sem os devidos critérios e ao favorecer a grupos e setores privados a concessão de direitos de exploração de potenciais hidrelétricos, “a reestruturação não apenas rompeu com o processo anterior, como colocou em risco muito do que havia sido conquistado em termos sociais e ambientais”.

A legislação a respeito de concessões foi absolutamente omissa quanto ao tratamento a ser dado aos problemas sociais e ambientais decorrentes de grandes projetos hidrelétricos. [...] Assistiu-se, assim, ao desmonte de uma série de agências estatais, coerente com a própria opção pela desregulamentação e redução de atribuições estatais, a serem delegadas ao mercado. A nova agência reguladora – Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) – é manifestamente incompetente para dar conta das questões sociais e ambientais (VAINER, 2007, p. 119).

Ao se referir à crise do abastecimento de energia no Brasil, mais conhecido como “apagão” em 2001, Pinguelli Rosa (2001, p. 138) entende que, mais do que uma “crise de energia”, tratou-se de uma “crise do modelo econômico”, que expressou as “restrições de investimentos públicos e uma privatização restrita à venda de ativos das estatais para atrair dólares, sem atenção à expansão da oferta de energia”. Essa política energética, em particular a hidráulica, assumiu uma condição subordinada à racionalidade do mercado, marcadamente, também, colonial. O que implicou tanto o desmonte de instituições públicas quanto a exclusão de grande parte da população do acesso aos bens e serviços desse modelo energético, refletindo, por conseguinte, a reprodução de uma estrutura socioespacial desigual, isto é, um processo de “modernização às avessas” (LOUREIRO, 2001).

Nesse cenário de crise do modelo neoliberal e de emergência da agenda neodesenvolvimentista, simbolizada fortemente pela retomada do investimento público, em parceria com o setor privado, em grandes projetos e empreendimentos de infraestrutura, através do PAC como já visto, para recuperar o crescimento econômico, o discurso oficial é reelaborado e reposicionado. No documento oficial intitulado *Atlas de Energia Elétrica do Brasil* (2008), elaborado pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), sustenta-se que o “modelo institucional do setor de energia elétrica passou por duas grandes mudanças desde a década de 90”: o primeiro marcado pela privatização e o segundo caracterizado pela retomada do planejamento e gerenciamento pelo Estado com fins econômicos e sociais. Esse documento assume um posicionamento crítico à política e à gestão energética de livre mercado anterior no país, defendendo, em seu lugar, um papel mais presente do Estado na mudança do modelo do setor elétrico, uma vez que a “energia” é considerada “fator determinante para o desenvolvimento econômico e social” do Brasil (ANEEL, 2008, p. 18).

A primeira envolveu a privatização das companhias operadoras e teve início com a Lei nº 9.427, de dezembro de 1996, que instituiu a Agência Nacional

de Energia Elétrica (Aneel) e determinou que a exploração dos potenciais hidráulicos fosse concedida por meio de concorrência ou leilão, em que o maior valor oferecido pela outorga (Uso do Bem Público) determinaria o vencedor. A segunda ocorreu em 2004, com a introdução do Novo Modelo do Setor Elétrico, que teve como objetivos principais: garantir a segurança no suprimento; promover a modicidade tarifária; e promover a inserção social, em particular pelos programas de universalização (como o Luz para Todos). Sua implantação marcou a retomada da responsabilidade do planejamento do setor de energia elétrica pelo Estado (ANEEL, 2008, p. 18).

E num outro ponto desse mesmo documento, destaca-se que uma das “variáveis” para identificar uma nação como desenvolvida “é a facilidade de acesso da população aos serviços de infra-estrutura, como saneamento básico, transportes, telecomunicações e energia”.

*O primeiro está diretamente relacionado à saúde pública. Os dois seguintes, à integração nacional. Já a energia é o fator determinante para o desenvolvimento econômico e social ao fornecer apoio mecânico, térmico e elétrico às ações humanas* (ANEEL, 2008, p. 21, grifos nossos).

No campo da infraestrutura, sobressaem-se os grandes projetos energéticos, em especial de natureza hidráulica, tendo em vista ampliar e melhorar a matriz energética brasileira, de forma “renovável e limpa”, defende a Empresa de Pesquisa Energética (EPE), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (EPE/MME, 2007)<sup>149</sup>. No Plano Nacional de Energia 2030 (PNE-2030), sustenta-se que a “diversificação da matriz energética” deixou de ser considerada “um objetivo estratégico principal”, dado que ela “está definitivamente incorporada à dinâmica de sua evolução” (EPE/MME, 2007, p. 01).

Os estudos confirmam uma clara tendência nessa direção: em 1970, apenas dois energéticos (petróleo e lenha) respondiam por 78% do consumo de energia; em 2000, eram três os energéticos que explicavam 74% do consumo (além dos dois já citados, a energia hidráulica); para 2030, projeta-se uma situação em que quatro energéticos serão necessários para abranger 77% do consumo. Além do petróleo e da energia hidráulica, entram em cena a cana-de-açúcar e o gás natural, em contraponto à redução de importância da lenha. Tanto a cana-de-açúcar quanto o gás natural passam a se constituir, respectivamente, nos mais importantes energéticos da matriz nacional depois do petróleo (EPE/MME, 2007, p. 1).

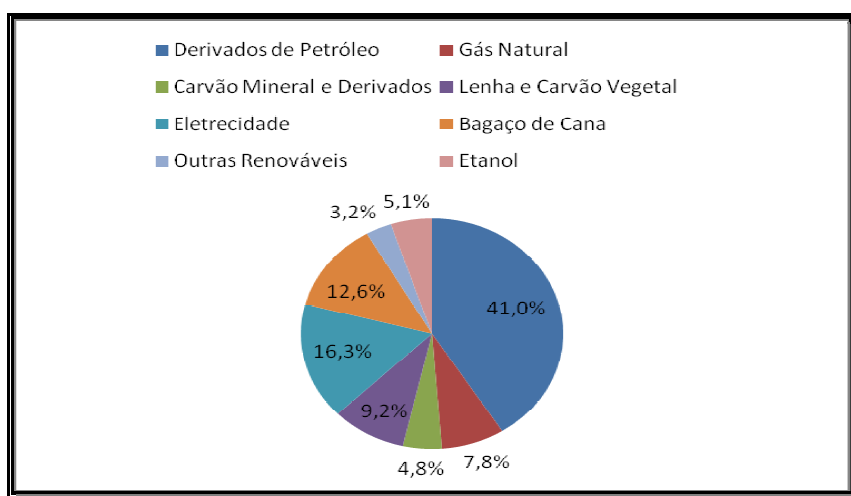
Nesse horizonte, segundo esse discurso oficial (EPE/MME, 2007, p. 1-2), como consequência da marcante presença da energia hidráulica e da elevação do uso energético da cana-de-açúcar, “a matriz energética brasileira sustenta, mesmo no longo prazo, uma proporção de fontes renováveis que a coloca entre as mais limpas do mundo”. A previsão é

<sup>149</sup> Em 2004, o governo federal implementou algumas mudanças no setor elétrico. As leis 10.847/2004 e 10.848/2004 implicaram incidência direta sobre o licenciamento de empreendimentos hidrelétricos: 1. Criação da Empresa de Pesquisa Energética (EPE), incumbida pela lei 10.847 de fazer estudos e pesquisas destinadas a subsidiar o planejamento do setor energético; 2. Os empreendimentos hidrelétricos só poderão ir a leilão depois de obtida a licença prévia - LP, a primeira de um conjunto de 3 licenças ambientais necessárias à instalação e operação de empreendimentos hidrelétricos.

que, em 2030, 45% de toda a energia consumida no país será renovável. E enfatiza: “O aproveitamento energético da cana na produção do etanol e na geração de energia elétrica, além do aproveitamento do potencial hidrelétrico da Amazônia, serão elementos fundamentais nessa estratégia”.

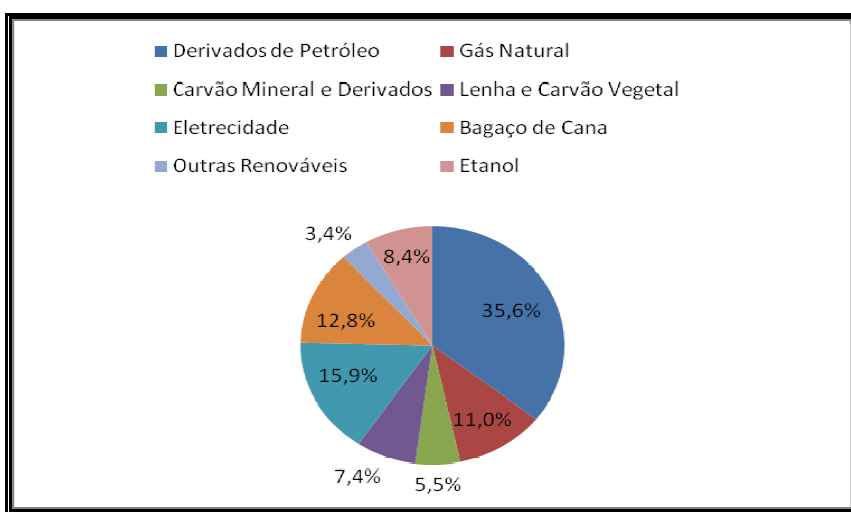
Considerando a *Evolução do Consumo Final Energético por Fonte*, projetada entre 2011 e 2020, a matriz energética brasileira, conforme o *Plano de Decenal de Expansão de Energia 2020* (2011), apresenta o seguinte quadro (*Vide* figuras abaixo):

Figura 5 - Matriz Energética 2011



Fonte: Brasil, 2011

Figura 6 - Matriz Energética 2020



Fonte: Brasil, 2011

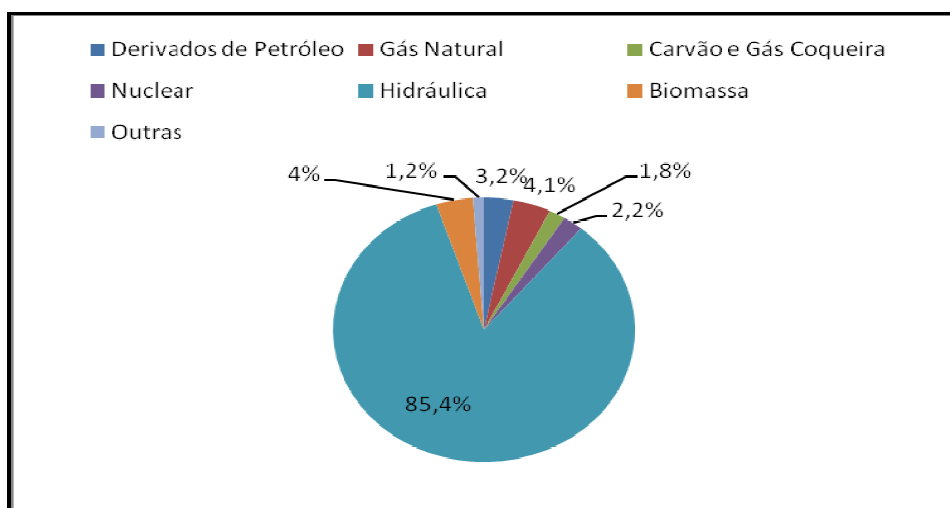
Segundo a EPE, esse quadro identifica que as *fontes renováveis* – biocombustíveis líquidos, bagaço de cana, lenha, carvão vegetal e outros – apresentarão incremento de participação no consumo final de energia ao longo deste período, passando de 30,1%, em 2011, para 31,8% em 2020. Dentre os combustíveis fósseis, o gás natural terá sua participação

aumentada de 7,8%, em 2011, para 11,0% em 2020. O carvão mineral, juntamente com o coque, apresentará evolução na participação, ao longo do decênio, de 4,8% em 2011 para 5,5% em 2020. Os derivados de petróleo, por sua vez, registrarão queda, saindo de 41,0% para 35,6% até 2020. Com isso, a participação dos combustíveis fósseis no consumo final decrescerão de 53,6% para 52,1%, entre 2011 e 2020 (EPE/MME, 2011).

Consoante esse mesmo quadro, o consumo de eletricidade, nessa projeção, apresentará perda de participação ao longo do decênio, baixando de 16,3% para 15,9%. Apesar do crescimento do consumo per capita de eletricidade, esta redução será fortemente influenciada pela incidência de ações de eficiência energética, que contribuirão para uma redução total de consumo em 2020 equivalente a, aproximadamente, 34 TWh, sendo o setor industrial o principal contribuinte para a eletricidade a ser conservada, seguido pelos setores residencial e comercial (EPE/MME, 2011).

Ao tratar da *Matriz Energética Elétrica*, em especial aquela produzida e gerada pelos recursos hídricos, os dados apontavam que eles eram responsáveis por um pouco mais de 85% da energia. Indicavam ainda que as “Fontes renováveis” dessa matriz somavam 89,3%, assumindo a fonte hídrica a quase totalidade desse percentual (MME, 2005 *apud* BENINCÁ, 2011)<sup>150</sup>.

Figura 7 - Matriz Energética Elétrica 2005



Fonte: MME, 2005, *apud* Benincá, 2011, p. 35.

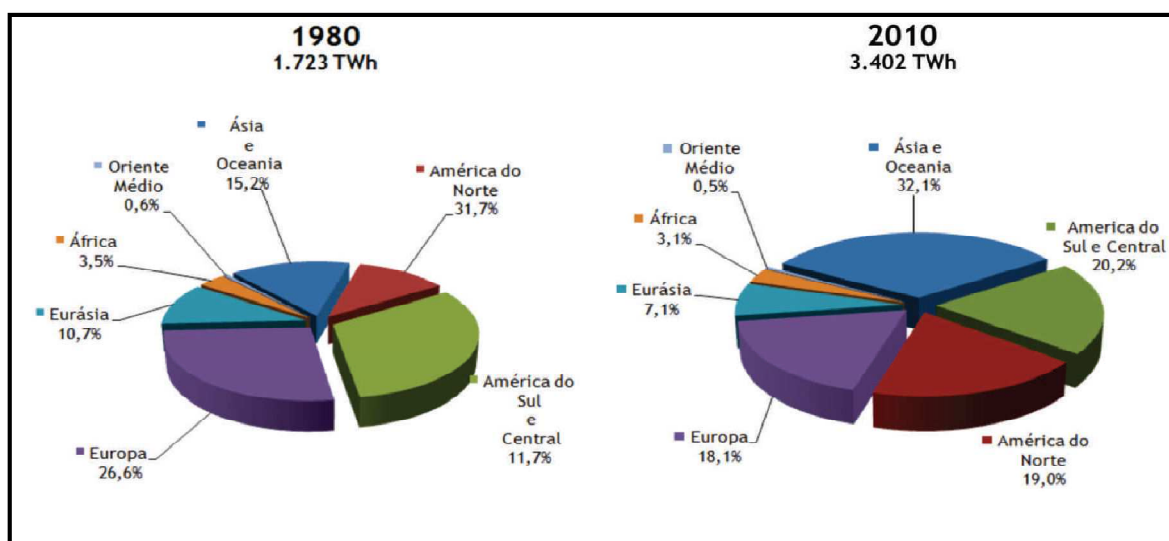
Tomando como base os estudos da Agência Internacional de Energia para o período de 1973-2006, o *Atlas da Energia Elétrica do Brasil* (2008) assinala que, nos últimos 30 anos, “a oferta de energia hidrelétrica aumentou em apenas dois locais do mundo: Ásia, em particular na China, e América Latina, em função do Brasil, país em que a hidreletricidade responde

<sup>150</sup> O referido autor adverte que está incluída nesses dados a “importação de energia de Itaipu”, de 461,6 TW/h.

pela maior parte da produção da energia elétrica”. Esses dois países assumem a condição de maiores consumidores de energia hidrelétrica do mundo, sendo a China em primeiro e o Brasil em segundo (ANEEL, 2008, p. 52)<sup>151</sup>.

No âmbito da *Geração hidrelétrica por região no mundo*, segundo o *Anuário Estatístico de Energia Elétrica 2013*, considerando o ano de 2010, a América do Sul e Central alcançou a segunda posição, atrás da Ásia e Oceania (EPE/MME, 2013, p. 30)<sup>152</sup>.

Figura 8 - Geração hidrelétrica por região no mundo (1980-2010)



Fonte: Anuário Estatístico de Energia Elétrica – EPE/MME, 2013

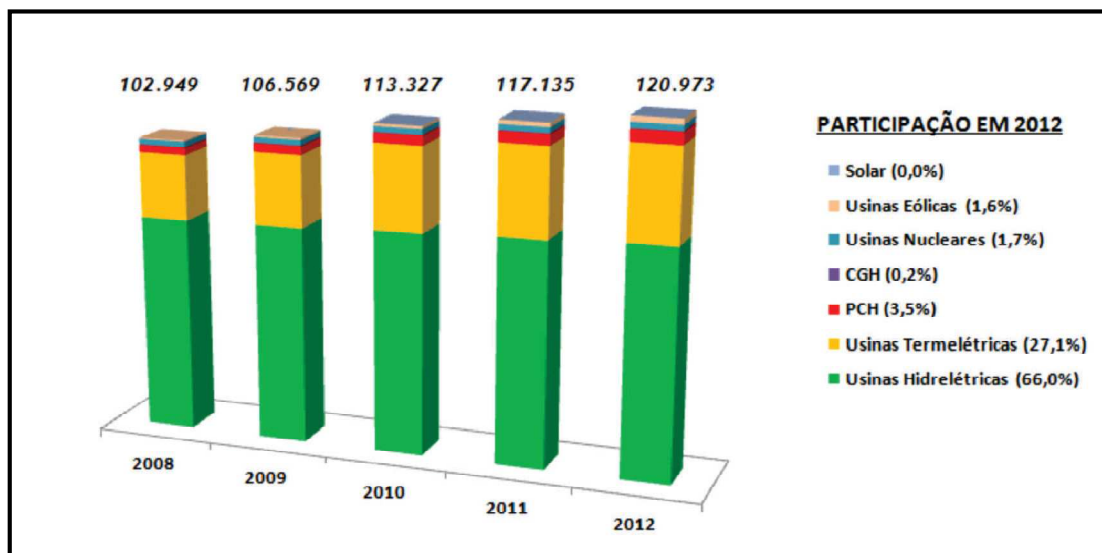
Segundo a EPE, no período de 2003 a 2010, ocorreu uma “forte expansão do parque gerador de energia elétrica no Brasil”, saltando de 85.857MW, em 2003, para 113.327MW, em 2010, levando a mudanças nessa matriz energética. Uma dessas foi a redução do percentual da energia hídrica de 77%, em 2003, para 68%, em 2010 e, também, do petróleo, de 8% para 7%, no mesmo período. Outra mudança foi o aumento apontado na energia de biomassa (de 3% para 7%); de gás natural (de 8% para 11%) e de pequenas centrais hidrelétricas (de 1% para 3%). Isso implicou um aumento nas “fontes alternativas renováveis” de energia de 3,371MW (4%, em 2003) para 12.275 MW (11%, em 2010) e uma redução nas “fontes renováveis” de 81% para 79% (TOLMASQUIM, 2011, p. 2-3).

<sup>151</sup> Nesse mesmo estudo, em relação à *Participação da hidreletricidade na produção total de energia elétrica em 2006*, o Brasil alcança a segunda posição (83%) mundial, perdendo somente para Noruega (98,5%).

<sup>152</sup> Conforme esse mesmo *Anuário Estatístico de Energia Elétrica 2013*, quando considerada a “Geração Elétrica no Mundo”, referente ao ano de 2010, o Brasil ocupa o 9º lugar com 2,3%. Os EUA, China e Japão ocupam, respectivamente, a 1ª (20,3%), 2ª (19,3%) e 3ª (5,2%) posições. Quando se considera a “Geração Elétrica por Região no Mundo”, a América do Sul e Central ocupa a 5ª posição com 5,4%. A Ásia/Oceania, a América do Norte e a Europa ocupam, respectivamente, 1ª, 2ª e 3ª posições. O Brasil, ainda, ocupa a 4ª posição mundial (6,0%) como um dos países que mais importam energia elétrica (EPE/MME, 2013, p. 22-23 e 49).

Ao tratar da *Capacidade instalada de geração elétrica por tipo de usina* entre 2008 e 2012, esse *Anuário Estatístico de Energia Elétrica* apresenta até 2012 um aumento dessa capacidade efetiva de geração elétrica do país, contudo, evidencia uma reduzida diversificação e participação de fontes alternativas renováveis, como a Solar e Eólica.

Figura 9 - Capacidade instalada de geração elétrica por tipo de usina (2008-2012)



Fonte: Anuário Estatístico de Energia Elétrica – EPE/MME, 2013

No que tange à *Capacidade Instalada por Região no Brasil*, a região Norte ocupa a 4ª posição, o Sudeste, Sul e Nordeste ocupam, respectivamente, 1ª, 2ª e 3ª posições.

Quadro 6 - Capacidade Instalada por Região no Brasil (em MW) – 2012

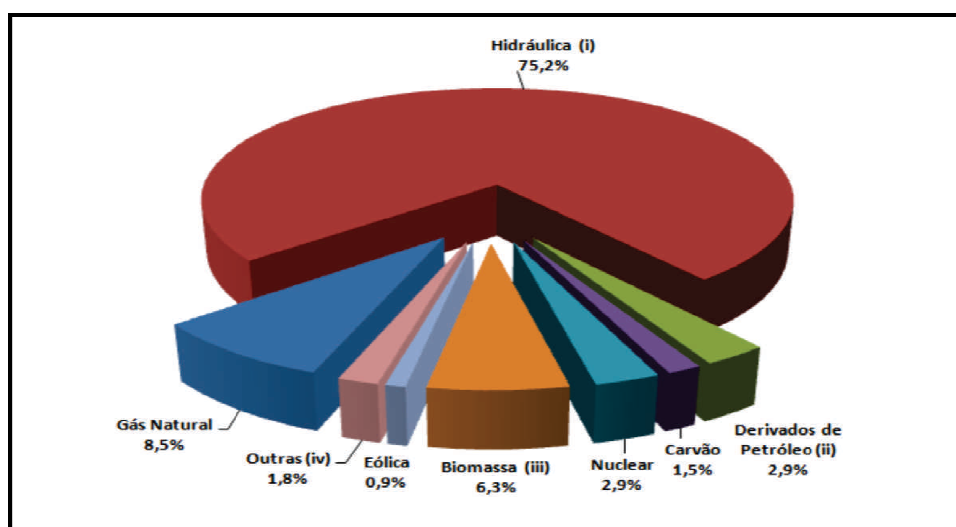
<b>BRASIL</b>	120.973	100%
<b>Norte</b> <sup>153</sup>	16.934	14%
<b>Nordeste</b>	19.788	16,4%
<b>Sudeste</b>	40.227	33,3
<b>Sul</b>	29.396	24,3
<b>Centro-Oeste</b>	14.627	12,1

Fonte: Anuário Estatístico de Energia Elétrica – EPE/MME, 2013

Quanto à *Geração elétrica por energético no Brasil*, esse documento evidencia a participação de destaque de *fonte hídrica* (75,2%), uma redução dos derivados de petróleo, mas a Solar e Eólica ocupam, ainda, um papel bastante residual nessa geração elétrica e em sua matriz energética. O seguinte gráfico apresenta:

<sup>153</sup> Nessa região, o Estado do Pará é responsável por mais de 50% da capacidade efetiva, com 8.933 MW (52,8%), ao passo que o Acre apresenta a mais baixa capacidade instalada com 161 MW (1,0%).

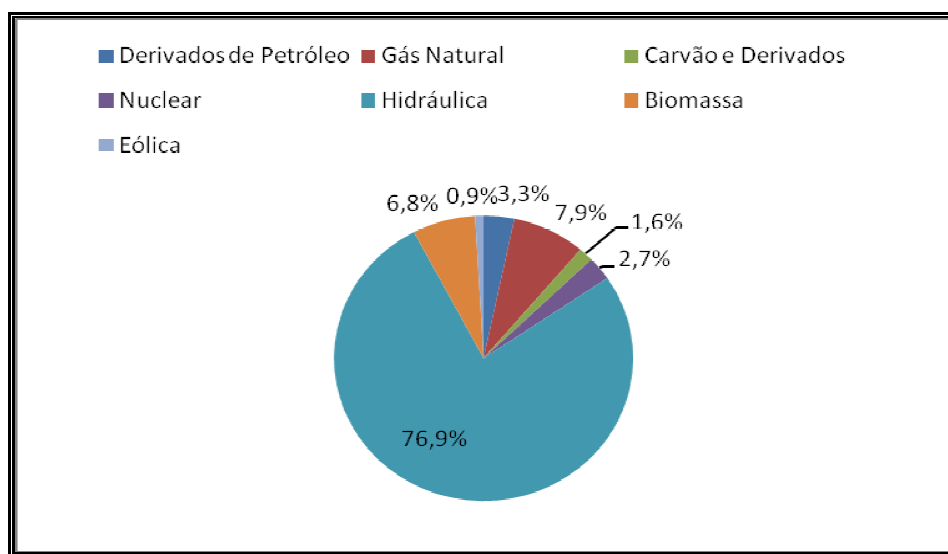
Figura 10 - Geração Elétrica por Energético no Brasil - 2013



Fonte: Anuário Estatístico de Energia Elétrica – EPE/MME, 2013

Ao conceber como base a *Oferta Interna de Energia Elétrica por Fonte – 2012*, presente no Balanço Energético Nacional (2013), a EPE apresenta o seguinte gráfico:

Figura 11 - Oferta Interna de Energia Elétrica por Fonte – 2012



Fonte: Balanço Energético Nacional EPE/MME, 2013

Esse documento compreende que o Brasil apresenta uma matriz energética elétrica, predominantemente, “renovável”, sendo a geração hidráulica responsável por mais de 70% da sua oferta interna. Somada às importações, sustenta esse documento, que essencialmente também são de origem renovável, afirma-se que 85% da eletricidade no Brasil são oriundas de fontes renováveis (EPE/MME, 2013).

Um dos fundamentos da sustentabilidade econômica de um país é a sua capacidade de prover logística e energia para o desenvolvimento de sua produção, com segurança e em condições competitivas e ambientalmente sustentáveis. Podemos afirmar que o Brasil tem feito seu “dever de casa” na

área energética, tanto que é citado como referência internacional na produção de petróleo em águas profundas, na produção de etanol, no seu parque de geração hidrelétrica, no exponencial aproveitamento da energia eólica, no seu extenso e integrado sistema de transmissão de energia elétrica e, especialmente, na renovabilidade de sua matriz tanto energética quanto de produção de energia elétrica (TOMALSQUIM, 2012, p. 249).

No Plano Nacional de Energia 2030, a Empresa de Pesquisa Energética projeta que, em relação “às fontes de produção”, a energia de fonte hidráulica, manterá sua posição de liderança, todavia, “sua participação na matriz elétrica, refletindo principalmente pressões ambientais e também limites de capacitação da indústria nacional, deverá cair da elevada proporção de 90% em 2005 para pouco mais de 75% em 2030”.

Em contrapartida, a geração térmica (nuclear, gás natural e carvão mineral) deverá mais que dobrar sua participação, dos atuais 8% para quase 18%. As fontes renováveis não-hidráulicas (biomassa da cana, centrais eólicas e resíduos urbanos) também experimentarão crescimento expressivo, passando a responder por cerca de 5% da oferta interna de eletricidade. Em 2030, a capacidade instalada do país ultrapassará os 220.000 MW. Ao final de 2005, estava pouco além de 90.000 MW (EPE/MME, 2007, p. 06).

Em relação aos *Intercâmbios entre subsistemas do Sistema Interligado Nacional em 2012*, é possível identificar as setas convergirem, concentradamente, para os eixos sul-sudeste e nordeste, reforçando e reproduzindo a condição da região amazônica de exportadora de energia e a lógica de desenvolvimento voltada para *fora* e pensada a partir de *fora*.

Figura 12 - Intercâmbios entre subsistemas do Sistema Interligado Nacional (2012)



Fonte: Anuário Estatístico de Energia Elétrica – EPE/MME, 2013



O *Consumo de energia elétrica no Brasil por Classe*<sup>154</sup>, com referência ao ano de 2012, é dominado pelo setor industrial com mais de 40%, seguido pelo residencial (26,3%) e pelo comercial (17,7%), respectivamente:

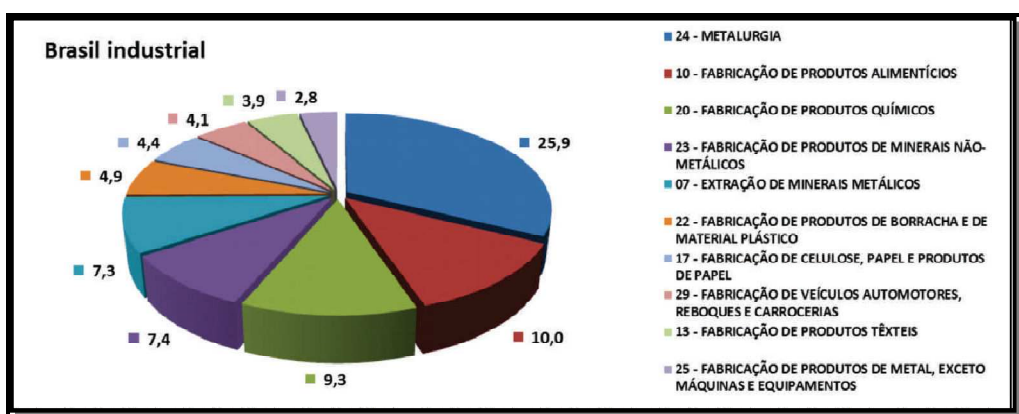
Quadro 7 - Consumo de energia elétrica no Brasil por Classe-2012 (GW/H)

<b>BRASIL</b>	448.117	100,0%
<b>Residencial</b>	117.646	26,3%
<b>Industrial</b>	183.475	40,9%
<b>Comercial</b>	79.238	17,7%
<b>Rural</b>	22.952	5,1%
<b>Poder público</b>	14.077	3,1%
<b>Iluminação pública</b>	12.916	2,9%
<b>Serviço público</b>	14.525	3,2%
<b>Próprio</b>	3.288	0,7%

Fonte: Anuário Estatístico de Energia Elétrica – EPE/MME, 2013

No tocante ao *Consumo industrial de energia elétrica no Brasil*, ano base 2012, verifica-se que o setor da *metalurgia* assume a condição de maior consumidor, com 25,9%, seguido do setor de *fabricação de produtos alimentícios* (10%) e *fabricação de produtos químicos* (9,3%).

Figura 13 - Consumo Industrial de Energia Elétrica no Brasil (2012)

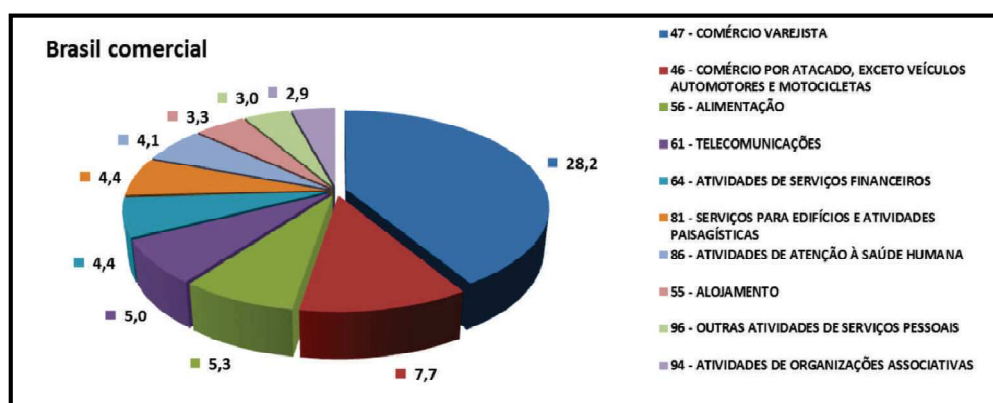


Fonte: Anuário Estatístico de Energia Elétrica – EPE/MME, 2013

Em relação ao *Consumo Comercial de Energia Elétrica no Brasil*, o setor do *comércio varejista* é o maior consumidor, com 28,2%.

<sup>154</sup> Segundo denominação do Anuário Estatístico de Energia Elétrica (EPE/MME, 2013).

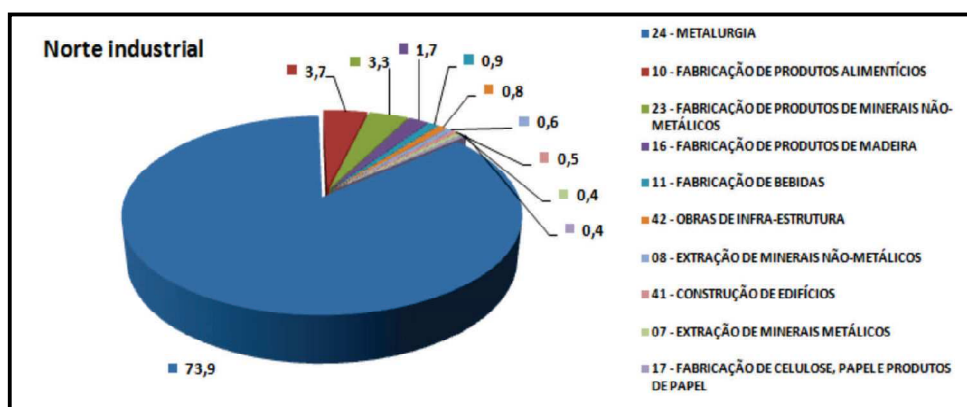
Figura 14 - Consumo Comercial de Energia Elétrica no Brasil (2012)



Fonte: Anuário Estatístico de Energia Elétrica – EPE/MME, 2013

Quando considerado o *Consumo Industrial de Energia* por região, no caso da região Norte, o setor da metalurgia consome aproximadamente 74%.

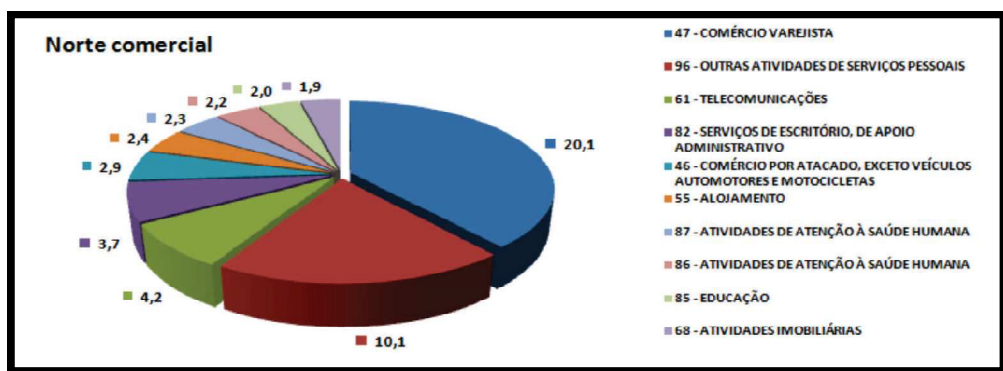
Figura 15 - Consumo Industrial de Energia por região (2012)



Fonte: Anuário Estatístico de Energia Elétrica – EPE/MME, 2013

Quando considerado o *Consumo Comercial de Energia* na região Norte, o setor varejista consome mais de 20%.

Figura 16 - Consumo Comercial de Energia na região Norte (2012)



Fonte: Anuário Estatístico de Energia Elétrica – EPE/MME, 2013

Para cientistas e pesquisadores críticos desse modelo energético e de desenvolvimento, os discursos oficiais acima apresentados não devem ser tomados como consensuais e muito menos acabados. Ao tratar do panorama da matriz energética em nível mundial, Célio Bermann (2012b) identifica que, diante de um contexto de aquecimento global e da necessidade de mudança da matriz energética, por meio de uma política de investimento em energias alternativas renováveis para a produção de eletricidade, “não houve nenhum aumento dos incentivos ao consumo de energia de fontes renováveis do que combustíveis fósseis”. Para ele, “os subsídios ao consumo de combustíveis fósseis no mundo continuam a disparar em relação aos exíguos incentivos ao uso de fontes renováveis” (BERMANN, 2012b, p. 17).

Não obstante reconheça que o Brasil avançou na construção da produção de eletricidade, através de uma matriz energética elétrica não assentada, predominantemente, em combustíveis fósseis, dada sua fonte principal de base hidráulica, Bermann (2012, p. 18) salienta, entretanto, que “nem a energia eólica nem a solar aparecem no quadro de oferta de eletricidade. A presença da energia eólica só assumiu uma maior escala nos últimos dois anos, muito embora ela ainda não alcance 1% da oferta”.

A tratar da relação entre *hidrelétrica e a questão ambiental*, Bermann (2007, p. 141) sustenta que é “com frequência que empreendimentos hidrelétricos têm se revelado insustentáveis, no cenário internacional e particularmente no Brasil”, acrescentando que esse marco insustentável “pode ser estabelecido a partir de critérios que identificam os problemas físico-químico-biológicos decorrentes da implantação e da operação de uma usina hidrelétrica, e da sua interação com as características ambientais do seu *locus* de construção”<sup>155</sup>.

Ao abordar as *Questões sociais nos empreendimentos hidrelétricos*, ele ressalta que, particularmente, em relação às populações ribeirinhas atingidas por esses grandes empreendimentos, “essas são invariavelmente desconsideradas diante da perspectiva da perda irreversível das suas condições de produção e reprodução social, determinada pela formação do reservatório” (BERMANN, 2007, p. 142).

As usinas hidrelétricas construídas até hoje no Brasil resultaram em mais de 34.000 km<sup>2</sup> de terras inundadas para a formação dos reservatórios, e na expulsão – ou “deslocamento compulsório” – de cerca de 200 mil famílias, todas elas populações ribeirinhas diretamente atingidas. Com frequência, a construção de uma usina hidrelétrica representou para essas populações a

---

<sup>155</sup> Bermann (2007, p. 141) identifica um conjunto de problemas dessa natureza, dentre eles destacamos: alteração do regime hidrológico, comprometendo as atividades à jusante do reservatório; emissão de gases de efeito estufa, particularmente o metano, decorrente da decomposição da cobertura vegetal submersa definitivamente nos reservatórios; problemas de saúde pública, pela formação dos remansos nos reservatórios e a decorrente proliferação de vetores transmissores de doenças endêmicas.

destruição de seus projetos de vida, impondo sua expulsão da terra sem apresentar compensações que pudessem, ao menos, assegurar a manutenção de suas condições de reprodução num mesmo nível daquele que se verificava antes da implantação do empreendimento (BERMANN, 2007, p. 142).

Esse autor chama a atenção para questão da *Gestão democrática dos recursos hídricos*, que esses grandes projetos e empreendimentos devem carregar. Contudo, ele identifica um conjunto de limitações para essa efetiva gestão democrática, posto a reprodução histórica e marca desses projetos e empreendimentos hidrelétricos, em grande medida, de políticas e práticas autoritárias.

A busca de legitimação parece orientar os mecanismos e os procedimentos de participação. O ideário democrático que a alimenta também impõe algumas limitações. Elas se referem ao princípio majoritário como um procedimento decisório democrático, utilizado para representar a vontade de uma maioria em detrimento dos demais, identificados como minoria (BERMANN, 2007, p. 144).

Ele propõe outra perspectiva e procedimento, mas assinala que impera o tempo funcional e efêmero do empreendimento em detrimento do tempo, ou melhor dos tempos e territórios dos povos e comunidades tradicionais diretamente atingidos, considerados como “minorias”.

O estabelecimento de um consenso significa o reconhecimento dos interesses divergentes que devem ser considerados e incorporados no processo de negociação. Em realidade, a busca pelo consenso impõe a necessidade de um tempo maior para a decisão, o que torna esse procedimento de difícil aceitação quando as situações (e os interesses) impõem a necessidade de decisões rápidas. Por exemplo, as decisões referentes à construção de usinas de geração de eletricidade têm sido expostas com frequência às perspectivas de um suposto aumento dos riscos de déficit de energia, alimentadas pela síndrome do blecaute. Nessas situações, a persistência de populações atingidas no reconhecimento de seus direitos é vista como uma ação contrária à vontade de uma “maioria que quer energia” (BERMANN, 2007, p. 144).

Essas diversas razões levam Bermann (2007) a questionar a tese de que a energia hidrelétrica é uma fonte energética “limpa, renovável e barata”. Por outro lado, ele adverte para não se cair no risco da *demonização da hidreletricidade*.

A avaliação da hidreletricidade como alternativa de geração no Brasil não deve ser entendida como uma restrição absoluta. À luz das questões aqui levantadas, não se trata de demonizar os empreendimentos hidrelétricos, mas sim de apontar as restrições sociais e ambientais que estão presentes e que devem ser efetivamente consideradas para que a expansão da hidreletricidade no país seja conduzida de forma socialmente justa e ambientalmente sustentável (BERMANN, 2007, p. 149).

Nessa mesma linha crítica, Phillip Fearnside e Brent Millikan (2012) sustentam que os grandes projetos e empreendimentos hidrelétricos têm sido ilustrados por seus defensores

como “fonte de ‘energia limpa’ para estimular o ‘crescimento econômico sustentável’” ou “de acordo com a ‘economia verde’”.

No Brasil, essa caracterização de hidrelétricas, reforçada através de bem-financiadas campanhas publicitárias, está vinculada a tentativas de convencer a opinião pública da necessidade de construir uma quantidade sem precedentes de barragens na Amazônia, financiadas com dinheiro público. A caracterização destes empreendimentos como energia limpa também é útil para facilitar o acesso a créditos de carbono (p. ex. via o Mecanismo de Desenvolvimento Limpo – MDL) por seus empreendedores e outros incentivos econômicos (FEARNSIDE; MILLIKAN, 2012, p. 49).

No entanto, eles se contrapõem a essa tese, demarcando e delineando um conjunto de impactos produzidos por esses empreendimentos hidrelétricos, dentre os quais eles destacam: Perdas por Inundação e Descaracterização de Atingidos; Impactos à Jusante; Impactos à Montante; Mercúrio e Cascatas de Barragens (FEARNSIDE; MILLIKAN, 2012)<sup>156</sup>.

A discussão, transparência e demonstração dos reais impactos das hidrelétricas que minimizam seus benefícios, em comparação com a imagem que a indústria hidrelétrica e o Governo tem promovido, e em comparação com muitas outras opções de geração de energia, fornecem uma forte razão para uma mudança no setor de energia do Brasil, incluindo a eliminação das exportações de produtos intensivos em energia, o incentivo à eficiência, e o investimento em fontes eólica e solar (FEARNSIDE; MILLIKAN, 2012, p. 49).

Ao tratar dessa questão da relação entre hidrelétrica e “energia limpa”, um dos nossos entrevistados, pesquisador do Instituto Amazônia Solidaria e Sustentável (IAMAS) e ativista do Movimento Xingu Vivo para Sempre, apoiando-se em cientistas como Phillip Fearnside, Célio Bermann e outros, explica:

Tem vários problemas nesse discurso. Por exemplo, a ideia que as hidrelétricas são limpas, diferentemente das termoelétricas que provocam a emissão de gases poluentes, como o gás carbônico, a gente se remete e reivindica as pesquisas. O pesquisador Phillip Fearnside do INPA do Amazonas, mas não só eles, pesquisadores da USP Célio Bermann, Francisco Hernandez e Sevá Filho da Unicamp. Em seus estudos, eles apresentam a emissão de gás metano pelas hidrelétricas, considerado mais agressivo do que o gás carbônico no aquecimento global (informação verbal)<sup>157</sup>.

Em relação ao tema da *eficiência energética* e sua relação com o *crescimento econômico* do país e com a sustentabilidade, o *Informe sobre o Plano Nacional de Energia 2030* (PNE-2030) é categórico ao fazer referência a essa relação: “A diretriz básica de

<sup>156</sup> Eles identificam e abordam os pontos para demonstrar a fragilidade desse discurso de “energia limpa” com bases nesses projetos hidrelétricos: Perdas por Inundação e Descaracterização de Atingidos; Impactos à Jusante; Impactos à Montante; Mercúrio e Cascatas de Barragens (FEARNSIDE; MILLIKAN, 2012).

<sup>157</sup> DCMXV. *Entrevista*. [mar. 2012]. Entrevistador: Sérgio Roberto Moraes Corrêa. 2012.

produzir energia de forma sustentável, segura e competitiva leva, necessariamente, a que se dê especial atenção ao uso mais eficiente da energia”.

Uma medida dinâmica dessa eficiência é dada pela evolução do conteúdo energético do PIB. Desde 1980, nota-se um aumento da intensidade energética, explicado pelo estágio de desenvolvimento econômico do país, em especial de sua indústria. No curto prazo, esse indicador ainda crescerá, em face da existência de componentes inerciais na oferta e na demanda de energia. Contudo, essa tendência será revertida a médio e longo prazo, na medida em que ações de eficiência energética produzam resultados mais efetivos. Nessas condições, o conteúdo energético do PIB em 2030 será aproximadamente igual ao de 1990, porém a economia será quatro vezes maior (EPE/MME, 2007, p. 2).

Essa acepção associa autossustentação energética à redução da “dependência externa”.

No que tange à dependência externa, este indicador, que chegou a ser de mais de 40% em 1980, vem se reduzindo gradativamente, como reflexo dos esforços para aumento da produção doméstica de petróleo. De acordo com dados do Balanço Energético Nacional 2006, publicado pela EPE, a dependência externa, que era de 25% em 1990, caiu para 22% e 10% em 2000 e 2005, respectivamente. O percentual de 2005 é mantido até 2030. Os principais energéticos importados serão o gás, o carvão (para uso na indústria siderúrgica, principalmente) e a energia elétrica, concentrada em Itaipu e outros eventuais projetos binacionais (EPE/MME, 2007, p. 2).

Ao chamar atenção para o limite da relação entre PIB e planejamento energético, Moreira (2012, p. 23) questiona a visão economicista que vem pautando esse planejamento, desconsiderando outras dimensões e problemas da sociedade. Segundo a referida autora,

O grande problema do PIB é que ele não registra a quantidade de riquezas não renováveis que estamos retirando das futuras gerações e, por consequência, não registra as perdas irreversíveis decorrentes do esgotamento do uso de recursos não renováveis. No último meio século, a economia global, medida pelo somatório dos PIBs dos países cresceu cinco vezes, e, em contrapartida aproximadamente 60% dos ecossistemas mundiais foram degradados. Este fato é reflexo de uma regra bastante óbvia: A economia é um subsistema de um sistema ecológico finito, o planeta. Logo, se um subsistema está em expansão contínua dentro de um sistema limitado, é apenas uma questão de tempo para que o subsistema entre em colapso (MOREIRA, 2012, p. 23).

Ao defender “a superação do PIB como indicador de progresso”, Moreira sugere um outro ponto de vista para se olhar essa relação entre planejamento, eficiência energética e crescimento econômico, considerando outras dimensões da realidade. Para ela,

Assim, o PIB considera a produção de riqueza constante em bens e serviços finais, mas não contabiliza as condições em que estes foram criados. Ou seja, o PIB não registra o quanto de energia, água, ar, solo, floresta, minerais, biodiversidade e vidas foram gastos, nem contabiliza monetariamente a degradação de recursos naturais e de comunidades afetadas pela atividade da produção de tais bens e serviço (MOREIRA, 2012, p. 23).

Ela arremata, sustentando que essa “fixação pelo aumento do PIB” restringe o foco “para única e exclusivamente bens e serviços de consumo finais”, gerando um *gap* em relação ao meio ambiente. Nesse sentido, esse reducionismo ao crescimento econômico “afasta as pessoas da natureza extrapolando os limites do planeta e ainda aumentando a desigualdade social. O aumento no investimento em mais hospitais, escolas, transporte coletivo, saneamento, e eficiência energética não se traduzem no PIB” (MOREIRA, 2012, p. 23).

Ao se referir a esse cenário atual da política energética brasileira, em especial de fonte hidráulica, Benincá (2011) argumenta:

No ano 2000, a Comissão Mundial de Barragens registrava a existência de 594 grandes barragens no Brasil, a estas deve-se somar mais 494 hidrelétricas de grande porte previstas pela Eletrobrás para implantação até 2015, além de múltiplas Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs). Segundo síntese elaborada pelo MAB, com base em dados do Ministério de Minas e Energia e da Eletrobrás, 1443 projetos de barragens estão inventariados ou com estudo de viabilidade para serem construídos até 2030 no país. Vale enfatizar que a multiplicação de barragens resulta da opção governamental a partir de uma visão desenvolvimentista e, especialmente sob o governo Lula, como mecanismo de Aceleração do Crescimento (BENINCÁ, 2011, p. 32).

Não obstante a matriz discursiva hegemônica acerca do modelo e da política energética brasileira não seja homogênea e monolítica, posto que seu próprio campo expressa um conjunto de percepções e posições tensas e conflitivas, é, contudo, muito forte a defesa e vocalização em torno de uma matriz energética “limpa e “renovável” e de baixo custo, assumindo a energia elétrica hídrica sua fonte principal junto com o crescimento de outras fontes alternativas renováveis. Isso aponta para a maior diversificação dessa matriz energética elétrica, reduzindo a dependência em relação aos combustíveis fósseis, apresentando-se, assim, enquanto referência mundial de sustentabilidade energética.

No entanto, esse discurso dominante defende e aponta a urgência de expansão e aumento de sua capacidade instalada, em especial para a região amazônica, a fim de dar continuidade à conformação dessa “matriz limpa e renovável” em relação ao crescimento econômico do país e promover o seu desenvolvimento em bases “sustentável” e com “inclusão social”. É possível, portanto, perceber nessa perspectiva, o vínculo inerente entre crescimento econômico e planejamento energético, via construção de grandes empreendimentos hidrelétricos, como parte da política de desenvolvimento reposta e protagonizada pelo Estado, em parceria com o setor privado nacional e internacional, para promover a dinâmica de modernização do país e sua inserção no mercado regional e global como “potência emergente” na sociedade capitalista contemporânea.

No campo crítico a esse discurso e perspectiva dominantes, que, também, não é homogêneo e monolítico, mas sim diverso e tenso, é possível identificar uma crítica à matriz energética brasileira e ao modelo de desenvolvimento assentado em grandes empreendimentos de infraestrutura, em particular expressos na construção de usinas hidrelétricas. Para seus críticos, a tese da energia hidráulica como fonte “limpa, renovável e barata” é contestável e frágil, dado os profundos impactos sociais e ambientais que esses empreendimentos hidrelétricos provocam e produzem. Ademais, sustentam que esse modelo dominante assenta-se sobremaneira numa abordagem economicista, preocupada com a produtividade, a “aceleração do crescimento” e do consumo, em detrimento das dimensões social e ambiental. Para eles, o discurso dominante busca construir um consenso junto à opinião pública para levar a cabo a expansão desses grandes empreendimentos e de seu modelo neodesenvolvimentista, a fim de transmitir uma ideia de desenvolvimento econômico, inclusão social e sustentabilidade. Entretanto, a matriz energética elétrica e seu modelo de desenvolvimento apresentam um conjunto de contradições e provocam sérios problemas sociais e ambientais, reproduzindo, historicamente, um ordenamento socioterritorial desigual e excludente, que aflora um conjunto de conflitos territoriais e ambientais.

Nesse quadro panorâmico da matriz energética elétrica brasileira, é possível, portanto, evidenciar discursos e perspectivas diferentes e conflitantes, que inscrevem posições e campos em tensão acerca do modelo de desenvolvimento e de sua matriz energética. Na sequência, passamos a discutir como tal matriz repercute na região amazônica, especialmente por meio dos grandes empreendimentos hidrelétricos.

### 3.2 A AMAZÔNIA E OS GRANDES PROJETOS HIDRELÉTRICOS: A EXPANSÃO DA FRONTEIRA HIDRELÉTRICA

Nesse cenário geopolítico e econômico, o lugar da Região Amazônica vem sendo disputado no desenvolvimento do Brasil no século XXI, mas, também, em nível regional e global. A Região reforça sua condição estratégica na dinâmica de desenvolvimento do capitalismo nessas escalas, sobretudo para suprir de energia os grandes empreendimentos nacionais e transnacionais, em especial os minero-metalúrgicos, a fim de intensificar e expandir o mercado de *commodities*.

No Mapa do *Potencial e Aproveitamento Hidrelétrico por Bacia Hidrográfica – 2008* (ANEXO 2), destacam-se os casos das Bacias do Amazonas e do Araguaia-Tocantins, que somam juntas 134 mil MW de potencia ainda pouco aproveitadas.



Conforme o *Atlas de Energia Elétrica do Brasil* (2008), o país apresenta um potencial hidrelétrico de 260 mil MW, mas destes, “pouco mais de 30% se transformaram em usinas construídas ou outorgadas. De acordo com o Plano Nacional de Energia 2030, o potencial a aproveitar é de cerca de 126.000 MW. Desse total, mais de 70% estão nas bacias do Amazonas e do Tocantins/Araguaia” (ANEEL, 2008, p. 57).

No que concerne a isso, Mauricio Tomalsquim (2012, p. 252) defende:

[...] o Brasil detém 10% do potencial hidráulico técnico mundial e o aproveitamento desse potencial é estratégico para o país. Dentre todas as formas de geração de eletricidade, a hidráulica é a única que reúne simultaneamente quatro atributos absolutamente relevantes: é renovável; praticamente não emite gases de efeito estufa; é extremamente competitiva; e, no caso do Brasil, a construção das usinas pode ser feita praticamente com 100% de fornecimento e serviços nacionais, o que significa geração de emprego e renda no país (TOMALSQUIM, 2012, p. 57).

No quadro abaixo, referente *Às dez maiores usinas em operação* no país e sua potencia instalada, é possível identificar uma concentração de empreendimentos hidrelétricos nas regiões Sudeste e Nordeste.

Quadro 8 - As Dez Maiores Usinas em Operação, Região/Potencia (GW/H)

NOME	POTENCIA (KW)	REGIAO
Tucuruí I e II	8370000	Norte
Itaipú (parte brasileira)	6300000	Sul
Ilha Solteira	3444000	Sudeste
Xingó	3162000	Nordeste
Paulo Afonso IV	2462400	Nordeste
Itumbiara	2082000	Sudeste
São Simão	1710000	Sudeste
Governador Bento Munhoz da Rocha Neto (Foz do Areia)	1676000	Sudeste
Jupia (Engº Souza Dias)	1551200	Sudeste
Porto Primavera (Engº Sérgio Motta)	1540000	Sudeste

Fonte: Atlas de Energia Elétrica do Brasil - ANNEL, 2008

Contudo, esse quadro vem mudando substancialmente com a retomada e reinserção da região amazônica como fronteira estratégica para expansão e exploração do potencial hidrelétrico. Consoante o discurso oficial (ANEEL, 2008), em face dessas regiões acima já

apresentarem um potencial bastante explorado e a região amazônica apresentar um imenso potencial a aproveitar, tendo em vista a ampliação, expansão e consolidação do setor elétrico com base na energia “renovável, limpa e barata”, coloca-se essa região como linha de frente na atual política energética.

Assim, em 2008, a maioria das grandes centrais hidrelétricas brasileiras localiza-se nas bacias do São Francisco e, principalmente, do Paraná, particularmente nas sub-bacias do Paranaíba, Grande e Iguaçu, apesar da existência de unidades importantes na região Norte. Os potenciais da região Sul, Sudeste e Nordeste já estão, portanto, quase integralmente explorados. [...] A bacia do rio Amazonas é a maior, com um potencial de 106 mil MW, superior à potência já instalada no Brasil, em 2008, de 102 mil MW (ANEEL, 2008, p.57).

Nesse mesmo documento da ANEEL, já se demonstrava o interesse do governo federal na orientação de sua política energética para esse setor e esse território amazônico, destacando:

É na bacia do Amazonas, no rio Madeira, que estão localizadas as principais usinas planejadas para os próximos anos e incluídas no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) do Governo Federal. Ambas são classificadas como projetos estruturantes, considerados como iniciativas que proporcionam expansão da infra-estrutura – no caso, a oferta de energia elétrica - no médio e longo prazo e, ao mesmo tempo, demonstram capacidade para estimular o desenvolvimento econômico, tecnológico e social. Por isso, mobilizam governo, centros de pesquisa, universidades e iniciativa privada. Uma dessas usinas é Santo Antônio, licitada em 2007, com capacidade instalada de 3.150 MW. A outra é Jirau, licitada em 2008, com 3.300 MW de potência. Ambas constam do Banco de Informações de Geração da Aneel que, em novembro de 2008, além das PCHs e CGHs, registra 15 usinas hidrelétricas já outorgadas, mas cuja construção ainda não havia sido iniciada (ANEEL, 2008, p. 60).

E acentua.

Outra bacia importante é a Tapajós. Em 2008, a Aneel estuda viabilidade de três aproveitamentos no rio Teles Pires – todos de caráter estruturante – que somam 3.027 MW. Além desses, um estudo encaminhado pela Eletrobrás à Aneel prevê a construção de cinco usinas com capacidade total de 10.682 MW no próprio Tapajós. Outra é a bacia do rio Xingu, para a qual está prevista a construção da Usina de Belo Monte, que, segundo a Empresa de Pesquisa Energética (EPE), deverá entrar em obras até o fim da década, com potência instalada de 5.500 MW. Em fase de construção em novembro de 2008, o BIG relaciona 21 empreendimentos. Destes, os maiores, novamente, podem ser observados na região Norte. Entre eles destaca-se a usina de Estreito, com 1.087 MW de potência no rio Tocantins, e Foz do Chapecó, com 855 MW, no rio Uruguai, região Sul do país. No total, tanto as UHEs apenas outorgadas quanto aquelas já em construção deverão agregar 13.371 MW à potência instalada do país (ANEEL, 2008, p. 60).

Em seu estudo, *O PAC e o Setor Elétrico: Desafios para o Abastecimento do Mercado Brasileiro (2007-2010)*, Bolívar Pêgo e Carlos Campos Neto (2008, p. 3) do IPEA identificam

que, “apesar da relevância dos investimentos previstos no PAC, eles não são suficientes para eliminar um possível risco de insuficiência da oferta de energia elétrica no Brasil, mesmo considerando que não haverá atraso no cronograma de suas obras”. Assim, para eles, “a garantia de abastecimento do mercado até 2013 está correndo sério risco, tendo em vista o aumento crescente do déficit de geração, particularmente para os anos de 2010 e 2011, os quais são reconhecidos pelo próprio governo como anos críticos”.

O resultado da análise constata que o abastecimento do mercado de energia elétrica para os próximos anos não está compatível com o crescimento da oferta explicitada no PAC. Os dois cenários estão muito próximos, e a incompatibilidade fica mais explícita quando se estima que a elasticidade-renda da demanda é de 1,3 ao ano. Isto implica uma necessidade de crescimento da oferta de 6,5 mil MW ao ano, totalizando 26 mil MW no período, desde que o PIB cresça a 5% ao ano (PÊGO; CAMPOS NETO, 2008, p. 3).

No que concerne a esse argumento e perspectiva, Hernández e Bermann (2010, p. 46) advertem que “a tendência crescente de anúncios de construção de usinas hidrelétricas geralmente se ampara na idéia de uma sempre iminente crise de suprimento anunciada para um futuro próximo”, além de “se mencionar a existência de um ‘problema’ devido à sazonalidade da oferta de energia”.

Por este desenvolvimento histórico criou-se um emaranhado de interesses que não nos permite afirmar que possa existir uma capacidade previsível de planejamento. Pelo contrário, apenas um atendimento de cargas futuras, multiplicando o cenário presente para o futuro, muito incerto diante da complexidade do arranjo de interesses que estão em jogo (dentro do campo estão empreiteiras, indústrias de equipamentos, geradoras, comercializadoras, agências reguladoras, grupos políticos e econômicos que conflitam entre si, disputas com governos, a utilização do discurso da energia para angariar votos). O atendimento ao suprimento ocorrerá, ou não, até onde a limitação material permitir, se a natureza permitir, não nos esqueçamos disso (PÊGO; CAMPOS NETO, 2008, p. 47).

Em sua pesquisa, Carina Gomes *et al.* (2012, p. 155) compreendem que, no período de 2000 a 2010, é possível classificá-lo como “uma retomada da capacidade política, institucional e técnica de planejamento hidrelétrico”, dando destaque para a região amazônica. Como identificam em seu estudo,

ao todo foram trinta e um empreendimentos hidrelétricos instalados no período, sendo dez delas localizadas em bacias hidrográficas da região Amazônica, demonstrando uma reorientação geográfica do planejamento hidrelétrico para aquela região. Esta reorientação pode ser justificada pela escassez de potencial hidrelétrico em grande parte das bacias hidrográficas das regiões Sul, Sudeste e Nordeste (ANEEL, 2008), restando, portanto, a região Amazônica para o aumento da oferta energética (GOMES, 2012, p. 155).

Conforme dados da Empresa de Pesquisa Energética (2011), o Brasil tem o terceiro maior potencial hidráulico do mundo, com cerca de 260.000 MW (260 GW e 1200 TW/ano), sendo, no entanto, aproveitado apenas 1/3 deste potencial: 34%<sup>158</sup>. Isso quer dizer que há um potencial a aproveitar de 66% (TOLMASQUIM, 2011, p. 05). Até 2030, visualiza-se um acréscimo de cerca de 100.000 MW, dos quais 60.000 MW, aproximadamente, provirão da Região Amazônica, totalizando um parque hidrelétrico de 170.000 MW<sup>159</sup>.

Ao tratar do *aproveitamento do potencial hidroelétrico no Brasil*, em particular da Amazônia, Tolmasquim (2011, p. 07) reforça seu argumento, dizendo que a “maior parte do potencial hidroelétrico tecnicamente aproveitável no Brasil se encontra no Bioma Amazônico (59%)”. Em seu *Informe à Imprensa sobre o Plano Nacional de Energia 2030 (PNE-2030)*, a EPE defende a condição estratégica da Amazônia: “No cenário de referência, considerou-se a instalação de 88.000 MW em usinas hidrelétricas entre 2005 e 2030, com aproveitamento de boa parte do potencial da Amazônia”. Apesar desse potencial hidrelétrico, Tolmasquim (2012) frisa:

Dessa forma, podemos concluir que a continuidade do aproveitamento do potencial hidrelétrico nacional, associada à expansão de outras fontes renováveis de produção de eletricidade, como centrais eólicas e a bioenergia – tanto para produção de energia elétrica quanto para a oferta de combustíveis líquidos – são elementos que permitem ao Brasil preservar limpa sua matriz. Além disso, a expansão da produção doméstica de petróleo e gás natural permitirá que o país se consolide como importante player no cenário energético internacional. Nessas condições, têm-se reunidos os ingredientes essenciais para que o Brasil se torne uma potência ambiental e energética do século XXI (TOLMASQUIM, 2012, p. 259).

Essa região é vista como estratégica para constituição de matriz “renovável e limpa”.

Como resultado da presença importante da energia hidráulica e do crescimento do uso energético da cana-de-açúcar, a matriz energética brasileira sustenta, mesmo no longo prazo, uma proporção de fontes renováveis que a coloca entre as mais limpas do mundo. Em 2030, 45% de toda a energia consumida no país será renovável. O aproveitamento energético da cana na produção do etanol e na geração de energia elétrica, além do aproveitamento do potencial hidrelétrico da Amazônia, serão elementos fundamentais nessa estratégia (EPE/MME, 2007, p. 1-2).

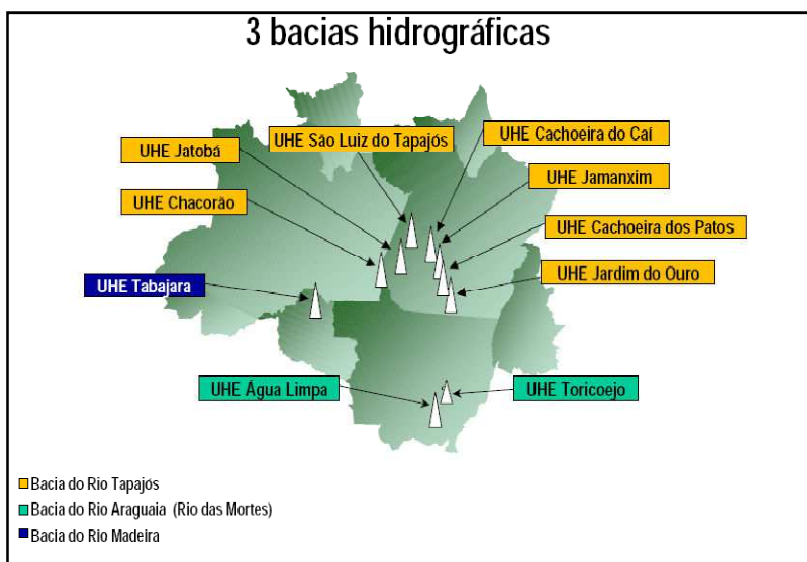
<sup>158</sup> Ao destacar esse “potencial hidrelétrico brasileiro”, Tolmasquim (2011, p. 05) identifica que, no âmbito dos *Principais potenciais hidrelétricos tecnicamente aproveitáveis no mundo*, o Brasil fica com 10%; China 13%; Rússia 12%; Canadá 7%; Congo 5%; Índia 5%, EUA 4% e outros 44%. Isso quer dizer que esses países detêm mais de 50% do potencial hidrelétrico global. Mas, ao apresentar o nível de “aproveitamento”, a França aparece com maior êxito e o Congo como pior. Para ele, como o Brasil, o bioma Amazônico está num quadro não bem aproveitável.

<sup>159</sup> Em se tratando dos “Custos de produção de energia elétrica no Brasil”, conforme o *Atlas da Energia Elétrica do Brasil*, o maior valor (R\$/ MWh) é do Óleo Diesel (R\$ 491,61) e de Óleo Combustível (R\$330,11) e os menores são: Hidrelétrica (R\$ 118,40); PCH (R\$ 116,55) e Biomassa (R\$ 101,75) (ANEEL, 2008, p. 30).

Num contraponto a esse discurso e diagnóstico, Zhouiri e Oliveira (2007, p. 120) destacam e advertem que, segundo “os economistas do Fórum Econômico Mundial, o nível de produção de energia hidrelétrica de um país constitui um indicador de sustentabilidade ambiental”. Para elas, “tal afirmação no contexto da sociedade brasileira pode contribuir para a crença de que o país caminha no sentido de um ‘desenvolvimento sustentável’ uma vez que 70,5% da capacidade instalada no país provêm de fonte hidráulica”, o que, na realidade, se constitui como um grande engano e distorção da realidade concreta, expressão contraditória de seu modelo de desenvolvimento.

Conforme documento do PAC II, como meio de planejamento da expansão dessa infraestrutura energética e reservando à região amazônica lugar estratégico nesse processo, é possível identificar no *PAC Energia* um conjunto de *UHEs convencionais* em andamento e outras planejadas (ANEXO 3). Além dessas, estão previstas, nas Bacias do rio Tapajós, rio Araguaia (rio das Mortes) e rio Madeira (*Vide* figura abaixo), 10 Hidrelétricas (na forma de *Usinas Plataforma*)<sup>160</sup>, como parte dessa política energética de “aproveitamento desse potencial hidrelétrico” da região e de sua ocupação e integração ao mercado nacional e internacional (BRASIL, 2010).

Figura 17 - PAC II Energia: 3 Bacias Hidrográficas



Fonte: MPI

Nesse mapa, o Estado do Pará, especificamente a região sudoeste, assume lugar de destaque no planejamento da expansão da infraestrutura energética, que se liga intimamente aos demais projetos e empreendimentos de exploração minero-matelogicos no estado. Além

<sup>160</sup> Esse tipo UHE, segundo o discurso oficial, é um “novo conceito de usina, similar às plataformas de petróleo. [...] Harmoniza a construção e a operação com a preservação do meio ambiente” (BRASIL, 2010, p. 75).

dessa condição socioterritorial funcional e estratégica interna (mas, voltada para *fora*), a modelagem de infraestrutura energética busca, via geração e transmissão de energia, abastecer, sobremaneira, os centros econômicos estratégicos de outras regiões do país.

Em relação a esse aspecto da *transmissão*, Mauricio Tolmasquim (2012, p. 254) defende e destaca a condição estratégica dessa região.

A extensão do sistema de transmissão interligado, da ordem de 100.000 km em 2010, irá evoluir para cerca de 142.000 km em 2020. Ou seja, o equivalente a quase a metade do sistema hoje existente será construído nos próximos dez anos. Grande parte dessa expansão virá com os grandes troncos de transmissão associados às interligações das usinas da Região Norte – entre as quais Jirau e Santo Antônio, no Rio Madeira, e Belo Monte – com o resto do país (TOLMASQUIM, 2012, p. 254).

Ele acrescenta, ainda, assinalando a relevância dessa rede interligada:

Também merece destaque a Interligação Manaus-Boa Vista em 500 kV, que além do atendimento ao mercado de energia elétrica do Estado de Roraima, permitirá o escoamento do excedente de energia dos futuros aproveitamentos hidrelétricos da Bacia do Rio Branco. A estimativa total de investimentos, considerando o valor acumulado no período 2011-2020, abrangendo também as instalações já licitadas que entram em operação no período decenal, atinge cerca de R\$ 46,4 bilhões, sendo R\$ 30 bilhões em linhas de transmissão e R\$ 16,4 bilhões em subestações, incluindo as instalações de fronteira (TOLMASQUIM, 2012, p. 254).

Ao se verificar os mapas da *Transmissão de Energia Elétrica* do PAC II (ANEXO 4)<sup>161</sup>, é possível identificar as “grandes interligações”, ligando, de forma subordinada e assimétrica, a região Norte, principalmente, aos territórios e centros dinâmicos da economia do Sudeste do país. Todavia, é possível identificar o Estado do Pará reforçando sua condição, com a projeção e construção desses novos empreendimentos hidrelétricos, de exportador de energia elétrica para outros estados da região e para fora.

Na área de energia, o parque gerador brasileiro teve sua capacidade aumentada em 10.200 MW. As Usinas Hidrelétricas de Jirau (3.750 MW) e Santo Antônio (3.150 MW), em Rondônia, já estão em operação e juntas já somam 1.276 MW em capacidade instalada. Em 2013 foi concluído ainda o Circuito 1 da Interligação Madeira-Porto Velho-Araraquara (BRASIL, 2014, p. 1-2).

Um dos nossos entrevistados, pesquisador do IAMAS e ativista do Movimento Xingu Vivo para Sempre, ao se referir ao tema da matriz energética, em particular de fonte hidráulica na região Amazônica, critica e aponta, como uma das problemáticas desses empreendimentos hidrelétricos na região, o não acesso da população local à energia ali produzida. Parte significativa da energia é destinada para atender as empresas de mineração e

<sup>161</sup> Nesse mesmo documento, é importante consultar os estudos de “Inventários e Viabilidades” para essa região, que demarcam bem essa política de expansão e de ordenamento territorial hierarquizado e seletivo.

outra para exportação, caracterizando, para ele, processos desiguais e excludentes desse modelo energético e de desenvolvimento.

Se nós consideramos Tucuruí, de 100%, um terço é para atender as pessoas, famílias, um terço para as mineradoras e um terço exportado para fora do Estado do Pará. Só um terço atinge as famílias, e que existe uma grande quantidade de famílias ali no entorno da hidrelétrica, que inclusive, não tem energia. Esse é um padrão que desconsidera, inclusive, as pessoas que estão no entorno. Em relação a pensar o modelo de forma mais ampla de desenvolvimento, não só no fornecimento de energia elétrica, o próprio benefício, que as empresas que recebem aquela energia poderiam levar para região, também, não se realiza como dizem determinados políticos, empresários e outros. Por exemplo, subsídio que o governo dá para as empresas, como pagamento da tarifa de energia, são valores bem menores em relação ao que as famílias pagam. Então, quando a gente pega todas essas informações e estudos, experiências históricas, faz com que a realidade seja problemática (informação verbal)<sup>162</sup>.

Quando observado, de modo mais largo e complexo, esse quadro, relacionando-o e integrando-o ao mapa de *Geração de Energia Elétrica* do PAC II e aos demais eixos de infraestrutura desse Programa, é possível identificar, de fato, o quanto a região amazônica vem se constituindo e se consolidando como uma fronteira energética e de recursos estratégica, sendo ocupada e integrada, de forma seletiva, hierárquica, subordinada e desigual, reproduzindo-se, por consequência, um Brasil com vários *brasis* desiguais.

Em *Nota Técnica N° 08*, intitulada: *A Corrida por Megawatts: 30 hidrelétricas na Amazônia Legal*, o Observatório de Investimento na Amazônia (2012) identifica no Balanço do 1° ano do PAC II, apresentado em março de 2012, um conjunto de 27 Hidrelétricas – UHE, entre obras em avançado estágio de construção e obras que ainda não saíram do papel. No quadro abaixo, é possível identificar essas UHEs e sua condição, conforme mapeada por esse estudo.

Quadro 9 - A Corrida por Megawatts: 30 hidrelétricas na Amazônia Legal

EM IMPLANTAÇÃO	PLANEJADAS	EM FASE DE ESTUDO
2 UHEs no Rio Madeira (Rondônia): Jirau e Santo Antônio.	2 UHEs no Rio Tapajós (Pará): São Luiz do Tapajós e Jatobá.	4 UHEs no Rio Jamaxim na bacia do Tapajós (Pará): Cachoeira do Cai, Jamaxim, Cachoeira dos Patos e Jardim do Ouro.
1 UHE no Rio Xingu (Pará): Belo Monte.	2 UHEs no Rio Teles Pires (Pará/Mato Grosso): São Manoel (MT) e Sinop (MT).	2 UHEs no Rio das Mortes (Mato Grosso): Água Limpa e Toricoejo.
1 UHE no Rio Tocantins (Maranhão/Tocantins): Estreito.	_____	2 UHEs no Rio Tocantins (Divisa do Maranhão com Tocantins): Serra Quebrada e Marabá.
2 UHEs no Rio Teles Pires (Pará e Mato Grosso): Teles Pires (PA/MT) e Colider (MT).	_____	1 UHE no Rio Machado (Rondônia): Tabajara.

<sup>162</sup> DCMXV. *Entrevista*. [mar. 2012]. Entrevistador: Sérgio Roberto Moraes Corrêa. 2012.

1 UHE no Rio Jari (Amapá/Pará): Santo Antônio do Jari (AP).		1 UHE no Rio Araguari (Amapá): UHE Cachoeira Caldeirão.
1 UHE no Rio Araguari (Amapá): Ferreira Gomes.	_____	3 UHEs aproveitamentos da Bacia do Rio Juruena: sem nomes definidos.
1 UHE no Rio Aripuanã (Amazonas/Mato Grosso): Dardanelos (MT).	_____	_____
1 UHE no Rio Comemoração (Rondônia): Rondon II.	_____	_____
<b>SUB TOTAL</b> 10 UHEs	<b>4 UHEs</b>	<b>13 UHEs</b>
<b>TOTAL 27 UHEs</b>		

Fonte: Observatório de Investimento na Amazônia, Jun/2012

Além destas, já estão em fase inicial de licenciamento outras 03 hidrelétricas: UHE Santa Isabel entre Pará e Tocantins; UHE Bem Querer e UHE Paredão, ambas em Roraima. “São, até agora, nada menos que 30 hidrelétricas com potências e impactos variados, mas que em conjunto trarão uma nova configuração ambiental, social e territorial para a Amazônia” (OBSERVATÓRIO, 2012, p. 1)<sup>163</sup>.

Ao traçar uma relação entre o Plano Pluri Anual (PPA 2012-1015), o Plano Decenal de Energia (PDE 2011-2020) e o PAC II, focando nos planejamentos de empreendimentos hidrelétricos para Amazônia Legal, esse estudo do Observatório verifica tanto diferenças e fragilidades nesses planejamentos, quanto uma “corrida” articulada e acelerada para a expansão de “megawatts” nessa região, tendo em vista a garantia do presente modelo de desenvolvimento.

Ao fazer menção ao PPA, o Observatório de Investimento na Amazônia identifica no seu objetivo: 0034 - *Planejar o atendimento das demandas futuras de energia elétrica para orientar o desenvolvimento do setor*. Com duas metas vinculadas as UHEs: i) Inventariar 12 rios com potencial de aproximadamente 5.000 MW de capacidade de geração hidrelétrica (destes 12 rios, 09 estão na Bacia Amazônica e 02 na Bacia Araguaia-Tocantins); e ii) Realizar “28 projetos e estudos” de viabilidade de usinas hidrelétricas (UHEs) com potencial de aproximadamente 12.000 MW de capacidade de geração hidrelétrica (deste total, “24

<sup>163</sup> No tocante ao investimento, esse estudo identifica que no PAC II, “estão previstos investimentos da ordem de R\$ 94,14 bilhões para construção de hidrelétricas na Amazônia. São R\$ 67,38 bilhões para obras em andamento (Jirau, Santo Antônio, Belo Monte, Santo Antônio do Jari, Colider, Teles Pires, Estreito, Ferreira Gomes) e mais R\$ 26,78 bilhões em novas UHEs (São Luiz do Tapajós, Jatobá, São Manoel, Sinop). Até dezembro de 2011 o BNDES já havia emprestado R\$ 22,45 bilhões para a construção de UHEs na Amazônia: R\$ 7,22 bilhões para UHE Jirau; R\$ 6,13 bilhões para UHE Santo Antônio; R\$ 4,77 bilhões para UHE Belo Monte; R\$ 3,38 bilhões para UHE Estreito; R\$ 485 milhões para UHE Dardanelos e R\$ 450 milhões para UHE Teles Pires” (OBSERVATÓRIO, 2012, p. 2).



projetos e estudos” estão na Bacia Amazônica e 01 na Bacia Araguaia-Tocantins). Em seu objetivo: 0019 - *Aproveitar o potencial de geração de energia elétrica a partir da fonte hídrica com modicidade tarifária*. Com a meta de adicionar 10.326 MW de capacidade instalada de geração de energia elétrica a partir da fonte hídrica. A previsão é de que 89% desta energia gerada virão das UHEs da Bacia Amazônica e da Bacia Araguaia-Tocantins (OBSERVATÓRIO, 2012, 04).

No detalhamento das “iniciativas” responsáveis por esta expansão, estão 15 hidrelétricas na Amazônia:

Quadro 10 – Hidrelétricas na Amazônia

2 UHEs no Rio Madeira (Rondônia): Jirau e Santo Antônio.
1 UHE no Rio Xingu (Pará): Belo Monte.
1 UHE no Rio Tocantins (Maranhão/Tocantins ): Estreito.
1 UHE no Rio Teles Pires (Pará e Mato Grosso): Colider (MT).
1 UHE no Rio Jari (Amapá/Pará): Santo Antônio do Jari (AP).
2 UHEs no Rio Tapajós (Pará): São Luiz do Tapajós e Jatobá.
2 UHEs no Rio Teles Pires (Pará/Mato Grosso): São Manoel (MT) e Sinop (MT).
2 UHEs no Rio Jamaxim na bacia do Tapajós (Pará): Jamanxim e Cachoeira dos Patos.
2 UHEs no Rio Tocantins (Divisa do Maranhão com Tocantins): Serra Quebrada e Marabá.
1 UHE no Rio Machado (Rondônia): Tabajara.

Fonte: Observatório de Investimento na Amazônia, Jun/2012

No período de 10 anos do referido *Plano Decenal de Energia*, estão previstas 22 UHEs na Amazônia, conforme demonstra o quadro abaixo, em dois períodos<sup>164</sup>.

<sup>164</sup> No âmbito PDE, “a previsão é feita para dois períodos: 1º - O primeiro lista os projetos já concedidos que entrarão em operação entre 2011 e 2015. Neste estão planejadas 10 hidrelétricas na Amazônia agregando uma capacidade de 21.977 MW ao sistema. Isto corresponderá a 93% de toda expansão prevista em termos de investimentos em UHEs no Brasil e a 63% da expansão total prevista no sistema de geração de energia hidrotérmica, incluindo UTEs; 2º - O segundo lista os novos projetos a serem viabilizados entre 2016 e 2020. Neste estão previstas mais 12 hidrelétricas agregando uma capacidade de 15.894 MW ao sistema, o que corresponderá a 87% da potência gerada neste período do Plano Decenal. No total dos dois períodos, as UHEs da Amazônia serão responsáveis por 70,5% do total da nova energia hidrelétrica gerada no Brasil no horizonte de 10 anos” (OBSERVATÓRIO, 2012, p. 5).

Quadro 11 - UHEs Planejadas no PDE 2011-2020 na Amazônia Legal

<b>ANO</b>	<b>PROJETO</b>	<b>RIO</b>	<b>POTENCIA em MW</b>
2011	Estreito	Tocantins	1.087
2011	Dardanelos	Aripuanã	261
2012	Rondon II	Comemoração	74
2012	Santo Antônio	Madeira	3.150
2013	Jirau	Madeira	3.300
2014	Sto Antonio do Jari	Jari	300
2015	Ferreira Gomes	Araguari	252
2015	Colider	Teles Pires	300
2015	Belo Monte	Xingu	11.233
2015	Teles Pires	Teles Pires	1.820
2016	Sinop	Teles Pires	400
2016	São Manoel	Teles Pires	700
2016	Foz do Apiacás	Apiacás	230
2017	Água Limpa	Das Mortes	320
2017	São Luiz do Tapajós	Tapajós	6.133
2018	Toricoejo	Das Mortes	76
2019	Cachoeira dos Patos	Jamanxim	528
2019	Marabá	Tocantins	2.160
2020	Jatobá	Tapajós	2.336
2020	Jamanxim	Jamanxim	881
2020	Cachoeira do Caí	Jamanxim	802
2020	Serra Quebrada	Tocantins	1.328

Fonte: Observatório de Investimento na Amazônia, Jun/2012.

Conforme identifica o estudo do Observatório, “a diferença da relação apresentada no PAC II deve-se: i) à não inclusão na listagem do PAC II da UHE de Foz do Apiacás; ii) à não inclusão no PDE das UHEs de Jardim do Ouro, Cachoeira Caldeirão, Tabajara e mais três aproveitamentos hidrelétricos previstos na bacia do Rio Juruena” (OBSERVATÓRIO, 2012). Para esse estudo do Observatório,

Esta diferença nas previsões acerca dos projetos hidrelétricos na Amazônia evidencia tanto as fragilidades do planejamento destas obras, quanto a aceleração da “corrida por megawatts”, lembrando que o planejamento apresentado no PAC II é posterior à aprovação do Plano Decenal (OBSERVATÓRIO, 2012, p. 5).

E crítica,

Mas esta visão “estratégica” do governo, para além das muitas contradições e críticas que suscita, está longe de vir acompanhada de um planejamento de políticas públicas orientado para avaliar, mitigar e compensar os impactos sociais e ambientais que serão gerados por estas obras. Com isto, os custos sociais e ambientais reais que cada obra e que seu conjunto acarretam, também estão distantes de serem efetivamente mensurados e internalizados no próprio custo da energia gerada, que nos é apresentada hoje como energia “barata” e “limpa” (OBSERVATÓRIO, 2012, p. 2).

Para o período de 2011-2020, Gomes *et al.* (2012, p. 157) verificam que, nas duas versões do PAC (I e II), o governo federal ratificou sua orientação política em defesa da construção de grandes hidrelétricas, prevendo “a intensificação da exploração do potencial disponível na região Amazônica”.

É possível compreender que a opção estabelecida pelo governo federal para a década de 2010 é o retorno da construção de usinas hidrelétricas (sete usinas) de grande porte que totalizam cerca de 31,2 mil GW, o que exigirá grandes áreas para a formação de reservatórios, sobretudo na região Amazônica. As outras vinte e sete usinas hidrelétricas de médio ou pequeno porte totalizam respectivamente 6,6 mil GW e 0,4 mil GW de potência instalada e representam a exploração de potenciais ainda remanescentes ou atualizados por inventários recentes, sobretudo, em outras regiões brasileiras que já apresentam baixa disponibilidade de potencial hidrelétrico (GOMES *et al.*, 2012, p. 157-158).

Ao problematizar o argumento oficial e dominante do *potencial hidrelétrico* brasileiro a ser aproveitado e explorado, em particular da Amazônia, Célio Bermann (2007) sustenta que essa “situação é utilizada como argumento por aqueles que preconizam uma expansão mais vigorosa dos projetos de usinas hidrelétricas no Brasil”. Isto é, a racionalidade e a dinâmica hegemônicas como estas “possibilitam a reprodução e até a expansão das atividades que supõem uma exploração intensiva dos recursos naturais nos chamados ‘países em desenvolvimento’” (ZHOURI; OLIVEIRA, 2007, p. 121).

Bermann (2007) adverte que as “possibilidades de expansão da capacidade hidrelétrica a ser instalada no Brasil, entretanto, encontram muitos problemas”.

Praticamente a metade desse potencial (50,2%) encontra-se localizado na região amazônica, principalmente nos rios Tocantins, Araguaia, Xingu e Tapajós. As consequências sociais e ambientais da possibilidade de implantação dos empreendimentos hidrelétricos previstos na região, envolvendo questões como as relacionadas com reservatórios em terras

indígenas ou a manutenção da biodiversidade, exigem atenção e cuidados muito além da retórica dos documentos oficiais (BERMANN, 2007, p. 140).

Ele alerta, ainda, para “o caráter primordial com que se reveste a noção de ‘potencial hidrelétrico’ dos cursos d’água, em contraste com outros possíveis ‘potenciais’ – pesqueiro; irrigação; turístico; cultural; de biodiversidade<sup>165</sup>. Nessa medida, acentua-se a prioridade da geração elétrica ante os demais usos das águas” (BERMANN, 2007, p.141).

Nos empreendimentos hidrelétricos está sempre presente a idéia das assim denominadas “vantagens comparativas” proporcionadas pelos grandes projetos hidrelétricos, apontados como uma alternativa de suprimento energético de caráter renovável. Do ponto de vista da utilização dos recursos hídricos, a geração de eletricidade no Brasil tem sido considerada uma prioridade, apesar de uma legislação antiga que já estabelecia os princípios do uso múltiplo das águas, como o Código das Águas de 1934. A Lei n.9.433, de 8 de janeiro de 1997, que define a Política Nacional de Recursos Hídricos e os instrumentos do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, apenas reafirma esses princípios, sem tornar efetiva a sua execução (BERMANN, 2007, p. 139-140).

Isso demonstra que a concretização da ação política, de forma contraditória, desse *uso* e dessa matriz energética tem se orientado, hegemonicamente, nos termos de Santos (2005a; 2006), por um *paradigma monocultural produtivista*, marcado por um processo de apropriação privada dos *bens comuns* sob a expansão do capitalismo e colonialismo, expropriando e excluindo um conjunto diverso de povos e grupos sociais subalternos de seus territórios, colocando em risco sua produção e reprodução social, refletindo um processo de *desterritorialização*<sup>166</sup>.

Sob essa perspectiva, o sentido de *uso múltiplo da água* e seu *valor como bem público* vão conformando e dando cada vez mais lugar a essa lógica hegemônica monocultural (funcional, comercial e imediatista), para priorizar um determinado modelo energético e de

<sup>165</sup> Esse autor explica, ainda que: “Na implementação dos empreendimentos hidrelétricos, dois órgãos de governo concorrem para sua regulação. Por um lado, a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), criada pela Lei n.9.427, de 26 de dezembro de 1996, em substituição ao antigo Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica (DNAEE) que foi extinto no processo de reestruturação do setor elétrico brasileiro. Por outro, a Agência Nacional das Águas (ANA), criada pela Lei n.9.984 de 2000. A superposição de competências entre os dois órgãos só foi parcialmente superada com a Resolução n.131, de 11 de março de 2003, que estabeleceu como competência da ANA a Declaração de Reserva de Disponibilidade Hídrica (DRDH), impondo à Aneel a responsabilidade por sua obtenção prévia, como pré-requisito para a licitação de concessão ou autorização do uso do potencial hidráulico” (BERMANN, 2007, p. 140).

<sup>166</sup> À luz de uma perspectiva crítica, que desenha uma geografia humana, material e simbólica da contradição e do conflito socioespacial, a *desterritorialização*, segundo Rogério Haesbaert (2004), resume-se, de fato, na “territorialização precária”, que expressa a “exclusão” de um conjunto de pessoas e grupos sociais. Com base nesse entendimento, esses grandes empreendimentos hidrelétricos, como expressão da territorialização da dinâmica hegemônica do capital, vêm conformando e reproduzindo um modelo de intervenção e de ordenação do território desigual e excludente na sociedade brasileira, em particular na região amazônica.

desenvolvimento, que têm se traduzido, historicamente, em sérios danos sociais e ambientais para a sociedade, em particular para os povos e comunidades tradicionais e camponesas que se organizam de modo diferente e se relacionam sob outros padrões de racionalidade e de uso dos territórios e dos recursos naturais, tendo em vista a sua reprodução social, material e simbólica. Isso revela um conjunto diverso racionalidades, saberes e modos de uso e sentido do território e dos recursos naturais em conflito e disputa de forma estruturalmente desigual.

Ao defender e compreender a importância do *valor do uso múltiplo das águas*, Malvezzi (2005, p. 4) expressa sua concepção sobre a Água, concebendo que seu uso múltiplo *exige critérios éticos* para além de *critérios técnicos ou econômico* e que, além de se falar em uso múltiplo das águas, é necessário falar de seus *valores múltiplos*.

Portanto, é necessário falar do valor biológico, social e ambiental da água. Além desses, a água tem valor simbólico, religioso, cultural, paisagístico, turístico. A água ainda tem dimensões econômicas, políticas e de poder. Controlar a água é ter poder sobre os demais seres humanos e os demais seres vivos (MALVEZZI, 2005, p. 4).

Ao analisarem os rumos desse cenário e da política energética, em particular da *matriz de hidroeletricidade* dirigida para a Amazônia, Hernández e Bermann (2010, p. 43-44) verificam que “é efetivamente o território amazônico que vai sofrer a pressão do capital internacional para transformar seus rios em jazidas de megawatts”.

Num contraponto, também, à tese oficial e dominante de que a energia elétrica, oriunda de empreendimentos hidrelétricos, é “renovável, limpa e barata”, Fearnside e Millikan (2012) sustentam que esse tem sido um forte discurso para legitimar, junto à opinião pública, a implementação desses grandes projetos e empreendimentos hidrelétricos, em especial na região amazônica, e levar adiante um modelo de desenvolvimento baseado em grandes obras de infraestrutura e que produz profundos impactos socioambientais.

Em face da crise climática global, esse tem sido um recurso discursivo hegemônico para legitimar e justificar essa ocupação e integração geopolítica recente da Amazônia, através desses grandes projetos e empreendimentos hidrelétricos, emoldurando-os como autênticos símbolos de “modernização”, “desenvolvimento sustentável” e exemplo mundial de matriz energética renovável e limpa. Na realidade, isso está bem assentado dentro do jogo da “economia verde” e do modelo neodesenvolvimentista, de forte investimento em infraestrutura, a fim de recolocar a economia nacional e global em rota de crescimento econômico, considerando, paliativamente, as dimensões sociais e ambientais.

Para Fearnside e Millikan (2012, p. 54),

Nas discussões recentes sobre “energia limpa” e a “economia verde”, inclusive no âmbito da Rio+20, falta um debate aprofundado sobre a pegada social e ambiental dos projetos de barragens existentes e as possíveis implicações de uma onda sem precedentes de construção de barragens na Amazônia, e em outros lugares em todo o mundo. Nesse sentido, questões fundamentais sobre as promessas não-cumpridas das barragens como motores do “crescimento sustentado”, a vulnerabilidade de barragens em relação às mudanças climáticas globais e os custos de oportunidade vis-à-vis as estratégias alternativas de energia têm sido negligenciadas (FEARNSIDE; MILLIKAN, 2012, p. 54).

Num contraponto ao discurso e pensamento hegemônicos, esses autores defendem:

Entretanto, as hidrelétricas têm enormes impactos, muitos dos quais não são amplamente conhecidos pelo público em geral, não são considerados no planejamento e na viabilidade econômica, ou não são devidamente avaliados no atual sistema de licenciamento ambiental no Brasil e em muitos outros países. A discussão, transparência e demonstração dos reais impactos das hidrelétricas que minimizam seus benefícios, em comparação com a imagem que a indústria hidrelétrica e o Governo tem promovido, e em comparação com muitas outras opções de geração de energia, fornecem uma forte razão para uma mudança no setor de energia do Brasil, incluindo a eliminação das exportações de produtos intensivos em energia, o incentivo à eficiência, e o investimento em fontes eólica e solar (FEARNSIDE; MILLIKAN, 2012, p. 49).

Ao analisar os impactos socioambientais provocados por esses empreendimentos hidrelétricos, os referidos autores assinalam como um dos grandes impactos as *Perdas por Inundação e Descaracterização de Atingidos*. Eles chamam a atenção para o fato de que a terra inundada por reservatórios “é quase o único foco de consideração nos Estudos de Impacto Ambiental (EIAs) para barragens no Brasil”, desconsiderando e negligenciando, em grande medida, que “a perda de terra e do que poderia ser produzido no local se uma barragem não tivesse sido construída, é, muitas vezes, substancial. Outras riquezas naturais também podem ser perdidas”. Ademais, o “deslocamento de populações humanas que vivem na área inundada representa um impacto muito maior do que monetário” (FEARNSIDE; MILLIKAN, 2012, p. 50).

Além desse impacto, eles alertam para os *Impactos a Jusante*. “Os impactos das barragens vão muito além da área diretamente alagada pelo reservatório”.

Mesmo quando as barragens têm um desenho mais comum, com água lançada por uma casa de força localizada diretamente abaixo da represa, impactos a jusante são consideráveis. A água que passa através das turbinas é tirada perto do fundo do reservatório, a uma profundidade onde a água contém quase nenhum oxigênio. Esta água precisa fluir uma grande distância (centenas de km) abaixo da represa antes que ela recupere a quantidade de oxigênio que seria encontrado no rio natural. A água sem oxigênio mata muitos peixes e evita que outros peixes subam o rio, como no caso dos peixes ascendendo os afluentes do rio Amazonas. Desta forma, a consequência para a subsistência dos moradores a jusante é dramática em

termos de acesso à alimentação de peixes, e estes impactos ficam completamente sem reconhecimento ou indenização (FEARNSIDE; MILLIKAN, 2012, p. 50).

Em relação aos *Impactos a Montante*, eles sustentam que as barragens também “impedem a migração de peixes, tanto subindo como descendo o rio. Muitas espécies de peixes na Amazônia têm uma ‘piracema’, ou uma migração em massa subindo os afluentes no início da temporada de inundação” (FEARNSIDE; MILLIKAN, 2012, p. 51). Outro impacto é provocado pelo *Mercúrio*. “A contaminação por mercúrio é um dos custos ambientais e sociais do desenvolvimento hidrelétrico”.

Os sedimentos no fundo de um reservatório ficam sem oxigênio e fornecem um ambiente ideal para a metilização do mercúrio, ou seja, para adicionar um grupo metil (CH<sub>3</sub>) ao mercúrio metálico, tornando-o um produto altamente venenoso. Quimicamente, o processo é similar ao metanogênese, ou a formação do metano (CH<sub>4</sub>), que ocorre também sob as mesmas condições anóxicas (FEARNSIDE; MILLIKAN, 2012, p. 52).

Ao se referirem às *Cascatas de Barragens*, esses pesquisadores identificam um “outro aspecto das represas com grandes impactos”, mas que passam ao largo do vigente processo de licenciamento ambiental, que “é a interconexão com outras barragens existentes ou previstas no mesmo rio. Esta é uma diferença importante de outros tipos de produção de energia elétrica, onde cada usina é independente das outras usinas”.

A geração de energia pelas barragens a jusante é aumentada pela regulação das vazões de água de um rio, armazenando água durante o período de enchente e liberando a água durante o período de vazante. Esta água armazenada gera eletricidade várias vezes – uma vez na barragem a montante e novamente em cada barragem a jusante. Isso cria uma tentação embutida para construir mais barragens a montante de qualquer barragem que esteja sendo avaliada para o licenciamento (FEARNSIDE; MILLIKAN, 2012, p. 53).

Diante desses contrapontos apresentados em relação ao discurso oficial e hegemônico de “energia renovável e limpa”, eles defendem que os grandes empreendimentos hidrelétricos direcionados para Amazônia produzem danos “muito mais graves e abrangentes do que o que vem sendo retratado pelos proponentes de barragens”, revelando a degradação socioambiental e o agravamento do efeito estufa e aquecimento global.

Impactos sociais são devastadores para as pessoas que vivem na área da represa, incluindo não apenas aquelas na área inundada, mas também aquelas a jusante e a montante da barragem que perdem recursos vitais, tais como peixes. [...] Impactos ambientais estendem para a bacia hidrográfica como um todo, incluindo alterações de fluxos de sedimentos e de água, bem como a perda da fauna aquática e a perda ou perturbação de vastas áreas de florestas, várzeas e outros ecossistemas. Barragens também emitem quantidades substanciais de gases de efeito estufa, muitas vezes ultrapassando as emissões cumulativas da geração a partir de combustíveis

fósseis durante décadas. O valor do tempo é especialmente crítico para a Amazônia, onde as mudanças climáticas previstas colocam a floresta em risco na escala de tempo em que as mega-barragens planejadas criariam um impacto líquido sobre o aquecimento global (FEARNSIDE; MILLIKAN, 2012, p. 54).

Ao abordar essa questão, um membro do *Instituto Socioambiental* (ISA), por nós entrevistado, assume uma postura crítica diante do tema, mas reconhece que a energia elétrica pode ser “limpa”, todavia, explica que ela depende de um conjunto de fatores, dentre eles, a criação do lago artificial; um outro é a produção do dano para além da área da construção do empreendimento. Nesse sentido, a energia poder ser “mais limpa ou menos limpa. Então, o processo de implantação de qualquer fonte energética, se ele não for bem feito, ele pode tornar aquela fonte uma energia suja”.

Então, a energia elétrica ela pode ser uma energia chamada “limpa”, mas depende de vários fatores. O primeiro deles é onde vai ser estabelecido o lago dessas hidrelétricas, se é um lugar onde tem floresta, inevitavelmente, vai emitir gases de efeito estufa: carbono, metano e outros gases, mesmo que toda cobertura florestal seja retirada, raízes ficam lá e com um tempo vão emitir esses gases. (...) O segundo aspecto é o impacto para além da região da construção dessas usinas. Se as regiões não são bem preparadas, o que acontece é que a população adicional, que vem pra cidade onde essas usinas ou onde esses grandes empreendimentos são instalados, acabam causando uma devastação muito grande, porque, em geral, é um contingente grande de pessoas que vão utilizar recursos naturais, como o peixe, como a madeira, como o gado, que vão colocar, que vão aumentar a demanda local por terras e, historicamente, a gente verifica na Amazônia um grande desmatamento em regiões onde são implantados esses grandes empreendimentos, não só no local onde esse empreendimento é implementado. [...] Pra ser uma energia limpa, uma energia elétrica teria que ter um processo que garanta, durante vários anos, um programa diferenciado de desenvolvimento regional pra preparar essas regiões, pra receber essas grandes obras, sejam nos aspectos de saúde, educação, de infraestrutura da cidade, que vão receber esse grande contingente populacional, seja nos aspectos de proteção das áreas protegidas desses territórios com guaritas, com demarcação física etc. Então, antes de ter uma explosão por busca por terras, você já tem que ter uma estratégia bem definida e implementada de proteção de terras indígenas e de unidades de conservação. Tem que ter um processo de regularização fundiária muito bem feito. Então, com o grau de confusão fundiária que tem na Amazônia, principalmente nessa região aqui do Xingu, instalando um empreendimento desse tipo [Belo Monte] só acirra os conflitos, só aumenta a possibilidade de concentração de terras. Então, isso não pode ser considerado um processo de projeto sustentável (informação verbal)<sup>167</sup>.

Sob um ponto de vista crítico diferente, Paz (2006, p. 1), ao analisar os grandes projetos hidrelétricos e suas implicações para os povos indígenas na Amazônia, identifica que,

<sup>167</sup> ISAXV. *Entrevista*. [jun. 2012]. Entrevistador: Sérgio Roberto Moraes Corrêa. 2012.



historicamente, o interesse pela “maximização da eficiência econômico-energética” domina a agenda política em detrimento das questões socioambientais no planejamento energético.

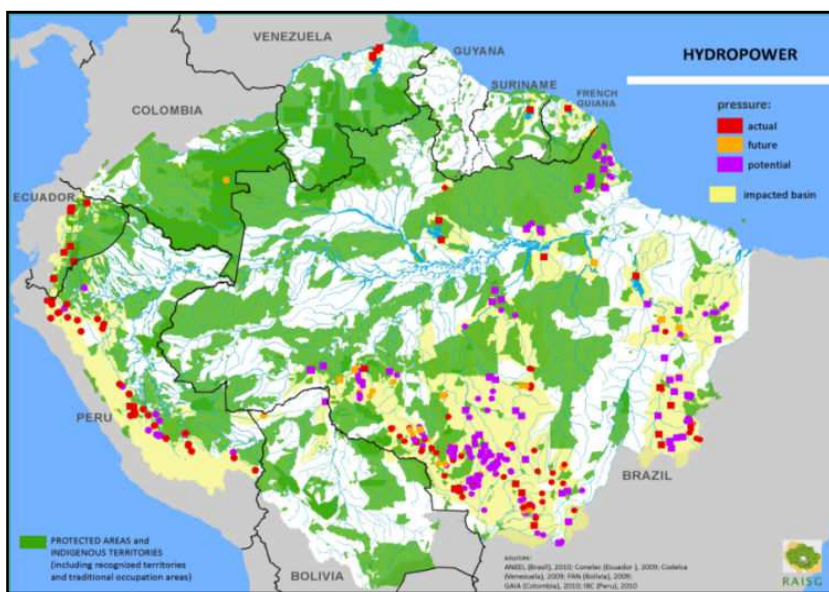
É importante, contudo, perceber que não se pode analisar esse processo de modo desconexo dos Projetos de *Iniciativa de Infra-Estrutura Regional Sul-Americana* (IIRSA) e de outras iniciativas globais (CASTRO, 2012b; SILVA, 2012a; SEVÁ FILHO, 2008). Para Arsênio Oswaldo Sevá Filho (2008), esse quadro é analisado sob o foco da *acumulação de capital*, que se expressa na “expansão da infraestrutura produtiva pesada, a qual somente se concretiza dentro da lógica do circuito econômico global”, que articula e relaciona, ao mesmo tempo, as relações internacionais e as relações locais. Para ele, isso sempre

se faz à custa dos recursos naturais locais, e da renda dos países e das regiões dentro dos países onde são realizadas as instalações novas ou ampliadas, essa expansão da infra-estrutura e do capital fixo. A cada implantação de uma indústria pesada, energética, mineral, metalúrgica, ou petroquímica, decorre que todos os outros projetos e usos possíveis para os mesmos locais são tornados indesejáveis, inviáveis, até impossíveis. Em muitos casos, monumentos naturais, locais espetaculares, sagrados são mutilados ou até aniquilados (SEVÁ FILHO, 2008, p.3).

Para ele, um mecanismo essencial da atualidade internacional é *materializar e conduzir grandes fluxos de materiais e de energia daqui* - das Américas Central e do Sul, da Amazônia em especial, mas também da Patagônia, dos Andes, da bacia do Prata –, *para o crescimento do comércio* com a América do Norte e com a Europa, e, em proporção crescente, com os mercados asiáticos (SEVÁ FILHO, 2008, p. 02-03). Nesse sentido, “na escala internacional, é notável o parque hidrelétrico do continente sul americano, uma expressão aperfeiçoada do grande capital industrial-financeiro, aqui historicamente ancorado a fim de alavancar uma bela porção de sua acumulação em escala planetária” (SEVÁ FILHO, 2008, p. 11).

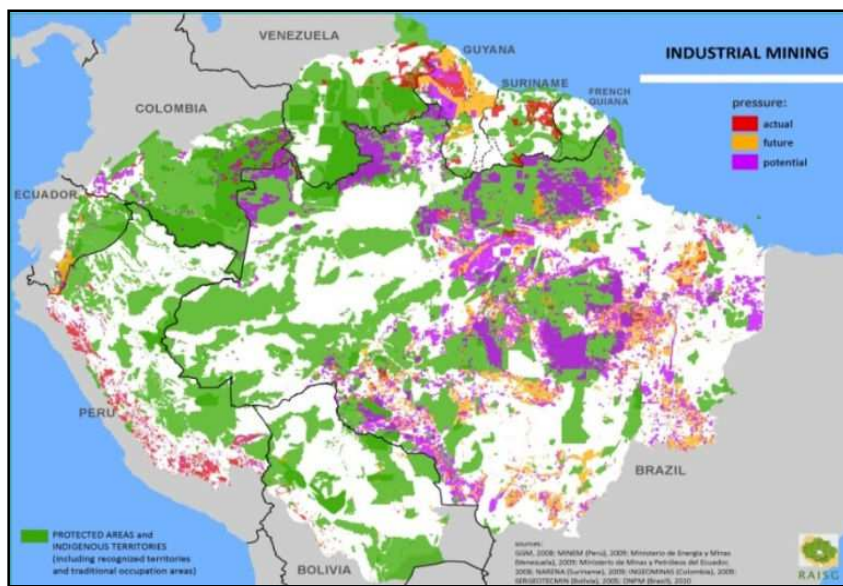
No mapa abaixo referente ao potencial hidrelétrico da Pan-Amazônia, é possível identificar essa expansão da *fronteira pan-amazônica*, através dos grandes empreendimentos hidrelétricos para essa Região. De modo associado, no segundo mapa abaixo, evidencia-se, também, a expansão da *indústria mineral* nessa região, sendo fundamental para isso a infraestrutura energética, que, como demonstram ambos, as frentes de expansão econômica avançam sobre os territórios de povos indígenas.

Figura 18 - Potencial Hidrelétrico da Pan-Amazônia



Fonte: RAISG

Figura 19 - Indústria Mineral na Pan-Amazônia



Fonte: RAISG

No que tange a esse quadro de empreendimentos hidrelétricos nessa Região, Sevá Filho (2008, p. 12) explica:

Nestes países, em muitas de suas principais bacias fluviais, o rio mestre e afluentes importantes foram barrados; sabemos também que alguns trechos de grandes rios, e em alguns casos, o grande rio inteiro, foram praticamente monopolizados para a produção de eletricidade. Uma prova empírica geográfica: o perfil longitudinal desses rios se tornou uma escada de barramentos e espelhos d'água de represas. Fato crucial, pois é alteração inédita na história do planeta, a qual é naturalizada por engenheiros civis e eletricitistas, adeptos da “dam industry”, chamando essa escada de “cascata” de usinas, e considerando que após as cirurgias, o rio está “integralmente desenvolvido”! (SEVÁ FILHO, 2008, p. 12).

Ele questiona essa suposta *naturalização*, perguntado o que esses técnicos e cientistas “escamoteiam, procuram abafar?” e ele responde identificando os “problemas sociais na alteração da posse dos terrenos e na interrupção de atividades econômicas”:

as obras engendrando conflitos com grupos nativos, moradores antigos, pescadores, barraqueiros, oleiros das várzeas aluvionais, obrigando as perdas testemunhais e históricas das localidades, destruindo as matas e culturas agrícolas existentes nas áreas de construção, inundação e linhas de transmissão; forçando o dramático processo de expulsão e de dispersão, e, em poucos casos, tentando resolver a sua re-organização sócio-econômica em assentamentos rurais e urbanos planejados (SEVÁ FILHO, 2008, p. 12).

Contudo, ele argumenta que a única possibilidade de reversão dessa tendência histórica é reduzindo o investimento cada vez mais na “ampliação dessas capacidades produtivas, limitar de algum modo a implantação dos numerosos projetos imaginados, delineados, detalhados, submetidos aos bancos e às instâncias de governo”. Evidentemente, garante ele, que essa afirmação vai ser seguida da seguinte retórica: ““não podemos retroceder”, o progresso é inexorável” (SEVÁ FILHO, 2008, p. 3).

Para Ricardo Verdum (2007), seguindo essa mesma pista de interpretação, essas iniciativas de “projetos de desenvolvimento” precisam ser compreendidas como ações estruturantes de um processo de “produção e reprodução ampliada de capital”, orientado hegemonicamente para a “integração de todos os povos e culturas dentro de um sistema capitalista de abrangência mundial”, considerando os “diferentes níveis de poder político e econômico” (internacional, nacional, regional e local), isto é, de forma multiescalar.

Ainda que independentemente do matiz ideológico que os esteja orientando no processo de planejamento, o que se observa e constata é que eles [projetos de desenvolvimento] têm sido, inequivocamente, formas de produção vinculadas a um sistema econômico caracterizado pela produção e reprodução ampliada de capital (VERDUM, 2007, p. 15-16).

Em suas pesquisas, Coelho *et al.* (2010, p. 95-100) identificam um processo em andamento de *integração* ou *interconexão* entre países da região – *inter-Nações* – para a construção de uma rede energética e de transporte integrada, visando ampliar e consolidar as relações comerciais e seus corredores de exportação de *commodities*, assumindo o potencial energético amazônico (via hidrelétricas) condição estruturante para construção dessas novas fronteiras *econômicas* ou de *commodities*<sup>168</sup>.

---

<sup>168</sup> “Por *fronteiras econômicas* estamos entendendo a incorporação de novas áreas à economia, enquanto por *fronteiras políticas* correspondem à faixa de fronteira entre países. As fronteiras econômicas podem se sobrepor às fronteiras políticas. Por *fronteira de commodity* estamos entendendo a corrida para a produção de matérias-primas demandadas pelos mercados internacionais, ou seja, correspondem à integração de novas áreas à economia motivadas por demandas crescentes e pelos preços em altas” (COELHO *et al.*, 2010, p. 85).

A possibilidade de execução de redes infraestruturais de energia, de hidrelétricas ou de gasodutos, e os avanços possíveis dos corredores de exportação de *commodities* estão certamente ligados à manutenção dos preços favoráveis das matérias-primas e das *commodities*, minerais e alimentares, no mercado global que continuarão a motivar os interesses de novos (CSN, GERDAU, e outras empresas a serem incentivadas) e relativamente velhos (CVRD e Alcoa) consumidores na região amazônica. Assim, a motivação dos atores empresariais diz mais ao futuro do que a situação atual (COELHO *et al.*, 2010, p. 98).

Lemos (2004, p. 18), seguindo, também, essa linha crítica de pensamento em relação a esse padrão de desenvolvimento vigente em relação à Amazônia, argumenta que esses investimentos, sobretudo em infraestrutura, intencionam tanto “dotá-la de novos corredores de circulação de mercadorias”, a fim de garantir tanto a expansão da exportação de grãos para os mercados internacionais, diminuindo o custo e o tempo da exportação, quanto viabilizar “a integração latinoamericana”, considerada estratégica para “a formação de novos mercados regionais”.

Pela natureza e porte das obras e volume de investimentos, estes projetos podem trazer grandes implicações para as atividades e projetos em andamento e para a coordenação e fomento do desenvolvimento na região Amazônica, visto que, por sua capacidade de definir articulações econômicas (e políticas), os projetos de infra-estrutura são capazes de influir na organização territorial (LEMOS, 2004, p. 18).

Em contraponto a esse modelo de desenvolvimento dominante, a referida autora defende “a realização de experimentos social e economicamente sustentáveis”, que contemplem as necessidades locais, a inclusão de seus sujeitos e seus saberes tradicionais. Essa pode ser uma “saída para construção de um novo modelo de desenvolvimento” que materialize “o compromisso ético, que garanta às sociedades presentes e futuras sua plena realização de forma digna, sem comprometer nem degradar o meio ambiente”. No entanto, ela reconhece que esse caminho “não tem sido a lógica que orienta as práticas e políticas de desenvolvimento na Amazônia” (LEMOS, 2004, p. 18).

Apoiando-se em Drummond (1992), Lemos salienta que, concretamente, é difícil haver e visualizar uma alternativa de não ocupação do território e apropriação e uso dos recursos naturais na região amazônica. Contudo, para ela, o desafio consiste em transformar o atual “modelo de exploração hidroenergética”, assentado na dinâmica de acumulação e “valorização internacional do capital”.

[...] o desafio que se coloca para os formuladores de políticas públicas consiste em aproveitar os elevados potenciais hidroenergéticos da região em um projeto de desenvolvimento social que ao mesmo tempo preserve o meio ambiente e melhore a distribuição da energia e a qualidade de vida da população. Mas para isso, como mostramos brevemente, é necessário mudar

o modelo de exploração hidroenergética atual, pois a continuar na mesma trajetória, os recursos serão apropriados e usados no processo de valorização internacional do capital e a população amazônica continuará pobre e no escuro (LEMOS, 2004, p. 19).

Ao tratar desse cenário geopolítico mais amplo e dessas políticas e iniciativas estruturantes para a região pan-amazônica, Silva (2012a; 2012b) identifica e analisa o *Complexo Hidrelétrico do rio Madeira*, no Estado de Rondônia, envolvendo as Usinas Hidrelétricas de Jirau e Santo Antônio, como exemplos mais recentes de empreendimentos hidrelétricos, inscritos nessa geopolítica. Segundo ele, longe do discurso hegemônico implicar “unidade” e “integração, ele expressa uma *fragmentação socioterritorial promovida pela expansão acelerada do capital*”.

Nesse cenário de busca acelerada pelo “aproveitamento de potencial hidrelétrico” e “corrida por megawatts”, é possível verificar que vem ocorrendo um rearranjo e reordenamento territorial da região amazônica, por meio da realocação e deslocamento desses grandes empreendimentos hidrelétricos para esse espaço geoestratégico, orientados por um *paradigma monocultural produtivista*, marcado por um processo de apropriação privada dos *bens comuns* e expropriação e exclusão de diversos povos e grupos sociais subalternos de seus territórios sob a expansão do capitalismo e colonialismo. Isso se traduz com um presente protagonismo do Estado em parceria com o capital privado nacional e internacional, reconfigurando, assim, a dinâmica desse território e reforçando sua vocação como *fronteira de recursos*, produtor e exportador de matérias-primas para abastecer o centro sul do país e os centros internacionais dinâmicos da economia capitalista.

Nesse horizonte, a expansão da *fronteira hidrelétrica* para a região amazônica se apresenta como uma forte marca desse padrão neodesenvolvimentista. Através do PAC, diversos grandes projetos de infraestrutura, dentre os quais os hidrelétricos, demonstram a íntima conexão com os demais grandes projetos, sobretudo de natureza minero-metalúrgica, para alargar os corredores de produção e de exportação de *commodities* e, assim, reafirmar a “vocação” dessa região como *fronteira de recursos*, reproduzindo, por consequência, um ordenamento territorial tecnocrático-racionalista, hierárquico, seletivo, excludente e desigual. Com isso, é possível identificar o lugar que, hegemonicamente, vem sendo imposto e reservado à Região Amazônica na agenda neodesenvolvimentista do país e na política de “integração” regional da América do Sul e global no século XXI.

Esse quadro contraditório ajuda a revelar e repor uma imagem histórica do Brasil com os vários *brasis* para o debate, evidenciando um *brasil profundo* do interior (o periférico), que é “redescoberto” e “integrado” tanto pelos centros dinâmicos do capitalismo do *Brasil do*

*litoral*, quanto pelo mercado global como terreno fértil para exploração e exportação de recursos naturais e exploração da força humana de trabalho, por intermédio da política de infraestrutura protagonizada pelo Estado em parceria com conglomerados econômicos nacionais e transnacionais.

### 3.3 DE KARARAÔ AO AHE BELO MONTE

A ocupação e o povoamento da Região do rio Xingu já vêm se dando antes do processo de colonização. Ao lançar mão do estudo de Heckenberger sobre essa Região do Xingu, Marin (2010) destaca a ancestralidade dos povos indígenas e sua diversidade étnica e social. Ela argumenta que “Nesse contexto estava em jogo a integração da região aos impulsos do capitalismo comercial” (MARIN, 2010, p. 19)<sup>169</sup>.

No contexto presente de expansão da fronteira amazônica por energia e outros recursos naturais e minerais, que lugar vem sendo reservado a essa região do Xingu no século XXI?

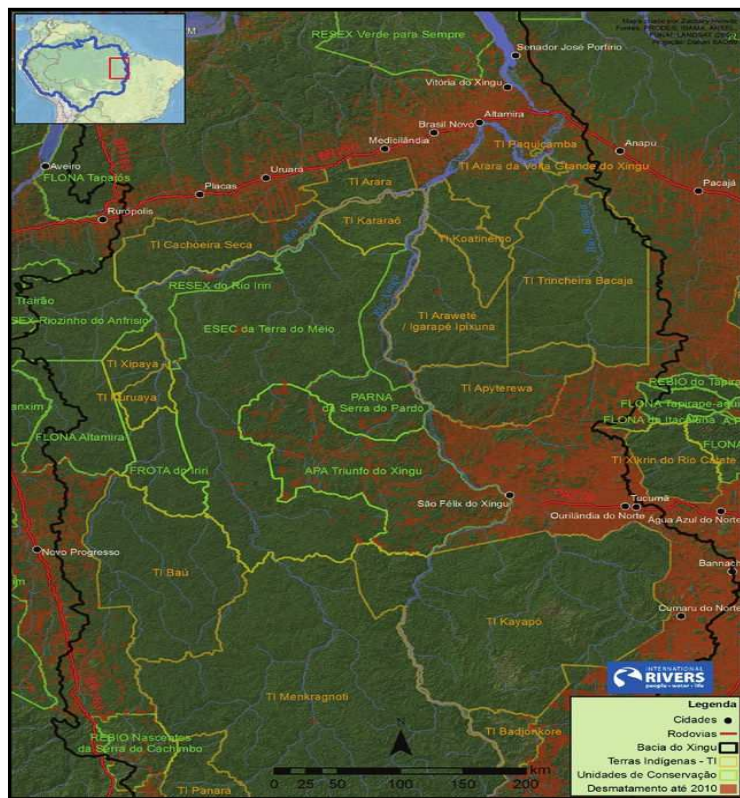
Ao se referir ao movimento do “rio Xingu”, Marin (2010, p. 7) explica que ele corre na direção do sul ao norte. E é, junto com os rios Madeira, Tapajós e Tocantins, um dos maiores que recebe o rio Amazonas da parte do Sul. Como marcas singulares do rio Xingu, encontram-se cachoeiras, formações de pedra e a “escassez” d’água durante o período de estiagem, além das “enchentes” no período de elevação do rio.

Todos esses elementos naturais estiveram presentes na estratégia de povoamento dos povos aborígenes, antes e depois da chegada dos brancos. A combinação de um sistema simbólico, cosmogonias e saberes dessas sociedades orientava a relação com a natureza sob perspectiva radicalmente diferente ao pensamento e interesses do mundo colonial e dos colonizadores (MARIN, 2010, p. 7).

Sendo um dos maiores afluentes do rio Amazonas, o rio Xingu nasce na Serra do Roncador, do encontro dos rios Culuene e Sete de Setembro, e é alimentado pelos rios Ronuro, Curisevo, Arraias, e Suiá-Miçu, entre outros. Ele percorre uma distância de 2.271 km entre os estados de Mato Grosso e Pará, para depois desembocar no rio Amazonas (HURWITZ et al., 2011). A Bacia Hidrográfica do Xingu (*Vide* mapa abaixo) apresenta uma rica diversidade sociocultural e biológica, contando com um extenso mosaico de unidades de conservação e de Terras Indígenas ao longo da maior parte do curso do rio. Tal Bacia ocupa uma área de 51 milhões de hectares, abrigando 48 municípios nos estados de Mato Grosso e Pará, 21 Terras Indígenas e 10 Unidades de Conservação e, ainda, espécies de biomas diferentes: da Floresta Amazônica e do Cerrado.

<sup>169</sup> Para uma compreensão histórica da Região do rio Xingu, ver Marin (2010).

Figura 20 - Bacia Hidrográfica do Xingu



Fonte: International Rivers, 2005

Nessa região, conforme estudos de Zachary Hurwitz *et al.* (2011, p. 20),

moram aproximadamente 40 Povos Indígenas, cerca de 25 mil indígenas de quatro troncos linguísticos diferentes e grupos indígenas em isolamento voluntário, além de milhares de ribeirinhos e extrativistas rurais. Apesar dos instrumentos legais de proteção das terras indígenas e unidades de conservação, a bacia do Xingu sofre impactos severos causados pelo homem, especialmente o desmatamento, queimadas e uso indiscriminado de agrotóxicos, associados à monocultura de soja e à pecuária extensiva (HURWITZ *et al.*, 2011, p. 20).

De acordo com estudos do Instituto Socioambiental ([2012]), a Bacia do Xingu tem aproximadamente 400.000 habitantes e é um dos maiores corredores de áreas protegidas do mundo. “As 21 Terras Indígenas e 10 Unidades de Conservação contíguas formam um corredor de sociobiodiversidade de 28,8 milhões de hectares que correspondem a 56,3% da sua extensão total”. Contudo, conforme esse mesmo Instituto, grande parte das nascentes do Xingu está em locais que sofrem processo acelerado de uso e ocupação do território. Várias delas já secaram por causa do desmatamento e das queimadas. Até 2007, na região, foram desmatados quase 300 mil hectares de matas ciliares – vegetação que margeia e protege os cursos de água (A POLÊMICA..., [2012]).

Ao se referirem ao “regime de vazões do rio Xingu”, Zachary Hurwitz *et al.* (2011). destacam, citando a pesquisa da International Rivers, que:

O regime de vazões do rio Xingu é um dos mais variáveis da bacia amazônica. Na cidade de Altamira, Pará, no baixo curso do rio Xingu, as médias mensais baixas da vazão do Xingu ficam abaixo de 1.000 metros cúbicos de água por segundo ( $m^3/s$ ). Os valores mínimos históricos da vazão são entre 450 a 500  $m^3/s$  em Setembro e Outubro, enquanto as médias mensais altas são acima de 25 mil  $m^3/s$ , e os “picos” de cheia registrados no rio são acima de 30 mil  $m^3/s$  (International Rivers 2005). Esses números indicam o dobro da vazão das cheias observadas no rio São Francisco (de 11 a 12 mil  $m^3/s$  no trecho das usinas de Paulo Afonso) e bem acima das cheias do rio Paraná em Itaipu (cheias de 20 a 22 mil  $m^3/s$ ). Mas o Xingu é um rio que seca rapidamente e que pode permanecer bem baixo por até quatro meses (International Rivers, 2005, *apud* HURWITZ *et al.*, 2011, p. 20).

Face a essa particularidade do rio Xingu, Switkes e Sevá Filho (2005, p. 13) advertem:

Estas entidades geográficas, hidro-geológicas e biológicas, os rios, a um só tempo são vazões vivas de água se deslocando pelo planeta, e são meios bio-químicos da vida estável de cada local, e da vida dos animais migratórios. Numa visão mutilante da realidade, rios e suas terras ribeirinhas passam a ser olhados apenas através de uma calculadora, como se existissem apenas para serem bloqueados por um paredão e para terem a sua energia em parte aproveitada. Deste ponto de vista, o Xingu é “*um bom potencial*”, como eles gostam de dizer. Só que...muita atenção, pois uma de suas características mais importantes, que os indígenas e os beiradeiros conhecem, é que é exageradamente variável o seu fluxo de água, ao longo dos meses, em intervalos de semanas, e até, de dias! (SWITKES; SEVÁ FILHO, 2005, p. 13).

Esses breves traços históricos e características dessa região evidenciam um lugar particular, singular.

Dentre os vários megaprojetos e empreendimentos de infraestrutura do Programa de Aceleração do Crescimento destinados para a região amazônica, o Aproveitamento Hidrelétrico de Belo Monte ganha destaque e é apresentado pelo Governo Federal como um dos principais símbolos da nova era de “aceleração do crescimento” e de “desenvolvimento” do Brasil na atualidade, em particular da Amazônia. Esse megaempreendimento está situado no sudoeste do Estado do Pará, na Bacia do rio Xingu, em Vitória do Xingu, previsto para ser a terceira maior hidrelétrica do mundo (e a primeira totalmente nacional) com mais de 11.200 MW de potencia e com o maior investimento público do PAC. A previsão de iniciar o funcionamento e geração parcial de energia é em 2015, com sua motorização total prevista para janeiro de 2019 (EPE/MME, 2011).

Tal empreendimento (como outros), contudo, tem sido alvo de diversas polêmicas (contra e a favor), gerando bastante tensões e conflitos. Essa polêmica tem tomado dimensão, além de local, regional e nacional, também, internacional. Isso, por conta, segundo pesquisadores, movimentos e organizações sociais, dos grandes impactos sociais e ambientais previstos, colocando em risco a proteção e defesa física e social de povos e comunidades



tradicionais e camponesas, que veem suas terras e territórios, suas tradições, seus modos de vida e os recursos naturais do Xingu sob forte ameaça, o que estudiosos e representantes do Ministério Público Federal apontam como uma clara “violação dos direitos humanos fundamentais”, bem como da Constituição, Tratados Internacionais e Legislação Ambiental (MAGALHÃES *et al.*, 2009; MAGALHÃES; HERNANDEZ, 2011; SEVÁ FILHO, 2005).

Do outro lado da polêmica, encontram-se os estudiosos e, em especial, os representantes do governo federal e setores privados (nacionais e internacionais), que destacam as reformulações pelas quais o projeto já passou, com redução considerável dos impactos socioambientais, em comparação com suas primeiras versões. Destacam, ainda, sua viabilidade econômica e energética para ampliar e aprimorar a matriz energética e aumentar a sua segurança e capacidade instalada, a fim de dar continuidade ao crescimento econômico e ao desenvolvimento do país e à sua inserção no mercado regional e global, como exemplo de país que prioriza o “desenvolvimento sustentável” com base em “energia limpa e renovável” (EPE/MME, 2012; 2011; 2007; RIMA Belo Monte, 2009).

Os primeiros estudos do *Inventário hidrelétrico do rio Xingu* e proposições sobre Belo Monte surgiram em meados da década de setenta, nos idos da ditadura civil-militar (1964-1985), em que o Estado é transformado num “instrumento” de dominação de classes e de intensificação da dinâmica de acumulação do capital. A esfera do *público* passa a ser apropriada pela esfera do *privado* (VIANNA, 1999). Nesse processo, a expansão da fronteira amazônica baseia-se em grandes projetos, a exemplo da construção da Rodovia Transamazônica. No plano geopolítico mundial, a Guerra Fria exerceu influência no país, inclusive na região amazônica, mobilizando, sobretudo forças conservadoras na defesa desse modelo desenvolvimentista e no combate ao comunismo à luz da defesa da “integração nacional” e da “doutrina de segurança nacional”. De outra parte, a esquerda atuou, também, na mobilização e organização de movimentos e organizações sociais de resistência ao regime e à ordem social dominante.

Dom Erwin Kräutler, Bispo da Prelazia do Xingu e atual Presidente do Conselho Indigenista Missionário (CIMI), ao se referir a uma matéria de jornal<sup>170</sup> sobre o projeto da

<sup>170</sup> “O general Medici presidiu ontem no município de Altamira, no Estado do Pará, a solenidade de implantação, em plena selva, do marco inicial da construção da grande rodovia Transamazônica, que cortará toda a Amazônia, no sentido Leste-Oeste, numa extensão de mais de 3.000 quilômetros e interligará esta região com o Nordeste. O presidente emocionado assistiu à derrubada de uma árvore de 50 metros de altura, no traçado da futura rodovia, e descerrou a placa comemorativa (...) incrustada no tronco de uma grande castanheira com cerca de dois metros de diâmetro, na qual estava inscrito: ‘Nestas margens do Xingu, em plena selva amazônica, o Sr. Presidente da República dá início à construção da Transamazônica, numa arrancada histórica para a conquista deste gigantesco mundo verde’” (JORNAL DE SÃO PAULO, 1970, *apud* KRÄUTLER, 2005, p. 9).

Transamazônica e o ato oficial de implantação do mesmo pelo Presidente da República, o General Emílio Garrastazu Medici, no município de Altamira, relata:

Foi a época do “Integrar para não entregar”. Não entendi e jamais entenderei como o presidente podia ficar “emocionado” ao ver uma majestosa castanheira cair morta. Não entendi as palmas delirantes da comitiva desvairada diante do estrondo produzido pelo tomo desta árvore, a rainha da selva. Aplauso para quem e em razão de que? A placa fala da “conquista deste gigantesco mundo verde”. A implantação do marco pelo presidente não passa de um ato cruel, bárbaro, irracional, macabro. O que significa “conquistar”? É “derrubar”, “abater”, “degolar”, “matar”, “assassinar”? Um emocionado presidente inaugura a destruição da selva milenar! Por incrível que pareça, derrubar e queimar a floresta é doravante sinônimo de desenvolvimento e progresso (KRÄUTLER, 2005, p. 9).

Dentre essas frentes econômicas de exploração que passam a avançar, destaca-se a exploração da energia hidráulica, demarcando uma nova fase na expansão da fronteira amazônica, em particular na região do Xingu, com a *frente hidrelétrica*. Um marco disso foi o inventário hidrelétrico do rio Xingu, intitulado *Estudos de Inventário hidrelétrico da Bacia hidrográfica do Rio Xingu*<sup>171</sup>, tendo sido elaborado e “concluído”, em 1980, pelo Consórcio Nacional de Engenheiros Consultores S.A (CNEC), empresa de consultoria vinculada ao Grupo Empresarial Camargo Corrêa. Esse documento provocou polêmica e reação de diversos setores sociais locais, nacionais e internacionais, em especial dos povos indígenas da região do rio Xingu (SWITKES; SEVÁ FILHO, 2005).

No que concerne ao referido *Inventário* e à origem do projeto de Belo Monte, Sevá Filho (2009, p. 01) relata e identifica as raízes de um conjunto de problemas:

No final da década de 1970, a empreiteira Camargo Correa e o seu escritório de consultoria CNEC estavam muito bem estabelecidos no Pará, tocando a grande obra da usina de Tucuruí, no baixo rio Tocantins, e praticamente comandavam a empresa estatal Eletronorte. Assim, lançaram seus tentáculos sobre o vizinho rio Xingu, e de lá nunca mais arredaram pé! O velho “China”, Sebastião Camargo – às vezes mencionado como um dos possíveis financiadores da repressiva e ilegal “Operação Bandeirantes”, sabidamente íntimo dos ditadores-generais - conseguiu que a Eletronorte encomendasse ao CNEC um “inventário do potencial hidráulico” do rio Xingu. (...) Inventário, todos sabem é o que se faz com os bens de uma pessoa quando morre, para ser definido quem fica com qual parte. (...) Inventário é o tal nome que já diz tudo: o patrimônio do rio e das terras ribeirinhas pertencerá às empresas de geração de eletricidade; para concretizar esse aproveitamento de um desnível de quase trezentos metros, eram indicados os locais e tamanhos de cinco grandes usinas (SEVÁ FILHO, 2009, p. 1).

<sup>171</sup> “*Bacia Hidrográfica (Bacia Fluvial)*: Superfície do terreno, medida em projeção horizontal, da qual provém efetivamente a água que alimenta um curso de água até ao ponto considerado; formada por um rio principal e seus afluentes ou tributários e pelos corpos d’água subterrâneos (aquíferos ou lençóis)” (SEVÁ FILHO, 2005, p. 335).

A partir desse *Inventário*, foram pensados e propostos cinco projetos hidrelétricos (Jarina, Kokraimoro, Ipixuna, Babaquara e Kararaô), a ser construídos no Rio Xingu, mais um sexto, no rio Iriri (Iriri), seu afluente esquerdo, sob controle e gestão da Eletronorte, subsidiária da Eletrobrás. O megaprojeto *Kararaô* veio posteriormente a se transformar em Belo Monte (*Vide* mapa abaixo).

Figura 21 - Bacia Fluvial do Xingu: Hidrelétricas Projetadas e Terras Indígenas



Fonte: International Rivers, 2005

Conforme esse *Inventário*, como identificam Switkes e Sevá Filho (2005, p. 14), “a ‘melhor’ alternativa de aproveitamento integral da bacia do Xingu (alternativa A dos estudos feitos) seria”:

entre a altitude próxima dos 281 metros, no norte de Mato Grosso, próximo da rodovia BR 080, provavelmente localizada na Terra Indígena Kapoto-Jarina e/ou na faixa Norte do Parque Indígena do Xingu – e – a altitude próxima dos 6 metros, num ponto rio abaixo da vila de Belo Monte do Pontal e, pela margem esquerda, perto da foz do igarapé Santo Antonio, rio acima de Vitória do Xingu, no Pará: fazer cinco barramentos no rio Xingu (eixos Jarina, Kokraimoro, Ipixuna, Babaquara e Kararaô) e um barramento no rio Iriri, seu afluente esquerdo, o maior deles (eixo Cachoeira Seca) (SWITKES; SEVÁ FILHO, 2005, p. 14)<sup>172</sup>.

<sup>172</sup> “*Barragem*: o que barra um curso d’água, a estrutura construída em geral na forma de um paredão, um muro, e que tem a função de represar a água, fazendo subir permanentemente o nível d’água do rio naquele ponto. Se for uma barragem de uma usina hidrelétrica, e já existir uma queda natural, a barragem tem a função de

Ao tomarem como base somente os cinco grandes projetos hidrelétricos previstos na bacia do Xingu, Zachary Hurwitz *et al.* (2011) indicam uma capacidade instalada de 20.000 MW, que inundariam cerca de 18.000 mil km<sup>2</sup>. Nesse caso, “os reservatórios das usinas a montante teriam a função de armazenar água para uma hidrelétrica que receberia o nome de Kararaô, perto do final da Volta Grande do rio Xingu” (HURWITZ *et al.*, 2011, p. 20).

O ISA<sup>173</sup>, em seu retrospecto histórico acerca de Belo Monte, assinala que, em 1980, a partir das recomendações desse relatório final (*Estudos de Inventário hidrelétrico da Bacia hidrográfica do Rio Xingu*), a Eletronorte inicia os estudos de viabilidade técnica e econômica do chamado Complexo Hidrelétrico de Altamira, composto pelas Usinas de Babaquara (6,6 mil MW) e Kararaô (11 mil MW). E lembra, ainda, que em 1986, no Plano Nacional de Energia 2010, foi proposta a construção de 165 UHEs até 2010, das quais 40 na Amazônia Legal, aumentando a potencia instalada de 43 mil MW para 160 mil MW. Esse PNE ressalta: “pela sua dimensão, o aproveitamento do rio Xingu se constituirá, possivelmente, no maior projeto nacional no final deste século e começo do próximo”. Os estudos desse Plano, segundo o ISA, apontavam “Kararaô como a melhor opção para iniciar a interligação das usinas do rio Xingu ao Sistema Interligado Brasileiro. Até então, os estudos de Babaquara eram prioridade”. Em 1988, o Relatório Final desse Estudo foi aprovado pelo Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica (DNAEE), órgão regulador do setor elétrico já extinto.

Dom Erwin Kräutler, ao tratar dos primeiros anúncios desse complexo de hidrelétricas no rio Xingu, relata que “embutido no Projeto de Integração Nacional já se encontrava outro plano. As rodovias que sangravam as florestas e cortavam também os grandes rios amazônicos, exatamente nas proximidades das principais quedas d’água, prevendo a médio prazo a possibilidade de construir barragens para geração de energia”.

A Rodovia Transamazônica foi inaugurada em setembro de 1972. Já em 1975, a Eletronorte contratou a firma CNEC (Consórcio Nacional de Engenheiros Consultores) para pesquisar e indicar o local exato de uma futura hidrelétrica. Em 1979 o CNEC terminou os estudos e declarou a viabilidade de construção de cinco hidrelétricas no Xingu e uma no rio Iriri, escolhendo inclusive os nomes para as mesmas, todos eles indígenas: Kararaô, Babaquara, Ipixuna, Kokraimoro, Jarina e Iriri. Por que nomes indígenas, já que a existência dos povos indígenas deve ser ignorada? Os Juruna, Xipaia-Curuaia, Kayapó, Arara, Assurini, Araweté e Parakanã não contam. Sem dúvida se achará uma “solução” para eles, mesmo que esta se transforme em “solução final”, a famigerada “Endlösung” que o nazismo encontrou para os judeus. Os nomes indígenas para as hidrelétricas

---

criar na parte alta pontos de tomada d’água para alimentar, na parte baixa, as máquinas; se não existir a queda ou se for considerada pequena, a barragem tem também a função de criar uma queda artificial” (SEVÁ FILHO, 2005, p. 335).

<sup>173</sup> Ver “Especial Belo Monte”. Disponível em: <http://www.socioambiental.org/esp/bm/hist.asp>>. Acesso em: 15 mai. 2014.

projetadas seriam assim um “in memoriam” para estes povos que, junto com as famílias de seringueiros, pescadores e ribeirinhos, “cediam” suas terras ancestrais para o progresso e desenvolvimento da região. Muitos de nossos conterrâneos sonharam novamente com rios de dinheiro que inundariam nossas cidades. À população local negou-se as informações necessárias para avaliar o projeto. A transparência no fornecimento de dados não fazia parte da estratégia dos órgãos governamentais (KRÄUTLER, 2005, p. 10).

Um ativista do Movimento Xingu Vivo para Sempre (MXVPS), entrevistado por nós, quando perguntado sobre os primeiros anúncios e as origens de Belo Monte, relata:

Com o golpe militar de 1964, como política econômica de implementar o crescimento econômico do Brasil, é definida uma política de Estado para que a Amazônia fosse ocupada. Aquela ideia de que a Amazônia é um grande espaço, sem pessoas, sem ninguém, sem homens e mulheres, onde não se reconheciam os povos originários, nem os povos tradicionais, que já habitavam a região historicamente falando. Então, se implementam os primeiros estudos e depois os grandes projetos. Em 1975, começa o estudo do inventário da região do Xingu, pra construção de grandes projetos hidrelétricos, como Kararaô. Quando o governo militar inicia o estudo na Amazônia, ele não inicia só na bacia do Xingu. Ele realiza esses estudos, em tempos diferentes e uns ao mesmo tempo, mas também, na Bacia do Rio Tapajós (informação verbal)<sup>174</sup>.

Ao se referir aos primeiros anúncios e à origem de Belo Monte, uma liderança religiosa da Prelazia do Xingu, por nós entrevistada, destaca em seu relato a relação estratégica entre os grandes projetos voltados para a ocupação e integração dessa região.

[...] Mas, o que tá claro é que o traçado da transamazônica obedeceu à geografia de futuras hidrelétricas. Isso tá claro, embora ninguém falasse abertamente sobre isso! Mas, eu creio que a transamazônica, todo seu traçado, estava ligado a hidrelétricas. Depois, os estudos já feitos naquele ramal, no travessão da CENEC que chamavam, já eram de longa data. Finalmente, veio Kararão, com cinco [hidrelétricas] no [rio] Xingu, uma no [rio] Iriri, todas com nomes indígenas. “Kararão” era e é um Grito Caiapó de Guerra e os militares queriam, naquela época era a ditadura militar ainda, de fato, realizar esse projeto. Mas, naquele tempo, precisavam da ajuda do Banco Mundial (informação verbal)<sup>175</sup>.

Ao apontarem alguns riscos de grande impacto socioambiental decorrente desses projetos, Switkes e Sevá Filho (2005, p. 14) argumentam que as represas desses seis projetos hidrelétricos juntos inundariam uma área em torno de quase 20 mil km<sup>2</sup> <sup>176</sup>, envolvendo “ilhas e terras florestadas, muitas ainda virgens”. “Nestes 2 milhões de hectares, uma boa parte são glebas ribeirinhas incluídas em várias Terras Indígenas já homologadas, algumas delimitadas mas invadidas, outras ainda não homologadas”. E destacam, ainda,

<sup>174</sup> DCMXV. **Entrevista**. [mar. 2012]. Entrevistador: Sérgio Roberto Moraes Corrêa. 2012.

<sup>175</sup> JCXT. **Entrevista**. [jun. 2013]. Entrevistador: Sérgio Roberto Moraes Corrêa. 2013.

<sup>176</sup> Conforme os autores, esse dado indicativo é “o equivalente a quase metade das áreas já inundadas por represas de todos os tipos no país, até hoje” (SWITKES; SEVÁ FILHO, 2005, p. 14).

Somente a represa de Babaquara, podendo atingir um alagamento de mais de 6.500 km<sup>2</sup>, seria a primeira mais extensa no país e a segunda no Mundo. [...] Mas a repercussão conjunta dessas obras iria muito além de terras alagadas. As conseqüências de tipo destrutivo e conflitivo deverão crescer muito por causa dos impactos: das estradas inteiramente novas a abrir, e de outras existentes a ampliar; das faixas das Linhas de Transmissão; e das áreas alagadas e das áreas usadas para acesso às obras e para a abertura de novas linhas (SWITKES; SEVÁ FILHO, 2005, p. 14).

Esse projeto do complexo hidrelétrico Xingu, em particular Kararaô, vai enfrentar uma forte resistência, em especial dos povos indígenas, posto a falta de transparência e desinformação sobre tal projeto e de participação desses povos no debate para formular e implantar esse complexo hidrelétrico<sup>177</sup>.

No tocante a esse processo de luta e resistência, três breves considerações: *i*) conforme analisa Marin (2010), essa região do Xingu, em seu processo histórico, veio se constituindo num território marcado por fortes contradições e conflitos; *ii*) a região da transamazônica, rebento desse empreendimento desenvolvimentista autoritário, passou a se constituir, também, num território marcado por profundas contradições e conflitos, de onde emergem diversos movimentos e organizações sociais populares do campo e da cidade, que passam resistir contra esses grandes projetos e injustiças sociais e ambientais; *iii*) como já delineado anteriormente, no Capítulo II, esse contexto local e regional, contudo, não pode ser dissociado do cenário mais amplo e complexo do processo de redemocratização do país e da geopolítica mundial.

É nessa trama que vai ocorrer, em 1989, o *1º Encontro dos Povos Indígenas do Xingu*, em Altamira, no Estado do Pará, como resistência a esses projetos, em especial Kararaô, que culminou na suspensão temporária dos mesmos. Esse Encontro (e os demais aspectos de resistência referente à Kararaô e à Belo Monte) será tratado, de maneira detida e aprofundada no V capítulo, quando analisaremos as lutas e resistências, em perspectiva histórica, em torno do AHEBM.

No que concerne ao referido Encontro, como veremos, é possível identificar a constituição de uma ampla e diversa rede de mobilização e articulação, que transpôs as fronteiras locais, regionais e nacionais, conseguindo apoio internacional, para dar visibilidade e legitimidade à sua luta e reivindicação contra esses projetos hidrelétricos. É importante, contudo, associar a essa rede, a mobilização, articulação e protagonismo local de

---

<sup>177</sup> Cabe destacar, ainda, nesse contexto as repercussões negativas da Usina Hidrelétrica de Tucuruí, causando danos sociais e ambientais enormes para povos indígenas e comunidades ribeirinhas, pesqueiras, rurais e quilombolas (MAGALHÃES, 2005).

comunidades rurais e tradicionais, movimentos e organizações sociais do campo e da cidade para fortalecer essa luta indígena e paralisar tais projetos, pelo menos temporariamente.

A projeção internacional dessa problemática, protagonizada por lideranças indígenas, com apoio de instituições científicas, religiosas e não-governamentais, foi fundamental e decisiva para a visibilização internacional do Encontro e fortalecimento da resistência e causa indígena e socioambiental no Xingu e, por conseguinte, de seu desfecho na suspensão desses projetos hidrelétricos.

A *segunda tentativa de barrar o rio Xingu* ocorreu no final dos anos 90 e início dos anos 2000, contexto marcado pela Reforma do Estado brasileiro, agora, sob as diretrizes e orientações formuladas e ditadas pelo imperativo da agenda liberalizante no contexto de globalização hegemônica. Como já apresentado anteriormente, o próprio setor elétrico brasileiro passou por reformas e privatizações, assentando-se numa matriz “gerencialista”, com vistas, conforme o discurso oficial, ao seu processo de “eficiência” e modernização, para prover a retomada do crescimento econômico do país com “inclusão social” e “respeito ao meio ambiente”. É importante lembrar, ainda, no sentido mais amplo, a realização da Eco-92, em 1992 no Brasil, e da Rio + 10, em 2002, na Tailândia, reafirmando a defesa do “desenvolvimento sustentável”, demarcando a necessidade de repensar as matrizes e políticas energéticas e de desenvolvimento no mundo.

A reedição da expansão da fronteira amazônica se coloca, sobremaneira, sob a redefinição do papel do Estado, no marco da hegemonia desse mercado globalizado, através dos Planos Pluri Anuais (PPA), do Plano Brasil em Ação (PBA) e dos Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento (ENIDEs), para prover a infraestrutura básica e necessária à ordenação territorial e integração nacional, à inserção regional (MERCOSUL e IIRSA) e global no mercado competitivo.

Cenário marcado pelo avanço e expansão de frentes produtivas de *commodities* sobre os territórios de povos e comunidades tradicionais e camponesas e pela pressão sobre os recursos naturais. Para tanto, a expansão da fronteira energética, via grandes empreendimentos hidrelétricos, passou a assumir lugar estratégico na agenda oficial, visando aumentar a capacidade e segurança instalada de energia do país e evitar *apagões*<sup>178</sup>. A II

---

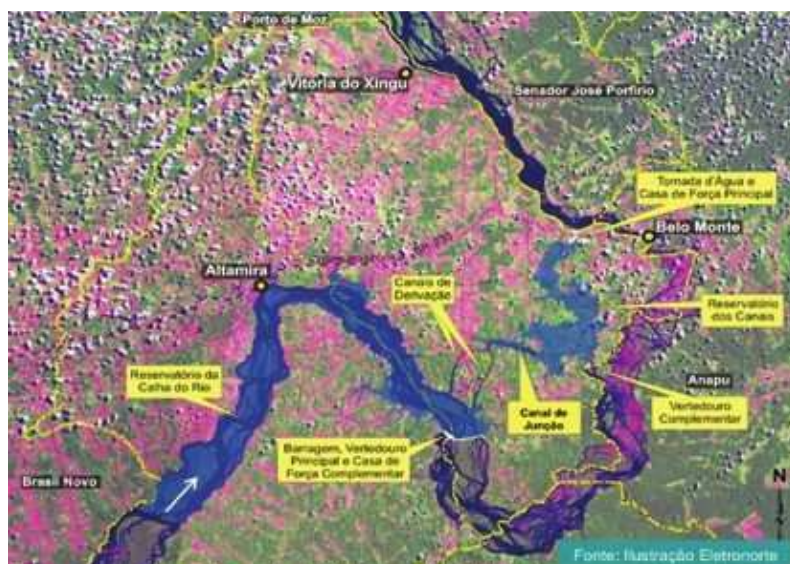
<sup>178</sup> “‘Apagão’ ou ‘Blecaute’ (da palavra inglesa *black-out*, escurecimento, desligamento) – Interrupção total, por um período de minutos e até de horas, que pode acontecer numa rede local, regional ou nacional de eletricidade. Geralmente provocado por falhas em sistemas de transmissão e por incidentes operacionais na rede e nas usinas; o risco de acontecer é maior quando a demanda de energia supera a produção de energia numa dada rede” (SEVÁ FILHO, 2005, p. 335).

Etapa de Tucuruí<sup>179</sup> é um exemplo disso e da reedição de velhos e novos problemas socioambientais (SWITKES; SEVÁ FILHO, 2005)<sup>180</sup>.

A reformulação do Projeto Hidrelétrico de Kararaô e a emergência de Belo Monte vai se processando nessa trama. Ao se referirem a essa *segunda tentativa de barrar o rio Xingu*, no final dos anos 90, Switkes e Sevá Filho (2005) argumentam que

Até 1999, a empresa [Eletronorte] foi, em geral discretamente, intensificando a implantação do projeto: fez modificações geográficas e técnicas relevantes no projeto, rebatizou-o pela 2ª vez, agora seria o CHBM – Complexo Hidrelétrico de Belo Monte<sup>181</sup>, somente com as obras da 1ª usina na Volta Grande. Passou a chamar de Usina ou Aproveitamento Altamira a anterior usina Babaquara, mas desmentia que iria fazê-la, insistindo que Belo Monte tinha viabilidade mesmo que fosse um barramento “isolado” no rio Xingu (SWITKES; SEVÁ FILHO, 2005, p. 15)<sup>182</sup>.

Figura 22- Projeto Belo Monte



Fonte: Eletronorte, 2002

<sup>179</sup> Em 1992 entra em operação a 12ª unidade dessa Usina. No ano de 1998, tem início a construção da 2ª casa de força, ou seja, sua segunda etapa, ampliação. Em 2002, entra em operação 13ª unidade (CORRÊA, 2007).

<sup>180</sup> Ao fazerem menção à “crise de oferta de eletricidade” que se instalou em 2001 no país, esses pesquisadores dizem: “Foi quando os barrageiros rerepresentaram Belo Monte como “a salvação do país”, e por isto, reivindicavam que os “empecilhos” fossem removidos e que as obras como estas pudessem iniciar o quanto antes!” (SEVÁ FILHO, 2005, p. 335).

<sup>181</sup> “Nome atribuído pelas empresas a um conjunto de obras de barragens e usinas, vizinhos entre si e que funcionam de modo combinado, p.ex. Numa das alterações dos projetos no rio Xingu, a Eletronorte passou a chamar de Complexo Belo Monte um conjunto de uma barragem sobre o rio Xingu com uma pequena casa de força, cinco barragens em igarapés da margem esquerda, mais de vinte diques, três canais e um prédio de Casa de Força na margem esquerda” (SEVÁ FILHO, 2005, p. 336).

<sup>182</sup> Ao analisarem os documentos oficiais da época sobre esse processo de reformulação, esses autores destacam: “Existem várias referências feitas em 2001, 2002, repetidas em 2004 pela presidência da Eletronorte sobre a próxima hidrelétrica a ser construída – agora chamada Altamira. O próprio Ministério de Minas e Energia, nas suas apresentações sobre os planos de expansão do setor elétrico na região amazônica, mostra a usina Altamira, junto com Belo Monte. E, no orçamento federal do ano de 2004, R\$ 2 milhões foram destinados aos estudos de viabilidade da Babaquara, para ficar prontos até o ano de 2007”. É importante consultar as simulações de alternativas que esses pesquisadores fazem para identificar a viabilidade ou não desses empreendimentos no rio Xingu (Idem, Op. Cit.).



Conforme identificam Hurwitz *et al.* (2011), no projeto de engenharia apresentado pelo Ministério Minas e Energia, em 2002, e utilizado no EIA (Estudo de Impacto Ambiental), o desenho do Complexo Belo Monte (*Vide* mapa acima) previa: a construção de três barragens (Pimental, Belo Monte e um vertedouro complementar), dois canais de derivação, um canal de junção, dois reservatórios e um sistema extensivo de dezenas de diques. Por meio da barragem de Pimental e dos canais de derivação, seriam desviados mais de 80% da vazão do rio Xingu para alimentar a casa de força no sítio Belo Monte.

Registre-se que, no final dos anos 2000, a Eletronorte celebra um contrato com a Fundação de Amparo ao Desenvolvimento da Pesquisa (FADESP), vinculada à Universidade Federal do Pará (UFPA), para elaborar Estudo de Impacto Ambiental (EIA)<sup>183</sup> e Relatório de Impacto Ambiental (RIMA). Contudo, esse contrato apresenta irregularidades, o próprio projeto reformulado feria princípios e dispositivos constitucionais, motivando o Ministério Público Federal do Pará (MPF) a ajuizar uma Ação Civil Pública, a partir da demanda feita pela “sociedade civil da região da Transamazônica e do Xingu”, que exigia “a fiscalização do empreendimento denominado Usina Hidrelétrica de Belo Monte (UHE), especialmente quanto aos seus aspectos sócio-ambientais” (PONTES JÚNIOR; BELTRÃO, 2005, p. 74)<sup>184</sup>.

Ao se referirem a esse caso, o Procurador do Ministério Público Federal, no Pará, Felício Pontes Júnior, e a Antropóloga Jane Felipe Beltrão da UFPA, argumentam:

A representação foi acolhida pelo Ministério Público Federal, que logrou “descobrir” tratar-se de um mega-projeto. Tem por escopo a geração de 11.000 MW de energia e o alagamento de uma área de 400 km<sup>2</sup>. É, segundo técnicos do setor, o maior projeto de hidrelétrica genuinamente nacional. O custo total está estimado em R\$ 13 bilhões, devendo entrar em operação plena somente entre os anos de 2012 a 2014. O projeto em face dos benefícios anunciados, ou melhor, alardeados pela empreendedora poderia ter o respaldo da sociedade civil, caso as consequências sócio-ambientais não se avizinhassem drásticas (PONTES JÚNIOR; BELTRÃO, 2005, p.74).

<sup>183</sup> “Estudo técnico exigido por lei, a ser apresentado pelos projetistas ou pelos sócios de um investimento, descrevendo e avaliando os impactos ou consequências de uma obra ou de um processo técnico, de uma indústria, numa dada localização, sobre o meio ambiente local e no seu entorno, chamado de área de influência da obra. Todos os estudos desse tipo são chamados de estudos ambientais e são apresentados quando se requer as licenças ambientais para o projeto. Em geral contêm: Diagnóstico Ambiental prévio da área, Estimativas de degradação e de poluição que seriam provocadas, Plano ou Projeto de Controle Ambiental, Plano de Manejo ou de Mitigação dos efeitos, Plano de Recuperação de Área Degradada, Análise de Risco de acidentes” (SEVÁ FILHO, 2005, p. 337).

<sup>184</sup> “Instada a se manifestar pelo Ministério Público, a Eletronorte declarou, em fevereiro de 2000, que o projeto ainda não estava definido. Entretanto, em março de 2001, novamente provocada por força da Ação Civil Pública já proposta, a Eletronorte informou que o Estudo de Impacto Ambiental e o Relatório de Impacto Ambiental (EIA/RIMA) estavam sendo providenciados através da Fundação de Amparo e Desenvolvimento da Pesquisa (FADESP), e que o processo de licenciamento ambiental tramitava perante a Secretária Executiva de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente (SECTAM) do estado do Pará, e não junto ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), como quer a legislação vigente, dadas as características da obra” (Idem, Op. Cit. p. 77).

E seguem, destacando os impactos socioambientais possíveis.

(...) a barragem produzirá: a inundação de parte da cidade de Altamira; o desaparecimento das praias da região; além de provocar a acentuada diminuição do volume d'água à jusante da barragem, onde se localiza a Terra Indígena Paquiçamba. O cenário que se vislumbra provoca espanto nos Arara "... ficamos triste de pensar que a Volta Grande do rio Xingu está ameaçada por pessoas que não sabem o quanto a natureza é importante para nós..." acompanhado pela impertinente pergunta dos Kayapó, porque "... pagar com nossas terras e nossa vida o preço do desenvolvimento da região?" (PONTES JÚNIOR; BELTRÃO, 2005, p. 74-75).

Em decorrência da Ação Civil Pública, o Poder Judiciário decidiu embargar o EIA-RIMA e o processo de licenciamento ambiental. Essa decisão foi tomada, ainda em 2001, em primeira instância em Belém, e se manteve até a última instância, em Brasília. Em fins de 2002, o Complexo Hidrelétrico de Belo Monte foi suspenso mais uma vez. Nesse desfecho, é importante considerar a emergência do protagonismo do MPF. Contudo, é, também, relevante atentar para a atuação e mobilização de luta e resistência dos movimentos e organizações sociais e povos indígenas da região do Xingu e da Transamazônica.

#### 3.4 BELO MONTE COMO MARCA DA EXPANSÃO DA *FRONTEIRA HIDRELÉTRICA*: O "FOGO AMIGO" E O ANÚNCIO DE NOVA BATALHA

Em sua terceira fase, a mais recente, o Projeto de Aproveitamento Hidrelétrico de Belo Monte, como é atualmente denominado, apresenta-se como megaprojeto de infraestrutura energético estratégico para o crescimento econômico e o desenvolvimento do país e da região amazônica, por meio do PAC. No entanto, anteriormente, esse projeto não estava na agenda programática do PT e do governo Lula no início de seu mandato.

No Programa do PT, *O Lugar da Amazônia no Desenvolvimento do Brasil*, apresenta-se como desafio uma revisão do modelo de ocupação e de desenvolvimento para a região. Inclusive, o Projeto Belo Monte não era apresentado como prioridade na agenda política do governo, exigindo intensos debates na região. Nesse sentido, o documento manifesta:

A matriz energética brasileira, que se apóia basicamente na hidroeletricidade, com megaobras de represamento de rios, tem afetado a Bacia Amazônica. [...] Considerando as especificidades da Amazônia, o conhecimento fragmentado e insuficiente que se acumulou sobre as diversas formas de reação da natureza em relação ao represamento em suas bacias, não é recomendável a reprodução cega da receita de barragens que vem sendo colocada em prática pela Eletronorte (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 2002, p. 14-15).

Sobre esse contexto, Switkes e Sevá Filho (2005) evidenciam dois campos que até então se conflitam em torno de Belo Monte: PT, PC do B e PSB e o outro PMDB e PSDB.

Durante os anos 1990 e no começo da década atual [2000], a polarização política e partidária que se formou em Altamira e no Pará a propósito desse mega-projeto, indicava quase sempre os parlamentares e candidatos dos partidos então considerados de esquerda, o PT, PC do B, PSB, como sendo opositores do Belo Monte, e - por simetria, eram a favor da obra os partidários locais e regionais dos governos estaduais do PMDB (J. Barbalho) e depois do PSDB (A. Gabriel e S. Jatene), alinhados, neste caso, com o governo federal na era Cardoso-Maciél (SWITKES; SEVÁ FILHO, 2005, p.25).

Em 2002, o PT, compondo um arco de alianças bastante ambivalente e contraditório, e com um forte apoio dos movimentos e organizações sociais populares do campo e da cidade, ganha as eleições presidenciais e, em 2003, Lula assume a Cadeira Presidencial do Palácio do Planalto. Em relação a esse contexto inicial da administração petista e de seus aliados, Zachary Hurwitz *et al.* (2011) relatam:

O atual projeto do AHE Belo Monte foi apresentado pelo Ministério de Minas e Energia em 2002. No início do primeiro mandato do Presidente Lula (2003-2004), entretanto, Belo Monte não era considerado prioridade em discussões internas do Governo Federal sobre a abordagem de obras de infraestrutura no Plano Amazônia Sustentável (PAS) e sua articulação com o Plano Pluri-Anual (PPA) 2004-2007. No início de 2004, um documento do Ministério da Integração Nacional, elaborado em conjunto com o Ministério do Meio Ambiente, com o Ministério do Planejamento e com a Presidência da República, identificou como riscos e fatores negativos de Belo Monte a “abertura de frente de ocupação em região vulnerável”, “grande oposição” de entidades da sociedade civil na região e “conflito de interesses explícito”. Foi observado ainda que o empreendimento “não é prioridade do governo estadual”. Por fim, recomendou-se que “a obra deve ser objeto de reavaliação” e que “não se deve considerar a possibilidade de apoio no curto prazo (com recursos públicos)” (HURWITZ *et al.*, 2011, p.22).

A despeito desse contexto de ascensão do PT ao poder e de sua composição de alianças e suas implicações para a reposição do projeto de Belo Monte, Switkes e Sevá Filho (2005) explicam:

Em 2001 e 2002, todos que acompanhavam o caso tinham a sensação de que uma vitória do candidato Lula poderia sepultar o projeto Belo Monte e os demais que eram mantidos na berlinda exatamente pelos políticos e militantes da antiga oposição. Mas não! Uma das razões é que, durante os primeiros meses do novo governo, em 2003, o senador José Sarney, aliado do governo Lula, convencia a cúpula federal da importância e oportunidade do projeto Belo Monte. No início de 2004, mostrou que ainda comandava o seu feudo na máquina federal, provocando a troca de presidente da Eletrobrás, que é a empresa acionista principal da Eletronorte e das outras geradoras estatais Furnas e Chesf. Os “novos” dirigentes marcam o retorno do engenheiro Muniz [Lopes] e de sua equipe à frente do projeto de barrar o Xingu (SWITKES; SEVÁ FILHO, 2005, p.25).

Em 06 julho de 2005, o Projeto de Decreto Legislativo nº 1.785/05 foi aprovado pela Câmara Federal, autorizando os estudos para a implantação do projeto de AHE Belo Monte.

Na semana seguinte, o referido Projeto (sob o nº 343/05) foi aprovado pelo Senado. O mesmo seguiu para promulgação presidencial sem que os povos indígenas e as populações ameaçadas tenham sido ouvidas e informadas acerca do referido projeto como garante a Constituição Federal e a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

Para um professor da Universidade Federal do Pará em Altamira, membro da Sociedade em Defesa dos Direitos Humanos (SDDH-PA), que apoia e assessora o MXVPS, em entrevista concedida a nós, tomando como base as ideias do pesquisador Sevá Filho, essa (re)emergência do Projeto de AHE Belo Monte se apresenta como a metáfora de “Fênix”. Esse projeto teve “duas mortes” (uma política, em 1989, e outra jurídica, em 2001) e, em 2005, “como Fênix, ressurgiu”, agora, “com uma blindagem jurídica e uma blindagem política”, assumindo o governo do PT forte e decisiva influência nesse processo de retomada e implementação do atual projeto, desembocando em conflitos e fragmentações entre os movimentos e organizações sociais de resistência a Belo Monte, comprometendo a “unidade” entre essas forças sociais e políticas de resistência. Além disso, destaca, ainda, a dimensão econômica, através dos programas (as condicionantes) de investimento em serviços públicos como instrumentos de convencimento da população em face das condições socioeconômicas precárias da região.

A jurídica, através de uma série de, não sei se eu posso dizer isso oficialmente, mas através de uma série de interpretações, que eu diria, desenvolvimentistas, dos tribunais superiores, quando os recursos chegam até eles pra poder avaliar que essa obra é interessante pro país, porque vai desenvolver o país. E todas as questões de mérito, que são discutidas nas ações judiciais, que o Ministério Público encaminha, são desconsideradas porque o mais importante aqui é desenvolver o país [...]. E a outra, a blindagem política [...] é, infelizmente, com o PT assumindo a presidência nacional. Isso esfacelou, fragmentou, dividiu o movimento social que tínhamos contrário a Belo Monte! Então, boa parte das pessoas que atuavam nesse *front* contrário a Belo Monte acabaram tendo que priorizar a posição do partido e acabaram tendo que assumir uma bandeira de posição, que é, enfim, de defender, se não o projeto, é de defender a concepção do partido. [...] Uma outra questão é a questão econômica. Desde o momento em que a licença de instalação foi concedida, você tem uma série de financiamentos, de investimentos pra essa região, que a gente nunca teve. [...] Isso acabou, de certo modo, seduzindo a população para um investimento que nunca teve aqui, que vem por conta dessa contrapartida que é Belo Monte. [Esses investimentos] já deveriam estar aqui há muito tempo, vêm com uma enxurrada de recursos pra poder garantir serviços, que são básicos, mas que aqui sempre foram ausentes ou foram precários, não somente aqui, como em toda transamazônica (informação verbal)<sup>185</sup>.

<sup>185</sup> DHXV. **Entrevista**. [jun. 2012]. Entrevistador: Sérgio Roberto Moraes Corrêa. 2012.

Em seguida a esse fato do Decreto Legislativo, ainda em julho, dia 21, a Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB), o Instituto Socioambiental (ISA), o Greenpeace e o Centro dos Direitos das Populações da Região do Carajás provocam e acionam o Ministério Público Federal com uma representação contra a aprovação dos Estudos para a implantação do projeto de AHE Belo Monte pelo Congresso Nacional. Essa representação fundamentou-se na violação de garantias constitucionais e de tratados internacionais, posto que o Congresso Nacional formalizou a solicitação de licenciamento e dos estudos sem que os povos indígenas fossem consultados, ouvidos e devidamente informados.

Em janeiro de 2006, com base na autorização do Congresso, a Eletrobras formaliza, novamente, junto ao IBAMA o pedido de abertura do processo de *Licenciamento Ambiental Prévio*, iniciando também o Estudo de Impacto Ambiental (EIA). O MPF, tomando como base esse pedido da Eletrobras e essa solicitação e representação encaminhadas por essas organizações da sociedade civil, move nova Ação Civil Pública (ACP)<sup>186</sup> visando suspender, liminarmente, qualquer procedimento empreendido pelo IBAMA para condução do licenciamento ambiental de Belo Monte.

Em 28 de março de 2006, o pedido da Eletrobras de Licenciamento Ambiental Prévio do Projeto Belo Monte foi suspenso por liminar pela Justiça Federal de Altamira, impedindo, assim, a continuidade dos estudos sobre os impactos ambientais da hidrelétrica, antes que os povos e comunidades ameaçadas e afetadas pelo projeto fossem consultados pelas instituições competentes do Estado como o Congresso Nacional.

Em março de 2007, contudo, um ano depois de a Justiça Federal de Altamira deferir o pedido do MPF de suspensão do licenciamento ambiental feito pelo IBAMA, a mesma considera e julga improcedente esse pedido do MPF. Com essa decisão, entende-se que o Congresso Nacional tem o poder legal de autorizar estudos e implantação de usinas hidrelétricas em terras indígenas, desconsiderando os dispositivos e procedimentos legais, como a consulta aos povos ameaçados de impacto socioambiental pelo projeto<sup>187</sup>.

É importante aqui frisar que, nesse mesmo ano, em Janeiro de 2007, o Governo Federal lança o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC I 2007-2010). Este passa a ser a matriz da agenda política de desenvolvimento do país, assumindo o Projeto Hidrelétrico de

---

<sup>186</sup> Ação Civil Pública II, nº. 709-88.2006.4.01.3903.

<sup>187</sup> Cabe assinalar que, ao derrubar liminar proferida pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região, o STF, no dia 16, já autorizara o prosseguimento do processo de licenciamento ambiental, perdendo, por conseguinte, eficácia a decisão do Tribunal Superior, visto esta ser uma decisão preliminar.

Belo Monte e a Amazônia seus trunfos estratégicos para o aumento de sua capacidade de geração de energia e busca da continuidade de seu crescimento econômico.

A participação das empreiteiras Camargo Corrêa, Norberto Odebrecht e Andrade Gutierrez é, em 2008, autorizada nos Estudos de Impacto Ambiental (EIA) da Hidrelétrica de Belo Monte pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região, DF-Brasília. Esse Tribunal suspende a liminar da Justiça Federal de Altamira, que indeferira antes tal participação. O MPF, diante disso, recorre, defendendo procedimento de licitação para seleção dos responsáveis pelo EIA-Rima, contestando privilégios para as referidas empreiteiras.

Nesse mesmo ano, marcando uma posição de contestação e de resistência aos rumos que vêm tomando Belo Monte e a política de desenvolvimento para Amazônia, após 19 anos do *I Encontro de Povos Indígenas da Região do Xingu*, em Altamira, foi realizado, em maio de 19 a 23 de 2008, também nessa cidade, o Encontro *Xingu Vivo para Sempre*, que reuniu um conjunto diverso de atores sociais, em particular da sociedade civil: representantes de povos indígenas e comunidades tradicionais e camponesas, movimentos e organizações sociais, pesquisadores e especialistas, para debater impactos de projetos de hidrelétricas na Amazônia, em particular na Bacia do Rio Xingu com foco em Belo Monte como peça estratégica do PAC do Governo Federal em Parceria com setores privados. Conforme a Carta desse Encontro, objetivou-se “discutir, avaliar e denunciar as ameaças ao rio que nos pertence e ao qual pertencemos nós e reafirmar o modelo de desenvolvimento que queremos” (CARTA..., 2008).

Desse II Encontro, é criado oficialmente o *Fórum do Movimento Xingu Vivo para Sempre*, reunindo e articulando um conjunto amplo e diverso de movimentos e organizações sociais, o qual se propõe lutar e resistir contra esses grandes projetos e empreendimentos na Amazônia e seu respectivo modelo de desenvolvimento, pautando a defesa de uma outra agenda energética e de desenvolvimento para região e para o país. No tocante a esse Movimento nascente e a esse encontro, no quinto capítulo, vamos nos deter propriamente neles, quando abordaremos as lutas e resistências sociais do Movimento Xingu Vivo.

Para dar prosseguimento ao processo de licenciamento ambiental, o IBAMA realizou algumas avaliações técnicas na área do projeto. Em maio de 2009, o EIA e o Rima foram concluídos pela Eletrobras e entregues ao IBAMA para análise. Em entrevista, em 2009, o Ministro de Minas e Energia (MME), Edson Lobão, disse: “As hidrelétricas não podem ficar paralisadas por queixas de ONGs ou do Ministério Público, ou do que quer que seja. É preciso que haja uma decisão judicial, com rapidez” e manifestou a seguinte crítica: “A sociedade não

pode ser penalizada com energia mais cara, porque os ambientalistas e ONGs atrapalham a construção das hidrelétricas”. Para o governo, diz ele, Belo Monte é a “jóia rara da coroa”<sup>188</sup>.

Em resposta à entrevista e posição do Ministro Edson Lobão, o Movimento Xingu Vivo para Sempre manifesta-se, através da Carta “Energia Barata de Belo Monte”. Ao se referir à declaração do Ministro de que “a sociedade não pode ser penalizada com energia mais cara, porque os ambientalistas e ONGs atrapalham a construção das hidrelétricas”, o Movimento questiona: “Como pode afirmar que a energia de Belo Monte será mais barata se os estudos de viabilidade econômica não foram entregues pelo consórcio à sociedade?”. E critica os procedimentos não transparentes e não democráticos para levar a cabo a implementação de Belo Monte e o modelo de desenvolvimento que ela expressa para a Amazônia, em particular a região da Bacia do Xingu, dizendo:

Quando a sociedade se manifesta contra Belo Monte, não se trata de uma oposição à obra de infra-estrutura, mas sim uma oposição ao desrespeito do governo para com o povo, sem a promoção do devido diálogo que a questão merece. Trata-se de uma oposição a um modelo de desenvolvimento que desrespeita os modos de vida tradicionais, que exaure os recursos ambientais e ameaça a sobrevivência dos povos e das futuras gerações da região. A população se manifesta contra todos os processos desastrosos promovidos por usinas já implementadas na Amazônia [...]. E a sociedade está cansada de projetos de qualquer natureza que não sejam apresentados e conduzidos de forma transparente e democrática (XINGU VIVO, 2009, p. 2)<sup>189</sup>.

O EIA-Rima foi aprovado pelo IBAMA, dando continuidade ao processo de licenciamento ambiental. A próxima etapa desse processo foi a realização de audiências públicas. Em 26 de agosto de 2009, o IBAMA publica edital de convocação de audiências públicas. Assim, em setembro desse ano, foram realizadas quatro Audiências Públicas como parte do processo de Licenciamento Ambiental do Projeto Belo Monte, nas cidades de Brasil Novo, Vitória do Xingu, Altamira e Belém. O MPF contesta em juízo tal decisão e audiências, apontando sérios problemas na condução e no procedimento dessas reuniões, comprometendo a participação e consulta dos povos e comunidades ameaçadas e impactadas pelo projeto. Ao se referir a essas audiências, o Movimento Xingu Vivo denuncia que “o EIA completo só é disponibilizado dois dias antes da primeira audiência, sem tempo para uma análise qualificada pelas comunidades atingidas”<sup>190</sup>. Em relação a essas Audiências, trataremos mais à frente delas.

---

<sup>188</sup>Ver reportagem: “Lobão cobra decisão sobre liminar de belo monte”. Disponível em: [http://g1.globo.com/Noticias/Economia\\_Negocios/0,,MUL1214925-9356,00.html](http://g1.globo.com/Noticias/Economia_Negocios/0,,MUL1214925-9356,00.html). Acesso em: 15 mai. 2014.

<sup>189</sup> Disponível em: <http://site-antigo.socioambiental.org/nsa/detalhe?id=2926>. Acesso em: 17 jun. 2014.

<sup>190</sup> Disponível em: <http://www.xinguvivo.org.br/2010/10/14/historico/>. Acesso em: 17 jun. 2014.

Em outubro, desse mesmo ano, em Belém (PA), foi realizado o Seminário “Clima e Floresta em debate: REDD e mecanismos de mercado como salvação para a Amazônia?”, no qual movimentos e organizações sociais e redes da sociedade civil manifestaram e divulgaram “moção” contra o Projeto de AHE Belo Monte. Em outubro, também, o Painel de Especialistas, composto por um conjunto de pesquisadores de diversos campos de conhecimento e instituições acadêmicas, lança e torna público seu documento, intitulado “PAINEL DE ESPECIALISTAS: *Análise Crítica do Estudo de Impacto Ambiental do Aproveitamento Hidrelétrico de Belo Monte*”. Esses “Especialistas identificam e analisam, de acordo com a sua especialidade, graves problemas e sérias lacunas no EIA de Belo Monte” (MAGALHÃES; HERNANDEZ, 2009). Esse Painel, também, protocola no IBAMA e no Ministério Público Federal esse documento, apontando os problemas e limitações do EIA do AHE Belo Monte. Mais à frente apresentamos alguns dos resultados desse documento e seu posicionamento.

Em novembro, foi realizado, no período de 05 a 07 de 2009, o *II Encontro dos Povos da Volta Grande do Xingu*, na Vila da Ressaca. Esse Encontro teve caráter de audiência pública convocada pelo Ministério Público Estadual, nele, lideranças entre ribeirinhos, comunidades indígenas e movimentos populares expressaram preocupação com “os graves impactos sociais e ambientais para a região e nossas vidas representados pela Usina Hidrelétrica de Belo Monte” e manifestaram, ainda, “posição contrária ao projeto da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, bem como nossa indignação com o processo de exclusão a que estão submetidas as populações da Bacia do Xingu, especialmente aquelas da Volta Grande do Xingu” (CARTA DOS POVOS DA VOLTA GRANDE DO XINGU, 2009, p. 1).

Nesse Documento, denunciam os procedimentos e tramites do processo de licenciamento para a implementação do Projeto de AHE Belo Monte.

Denunciamos a falta de esclarecimentos às dúvidas apresentadas pela população durante as visitas realizadas pelas empresas de consultoria Elabore e LEME - responsáveis pela elaboração do Estudo de Impacto Ambiental e do Relatório de Impacto sobre o Meio Ambiente (EIA-RIMA) - , assim como a forma tendenciosa de apresentação do projeto, que omite a real dimensão e a irreversibilidade dos impactos sociais e ambientais. Repudiamos toda e qualquer tentativa de utilização de nossas assinaturas nas listas de presença das visitas realizadas pelas consultorias para simular uma adesão por parte das comunidades ao projeto de Belo Monte, bem como todas as tentativas de cooptação da população com promessas irreais, que omitem os danos a que estariam expostas no caso da construção da usina (CARTA DOS POVOS DA VOLTA GRANDE DO XINGU, 2009, p. 1).

Em 10 de novembro, a Justiça Federal acata o pedido do MPF e suspende o licenciamento, determinando novas audiências para Belo Monte, exigindo que os povos



indígenas e comunidades atingidas sejam consultadas e informadas. No entanto, no dia seguinte, essa liminar de suspensão do licenciamento de Belo Monte foi revogada e o IBAMA voltou a analisar o projeto. Para que o governo realize o leilão de concessão do projeto da hidrelétrica de Belo Monte, é preciso que o IBAMA aprove a licença prévia.

No início de dezembro, após audiência pública na Comissão de Direitos Humanos (CDH) do Senado Federal, “indígenas e ribeirinhos fazem ato na rampa do Senado contra hidrelétrica de Belo Monte”. Nessa audiência, conforme o Instituto Socioambiental, “apenas o diretor de Assistência e presidente substituto da Funai, Aloysio Guapindaia, comparece. Eletrobras e Ibama não enviam representantes e sequer justificam a ausência para a comissão”<sup>191</sup>.

Durante o evento, a índia kayapó Tuíra – que, em 1989 empunhou um facão contra o atual presidente da Eletrobrás, José Antonio Muniz Lopes, então diretor da Eletronorte, em um protesto em defesa do Xingu – fica de pé em frente à mesa da Comissão de Direitos Humanos e aponta o dedo para o representante da Funai, dizendo que o governo os abandonou e agora ele mesmo os ameaça (ISA, [2012]).

Na mesma semana, a Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (Coiab) envia ao relator da Organização das Nações Unidas (ONU), James Anaya, uma carta denunciando a violação do direito de consulta livre, prévia e informada, previsto na Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e na Declaração da ONU sobre os Direitos dos Povos Indígenas. O documento descreve o processo unilateral e atropelado do licenciamento e a violação do direito de consulta prévia, confirmando o descaso do governo brasileiro e a falta de diálogo com os povos indígenas sobre Belo Monte. Coiab e ISA solicitam que o relator recomende ao Estado brasileiro que realize as devidas consultas antes do leilão da obra.

Não obstante às denúncias de violações de direitos humanos por parte de povos e comunidades tradicionais e camponesas, de movimentos e organizações sociais e ambientais da sociedade civil e da manifestação contrária de diversas instituições científicas e do MPF, em 1º de fevereiro de 2010, o IBAMA aprova e concede a *Licença Prévia* do projeto de AHE Belo Monte<sup>192</sup>. Em 18 de março, o MME publica portaria que marca a data do Leilão para 20

<sup>191</sup> Disponível em: <http://www.socioambiental.org/esp/bm/index.asp>. Acesso em: 17 jun. 2014.

<sup>192</sup> Isso levou o MPF a ajuizar a oitava ACP contra o governo em relação a Belo Monte, fundamentada em sete irregularidades, dentre elas o Procurador do MPF, Felício Pontes Júnior (2011, p. 2) destaca: “a quantidade de água que será liberada no trecho de 100 quilômetros da Volta Grande do Xingu, por onde o rio não mais passará em virtude de um desvio. Trata-se de uma região onde habitam pelo menos 12 mil famílias e 372 espécies de peixes. Ver Artigo: “Belo monte: até quando será preciso alertar que o Rei está nu?” (15/04/11). Disponível em: <http://belomontedeviolencias.blogspot.com/search/label/outros%20artigos>. Acesso em: 1 fev. 2012.

de abril de 2010. A empresa vencedora do leilão é a Norte Energia S.A (NESA)<sup>193</sup>. Em 26 de Janeiro de 2011, é concedida a *Licença Provisória* para a implantação do canteiro do projeto. No tocante a essa Licença, o Procurador da República, Felício Pontes Júnior (2011, p. 1), argumenta que ela é uma invenção e que “não está prevista na legislação”, ignorando, assim, as leis e as pesquisas acerca dos “impactos socioambientais e sobre alternativas de geração de energia”<sup>194</sup>.

Qualquer tipo de licença só poderia ter sido dada se o empreendedor do projeto tivesse realizado uma série de ações de redução de impactos socioambientais, as chamadas condicionantes do projeto. Essa determinação foi estabelecida pelo Ibama. E descumprida pelo Ibama. Até a emissão da licença provisória, 29 condicionantes não tinham sido cumpridas, quatro foram realizadas apenas parcialmente e sobre as demais 33 não havia qualquer informação (PONTES JÚNIOR, 2011, p. 3).

Em 1 de junho de 2011, foi concedida a *Licença de Instalação* de Belo Monte, para implementação completa do projeto. No dia 23 desse ano, as obras tiveram início. Contudo, essa “guerra de Belo Monte” não chegava ao seu fim. O processo de instalação desse empreendimento continua sendo marcado, como veremos mais a frente, por intensas batalhas em diversos campos: sociopolítico; jurídico, acadêmico; midiático. Esses acontecimentos intensificam as contradições e conflitos na sociedade e no interior do Estado brasileiro.

---

<sup>193</sup> Conforme a Norte Energia, a composição desse leilão ficou distribuída da seguinte forma: o Grupo Eletrobras (Chesf, Eletrobras e Eletronorte) ficou com 49,98%; Fundos de Pensão (Petros e Funcef) 20%; Belo Monte Participações 10%; Autoprodutoras de Energia (Vale e Sinobras) 10%; Amazônia (Cemig e Light) 9,77%; Outras sociedades 0,25%.

<sup>194</sup> O deferimento da “licença parcial” pelo IBAMA levou o MPF a ajuizar a 10ª Ação Civil Pública contra Belo Monte. Em relação ao andamento dessas ações judiciais, o referido procurador diz: O 1º caso, do licenciamento ilegal pelo Estado e da 1ª contratação sem licitação [referente à primeira Ação Civil Pública, em 2001], foi julgado a favor do MPF. Os demais aguardam decisão definitiva”. Ver Artigo: “Belo monte: até quando será preciso alertar que o Rei está nu?” (15/04/11). Disponível em: <http://belomontedeviolencias.blogspot.com/search/label/outros%20artigos>. Consulta em 01/02/2012.

#### 4 BELO MONTE: ARGUMENTOS EM DISPUTA

*O projeto Belo Monte está em consonância com o compromisso nacional de assegurar o uso racional de recursos naturais, a conservação ambiental e o desenvolvimento sustentável. Além de propiciar uma nova fonte de energia elétrica importante para apoiar o crescimento econômico e demográfico do país, a usina de Belo Monte também melhorará as condições de vida das comunidades locais além de contribuir para a conservação ambiental na região, por meio de seus programas socioambientais.*

**(Empresa de Pesquisa Energética-MME, 2011)**

*O Painel de Especialistas, sobretudo, chama atenção para a retórica sobre os impactos na Volta Grande, chamado —Trecho de Vazão Reduzida, que oculta, dentre outros, o fato de que Terras Indígenas – Juruna do Paquiçamba e Arara da Volta Grande – são “diretamente afetadas” pela obra. E, ademais, grupos Juruna, Arara, Xipaya, Kuruaya e Kayapó, que, imemorial e/ou tradicionalmente, habitam as margens deste trecho do Rio.*

**(Painel de Especialistas, 2009)**

*Então, fizeram toda uma maquiagem dizendo que [Belo Monte] não vai mais alagar terras indígenas e, portanto, os indígenas não são impactados. Onde seca isso não conta como impactado?*

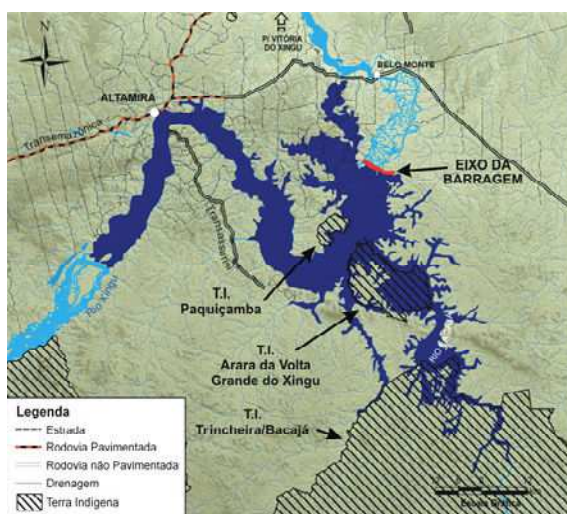
**(MGXT – Liderança do MXVP)**

Nesse capítulo, analisamos dados da pesquisa documental e de campo, que focalizam diretamente o Projeto/empreendimento de *Aproveitamento Hidrelétrico de Belo Monte*, apontando os discursos e concepções contrastantes que marcam esse debate, inscrito sob muita polêmica (contra e a favor), tensão e conflito. O discurso oficial é marcado pela defesa do “aumento da capacidade energética”, da “segurança energética” e da renovação da matriz energética “limpa e renovável”, tendo em vista a garantia do crescimento econômico nos marcos de um “desenvolvimento sustentável”. Como contraponto, cientistas, membros do Ministério Público, movimentos e organizações sociais vêm fazendo fortes críticas ao referido projeto, apontando a sua inviabilidade econômica e energética, bem como as graves violações de direitos e os riscos de danos socioambientais, em particular sobre os territórios de povos indígenas e comunidades tradicionais e camponesas. O AHE Belo Monte, associado a outros grandes empreendimentos estruturantes para Amazônia, revela profundas contradições e relações de poder em condições assimétricas pela disputa de uso, sentido e controle do território e dos recursos naturais, evidenciando projetos de desenvolvimento e de sociedade em confronto e que procuram se legitimar.

#### 4.1 AS JUSTIFICATIVAS CONSTRUÍDAS EM FAVOR DO AVANÇO DA FRONTEIRA HIDRELÉTRICA NO XINGU

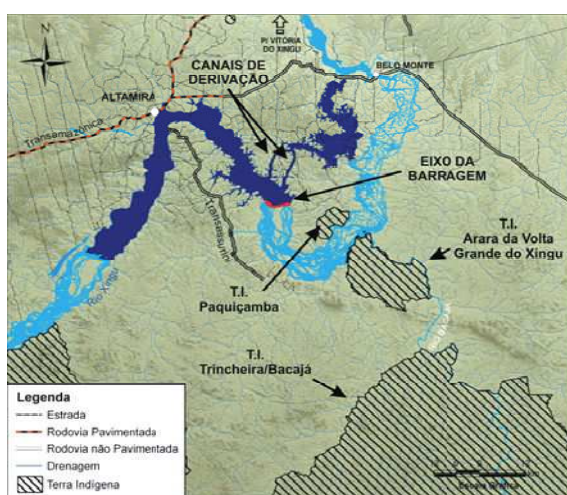
Nos dois mapas abaixo, a Empresa de Pesquisa Energética (EPE) aponta, dentre os grandes problemas do projeto anterior (do Complexo Hidrelétrico do Xingu da época do regime militar), a criação de um imenso reservatório e suas implicações sociais e ambientais para os povos e comunidades amazônidas do rio Xingu, como as indígenas da área da Volta Grande do Xingu e Paquiçamba. Além disso, assinala as fragilidades de viabilidade econômica e técnica (EPE/MME, 2011).

Figura 23 - Projeto Anterior I (Kararaô)



Fonte: EPE/MME, 2011

Figura 24 - Projeto Reformulado II (Belo Monte)



Fonte: EPE/MME, 2011

Ao se referir à “evolução do atual projeto” (Figura 24), a EPE destaca sua maior “eficiência e a proteção social e ambiental”:

O atual projeto de Belo Monte é muito diferente do projeto original Kararaô apresentado em 1989. O plano de hoje aumenta significativamente a eficiência e a proteção social e ambiental, por meio de medidas que incluem uma redução da área alagada do reservatório de 1.225 km<sup>2</sup> para 516 km<sup>2</sup>. A relação área-capacidade do projeto de Belo Monte é 0,05 km<sup>2</sup>/MW inferior à de outras usinas no Brasil, tais como Serra da Mesa (1,40), Tucuruí (0,29) e Itaipu (0,10). A média nacional é de 0,49 km<sup>2</sup>/MW instalado (EPE/MME, 2011, p. 2)<sup>195</sup>.

A EPE concebe a reformulação do AHE Belo Monte como uma “abordagem inovadora”, segundo a qual,

O projeto de Belo Monte adotará um sistema de canal inovador, que reduz o tamanho da área necessária para a geração de energia. O barramento e o vertedouro principal ficarão no sítio Pimental, no leito do rio Xingu, a cerca de 40 km da cidade de Altamira. A casa de força complementar também será instalada no sítio Pimental. Por meio de canalização, parte da água do rio será desviada para a casa de força principal em Belo Monte, formando um reservatório dos canais (EPE/MME, 2011, p. 3). (ANEXO 5).

Salienta, ainda, que para assegurar as “condições de segurança, um vertedouro complementar será construído no sítio Bela Vista. Esse arranjo é complementado por um conjunto de diques para fechamento lateral de pontos baixos no reservatório dos canais” (EPE/MME, 2011, p. 3). No documento oficial, essa empresa, ao se reportar ao Projeto de AHE Belo Monte, enuncia os “Principais Fatos” que o marcam: “Projeto Nacional”, “Parceira Público-Privada”, “Desenvolvimento Sustentável”; e “Energia Limpa” (EPE/MME, 2011, p.1). Em relação à compreensão de Belo Monte como “projeto nacional”, a Amazônia, em particular a Bacia Hidrográfica do Xingu, é recolocada na política do Estado brasileiro como “projeto do planejamento energético”, isto é, visando repor e reforçar o lugar da região enquanto potencial hidrelétrico a ser explorado para prover a dinâmica de crescimento econômico e de desenvolvimento do país. No tocante à “parceira público-privada”, o governo destaca a parceria com o Consórcio Norte Energia. No que se refere ao entendimento de Belo Monte como projeto de “desenvolvimento sustentável, o documento argumenta:

O projeto Belo Monte está em consonância com o compromisso nacional de assegurar o uso racional de recursos naturais, a conservação ambiental e o desenvolvimento sustentável. Além de propiciar uma nova fonte de energia elétrica importante para apoiar o crescimento econômico e demográfico do país, a usina de Belo Monte também melhorará as condições de vida das comunidades locais além de contribuir para a conservação ambiental na

<sup>195</sup> Nessa reformulação, estão previstas oito pequenas turbinas de tipo Bulbo, que funcionam na horizontal com pouca água e com água em baixa queda, isto é, elas não precisam de acumulação de água num reservatório. Elas são conhecidas tecnicamente pela engenharia como aquelas que funcionam a *Fio d'água*, causando pouco impacto ambiental. Além dessas, estão, também, previstas 18 gigantes turbinas Francis, que serão instaladas na casa de força principal. Elas funcionam na vertical e responderão por 11 mil MW e aquelas (Bulbo) pelos 233 MW.

região, por meio de seus programas socioambientais (EPE/MME, 2011, p. 1).

Ao se referir ao projeto de Belo Monte como exemplo de “energia limpa e renovável”, o documento argumenta que “a hidrelétrica de Belo Monte ajudará a manter a posição atual do Brasil como uma das matrizes energéticas mais limpas de todos os países industrializados, com 46% da energia proveniente de fontes renováveis (EPE/MME, 2011, p. 1).

O Presidente da Empresa de Pesquisa Energética, Maurício Tolmasquim (2010), destaca a diferença do atual projeto em relação ao anterior, argumentando que a nova versão não vai afetar “diretamente terras indígenas” e “reduz a área alagada”. Sustenta, ainda, a viabilidade e garantia de geração de energia elétrica com “preservação ambiental” sem que seja necessário construir as outras cinco hidrelétricas no rio Xingu. Para Tolmasquim,

O Brasil usou só um terço de seu potencial hídrico, menos da metade da proporção dos principais países desenvolvidos. Leilões de energia eólica e bioeletricidade, fontes complementares à hidráulica porque disponíveis quando os reservatórios estão mais baixos, têm sido um sucesso. Portanto, é possível manter nossa matriz limpa. É nesse contexto que Belo Monte é fundamental para o país. E também o é para a região do Xingu (TOLMASQUIM, 2010, p. 1).

Sobre as ameaças de impactos sociais e ambientais provocados pelo AHE Belo Monte, o Ministro de Minas e Energia, Edson Lobão, foi categórico em afirmar e defender que “nenhuma das reservas indígenas existentes em torno da área do empreendimento será alagada” e que “nenhum dos cerca de 1,6 mil índios terá que sair de onde se encontra hoje”. E arremata: “Trata-se de um empreendimento [AHE Belo Monte] de grande importância que garantirá a segurança energética brasileira” (LUZ VERSUS ESCURIDÃO..., 2011)<sup>196</sup>.

Quanto à Eletrobras, empresa pública, a defesa do empreendimento de AHE Belo Monte foi formulada nos seguintes termos:

Para o seu desenvolvimento, o Brasil precisa de energia limpa e renovável com o menor custo para a sociedade. Nesse contexto, o projeto da hidrelétrica de Belo Monte, no rio Xingu, é uma das melhores opções para a ampliação do parque gerador brasileiro, pois permite grande produção de energia e apresenta uma condição muito favorável de integração com o sistema elétrico nacional. A interligação com o resto do país reforçará a transferência de energia entre as várias regiões, dependendo das demandas e da disponibilidade de água. Isso contribuirá para o aumento da oferta de energia e da segurança do sistema elétrico (ELETROBRAS [2014]).

Ao tratar dessa “evolução dos estudos” do AHE Belo Monte, Rezende *et al.* (2007, p. 02) concebem esse empreendimento como “uma importante opção de expansão da

<sup>196</sup> Ver Agência Brasil: “Usina de Belo Monte começará a funcionar em 2015, garante Lobão”. Disponível em: <http://memoria.etc.com.br/agenciabrasil/noticia/2011-06-01/usina-de-belo-monte-comecara-funcionar-em-2015-garante-lobao>. Acesso em: 21 jan. 2014.

hidreletricidade”; “o baixo custo da energia produzida”; sua “localização” estratégica para o “desenvolvimento regional”, assumindo condição de “projeto estruturante”.

Rezende *et al.* (2007) destacam os seguintes “aspectos” que justificariam a viabilidade do AHE Belo Monte:

*i*) a evidência de que a energia elétrica é condição vital ao processo de desenvolvimento econômico e social do País; *ii*) a necessidade de grandes blocos de energia para complementar o suprimento das regiões Nordeste e Sudeste do País, já que os recursos hídricos para geração de energia dessas regiões estão praticamente explorados ou em fase final de exploração; *iii*) a rica potencialidade em recursos hídricos da Amazônia, como alternativa promissora de fonte interna renovável e não poluente de energia, considerada nos planos de expansão do Setor Elétrico; e *iv*) os indicadores econômico-energéticos, nitidamente atrativos, referentes ao AHE Belo Monte, que possibilita a redução dos preços médios de energia a nível nacional, dado o porte do aproveitamento (REZENDE *et al.*, 2007, p. 2).

Esses autores entendem, ainda, que

Nos meses de cheias do rio Xingu, o grande volume das vazões, em parte defasadas dos demais rios do país, proporciona uma elevada geração de energia no AHE Belo Monte permitindo que várias outras hidrelétricas em outras regiões do país poupem água em seus reservatórios, para utilização no período seco. Nos meses em que o AHE Belo Monte diminui a sua geração de energia (quando a vazão natural se reduz), o restante do Sistema supre a demanda com saldos positivos devido à água economizada (REZENDE *et al.*, 2007, p. 15).

Nesse sentido, ao fazerem algumas simulações de “alternativas”, Rezende *et al.* concluem que o AHE Belo Monte “independe de usinas a montante para sua viabilização econômica”.

Ao fazer alusão ao Plano Decenal de Expansão de Energia (2011-2021), a Empresa de Pesquisa Energética é taxativa nessa afirmativa da política energética do Estado Brasileiro.

O país contará com um acréscimo de 31,7 mil MW de geração hidrelétrica. A região Norte é onde ocorrerá a maior expansão hidrelétrica, devido à entrada em operação de grandes empreendimentos, com destaque para a usina hidrelétrica de Belo Monte, cuja motorização se dará em três anos com a entrada em operação de seis máquinas de 611,1 MW por ano (EPE/MME, 2012, p. 3)<sup>197</sup>.

No âmbito desse campo *a favor* do projeto, é possível identificar um conjunto de atores para além da alta tecnoburocracia do governo federal, que se expressa em outras instâncias da esfera da sociedade política (administração estadual e administrações municipais). Nessa dimensão mais local, a defesa recai sobre a suposta positividade do

<sup>197</sup> Em 2008, o Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) aprovou a Resolução Nº. 06 de 03 de julho de 2008, determinando que o governo federal não construa barragens adicionais à montante de Belo Monte na bacia hidrográfica do Xingu.

investimento, do dinamismo da economia, da geração de emprego e renda, das políticas públicas, de desenvolvimento e redução da pobreza na região de implantação do referido empreendimento. Nessa direção, parlamentares da base governista e de oposição têm mostrado, em grande medida, um alinhamento em defesa do empreendimento para o “desenvolvimento da região” e de sua “integração” à economia do país.

No terreno econômico, a Norte Energia (NESA), empresa responsável pela construção do empreendimento de Belo Monte, em conjunto com o Consórcio Construtor Belo Monte (CCBM), sustenta sua viabilidade econômica, social e ambiental. Nessa sua página de abertura, a NESA coloca a seguinte pergunta: “Por que Belo Monte?” e responde: “O Brasil precisa de energia para continuar a crescer. Entenda porque Belo Monte vai contribuir para o desenvolvimento do país” e afirma:

Considerando todas as fontes energéticas disponíveis para a geração de energia elétrica, a hidreletricidade é a que oferece melhores condições para suprir o Brasil da energia necessária para manter o crescimento econômico e social previsto para os próximos anos. A demanda de energia elétrica aumenta a passos largos no Brasil, graças ao aumento nos consumos residencial, comercial e industrial. Para se ter uma ideia, o consumo de energia elétrica cresceu 7,8% no ano de 2010, em comparação com 2009. Por isso, o Brasil precisa de uma usina como Belo Monte para seguir crescendo de forma sustentável, alcançar as metas de crescimento anual de 5% do PIB nos próximos 10 anos, e também atingir as metas de eliminação da pobreza e melhor distribuição de renda (NESA, [2012])<sup>198</sup>.

Além dessa pergunta, a referida empresa, nessa mesma página de abertura, levanta mais duas: “Belo Monte alagará terras indígenas?” e “Durante a seca, Belo Monte irá parar?” Em relação à primeira, responde que nenhuma terra indígena, na área de influência do empreendimento, será alagada. No tocante à segunda, defende: “A usina não vai parar. O que importa é a capacidade média ao longo do ano, que é de 4.571 MW. Em sua Cartilha: “Conheça a UHE Belo Monte”, a NESA apresenta um discurso articulado em defesa do empreendimento, argumentando sua relevância para o país, em especial para a região do Xingu, destacando suas bemfeitorias econômicas, sociais e ambientais<sup>199</sup>.

Na âmbito dos bancos públicos, o BNDES tem assumido um papel protagônico em prol do empreendimento, sustentando sua defesa socioeconômica e ambiental, para o desenvolvimento do país. O presidente do referido Banco, Luciano Coutinho, argumenta:

O projeto Belo Monte foi um projeto que foi licenciado pelo IBAMA. Ele tem sido objeto de um conjunto de ações e de contrapartidas, que totalizam quase 3 bilhões de reais em contrapartidas para os municípios e para os

<sup>198</sup> Ver o *site* da NESA: <http://norteenergiasa.com.br/site/>, no qual existe um *blog* especial sobre Belo Monte: <http://blogbelomonte.com.br/>.

<sup>199</sup> Ver: [http://www.blogbelomonte.com.br/wp-content/uploads/2011/12/Cartilha\\_portugues\\_.pdf](http://www.blogbelomonte.com.br/wp-content/uploads/2011/12/Cartilha_portugues_.pdf).



estados de compensação às populações locais. É um projeto valioso pro país! E é um projeto viável e sustentável do ponto de vista econômico, né? Do ponto de vista socioambiental, a nossa convicção é de que todas as medidas necessárias à neutralização, à compensação dos impactos, estão sendo tomadas. (...) O Brasil, hoje, tem uma deficiência de oferta de energia hídrica, que precisa ser compensada nos momentos favoráveis, do ponto de vista, de menos chuva por um sistema térmico. Nós estamos hoje com um sistema térmico ligado à plena capacidade. O sistema térmico é um sistema fundado em térmicas a carvão ou em outras térmicas que, do ponto de vista ambiental, são muito menos recomendáveis do que a energia hídrica. Então, nós precisamos olhar do ponto de vista da sociedade brasileira como um todo, do ponto de vista da sustentabilidade ambiental, olhando o conjunto da matriz energética, e não olhando especificamente um projeto, né? Então, nós consideramos que olhando todo o balanço de pontos favoráveis e desfavoráveis o projeto Belo Monte é um projeto perfeitamente racional e defensável do ponto de vista ambiental (COUTINHO, 2013)<sup>200</sup>.

Nessa dimensão econômica, grupos empresariais nacionais e transnacionais (de diversos setores da economia, em especial as empreiteiras, as de exploração mineral e as de eletrointensivos) vêm sustentando a importância estratégica dessa obra (como de outras), para expandir e melhorar a infraestrutura no país, a fim de propiciar o aumento da produtividade e competitividade, ajudando no crescimento econômico do país.

Outro ator, em nível mais local, de papel importante na defesa do empreendimento, é o “FORT-Xingu”, que se apresenta como um Fórum Regional de Desenvolvimento Econômico e Socioambiental da Transamazônica e Xingu, composto por um conjunto de entidades da sociedade civil (cerca de 200, em grande medida, empresários da região) “comprometido com o desenvolvimento sustentável da região sob influência da Usina Hidrelétrica de Belo Monte” (FORTE-XINGU, 2012, p. 1). Segundo o Forte-Xingu,

6- Mais do que gerar 11.233 MW de eletricidade para abastecer 17 Estados por meio de 27 distribuidoras, 18 milhões de residências e garantir energia a preços módicos para 60 milhões de pessoas, a construção de Belo Monte significa oportunidade singular de emprego, renda e de melhorias na arrecadação dos onze municípios situados no entorno da obra, além de uma centena de compensações sociais e ambientais comprometidas para cada uma dessas localidades (FORTE-XINGU, 2012, p. 1).

É importante destacar que esse campo a favor de Belo Monte, internamente, não se constitui de modo homogêneo e harmônico, haja vista as correlações de poder e conflitos internos em torno dos projetos específicos em disputas. Exemplo disso é a própria posição assumida pelo FORT-Xingu de crítica ao andamento do empreendimento, em função da demora em implementar as “condicionantes” nos municípios da área de influência do projeto.

<sup>200</sup> O referido argumento foi apresentado durante o Encontro Nacional de Desenvolvimento Regional, que deve ser situado num contexto de baixo crescimento econômico do país e de desigualdade regional, associado as problemáticas ambientais. Esse evento ocorreu no período de 19 a 21/03/2013. Disponível em: <http://new.livestream.com/accounts/2091831/events/1961260>. Acesso em: 15 mai. 2014.

#### 4.2 AS CRÍTICAS DOS ESPECIALISTAS: AMBIENTAL, SOCIAL E ECONÔMICA

Num contraponto a essa matriz discursiva hegemônica, pesquisadores (as) de diversas instituições acadêmicas e científicas, membros do Ministério Público Federal, movimentos e organizações da sociedade civil, instituições não-governamentais nacionais e internacionais passaram a contestar fortemente tal concepção, demarcando um campo de posição crítica sobre o referido projeto.

Um dos mais fortes críticos desse projeto é Sevá Filho, que é cientista e pesquisador do campo de energia hidráulica. Há mais de trinta anos, estuda e debate o complexo hidrelétrico projetado para o rio Xingu. Ele integra o corpo de cientistas que constitui o Painel de Especialistas, responsável por fazer um estudo crítico sobre o EIA de Belo Monte, a partir de uma demanda de movimentos e organizações sociais e ambientais. Sevá Filho (2009, p. 1), ao buscar assinalar as principais contradições que marcam historicamente o projeto de AHE Belo Monte, destaca as omissões e as “mentiras” no discurso e na defesa dos “projetistas”.

Por exemplo, omitiram até o início de Setembro de 2009, a poucos dias da realização das Audiências Públicas para a etapa de Licença Ambiental Prévia, que não havia qualquer plano de re-assentamento das populações a serem “compulsoriamente deslocadas” de suas moradias urbanas e rurais. O Estudo de Impacto Ambiental, o EIA, realizado por outras grandes empresas (Andrade Gutierrez e Odebrecht) além da mesma Camargo Correa e da principal estatal Eletrobrás, estima um total de quase vinte mil pessoas a serem desalojadas, e promete, apenas a uma parte delas, uma indenização por suas propriedades e benfeitorias! (SEVÁ FILHO, 2009, p. 1).

Ao se Referir ao “novo inventário hidrelétrico do Xingu”, o referido cientista (2009, p. 3) identifica “uma manobra geográfica e jurídica”<sup>201</sup>. Ao colocar nesses termos, Sevá Filho se contrapõe ao argumento oficial de que somente Belo Monte será construída nessa Bacia do Xingu, assim como questiona a viabilidade do empreendimento, além dos problemas

---

<sup>201</sup>Como parte dessa “manobra”, Sevá Filho (2009, p. 3) salienta três pontos: “a) Suprimir o projeto Cachoeira Seca, na esquina formada pelo rio Iriri, certamente por causa do alagamento que tomara a recém – criada Reserva extrativista do Riozinho do Anfrísio, antiga zona seringueira, além de alagar as T.Is. Xipaia e Curuaia, rio acima; como é de costume, nunca reconhecem que mudaram de planos por essa razão! b) Alterar os cinco “eixos” então previstos para barrar o rio Xingu no Estado do Pará: reduzindo para quatro “eixos”; e, exceto Belo Monte que continua prevendo a instalação dos mesmos 11.128 MW, altera os nomes e as capacidades elétricas dos outros três eixos: Babaquara se torna Altamira, agora com 1.848 MW, Ipixuna se torna Pombal, com 600 MW, e Kokraimoro se torna São Felix, com 906 MW; isso por causa do alagamento de trechos das várias T.Is. e pela submersão total da cidade de São Felix, que também não assumem! c) Reduz a altura das barragens desses três projetos, e muda bastante a localização dos dois últimos; no caso do projeto Belo Monte, consolidou-se a idéia já apresentada em 2001, de deslocar o “eixo” de barramento, na Volta Grande uns 50 km rio acima da cachoeira Jericoá, reduzindo a área alagada para, segundo diziam, pouco mais de 400 km<sup>2</sup>, o que se fosse verdade, seria quase uma terça parte do alagamento do projeto anterior. A razão mais forte para tal modificação foi certamente evitar o alagamento da T.I. Paquissamba, dos Juruna, e contornar a aplicação do artigo 231 da Constituição Federal, uma manobra geográfica e jurídica que os projetistas também não reconhecem”.

socioambientais que implica. Ao contrapor-se, também, ao discurso da “necessidade de se produzir energia a partir de hidrelétricas, consideradas – erroneamente, aliás - como fontes limpas e renováveis”, ele (2009, p. 4) verifica que “permanece em pleno vigor a ideia única de ‘aproveitamento integral do potencial hidráulico’ do rio Xingu” como “dogma central” do “fundamentalismo barrageiro”.

O referido autor, ainda, defende que a “área alagada não é de 400 e poucos km quadrados, pode ser 516 ou 605 km quadrados”.

Pois bem, no próprio EIA atualmente sendo analisado no IBAMA, a superfície das terras a serem alagadas não é mais de 400 e poucos km<sup>2</sup> e sim, 516 km<sup>2</sup>, isso se consideramos a altitude máxima prevista para o represamento, ou seja, com a água na cota – ou altitude - 97 metros acima do nível do mar (SEVÁ FILHO, 2009, p. 4).

Outro cientista e pesquisador dessa área de energia é Célio Bermann, que, também, compõe o corpo de cientistas do Painel de Especialistas, tendo publicado diversos estudos sobre Belo Monte. Bermann (2012a, p. 10), assim como Sevá Filho (2009), identifica um “artifício” utilizado na concepção da nova versão do projeto Belo Monte, pois, ao se reduzir a área de alagamento do reservatório, dos 1.200 km<sup>2</sup> para 516 km<sup>2</sup>, buscava-se não inundar as duas áreas indígenas localizadas na região: a Terra Indígena Juruna do Paquicamba e a Terra Indígena Arara da Volta Grande. Nesse caso, ao não alagar diretamente esses territórios indígenas, “o projeto se adequava à concepção dos projetos hidrelétricos em voga, de desconsiderar as consequências sociais e ambientais das populações não inundadas ou ‘afogadas’ pela formação dos reservatórios”. Por conseguinte, esse “artifício permitiu que o projeto não se sujeitasse ao disposto nos parágrafos 3º e 5º do Artigo 231 da Constituição Federal, que impede a remoção das populações indígenas sem consulta prévia e exigindo a aprovação pelo Congresso Nacional”.

Sevá Filho (2009, p. 4-5) salienta que o alagamento vai alcançar e atingir muitas terras, inclusive “onde nunca teve qualquer alagamento provocado pelo rio Xingu, onde havia apenas alagamentos sazonais, pequenos, nas várzeas dos cinco igarapés, que são afluentes da margem esquerda do Xingu, os quais serão também barrados...”. Quer seja no espaço urbano quer no espaço rural, muitos não contam como “atingidos” pelo empreendimento e, por conseguinte, não serão indenizados. Para além da cota de 97m estipulada<sup>202</sup>, essa cota pode

<sup>202</sup> “Cota – nome técnico genérico da altura ou altitude de um terreno ou de uma construção, usualmente medida em m, metros acima do nível do mar, e em geral vem indicada numa planta técnica, numa cartografia, num mapa. No caso de um rio ou de uma represa, as várias cotas são as alturas em que chega a água nas várias situações: cota mínima, média, máxima” (SEVÁ FILHO, 2005, p. 337).

chegar até 100m como calculam as empresas, diz ele, outras propriedades e benfeitorias podem ser atingidas, inclusive áreas de Preservação Permanente (APP)<sup>203</sup>.

Além desses, que podem estar compilados nos estudos do EIA, outros milhares de cidadãos moradores dos municípios de Altamira, Vitória do Xingu, Senador Jose Porfírio e Anapu no Estado do Pará serão prejudicados em suas moradias, suas posses, benfeitorias e propriedades, em suas atividades econômicas estabelecidas e em seus direitos elementares de acesso aos locais costumeiros e de circulação por via terrestre e por via fluvial – sem que sejam considerados como afetados ou atingidos pelas obras do pretendido projeto Belo Monte. Nesse grupo de cidadãos - que inexistem para os empreendedores, e portanto inexistem para o IBAMA, mas deveria por força de Ação Civil Pública, existir para a Justiça brasileira e serem igualmente consultados, informados devidamente (SEVÁ FILHO, 2009, p. 9) (*Vide* figura abaixo).

Figura 25 - UHE Belo Monte: Municípios do entorno



Fonte: ISA

Ao se referir aos “moradores” que ficarão no “trecho seco” ou “sequeiro” da Volta Grande do Xingu, Sevá Filho (2009, p. 9-10) identifica um conjunto de impactos e perdas socioambientais, que aponta como “catástrofe ecológica e social” e que se apresenta como “uma consequência direta da concepção do projeto Belo Monte (a ideia de encurtar o caminho da correnteza do Xingu pela Volta Grande através do sistema de canais e represas)”. O autor argumenta, ainda, que “mais uma vez os fazedores de projetos e de EIAs fazem uma manobra diversionista, para dourar a pílula”.

<sup>203</sup> Para Sevá Filho (2009, p. 7), “observa-se que de acordo com a pesquisa censitária realizada o número de pessoas residentes na área rural pesquisada, na ADA, é de 2.822 pessoas... Ocorre que os pesquisadores a serviço do EIA registraram que havia 1241 imóveis rurais e dentro deles, apenas 809 casas ocupadas, o que já despertaria desconfiças quanto ao rigor técnico desse trabalho de pesquisa (haveria imóveis rurais sem nenhuma casa? Ou haveria mais de 400 casas desocupadas no momento da pesquisa? E os imóveis rurais que sabidamente tem mais de uma casa? E os trabalhadores que passam o dia fora de casa?...”).

Bermann (2012a, p. 11) considera que essa região da Volta Grande vai sofrer uma grande redução dos níveis de água no trecho seccionado do rio. Isso implica que a suposta garantia de uma vazão ecológica de 700 m<sup>3</sup>/s é irreal e, assim, não possibilita à população (incluindo as comunidades indígenas Paquiçamba e Arara), que ficará na região, água suficiente para suas necessidades (transporte e alimentação à base de pesca), isto é, colocando em risco sua produção e reprodução social, seus modos de vida.

Tratando desse processo do ponto de vista jurídico, o Procurador da República no Estado do Pará, Felício Pontes Junior, identifica violações de direitos, em particular dos povos indígenas, posto desconsiderar-se a Constituição Federal e os Tratados Internacionais.

Tão grave quanto a falta da oitiva<sup>204</sup> dos indígenas pelo Congresso é o argumento do governo exposto ao contestar uma das ações promovidas pelo Ministério Público Federal. Diz que não é necessária a oitiva porque nenhuma terra indígena será inundada. É verdade. Na Volta Grande do Xingu não haverá inundação. Haverá quase seca, já que a maior parte do rio vai ser desviado, levando ao desaparecimento de 273 espécies de peixes nos 100 quilômetros que passam em frente às Terras Indígenas Paquiçamba e Arara do Maia (PONTES JÚNIOR, 2011, p. 1).

Conforme o *Painel de Especialistas: Análise Crítica do Estudo de Impacto Ambiental do Aproveitamento Hidrelétrico de Belo Monte*<sup>205</sup>, organizado pelos pesquisadores Sônia Magalhães Santos e Francisco del Moral Hernández (2009), o Estudo de Impacto Ambiental e o Relatório de Impacto Ambiental (EIA-Rima) sobre Belo Monte apresentam problemas de diversas ordens. Sobre *os estudos*, esse Painel identifica:

Inconsistência metodológica; ausência de referencial bibliográfico adequado e consistente; Ausência e falhas nos dados; Coleta e classificação assistemáticas de espécies, com riscos para o conhecimento e a preservação da biodiversidade local; Correlações que induzem ao erro e/ou a

<sup>204</sup> Explica o Procurador: “As audiências de licenciamento ambiental nada têm a ver com o instituto da oitiva das comunidades indígenas afetadas. Aquelas decorrem de qualquer processo de licenciamento ambiental de obras potencialmente poluidoras. Esta decorre do aproveitamento de recursos hídricos em terras indígenas. Aquelas são realizadas pelo órgão ambiental nos municípios afetados por uma obra. Esta, a oitiva, somente pelo Congresso Nacional (art. 231, §3º, da Constituição). Até hoje o Congresso Nacional jamais promoveu a oitiva das comunidades indígenas do Xingu. O processo legislativo para esse fim tramitou em 2005. Sua duração foi de menos de 15 dias na Câmara e no Senado. Um dos projetos mais rápidos de nossa recente história republicana. No dia de sua aprovação final, uns senadores, em sessão, o qualificaram de “projeto-bala” e “the flash”. E nenhum indígena foi sequer ouvido. Ou seja, o Congresso simplesmente ignorou a legislação nacional e internacional e inventou um processo sem ouvir os indígenas” (PONTES JÚNIOR, 2011, p. 1). Ver Pontes Jr. “Belo Monte e o último ritual indígena”. Artigo publicado pelo site do movimento Xingu Vivo Para Sempre (19/04/11). Disponível em: <http://www.xinguvivo.org.br/2010/10/14/historico/>. Acesso em: 15 mai. 2014.

<sup>205</sup> No tocante a esse Painel de Especialistas, segundo esse próprio documento, “Trata-se de estudo crítico realizado por um *Painel de Especialistas* (pesquisadores de diversas instituições de ensino e pesquisa), com o objetivo de evidenciar para a sociedade as falhas, omissões e lacunas destes estudos e subsidiar um processo de decisão, que se espera seja pautado pelo debate público - sério e democrático” (MAGALHÃES *et al.*, 2009, p. 10). Esse estudo partiu de uma demanda de movimentos e organizações da sociedade civil, que protagonizam e lutam contra esses grandes empreendimentos, como Belo Monte.

interpretações duvidosas; Utilização de retórica para ocultamento de impactos (MAGALHÃES *et al.*, 2009, p. 11).

Sobre os impactos, ele verifica:

Subdimensionamento da área diretamente afetada; Subdimensionamento da população atingida; Subdimensionamento da perda de biodiversidade; Subdimensionamento do deslocamento compulsório da população rural e urbana; Negação de impactos à jusante da barragem principal e da casa de força; Negligência na avaliação dos riscos à saúde; Negligência na avaliação dos riscos à segurança hídrica; Superdimensionamento da geração de energia; Subdimensionamento do custo social, ambiental e econômico da obra (MAGALHÃES *et al.*, 2009, p. 11).

E enfatiza:

O *Painel de Especialistas*, sobretudo, chama atenção para a retórica sobre os impactos na Volta Grande, chamado —Trecho de Vazão Reduzida, que oculta, dentre outros, o fato de que Terras Indígenas – Juruna do Paquiçamba e Arara da Volta Grande – são “diretamente afetadas” pela obra. E, ademais, grupos Juruna, Arara, Xipaya, Kuruaya e Kayapó, que, imemorial e/ou tradicionalmente, habitam as margens deste trecho do Rio (MAGALHÃES *et al.*, 2009, p. 11).

O Painel de Especialistas, ao tratar da “Área Diretamente Afetada”, identifica que um conjunto de agricultores sofrerá com os impactos, tendo “suas terras parcialmente engolidas pela obra”. No entanto, esse grupo social não foi considerado e reconhecido pelo EIA como inserido na área diretamente afetada, desconsiderando, assim, sua condição de “atingido” diretamente. “Conforme o EIA, foi deixado para avaliação posterior” (MAGALHÃES *et al.*, 2009, p. 32)<sup>206</sup>.

Assim, por problemas metodológicos acima mencionados e por exclusões arbitrárias, chega-se a um número de 2822 pessoas “diretamente atingidas” na Região rural (EIA, 2009, p.23/24, vol.23). Uma metáfora numérica que, portanto, exclui: área de “sequeiro” da Volta Grande; lotes inviáveis; ausentes do domicílio no momento da pesquisa; projeção de migrantes que potencialmente se instalarão nessas áreas e, ademais, projeção da faixa etária no momento da pesquisa e na efetivação do deslocamento compulsório. Esta seria a base mínima indispensável para assegurar algum grau de confiabilidade ao número da população que será efetivamente compulsoriamente deslocada e para a qual devem ser estimados os custos sociais, econômicos e ambientais (MAGALHÃES *et al.*, 2009, p. 33).

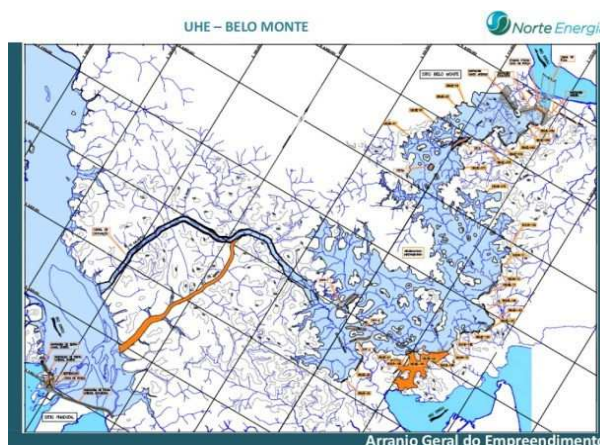
<sup>206</sup> A Área de Influência Direta seriam os municípios de: Altamira, Brasil Novo, Vitória do Xingu e Anapu. Em relação a este último município, “não foi realizado o estudo – foi feito algo chamado —diagnóstico expedito, cujas premissas metodológicas não são explicitadas.” Desses quatro municípios identificados anteriormente, é extraída a Área Diretamente Afetada: “1522 km<sup>2</sup>. Isto é, área que efetivamente será ocupada pelo lago e pelos canteiros, diques, etc, exclusive as vilas de residência dos trabalhadores”. E salientam que todos os outros municípios que fazem parte da Região de Integração do Xingu “estão incluídos na Área de Influência Indireta, e, portanto, fora de qualquer programa de compensação ou mitigação”. Destacam, ainda, que o chamado *trecho de vazão reduzida* da Volta Grande do Xingu – onde se localizam as Terras Indígenas Juruna do Paquiçamba e Arara da Volta Grande, e uma dezena de vilarejos – “está excluído. No entanto, os estudos sobre os efeitos da redução de vazão indicam que a permanência de população nesta área será inviabilizada” (Idem, Op. Cit).

Nesse estudo, identifica-se, também, a “Ausência do detalhamento de programas e projetos de mitigação”. No que concerne a isso, Magalhães *et al.* (2009, p. 33) argumentam:

Os planos, programas e projetos de mitigação de impactos deveriam ser apresentados no volume 33. Todavia, o que se observa é um esquema ou lista de temas a serem contemplados, seguido de intenções, sem qualquer especificação ou detalhamento dos custos, de modo que não se pode avaliar se estes são ou não adequados. Neste esquema constam os nomes de 13 planos, 53 Programas e 58 Projetos relacionados (MAGALHÃES *et al.*, 2009, p. 33)<sup>207</sup>.

Ao analisarem as mudanças recentes no Projeto de AHE Belo Monte, Hurwitz *et al.* (2011, p. 22) argumentam que “após a realização do leilão em abril de 2010, o Consórcio Norte Energia, com a finalidade de baratear custos de construção, alterou o projeto de engenharia de Belo Monte, o que resultou na manutenção de apenas um canal de derivação com 300 a 700m de largura e a retirada do vertedouro complementar” (*Vide figuras abaixo*).

Figura 26 - Projeto com dois canais e vertedouro complementar



Fonte: Norte Energia

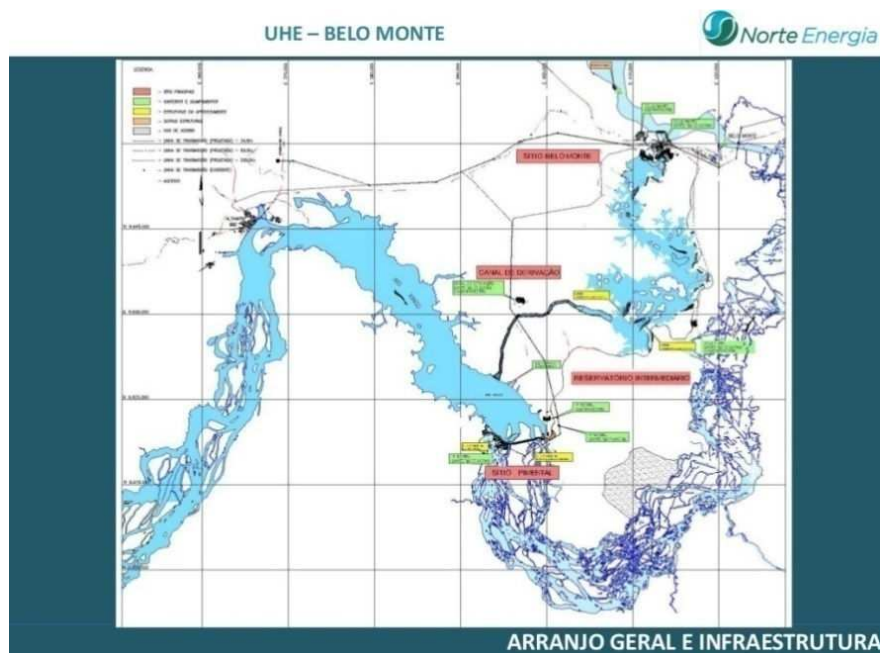
Figura 27 - Projeto com um canal e sem vertedouro complementar



Fonte: Norte Energia

<sup>207</sup>Ver “Um dossiê a favor de Belo Monte” por Fábio Bittencourt (29/11/2011), confrontando os argumentos do Painel de Especialistas. Disponível em: <http://advivo.com.br/node/696568>. Acesso em: 5 mai. 2014.

Figura 28 - Projeto Belo Monte (atual)



Fonte: Norte Energia

Hurwitz *et al.* (2011, p. 23) destacam que “não foram realizados estudos complementares sobre as consequências e os riscos sociais e ambientais associados a essa alteração do projeto de engenharia”. E enfatizam:

Por meio da barragem de Pimental e os canais de derivação, seriam desviados mais de 80% da vazão do rio Xingu para alimentar a casa de força no sítio Belo Monte. A redução drástica da vazão do Xingu num trecho de aproximadamente 100 km, conhecido como Volta Grande, onde vivem povos indígenas e ribeirinhos, tem sido o aspecto mais polêmico do AHE Belo Monte em termos de seus impactos sociais e ambientais. A água desviada do rio Xingu formaria um grande reservatório em áreas de florestas e lavouras, ocupadas atualmente por agricultores familiares e ribeirinhos – causando outros impactos significativos. Com a barragem de Pimental, outro reservatório seria formado no leito do Xingu até a cota de 97m, que alagaria áreas nos 60 quilômetros rio acima, incluindo parte significativa da cidade de Altamira (HURWITZ *et al.*, p. 22-23).

Ao se referirem aos impactos à Jusante, tomando como exemplo o AHE Belo Monte, Fearnside e Millikan (2012, p. 50) argumentam que os impactos desse empreendimento vão muito além da área diretamente alagada pelo reservatório. Os impactos à jusante, “no trecho seco”, não são considerados, excluindo, assim, um conjunto de “atingidos” ou “afetados” de serem consultados e as implicações para a biodiversidade dessa área.

O chamado “trecho seco” abaixo de Belo Monte é resultado do desenho da barragem, que desvia a maior parte da água para o lado através de um grande canal, para retornar ao rio em um ponto mais de 100 km a jusante. Duas áreas indígenas são localizadas no longo trecho do rio conhecido como “Volta Grande” do Xingu que terá seu fluxo de água reduzido a uma quantidade mínima, privando os Povos Indígenas e outros moradores dos



peixes que são a sua fonte principal de alimento, bem como o papel do rio para transporte (FEARNSIDE; MILLIKAN, 2012, p. 50).

Uma das principais polêmicas, que cercam Belo Monte, diz respeito à sua *ineficiência energética*, pois sua energia firme (média anual da energia a ser produzida) será inferior a 40% de sua potência, o que torna Belo Monte como um dos empreendimentos hidrelétricos de menor eficiência energética do Brasil. No tocante a isso, Pinto (2011, p. 7), ao analisar o projeto anterior e comparar com as mudanças no projeto atual, adverte para o risco do funcionamento e da sua viabilidade econômica e energética.

Sem essas bacias de acumulação rio acima [as barragens à montante] e com a redução do lago da própria usina, Belo Monte não terá água suficiente para funcionar durante metade do ano. Por isso, sua potência firme (a energia disponível em média) será inferior a 40% da capacidade nominal, abaixo do ponto de viabilidade. [...] O aproveitamento energético da bacia do Xingu talvez seja a mais demorada e acidentada das trajetórias já registradas nos anais da construção de barragens no Brasil, que é um dos países com maior tradição nesse tipo de engenharia em todo mundo (PINTO, 2011, p. 7).

Diante desse quadro, a decisão normativa do governo federal, através do Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) de não construir outras hidrelétricas rio acima, revela-se ainda mais frágil e tende à construção de outras hidrelétricas como já apontado por Sevá Filho (2009) no “novo” inventário do desenho do Complexo Hidrelétrico do Xingu com quatro “eixos” hidrelétricos. Considerando, portanto, essa baixa vazão do rio Xingu durante quatro ou mais meses do ano, que tende a deixar ociosas as turbinas da casa de força principal, é grande a probabilidade em favor da construção dessas “novas” hidrelétricas, depois que Belo Monte se tornar um fato consumado. A construção de “novas hidrelétricas” rio acima, conforme alertam esses estudiosos, vai provocar elevados impactos e riscos sociais e ambientais, destacando-se conflitos com povos indígenas e comunidades tradicionais e camponesas e um aumento acentuado nas emissões de gases de efeito estufa.

Sobre esse debate, o cientista Philip Fearnside (2011, p. 16), pesquisador do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia e membro do Painel de Especialistas, adverte para a importância que a dimensão “econômica” assume nessa polêmica de Belo Monte, em seu entendimento, evidenciando o que considera limite das críticas até agora produzidas, as quais têm focado nas dimensões sociais e ambientais, deixando uma lacuna no debate da “viabilidade econômica” do projeto/empreendimento. Para ele, o pertinente argumento que sempre deve ser lembrado “é a falta de viabilidade econômica da obra em sua versão oficial, ou seja, sem as barragens rio acima”.

Fearnside (2011, p. 17-18) chama a atenção para a construção das outras barragens rio acima no Xingu, para fazer funcionar Belo Monte em sua capacidade, e que, por conseguinte, o lago a ser criado pelo reservatório será muito maior do que a área indicada de 516 km<sup>2</sup>:

Isto é, depois de construída Belo Monte, haverá uma grande “surpresa” quando se descobrir que o rio Xingu não tem água suficiente durante três ou quatro meses no ano para rodar sequer uma única turbina nos 11 mil MW na casa de força principal, e vai ficar apenas com as 330 MW das pequenas turbinas da casa de força suplementar. Deixar ociosas as grandes turbinas, que representam a parte mais cara de uma hidrelétrica, e também deixar sem energia o sistema de linhas de transmissão, não será um negócio rentável. Isto dará a força política para justificar a construção de barragens rio acima, com impactos desastrosos hoje habilmente escondidos da discussão pública. [...] A hidrologia e a economia oferecem fortes indícios para que a história se desenvolva de outra forma, com a construção de mais barragens para aumentar o fluxo de água em Belo Monte na época da vazante. A próxima barragem seria a Babaquara/Altamira, com 6.140km<sup>2</sup> pelo plano original (FEARNSIDE, 2011, p. 17-18)<sup>208</sup>.

O referido pesquisador (2011, p. 12) sustenta que mesmo não considerando essas barragens à montate, Belo Monte “em si tem impactos bem maiores do que os admitidos”, sugerindo com isso que o mais prudente é não construir a maioria dos projetos hidrelétricos propostos para Amazônia. Ao se contrapor à tese de que as hidrelétricas não emitem gases poluentes e, por conseguinte, produzem “energia limpa e renovável”, Fearnside (2011) argumenta o risco de não se considerar as emissões de gases altamente tóxicos provenientes desses empreendimentos hidrelétricos, que contribuem para o “efeito estufa”, o aquecimento global. Ele salienta os interesses de grandes grupos políticos e econômicos em não admitir esse fato. Para Fearnside (2011, p. 15), o EIA-Rima de Belo Monte é exemplo patente disso.

A outra maneira é usar dados das emissões a jusante (rio abaixo) medidas apenas como fluxos da superfície do rio, realizadas a 50m ou mais abaixo das turbinas, ou seja, após muito do metano já ter sido liberado. A única forma de contabilizar a emissão nas turbinas sem omitir o gás liberado logo na saída das turbinas é pela diferença entre as concentrações de metano na água acima da barragem e abaixo da barragem. Entretanto, a tática usada é a de dizer que essas emissões são sujeitas à “controvérsia” e, portanto, não devem ser consideradas até haver consenso entre os cientistas (FEARNSIDE, 2011, p. 15).

<sup>208</sup> Ao comparar a Hidrelétrica de Balbina, construída na segunda metade da década de 1980, em Presidente Figueiredo, no Estado do Amazonas, com Belo Monte, Fearnside (2011, p. 08) identifica diferenças, mas adverte: “O paralelo com Belo Monte é extremamente preocupante. No caso de Belo Monte as autoridades elétricas hoje fazem pronunciamentos afirmando que apenas uma barragem será construída no rio Xingu, e mais nenhuma das outras cinco originalmente planejadas rio acima. No entanto, essa usina produziria uma quantidade bem maior de energia com pelo menos uma das barragens adicionais rio acima, presumivelmente a Babaquara (ou “Altamira” pelo novo nome oficial). Só essa barragem teria 6.140km<sup>2</sup> pelo plano original, ou seja, mais do que o dobro da área de Balbina, e grande parte seria em área indígena. Assim como em Balbina, onde a opção de 46m foi “esquecida” em prol dos 50m, a tentação no sentido de simplesmente “esquecer” as promessas divulgadas pode ser grande na hora de iniciar a construção da obra”.

No que concerne, ainda, a essa problemática, Fearnside (2011, p. 17) defende que o EIA-Rima apresenta “muitas falhas graves” e lembra que na “licença prévia, concedida (sob pressão) pelo Ibama em 1º de fevereiro de 2010”, existe uma cláusula respaldando, legalmente, que “a autorização seria revogada caso tenha havido ‘omissão ou falsa descrição de informações relevantes que subsidiaram a expedição da licença’”. Para ele, um evidente exemplo disso “é o tratamento das emissões de gases de efeito estufa”.

No que tange ao custo orçamentário da obra, segundo o MPF, estava previsto, inicialmente, R\$ 10, 4 bilhões (em 2001), mas a previsão chega a R\$ 31, 2 bilhões (em 2011), lembrando que outros custos não estão embutidos nesse valor. Desse custo total, o BNDES vai arcar com 80% na forma de empréstimo financeiro à Empresa Norte Energia.

Ao pedir empréstimo ao BNDES, em 2011, o consórcio de empresas para fazer Belo Monte solicitou R\$ 25 bilhões, o que representaria em torno de 80% dos custos. Logo, o custo oficial seria de R\$31,2 bilhões. Nesse custo não estão previstos o valor do desmatamento que pode atingir 5,3 mil km<sup>2</sup> de floresta (segundo o próprio consórcio), o valor de 100 km de leito do Xingu que praticamente ficará seco, a indenização a povos indígenas e ribeirinhos localizados nesse trecho, todos os bairros de Altamira que estão abaixo da cota 100 e, portanto, serão inundados... só para mostrar alguns exemplos (PONTES JÚNIOR, 2011, p. 1)<sup>209</sup>.

Pesquisadores chamam atenção para “um exercício de engenharia financeira para viabilizar a obra com toda sorte de renúncia fiscal e isenções que trarão um aumento desproporcional da dívida pública” (COELHO *et al.*, 2010, p. 44). No que toca a isso, Coelho *et al.* (2010) advertem para aspectos, além do litígio jurídico-financeiro, do risco do grande custo ser arcado pela sociedade. Para Bermann (2013, p. 2), em face do custo de 30 bilhões de Reais e de sua baixa capacidade, Belo Monte “deveria ser descartada”. Para ele, esse empreendimento está diretamente vinculado aos interesses de grandes empreiteiras e empresas ligadas a esse tipo de construção em detrimento do interesse público e da economia brasileira<sup>210</sup>.

Visando responder à questão: “o que o Brasil ganha com Belo Monte?”, Fearnside (2011, p. 10) argumenta ser “difícil dizer o que Brasil vai ganhar com Belo Monte”, visto que, para ele, o empreendimento está sendo pago pelo povo (dinheiro público), e quem está se beneficiando são as empresas internacionais de alumínio, transformando um patrimônio

<sup>209</sup>Ver: “O Custo de Belo Monte” Publicado em *O Globo* (18/04/2011). Disponível em: <http://www.xinguvivo.org.br/2011/04/18/felicio-pontes-o-custo-de-belo-monte/>. Acesso em: 03 jan. 2014.

<sup>210</sup>Ver: “Belo Monte é um absurdo e termelétricas são desnecessárias”. Disponível em: <http://www.oeco.org.br/reportagens/26851-belo-monte-e-um-absurdo-e-termeletricas-sao-esnecessarias>. Acesso em: 29 jan. 2014.

público em privado e reforçando a lógica da exportação de energia, por meio do lingote de alumínio, restando ao país, em particular a Amazônia, grandes prejuízos sociais e ambientais.

Essencialmente, o Brasil está dando subsídios aos beneficiários de outros países. O subsídio maior não é o financeiro, mas sim o impacto ambiental e social que o Brasil está recebendo. Exportação de alumínio é essencialmente a exportação de energia elétrica, em forma de lingotes. Outros países não querem ter os impactos de gerar esta energia domesticamente e, portanto, exportam o impacto ambiental para o Brasil. E o país não está cobrando por esse impacto. Ao contrário, vem até facilitando a exportação sem sequer incorporar devidamente em seu custo todos os gastos puramente financeiros com o fornecimento de energia (FEARNSIDE, 2011, p. 10).

Ao ser questionado “se investimentos na direção de projetos como o de Belo Monte não forem realizados, a matriz energética brasileira será inevitavelmente mais suja e cara”?. Ele responde que “não” e contra-argumenta, demarcando a relação intrínseca entre energia e indústria eletrointensiva de exportação. Essa “opção”, segundo ele, é desfavorável ao país, visto que as “hidrelétricas criam grandes impactos” e o benefício em termos de geração de emprego por essas indústrias é “insignificante”. E alerta, caso o país continue seguindo essa lógica sem limites de construção de hidrelétricas, sérios riscos estão postos para sua sociobiodiversidade, em particular para Amazônia.

Há planos para duplicar a capacidade de praticamente todas as usinas de alumínio no Brasil visando, evidentemente, à exportação, já que o país produz hoje muito mais alumínio do que é consumido no mercado doméstico. Seguindo essa lógica, não haverá limites de quantas hidrelétricas o Brasil “precisará ter” se for para suprir a demanda mundial de alumínio. A discussão sobre o que deve ser feito com a energia ainda nem começou no Brasil (FEARNSIDE, 2011, p. 7).

Daí esse pesquisador discordar da premissa “de que o Brasil precisa produzir mais energia para se desenvolver” e isso justificaria a construção de Belo Monte, pois, dentre os múltiplos problemas desse empreendimento, ele destaca dois: primeiro: “grande parte da energia seria usada para alumínio” e segundo, “há um grande impacto ambiental e social (ignorado no EIA-Rima) pela imensa área a ser inundada pelas barragens que foram propostas a montante (rio acima) para suprir água às turbinas de Belo Monte”.

Isso não resolve a falta de energia para outros usos de eletricidade e ainda estimula a expansão das usinas de alumina (em Juruti e Barcarena) e de alumínio primário (em Barcarena e em São Luís). Além disso, justifica a construção de termoelétricas para fazer essas usinas funcionarem no período do ano em que Belo Monte estará praticamente sem água. Segundo, há um grande impacto ambiental e social (ignorado no EIARIMA) pela imensa área a ser inundada pelas barragens que foram propostas a montante (rio acima) para suprir água às turbinas de Belo Monte, que tem uma grande capacidade instalada: 11 mil MW. Além disso, não há um reservatório com armazenamento “vivo” de água para manter funcionando as turbinas da casa principal de força na época de baixa vazão. O problema é a chamada

“mentira institucionalizada”, ou seja, as afirmações oficiais anunciadas desde 2008 de que seria construída apenas uma barragem (Belo Monte) no rio Xingu. Qualquer outra barragem a montante resultaria em um impacto real de Belo Monte muitas vezes maior do que é oficialmente admitido (FEARNSIDE, 2011, p. 11).

Nesse sentido, esses estudiosos destacam que a energia, em sua maior proporção, gerada por esses grandes empreendimentos hidrelétricos na região, visa abastecer sobretudo o Centro Sul do país, seu setor industrial eletrointensivo, em detrimento do processo de desenvolvimento da região, demarcando uma distribuição desigual do acesso e do consumo de energia, em particular para o setor residencial, em especial os espaços periféricos das cidades, rurais e territórios indígenas, quilombolas e dos povos das florestas.

É importante ressaltar que já existe estudo e solicitação de licenciamento para exploração de minério na região da Volta Grande do Xingu, em especial na área conhecida como de *vazão reduzida*, pela empresa canadense *Belo Sun Mining Corp*<sup>211</sup>. Para Telma Monteiro (2012, p. 1), “Belo Monte é a forma de viabilizar definitivamente a mineração em terras indígenas”, por meio do *Projeto Volta Grande* (ANEXO 6).

Ao fazer um estudo sobre o EIA-Rima desse projeto de mineração, a referida autora crítica, apontando falta de esclarecimentos:

[...] não há menção aos indígenas da região, nem ao fato de que as obras de Belo Monte facilitarão o projeto Volta Grande e nem por que a Secretaria Estadual do Meio Ambiente do Pará está licenciando o empreendimento, quando deveria ser o Ibama. São 106 processos de licenciamento de mineração – ouro, bauxita, diamante, cassiterita, manganês, ferro, cobre, areia, granito – no site do Ibama, dos quais 30 são no estado do Pará. Então, por que esse licenciamento escapou da análise dos técnicos do Ibama? (MONTEIRO, 2012, p. 2).

E alerta para os “impactos socioambientais” agravados com esse projeto de mineração nessa região:

Os impactos ambientais do projeto da Belo Sun Mining sobre a biodiversidade vão atingir principalmente a qualidade das águas superficiais e subterrâneas - assoreamento dos cursos d'água -, o que acrescenta à região mais um agravante para aumentar o prejuízo das comunidades indígenas da Volta Grande e do rio Bacajá, já às voltas com impactos semelhantes decorrentes das obras de Belo Monte. Sem contar o precedente que vai escancarar as portas para exploração de outras jazidas (MONTEIRO, 2012, p. 3).

---

<sup>211</sup> No Brasil, a empresa responsável pelo Projeto Volta Grande, segundo Monteiro (2012, p. 5), “é a Belo Sun Mineração Ltda., subsidiária brasileira da empresa canadense Belo Sun Mining Corporation, que pertence ao grupo Forbes & Manhattan Inc., um banco mercantil de capital privado voltado para projetos de mineração em todo o mundo”.

Isso evidencia a condição estratégica de Belo Monte, na relação com outros grandes projetos e frentes econômicas de expansão (como a mineral), para o avanço da dinâmica de valorização e reprodução do capital sobre os territórios de povos e comunidades tradicionais e camponesas e sobre os recursos naturais, reafirmando e reproduzindo a condição de fronteira de recursos da Amazônia a ser espoliada e explorada, intensiva e extensivamente.

Nesse horizonte, a equação energia e desenvolvimento, mediada pela industrialização, tomada, mecanicamente, pode levar a conclusões simplistas, ocultando processos e relações de desigualdade e, portanto, de *desenvolvimento geográfico desigual* (HARVEY, 2009), posto o ajustamento do novo padrão de desenvolvimento aos ditames do *mercado interno e internacional*. Ademais, vincula-se a geração, produção e comercialização de energia, hegemonicamente, ao processo de desenvolvimento industrial capitalista e de exportação de *commodities*, desconsiderando a dinâmica de outros territórios: rurais e indígenas, que conformam outras lógicas e formas de sociabilidade (COELHO *et al.*, 2010).

Hurwitz *et al.* (2011, p. 23-25) destacam que o AHE Belo Monte se caracteriza como uma espécie de “hidrelétrica botox”:

um projeto antigo, cercado de controvérsias, que passou por algumas mudanças tecnológicas ao longo do tempo, porém sem superar problemas básicos relacionados a seus impactos sociais e ambientais e à sua viabilidade econômica. Em geral, projetos desse tipo tendem a ser mantidos mais por razões políticas do que por necessidade econômica ou social, gerando riscos graves para seus investidores públicos e privados (HURWITZ *et al.*, 2011, p. 23-25).

Ao se sobrepor razões políticas a outras dimensões, é importante ter o cuidado para não se perder uma análise multidimensional e multiescalar do problema que expressa Belo Monte. Para Fearnside (2011, p.13), associado ao “valor político”, que cerca esse projeto/empreendimento, encontra-se a dimensão “financeira” da indústria hidrelétrica que marca diretamente. Segundo ele,

Há bastante evidência de que o “projeto atual” – a que os oponentes da barragem chamam de “mentira institucionalizada” –, seja mesmo uma mentira. Isto é, o cenário oficial é apenas uma barragem no rio Xingu. Esse cenário não tem credibilidade alguma entre pessoas que estudam o caso e que não sejam financeiramente ligadas à indústria hidrelétrica (FEARNSIDE, 2011, p.13).

Recusando as premissas econômicas oficiais e dominantes para justificar a construção desse projeto de AHE Belo Monte, Bermann (2012a, p. 6-7) concebe-o como a expressão do “processo de expansão da hidreletricidade na região amazônica”, que é inerente à lógica da “autocracia energética como paradigma”. Nesse sentido, ele aponta as consequências socioambientais para as populações tradicionais da região. Assim, a partir da perspectiva de

“uma divisão internacional da exploração dos recursos naturais”, ele identifica que o “planejamento e construção de projetos hidrelétricos na região amazônica deixaram de ser apenas uma questão nacional e vêm adquirindo um caráter regional”. Nesse sentido, esse projeto/empreendimento de Belo Monte “é o paradigma para o processo de expansão da fronteira hidrelétrica na bacia amazônica. Um paradigma marcado pela negação da democracia e pela desconsideração às populações tradicionais da região”.

Esse modo de conceber o projeto de AHE Belo Monte evidencia e reforça o lugar reservado à região amazônica, em particular à Bacia do Xingu, como *fronteira hidrelétrica* (MAGALHÃES; HERNÁNDEZ, 2011), haja vista sua inserção como potencial hidrelétrico a ser explorado e como exportadora de energia elétrica para prover “segurança energética”, crescimento econômico e desenvolvimento capitalista ao país, sob uma perspectiva, marcadamente, neodesenvolvimentista.

#### 4.3 O DEBATE SOBRE BELO MONTE EXPRESSO NA MÍDIA

O campo midiático tem se constituído em um importante terreno de disputas para se construir uma legitimação social, econômica, política e ambiental ou um consenso hegemônico em torno do projeto de Belo Monte, assim como um campo de crítica, de dissenso, não obstante as relações e as condições nesse campo se desenvolvam de forma desigual estruturalmente, haja vista a existência do monopólio desse setor nas mãos de restritos grupos econômicos e políticos no Brasil.

Como identificado desde início do projeto anterior, o *Kararaô*, em especial no I Encontro dos Povos Indígenas do Xingu, a mídia local, nacional e, também, internacional passaram a dar uma conotação mais alargada à questão, crivando o objeto por vários pontos de vista, sobretudo por parte de jornalistas e organizações comprometidos com a causa ambientalista e indígena, através da emergência das chamadas “mídias alternativas” que passavam a ganhar mais força e amplitude.

Uma dessas polêmicas foi provocada pelo pequeno artigo do professor Célio Bermann (2002)<sup>212</sup>, no qual o autor, assumindo um posicionamento crítico, sustenta que a Bacia Hidrográfica do Xingu “está correndo o risco de se tornar uma jazida de megavates cara e inútil, social e ambientalmente insustentável. A insistência com que, atualmente, a empresa Eletronorte procura viabilizar o projeto da Usina de Belo Monte é uma evidência deste risco”. E defende:

---

<sup>212</sup>Ver: “O Brasil não precisa de Belo Monte” (11/04/2002). Disponível em: <http://tukascaletti.blogspot.com.br/2010/04/o-brasil-nao-precisam-de-belo-monte-por.html>. Acesso em: 9 nov. 2013.

A usina hidrelétrica de Belo Monte, com 11.182 MW de potência instalada, só vai operar com esta potência durante três meses do ano. Em função do regime hidrológico, nos demais meses, a água disponível só vai possibilitar uma energia firme de 4.670 MW, ou seja, um fator de capacidade de pouco mais de 40%, o que torna esta energia muito cara para viabilizar o investimento total requerido. Para aumentar o fator de capacidade e viabilizar Belo Monte, será necessário regularizar a vazão do rio Xingu, através da construção das outras quatro usinas, que formarão reservatórios com áreas tão grandes que a própria Eletronorte tem receio de divulgar. O fato é que, ao contrário do que diz a Eletronorte e o governo, o Brasil não precisa de Belo Monte (BERMANN, 2002, p. 2).

No texto *O Brasil precisa de Belo Monte - Resposta da Eletronorte para Célio Bermann*<sup>213</sup>, assinada por um grupo técnico da Eletronorte, essa equipe defende que “o mercado de energia crescerá” e, assim, existe a “necessidade de ampliação da capacidade instalada”, o que, para eles, justifica a construção de Belo Monte, que é apresentado como o “único aproveitamento hidrelétrico da Bacia do Rio Xingu”.

Segundo as projeções do Comitê Coordenador do Planejamento da Expansão dos Sistemas Elétricos - CCPE, o mercado de energia elétrica do Sistema Interligado Brasileiro crescerá a taxas da ordem de 5% ao ano. Isso implica a necessidade de ampliação da capacidade instalada em cerca de 4.000 MW ao ano, considerando o quinquênio 2006-2010. Para fazer frente a esse crescimento de mercado, deverão ser construídos no Brasil novos empreendimentos hidrelétricos e termelétricos. O único aproveitamento hidrelétrico da Bacia do Rio Xingu em estudo de viabilidade é o Complexo Hidrelétrico Belo Monte, que tem o nome de complexo por ser constituído de duas casas de força, uma principal, com 11000 MW, e outra, complementar, com 181 MW (ELETRONORTE, 2002, p. 1).

Essa equipe, ainda, sustenta “a expressiva viabilidade técnica e econômica” do empreendimento,

mesmo sem considerar os possíveis benefícios da regularização de outros reservatórios que possam ser construídos a montante. A interligação elétrica de Belo Monte com outras usinas do Sistema Interligado Brasileiro também possibilita a regularização da energia de Belo Monte, sem a necessidade da construção de grandes reservatórios no rio Xingu a montante de Belo Monte para torná-la viável (ELETRONORTE, 2002, p. 1).

Uma outra polêmica se deu em torno do texto *Belo Monte, a floresta e a árvore*, de autoria do Físico Rogério Cezar de Cerqueira Leite, publicado na Folha de São Paulo, em 19/05/2010<sup>214</sup>. Cerqueira Leite (2010), em tom sarcástico, diz:

QUE CARNAVAL estão fazendo os ambientalistas e ecopalermas em torno da futura usina de Belo Monte, a ser implantada no médio Xingu, na Amazônia. O primeiro crime, segundo eles, seria o sacrifício de 500 km<sup>2</sup> de

<sup>213</sup>Ver: “O Brasil precisa de Belo Monte - Resposta da Eletronorte para Célio Bermann” (17/04/2002). Disponível em: <http://pib.socioambiental.org/pt/noticias?id=4794>. Acesso em: 9 nov. 2013.

<sup>214</sup>Ver “Belo Monte, a floresta e a árvore” de Rogério Cezar de Cerqueira Leite” (19/05/2010). Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniaofz1905201009.htm>. Acesso em: 3 fev. 2014.



mata, ou seja, a mesma área que, em média, tem sido desmatada a cada dois dias nesses últimos anos, devido ao comércio de madeiras e à invasão da soja e do gado na Amazônia. Esse exército extemporâneo de Brancaloneo é composto de conservacionistas de diversas espécies (CERQUEIRA LEITE, 2010, p. 34).

No tocante à “questão social”, defende:

[...] é preciso lembrar que o caso de Belo Monte é muito diferente do de Três Gargantas, na China, onde a densidade da população ribeirinha era extremamente elevada. O governo chinês admite que precisou realocar 1 milhão de habitantes; outras organizações falam em 2 e até 3 milhões. Em contraste, considera-se que, em Belo Monte, apenas dois ou três milhares de habitantes são computados e que, na mudança, ganhariam significativamente quanto a infraestrutura e conforto pessoal. Os índios da região amazônica são, em origem, seminômades, deslocando-se periodicamente sempre que recursos naturais se escasseiem devido ao extrativismo a que eles mesmos recorrem. Portanto, dos pontos de vista cultural, psicológico e até mesmo material, contrariamente ao que pretendem alguns ambientalistas, o índio pouco ou nada sofrerá (CERQUEIRA LEITE, 2010, p. 34).

Para ele, “da maneira como está planejada Belo Monte, usina de fio d’água, não há no Brasil melhor opção do ponto de vista de sustentabilidade, que combine condições ecológicas e também financeiras”. E arremata que se o país

for impedido de ampliar o aproveitamento do seu potencial hidroelétrico, será forçado a recorrer ao combustível fóssil, pois a energia eólica, embora desejável sob vários aspectos de sustentabilidade, não oferece segurança de fornecimento acima de certo nível de participação em um sistema integrado (CERQUEIRA LEITE, 2010, p. 34).

Em resposta a Cerqueira Leite, o cientista físico Philip Fearnside publica, em seu blog, o texto: *Belo Monte: Resposta a Rogério Cezar de Cerqueira Leite*. Fearnside chama atenção para as denominações com que os críticos de Belo Monte são tratados por Leite: como “ecopalermas”, “ignocentes”, “verdolengos”, “malabaristas”, “fanfarrões”, “pseudointelectuais” e um “exército extemporâneo de Brancaloneo”. Em resposta a ele sobre o entendimento da situação dos povos indígenas, Fearnside rebate defendendo<sup>215</sup>:

Parece que o Dr. Leite não sabe que a pesca é o sustento principal destes grupos, e que os peixes essencialmente sumirão de um trecho de 100 km abaixo da barragem principal, inclusive em duas áreas indígenas. O Dr. Leite ridiculariza os “500 km<sup>2</sup>” do lago de Belo Monte como insignificante na escala amazônica. Evidentemente, o Dr. Leite engoliu as afirmações dos proponentes de que haverá apenas uma barragem no rio Xingu, sendo esta Belo Monte. Este cenário oficial, necessário para obter a aprovação ambiental da primeira barragem (Belo Monte), é considerado como uma mera ficção por muitos que estudam essa hidrelétrica, inclusive este autor (FEARNSIDE, 2010, p. 1).

<sup>215</sup>Ver Fearnside: “Resposta a Rogério Cezar de Cerqueira Leite” (07/06/2010). Disponível em: <http://colunas.globoamazonia.com/philipfearnside/>. Acesso em: 3 fev. 2014.

Fearnside chama atenção para a “inviabilidade financeira” de Belo Monte e sustentar que o anúncio, em 2008, feito pelo CNPE de que teria apenas uma hidrelétrica no Xingu “oferece apenas uma proteção ilusória, pois qualquer governo futuro (que indica os Ministros membros do CNPE) pode revogar essa decisão na hora que quiser”. Além disso, alerta, também, para as emissões de gases e conclui, dizendo:

Entre as afirmações mal informadas do Dr. Leite é a de que a construção de Belo Monte significa que “20 milhões de brasileiros poderão ter luz em suas casas”. Infelizmente, grande parte da energia seria exportada para outros países na forma de alumínio e outros produtos eletro-intensivos que criam pouquíssimo emprego no Brasil por Megawatt de eletricidade consumido. A energia que sobraria para uso doméstico não chegaria aos 20 milhões de brasileiros mencionados, pois eletrificação rural nessa escala não faz parte do projeto (FEARNSIDE, 2010, p. 2).

Em resposta, também, ao texto de Cerqueira Leite, Hermes da Fonseca, docente-pesquisador da UFPA e Membro do Painel de Especialistas, no artigo *Fatos sobre Belo Monte*, identifica “um equívoco”, do ponto de vista ambiental, quando o físico sustenta que “o único problema seria a perda de biodiversidade na área de florestas a ser inundada pela usina”. Para Fonseca,

Os dois maiores impactos ambientais do projeto são a destruição de uma das maiores bacias hidrográficas do mundo e a aceleração do desmatamento. Ou seja, para ser eficiente em geração de energia, Belo Monte necessita de pelo menos mais uma represa no Xingu para produzir o ano todo. O governo nega, mas nada impede, legalmente, que outras cinco usinas sejam construídas, como planejado originalmente (FONSECA, 2010, p. 1).

Ao se contrapor ao argumento de Cerqueira Leite que o índio “pouco ou nada sofrerá”, Fonseca sustenta que as duas terras indígenas, que se localizam às margens da Volta Grande, tendem a ser pressionadas com a imigração. “Os índios se posicionam com base nas experiências de outras tribos no enfrentamento de fatos semelhantes, portanto, falam com muita propriedade” (FONSECA, 2010, p. 1).

Em especial para a Folha de São Paulo, Mauricio Tolmasquim (2013, p. 1), em resposta à questão *A usina de Belo Monte é boa para o Brasil?*, defende *que Sim* e sustenta que se impõe para o país a “exploração sustentável da Amazônia e a preservação de sua tão rica biodiversidade”. Para ele, “Conservar o bioma amazônico e empreender seu uso sustentável não são absolutamente incompatíveis” Nessa equação, Belo Monte e outras hidrelétricas são vistas como sustentáveis e promovedoras de “inclusão social”<sup>216</sup>.

<sup>216</sup> Ver: “A usina de Belo Monte é boa para o Brasil? Sim”. De Mauricio Tolmasquim (13/12/13). Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/opiniao/2013/12/1388646-a-usina-de-belo-monte-e-boa-para-o-brasil-sim.shtml>. Acesso em: 28 jan. 2014.

Afirma, ainda, que o “desenvolvimento sustentável requer o equilíbrio entre as três dimensões pelas quais deve ser avaliado um projeto – a social, a ambiental e a técnica-econômica–, e não a prevalência de qualquer uma delas. Belo Monte, na forma como está sendo implantada, demonstra que esse equilíbrio é a chave do sucesso”.

Em resposta a essa pergunta: *A usina de Belo Monte é boa para o Brasil?* e a Mauricio Tolmasquim, André Villas Bôas sustenta, em artigo no mesmo jornal, que *Não*<sup>217</sup>. Para Villas-Bôas, “Belo Monte é símbolo de inadimplência socioambiental”, haja vista o descumprimento sistemático das obrigações do poder público e da empresa responsável com construção de tal empreendimento.

O mais caro e polêmico empreendimento do país chegou em 2013 ao pico de sua própria contradição. Praticamente 50% da usina está pronta, mas o mesmo não pode ser dito das obrigações socioambientais que deveriam acompanhá-la. O descumprimento, verificado pelo Ibama e pela Funai, não se traduz em ações corretivas. As mais graves sanções administrativas não passaram de algumas multas em valores irrisórios para um empreendimento orçado em quase R\$ 30 bilhões (VILLAS BOAS, 2013).

Ele afirma que a “somatória de erros de Belo Monte não pode se repetir na Amazônia. A ausência de planejamento socioambiental responsável e respeito às instituições democráticas vão na contramão de qualquer projeto de desenvolvimento sustentável”.

Cabe destacar aqui o lugar ou os lugares das tecnologias de informação e comunicação, em particular as redes sociais, sites, blogs e outros, que têm propiciado um alargamento e uma mudança da *arena pública* e posto inflexões nas relações de poder e nos sentidos da política na sociedade contemporânea. Isso tem sido usado por movimentos e organizações sociais de resistência para potencializar suas lutas e enfrentar ou “furar” os monopólios das grandes mídias e tentar expressar suas visões e posições dos fatos para a sociedade, protagonizando um jeito diferente de protesto e de contestação, que ganha visibilidade multiescalar.

Nesse sentido, o *Movimento Xingu Vivo Para Sempre* criou um site - <http://www.xinguvivo.org.br><sup>218</sup>, disponibilizando textos, fotos, documentos, reportagens, vídeos, sobre o que vem acontecendo em torno de Belo Monte e de outros grandes projetos na Amazônia. Isso parece evidenciar um campo novo de poder que precisa ser melhor estudado e compreendido, reinventando e renovando o campo dos conflitos para além de suas esferas tradicionais, contestando o lugar do poder e da política tradicionais. A *cibercultura* parece se

<sup>217</sup> Ver: “A usina de Belo Monte é boa para o Brasil? Não - Inadimplência socioambiental” de André Villas Bôas (16/12/13). Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/opiniao/2013/12/1388646-a-usina-de-belo-monte-e-boa-para-o-brasil-sim.shtml>. Acesso em: 28 jan. 2014.

<sup>218</sup> O seu “Comitê Metropolitanos de Belém” tem o seguinte Blog: <http://xingu-vivo.blogspot.com.br>

apresentar como uma dimensão nova da esfera pública, inaugurando um campo novo de conflito protagonizado pelos movimentos e organizações sociais em defesa da democracia e da cidadania.

Nesse campo de conflitos, emergiu uma “batalha de vídeos”, tratando de Belo Monte. Um desses vídeos, com caráter informativo e de campanha contra o “novo projeto”, foi apresentado pela atriz paraense Dira Paes, intitulado “*Defendendo os Rios da Amazônia I*”, informando os grandes problemas sociais, econômicos, ambientais e culturais desse projeto face à crise socioambiental que o mundo já enfrenta<sup>219</sup>.

Nesse “campo de batalha” entre as produções audiovisuais, pode-se também apontar o vídeo “É a Gota d’Água + 10”, estrelado por atores globais que pedem, através de uma petição com mais de um milhão de assinaturas, à Presidenta Dilma Rousseff “a interrupção imediata das obras de Belo Monte e a abertura de um amplo debate que convoque os brasileiros a refletir e a opinar sobre qual o modelo de progresso que estamos dispostos a perseguir, ciente das conseqüências de suas escolhas”.

Como contraponto a esse vídeo, estudantes da Universidade da Unicamp apresentam sua visão pró-Belo Monte - “Tempestade em copo d’água?” -, defendendo a viabilidade econômica, social e ambiental do projeto. Nessa mesma posição, seguiram estudantes da Universidade de Brasília com o vídeo “Verifique os fatos”. Num contraponto, estudantes da Universidade Federal do Pará colocam na rede outro vídeo - “Resistência contra Belo Monte - Vídeo dos estudantes amazônidas” -, criticando a visão dos estudantes da Unicamp. Além desses, há o vídeo “O belo monstro e o belo castelo”, que é uma resposta a “Tempestade em copo d’água?”, de Gabriel Barcelos, que se apresenta como tréplica.

Em artigo intitulado “*Belo Monte: a batalha dos vídeos*”, publicado no *Correio da Cidadania* (10/12/11) e no site do *Instituto Humanitas Unissinos* (11/12/11)<sup>220</sup>, Salm (2011) fala:

Finalmente, o debate sobre os problemas da construção da hidrelétrica de Belo Monte ganhou a visibilidade que merece no Brasil. Isso, em grande medida, graças a um vídeo organizado pelo ator Sérgio Marone com a participação de vários atores e atrizes da Rede Globo. O vídeo, “É a Gota D’Água + 10” veiculado no *Youtube*, foi amplamente divulgado pelas redes sociais, resultando rapidamente na coleção de um milhão de assinaturas enviadas à presidente Dilma Rousseff na forma de uma petição pedindo “a

<sup>219</sup>Esse Vídeo procurar informar e faz uma campanha para assinar uma petição, a fim de “Parar o complexo hidrelétrico de Belo Monte”. Ele é uma produção do Xingu Vivo Para Sempre em parceria com outras com organizações ambientais internacionais Amazon Watch e Internacional Rivers. Disponível em <http://www.youtube.com/watch?v=4k0X1bHjf3E>. Acesso em: 3 jun. 2014.

<sup>220</sup>Disponível em: <http://www.ihu.unissinos.br/noticias/504865-belo-monte-a-batalha-dos-videos>. Acesso em: 13 fev. 2013.

interrupção imediata das obras de Belo Monte e a abertura de um amplo debate que convoque os brasileiros a refletir e a opinar sobre qual o modelo de progresso que estamos dispostos a perseguir, ciente das conseqüências de suas escolhas”. Porém, se por um lado o vídeo dos atores globais foi extremamente eficiente na divulgação da questão e na coleta de assinaturas contra a barragem, por outro lado desencadeou uma série de reações violentas, na forma de vídeos-resposta produzidos por defensores de Belo Monte (“Tempestade em copo d’água”, proveniente da faculdade de Engenharia Civil da Unicamp e “Verifique os fatos”, da UnB) (SALM, 2011, p. 1).

É importante destacar, ainda, que bons documentários têm sido produzidos para tratar dessa problemática, envolvendo aí o campo artístico do audiovisual. Um deles é *À margem do Xingu: vozes não consideradas*, uma produção cultural posicionada criticamente sobre o assunto, que traz à tona os pontos de vista diferentes em questão e daqueles que estão invisíveis nesse processo e que vão sofrer os impactos mais diretamente. Outro documentário é *Belo Monte, anúncio de uma guerra*, que, também, assumi uma posição crítica ao empreendimento e procura evidenciar os grandes limites de Belo Monte. Nesse contexto, James Cameron, diretor do filme *Avatar*, abraçou a causa, participando de manifestos e levando a questão ao presidente americano Barack Obama, ajudando a dar maior visibilidade internacional para o tema e mobilizando um conjunto maior de pessoas e grupos sociais<sup>221</sup>.

Essas diversas posições, discursos e recursos referenciam o quanto esse campo midiático se apresenta como um terreno de relações de poder e de disputas para se construir uma legitimação social, econômica e ambiental ou um consenso hegemônico em torno de Belo Monte e de seu padrão de desenvolvimento, assim como um campo de crítica, de dissenso, na busca de outras alternativas. Se, por um lado, é possível verificar um esforço por parte de dados segmentos progressistas, sobretudo da sociedade civil, em provocar um debate público sobre o projeto de AHE Belo Monte, de outro lado, contudo, o governo federal e as empresas responsáveis pelo empreendimento têm assumido uma postura antirrepublicana e antidemocrática, esquivando-se da batalha das ideias com os cientistas e pesquisadores, movimentos e organizações sociais contrários ao empreendimento, impedindo a sociedade de conhecer e tomar decisões mais acertadas sobre questões centrais na agenda brasileira, em particular a agenda energética que se impõe na região amazônica, que carrega toda uma particularidade, que precisa ser considerada e tratada de forma republicana e democrática.

---

<sup>221</sup> Em relação a outros materiais, é importante consultar a reportagem *Especial da Folha de São Paulo*, intitulada “A batalha de Belo Monte” (16/12/2013). Disponível em <http://arte.folha.uol.com.br/especiais/2013/12/16/belo-monte/>. Acesso em: 5 fev. 2014. Outra reportagem que pode ser consultada é do *Estadão*, denominada “Belo Monte corre contra o tempo” (22/06/2014). Disponível em: <http://topicos.estadao.com.br/belo-monte>. Acesso em: 25 jun. 2014.

#### 4.4 O CAMPO DAS AUDIÊNCIAS: OUTRO MOMENTO E LUGAR DE DISPUTAS

Nesse tópico temático, em breves linhas, apresentamos algumas reflexões sobre os rumos e sentidos tomados pelas audiências públicas de Belo Monte. Conforme o IBAMA,

A audiência pública é uma das etapas da avaliação do impacto ambiental e o principal canal de participação da comunidade nas decisões em nível local. Esse procedimento consiste em apresentar aos interessados o conteúdo do estudo e do relatório ambiental, esclarecendo dúvidas e recolhendo as críticas e sugestões sobre o empreendimento e as áreas a serem atingidas (IBAMA *apud* BARAÚNA; MARIN, 2011, p. 94).

Em relação “aos atributos ambientais”, salientam Baraúna e Marin (2011, p. 94) que o Ministério do Meio Ambiente (MMA)

reconhece que uma audiência pública seria um espaço definido para prestar esclarecimentos ou promover uma “consulta pública”, considerando a participação popular, sobre processos de avaliação de “impactos ambientais e sociais”, que são de interesse público. Nesse sentido, o MMA supõe que em uma audiência pública seja garantida a “participação social” via essa forma de consulta, sobre a “viabilidade ambiental de empreendimentos que possam causar danos ambientais e sociais” (BARAÚNA; MARIN, 2011, p. 94).

A audiência pública, frisam essas autoras, “é de responsabilidade administrativa do Estado, portanto, orientada via normas jurídicas”. E, prosseguem, a “forma contributiva da sociedade na tomada de decisões durante uma audiência está garantida de acordo com o artigo 2º da resolução 09/1987”. Assim, a audiência pública “deveria ser realizada para que as avaliações sobre o projeto em discussão e os EIA-Rima de um empreendimento sejam apreciados e, assim, o licenciamento ambiental possa ser concedido ou não aos seus proponentes”. No entanto, caso os procedimentos e ritos normativos não sejam cumpridos, “as concessões serão desconsideradas e invalidadas” (BARAÚNA; MARIN, 2011, p. 95).

Inicialmente, cabe lembrar que, em 2008, conforme identifica o MPF, a Eletrobras fez uma “parceria” com três das maiores empreiteiras do país — Camargo Corrêa, Norberto Odebrecht e Andrade Gutierrez — para a elaboração do EIA-Rima do AHE Belo Monte<sup>222</sup>. Esse documento é recebido pelo IBAMA e, em 25 de maio de 2009, essa instituição pública divulga o relatório, no entanto, não disponibiliza os arquivos. Considere-se que, a partir dessa data, começava a contar o prazo de 45 dias para a solicitação de realização das audiências públicas (BARAÚNA; MARIN, 2011).

<sup>222</sup> Essa situação levou o MPF, em 2008, a ajuizar duas novas ACPs. Uma delas (a quarta) tomou como base que “essas empresas teriam acesso exclusivo às informações, saindo em vantagem em relação às concorrentes” (PONTES JÚNIOR, 2011, p.1). Ver: “Belo monte: até quando será preciso alertar que o Rei está nú?” (15/04/11). Disponível em: <http://belomontedeviolencias.blogspot.com/search/label/outros%20artigos>. Acesso em: 1 fev. 2012.

Todavia, como salientam Baraúna e Marin (2011, p. 114), “no EIA-Rima – um conjunto de 36 volumes –, faltaram os volumes 34 e 35, disponibilizados em tempos diferentes, de maneira que até às vésperas da audiência o último tomo estava incompleto”. Diante disso, em 27 de maio de 2009, o MPF entrou com uma nova Ação Civil Pública<sup>223</sup>, propondo a anulação de aceite do EIA-Rima proferido pelo IBAMA.

O juiz federal de Altamira decidiu pelo deferimento do pedido do MPF, que foi aceito parcialmente, suspendendo o prazo do edital publicado pelo IBAMA em 25 de maio de 2009. O prazo de solicitação de realização das audiências públicas foi reaberto por esse órgão em 11 de agosto desse mesmo ano e, 14 dias depois, ele publica o edital de audiências públicas do referido projeto. No dia 03 de setembro, foi protocolada a solicitação de realização de audiências públicas junto ao IBAMA. Foram quatro audiências: a primeira em Brasil Novo, em 10/09/2009; a segunda em Vitória do Xingu, em 12/09/2009; a terceira em Altamira, em 13/09/2009; e a última em Belém, em 15 de setembro do mesmo ano<sup>224</sup>.

Ao se referir à primeira audiência, em Brasil Novo, o Instituto Social Ambiental relata<sup>225</sup>:

Durante quase seis horas foram realizadas apresentações superficiais e questionamentos diversos da população, com respostas quase sempre insatisfatórias. A discussão sobre os impactos ambientais do projeto, uma das mais polêmicas obras do PAC foi pobre. Adhemar Pallocci, da Eletrobrás, Valter Cardeal, da Eletronorte, pesquisadores da Leme Engenharia e técnicos do governo federal, apresentaram os estudos para cerca de 600 pessoas. Omissões e falta de respostas marcaram esta e as audiências que se seguiram (ISA, [2012]).

Nessa audiência, ao apresentar sete questões objetivas relacionadas à saúde, educação e ordenamento fundiário, Rodrigo Timóteo Costa e Silva, Procurador da República em Altamira, responsável por fiscalizar o licenciamento de Belo Monte, obteve a seguinte resposta dos técnicos: “os detalhes estavam nos Estudos de Impacto Ambiental (EIA)” (ISA, [2012]).

Ao participar desse processo, Salazar, do Programa Xingu do ISA, argumenta:

<sup>223</sup> Essa é a sexta Ação ajuizada pelo MPF.

<sup>224</sup> Essa “abrangência limitada” das audiências fez o MPF mover mais uma ACP, a sétima, que “denunciou a total falta de abrangência das audiências públicas. Apesar dos impactos de Belo Monte atingirem uma região vastíssima, foram marcadas audiências apenas em três municípios atingidos (Altamira, Brasil Novo, Vitória do Xingu). Também houve audiência em Belém, mas o local foi mudado às vésperas do evento e não abrigou nem metade do público”. O MPF e o Ministério Público do Estado do Pará solicitaram à Justiça que sejam realizadas em pelo menos 11 dos municípios afetados (PONTES JÚNIOR, 2011, p. 2). Ver: “Belo monte: até quando será preciso alertar que o Rei está nú?” (15/04/11). Disponível em: <http://belomontedeviolencias.blogspot.com/search/label/outros%20artigos>. Acesso em: 01 fev. 2012.

<sup>225</sup> Ver: “Audiências públicas de Belo Monte (PA) não conseguem esclarecer a população e não cumprem seu papel”. Disponível em: <http://www.socioambiental.org/nsa/detalhe?id=2955>. Acesso em: 15 mai. 2014.

As apresentações foram muito bem produzidas, profissionais, com fotos e vídeos, mostrando os diversos benefícios do empreendimento, porém não apresentaram com clareza os impactos previstos, possíveis problemas e mitigações de forma mais específica em cada uma das regiões nas quais as audiências foram realizadas – o mesmo modelo de apresentações foi utilizado em todas (ISA [2012]).

Antônia Martins, coordenadora do Movimento de Mulheres da região e membro da Fundação Viver Produzir e Preservar (PVPP), em relação a essa audiência, diz:

Não senti nenhuma segurança porque as perguntas da população não foram respondidas. Nem para explicar o que vai acontecer com as praias de Brasil Novo e de Altamira (provavelmente alagadas pela usina), eles serviram. Além disso, eu conheço quase todos os agricultores do município e fiquei surpresa de não ver praticamente nenhum conhecido na audiência. A maioria dos presentes eram empresários de Altamira e de Belém. O Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) não se preocupou em garantir a presença das pessoas que realmente serão atingidas (ISA [2012]).

No dia 12 de setembro, em Vitória do Xingu, mais de 1.500 pessoas se reuniram no ginásio poliesportivo da cidade para a apresentação do EIA-Rima. Foram quase dez horas de debate sob forte policiamento: cerca de 300 policiais garantiram a segurança. Mais uma vez a audiência “foi marcada por questionamentos, preocupações e reclamações sobre a ‘metodologia’, e, sobretudo, pela falta de respostas esclarecedoras por parte da mesa diretora”, que foi composta por Paulo Diniz, do IBAMA, Valter Cardeal, da Eletrobras, Adhemar Palloci, da Eletronorte, e a equipe contratada pelas empreiteiras: Odebrecht, Camargo Corrêa e Andrade Gutierrez (BARAÚNA; MARIN, 2011, p. 117).

Conforme atestam Baraúna e Marin (2011, p. 117-124) nessa audiência, o movimento social destacou que “poucos indígenas e moradores das áreas rurais que serão impactadas pelo empreendimento estiveram presentes, dadas as dificuldades de deslocamento e falta de transporte, o que foi motivo de muitas reclamações”. As autoras destacam o relato da senhora Clarisse Gouveia Morais, moradora do travessão do Cenec, área onde está sendo construído o canal de derivação e o reservatório, que diz em audiência:

Moeda nenhuma pagará minha vida de trabalho, de muito sofrimento e suor. Não tenho vontade de sair daqui para ir para outras terras recomeçar tudo novamente. O que consegui é pouco, mas é o que dá sustento aos meus dois filhos. Quero continuar na minha terra, mantendo minha vida e meu serviço e, por isso, não quero essa hidrelétrica da morte. Não agüento mais; eu vivo da agricultura, eu não tenho estudo para ocupar nenhum emprego. Vocês nunca conseguirão pagar o que tenho aqui<sup>226</sup>.

<sup>226</sup>Ver “Audiência pública de Belo Monte em Vitória do Xingu” (*apud* BARAÚNA; MARIN, 2011, p. 117).



O ISA salienta que mais uma vez o procurador do MPF em Altamira, Rodrigo Timóteo, “registrou seu protesto contra os regulamentos da audiência, que só permitem três minutos para manifestação dos moradores e não colocaram na mesa o representante do Ministério Público Federal, que tem de fiscalizar o processo”. Conforme o depoimento do procurador, “É insuficiente e anti-democrático e não permite que as pessoas esclareçam suas dúvidas”. Pesquisadores da Universidade Federal do Pará, também, participaram da audiência e manifestaram suas críticas. Para o docente-pesquisador Hermes Fonseca, a “população estava desinformada sobre detalhes fundamentais do projeto mesmo depois da apresentação e se mostrou insegura sobre impactos e medidas mitigatórias”<sup>227</sup>.

No dia 13, domingo, a audiência foi em Altamira, no ginásio, marcada por grande mobilização social e tensão contra e a favor à barragem e com um forte esquema de policiamento. Um grupo favorável ao projeto vestia camisetas em cuja estampa dizia: “Eu quero Belo Monte”. Para Baraúna e Marin (2011, p. 118),

Esse posicionamento de adesão ao projeto, sem coincidir com o esclarecimento, informação sobre o empreendimento, poderia ser associado aos arranjos políticos em que se constituiu a frente de prefeitos, comerciantes e fazendeiros entre outros representantes que vislumbram “benefícios para o município e região” (BARAÚNA; MARIN, 2011, p. 118).

Em protesto e contestação ao projeto, “manifestações intensas dos movimentos sociais incluíram a queima de um boneco do presidente da Eletrobras, Muniz Lopes, na parte externa do ginásio”. Nessa audiência, conforme salienta o ISA, um dos destaques foi a presença e a participação de cerca de 150 indígenas, representando seis etnias (Arara, Assurini, Curuaia, Juruna, Parakanã e Xikrin), que “solicitaram formalmente mais uma vez a realização de consulta prévia, livre e informada nas aldeias, pelo Ibama e pelo Congresso Nacional” (ISA [2012]).

No dia 15 de setembro, a audiência foi em Belém, no auditório do Teatro Margarida Schivasappa, no Centro Cultural e Turístico – Centur. A capacidade do espaço era bem menor do que o número de interessados em participar. A militarização do espaço foi expressiva e ostensiva. O espaço anteriormente reservado, o auditório Ismael Nery, apresentava uma capacidade maior para acolher o público, mas foi mudado. Isso resultou em muito protesto de diversos movimentos e organizações sociais, como MST, MAB, MXVPS, FAOR, que reivindicavam a participação.

---

<sup>227</sup>Ver: “Audiências públicas de Belo Monte (PA) não conseguem esclarecer a população e não cumprem seu papel”. Disponível em: <http://www.socioambiental.org/nsa/detalhe?id=2955>. Acesso em: 15 mai. 2014.

Um ativista do Comitê Metropolitano Xingu Vivo, entrevistado por nós, ao se referir a essa audiência em Belém, relata o processo de mobilização para participar e “protestar contra o processo ditatorial das audiências e dizer ‘Não a Belo Monte’”:

Dia 15 de outubro desse ano, 2009, ia acontecer no CENTUR, aqui em Belém, a tal da Audiência Pública de Belo Monte, a última delas e daqui do FAOR, dessa sala, dessa mesa, em parceria, junto com o Dion do Fórum Social Pan-Amazônico, a gente conseguiu fazer uma articulação e conseguimos botar mais de 300 pessoas no CENTUR pra protestar contra o processo ditatorial, que tinha sido as audiências e dizer “Não a Belo Monte”, porque eles esperavam fechar isso aqui com chave de ouro, devido à distância, de não sei quantos quilômetros, daqui [Belém] pra Altamira, os caras achavam que aqui não ia ter mobilização nenhuma. Aí surpreendeu o governo, surpreendeu as barrageiras, até que a Força Nacional foi chamada pra reprimir a gente lá (informação verbal)<sup>228</sup>.

Na parte externa do prédio, como destacam Baraúna e Marin (2011, p. 118), foram instaladas cadeiras e um telão. Para elas, esse “controle do espaço indica uma estratégia de esvaziamento e diretamente de controle da participação, acintosamente executado ao excluir o grupo maior de participantes, que foi impedido de entrar no auditório”. Internamente, um grupo grande a favor do projeto, com camisetas e faixas, passava a ocupar esse espaço, agora, para no máximo 500 pessoas, ao passo que lá fora, muitos contra o empreendimento queriam entrar, mas eram barrados. Eles protestavam “contra o controle e a disciplina de ‘participação’ imposta pela organização do evento” (BARAÚNA; MARIN, 2011, p. 118).

Ao falarem do aspecto da militarização que vem marcando esses eventos “públicos” (e como marca, também, desses grandes empreendimentos de infraestrutura que soam como interesse “público”), elas dizem que igual

à audiência de Altamira, foi mobilizado um pelotão pertencente ao órgão máximo de segurança da presidência: o Gabinete de Segurança Institucional (GSI). Essa força tem, entre outras funções, a de prevenir e articular gerenciamento de crises, em caso de grave e iminente ameaça à estabilidade institucional. Foram destacados 285 homens das polícias militar, civil, rodoviária e federal, além da força nacional. Para intimidar, reprimir e conter o povo, a organização do evento chamou os militares da Força Nacional (BARAÚNA; MARIN, 2011, p. 118).

Elas salientam, ainda, que, inicialmente, “tentaram impedir o acesso dos manifestantes ao Centur. Como não conseguiram, foi feita uma barreira, com 20 policiais, para impedir o acesso” ao Teatro.

Os 150 indígenas que vieram à audiência ficaram aos cuidados de uma equipe especial da Fundação Nacional do Índio (FUNAI). Mais do que uma ação para proteger os indígenas, o propósito era de impedir atos de protesto

---

<sup>228</sup> MCXV. *Entrevista*. [mai. 2013]. Entrevistador: Sérgio Roberto Moraes Corrêa. 2013.

que se tornaram emblemáticos de contestação às autoridades da Eletronorte (BARAÚNA; MARIN, 2011, p. 119).

Informam que pessoas impedidas de entrar no auditório gritavam: “Se ela é pública/ assim não dá/ tem que deixar o povo entrar” e “dentro e fora eram distribuídos boletins informativos e charges confrontando as declarações do presidente do Brasil (‘Belo Monte vem é goela abaixo’)” (BARAÚNA; MARIN, 2011, p.124).

Uma professora de Instituição de Ensino Superior Particular, que foi levar seus alunos para participar da audiência, fez um registro sobre esse evento e ficou frustrada com o que presenciou.

Meus alunos que deveriam vivenciar uma aula de democracia, ao chegarem, logo me informaram que tinham pessoas sendo barradas na entrada. Um dos nossos alunos foi até revistado. Em seguida, um senhor do FAOR entrou no auditório gritando que estavam impedindo os indígenas de entrarem. E logo, houve manifestação de parte do auditório pela entrada de todos. E outra parte vaiou. Nesse momento, verifiquei que destinaram lugares aos povos indígenas mais atrás. E, não entendíamos porque eles não podiam entrar. Depois, soube que o Ministério Público estava lá na frente buscando uma alternativa. Em seguida, um guarda entrou no auditório e correndo dirigiu-se a parte atrás do palco e logo veio com mais soldados correndo em direção a entrada, ou seja, o clima estava quente, pois os movimentos sociais desejavam entrar e não podiam (LOPES, 2009, p. 1)<sup>229</sup>.

A mesa diretora da audiência estava composta pelo presidente do IBAMA, Roberto Messias, pelo diretor da Eletrobras, Walter Cardeal, por Maurílio de Abreu, representando a governadora do Estado do Pará, Ana Júlia Carepa, pelo Ministério Público Estadual e pelo representante do MPF. “À frente da mesa que dirigia a audiência, postaram-se oito membros da tropa, voltados para o público” (BARAÚNA; MARIN, 2011, p. 119).

Nos primeiros 15 minutos da audiência, em clima de tensão e de expressa violação de direitos, os representantes do Ministério Público Federal e do Estadual decidiram, em protesto, se retirar da mesa. Posteriormente, essas autoridades que haviam sido impedidos de participar das mesas-diretoras, nas audiências públicas nos municípios de Brasil Novo, Vitória do Xingu e Altamira (BARAÚNA; MARIN, 2011, p. 119).

Diante disso, Rodrigo Costa e Silva, Procurador da República, conforme reportagem do *Estadão*, fez a seguinte declaração:

Estamos consignando novamente nosso protesto contra esse formato de audiência pública. Estivemos presentes às três audiências anteriores e já tivemos todas as prerrogativas do Ministério Público cerceadas pelos organizadores. O regulamento aprovado pelo Ibama não permite a efetiva participação nem do MP, nem a popular (SILVA, 2012).

<sup>229</sup>Ver: “Audiência Pública de Belo Monte em Belém..Uma Aula de Cidadania?”. Disponível em: [http://www.socioambiental.org/banco\\_imagens/pdfs/depolimento%20audienciai%20Belem.pdf](http://www.socioambiental.org/banco_imagens/pdfs/depolimento%20audienciai%20Belem.pdf). Acesso em: 31 jan. 2014.

O Promotor Raimundo Moraes, segundo essa mesma reportagem, denuncia a militarização do processo e o esvaziamento do papel da sociedade civil e, por conseguinte, do espaço e debate públicos, descaracterizando o que se quer como “audiência pública”. Para ele, “Até o regulamento dessa audiência é inconstitucional” (MORAES, 2012).

Ao tomarem os casos do Complexo Madeira e do AHE Belo Monte para análise, Baraúna e Marin (2011, p. 120) entendem que “temos um quadro que imobiliza toda e qualquer tentativa de oposição a esse empreendimento. O espaço da audiência pública foi utilizado para consolidar o projeto”. Nesse sentido, para elas,

Os meandros do “fator participativo” são conhecidos na forma como são conduzidas as audiências públicas e as consultas, revelando-se os mecanismos criados e utilizados por empreendedores, órgãos governamentais para simular o que está sendo apresentado como projetos, seus benesses, seus “benefícios. [...] As atuais circunstâncias denotam o caráter impositivo e autoritário desse tipo de projeto de intervenção que se consolida na Amazônia, e o mecanismo principal dessas ações interventoras foram os instrumentos de poder do Estado para favorecer um grupo empresarial e político (BARAÚNA; MARIN, 2011, p. 120).

Ao analisar esse processo de audiências públicas para o licenciamento ambiental de hidrelétricas, Zhouri (2011) identifica uma deformação do processo democrático e condições assimetricamente estruturadas de relações de poder. Nessa perspectiva, esse processo de licenciamento é concebido como um terreno de conflitos em torno da “apropriação social da natureza”, revelando a hegemonia do “paradigma de adequação ambiental” ou da “modernização ecológica”.

Com efeito, o debate sobre a necessidade, viabilidade e/ou desejabilidade da obra cede terreno para o mero atendimento formal às exigências legais, em geral, percebidas nessa ótica como impasses burocráticos. Por essa via, um complexo debate envolvendo questões políticas, sociais e culturais é reduzido à proposições de ajustes e acomodações técnicas. Assim, sustentado pela crença na capacidade tecnológica de previsão e de redução dos riscos e impactos, o paradigma da adequação ou da modernização ecológica opera a partir de uma racionalidade econômica instrumental, viabilizando-a do ponto de vista estritamente ambiental (ZHOURI, 2011, p. 14-15).

Essa referida autora destaca que os projetos de “medidas mitigadoras e compensatórias” resultam no “escamoteamento dos conflitos para outras esferas de decisão”, desviando e enfraquecendo o campo ambiental de questões estruturantes da política.

Desse modo, o licenciamento ambiental evidencia as relações de poder e as assimetrias sociopolíticas e econômicas entre os diferentes atores, bem como a preeminência de uma visão economicista das possibilidades de uso do “meio ambiente”. Nesse campo de lutas em que as diferentes posições sustentam forças desiguais, perpetua-se o modelo de desenvolvimento que

promove políticas socialmente injustas e ambientalmente insustentáveis (ZHOURI, 2011, p. 15-16).

Ao jogarem luzes sobre o projeto de AHE Belo Monte, Magalhães e Hernández (2011, p. 80-81) advertem para “a retórica do ‘benefício público’”, que “é utilizada para legitimar discussões e decisões privadas que colocam o público, interessado e ameaçado, como mero expectador e as instituições como coadjuvantes”. Para eles, “um conjunto de evidências observadas”, inclusive nas audiências públicas, tem se revelado “na artificialidade e no desfiguramento do processo de licenciamento ambiental”, que se expressa, por conseguinte, na “desfiguração da democracia”.

O acompanhamento do processo de licenciamento ambiental da terceira maior hidrelétrica do mundo em capacidade instalada é revelador dos mecanismos que fazem com que uma discussão de interesse público seja esvaziada nos vários espaços institucionais que lhe garantiriam a visibilidade pública, tornando-a, na prática, discussão privada, pouco debatida e simultaneamente excludente quanto à caracterização de área diretamente afetada, população diretamente afetada e ameaçada. E, portanto, sobre os custos sociais, econômicos e ambientais que acabam por ser debitados para toda a sociedade brasileira (MAGALHÃES; HERNÁNDEZ, 2011, p. 80).

Em relação a esse processo de audiências e licenciamento do AHE Belo Monte, é possível verificar relações de poder e de conflito, marcados por assimetrias e com uma forte marca de violência simbólica e institucional, esvaziando o espaço público e desfigurando a esfera pública pela lógica operante das racionalidades tecnoburacrática e de mercado. A atuação de instâncias do poder público pode ser lida como expressão da tentativa de anulação da política, do dissenso e do conflito (OLIVEIRA, 1999), e, por conseguinte, implicando em esgarçamento das instituições republicanas e democráticas, posto as práticas e procedimentos de violação da Constituição Federal, da Legislação Ambiental e de Tratados Internacionais, demarcando, assim, a força política da tecnoburocracia estatal e do privilégio de grandes grupos econômicos como instrumentos de construção de uma hegemonia, revelando o uso da força (militarização) como dimensão estratégica da ordem, do controle e da disciplina do campo da oposição.

#### 4.5 OS MOVIMENTOS SOCIAIS: ANTECEDENTES E POSICIONAMENTOS ESTRATÉGICOS

É relevante, inicialmente, atinar para a crítica e a advertência que Vainer (2004, p.1) faz a despeito do silenciamento de Relatórios ou Documentos Oficiais, que tratam dos impactos provocados por “barragens”, acerca da invisibilização em relação aos “movimentos de resistência”. “Mas, o que parece denunciar o comprometimento ideológico, a falência

técnica, e a cegueira operacional dos relatórios (técnicos) de impacto é que nenhum, absolutamente nenhum, foi, até agora, capaz de prever o surgimento de movimentos de resistência”<sup>230</sup>.

Ainda hoje, quando os conflitos sociais relacionados a grandes barragens se avolumam, a luta das populações ganha as páginas dos jornais e os movimentos de atingidos comparecem em fóruns internacionais, a *impactologia ad hoc* dos *experts* continua sendo incapaz de prever as lutas, a resistência, a organização das populações. Tanto as velhas matrizes de impacto ambiental em que se inspiraram os relatórios dos anos 80 e 90, quanto as mais recentes avaliações decorrentes do pretensamente inovador “modelo de riscos e reconstrução” de Michael Cernea (Cernea, 1998; Cernea & Christopher, 2000), *expert* senior em *reassentamentos involuntários* do Banco Mundial, são absolutamente omissos acerca dos movimentos existentes e silenciosos acerca da possibilidade de resistências organizadas (VAINER, 2004, p. 1-2).

E continua sua crítica, dizendo:

Tais insuficiências somente podem ser explicadas pela existência de uma espécie de ponto cego no instrumental teórico-conceitual que, por assim dizer, ambientaliza, ou melhor, naturaliza as populações, representando-as, *ipso facto*, como incapazes de se constituírem em sujeitos aptos a se conceberem enquanto portadores de direitos e interesses, e, em consequência, a se constituírem em atores em condições de operar autonomamente na transformação do ambiente de implantação das barragens em arena de conflito social e político (VAINER, 2004, p. 2).

E arremata, apontando um cenário histórico de resistência dos movimentos sociais frente a essas grandes “barragens”.

O silêncio ideologicamente fundado e tecnicamente produzido não resiste, porém, aos processos históricos, que apontam para a emergência, generalização e fortalecimento dos movimentos de resistência contra a implantação de grandes barragens. No Brasil, sua história já alcança 20 anos. Surgiram ao final dos anos 70 e, deram origem, nos anos 90, a uma organização nacional com crescente ação internacional (VAINER, 2004, p. 2).

Sob essa perspectiva, é possível destacar que a expansão da fronteira hidrelétrica no Brasil, em particular na Amazônia, através desses empreendimentos hidrelétricos, não vem se dando sem contradições e conflitos, sem lutas e resistências a esse modelo como veremos, detidamente no V capítulo. Seguindo os sinais e as pistas das contradições e conflitos que esses empreendimentos e seu modelo neodesenvolvimentista produzem e expressam, é possível, também, capturar dinâmicas subterrâneas, não hegemônicas, a partir das resistências e lutas de movimentos e organizações sociais, que se dão nesse *brasil profundo* e que ajudam

<sup>230</sup>“No limite, a perspectiva que informa os estudos oficiais consegue pensar as resistências como *resistências (culturais) à mudança*, na tradição de uma sociologia funcionalista do desenvolvimento, muito em voga nos anos 50 e 60, e que, no fundo, acusava as populações dos países desenvolvidos [e “em desenvolvimento”] de irracionais, posto que resistentes à racionalidade imanente à acumulação capitalista” (VAINER, 2004, p. 1).

a exprimir outras imagens, representações e experiências da Amazônia, do Brasil e do Mundo, que passam ao largo da interpretação hegemônica, pois por esta são invisibilizadas e deslegitimadas numa correlação de poder estruturalmente assimétrica.

Em decorrência de um conjunto de impactos socioambientais, provocado por esses empreendimentos hidrelétricos, produzem-se perdas materiais e simbólico-culturais. Essas são marcas e sinais da desterritorialização sofrida por povos e comunidades tradicionais e camponesas e por classes empobrecidas de cidades, que expressam a violação aos direitos humanos e aos ecossistemas. Como consequência, emergem lutas e resistências sociais plurais, em contextos históricos diferentes no país e na região, protagonizadas por ações coletivas e grupos sociais subalternos, que contestam esses empreendimentos e seu modelo de desenvolvimento e denunciam os graves problemas por eles vividos e enfrentados, inscrevendo, assim, dinâmicas múltiplas nesse campo de conflito socioambiental.

Esses agentes sociais coletivos defendem “novas” agendas de construção de padrões e processos de desenvolvimento e política energética, vocalizando princípios como soberania, democracia, dignidade humana, justiça social e preservação ambiental, demarcando a constituição de espaços públicos e de debates sobre os rumos da sociedade e do desenvolvimento sob posições e perspectivas diferentes e até conflitantes, visto que esse campo de resistências e lutas, aqui concebido, exprime concepções e práticas conservadoras e transformadoras. Mesmo num campo contra-hegemônico, as tensões e conflitos de posições e concepções existem e se reinventam historicamente, demarcando posições, estratégias e agendas múltiplas de resistência nesse campo de conflito.

Por esse prisma, é de suma importância frisar que as lutas e resistências sociais que eclodem em decorrência desses grandes projetos e empreendimentos hidrelétricos na sociedade brasileira, em particular na região amazônica, carregam particularidades em relação a outras formas de luta e resistência e, também, inscrevem-se, social, ambiental e politicamente, em tempos e espaços de modo diferente, trazendo à tona novos e plurais temas e questões, mas também, no processo social, vão construindo vínculos, articulações, redes e unidades, desembocando em movimentos sociais populares nacionais e *altermundistas*, como é caso do Movimento dos Atingidos por Barragem<sup>231</sup>. Nesse processo, é possível perceber uma renovação e complexificação da *cartografia dos conflitos sociais*.

---

<sup>231</sup> Não é nosso objetivo, aqui, reconstituir a história do MAB, mas apresentar, de forma sumária e geral, as “raízes” das lutas e resistências sociais advindas com a construção desses grandes empreendimentos hidrelétricos no Brasil e na Amazônia. Para essa constituição histórica do MAB, sugerimos ver Benincá (2011) e Vainer (2004).

Ao fazer a reconstituição da trajetória histórica do MAB, priorizando uma “perspectiva nacional”<sup>232</sup>, Vainer (2004, p. 4) reconhece a existência de algumas referências acerca da ocorrência, nos anos 40 e 50 do século XX, de manifestações de resistência à construção de barragens, no entanto, assinala que “os sinais mais fortes de movimentos coletivos organizados datam do final dos anos 70”.

É nessa trama histórica, mais precisamente na segunda metade dos anos 70 do século passado, que se encontram as raízes históricas do Movimento Nacional dos Atingidos por Barragem (MAB), que emerge “a partir de focos locais de resistência e mobilização contra a construção das barragens” (MAB, 2005 *apud* CORRÊA, 2007). Três foram, conforme registros da história do MAB, os focos principais de resistência, organização e luta que podem ser considerados como o berço do que viria a ser o Movimento mais tarde:

Primeiro na região Nordeste, no final dos anos 70, a construção da UHE de Sobradinho no Rio São Francisco, onde mais de 70.000 pessoas foram deslocadas, e mais tarde com a UHE de Itaparica foi palco de muita luta e de mobilização popular. Segundo no Sul, quase que simultaneamente, em 1978, ocorre o início da construção da UHE de Itaipu na bacia do Rio Paraná, e é anunciada a construção das Usinas de Machadinho e Itá na bacia do Rio Uruguai, que criou um grande processo de mobilizações e organização nesta região. Terceiro na região Norte, no mesmo período, o povo se organizou para garantir seus direitos frente à construção da UHE de Tucuruí (MAB, 2002, p. 6).

Ao buscar as *Origens* do MAB, Vainer (2004), em sua reconstituição histórica acerca desses três grandes casos ou *eventos históricos*, os reconstitui e ordena-os de forma diferente, iniciando pela Região Sul com Itaipu: *o Movimento Justiça e Terra*; em seguida, trata da Bacia do Uruguai – *a Comissão Regional dos Atingidos por Barragens*; depois, focando na Região Nordeste, aborda Itaparica – *O Pólo Sindical do Médio São Francisco*; e conclui analisando o caso de Tucuruí, na Região Norte, e do MAB – *O Nascimento do Movimento Nacional de Atingidos por Barragens*.

Na Região Sul do país, na Bacia do Paraná, 1.500 pequenos agricultores, que correm o risco de suas terras serem inundadas pela barragem da Usina Hidrelétrica de Itaipu<sup>233</sup>, são

---

<sup>232</sup> Vainer (2004, p. 3-4) reconhece que a empreitada em construir a trajetória histórica do MAB não pode privilegiar uma história nacional em detrimento das histórias particulares que vão dando origem a esse movimento, bem como não se pode fazer o contrário. “A solução adequada para o impasse assim criado seria a elaboração de uma narrativa que percorresse, de modo paralelo, simultâneo e, ao mesmo tempo, relacional, as múltiplas trajetórias dos inúmeros movimentos particulares e a trajetória do movimento nacional. (...) Certamente este é um projeto que ultrapassa largamente o escopo do presente trabalho, cuja pretensão, bem mais modesta, é a de fornecer uma visão geral das lutas e organizações dos atingidos por barragens no Brasil. Nesta direção, privilegiou-se a perspectiva nacional, embora tal não configure nenhuma opção preferencial por tal escala”.

<sup>233</sup> Essa hidrelétrica, conforme descreve o autor, tem uma potência instalada “12.600 MW e pertence à empresa Itaipu Binacional, resultante de um tratado firmado entre o Brasil e o Paraguai. Seu reservatório ocupa



convocados, em 16 de outubro de 1978, pela Comissão Pastoral da Terra (CPT). Eles se Reúnem na Igreja de Santa Helena e elaboram um abaixo-assinado, que é encaminhado ao Presidente General Ernesto Geisel, em que manifestam suas reivindicações de direitos e denunciam um conjunto de problemas enfrentados pelos agricultores a serem deslocados pelo lago de Itaipu, dentre os quais se destacam: “falta de informação e consulta prévia, impactos ecológicos, situação dramática de cidades e vilas afetadas, mas não indenizadas, trágica realidade a que seriam lançados os agricultores paraguaios e, sobretudo, o preço irrisório das indenizações oferecidas” (VAINER, 2004, p. 4).

Vainer (2004, p. 5) destaca o papel que religiosos da Igreja Católica e da Igreja Evangélica de Confissão Luterana do Brasil, atuando conjuntamente na Comissão Pastoral da Terra, tiveram nesse processo de luta e resistência, em plena ditadura. Eles desempenharam, em diversas circunstâncias dos conflitos, a função de “mediadores entre os agricultores e as autoridades”. A CPT e, posteriormente, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) passaram “a pressionar o governo, através de denúncias, inclusive através da imprensa, para que negociasse melhores condições de indenização com os atingidos<sup>234</sup>”.

Em sete de abril de 1979, conforme Vainer (2004, p. 5), essa “crescente mobilização conduz à II Assembléia de Santa Helena”, que desembocou na criação da Comissão de Coordenação e Representação, considerada *a primeira experiência de organização de atingidos por barragens*.

Com a presença de representantes dos sindicatos, federação estadual (FETAEP) e confederação nacional de trabalhadores rurais (CONTAG), CPT, Comissão Pontifícia Justiça e Paz, bispos de várias dioceses paranaenses (inclusive de Curitiba), parlamentares estaduais e federais, mais de 2 mil agricultores reuniram-se no estádio esportivo da cidade. Nesta assembléia se constitui a Comissão de Coordenação e Representação, integrada por representantes dos sindicatos, da CPT e por dois agricultores de cada município atingido. Sem qualquer preocupação arqueológica, talvez seja possível reconhecer nesta Comissão a primeira experiência de organização de atingidos por barragens (VAINER, 2004, p. 5).

O referido autor salienta a mudança de postura desses agricultores ao se constituir o movimento, demarcando um posicionamento diferente como de costume frente à empresa, colocando a resistência e as relações de poder em outra dimensão.

---

aproximadamente 1.350 km<sup>2</sup>, e sua implantação exigiu o deslocamento de 42.444 pessoas, das quais 38.445 na área rural” (VAINER, 2004, p. 04).

<sup>234</sup> Apoiado em Germani e Soares, Vainer (2004, p. 5) diz que de forma paralela e independente da ação da CPT, “agricultores do município de Marechal Cândido Rondon contratam os serviços de 3 advogados para contestar os valores oferecidos pela empresa”, além disso houve a mobilização de diversos sindicatos de trabalhadores rurais para protestar contra tal empreendimento.

As peripécias por que passou este movimento são muito similares àquelas vividas por muitos dos movimentos reivindicatórios de base popular à época: manifestos, abaixo-assinados, forte presença dos mediadores das Igrejas, reuniões e assembléias que conscientizam número crescente de agricultores de seus direitos e da possibilidade de organizar-se e de lutar. Se durante algum tempo a intransigência da empresa funcionara como eficaz mecanismo de pressão para que os agricultores aceitassem acordos extorsivos, a partir do momento em que se estrutura o movimento, a mesma intransigência passa a provocar o efeito contrário: indignação, ampliação e radicalização da resistência (VAINER, 2004, p. 5).

Diante de um contexto dramático, em que seis mil famílias rurais e mil famílias urbanas permaneciam num quadro sem solução para os problemas por elas vivenciados às vésperas do enchimento do lago artificial de Itaipu, lideranças decidem sigilosamente em julho de 1980 pela organização e realização de uma manifestação pública. Em relação a esse momento da luta e resistência, Vainer (2004, p. 6) identifica o surgimento do *Movimento Justiça e Terra. Nascia a luta organizada dos atingidos por barragens*.

Em 14 de julho, os agricultores cercam o escritório da empresa em Santa Helena, cantam o hino nacional e uma liderança lê o comunicado “Ao povo, ao Governo e à Itaipu”, reivindicando indenização imediata com reajuste de 100%, reassentamento no Estado do Paraná, indenização das redes elétricas. Durante vários dias os expropriados de Itaipu vão receber a solidariedade de várias entidades, religiosas e leigas, parlamentares, movimentos sociais, com expressiva repercussão na imprensa. Viviam-se os últimos momentos da ditadura militar, avançava a luta por eleições diretas. *Nascia o Movimento Justiça e Terra. Nascia a luta organizada dos atingidos por barragens* (BENINCÁ, 2011, p. 62)<sup>235</sup>.

Vainer (2004, p. 06) diz que “Itaipu é importante também porque o desprezo com que foram tratados os atingidos e seus direitos tornaram-se exemplares”. Ademais, continua ele, em 1979, na Região do Alto rio Uruguai, começam a correr as primeiras informações sobre a construção de um conjunto de 25 Usinas Hidrelétricas na Bacia, que ameaçavam atingir os estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, prevendo expulsar de 200 a 300 Mil pessoas, “o exemplo dramático dos expropriados de Itaipu será evocado por aqueles que tomam a iniciativa de informar, organizar e mobilizar os agricultores”. Nessa Bacia do Rio Uruguai,

A organização e luta de resistência no Alto Uruguai, de um lado, seguiram um caminho parecido com o de Itaipu: ação de religiosos e militantes da CPT na mobilização, presença dos sindicatos de trabalhadores rurais, importância fundamental da informação, organização dos atingidos nas comunidades e municípios (MAB *apud* CORRÊA, 2007, p. 57).

De outro lado, contudo, segundo Vainer (2004, p. 7-8), aí ocorre uma questão nova e particular: “pela primeira vez as populações ameaçadas de deslocamento começaram a se

<sup>235</sup> Nesse momento, o referido autor identifica que ocorre “o primeiro acampamento da história dos atingidos no Brasil” (Idem, Op. Cit.).

mobilizar e organizar antes do início da obra”. Em Santa Catarina, mais precisamente em Concórdia, 350 agricultores criaram, em 1979, a Comissão Regional de Barragens, cujo objetivo era “obter junto a ELETROSUL maiores informações sobre o projeto e divulgá-las amplamente, advertindo os atingidos acerca da ameaça que pairava sobre suas vidas”. Com a criação dessa Comissão, trabalhadores rurais puderam, aos poucos, promover ações de organização e mobilização com vistas a cobrir a área projetada da região para construção de novas hidrelétricas, o que implicava uma maior e mais articulada resistência.

No decorrer dessa caminhada, conforme Vainer (2004), em fevereiro de 1983, em Carlos Gomes, considerado o distrito mais vigoroso no combate às barragens de Machadinho, 20 mil pessoas se juntaram e se mobilizaram para participar da “Romaria da Terra”, que tinha como tema central “*Águas para vida, não para morte*”. Esse é um dos temas geradores do MAB, que se transformou em “palavra-de-ordem” do movimento, inclusive, em nível mundial de luta contra os grandes empreendimentos hidrelétricos.

Em 1985, é realizado um abaixo-assinado, que traz como palavra de ordem “*Não às Barragens*”. Através da Comissão Regional de Barragens, esse documento conseguiu um milhão de assinaturas, tendo sido entregue ao poder público federal na representação do Ministro Extraordinário de Assuntos Fundiários. Num primeiro momento, segundo o MAB (*apud* CORRÊA, 2007, p. 57), essa Comissão centrou suas reivindicações em “indenizações justas e terra por terra”, mas a partir dessas organizações e manifestações mais articuladas e ampliadas de resistência social e política, a luta se deu “*Contra a construção das barragens: Terras Sim, Barragens Não*”, palavra-de-ordem que passa a dar força e identidade ao que viria ser o Movimento dos Atingidos por Barragem (MAB *apud* CORRÊA, 2007, p. 57).

O fato dessas mobilizações e organizações se iniciarem na região Sul do Brasil e se constituírem em exemplos relevantes de luta e resistência contra os aqui referidos empreendimentos hidrelétricos, talvez, explique o porque de ambos os autores (VAINER, 2004 e BENINCÁ, 2011) iniciarem a trajetória histórica de constituição dessas mobilizações e organizações de luta e das origens do MAB por essa Região.

Na região Nordeste, no início dos anos 70, no Vale do Rio São Francisco, as barragens de Moxotó e Sobradinho foram, segundo registros da história de luta e de organização do MAB (MAB *apud* CORRÊA, 2007, p. 56), “feitas sem qualquer consideração para os problemas sociais”. Vainer (2004, p. 09), ao se referir à situação de Sobradinho, relata:

O caso de Sobradinho foi particularmente trágico, pois sua implantação implicou no alagamento de 4.214 km<sup>2</sup>, na expropriação de 26000 propriedades e no deslocamento compulsório de cerca de 72000 pessoas. As obras se iniciaram no auge da ditadura militar, em 1973 e o lago começou a

encher em 1977. Prevista inicialmente para regularizar a vazão do São Francisco, um ano após o começo das obras é decidido que deveria igualmente produzir energia. As obras civis foram deflagradas sem que houvesse qualquer plano de reassentamento, e apenas em 1975 a população é abordada para escolher entre as duas alternativas seguintes: receber uma passagem para ir para São Paulo ou reassentamento no Projeto de Serra de Ramalho, em região seca, a 700 km de distância (VAINER, 2004, p. 9).

Em relação a esse caso, Vainer (2004, p. 9) diz que não obstante “seja geralmente reconhecido que em Sobradinho não houve resistência ou movimento organizado dos atingidos, há referências a ações de sindicatos e da CPT na defesa dos agricultores deslocados”. Nesse caso, “a principal forma de resistência, porém, parece ter sido a luta dos deslocados pelo acesso à água, expressa no abandono dos reassentamentos implantados em áreas distantes para ocupar áreas na beira do lago”. Ele destaca, ainda, que “significativa foi a luta para ocupar terras de vazante e, em alguns casos, a organização coletiva para conquistar a implantação de sistemas de irrigação”.

Entre Pernambuco e Bahia, no final dos anos 70, no médio Velho Chico, com a construção da barragem de Itaparica, foi inundada uma área de 834 km<sup>2</sup> e foram expulsas e expropriadas 40.000 pessoas. Nesse contexto, diferentemente de Sobradinho, “lideranças de sindicatos rurais começaram a promover reuniões nos municípios, invocando a trágica situação dos atingidos” (VAINER, 2004, p. 9). Essa organização nascente dos atingidos, nessa região, concentrou suas reivindicações nas seguintes questões: “terra por terra na margem do lago, água nas casas e nos lotes, indenizações justas das benfeitorias”. Essa organização e mobilização passou a se estruturar e se tornar mais forte com a constituição de uma “coalizão sindical, sob o nome de Pólo Sindical de Trabalhadores Rurais do Sub-médio São Francisco”, que se deu, em 1979, a partir de uma primeira concentração de trabalhadores rurais em Petrolândia, Pernambuco. Em 1980, também em Petrolândia, ocorre a segunda concentração, reunindo mais de 5.000 pessoas (VAINER, 2004, p. 9-10).

Numa demonstração de avanço e maior capacidade organizativa, esses sindicatos, em 1984, conforme registra esse documento, com apoio de técnicos, elaboram um documento – “Diretrizes Básicas para o Reassentamento” – no qual reforçam as reivindicações anteriores e introduzem novas questões: “lotes de 25 hectares dos quais 6 irrigados, irrigação por aspersão, administração de projetos pelos trabalhadores, melhor escolha das terras, estradas” (VAINER, 2004, p. 10). No entanto, como a “CHESF só conversava”, não dando respostas concretas às reivindicações dos sindicatos e não cumprindo os prazos acordados, o movimento nascente dessa região se ampliou e radicalizou, promovendo ocupações com apoio de vários setores da

sociedade civil e do poder público, exprimindo uma ampliação do campo de resistência com o surgimento de novos atores, como as ONGs.

Em relação a isso, Vainer (2004, p. 10) relata:

Em 1º de dezembro de 1986 os atingidos voltam a ocupar o canteiro. É um ato de grande repercussão regional e, mesmo, nacional. A solidariedade de religiosos, entidades sindicais, organizações populares, ONGs e parlamentares é expressiva. As obras são paralisadas até que um acordo seja firmado: terra por terra, 2,5 salários mínimos até o início da produção, participação dos trabalhadores na compra de terras e na administração do reassentamento (VAINER, 2004, p. 10).

E compara aos casos de Machadinho e Itá, ressaltando, com base no documento do MAB, que “a conquista do acordo não deu por encerrada a luta”:

Os trabalhadores rurais venceram uma etapa, mas muitos problemas continuam a surgir e a CHESF não cumpre o que foi acordado. Assim, a luta continua, pelo cumprimento do Acordo, que foi uma conquistas dos trabalhadores rurais atingidos pela UHE Itaparica (1º Encontro Nacional de Trabalhadores Atingidos por Barragens *apud* VAINER, 2004, p. 10-11).

No Sudeste do Estado do Pará, no município de Tucuruí, é construída a Usina Hidrelétrica de Tucuruí (UHT) no Rio Tocantins. Conforme Documentos do Movimento dos Atingidos por Barragem (MAB *apud* CORRÊA, 2007, p. 59), em 1978, “sem quaisquer informações acerca do projeto, as famílias a serem ATINGIDAS começaram a ser cadastradas para fins de indenização pela Eletronorte, empresa responsável pela obra”.

Esse empreendimento, conforme o mesmo documento do Movimento, inundou uma área de 2.830 km<sup>2</sup> (hoje, essa área é de 3.100 km<sup>2</sup>) e remanejou mais de 25.000 pessoas, atingindo sete municípios à montante da barragem e mais outros à jusante dela. Conforme depoimento tomado por Corrêa (2007, p. 61), Caboclo, atingido e uma das lideranças locais do MAB, ao tratar do número de atingidos apresentado oficialmente, questionou, salientando:

A barragem de Tucuruí atingiu 5.700 famílias! Esse é o número dado pela empresa. A gente acredita que é muito maior o número de famílias atingidas. A minha família é uma delas não reconhecida. São 2.800 quilômetros de lago. Foram sete municípios atingidos diretamente: Tucuruí, Breu Branco, Goianésia, Jacundá, Novo Repartimento, Ipixuna e Cametá. (...) É importante considerar, ainda, os municípios que estão localizados na jusante da barragem, que foram atingidos, também, como: Mocajuba, Baião, Igarapé Miri (Caboclo *apud* CORRÊA, 2007, p. 61).

Essa mesma liderança do MAB, segundo Corrêa, explica, ainda, que, além da não informação dada pela empresa responsável às populações locais sobre a obra, impediu-se, também, a população da área a ser atingida de dar continuidade às suas atividades produtivas e/ou criarem novas atividades.

Logo que a Eletronorte começou a fazer os estudos para construção da barragem da hidrelétrica de Tucuruí, em 1974, ela já começou fazendo o levantamento das famílias atingidas e impedindo que essas famílias fossem trabalhar, plantando, fazendo novas atividades, porque a idéia é que fosse feito da terra dessas pessoas objeto de indenização Parou-se tudo isso aí (Caboclo *apud* CORRÊA, 2007, p. 60).

Em outro relato levantado por Corrêa, Negra, membro do MAB local, relata que esse empreendimento hidrelétrico representou “o rompimento da vida de todo esse povo que perdeu sua terra, sua sobrevivência, suas raízes, suas culturas, suas histórias de vida. Tinha tudo isso por lá, agora eles não têm mais nada disso. 70% da população não receberam indenização” (Negra *apud* CORRÊA, 2007, p. 62).

Aqui reside, conforme analisa Corrêa (2007, p. 63), a compreensão do processo de *desterritorialização* (HAESBAERT, 2004), isto é, de exclusão e de perda do território dessas populações “atingidas” mais diretamente pela UHT, que foram expulsas e expropriadas de suas terras. A perda de seus territórios, primeiro, não pode deixar de ser concebida dentro de um processo contraditório e conflituoso de interesses no seio da sociedade capitalista. Segundo, essa exclusão e perda do território ou “expulsão e perda da terra” precisa ser entendida na unidade indissociável e dialética entre o material e o simbólico-cultural, posto que a terra, a água, a floresta de onde e onde se produzem os produtos e bens de consumo e comércio para sua reprodução social e humana de existência, também, produzem-se e reproduzem saberes, culturas, identidades; transmitem-se tradições, valores e costumes que conformam a sua organização histórico-social e cultural como povos e grupos sociais subalternos nessa sociedade capitalista.

Diegues (1999, p. 55), em seu estudo sobre o impacto dessa barragem, explica que a implantação desse projeto “alterou profundamente o modo de vida dos habitantes dessa área, principalmente por terem incluído em seu cotidiano outras formas de relacionamento com os novos atores que chegavam à região: as grandes empresas, particularmente a Eletronorte”. Em face desse contexto contraditório e tenso, o autor assinala a resistência emergente frente ao processo de expropriação dessas populações.

As tensões afloradas pelo processo de desalojamento de seus sítios, em boa parte herdadas pela linhagem familiar, estiveram na base do início da resistência contra o processo expropriatório. Os pequenos produtores se organizaram politicamente, com o intuito de garantir seus direitos ameaçados (DIEGUES, 1999, p. 56).

Segundo documento do MAB (*apud* CORRÊA, 2007, p. 74), em 1981, com apoio dos sindicatos de trabalhadores rurais locais, constituiu-se o “Movimento dos Expropriados pela Barragem de Tucuruí, que encaminhou à empresa ELETRONORTE e a outras autoridades

governamentais suas denúncias e reivindicações”. A partir daí, as mobilizações e pressões passam a ser mais fortes, posto que a organização das populações atingidas ganhava mais corpo e voz. Exemplo disso foram os dois acampamentos que o Movimento fez. Um, em 1982, que, durante três dias, reuniram-se 400 pessoas em frente ao escritório da ELETRONORTE, na cidade de Tucuruí. Nesse momento, o movimento apresentava as seguintes reivindicações: “terra por terra (lotes de 21 alqueires), vila por vila, casa por casa, indenizações justas e ressarcimento pelos prejuízos” (MAB *apud* CORRÊA, 2007, p. 74).

O outro foi em abril de 1983, no qual mobilizaram e reuniram 2000 pessoas, quando conseguiram reabrir as negociações com a empresa. Nesse momento, uma Comissão Representativa dos Expropriados de Tucuruí foi conversar com a presidência da empresa em Brasília. Enquanto a Comissão estava em Brasília, o acampamento foi mantido até que se tivesse um acordo, que levasse em consideração as reivindicações do movimento. Nesse sentido, como afirma o documento do Movimento, “A luta pelo cumprimento do acordo passou a ser o objetivo geral do movimento” (MAB *apud* CORRÊA, 2007, p. 74).

Não obstante as pressões ganhassem vigor, Diegues (1999, p. 56) afirma que

[...] as medidas tomadas pela empresa para assentar essas famílias em outras áreas, definidas pelos órgãos que se ocupavam de terras (INCRA e Iterpa), foram arbitrárias e, por isso, recusadas na maioria pelos agricultores. Como desdobramento, foi constituindo-se um sério campo de conflitos. As indenizações, por exemplo, consideradas irrisórias e corroídas pela inflação foram rejeitadas por muitos. Tendo de forma abrupta seus projetos de vida interrompidos, essas famílias experimentaram longos momentos de insegurança devido, sobretudo, a impossibilidade de trabalhar e produzir, dado a instabilidade que envolve um processo de mudança de uma área para outra, agravado pela desigualdade de interesses das partes (DIEGUES, 1999, p. 56).

Cabe considerar que a efervescência desse conflito e o vigor do movimento vão-se dando num processo de enfraquecimento e desgaste do regime ditatorial na sociedade e ascensão e efervescência dos movimentos sociais e organizações populares do campo e da cidade na sociedade civil brasileira que lutavam pela redemocratização do país. A expressividade do movimento viria a se fortalecer com a emergência de novos problemas sofridos pelos atingidos remanejados. Em função de toda má gestão e da negligência da Eletronorte, as consequências dos impactos sociais e ambientais advindos da UHT passavam a se evidenciar com mais força (MAGALHÃES, 2005).

[...] 600 famílias já reassentadas tiveram suas terras tomadas pelo lago: a ELETRONORTE se equivocou na demarcação das áreas a serem inundadas! Em outra trágica demonstração de irresponsabilidade, a margem esquerda do reservatório, onde havia sido assentada a maioria dos expropriados, foi

infestada por uma praga de mosquito até então desconhecida na região (MAB *apud* CORRÊA, 2007, p. 75).

Em 1989, o movimento parece ganhar mais força, quando passa a reunir “os expropriados de montante e os atingidos de jusante” da barragem, criando a *Comissão dos Atingidos pela Hidrelétrica de Tucuruí* (CAHTU), para lutar pelos seus direitos, haja vista as problemáticas decorrentes da má qualidade da água, que atingiram a saúde das populações, suas atividades pesqueiras, precarizando ainda mais suas condições de vida e trabalho.

No tocante à constituição desse processo de luta na região e da criação da Comissão, conforme outro testemunho registrado por Corrêa, Caboclo relata o papel e mediação de sindicatos de trabalhadores rurais e entidades religiosas de corte progressista, como a CPT.

[...] só depois de iniciada a construção e barrado o rio, é que se começou o movimento dos expropriados pela indenização, lote por lote, casa por casa, que isso terminou não sendo conquistado por eles [pelo movimento]. A luta continua até hoje. Então, naquele momento se criaram comissões no Brasil inteiro onde tinha que se enfrentar a construção de barragem. Aqui, se criou a CAHTU, que foi a Comissão dos Atingidos pela Barragem de Tucuruí. Ela era conduzida pelo sindicato dos trabalhadores rurais e, também, pela CPT. Através dessas comissões, é que foi surgindo, culminando com a criação do MAB no Brasil e na região (Caboclo *apud* CORRÊA, 2007, p. 73).

Essa composição de forças sociais, com marcante presença da igreja católica, através da CPT e das CEBs, assumindo os sindicatos de trabalhadores rurais locais posição de destaque, ampliou a ação política e ideológica do movimento, sua expressividade diante da sociedade e fortalecimento na região, a fim de construir uma força política e social de resistência para reafirmar a luta pelos direitos e cidadania dos atingidos. Nesse processo, Diegues destaca o alargamento do movimento e a emergência de novos temas, por meio da “aliança com grupos indígenas” atingidos.

O movimento ganhou amplitude, articulando-se a outros setores organizados da sociedade na luta pelos direitos de cidadania, em que se inclui o respeito às relações tradicionais de uso mantida com a floresta e com o rio. Fizeram, nessa caminhada, aliança com grupos indígenas atingidos pela barragem de Tucuruí (DIEGUES, 1999, p. 60).

Nesse sinal apresentado por Diegues, é possível identificar pistas iniciais de um movimento que, nessa região, vai se constituindo de forma plural contribuindo para visibilizar e colocar na cena e na arena pública “novos sujeitos e temas”, como os povos e comunidades tradicionais e camponesas, que passam a pautar um protagonismo com mais pujança, haja vista que nesse contexto do final da década de 80, esses povos e comunidades tradicionais, em particular os indígenas, passam a ocupar um novo lugar na Constituição Brasileira de 1988 como *sujeitos de direitos*. Associada ao tema dos direitos étnicos e territoriais desses povos,



emerge com mais vigor a questão ambiental. Nesse ano de 1989, no município de Altamira, no Pará, ocorre o Encontro dos Povos Indígenas do Xingu, apoiado por uma rede de movimentos sociais da transamazônica e de organizações sociais e ativistas ambientais nacionais e internacionais, para lutar e resistir contra o complexo hidrelétrico do Xingu. Esse é um outro sinal novo na região e no país, que sugere uma renovação da análise e cartografia dos conflitos, das lutas e resistências sociais contra esses grandes empreendimentos hidrelétricos. Esse ponto será abordado em profundidade no capítulo à frente.

É importante perceber que, num primeiro momento, esse movimento da CAHTU, assim como em algumas outras regiões, estava se centrando em reivindicações que se limitavam a requerer “terra por terra, vila por vila, indenização, ressarcimento dos prejuízos causados pelas barragens” (CORRÊA, 2007, p. 76) em nível local, sem uma articulação maior, sem uma contestação à matriz política energética e ao modelo de sociedade. Mas, no curso dessa caminhada, a partir da articulação das comissões em nível regional e nacional, as reivindicações passaram a ser ampliadas para uma contestação ao modelo energético e de sociedade, demonstrando o alargamento da força e da consciência social e política desse sujeito coletivo nacional que vinha emergindo.

Como relata o depoimento de Antenor, tomado por Corrêa (2007, p. 76), a corrente do movimento ia se atrelando e se estendendo, ganhando mais força, embora persistissem as situações limitantes para essa ampliação.

O nosso sofrimento era muito grande. Aí a gente foi se juntando, foi se juntando, fazendo uma grande união, pra lutar por nossos direitos. Aí a gente foi ficando mais forte. Aí o pessoal foi vendo que a gente estava reivindicando e conquistando nossos direitos, começaram a se unir. Mas foi difícil. Ainda é difícil de unir as pessoas pra lutar (Antenor *apud* CORRÊA, 2007, p. 76).

Ao se referir a esses três *casos* de luta e resistência dos atingidos, Vainer (2004, p. 13) identifica uma interação permanente entre movimentos de atingidos e STRs, apontando a contribuição, também, desses movimentos para criar e fortalecer “sindicatos combativos” como contraponto aos “sindicatos acomodados”. Essa estreita vinculação vai possibilitar a criação de um ator coletivo nacional, influenciando, assim, na correlação e configuração de forças sociais em nível nacional.

Foi possível observar, nos 3 casos rapidamente relatados, selecionados pela importância que tiveram no nascimento do movimento nacional, a permanente interação entre movimentos de atingidos e sindicatos de trabalhadores rurais. Em alguns casos, como na bacia do rio Uruguai, os sindicatos mais combativos estavam presentes através de seus dirigentes, sendo comum que o presidente de um sindicato fosse, simultaneamente, integrante da comissão municipal ou regional de atingidos. Via de regra, o

dinamismo do movimento de atingidos contribui para sacudir um sindicalismo acomodado e favorecer a conquista dos sindicatos por lideranças combativas. Já no caso do Vale do São Francisco, são os próprios sindicatos que assumem, diretamente, a organização e luta dos atingidos. Vistas estas estreitas vinculações, parece explicável que, em 1988, a CRAB [Comissão Regional de Atingidos por Barragens] procurasse o Departamento Nacional de Trabalhadores Rurais da Central Única de Trabalhadores com a proposta de uma articulação nacional dos movimentos de atingidos (VAINER, 2004, p. 13).

Cabe destacar que esse Movimento não nasce inspirado com base num ideal de rompimento com a ordem social, ou seja, anticapitalista, mas sim reivindicando e pautando questões pontuais de sobrevivência “por dentro da ordem estabelecida”. Exemplo disso são as Comissões criadas para reivindicar os direitos das populações atingidas nessas Regiões impactadas com perdas e destruições sociais e ambientais, materiais e simbólicas, objetivas e subjetivas por esses grandes empreendimentos hidrelétricos. Ele vai se constituindo num movimento popular anticapitalista no processo de tensões e conflitos entre classes e grupos sociais na sociedade (CORRÊA, 2007)<sup>236</sup>. Segundo o próprio MAB,

Todas as obras acima citadas apresentam dois fatos marcantes: a existência ainda hoje de organização popular, e como aspecto negativo, todas têm ainda problemas sociais e ambientais pendentes de solução devido à construção das barragens. Nestas obras e nas demais regiões do Brasil, a luta das populações atingidas por barragens que no início era pela garantia de indenizações justas e reassentamentos, logo evolui para o próprio questionamento da construção da barragem. Assim, os atingidos passam a perceber que além da luta isolada na sua barragem, deveriam se confrontar com um modelo energético nacional e internacional. Para isso, seria necessário uma organização maior que articulasse a luta em todo o Brasil (MAB, 2002, p. 7).

Amplia-se a resistência e a insurgência ao modelo de desenvolvimento dominante, denunciando seus graves problemas sociais e ambientais, e sinalizando para necessidade de construção de novos padrões de desenvolvimento e de modelo energético. Isso expressa um campo novo de tensões e conflitos entre classes/grupos subalternos e as classes dominantes, oriundo do processo de expansão e desenvolvimento capitalista desigual e injusto socialmente e destrutivo ambientalmente.

Nessa trajetória de lutas e resistências do Movimento dos Atingidos, vêm sendo suscitados novos sentidos sociopolíticos e ecológicos, colocando e pondo novos sujeitos, problemas e temas na cena pública e na trama dos conflitos na sociedade, isto é, sujeitos

---

<sup>236</sup>As Comissões enquanto organizações locais e/ou regionais começaram a se articular em nível nacional, para construir um projeto nacional, que estaria, também, articulado com um movimento internacional de luta contra as barragens no mundo, empunhando como palavra de ordem: *Águas para Vida, não para morte!* (CORRÊA, 2007).

renovadores do campo dos conflitos sociais<sup>237</sup>. Assim, no I Congresso Nacional de Trabalhadores Atingidos por Barragem, em 1991, ocorrido em Brasília-DF, o MAB foi instituído oficialmente como “movimento nacional, popular e autônomo” (MAB, 2005, p. 09)<sup>238</sup>.

Ao fazer referência ao surgimento do Movimento dos Atingidos por Barragem na sociedade brasileira, Porto-Gonçalves (2005, p. 159) identifica:

A emergência de um forte movimento da sociedade civil no Brasil, e com ele a constituição de múltiplos protagonistas, a partir dos anos setenta e em claro confronto com o regime ditatorial, colocou, para além da questão da redemocratização, uma pluralidade de demandas de diferentes sujeitos sociais que surpreendeu os analistas das ciências sociais (PORTO-GONÇALVES, 2005, p. 159).

O referido autor adverte, ainda, que o MAB conseguiu demarcar um território contraditório ao conceber e colocar os povos, de um lado, como *atingidos* pela política de desenvolvimento do Estado e, de outro, como sujeitos, *protagonistas* de outras propostas e ações. Para esse autor, o Movimento

indica a contradição diretamente posta pela ação do Estado como protagonista. As populações se colocam aqui claramente como *atingidas*, ou seja, como aqueles que não foram os destinatários da ação do Estado, ao contrário, foram atingidos pela ação deste. No entanto, ao se constituírem como movimento dos atingidos por barragem colocam-se como sujeitos que, por sua própria ação, desejam ser protagonistas de suas vidas (PORTO-GONÇALVES, 2005, p. 159).

Ao colocar nesses termos, Porto-Gonçalves (2005) sugere uma abordagem ético-política, social e ecológica para demarcar tanto as situações concretas de sofrimento e degradação humana dos atingidos e do meio ambiente resultantes do modelo de desenvolvimento hegemônico, quanto o protagonismo político desse ator coletivo em denunciar essas condições e apontar novos rumos. Nesse sentido, a terminologia *atingido*<sup>239</sup>

<sup>237</sup>No I encontro Nacional dos Atingidos por Barragem (1989), em Goiânia-GO, definiu-se como *Atingido* (a): “Todos aqueles [as] que sofrem modificações nas condições de vida, como consequência da implantação das Usinas Hidrelétricas, independente de ser atingido direto ou indireto. Atualmente, afirma que além destes, fazem parte do Movimento todos aqueles que assumem a causa dos povos atingidos e lutam pela construção de um novo modelo energético e de sociedade” (MAB, 2005, p. 8 e 9).

<sup>238</sup>Nesse momento, o Movimento decidiu que a sua principal instância deliberativa passava a ser o Congresso, com periodicidade trienal. Com o encerramento do Congresso em 14 de março, essa data ficou deliberada como *Dia Nacional de Luta Contra as Barragens* (MAB, 2005, p. 9).

<sup>239</sup>Ao se referir a essa noção de *atingido*, Vainer (2004, p. 14) explica: “Que os movimentos tenham assumido a categoria descritiva com que são designados pelo Setor Elétrico e pelos estudos de impacto não parece incomodar seus militantes e lideranças. Como tampouco lhes cria problema que esta designação venha de uma forma verbal passiva. Ao contrário, via de regra os militantes enunciam com um certo orgulho o fato de serem atingidos por tal ou qual barragem, quando se apresentam nas reuniões. Para o Setor Elétrico, e para os promotores de grandes projetos em geral, a categoria de “atingido” é perfeitamente compatível com uma perspectiva que vê as populações como incapazes de agir e, portanto, designadas por um qualificativo que as associa à passividade. O movimento, ao contrário, pretende justamente impedir que os “atingidos” fiquem

expressa tanto a contradição da política do modelo de desenvolvimento capitalista na sociedade brasileira, quanto demarca a práxis sociopolítica e ecológica de um *sujeito* coletivo emergente que luta contra esse modelo de desenvolvimento desigual, excludente e antiecológico. Isto é, ela põe e expressa uma *dimensão epistemológica* sob outros termos, trazendo à baila grupos subalternos, suas histórias, seus modos de vida e saberes, suas resistências e conflitos, que os “relatórios técnicos” oficiais (sobre os impactos desses empreendimentos) acabam por ocultar e esvaziar de sentido. Além dessa dimensão epistemológica, essa noção de *atingido* é eminentemente *sociopolítica*, imprimindo sobre os conflitos e resistências sociais novos sentidos e reconfigurando as relações de poder.

O MAB autodenomina-se um “movimento popular, de massa, que visa organizar toda a população atingida ou ameaçada para lutarem contra a construção de barragens e pela garantia dos direitos sociais, colaborando com isto para a construção de um novo modelo energético” (MAB, 2005, p. 5). Caracteriza-se como um movimento autônomo, contrapondo-se ao modelo hegemônico de sociedade e às políticas do setor energético controladas pelo capital privado nacional e internacional com a anuência do Estado brasileiro. O MAB tem como *missão*:

articular os interesses, as necessidades e os direitos dos povos atingidos frente às empresas, ao Estado e a outras organizações que de alguma forma estejam envolvidas na questão; construir uma política energética sob o controle do Estado; lutar contra o modelo capitalista neoliberal e contribuir com a construção do modelo socialista para o Brasil. A luta é estimulada e organizada num permanente processo de formação e mobilização, onde os atingidos vão compreendendo a realidade, tomando consciência de sua situação, participando e decidindo os rumos da vida coletiva (MAB, 2005, p. 8).

O MAB, ao se intitular e denominar enquanto *movimento nacional popular, de massa*, define e afirma sua matriz identitária como movimento social popular anticapitalista, oriundo *das* e comprometido *com* as classes e grupos sociais populares, oprimidos, particularmente os povos atingidos por barragens. Isso está bem expresso em um dos seus valores: “fé, paixão e amor pelo povo oprimido e pela causa popular”. Apresenta como uma de suas estratégias “organizar e mobilizar esses sujeitos atingidos, para lutar contra a construção de barragens e pela garantia dos direitos sociais, colaborando com isto para a construção de um novo modelo energético (...) sob o controle do Estado” (MAB *apud* CORRÊA, 2007, p. 227). Isso explicita sua grande bandeira de luta, finalidade esta associada à outra: contribuir para construção do

---

passivos. O paradoxo poderia ser enunciado da seguinte maneira: o movimento de atingidos tem como objetivo impedir a existência de atingidos e fazer com que os atingidos não o sejam, ou, na pior das hipóteses, o sejam na menor medida possível”.

modelo socialista para o Brasil. Isso expressa e evidencia o seu adversário central: o sistema e padrão capitalista de sociedade. Com esse repertório: identidade, projeto, capacidade organizativa e mobilizativa e adversário, pode-se traçar um desenho do papel que o MAB vem assumindo na sociedade brasileira e mundial<sup>240</sup>.

Com base nessas características e premissas, é possível situar o MAB como um movimento social popular, que se apresenta como protagonista e posicionado num campo de resistência social contra-hegemônico aos projetos neoliberal e neodesenvolvimentista. Atua no sentido de trazer à baila, para a cena e esfera pública, as “vozes”, “rostos”, “experiências e perspectivas”, em grande medida invisíveis, desses sujeitos atingidos, propiciando a emergência de novas dinâmicas socioterritoriais e ambientais na sociedade e no Estado, protagonizadas pelas classes subalternas do campo e da cidade, o que exige um renovado esforço interpretativo.

Ao definir seus eixos de luta, o MAB (*apud* CORRÊA, 2007, p. 227-228) evidencia essa posição:

- Contra as Barragens.
- Pelos direitos dos atingidos.
- Contra a privatização da água e pela construção de uma política energética.
- Contra o modelo capitalista neoliberal de sociedade e pela construção do projeto socialista para o Brasil.

Mais recentemente, o Movimento vem assumindo uma luta contra o modelo neodesenvolvimentista em curso no país, em conjunto com o MST, MMCC, MPA, Via Campesina, FETAGRI, povos indígenas e quilombolas, da floresta e das águas.

Para o Movimento, o modelo energético dominante, que tem como base as grandes barragens, vem invertendo a função da água como “bem público, direito humano e patrimônio de todos os seres vivos” (MALVEZZI, 2005), convertendo-a em patrimônio privado de grandes grupos e corporações do capital, ou seja, que exclui socialmente e que degrada ambientalmente, o que o MAB denuncia e caracteriza nos *Padrões do Hidronegócio*<sup>241</sup>. Esta concepção de água expressa uma representação social de coisa, de

---

<sup>240</sup>O MAB junto com outros movimentos sociais do campo, como MST, MPA, MMCC, vêm, de forma articulada, compondo a *Via Campesina*, movimento com caráter transnacional, que se posiciona num campo contra-hegemônico e defensor de uma sociedade socialista, que tem como base teórica e política principal o marxismo. Essa concepção está em diálogo com a Teologia da Libertação, dada a base histórica de constituição desses movimentos, vinculada e influenciada pelas CEBs da Igreja Católica. Ver os estudos de Benincá (2011); e Vainer (2003, 2004).

<sup>241</sup>Para o MAB, esses padrões de “Hidronegócio” expressam o controle e domínio dos recursos hídricos pelo mercado, privatizando bens públicos considerados fundamentais para o conjunto da sociedade. Nos termos de

mercadoria, cujo fim é o lucro. Frente a esta, o MAB apresenta outra concepção socioambiental e territorial, referida a princípios e valores de justiça social, de democracia, de solidariedade e de responsabilidade ambiental acerca da água e dos demais recursos naturais.

Isso está representado nas diretrizes propositivas para *Uma política energética para o projeto popular para o Brasil*, que expressa a necessidade da construção de “um outro projeto de desenvolvimento para o Brasil” (MAB *apud* CORRÊA, 2007, p. 229).

- a) Que contemple a participação da população no seu planejamento, decisão.
- b) Que o controle do setor elétrico seja estatal, retomando as empresas privadas.
- c) Que a água e a energia, dois bens estratégicos para nossa soberania, devam ter o controle do povo brasileiro e estar a seu serviço.
- d) Que priorize as questões sociais e ambientais.
- e) Que corrija as distorções existentes no setor elétrico, acabando com a concentração na transmissão, distribuição e consumo de energia; bem como o fim dos subsídios aos grandes consumidores (empresas nacionais e transnacionais).
- f) Que invista em pesquisa, no desenvolvimento e na implantação de fontes alternativas.
- g) Que contemple um programa sério de conservação de energia.
- h) Que as empresas de outros países que queiram construir barragens no Brasil respeitem a legislação brasileira e a do seu país de origem.
- i) Que 20% do capital internacional destinado para construção de barragens seja destinado para investir em fontes alternativas e pesquisa.

Essas diretrizes, defende o MAB, apresentam proposições para um modelo energético democrático participativo popular, público, que assegure e fortaleça a soberania nacional. Esse modelo tem como prioridades a inclusão social e a responsabilidade ambiental, cuja base são as fontes alternativas de energia. Além disso, exige a rigorosidade do cumprimento da legislação ambiental para a construção de barragens e investimento em pesquisa de fontes alternativas de energia. Tais diretrizes defendem o protagonismo das classes populares, em uma perspectiva autônoma, democrática e participativa, apontando para o uso e sentido da água e da energia como finalidades humanas e responsabilidade social e ambiental, bens de interesse e patrimônio público da humanidade.

O MAB (*apud* CORRÊA, 2007, p. 230) reforça essa perspectiva em seu texto: *Alternativa Para Produção de Energia*, ocasião em que apresenta as seguintes proposições de

---

Boaventura Santos (2002; 2006), isso expressa uma apropriação privada dos *bens comuns da humanidade*, que segue uma lógica capitalista e colonialista.

fontes alternativas de energia para a construção de um *projeto e modelo de desenvolvimento popular*:

- *Geração de Energia a partir da Biomassa*: Somente utilizando o bagaço da Cana de Açúcar poderíamos aumentar em 3.000 MW o potencial instalado. Poderíamos ainda utilizar Casca de arroz, serragem, resíduos de papel e celulose.
- *Geração de Energia Eólica*: O Brasil tem um potencial eólico (energia dos ventos) da ordem de 29 mil MW. Os maiores potenciais estão no Nordeste (Ceará e Rio Grande do Norte). Os Estados do Rio de Janeiro, Paraná e Rio Grande do Sul também têm bom potencial energético.
- *Pequenas Centrais Hidrelétricas*: O potencial brasileiro estimado pela Eletrobrás é de 9.800 MW. São consideradas PCHs as barragens com até 30 MW e a área inundada pelo reservatório tem de ser menor que 3 km<sup>2</sup>. É importante lembrar que, ao contrário das grandes barragens, uma PCH não exige grandes investimentos e o período de implantação é de dois a três anos. No caso de várias PCHs localizadas num mesmo rio, para uma correta avaliação destes impactos deverá ser considerado o conjunto dos projetos localizados na mesma bacia hidrográfica.
- *Repotenciação das Usinas com mais de 20 anos*: Podemos acrescentar até 7.600 MW no sistema reabilitando e promovendo reparos e melhorias nas usinas já existentes. O custo por MW nestes reparos seria de 1/3 a 1/5 do custo do MW em uma usina nova.
- *Redução das perdas no sistema elétrico*: O sistema elétrico brasileiro tem perdas operacionais e técnicas da ordem de 15%. Se o Brasil adotar um índice de perdas de 6%, considerado como padrão internacional, o sistema elétrico teria um acréscimo equivalente a 6.500 MW de potência instalada (ou mais da metade da Usina de Itaipu, que possui 12.600 MW).
- *Geração através da Energia Solar e Fotovoltaica*: O Brasil tem lugares privilegiados devido à insolação. A bacia do Rio S. Francisco tem condições excepcionais. Esta seria uma boa alternativa para as propriedades rurais distantes da rede de distribuição.

Com base nessas proposições, o MAB (*apud* CORRÊA, 2007, p. 231) explica que:

Estas alternativas significam aumentar em mais de 40% o potencial instalado no Brasil e acabar com a crise de energia sem construir nenhuma nova grande barragem. O importante é que estas alternativas significam mudanças estruturais que, ao mesmo tempo que acabam com a crise, servem de suporte para a construção de um novo modelo energético (MAB *apud* CORRÊA, 2007, p. 231).

Um dos princípios do MAB (2005, p. 11), que se constituem como “os fundamentos orientadores da vida e da organização dos atingidos”, explicita a luta pela “elaboração de um modelo energético alternativo e popular: um modelo que sirva aos interesses do povo e, por isso, comprometido, com a preservação dos recursos naturais, hoje e no futuro”. Ao se apresentar como um movimento social que luta, também, pela reforma agrária, pela terra e território, e desenvolve ações de ocupação e acampamento para conquistar e requerer o assentamento e reassentamento das populações atingidas por barragem, o MAB pode ser identificado como um movimento “socioterritorial”, posto que apresenta o território como “trunfo” de sua luta.

Fernandes (2001, p. 52), ao se referir aos “movimentos socioterritoriais” ou “territorializados” e “socioespaciais”<sup>242</sup>, assinala:

Partimos do pressuposto de que movimentos socioterritoriais são todos os que têm o território como trunfo. Todavia, muitos movimentos não têm esse objetivo, mas lutam por dimensões, recursos ou estruturas do espaço geográfico, de modo que é coerente denominá-los de movimentos socioespaciais (FERNANDES, 2001, p. 52).

Uma liderança do MAB, entrevistada por nós, ao se referir ao presente contexto do modelo energético brasileiro, em particular de fonte hidráulica, propõe, em tom crítico, que esse debate passa pela *luta de classes*, pelo modelo de sociedade e de desenvolvimento. Ele demarcar os dois modelos em conflito.

Nós somos um movimento de matriz marxista-leninista. Então, nosso debate é o debate da luta de classes, né? Esse recorte é importante fazer. Toda estratégia do MAB nos direciona para a construção de uma nova sociedade. Então, a partir disso, a gente vai questionar o modelo no qual nós estamos inseridos e o modelo de desenvolvimento que essa sociedade debate, que o grande capital impõe para a classe trabalhadora. [...] Então, o nosso debate se dá, inclusive, a partir de uma perguntinha básica: “Energia para que e para quem?”. Então, isso é o central do projeto energético imposto pela classe dominante no Brasil, que é um projeto que produz energia barata de uma fonte que você pode reaproveitar, mas que repassa pra sociedade a um preço muito alto. Então, o nosso debate é pra construção de um outro projeto energético, que nós chamamos de “Projeto Popular Energético”, onde, de fato, essa energia seja um bem a serviço da classe trabalhadora, esteja a serviço do povo brasileiro, ou seja que essa produção de energia sirva aos

<sup>242</sup> Fernandes (2001, p. 64) distingue, ainda, o que denomina de “movimentos isolados” e “movimentos territorializados”, tendo como referência a organização social e o espaço geográfico: “Compreendo como *movimento isolado* uma organização social que se realiza em uma base territorial determinada. Que tem o seu território de atuação definido por circunstâncias inerentes aos movimentos. Ou seja, nascem em diferentes pontos do espaço geográfico, em lutas de resistências. Brotam em terras de latifúndios através da espacialidade da luta, construindo, dessa forma, sua territorialidade, compreendida como processo de reprodução de ações características de determinado território. O *movimento territorializado ou socioterritorial* está organizado e atua em diferentes lugares ao mesmo tempo, ação possibilitada por causa de sua forma de organização que permite espacializar a luta para conquistar novas frações do território, multiplicando-se no processo de territorialização”.



trabalhadores, ao povo brasileiro pra se desenvolver de fato e em todos os sentidos (informação verbal)<sup>243</sup>.

Essa mesma liderança, ao se referir ao papel do Estado nesse processo, identifica-o como “gerenciador do interesse do grande capital”, inclusive nesse contexto neodesenvolvimentista.

E o Estado entra como aquele ente que existe na sociedade para garantir o interesse do grande capital, ou seja, toda a estrutura do Estado, inclusive recurso financeiro, eles são aportados pra garantir que a iniciativa privada mantenha seu padrão de acumulação e seu padrão de lucro. De fato, agora é o Estado, agora, ele entra numa dinâmica muito mais forte no processo de construção dessas grandes obras. Mas, o que é que é o Estado no capitalismo? O Estado é o gerenciador do interesse do grande capital. De fato, inclusive a partir do governo Lula, que retoma esse projeto do neodesenvolvimento, o Estado entra com muito mais força, mas ele não entra pra resolver o problema da classe trabalhadora, não entra pra gerar energia, nesse caso, pro povo brasileiro. O discurso oficial é esse, mas na prática o Estado garante que as grandes empresas, que as grandes construtoras, que os grandes bancos, que as grandes fabricantes de insumos e equipamentos possam ganhar bilhões com a construção dessas obras. Então, o Estado, de fato, assume esse papel pra gerenciar pro grande capital (informação verbal)<sup>244</sup>.

Gilberto Cervinski, membro da coordenação nacional do MAB, ao tratar do *Atual Modelo Energético Brasileiro*, argumenta que o conceito de modelo energético apresenta significados diferentes para os atores sociais posicionados em campos antagônicos.

Para nós, Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), “modelo” significa a Política Energética necessária ao desenvolvimento das forças produtivas que sirva ao conjunto da nação, com respeito ao meio ambiente e à soberania nacional. No entanto, para os setores que controlam a energia no Brasil, Modelo Energético refere-se às fontes/matrizas de produção da energia, porque esses setores já têm clara a finalidade da energia: responder à demanda do mercado, à voracidade das grandes corporações que controlam a indústria de eletricidade, à indústria eletrointensiva e no aumento da produtividade a qualquer preço (CERVINSKI, 2013, p. 1).

Ao se referir ao Encontro Nacional do MAB ocorrido em 2013, cujo lema foi “*Água e energia com soberania, distribuição da riqueza e controle popular*”, ele diz: esse lema “representa a síntese do projeto que defendemos para a energia” (CERVINSKI, 2013, p. 2).

Com base nessa trajetória e nesses pressupostos, identifica-se a defesa pelo movimento de um outro modelo energético e de sociedade, que esteja a serviço da classe trabalhadora e do povo brasileiro, fundado nos princípios e valores da democracia participativa, de justiça e igualdade social, de solidariedade e de conservação dos recursos naturais. Ao pôr nesses termos, esse movimento parece chamar a atenção para um tema/problema de ordem local,

<sup>243</sup>MABXT. **Entrevista**. [jun. 2012]. Entrevistador: Sérgio Roberto Moraes Corrêa. 2012.

<sup>244</sup>MABXT. **Entrevista**. [jun. 2012]. Entrevistador: Sérgio Roberto Moraes Corrêa. 2012.

nacional e global, renovando, assim, a agenda de lutas e conflitos, associando o viés estruturante socioeconômico à questão ecológica com teor político, que se expressa de forma multidimensional e multiescalar, concebendo que a mudança do modelo energético hegemônico está intrinsecamente vinculada à transformação do modelo de sociedade capitalista, que deve ser protagonizada pelas classes e grupos subalternos, assumindo a classe trabalhadora papel central nessa perspectiva e campo contra-hegemônico.

Ao se referir ao “campo do ecologismo combativo” dos movimentos sociais, Acsehrad (2010) identifica o MAB, além do MST, como um desses atores coletivos.

No campo do ecologismo combativo, inserem-se progressivamente movimentos sociais já bem constituídos, que ambientalizam as pautas dos grupos subalternos que pretendem representar, analogamente ao que acontecera já nos anos 1980 com os seringueiros do Acre. Esse é o caso do Movimento de Atingidos por Barragens (MAB) que acusa a economia do setor elétrico de rentabilizar seus investimentos pela expropriação do ambiente dos atingidos e do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), que questiona a noção corrente de produtividade, sustentando que não é “produtiva” a terra que produz qualquer coisa a qualquer custo, acusando a grande agricultura químico-mecanizada de destruir recursos em fertilidade e biodiversidade, e, assim, descumprir a função social da propriedade (ACSELRAD, 2010, p. 106)<sup>245</sup>.

Ao colocar como questão nuclear a luta contra o modelo de sociedade capitalista numa perspectiva de *classe*, o MAB se inscreve como um sujeito coletivo clássico no campo contra-hegemônico, combatendo as contradições e desigualdades sociais em âmbito, eminentemente, estrutural: *capital x trabalho*. Todavia, essa posição, ao priorizar um combate à dinâmica hegemônica do capital e à dominação e opressão de classe daí resultante, tende a desconsiderar outras dinâmicas e relações de dominação e opressão que se dão em outras dimensões e escalas, produzidas por esses grandes empreendimentos hidrelétricos, em especial no território amazônico, sobre os povos e comunidades tradicionais, que vêm pautando uma agenda diferenciada em defesa dos seus *direitos territoriais e étnicos*.

Isso expressa que o campo de resistência é plural, dinâmico e atravessado por conflitos de posições, que põem em debate as noções e relações entre objetividade e subjetividade,

---

<sup>245</sup>Esse autor, ao tratar do termo “*Ambientalização das Lutas Sociais*”, concebe-o como um campo constituído por diversos atores sociais, demarcando interesses e concepções diferentes e conflitivas, que lutam pela hegemonia dos rumos e sentidos do ambiental na sociedade. Ele chama a atenção para o sentido hegemônico do mercado que esse campo vem ganhando, em especial com o esvaziamento do protagonismo de dados movimentos sociais e de suas demandas estruturantes por uma agenda cientificista e tecnicista profissional – racionalista burocrática e de mercado –, que dualiza preservação ambiental de justiça social, esmaecendo e desfigurando o sentido da política que o tema ambiental implica. Frente a isso, o protagonismo desses “movimentos ecológicos combativos” passam a inscrever novas formas de conflitos socioambientais, repondo sob novos termos o lugar do ambiental e do político na disputa pela hegemonia no Brasil e no mundo (ACSELRAD, 2010).

universal e particular, material e simbólico, estrutura e superestrutura etc. Contudo, longe de serem questões incongruentes, são dimensões que se relacionam de maneira complexa e tensa. Esse parece ser um desafio para ambos os movimentos e organizações sociais que protagonizam lutas e resistências contra-hegemônicas, que precisam se fazer, nos termos de Boaventura Santos (2006), num aprendizado coletivo entre esses sujeitos, criando uma *rede de inteligibilidade*, articulando e combinando, por meio de uma *resistência ativa*, a justiça cognitiva, o reconhecimento das diferenças e a igualdade socioeconômica.

Nesse sentido, no processo de lutas e resistências sociais em curso contra esses grandes empreendimentos hidrelétricos no país e na região, é importante destacar o lugar que os povos e comunidades tradicionais e camponesas, especialmente os indígenas, vêm ocupando na cena e arena pública, pressionando o Estado brasileiro, em especial em função dos casos de violação de direitos que têm sofrido em razão da expansão da fronteira do agronegócio para suas terras e territórios, além dos grandes projetos e empreendimentos do PAC e da IIRSA, como os hidrelétricos, hidroviários, rodo-ferroviários etc. (ANISTIA INTERNACIONAL, 2012; CONFLITOS NO CAMPO, 2013). Associada a essas problemáticas, esses atores sociais e suas organizações sociais (e a rede solidária internacional de apoio a eles) têm denunciado e expressado preocupação com o retrocesso da garantia de seus direitos territoriais e étnicos firmados na Constituição Federal de 1988 (ALMEIDA, 2011), pautando, assim, para a sociedade um conjunto de questões e desafios para agenda brasileira e para o desenvolvimento do país, da região e do mundo.

Diante desse quadro, esses povos e comunidades tradicionais e camponesas, seus movimentos e organizações sociais, têm feito uma série de protestos e manifestações. Na semana do dia 30 de setembro ao dia 05 de outubro de 2013, foi realizada uma grande mobilização nacional para comemorar, na forma de protesto, os 25 anos da Constituição Federal de 1988. A convocação inicial ocorreu pelo Movimento Indígena Nacional, e rapidamente ganhou o apoio de diversos grupos e instituições, incluindo comunidades quilombolas, defensores dos direitos humanos, ambientalistas e outros movimentos sociais. Essa manifestação apontou para o risco do retrocesso da Constituição em relação às conquistas dos direitos desses povos e comunidades tradicionais no tocante às suas terras e territórios.

Para a liderança indígena, Sônia Guajajara, “Nessa semana de mobilização, a voz indígena junta-se à voz dos quilombolas, dos negros, da juventude, dos atingidos por

barragens e pela mineração. Quando a Constituição completa 25 anos, vivemos o maior ataque a ela. Estamos aqui para defender a Constituição”<sup>246</sup>.

Figura 29 - Manifestação em Brasília (2013)



Fonte: ISA, 2013.

Figura 30 - Manifestação em Brasília (2013)



Fonte: CAMPANATO, 2013.

Uma dessas polêmicas é a Proposta de Emenda Constitucional (PEC-215), que propõe transferir a competência e responsabilidade de demarcação das terras e territórios indígenas do Executivo Federal para o Congresso Nacional. A Presidente da Fundação Nacional de Assistência ao Índio (FUNAI), Maria Augusta Assirati reconhece o contexto crítico.

Em 1988, tivemos um conjunto de avanços, como a garantia territorial e a valorização de crenças e tradições, e passamos a implementar esses direitos. Houve algumas tentativas de reduzir e rediscutir esses direitos, mas essas tentativas nunca foram tão claras como agora. Está em curso um conjunto de proposições no Congresso para rever a própria Constituição. Este é, de fato, o momento mais delicado desde a promulgação da Carta. [...] As que transferem parcela da atribuição no processo de demarcação ao Congresso. Além da inconstitucionalidade dessas propostas, porque ferem cláusula pétrea, da separação de Poderes, elas revertem um direito originário. Elas poderiam retardar ou impedir o avanço das demarcações no país. Também

<sup>246</sup> Ver: “Índigenas e quilombolas criticam projetos contra seus direitos no Senado, depois de serem barrados” (01/10/2013). Disponível em: <http://www.socioambiental.org/pt-br/noticias-socioambientais/indigenas-e-quilombolas-criticam-projetos-contra-seus-direitos-no-senado-depois-de-serem-barrados>. Acesso em: 16 mai. 2014.

nos preocupam proposições para regulamentar o parágrafo da Constituição que define o que é de relevante interesse nacional e, portanto, estaria excluído da possibilidade de demarcações. Nesse contexto de busca de avanço territorial do agronegócio, isso poderia representar um impacto muito negativo. Há ainda propostas que podem colocar em risco inclusive demarcações já realizadas, o que causaria uma completa aniquilação de direitos já conquistados pelos indígenas (ASSIRATI, 2013).

Ao problematizar esse cenário, Almeida (2010a, 2011) sustenta que os marcos regulatórios vêm sendo “recodificados” por pressão das forças sociopolíticas e econômicas dominantes conservadoras no país para avançar com o agronegócio. Nesse sentido, ele identifica que os “direitos territoriais e étnicos” de povos e comunidades tradicionais estão na mira dessas “agroestratégias dos agronegócios”, levando a processos de “desterritorialização” desses povos e comunidades, reforçando e expandido no Brasil a pressão e territorialização do “dos agronegócios” sobre as terras e territórios dessas populações, levando a “guerra ecológica” (ALMEIDA, 2010a; 2011).

No seu Relatório, intitulado “O estado dos direitos humanos no mundo”, a Anistia Internacional informa que o Brasil vive sob um *déficit de justiça*. Em relação a isso, esse Relatório informa:

[...] Nas áreas rurais, conflitos por terras resultaram no assassinato de diversos ativistas rurais e ambientais. Pistoleiros contratados por proprietários de terras continuaram a atacar comunidades indígenas e quilombolas com impunidade. Milhares de pessoas foram despejadas à força para dar lugar à instalação de grandes obras de infraestrutura (RELATÓRIO DA ANISTIA INTERNACIONAL, 2012, p. 109).

No Relatório *Conflitos no Campo no Brasil* (2013, p. 7), em 2013, foi registrado um aumento de 32% nos “Conflitos pela Água”. Para Maria Pacheco (2013), uma das autoras desse documento, esses conflitos pela água estão diretamente relacionados às “disputas pelo território”, marcado fortemente pela privatização dos bens comuns do povo, “principalmente os das comunidades tradicionais”, pelo capital. Assim, esses conflitos “se intensificam entre a visão diversa do capital viabilizado pelos governos e a visão cosmológica dos povos e comunidades tradicionais”.

Conforme esse mesmo documento,

Os dados de 2013 são de estontear: 15 dos 34 assassinatos registrados são de indígenas. São também indígenas 10 das 15 vítimas de tentativas de assassinato, e 33 das 241 pessoas ameaçadas de morte. Em nenhum outro período desta publicação se tem registro semelhante (CONFLITOS NO CAMPO, 2013, p. 7)<sup>247</sup>.

<sup>247</sup> Segundo esse documento (2013, p. 92), em 2013, alcança-se o maior índice de conflitos pela água, registrando 93 casos, envolvendo 26.967 famílias e dois assassinatos. Esse dado em 2002 era de oito casos

Nesse processo, cabe frisar o lugar que a noção de *território* assume como questão nuclear para esses povos e comunidades tradicionais, uma vez que seu sentido de ser, de existir e de se reproduzir socialmente depende da sua permanência em seus territórios ancestrais, que têm valor de uso e sentido simbólico-cultural. Portanto, a perda de seus territórios (a *desterritorialização*), tende a comprometer não só a sobrevivência de suas tradições e costumes, mas sua sobrevivência física e organização social e, conseqüentemente, nos termos de Boaventura Santos, o “desperdício de experiências e perspectivas” de representar o mundo e de construí-lo sob outros referenciais, que não os ocidentais.

Em face desse cenário, Andréa Zhouri (2011, p. 13) argumenta a emergência de *novos cenários de conflitos*.

Fato é que as propostas de implantação de usinas hidrelétricas têm revelado novos cenários de conflitos em que se destacam tanto as aclamações ao desenvolvimento econômico como as denúncias em torno dos impactos socioambientais gerados pelos empreendimentos. É crescente a atuação de movimentos sociais em defesa dos lugares – sociais, culturais, espaciais, de enunciação dos sujeitos, enfim. Eles almejam, ainda, não só a inclusão de seus direitos e interesses na política ambiental do país, mas a proposição de um outro modelo para a geração e o consumo de energia (ZHOURI, 2011, p. 13).

Portanto, os grandes projetos de desenvolvimento em curso e o agronegócio demonstram caminhar, assentados numa lógica moderno-colonial, em contradição com a garantia e efetivação da agenda de sustentabilidade e dos direitos humanos. Em face desse quadro de risco de “desperdício de experiências e perspectivas” de representar o mundo e de construí-lo sob outros referenciais não hegemônicos, o que as lutas e resistências do Movimento Xingu Vivo Para Sempre têm a revelar? Que pistas e sinais apontam em relação a caminhos alternativos ou contra-hegemônicos de desenvolvimento?

O empreendimento de AHE Belo Monte, em grande medida, tem sido marcado, como outros projetos de infraestrutura na Amazônia<sup>248</sup>, por ações de expropriação e de violações de direitos humanos por parte do Estado e de empresas, que exemplificam sua característica de violência simbólica e institucional, para construir uma legitimação e hegemonia em torno de seus empreendimentos e projetos de desenvolvimento junto à sociedade. Sobre essa questão, apresentamos alguns casos e relatos envolvendo esse empreendimento.

---

de conflitos. Os conflitos pela água registrados em 2013 se deram em todas as regiões do Brasil. Dos 93 conflitos, 37 estão no Nordeste, 27 no Norte, 18 no Sudeste, 8 no Sul e 3 no Centro-Oeste. Ocorreram em todas as grandes bacias hidrográficas do Brasil.

<sup>248</sup> Ver a Tese de Doutorado sobre o Complexo Hidrelétrico do Madeira de José Guilherme Carvalho da Silva (2012), intitulada: “Hidrelétricas em Rondônia: tempos e conflitos nas águas do Madeira”.

No caso de Belo Monte, uma liderança do MXVPS denuncia casos de violações de direitos: muitos casos de “doenças”; a expropriação de terras; falta de reassentamento rural.

O que acontece, hoje, são muitas pessoas doentes, foram expulsas de suas terras, não houve um reassentamento na área rural e agora, recentemente, algumas famílias da vila Santo Antônio, onde você foi lá ano passado, que eles expulsaram tudinho de lá, seis famílias insistiram de querer um reassentamento, até hoje eles não fizeram, eles colocaram essas famílias em vilas aqui, em casas alugadas aqui no [km]18, no Leonardo da Vinci, na transamazônica, e agora falaram que vão dar a casa pra eles lá onde eles vão fazer as casas prós trabalhadores, com todo aquele alarme de confusão, de violência, de barulho e tudo. Aí as famílias disseram que lá elas não querem (informação verbal)<sup>249</sup>.

Um pescador, que foi liderança dessa “Comunidade” Santo Antônio, em Vitória do Xingu, desapropriada para construção de Belo Monte, em entrevista a nós, informou que a primeira notícia do empreendimento veio, através das empresas, que foram fazer o “cadastro” e pedir “autorização” para comunidade. Isso provocou, por um lado, um estado incomum na dinâmica da comunidade, de “correria” em busca de acessar tais “benefícios” prometidos, por outro, levou a comunidade a assinar sua “sina de morte”, posto que estavam sendo induzidos a assinar documentos sem a devida “informação”.

A primeira informação sobre a hidrelétrica de Belo Monte foi em 2010, parece que foi em março, quando chegou uma empresa em nossas casas chamada “Elabore”, pra pegar a autorização. Eles vieram pedir uma autorização pra entrar em algumas casas de nossa comunidade e aí depois dessa autorização, que a gente deu pra eles, a gente achava que ia sair bem. Depois dessa autorização, um mês depois, veio uma tal de “Carta”, que é quem faz os cadastros e depois vem uma tal de “EXA”, que apresenta a proposta de valor. Nesse cadastro, a empresa faz um levantamento total, eles perguntam “em que você trabalha”, “quanto você ganha por ano”, quantas “pessoas têm na casa”, “quantas trabalham”, “quantas não trabalham” e eles disseram: “Olha, gente, vocês vão ter que sair daqui, porque vai ser construída a hidrelétrica e essa hidrelétrica ela vem pra trazer um grande benefício pra região e ninguém vai sair mal daqui”. Aí começou uma correria na comunidade, eu não tinha informação sobre esse projeto. Eles queriam com isso convencer a gente e pegar nossa assinatura, o que a gente acabou chamando de “sina de morte” (informação verbal)<sup>250</sup>.

Ao se referir ao processo de “informação” sobre o projeto e empreendimento Belo Monte, ele diz que, no início, a comunidade não teve nenhuma informação sobre o mesmo, somente depois que “a gente começou a questionar, quando tudo já tava perdido, tudo assinado”, foi que a empresa apresentou o projeto, através de um vídeo.

Não! Não! Não! Nunca falaram numa reunião do projeto de Belo Monte! Eles disseram: “vai construir a hidrelétrica aqui onde vocês moram, vocês não vão poder permanecer aqui e vocês vão ter que sair, porque aqui vai ser

<sup>249</sup> MGXT. **Entrevista**. [jun. 2013]. Entrevistador: Sérgio Roberto Moraes Corrêa. 2013.

<sup>250</sup> CSAXT. **Entrevista**. [jun. 2013]. Entrevistador: Sérgio Roberto Moraes Corrêa. 2013.

área de risco”. Depois, que a gente começou a questionar, “O que é essa hidrelétrica, gente?”. Aí fizeram um vídeo e começaram a mostrar. Depois que já tudo perdido, tudo assinado, eles levavam um aparelho e mostravam um vídeo, “olha, aqui vai ser a casa de força, aqui vai ser colocada as turbinas, aqui vai ser um canal que vai dar acesso daqui pra Altamira”. Nessa altura, eles já sabiam que a comunidade Santo Antônio não ia mais existir, já tava uma briga (informação verbal)<sup>251</sup>.

Esse mesmo pescador destacou a estratégia de “pressão” e de intimidação pela empresa privada Norte Energia para forçar a desapropriação dos moradores das terras, evidenciando correlações de poder estruturalmente desiguais e a fragilidade da garantia de direitos e de cidadania pelo Estado a esses grupos sociais desse *brasil profundo*.

Porque esse pessoal não chega diretamente e fala pra você: “Você tem que fazer isso”. Mas pra quem entende bem, ele tá te expulsando, ele tá te forçando você a fazer isso, você tem que fazer isso. O que aconteceu foi o seguinte: quando a gente falava uma palavra pelos nossos direitos, o que eles dizia: “Olha, pra começar, vocês não têm documento da terra!”. O que quer dizer isso? Que a gente não tem direito. Eles ainda dizia: “Então, a Norte Energia tá quebrando um galho de vocês, tá pagando o direito de vocês de moradia. Então, essa área de vocês, vocês só têm direito um palmo abaixo da superfície e o imóvel de vocês que nós vamos ter que indenizar”. Quer dizer, era só o direito do piso da casa e do imóvel. Isso foi o que nós ouvimos deles. E aí não teve como estrebuchar (informação verbal)<sup>252</sup>.

A Norte Energia para levar à frente seu objetivo, diz essa liderança, apresenta o projeto da “Vila Padrão” como estratégia de persuadi-los, para convencê-los a abandonar suas terras e casas dessa comunidade. Ele relata que “chegou um ponto do cara [funcionário da empresa Norte Energia] me chamar na cidade e mostrar no computador: ‘Olha, essa aqui vai ser a vila de vocês, desse jeito aí. Isso se chama vila padrão, com todos os direitos’”. Mas, diz ele que nesse momento a “ficha caiu” quando os moradores se questionaram do que eles iam viver aí nesse novo espaço, já que eles pescavam, plantavam e criavam. O Plano virtual não só se contrastava com o plano real, mas seguia, também, uma lógica de padrão de *inclusão subalterna* urbana, consumista e produtivista no capitalismo (SANTOS, 2003a).

A comunidade se mobilizou para elaborar uma contraproposta à Norte Energia. Todavia, segundo CSAXT, ao chegar à empresa para discutir sobre essa nova proposta, ele se depara com a informação de que parte significativa de moradores da comunidade havia “fechado com a Norte Energia”. Para o mesmo entrevistado, ela já havia conseguido “cooptar e convencer grande parte dos moradores a assinar” o projeto da empresa, que estava sendo demandado e articulado de acordo com os interesses do prefeito de Vitória do Xingu, tanto para atender a interesses privados e políticos como desmobilizar a resistência de um grupo da

---

<sup>251</sup> Idem.

<sup>252</sup> Idem.



comunidade. Com isso, relata ele, em tom de tristeza: “a comunidade acabou e decidi, então, pedir a carta de indenização individual. Foi muito triste ver isso na comunidade, uma espécie de traição”. Isso revela um campo de relações de poder e disputas, profundamente, desigual, assumindo forte influência o poder econômico da empresa em parceria, também, com poder político municipal, para esvaziar a resistência local.

Numa mesa de debate sobre *Lutas e Resistência na Amazônia*<sup>253</sup>, Antônia Melo, uma liderança do MMCC e do MXVPS, ao falar sobre o processo de “desapropriação” dessa comunidade de Santo Antônio, relata o caso de uma reunião que houve entre a Norte Energia, o governo e moradores dessa comunidade, durante a qual foi firmado um acordo entre as partes. Contudo, foi descumprido, caracterizando mais prática de violações de direitos. Essa reunião foi marcada, conforme relato, por forte tensão e por todo um aparato de segurança privado da empresa, expressando esse campo de relações de poder desigual e de violência simbólica e institucional.

Aqui, a Vila Santo Antonino é a prova cabal, que esse governo, que essas empresas fizeram com esse povo aqui, que, no mínimo, eles tinham o direito de ter uma outra vila. E é isso que foi discutido na reunião do dia 19 de novembro aqui com toda comunidade, com um batalhão de choque da Norte Energia. Quando eles [Norte Energia e governo] vêm é assim, se preparem, eles não vêm sozinhos, eles trazem uns quinze caras deles, cada qual mais papudo, pra mostrar, pra intimidar as pessoas da comunidade; tinham uns quinze ali, tinha o IBAMA de Brasília, que eu até chamei eles de “mãos criminosas”, que usam o dinheiro público pra assinar a morte dos rios, morte dessas pessoas, com essa tal de ‘licença ambiental’. Trouxemos a imprensa, a defensoria pública que presenciou tudo, que anotou tudo, e tava certa a Vila pra esse povo, naquela reunião do dia 19 de novembro de 2011. Chegou o final do ano, eles vieram por trás, com a ausência do Hélio, presidente da associação [de moradores da comunidade], foram com todas as famílias e intimidaram: “ou tu recebes isso ou então...”. Pior se fosse pra justiça, sabe por que? Porque, se a gente fosse fazer a vila pra essas famílias desse jeito, eles iriam, no mínimo, passar o ano pra poder fazer a vila com tudo que é de direito. E isso ia atrasar o trabalho dessa desgraça [Belo Monte], que eles estão fazendo aí. Então, não era interessante pra eles dar direito pro povo e atrasar o trabalho, a destruição que eles estão fazendo, do grande capital (MELO em comunicação oral).

Em relação ao processo de “desapropriação” de sua ilha<sup>254</sup>, a liderança dessa comunidade acima descreve, em seu depoimento, a pressão e perseguição que sofreu por funcionários da Empresa Norte Energia e, também, por parte da justiça, que é identificada

<sup>253</sup>Essa mesa fez parte do “*Encontro Xingu + 23*”, ocorrido no período de 13 a 17 de junho de 2012, na Comunidade Santo Antônio, espaço rural de Vitória do Xingu, onde demos início à pesquisa de campo.

<sup>254</sup>Essa ilha ficava à margem do rio Xingu, bem próximo à comunidade Santo Antônio, mas fazia parte do município de Senador José Porfírio. Em período de vazante do rio Xingu, as ilhas formam bonitas praias, que além de servir para o trabalho, constitui-se, também, em espaço de reunião da família e de lazer para essas populações ribeirinhas e pescadoras do Xingu.

por ele como dominada pelo poder e interesse econômicos e políticos, reproduzindo relações sociais injustas e desiguais.

Aí, veio valor da ilha, fizeram o cadastro da ilha, mediram o barraco da ilha. Tinha um barracão de oito por dez, feito na madeira cerrada, só que ele era coberto de palha, que era pra num esquentar, a gente ficava lá final de semana, era nosso lugar de lazer. Aí eles foram lá mediram tudo, mediram a ilha, colocaram o GPS, e levaram pra avaliar. Com um mês depois, eles me voltaram com o valor, me apresentaram um valor de três mil e quatrocentos reais. Aí eu perguntei pra eles: “De que é esse valor?”, eles disseram: “Da tua ilha! Do teu imóvel lá”. Eu falei: “Olha, sinceramente, eu não posso aceitar isso aí”. Aí tá, voltaram pra ver o que eles conseguiam fazer. Com quinze dias, eles precisavam destruir a ilha, eles voltaram com o mesmo valor: “É não tem como acrescentar isso aí!”. Falei: “Rapaz, é o seguinte, eu não vou aceitar!”. Aí eles começaram a me perseguir. Naquela época, que a gente tava fazendo a organização da festa [o Encontro Xingu + 23]. A gente tava lá trabalhando e eles lá todo dia no pé! E os cara chegava lá com o papel: “Seu Hélio, assine o processo aqui, assine o valor”. Eu disse: “Eu não vou assinar, eu já disse que não vou assinar isso, moço!”. Eles começaram, pa, pa, pa, até que chegou um ponto, que eles apelaram mesmo! Teve um dia que o cara foi com os papeis pra mim assinar, tava cavando uns buracos no fundo pra fazer aqueles bancos, em baixo da mangueira, e ele se prontificou de me ajudar a cavar os buracos pra me convencer assim! Sei que ele cavou um bocado de buraco lá, e eu falei: “Rapaz, é o seguinte, eu não vou assinar!”. Ele veio embora. Aí pronto, aí aquietou. Quando eu voltei do Rio de Janeiro [da Rio+20], foi um oficial de justiça lá em minha casa, lá no [km]23, levar um processo que já tava na justiça. Eles colocaram na justiça sem nem eu saber. Não falaram que iam colocar na justiça nem nada. No caso, se eu fosse entrar na justiça contra a Norte Energia, pra ela me pagar, aí o valor cai, a partir do momento em que vai pra justiça, o valor cai vinte por cento. Mas, foi o contrário, eles entraram na justiça, e daí o valor caiu de três mil e quatrocentos para dois mil e novecentos. E aí pra mim receber esse dinheiro, eu tenho que entrar com advogado e eu nunca recebi até hoje. Fiquei pensando: “Vou pagar um advogado com isso? O que vai me sobrar?”. E tá lá até hoje, eu nunca recebi! Eu tentei entrar com a defensora pública, não aceita. Mas, tem que ser com advogado particular. Aí tá lá, foram lá, destruíram a ilha, derrubaram o barraco, tocaram fogo, [...], destruíram a ilha pra fazer a ensecadeira...esbagaçou tudo e taí, tá na justiça... (informação verbal)<sup>255</sup>.

Ao falar sobre o “tratamento desigual” no processo de indenização, ele relata o caso de Dona Maria Garimpeira. Ele diz que uma minoria está sendo “bem indenizada”. Isso reflete um indicador forte do privilégio de dados grupos em prejuízo da garantia de direitos, o que tem caracterizado grande parte desses empreendimentos, historicamente na região.

Cinco por cento da população da região tá sendo bem indenizada. Eu conheço pessoas aí que tinha aí um pedacinho de terra que recebeu um milhão e meio, um milhão e trezentos, um milhão e duzentos, enquanto pessoas com dois terrenos, com plantio de cacau, casa e tudo, não recebeu trezentos mil. Igual o caso da Dona Maria Garimpeira, que ela tinha dois lotes, três casas, plantio de cacau, ela sobrevivia lá e mantinha a família aqui

<sup>255</sup>CSAXT. **Entrevista**. [jun. 2013]. Entrevistador: Sérgio Roberto Moraes Corrêa. 2013.

[em Altamira]. Agora tá aí, com problema de depressão, não sei se esse processo tá na justiça, só sei que eles disseram que vão fazer, disque, uma nova vistoria. E ela tá coitada, quase passando fome, veio de lá pra cá, ela morava lá no km 50, agora, ela mora bem aí do lado, da casa em que tô dormindo. E assim, não foi só ela e nem foi só eu! Foram várias pessoas que entraram nessa. Olha, eu conheço um cara que tinha mais ou menos 300 hectares de terra, a diferença é que ele tinha vinte mil pés de cacau, esse cara recebeu 5 milhões e duzentos mil, depois ele pegou mais uma beirada: ele fez um jogo assim: ele colocou o lote do cara junto com o dele, só que aí veio dinheiro de mais. Só sei que ele pegou seis milhões e pouco. O cara tá morando no travessão da 5, ele fez um prédio aqui [em Altamira], você precisa ver o prédio, comprou lá no travessão da 5 seis lotes, 600 hectare de terra, comprou trator de esteira, anda todo empolgado aí. No caso a dona Maria, tinha quase a mesma quantidade de terra, e não pegou nada! [...] Eles manipula tudo, tem um tratamento muito desigual (informação verbal)<sup>256</sup>.

Ao falar da situação concreta atual dos moradores da comunidade, ele diz que “não tem ninguém bem”.

A nossa situação hoje, acho que eu posso dizer isso claramente, da minha comunidade, das pessoas que saíram de lá, não tem ninguém bem, não tem ninguém, porque as pessoas que eu teve oportunidade de falar com eles, tem pessoa que não consegue dormir à noite, tem pessoas que tá trabalhando pro outro pra sobreviver e tem pessoas que tá já completando um ano sem serviço, morando em casa alugada, que a Norte Energia alugou, ele tem um ano só pra viver naquela casa, a partir desse ano, que completa o ano, aí só Deus sabe pra onde ele vai! (informação verbal)<sup>257</sup>.

Isso aponta as precárias condições de vida e de trabalho em que ficaram moradores da comunidade, que envolve tanto a dimensão socioeconômica quanto psíquica, emocional. A desestruturação dos laços sociais de vizinhança e costumes é uma das marcas dessa precarização, desafiando seus moradores a refazerem suas relações e caminhos de produção e reprodução social, material e simbolicamente. Ao relatar sobre sua situação, hoje, manifesta sua tristeza e desânimo. Diz que sua condição socioeconômica e de trabalho é precária. Ele salienta que a desestruturação desses laços de vizinhança e da relação de trabalho, como dimensões fundamentais para produção e reprodução social, constitui aspecto determinante da crise em que se encontra.

E a minha vida, eu não sei quando eu vou dizer pra alguém “eu tô bem!”. Eu não sei quando! Eu não tenho mais como sorrir. O dia que vi as minhas coisas em cima do caminhão pra sair daquela comunidade, pra mim, a vida tava acabando ali, duma certa maneira. A gente continua vivendo, porque você respira, porque você batalha pra você respirar... [...] A minha vida financeira virou uma merda, acabou... Eu não tinha necessidade de tá na casa dos outro, dependendo dos outro pra mim me alimentar. A minha valência é que minha irmã tá aqui [na casa do seu ex-cunhado em Altamira], aqui eu durmo, aqui eu como, tô aqui desde dezembro 2012. De vez em

---

<sup>256</sup>Idem.

<sup>257</sup>Idem.

quando aparece um bicozinho pra fazer, mas dá mal pra pagar farmácia, pagar prestação de alguma coisa que eu compro, como roupa, um calçado, só tô comprando a prazo, porque se eu disser pra você que eu tenho dinheiro pra comprar uma calça à vista, eu não tenho. Então, pra mim, tá sendo difícil [fala de forma emocionada]. [...] Esse é o serviço que eu faço [pedreiro], mas... Ainda bem, graças a Deus, que eu ainda aprendi isso, porque se eu soubesse só pescar eu tava ferrado! Você viu a situação lá, ainda bem que você teve junto comigo e viu [fui à antiga comunidade Santo Antônio com ele e o acompanhei numa pescaria no rio Xingu], porque se eu fosse viver da pesca hoje, eu ia morrer de fome, e aí eu não sei até quando eu vou ter que levar essa vida assim. Tô ficando velho, tô ficando cansado, tô sentindo o peso da idade... Eu tenho que orar muito e pedir a Deus e agradecer, porque eu não sou um cara doente, tenho um problema na minha perna [uma deficiência], isso me atrapalha muito, mas doente eu não sou [...] Eu tenho muito prazer em dizer isso, e pela idade que eu tenho ainda tenho muita força pra trabalhar. Mas, eu não sei até quando, porque chega uma certa idade a doença fica fácil pra entrar! Algumas coisas na gente começa a ficar fraco, né? A perda da minha terra gerou muita tristeza, muita, muita... hoje, eu não tenho mais o que chorar porque eu já chorei demais, eu não conseguia dar uma entrevista pra ninguém sem chorar, parece, assim, que eu chorei tanto que minhas lágrimas secaram (informação verbal)<sup>258</sup>.

Outra liderança, pertencente a uma comunidade tradicional extrativista de Vitória do Xingu, entrevistada por nós, ao tratar dessas violações de direitos, relata o caso de famílias e moradores “abandonarem” suas terras por conta das condições difíceis de trabalho e de vida em suas comunidades e sem receber indenização. Ele denuncia o não cumprimento do Plano Básico Ambiental (PBA) pela Norte Energia, isto é, as “condicionantes”.

Muitas famílias já abandonaram suas localidades. Outros já foram pra firma, pro rumo de Altamira, da barragem. Outros estão aqui em Vitória. Outros até mudaram, abandonaram suas terras, sendo poucas famílias indenizadas e outras que saíram sem receber nada e correndo o risco de perder o direito sobre a terra. [...] Por exemplo, a gente depende da pesca e da borracha, do látex, são as nossas atividades principais de nossa sobrevivência, aí o que acontece? No ano de 2011, nós tínhamos 118 seringueiros, agora, a última safra a gente tá com 48 seringueiros cortando. Por que? Preço não tem! Mercado, aqui, aparece comprador da Bahia e de São Paulo, nós não temos uma cooperativa, nós não temos incentivos... é assim. Aí nós vendemos a dois reais e quarenta o quilo. Essa é a estratégia pra enfraquecer a gente e as pessoas irem embora de suas terras, porque se não fosse, eles cumpriam [governo e empresa] o que tá no PBA [Plano Básico Ambiental]. [...] Pedimos, ainda, o subsídio. Tá o PBA não cumpriu! Está lá no PBA o incentivo pro agroextrativismo pra região. Aí não foi nada cumprido. Nada, nada foi cumprido! (informação verbal)<sup>259</sup>.

E destaca, ainda, tanto o desrespeito pela Norte Energia em não cumprir o acordado juridicamente, as condicionantes, como a influência do poder econômico e privado sobre a

<sup>258</sup> Idem.

<sup>259</sup> FVX. **Entrevista**. [jun. 2013]. Entrevistador: Sérgio Roberto Moraes Corrêa. 2013.

justiça. E salienta a forte pressão e ameaça que sofrem para assinar documentos e deixar suas terras de uso comum.

Nas reuniões em que a gente debate, eles [a Norte Energia] falam que vão indenizar, que vão dar incentivo, mas não dão. Se bater pro lado da justiça, eu não sei de que forma que a justiça funciona, mas ao meu ver a justiça só funciona pra quem tem dinheiro, mas pra quem vive numa comunidade dessa aqui, você lá nem bem recebido você é! Pode procurar o único promotor que nos atendeu, foi o doutor Emério e ele nos atendeu, nos defendeu não foi com pouca lapada. Quando foi depois, transferiram ele. A ameaça que a gente sofre aqui é querer que a gente assine um documento pra deixar nossas terras, nossas tradições de geração pra geração, por sete mil reais... Isso eu considero como uma ameaça! O que é que hoje um cidadão desse vai fazer num município desse de influência de Belo Monte com sete mil reais no bolso, que não teve um grau de escolaridade, não estudou, não tem uma profissão, nada, Só sabe pescar e cortar seringa? O que ele vai fazer na cidade? A gente se sentiu pressionado pra deixar nossas terras, mas deu uma parada agora (informação verbal)<sup>260</sup>.

E denuncia, ainda, o seguinte caso de expropriação e esquema de indenização de maneira desigual e injusta.

Existe um caso aí na localidade de Arroz Cru, é uma comunidade pesqueira. Aí chegou um pessoal de fora com dinheiro, não sei de donde, comprando aquela localidade, as terras de moradores, dizendo pra eles que a Norte Energia nunca ia indenizar eles da comunidade, nunca iam ter direitos... Aí foram comprando e a maioria dos moradores passou o papel assinado, no cartório e tudo, e tá chegando já um pessoal pra cá. Aí qual é a situação? É que, segundo informações, esses compradores foram indenizados por um valor bem alto pela Norte Energia. Eles estão se beneficiando com a indenização de terra, enquanto os proprietários mesmos estão sendo enganados. A indenização alta é pra quem tem dinheiro, pra quem não tem... não tem justiça que faça! (informação verbal)<sup>261</sup>.

Uma liderança do MXVPS, em entrevista a nós, descreveu casos de “ameaças” e “violações de direitos humanos”, denunciando o poder judiciário, instância do Estado, como mecanismo para beneficiar e garantir os interesses privados da Empresa Norte Energia. No caso de “seu Zé Preto”, com a indenização que recebeu, o mesmo comprou uma área de plantação de cacau, mas não sabia trabalhar com esse cultivo e vendeu a terra. Além disso, destaca a perda dos laços familiares e sociais e o desejo de retorno para “Vila” visando refazer esses laços de proximidade, agora, “sem nada”.

Por exemplo, tem um caso de seu Zé Preto, que é uma liderança forte, que morava aqui no Pimental, onde barraram o rio, foi um dos primeiros que saiu de lá. Praticamente, ameaçaram, porque, foi assim: “Ou você sai ou vou te pôr na justiça” e a justiça atende a quem? Atende à Norte Energia, é claro! São várias pessoas que não aceitaram as indenizações disso que estão na justiça, na injustiça! E o juiz senta em cima! [...] Semana passada, ele me

---

<sup>260</sup> Idem.

<sup>261</sup> Idem.

ligou dizendo: “Dona Antônia, vou vender aqui e vou me embora pra vila, porque na vila eu tô mais no meio do povo. Eu não tenho mais condições de trabalhar. Então, não tenho mais nada. Acabei com tudo! Não tenho mais dinheiro nenhum!”. Disse: “Tá, seu Zé, o que for melhor pro senhor continuar vivendo, faça!. Não adianta o senhor ficar lá se o senhor não pode trabalhar, senão o senhor morre fica tudo e pronto. Então, veja um jeito que o senhor possa conseguir mais uns dias de vida com a sua esposa” (informação verbal)<sup>262</sup>.

Em outra localidade, “Cobra Choca”, comunidade ribeirinha em Vitória do Xingu, ela relata o caso de compra, favorecimento e cooptação de liderança local para enfraquecer a resistência.

No Cobra Choca, que tinha uma associação forte, que até os procuradores foram lá, fizemos grandes reuniões, eles conseguiram comprar, cooptar a liderança mais forte, que era o presidente [da associação], deram, eu acho, um milhão e quatrocentos mil reais na terra dele, uma terrinha pequena, com quase nada ainda, só pra tirar ele de lá e acabar a resistência. Ele comprou umas terras aqui em Senador José Porfírio [município que fica na área de influência de Belo Monte], segundo informações, me disseram que ele “não tem mais nada!”. Terra ruim, terra seca, só pastagem. Comprou um monte de gado, não tem mais nada (informação verbal)<sup>263</sup>.

Antônia Melo, ao participar da mesa redonda referida anteriormente (*Lutas e Resistência na Amazônia*), fez “denúncia”, também, de “violação de direitos humanos”, referente ao caso de não cumprimento do acordo da Norte Energia com os trabalhadores rurais, que fizeram protesto contra a empresa.

Aqui, na Volta Grande, ontem, nós soubemos que eles [trabalhadores rurais] estavam barrando a estrada [transamazônica], porque há oito meses a Norte Energia foi lá e fez o cadastramento de todos os colonos, agricultores, e quando foi no início desse ano, eles foram lá [à Norte Energia], agora em março, disseram: “Não! Agora nós não vamos mais precisar da terra de vocês”. Estão lá. Não trabalharam mais, como disse seu Lício [um dos trabalhadores rurais atingidos], aqui, disseram que não era pra eles plantar mais um pé de feijão, porque eles [a Norte Energia] não ia pagar. Que eles plantassem e trabalhassem depois do levantamento da área. Então, são essas situações injustas, altamente injustas, criminosas, que tão sendo apoiadas pela justiça federal, principalmente, todos os escalões de justiça, mais por essas empresas, governo federal e governo estadual. Os organismos internacionais têm apontado, inclusive, que o governo tem violado os direitos dos povos indígenas (MELO em comunicação oral).

Isso expressa um processo de *desterritorialização* de grupos sociais subalternos pelo avanço da *fronteira hidrelétrica* como marca da dinâmica hegemônica de *territorialização* da acumulação do capital e da lógica colonialista de poder e de saber, que impõem um paradigma de produção, de valores e de racionalidade moderno-colonial para enquadrar e

<sup>262</sup>MGXV. **Entrevista**. [jun. 2013]. Entrevistador: Sérgio Roberto Moraes Corrêa. 2013.

<sup>263</sup>Idem.

controlar os “in subordinados” e levar a cabo seu modelo neodesenvolvimentista. Isso, ainda, fica bem caracterizado com esse processo de expropriação e de violações de direitos de povos e comunidades tradicionais e camponesas de seus territórios e de suas terras.

É importante destacar que essas percepções e argumentos se inscrevem num terreno de relações de poder, assimetricamente estruturado, em que dadas visões se sobrepõem e se constituem como hegemônicas ao passo que outras são desqualificadas e silenciadas. Nesse processo desigual, a violência instucional e simbólica (por instâncias do Estado e de Empresas Privadas) assume a condição de forte mecanismo gerador de dominação e opressão, para levar a cabo o processo de expropriação e de violação de direitos de povos e comunidades tradicionais e camponesas no Xingu, em defesa de uma lógica capitalista e colonialista, que transforma bens públicos de uso comum em bens de valorização de acumulação de capital, esvaziando de sentido as instituições republicanas e democráticas e os espaços legítimos de garantias de direitos e de construção da cidadania.

#### 4.6 OS MOVIMENTOS SOCIAIS COMO LUGAR DA CRÍTICA AO PROJETO BELO MONTE: QUADRO INICIAL

Num de seus documentos, o Movimento Xingu Vivo (2009)<sup>264</sup>, junto com outros movimentos sociais da região da Transamazônica e do Xingu, sustenta que Belo Monte “pode ocasionar impactos socioambientais irreversíveis para os povos do Xingu e ecossistemas”.

Dessa forma a decisão de construção de uma obra desse porte, em uma Bacia como a do Rio Xingu, com sociobiodiversidade única no planeta, deve ser tomada com calma, sem atropelar a população, os costumes locais, a sabedoria dos povos das florestas e considerando a legislação vigente e todas as recomendações do processo de licenciamento previsto em lei (REQUERIMENTO..., 2009, p. 3).

Um membro do Instituto Amazônia Solidária e Sustentável (IAMAS), que é, também, um “ativista” do Movimento Xingu Vivo para Sempre (MXVPS) e do Comitê Metropolitano Xingu Vivo (CMXV), entrevistado por nós, argumenta que a reformulação do projeto carrega uma “ação totalmente contrária”: antes ele ia provocar um “alagamento” de diversas terras indígenas, agora, com sua reformulação, Belo Monte vai deixar o rio Xingu “seco”, o que é concebido como uma ação “tão danosa quanto à anterior”.

<sup>264</sup>Ver documento lançado pelo Movimento Xingu Vivo e outros movimentos disponível em: [http://www.socioambiental.org/banco\\_imagens/pdfs/questoes\\_mov\\_sociais\\_belo\\_monte\\_rev30set.pdf](http://www.socioambiental.org/banco_imagens/pdfs/questoes_mov_sociais_belo_monte_rev30set.pdf). Em resposta a esse documento, é importante consultar a resposta de defensores do empreendimento. Ver resposta às demandas dos movimentos sociais do Xingu em: [http://advivo.com.br/sites/default/files/documentos/atend.\\_aos\\_questio\\_mov.\\_sociais.pdf](http://advivo.com.br/sites/default/files/documentos/atend._aos_questio_mov._sociais.pdf).

Foi justamente o contrário, mas o dano será grandioso. Porque, no local onde se pretende construir a barragem, numa área de 100 km o rio vai secar. Nessa extensão de 100 km, estão as terras indígenas Paquiçamba, Arara da Volta Grande e, também, a terra indígena dos Kayapó e Xikrin, que é a Trincheira Bacajá. São três terras indígenas que vão sofrer impacto diretamente por conta do trecho do rio que vai secar com a construção da barragem. Então, esse discurso de que as terras indígenas não sofrerão impactos é um discurso muito difícil de ser aceito, de entender como ele tem sido aceito, porque a realidade mostra que o problema não foi solucionado. Foi investido: ao invés do alagamento dessas terras, elas vão secar (informação verbal)<sup>265</sup>.

Para ele, não existe um argumento que justifique a “viabilidade do projeto pelo governo brasileiro”. Em relação ao discurso oficial da “viabilidade econômica”, argumenta que “as pesquisas têm demonstrado um cenário de insustentabilidade econômica do projeto”. Sobre isso, o mesmo relata que a tendência é a construção de outras barragens à montante, para tornar Belo Monte viável e gerar energia.

O governo sabe disso, ele tem estudos, tem conhecimento e tem técnicos experientes que sabem disso. E isso só se resolve construindo mais barragens no rio Xingu. Então, inevitavelmente, daqui a alguns anos, cinco, dez anos que seja, será necessário construir mais barragens pra superar esse problema de inviabilidade econômica do projeto atual. Então, o discurso do governo que será uma única barragem é pra esse momento, porque as outras barragens que estavam no inventário anterior tendem a ser construídas no Rio Xingu (informação verbal)<sup>266</sup>.

Para esse ativista, a implementação do projeto Belo Monte significa uma espécie de chave estratégica, que “abre uma porta muito perigosa. Muito facilmente, as dezenas de outras hidrelétricas, previstas para os rios da Amazônia, serão construídas também”. E enfatiza: “A gente já repetiu várias vezes que Belo Monte não é só uma hidrelétrica, mas é parte integrante de um projeto maior”. Nesse sentido, ele diz que o Movimento identifica o AHE Belo como “símbolo do modelo histórico de ocupação da Amazônia”, modelo como “celeiro” de recursos naturais a ser explorado, “agora, cada vez mais vasto, mais amplo”, avançando para o aproveitamento dos recursos hídricos na região, para geração de energia, sob a lógica da acumulação do capital, que implica uma “relação desequilibrada entre seres humanos e recursos naturais”.

Se no início, quando os portugueses, espanhóis, ingleses e holandeses aqui chegaram, a intenção principal era ouro e prata, a cada tempo que foi passando esse “celeiro” foi se expandindo, os recursos desse “celeiro” foram expandidos, indo, por exemplo das “drogas do sertão”, às grandes plantações de monocultura, pecuária, madeira, avançando para o minério e se expande esse grande celeiro de recursos naturais que é a Amazônia, para o aproveitamento de seus recursos hídricos, para geração de energia, que é

<sup>265</sup>DCMXV. **Entrevista**. [mar. 2012]. Entrevistador: Sérgio Roberto Moraes Corrêa. 2012.

<sup>266</sup>Idem.



imposto pelo modelo capitalista, inserindo uma relação desequilibrada entre seres humanos e recursos naturais. Explorar cada vez mais os recursos naturais pra poder gerar produção, gerar consumo e mover o mercado de acumulo de capitais, exaurindo o planeta... (informação verbal)<sup>267</sup>.

Uma liderança do Movimento de Mulheres do Campo e da Cidade (MMCC) e do MXVPS da região do Xingu e da Transamazônica, entrevistada por nós, ao falar acerca da reformulação do projeto Belo Monte, destaca em seu relato a problemática dos 100 km que vão “secar” na área da Volta grande do Xingu, mas reconhece, também, que há “alagamento” e com um número maior do que o projetado oficialmente. Além disso, ela aponta o risco da “proliferação de mosquito” e doenças, que colocam em vulnerabilidade maior a morada e sobrevivência dos povos indígenas e comunidades tradicionais e camponesas na Volta Grande. Ela argumenta que “eles [Governo Federal e Norte Energia] encobrem as verdades, enganam muito e mentem muito! (...) pra combater a resistência dos povos indígenas”.

E mudaram de 1223 km<sup>2</sup> de Kararaô pra 400 km<sup>2</sup> no projeto inicial. Só que hoje, já são 668 km<sup>2</sup> [reservatório], mas eles não dizem, eles afirmam hoje que é de 518, mas no leilão de Belo Monte já foi 668 km<sup>2</sup>, mas eles encobrem as verdades, enganam muito e mentem muito! Então, que esse era o mote pra dizer pros índios: “Olha, não vai alagar mais. Vai ser projeto de pequeno impacto, não vai alagar as terras de vocês” tal, tal...pra combater a resistência dos povos indígenas. Então, fizeram toda uma maquiagem dizendo que não vai mais alagar terras indígenas e, portanto, os indígenas não são impactados. Onde seca isso não conta como impactado?. (...) Então, vai secar 100 km de rio, onde os indígenas jámais teriam condições de ficar lá, porque o rio seco, no rio Xingu, a água é morna, forma as possas nas pedras e a proliferação de mosquitos será uma coisa assim estrondosa, sem definição, então, jamais, ninguém, na Volta Grande, poderá continuar vivendo, caso esse projeto por infelicidade, esse projeto seja concluído (informação verbal)<sup>268</sup>.

Um pescador de Vitória do Xingu e integrante do MXVPS, em entrevista a nós, relatou que o projeto e empreendimento hidrelétrico de Belo Monte é, também, uma estratégia para construir outras hidrelétricas rio acima no Xingu. Ele relatou e denunciou o caso de desapropriação da Comunidade Santo Antônio para construção de Belo Monte, marcada por proibições e violações de direitos. Falou, ainda, da migração e das precárias condições de vida na cidade.

Então, qual é o projeto desse pessoal? É fazer aqui pra cima, é subindo de Altamira pra cima, como: Altamira, Uruará, São Felix do Xingu... o que vai acontecer? É acabar com a vida dessas pessoas. Então, o que eu vejo hoje, o que passa pela minha cabeça, o que eu sinto, o governo quer que a população saia, desocupe essa área. Agora, por exemplo, nessa área [comunidade Santo Antônio], você não pode mais derrubar, fazer uma roça, então, o que faz isso, a população vem pra cidade passar fome, adoecer, tem

<sup>267</sup> Idem.

<sup>268</sup> MGXT. **Entrevista**. [jun. 2013]. Entrevistador: Sérgio Roberto Moraes Corrêa. 2013.

peessoa que tá no mato, vem pra cidade só pra adoecer (informação verbal)<sup>269</sup>.

Um membro da Sociedade em Defesa dos Direitos Humanos (SDDH-PA), que apoia e assessora juridicamente o MXVPS, deu-nos uma entrevista destacando que “um dos efeitos positivos”, em razão das pressões sociais sobre o antigo projeto Kararaô, foram as mudanças drásticas do atual projeto. Mas, destaca sua inviabilidade energética e perspectiva de que outras hidrelétricas sejam construídas rio acima, no Xingu. Salienta, também, que os impactos não existem só no “alagamento” de terras e territórios de povos e comunidades tradicionais e camponesas, mas, também, com a redução drástica do volume de água na Volta Grande do Xingu, comprometendo a reprodução social dessas populações e de seus modos de vida. E reforça que essa decisão de construir Belo Monte tem sobretudo um caráter “político”, e não técnico, sendo ela marcada por “incoerências”.

O que nós temos hoje é uma versão completamente modificada do que era antes. Antes, eram dois canais, agora só é um, antes era um alagamento que era maior, agora supostamente vai ser menor, mas na minha opinião, duas coisas são muito candentes: a primeira coisa é que, com essas mudanças, eles inviabilizaram completamente a hidrelétrica, ela não tem mais a consistência energética (...) Aí ela perde completamente o sentido se a gente entender que é só essa hidrelétrica. E aí o próprio governo já sinalizou isso que em 2017 vai haver a revisão do Plano Energético Brasileiro e eles vão inserir mais usinas hidrelétricas aqui, no rio Xingu. (...) A outra ilusão que se mantém é que não vai se alagar terras indígenas, alias isso é o grande chamariz do governo. Durante algum tempo, em cada aeroporto brasileiro tinha lá uma propaganda de Belo Monte, dizendo que não ia alagar terras indígenas. Ora bolas, não vai alagar terras indígenas, todo mundo sabe disso, o problema é que vai trazer outras consequências. O alagamento não é a única consequência que traz tanto pras terras indígenas como pra terra dos agricultores, os ribeirinhos, camponeses, mas também pra população local. Então, o alagamento seria uma questão extrema aqui, que seria a remoção dessa população de lá, mas ela vai ser removida de outros modos. Isso é uma questão política, e não técnica. Então a questão do reservatório ou mudanças ligadas à questão do reservatório, ligada à obra em si, elas têm uma série de incoerências, mas eu acho que o principal aí não é somente a questão das mudanças que foram feitas, mas as consequências pro contexto geral dos povos tradicionais da região e pra população local, também (informação verbal)<sup>270</sup>.

Uma liderança religiosa na região do Xingu e da Transamazônica, que nos concedeu entrevista, ao se referir ao projeto de Belo Monte, faz menção à “audiência”, em 22 de julho de 2009, com o presidente Lula para tratar desse assunto e destaca que a decisão de lavar à frente esse empreendimento é “política”, e não “técnica”. E diz que esse encontro foi uma “farsa”, posto que a continuidade do prometido “diálogo” sobre Belo Monte não aconteceu.

<sup>269</sup> CSAXT. **Entrevista**. [jun. 2013]. Entrevistador: Sérgio Roberto Moraes Corrêa. 2013.

<sup>270</sup> DHXT. **Entrevista**. [jun. 2012]. Entrevistador: Sérgio Roberto Moraes Corrêa. 2012.

Tive com o Lula duas vezes, em Brasília, e na segunda vez eu levei várias pessoas aqui. Inclusive, o professor Célio Bermann, um dos maiores peritos do Brasil sobre o tema, da USP, foi. Ele, então, apresentou quatro pontos em PowerPoint, o Lula tava presente e com todo seu setor [secretariado] energético. Então, ele apresentou esses quatro pontos, dizendo os motivos porque ele é contra a execução de Belo Monte. Eu não vou dizer que o Lula gelou do meu lado, ele estava assim do meu lado, mas ele ficou branco! Ele olhou pro setor energético, dizendo: “Vocês vão ter que dar uma resposta pro professor!”. Essa resposta não veio até hoje! Então, sabe como é que é, a decisão é política, não é técnica, os outros não tinham como derrubar a tese, o argumento do professor! Então, isso, pra mim, deixou evidente a situação (informação verbal)<sup>271</sup>.

Um ativista do Comitê Metropolitano Xingu Vivo, que integra o MXVPS, em entrevista concedida a nós, falou, ao se referir a Belo Monte, de seus impactos sociais e ambientais, destacando que esse empreendimento representa a “decretação da morte” de toda uma sociobiodiversidade do Xingu, em particular da Volta Grande. Para ele, essa “barragem apresenta uma ameaça muito mais além do que o território físico, ela vai muito mais além do que isso!”, isto é, as condições físicas (naturais) e materiais (econômicas) não podem ser dissociadas das dimensões simbólico-culturais, que marcam esse território diverso e singular da Amazônia, que expressa racionalidades e modos de uso e sentidos do território e dos recursos naturais em tensão e conflito.

Só pra você ter uma ideia, só Belo Monte vai destruir 619 km<sup>2</sup> de área, de Floresta, de rio. Isso representa o tamanho da cidade de Curitiba. Imagina isso pra construir uma obra que só vai funcionar durante quatro meses por ano e o impacto que isso vai ter na vida das pessoas, e é isso o impacto não só físico, mas místico, do lado da cultura, do lado mais espiritual, que vai se perpetuar por muitas gerações. Isso quando coloca em risco mais de 18 etnias, coloca em risco uma sociobiodiversidade que só existe ali naquela região, você tá dizendo que o homem, que o ser humano, que nós, brasileiros, temos a autoridade de decretar a morte de outros, porque é isso que tá sendo feito, está decretando a morte. O governo decretou a morte daqueles povos e isso não é chantagem emocional, mas é um fato! Na área da Volta Grande do Xingu, tem peixes e animais que só vivem ali, não tem em lugar nenhum do mundo, você tá decretando a morte deles, eles vão deixar de existir no mundo inteiro... Você imagina o que isso significa pra quem sabe que aquilo só existe ali, que sempre conviveu com aquilo? Então, uma barragem apresenta uma ameaça muito mais além do que o território físico, ela vai muito mais além do que isso! (informação verbal)<sup>272</sup>.

Para esse ativista, Belo Monte representa a defesa de uma lógica dominante que põe à margem e desqualifica os povos indígenas e tradicionais da região amazônica e reforça e amplia o lugar dessa região como grande produtora e exportadora de energia segundo a dinâmica hegemônica de acumulação de capital sob o planejamento do governo. Para tanto,

<sup>271</sup> JCXT. **Entrevista**. [jun. 2013]. Entrevistador: Sérgio Roberto Moraes Corrêa. 2013.

<sup>272</sup> MCXV. **Entrevista**. [mai. 2013]. Entrevistador: Sérgio Roberto Moraes Corrêa. 2013.

isso tem significado, destaca ele, a violação de direitos fundamentais e o comprometimento da Constituição e da democracia brasileiras.

Belo Monte é o marco do declínio dos povos indígenas e tradicionais daqui da região, não só a região do Xingu, a região amazônica. A ideia é transformar a Amazônia num grande mercadão de MW e numa grande exportadora de *commodity* de matéria-prima, quer dizer minério de ferro, de madeira, tirar a floresta pra criar gado e plantar soja, a monocultura. Talvez sobre uma área no Acre e outra no Amazonas de floresta nativa, o resto tudo vai ser destruído. Isso é o projeto do governo, não é eu que tô falando. Isso o próprio governo fala. Belo Monte significa hoje um atentado aos direitos fundamentais das pessoas, principalmente dos povos originários, mas do cidadão de uma forma geral, porque vários ritos democráticos e constitucionais foram rasgados pra que essa obra acontecesse, mas acima de tudo, Belo Monte significa uma efetiva ocupação da Amazônia por parte do grande capital, significa a abertura da porteira pra que se instalem aqui as grandes mineradoras com as multinacionais, as grandes empresas de agropecuária, as grandes empresas de bioenergia. Isso é o fim de tudo que nós conhecemos como Amazônia é o início do fim. É transformar a Amazônia numa grande savana, é transformar os rios da Amazônia em grandes estradas, porque vão ser barrados e transformados em hidrovias. (informação verbal)<sup>273</sup>.

Um membro do Instituto Socioambiental (ISA), entrevistado por nós, entende que, nos moldes em que Belo Monte está sendo construída, vai, provavelmente, “demandar a construção de outras barragens” mais à frente.

O projeto de Belo Monte, da forma como está sendo implementado, provavelmente, ele vai demandar a construção de outras barragens daqui a algum tempo. Então, pelos estudos que foram apresentados dos 11.233 MW instalados de energia, somente 39% vão ser aproveitados. Então, você vai ter um aproveitamento baixo, se comparado com outras hidrelétricas implantadas no Brasil e no mundo! Pra aumentar esse aproveitamento, serão necessárias outras barragens ao longo do Xingu. Então, é muito provável que daqui a pouco tempo comesse uma pressão muito grande, caso Belo Monte venha a ser construída, comesse uma pressão muito grande pra se construir reservatórios rio acima. Então, eles estão falando, hoje, o governo fala hoje que “Belo Monte é a única barragem”, mas isso está sustentado em uma resolução do CNPE, que é o Conselho Nacional de Política Energética, que pode ser derrubado a qualquer momento, então, você não tem nenhuma sustentação disso, mesmo que fosse um projeto de lei, ele poderia ser revestido, e que não garante que outras barragens venham a ser construídas dentro de unidades de conservação em terras indígenas (informação verbal)<sup>274</sup>.

Associada e articulada com essa frente de expansão da fronteira hidrelétrica para a Amazônia, que Belo Monte representa, outras frentes econômicas de expansão e pressão sobre os recursos naturais e territórios de povos e comunidades tradicionais e camponesas vêm ganhando força, exemplificando, segundo ele, “um momento muito delicado na agenda

<sup>273</sup> Idem.

<sup>274</sup> ISAXV. **Entrevista**. [jun. 2012]. Entrevistador: Sérgio Roberto Moraes Corrêa. 2012.

socioambiental, que no seu conjunto tá retrocedendo e o governo e os ruralistas falam que tá avançando”. Nesse caso, para ele, a “derrota dos movimentos sociais e movimentos socioambientais, nesse caso aí de Belo Monte, representa uma derrota pra muita coisa”.

E pelo que a gente tá assistindo na política ambiental brasileira tem um retrocesso grave em outras áreas também, como a redução das unidades de conservação por decreto. Tem uma discussão grande de uso de terras indígenas, então, de mineração em terras indígenas que está bastante avançado e eu acho que em pouco tempo essas questões de empreendimentos hidrelétricos em terras indígenas vai entrar em pauta com muita força. (...) Belo Monte, só para dar um exemplo da confusão, nos vários pontos de ônibus do Rio de Janeiro, tem um dizer falando que “Belo Monte não alaga terras indígenas”. É verdade, mas isso não quer dizer que não atinja! Então, eles falam uma meia verdade e escondem uma outra meia verdade. E assim, vai. Isso dá um caráter verde pro empreendimento que, na verdade, não existe. Então, Belo Monte é uma barreira grande que, se derrubada torna outras barragens um pouco mais fácil. Belo Monte é um símbolo muito grande. A derrota dos movimentos sociais e movimentos socioambientais, nesse caso aí de Belo Monte, representa uma derrota pra muita coisa (informação verbal)<sup>275</sup>.

Numa mesa de debate no Encontro Xingu + 23, Antônia Melo, liderança do MMCC e do MXVPS, iniciou sua fala fazendo uma denúncia, dizendo, também, que não é só o empreendimento de Belo Monte, mas sim um retorno do mesmo complexo de barragens e que são graves as consequências socioambientais para a Bacia do Xingu e região amazônica:

E aí é só Belo Monte? Gente, não é! Sabemos que, em breve, como está bastante avançado, que logo, breve, 2014, eles já irão construir [a hidrelétrica de] Babaquara, logo subindo o rio Xingu, bem próximo de Altamira. Lá em cima, mais outra, é o mesmo complexo [o primeiro projeto pensado no regime militar]. E assim, não sobraria pedra sobre pedra. Então, eles escondem a verdade (MELO em comunicação oral)<sup>276</sup>.

Diante desse quadro, uma liderança do MMCC e do MXVPS da região, entrevistada por nós, relata que a relação entre o empreendimento de Belo Monte com o desenvolvimento na Amazônia “é uma farsa e uma grande mentira”. Ela destaca como mecanismo disso, o *Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável do Xingu*, o PDRS-Xingu.

Bem, onde nós estamos, nosso site é claro e evidente, que tudo isso é uma farsa e uma grande mentira, tanto é que, o governo, pra enganar os desavisados, que quiseram ser enganados aqui, colocou um troço que não colocou nas outras, que não fez nas outras, que é um projeto, chamado “PDRS: [Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável do Xingu]”, que tem aí dez milhões de reais pra vinte anos. (...) Mesmo o pessoal que tá dentro desse projeto, gente sensata diz que “não tem nada de

<sup>275</sup> Idem.

<sup>276</sup> Essa fala de Antônia Melo fez parte da mesa de debate *Lutas e Resistência na Amazônia* como uma das atividades do “Encontro Xingu + 23”, ocorrido no período de 13 a 17 de junho de 2012, na Comunidade Santo Antônio, Km 27 da Transamazônica e espaço rural de Vitória do Xingu. Esse Encontro foi realizado pelo Movimento Xingu Vivo Para Sempre.

desenvolvimento sustentável. Nada!”. Enfim, fez uma grande propaganda enganosa: “Se Tucuruí teve problemas, se Jirau e Santo Antônio teve problemas, Belo Monte vai ser o projeto ideal, acompanhado de todas essas condicionantes, de todos esses projetos, o PDRS como o minimizador dos impactos, para alavancar o desenvolvimento da região” (informação verbal)<sup>277</sup>.

Ao se referir ao discurso de “progresso” e “desenvolvimento” em relação ao empreendimento hidrelétrico de Belo Monte, um ativista do CMXV relata os problemas urbanos, como violência, tráfico de drogas e de pessoas, prostituição e estupro, alcoolismo entre os povos indígenas que cresceram significativamente na região, em particular na cidade de Altamira. E destaca, ainda, “todo um processo de destruição simbólica. Além de física, tem esse simbolismo” enquanto estratégia para construir um convencimento e uma legitimação em torno do empreendimento e do modelo de desenvolvimento.

Pra tu ter uma ideia do progresso que já chegou, a prostituição infantil, tráfico de pessoas, aumentou em 900%. De 2011 a 2012, pra cá, aumentou em 900% a apreensão de craque, não é 90%, são 900%! Aumentou em 1200% a apreensão de cocaína na região, o número de estupro aumentou em 58%. São coisas que se isso é o progresso, velho, eu quero viver na idade da pedra, meu irmão! Isso não faz sentido. Eu tive domingo agora lá em Altamira e vi índios Kayapó, um casal, um homem, uma mulher e uma criança bêbados, bêbados no meio da rua. O pessoal da empresa deu cachaça pros índios, eles tão dando cachaça pra índio, que é pra matar índio, que mata tanto fisicamente quanto culturalmente. (...) Então, existe todo um processo de destruição simbólica. Isso mesmo. Além de física, tem esse simbolismo (informação verbal)<sup>278</sup>.

Ao explicar que a cidade de Altamira começava a se deparar com um conjunto de problemas em seu cotidiano por conta desse projeto, a visão positiva e favorável sobre Belo Monte começa a ser abalada e a enfraquecer. Sobre isso, a liderança religiosa JCXT relata que “de repente, desapareceram os adesivos” em defesa de Belo Monte na cidade de Altamira. Ele diz que no começo da obra foi o oba-oba, mas de repente a coisa murchou” e, atualmente, a população está, no mínimo, “com o pé atrás e reclamando”. E diz que, diante desse quadro descrente quanto a Belo Monte, “eu me recuperei”.

(...) da cidade, de repente, desapareceram os adesivos! Quando começou, realmente [a obra nos canteiros], no início, ainda foi o oba-oba, mas de repente a coisa murchou e hoje os empresários, comerciantes, funcionários públicos, vereadores, tudo quanto é nome aqui, hoje, o mínimo que posso dizer, estão com o pé atrás e reclamando, porque aquilo que esperavam, aquela “chuva de dinheiro não aconteceu”! Então, eu me recuperei, por assim dizer [risos], tem gente que não cortou os laços comigo, pessoal que vai na igreja e tal, mas tava a favor de Belo Monte. (...) Mas, de resto, então, mudou um pouco o relacionamento dessas pessoas que estavam a favor de

<sup>277</sup> MGXT. **Entrevista**. [jun. 2013]. Entrevistador: Sérgio Roberto Moraes Corrêa. 2013.

<sup>278</sup> MCXV. **Entrevista**. [mai. 2013]. Entrevistador: Sérgio Roberto Moraes Corrêa. 2013.

Belo Monte. Disseram: “o bispo tinha razão”. Eu, hoje, posso andar de cabeça erguida lá pela cidade, o pessoal até bate no ombro, dizendo: “O senhor tinha razão já naquele tempo”. O pessoal que naquele tempo era contra o bispo, começou a falar: “Não. Ele tava certo” (informação verbal)<sup>279</sup>.

Ao relatar as “mudanças”, consequências e danos socioambientais provocados pelo empreendimento de Belo Monte, essa mesma liderança religiosa enfatiza, em seu ponto de vista: “pior ainda, vai ser a mudança, quando de fato, o pessoal ter que sair, quando estão, agora, diante do fato consumado, a água vai crescer e você não pode ficar aqui”. Quanto aos indígenas, eles vão “ser removidos, não tem outro jeito. Aliás, já foram removidos. (...) estão aqui na cidade e tão amontoado naquela casa do índio em situação desumana”. Isso contribui ainda mais para o enfraquecimento e perda de suas culturas e seu desaparecimento, tornando-os, inclusive, mais receptíveis ao convencimento de “propostas financeiras”.

Agora, quanto aos povos indígenas. De fato, aqui em baixo [da Volta Grande do Xingu], o governo sempre sustenta que não serão atingidos os povos indígenas, porque as aldeias deles não serão alagadas. Eu, também, briguei lá em Brasília com o [Maurício] Tolmasquim [Presidente da Empresa de Pesquisa Energética – EPE]. Tinha um painel [de debate], lá em Brasília mesmo, ele defendeu: “Não, com os índios, não vai acontecer nada! Não vai ser alagada nenhuma aldeia indígena.”. Eu disse: “Não vai ser alagada, mas vai ser cortada a água, o que é pior, o que é pior!”. Mas, eles sempre têm alguma saída, depois, ao fim da conversa, começaram a dizer que o “progresso não vem sem sacrifício” e eu respondi que “o sacrifício só nós vamos ter que fazer e vocês tão aqui no seco, em Brasília?, tudo bem...”(...) Os índios vivem da pesca, como vão se locomover. Por terra? A agricultura familiar será prejudicada e eles não vão sobreviver dentro de sua cultura. Vão ser removidos, não tem outro jeito. Aliás, já foram removidos. Os índios estão aqui na cidade e tão amontoado naquela casa do índio em situação desumana e estão bebendo cachaça pelas ruas, aquilo que, de fato, vai sujar depois a imagem do povo indígena, mas eles tão fora de seu ambiente. Eu tenho a impressão que isso, também, faz parte do sistema, o índio pra sociedade envolvente vira um bandido, vagabundo, o que não faz nada, só bebendo cachaça, pinguço etc... e perde, também, o respeito das pessoas que até hoje o defendiam. De repente, forma uma briga em qualquer canto, alguém morre, alguém é furado, só briga de cachaceiro e tal. Então, tudo isso contribui para que esse povo, de fato, desapareça! (...) Claro, esses são mais ponderáveis, inclusive sobre as propostas financeiras! Isso é a desgraça! (informação verbal)<sup>280</sup>.

Nesse relato, é possível identificar uma situação estratégica de inversão de violência, pois ao se desqualificar, simbolicamente, a imagem dos indígenas na cidade, enquadrando-os como “bêbados” e “bandidos”, esses passam a ser os “violentos”, e não o Estado e grupos econômicos que violaram seus direitos. Como salientou o ativista MCXV existe todo um

<sup>279</sup> JCXT. **Entrevista**. [jun. 2013]. Entrevistador: Sérgio Roberto Moraes Corrêa. 2013.

<sup>280</sup> Idem.

processo em curso de “destruição simbólica”, além de física, como estratégia para construir uma imagem positiva de um padrão e modelo de desenvolvimento em detrimento da imagem de outros, que são postos como estorvo e expressão do “atraso ao desenvolvimento”.

Outra liderança do MMCC e integrante da Fundação Viver Produzir e Preservar (FVPP), localizada em Altamira, ao falar sobre essas consequências socioambientais advindas com Belo Monte, destaca a *questão de gênero*, assinalando a condição de vítimas das mulheres face aos grandes projetos na Amazônia. Ela, ainda, destaca as precárias condições de serviços e de vida na cidade e acrescenta que “mulher, criança e adolescente” não entram na agenda.

Nós do movimento de mulheres, Sérgio, tem a noção, tem a consciência que, nesse processo de grandes projetos na Amazônia, as mulheres são as maiores vítimas e aí eu tô começando analisar que não são só as mulheres da Amazônia. As mulheres de maridos, que vêm trabalhar na obra, também, não são vítimas? De ficar cuidando dos filhos sozinhas lá e às vezes os maridos nem voltam [para o seu lugar de origem], nem se tem mais notícia? Então, eu tô começando a avaliar que não é só nós não. Aqui, a gente, tá no olho do furacão, porque a saúde piorou, a educação piorou, a violência aumentou, entendeu? Então, as mulheres, as crianças tão muito mais vulneráveis nesse processo. Então, na época das consultas públicas, nós sugerimos pro IBAMA pra fazer uma audiência específica pra discutir a questão de gênero e as grandes obras. Nós fomos muito ousadas em propor. Eles disseram não, mas nós fizemos nossa parte! Pautamos isso aí como uma política específica, porque, nesse processo, Sérgio, mulher, criança e adolescente, não é pautado (informação verbal)<sup>281</sup>.

Essa mesma liderança entende que o empreendimento de Belo é caracterizado como um processo “desumano”, marcado por desapropriações forçadas e “perda de laços” sociais, de vizinhança; estratégias da empresa, Norte Energia, e do governo de “isolamento” e individualismo para enfraquecer a resistência e oposição do movimento ao empreendimento; indenizações desiguais e injustas. Conforme seu relato,

Eu tenho um amigo que mora no km 27, onde fica um outro canteiro de obra. Eu passei à noite tendo pesadelo quando fui visitar esse meu amigo. Eu fui visitar esse meu amigo, por que o que aconteceu com ele? Os vizinhos mais próximos dele, hoje, estão morando a quatro km. Ele é um senhor de 60 anos e tem uma mulher e dois filhos. É um trabalhador rural. Então, ele tá totalmente isolado lá. Ele perdeu as relações dele ali perto. Ele ficou isolado! I aí ele não sabe se vai sair de lá, se vai ficar lá. As pessoas não contam isso, cara! Essa é uma estratégia da empresa e do governo de enfraquecer cada vez mais a luta do movimento, porque eles individualizam as relações e negociações. Na Volta Grande do Xingu, eles passaram o trator alí: deram um valor pra um e vai embora, deram um valor pra outro e vai embora... sem uma avaliação pra saber se valia aquilo mesmo. E o

<sup>281</sup> TMTX. **Entrevista**. [jun. 2012]. Entrevistador: Sérgio Roberto Moraes Corrêa. 2012.



peçoal que não quer sair, eles querem dar uma marrequinha (informação verbal)<sup>282</sup>.

Um pescador de Vitória do Xingu e liderança de uma associação extrativista pesqueira local, que nos concedeu entrevista, disse que era “a favor da obra”, mas depois “a gente começou a ver o lado ruim da coisa”. Ao falar sobre os impactos socioambientais nessa região com a construção de Belo Monte, essa liderança diz que o “impacto é grande!” e reforça que a água tem apresentado uma grande mudança, “suja”, “amarela” e a “redução de peixe”. Além desses problemas, ele destaca o impacto na reserva do Tabuleiro do Embalbau e no “Canari”, comunidade pesqueira, e externa sua preocupação com a emissão de poluentes com a criação do reservatório da barragem.

Nós que mora abaixo [do rio Xingu] é a água. Suja, suja, suja, suja! Muito suja mesmo! O barro, a água tá toda amarela... se você sair no rio, você vai ver. Agora, que parou mais porque a água tá baixando, né? O impacto é grande! A redução de peixe, o Tucunaré, então! O Tabuleiro do Embalbau [um conjunto de praias onde ocorre a desova e reprodução de milhares de quelônios, tartarugas] é uma reserva de 1978, foi criada com uma portaria assinada pelo IBAMA. Só que essa reserva, pelo tempo de extensão que ela tem, ela foi muito preservada, graças a Deus, até pelos próprios moradores e pelos órgãos ambientais. E com Belo Monte vai ter um impacto ambiental direto. A tartaruga, como nós temos conhecimento, ela não fica numa região impactada, ela muda, ela migra. No Canari do Jô, uma localidade pesqueira, você vai ver que tá muito impactado. Quando eles explodem as bombas [usam dinamites pra implodir os pedrais para construção de Belo Monte], as 06 da manhã e 06 da tarde, todo dia, e é uma explosão grande que a gente sente aqui, os peixes se afugentam. A nossa preocupação não é nem tanto essa é que, a barragem que nem foi Tucuruí, a madeira não foi tirada, essa vai ser tirada do lago, e essas raízes que ficarem no fundo vão apodrecer e com um tempo emitir muito gás tóxico. E elas vão descer! (informação verbal)<sup>283</sup>.

FVX denuncia que não são reconhecidos como atingidos pelo IBAMA e pela Empresa Norte Energia e reclama do tratamento desigual e injusto desses setores do Estado e da empresa responsável pela construção de Belo Monte. Destaca que em razão desses problemas e, conseqüentemente, das condições precárias de vida e de trabalhos, “moradores tão deixando suas terras, porque a pesca não tá dando mais pra sobreviver”; famílias estão “desesperadas, passando fome”. E questiona: “A gente não tá sendo atingido?”.

O IBAMA, a Norte Energia não reconhece a gente como atingido, mas a gente, que é povo tradicional vai ser atingido sim pela obra. Já tá sendo: a cor da água tá mudando; a nossa pesca tá cada vez mais escassa, era donde a gente tirava nosso sustento, agora donde agente vai tirar? Muitos moradores tão deixando as suas terras, porque a pesca não tá dando mais pra sobreviver. Muita gente da comunidade só sabe fazer isso. E aí como é que

---

<sup>282</sup> Idem.

<sup>283</sup> FVX. **Entrevista**. [jun. 2013]. Entrevistador: Sérgio Roberto Moraes Corrêa. 2013.

essa gente vai viver? A gente vê família desesperada aí, passando fome. Antes ela podia até não ter dinheiro, mas tinha o que comer. Tirava da pesca, da mata uma caça, agora, de onde a gente vai tirar? A gente não tá sendo atingido? Eles [o IBAMA e a Norte Energia] não quer é indenizar a gente. O empreendimento dá incentivo às prefeituras e aos índios e algumas associações, que se põem como eles querem, mas as que não querem, que não aceitam, fica assim igual a gente tá aí. (...) Na última reunião que nós tivemos, disseram que: “Tem que rever os estudos!” Rever os estudos...! Eu tenho 37 anos e me lembro que já se discutia sobre Belo Monte há muito tempo e agora tem que rever os estudos? Quantos anos vai passar pra rever esses estudos, que nós estamos sendo impactado? (informação verbal)<sup>284</sup>.

Diante desse quadro crítico, ele salienta a desestruturação de seus modos de vida, de suas tradições e costumes, de suas racionalidades, colocando em risco a sua produção e reprodução social, forçando essas comunidades a uma situação mais aguda de submissão e enquadramento à lógica dominante de produção material e simbólico-cultural.

Na verdade, a gente tá quase abandonando, porque não tá dando pra sobreviver mais. Antes, meu pai falava: “olha, amanhã nós vamos matar uma paca pro almoço.” Pronto! Ele ia lá [à mata] e já trazia. É só pra se alimentar. Ele dizia: “Chegando lá, meu filho, coloca a rede só pra pegar o almoço, não é pra pegar pra janta não!”. Tá entendendo! A gente ia lá e pegava só aquilo, se passasse daquele limite, ele já brigava. Era assim! Hoje, já não, você vai pra pegar... [risos], é bem difícil! Olha a tartaruga ninguém pescava, a gente pegava, esperava ela subir pra praia, aí a gente pegava uma pro alimento daquela família. Era dessa forma, ninguém pescava igual hoje! Hoje, é duas brigas: você não poder pegar uma nem pra se alimentar, porque os órgãos ambientais proibem, o único que defendeu, que falou que nós pode se alimentar foi o doutor Emério, porque nós somos comunidades tradicionais, então, nós temos direitos de comer pra sobreviver, nós não temos o direito de comercializar! (informação verbal)<sup>285</sup>.

A liderança religiosa JCXT afirma estar convicto de que esse empreendimento é marcado por irregularidades e “violações de direitos” por duas razões: a primeira, ao não cumprir a “legislação ambiental” do país, que parece não ter valor; e a segunda pela “violação direta da Constituição Federal e da OIT”. Ademais, salienta que as “condicionantes”<sup>286</sup> não vêm sendo cumpridas como foram determinadas e acrescenta que a

---

<sup>284</sup> Idem.

<sup>285</sup> Idem.

<sup>286</sup> Conforme a Norte Energia (2011, p. 2), o *Plano Emergencial* se origina do *Componente Indígena* do processo de licenciamento ambiental do AHE Belo Monte. Em razão da não prontificação e execução do *Plano Básico Ambiental* (PBA), a FUNAI propôs esse Plano Emergencial até o PBA ficar pronto. A FUNAI ficou responsável por orientar e acompanhar todo seu processo de implementação, para minimizar os impactos sobre as comunidades indígenas com a aprovação da Licença Prévia (LP). Contudo, esse tem sido um grande ponto de crítica a Belo Monte e razão de ajuizamento de ACP pelo MPF, haja vista o não cumprimento de tais condicionantes e compensações para amenizar os devidos impactos socioambientais. Os recentes protestos de diversos grupos indígenas, recentemente (no primeiro semestre de 2014), revela bem isso.

cidade de “Altamira tá num caos em todos os sentidos: saúde, educação, moradia, preços exorbitantes!”.

Estou convencido disso [de que Belo Monte é a expressão da violação de direitos]! Exatamente por duas razões: a primeira, porque a legislação ambientalista parece no Brasil não ter valor nenhum e segunda por violação direta da Constituição Federal e da OIT [Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho], da qual o Brasil é signatário, que prevê, que antes de um empreendimento dessa monta ser implantado, uma consulta, que merece o nome de “Oitiva”, dos povos indígenas, o que não aconteceu. (...) O IBAMA exigia primeiro o cumprimento de 40 condicionantes e a FUNAI, senão me engano, 23, sendo ao todo 63 condicionantes. Essas condicionantes deveriam ser cumpridas antes da extração do canteiro de obras. Isso não foi feito! Simplesmente, modificam o projeto e disseram que não, “não precisa ser cumprida antes da extração do canteiro de obras, mas ao longo da própria obra. Então, concomitante, se fará aquilo que as condicionantes exigirem”. Isso não está acontecendo! Só em parte, porque a gente não pode dizer quais condicionantes foram cumpridas. Aqui e acolá, estão construindo alguma coisa, posso informar o posto médico, mas no todo, olhando Altamira no todo, Altamira tá num caos em todos os sentidos: saúde, educação, moradia, preços exorbitantes! (informação verbal)<sup>287</sup>.

O representante da SDDH-PA reconhece que esse empreendimento de Belo Monte vem se constituindo numa batalha judicial, tendo como marca um “processo de judicialização” que cerca essa obra, visto que ela é caracterizada por um “conjunto de irregularidades”, ferindo a Constituição Federal e Tratados Internacionais.

O EIA-Rima foi feito de acordo com os interesses das empresas interessadas no projeto, desconsiderando a isenção e um criterioso estudo amplo e complexo de impacto socioambiental, isto é, reduzindo ou subestimando o impacto que a obra iria causar; o que fere a Constituição Federal e a Legislação Ambiental. A não realização de consulta prévia aos povos e populações/comunidades que seriam atingidas pela barragem e o comprometimento das audiências públicas são outros exemplos (informação verbal)<sup>288</sup>.

Uma liderança indígena Juruna da região e integrante do MXVPS, que nos deu entrevista, argumenta, seguindo essa linha da violação de direitos, que “Belo Monte tá sendo construída ferindo de morte a Constituição Federal”. Ela crítica as próprias contradições e “brechas” da Constituição Federal, que abrem caminho para violação dos direitos dos povos indígenas e perda de seus territórios para construção de empreendimentos como Belo Monte e exploração de minério.

Belo Monte tá sendo construída ferindo de morte a Constituição Federal. Por isso, que eu te falo: ela é contraditória! Então, essa brecha que ela deixa é pra esses precedentes aí! A gente poderia estar vislumbrando: “Olha, temos nossas terras reconhecidas!”. Mas de que forma tá garantindo nossa

<sup>287</sup> JCXT. **Entrevista**. [jun. 2013]. Entrevistador: Sérgio Roberto Moraes Corrêa. 2013.

<sup>288</sup> DHXT. **Entrevista**. [jun. 2012]. Entrevistador: Sérgio Roberto Moraes Corrêa. 2012.

terra? Por que ele [governo federal] abriu a brecha muito grande pra entrar o que ele quiser fazer, mineração e tudo mais lá [no local onde está sendo construída Belo Monte]. Quer dizer, foi bom pra nós? Analisando bem, não foi bom pra nós (informação verbal)<sup>289</sup>.

Sobre a exploração mineral pela empresa canadense Belo Sun nessa região da Volta Grande do Xingu, um ativista do CMXV relata:

Então, a gente tem essa preocupação muito grande lá e assim como aconteceu em Altamira, em que o rio Xingu foi cortado no meio, aqui na Volta Grande, justamente pra criar o sequeiro pra que a Belo Sun [de origem Canadense] pudesse se instalar aqui e pudesse fazer a operação de mineração aqui (informação verbal)<sup>290</sup>.

Ao tratar da relação “Estado e Empresa”, para levar a cabo a construção de Belo Monte, a liderança do MMCC e da FVPP avalia que se trata de uma relação “muito ruim” entre o público e privado, o que aponta um sinal preocupante de desfiguração da coisa pública e da cidadania, posto a sua submissão e instrumentalização ao interesse de pequenos grupos privados e políticos, para reprodução de privilégios e carências em detrimento da garantia da cidadania e do enfretamento das desigualdades sociais. Nesse caso, ela chama atenção para o que ocorre em nível mais local, na relação entre prefeituras e a empresa Norte Energia, demarcando uma distorção de papéis e submissão do público ao privado.

Eu acho uma relação muito promiscua! Não é de agora não, sempre! Olha, pra fazer o estudo [sobre Belo Monte], já tinha uma relação promiscua entre Estado e empresas. Agora, nesse caos todo que a gente tá vivendo, não quero ser pessimista, mas pode ter melhoria nas condições de vida na cidade. Se a gente tivesse uma outra conjuntura, mas do jeito que tá... Os prefeitos são também um bando de ordinário. A Norte Energia só dialoga com as prefeituras. Uma prefeitura vem e diz quero um carro, a Norte Energia vai e dá, vem outra e pede outra coisa, ela vai lá e compra... Essa é uma relação muito escrota, sabe? O grande desafio e problema grave na região é que você não sabe quem é o dono da política pública, o responsável. Por que se você vai com uma instituição, ela diz: “Isso é com a Norte Energia”. Então, é uma grande confusão, sabe? Em 2006, saiu um jornal com essa gangue de prefeitos da região, defendendo Belo Monte, agora aparece uns contra à obra. A discussão não pode ser colocada só no plano federal, porque se a gente tivesse prefeituras diferentes, comprometidas com a população, a situação não estaria assim, tão difícil. O plano municipal é também muito importante. É aqui que a gente tá, é aqui que a gente vive. A gente não vive em Brasília. É preciso fazer essa leitura urgente nesse plano mais imediato (informação verbal)<sup>291</sup>.

Ao relatar que o Estado distorce seu papel, transferindo algumas de suas funções para a Empresa Norte Energia, um ativista do CMXV destaca a inversão de papéis entre o público

<sup>289</sup> CJXT. **Entrevista**. [jun. 2012]. Entrevistador: Sérgio Roberto Moraes Corrêa. 2012.

<sup>290</sup> MCXV. **Entrevista**. [mai. 2013]. Entrevistador: Sérgio Roberto Moraes Corrêa. 2013.

<sup>291</sup> TMTX. **Entrevista**. [jun. 2012]. Entrevistador: Sérgio Roberto Moraes Corrêa. 2012.

e privado, como elemento marcante do empreendimento de Belo Monte, que se apresenta “como moeda de troca” com marcas de violência institucionalizada e simbólica. “É uma política perversa de mais, perversa, porque ela moí, ela moí as pessoas, ela destrói as pessoas” Mas, ele entende que “direito” (educação, saúde, segurança...) “não se negocia”. Nesse caso, as condicionantes e compensações não podem justificar o licenciamento e nem a construção de Belo Monte.

Então, o Estado abriu mão de várias de suas prerrogativas e terceirizou isso pra empresa. O Estado abriu mão pra que a empresa fizesse isso, pra que a empresa ficasse bem com a comunidade: “Nós estamos fazendo isso, por isso a obra vai ter que sair”. Belo Monte não é política pública, velho! Não é assim: “Vamos negociar isso!”. Isso não negocia! Porque educação, saúde e segurança, é inegociável, isso é direito! Você não vai receber isso só porque vai fazer a barragem, isso tinha que ter vindo antes de barragem, antes de qualquer coisa, sabe? Agora, virou moeda de troca: “Pra eu ter acesso à água encanada, eu preciso apoiar a barragem”. Sabe é um absurdo a lógica que se criou. É uma política perversa de mais! Perversa, porque ela moí, ela moí as pessoas, ela destrói as pessoas, ao ponto do cara falar pra mim: “Olha, eu sou contra Belo Monte, mas se eu for pra rua com vocês falar, vão demitir meu primo, minha prima, vão demitir minha mulher e não vão pagar a indenização do meu lote” (informação verbal)<sup>292</sup>.

Ao dizer porque se posiciona, hoje, “contra o empreendimento”, a liderança da comunidade extrativista pesqueira de Vitória do Xingu assinala a falta de transparência do repasse dos recursos e dos investimentos no município. Ele apresenta, na entrevista, o documento do Ministério Público, investigando a prefeitura municipal de Vitória do Xingu sobre desvio de dinheiro público.

Olha, 93% do empreendimento é nesse município de Vitória do Xingu, começa pela CCBM [Consórcio Construtor Belo Monte]. A CCBM não tem um escritório na sede do município, que era pra ter, eu já me informei e por lei teria de ter. Então, se ela tá funcionando em Altamira, ela tá funcionando com o comprovante de residência daqui [Vitória do Xingu]. O Ministério Público [ele mostra o documento] tá acusando o gestor daqui [a prefeitura] que tem sete milhões que foi investido na malária. Você vai num posto de saúde não tem médico, quando tem médico passa um remédio, não tem na farmácia básica. Olha isso aqui não sou eu que tô dizendo, é o ministério público: “Um milhão e duzentos mil na saúde”. Confere a saúde do município pra ver se tá sendo investido isso! Não tem, moço! Nem médico tem! Como é que nós vamos ser a favor dum negócio desse? Se o empreendimento tá passando isso pras prefeituras, esse investimento não tá chegando aqui! A nossa Câmara dos Vereadores com o nosso prefeito diminuíram o ISS das empresas de 5% pra 2%, mas se eu quiser construir uma casa bem aí, eu tenho que pagar os 5%. Eu tenho que pagar os 5%, mas o empreendimento desse tá pagando 2% (informação verbal)<sup>293</sup>.

<sup>292</sup>MCXV. **Entrevista**. [mai. 2013]. Entrevistador: Sérgio Roberto Moraes Corrêa. 2013.

<sup>293</sup>FVX. **Entrevista**. [jun. 2013]. Entrevistador: Sérgio Roberto Moraes Corrêa. 2013.

Como parte desse cenário, a liderança do MMCC e da FVPP frisa, ainda, o estado de “sofrimento” dos movimentos e organizações sociais contrárias a esse projeto, por conta do trabalho “ideológico”, através dos meios de comunicação, em torno do “desenvolvimento” que essa obra representa, rotulando os críticos do projeto como aqueles que não querem o desenvolvimento e progresso da região. Como marca disso, ela denuncia a prática de “criminalização dos movimentos sociais”.

Aqui, nós sofremos uma questão muito forte que foi essa questão ideológica, que é essa coisa do “desenvolvimento”, como por exemplo: “Você não quer Belo Monte, então, você é contra o progresso na região”; “Quem é contra Belo Monte é contra o desenvolvimento na região”. Então, isso é muito forte, essa taxação influenciou as pessoas a não entenderem a nossa [dos movimentos contrários à obra] mensagem. Isso influenciou e foi muito ruim pra gente, porque essa taxação era na mídia local, na rádio, na televisão. Isso foi ruim e tá sendo! Mas, como essa situação problemática que a gente denunciou já é uma realidade, a gente anda na rua hoje, algumas pessoas vêm e diz: “Ah, vocês têm razão”! Então, essa questão ideológica atrapalhou muito. Essa criminalização [dos movimentos e organizações]. Porque, quem é que não quer desenvolvimento? Só se for uma pessoa muito ruim! [risos], mas o desenvolvimento de que jeito? Como? Pra quem? Então, isso é muito forte, cara! (informação verbal)<sup>294</sup>.

Sobre essa problemática, Magalhães e Hernández (2011) chamam atenção para

(...) os riscos contidos na concentração de um discurso que tenta subsumir as violações constitucionais e infraconstitucionais, bem como deslegitimar o discurso de grupos sociais que se opõem às políticas oficiais de desenvolvimento, por meio de um argumento genérico e abstrato pautado em um suposto benefício público ou bem comum (MAGALHÃES; HERNÁNDEZ, 2011, p. 80).

No percurso traçado nesse capítulo, é possível verificar múltiplos “campos de batalha” que cercam esse projeto/empreendimento de Belo Monte, um conjunto amplo e complexo de agentes, concepções, posições e polêmicas, que exprimem profundas tensões e conflitos. Belo Monte, como parte inerente do padrão de desenvolvimento hegemônico, recompõe um véis histórico desenvolvimentista, mas demonstra forte nexos com o mercado (nacional e transnacional), que avança sobre os recursos naturais, terras e territórios de povos e comunidades tradicionais e camponesas, com a forte presença e anuência do Estado brasileiro, injetando vultosos investimentos públicos e recodificando os marcos regulatórios. Isso tem sido denunciado como exemplo de violações aos marcos legais e aos direitos humanos, para levar à frente esse padrão neodesenvolvimentista, que visa impulsionar seu crescimento à “luz” da reprimarização com as *commodities*, (re)introduzindo a Amazônia

<sup>294</sup>TMTX. **Entrevista**. [jun. 2012]. Entrevistador: Sérgio Roberto Moraes Corrêa. 2012.

como uma *fronteira* em expansão, reproduzindo, assim, seu *status* de periferia da semiperiferia do capitalismo e do centro dominante capitalista.

Nesse quadro, é possível identificar que esse empreendimento de Belo Monte vem sendo marcado, fortemente, por disputas e correlações de poder estruturalmente assimétricas pelo uso, apropriação, controle e significação do território e da natureza para produção e reprodução social de modos de existir e sentir, de pensar e ser e de se relacionar com a natureza. Isto é, esse empreendimento expressa um campo de conflitos socioambiental por padrões e processos de se produzir material e simbolicamente, contudo, marcadamente hegemônico pela dinâmica capitalista e colonialista, que expropria e exclui e que transforma os *bens comuns* (públicos) em bens de valor de troca, sob a prática da violência institucional e simbólica, desfigurando a cidadania e o sentido público e democrático das instituições e relações na sociedade brasileira.

No tocante a isso, Zhouri e Oliveira (2007) destacam:

O resultado dessa dinâmica [hegemônica de grandes empreendimentos] é a intensificação do uso de áreas economicamente marginais e a expansão da fronteira econômica do mercado sob territórios historicamente ocupados por agricultores familiares e minorias étnicas. Nessa medida, o que se tem é a conformação de zonas de conflito onde as assimetrias de poder que atravessam as relações entre os segmentos em disputa resvalam em processos violentos de expropriação das populações locais. Frente à organização de unidades de mobilização e resistência, setores do Estado brasileiro não raramente têm respondido às denúncias e reivindicações locais com ações repressoras (ZHOURI; OLIVEIRA, 2007, p. 121).

Esse avanço da *fronteira hidrelétrica*, em íntima e estratégica relação com outras frentes econômicas de expansão, é a expressão da territorialização da dinâmica dominante do capitalismo e do colonialismo, que explora e expropria os povos e grupos subalternos, reproduzindo desigualdades e desestruturando modos de vida, gerando, contraditoriamente ao discurso oficial (“desenvolvimento sustentável”), “territórios precários”, marcados por violações e exclusões – *desterritorialização* (HAESBAERT, 2004). Isso é um forte sinal, nos termos de Boaventura Santos (2007b), de um *fascismo territorial*, uma das formas do *fascismo social* contemporâneo.

(...) trata-se de novos territórios coloniais privados dentro de Estados que quase sempre estiveram sujeitos ao colonialismo europeu. Sob diferentes formas, a usurpação original de terras como prerrogativa do conquistador e a subsequente [sic] “privatização” das colônias encontram-se presentes na reprodução do fascismo territorial e, mais geralmente, nas relações entre terratenentes e camponeses sem terra (SANTOS, 2007b, p. 81).

Diante dessas contradições concretas, essa expansão da fronteira hidrelétrica, tendo como símbolo o AHE Belo Monte, não vem se processando sem lutas e resistências a esse

empreendimento e ao modelo de desenvolvimento que ele encarna. É essa pista que procuramos seguir para demarcar que esse modelo neodesenvolvimentista é a expressão da (te-des-re) territorialização hegemônica, mas que as lutas e resistências a esse paradigma podem apontar experiências contra-hegemônicas de *novas territorialidades* (PORTO-GONÇALVES, 2001).

Hoje, é possível defrontarmos-nos com a emergência de racionalidades *outras* tecidas a partir de *outros* modos de agir, pensar e sentir, seja na América Latina, na África, na Ásia, entre segmentos sociais não-ocidentais nos Estados Unidos, no Canadá e até mesmo na Europa, com diversas populações indígenas e de afrodescendentes, que clamam por se afirmar diante de um mundo que se acreditou superior porque baseado num conhecimento científico universal (imperial) que colonizou o pensamento científico em todo o mundo desqualificando outras formas de conhecimento (PORTO-GONÇALVES, 2001, p. 220).

Seguindo os sinais e as pistas das contradições e conflitos que esses empreendimentos e seu modelo neodesenvolvimentista produzem e expressam, é possível, também, capturar outras dinâmicas subterrâneas, não hegemônicas, a partir das resistências e lutas de movimentos e organizações sociais (SANTOS, 2003b; 2006). Conforme Santos (2006), essa problematização e desmistificação do discurso e do modelo hegemônicos ajudam a identificar experiências e perspectivas sociais invisibilizadas pela racionalidade “indolente” e pelo padrão capitalista, a fim de vizibilizar e conhecer novos saberes e representações sociais sobre essas questões energéticas e de desenvolvimento, demarcando a oportunidade de descolonizar a ciência e reinventá-la de forma intercultural a partir da periferia, da epistemologia do Sul, e colocar em cena novas faces, vozes e saberes plurais do *brasil profundo*, que desejam reinterpretá-lo e reinventá-lo.

Acsehrad (1997) lembra que é preciso atinar para o sentido e direção hegemônicos de modelo e discurso sustentáveis, que ocultam e invisibilizam um conjunto diverso de atores e experiências sociais na relação com o território e a natureza, protagonizando outros projetos. Sob essa perspectiva, ele sugere, criticando o paradigma ambiental determinista unilinear e excludente, atenção para a diversidade de usos e sentidos do território e dos recursos naturais, que exprimem outros modos de sociabilidade e “sustentabilidade”.

Colocar o debate sobre sustentabilidade fora dos marcos do determinismo ambiental significa, portanto, questionar a idéia de que o espaço e os recursos ambientais possam ter um único modo sustentável de uso, inscrito na própria natureza do território. A perspectiva não determinística pressupõe que se diferencie socialmente a temporalidade dos elementos da base material do desenvolvimento. Ou seja, que se reconheça que há vários modos sociais das coisas durarem” (ACSELRAD, 1997, p.15).



## 5 MOVIMENTO XINGU VIVO PARA SEMPRE: O QUE SUAS LUTAS E RESISTÊNCIAS TÊM A REVELAR?

*“Nós, que mantivemos protegidas as florestas e seus recursos naturais em nossos territórios, em meio à destruição que tem sangrado a Amazônia, nos sentimos afrontados em nossa dignidade e desrespeitados em nossos direitos fundamentais com a projeção, por parte do Estado Brasileiro e de grupos privados, da construção de barragens no Xingu e em seus afluentes, a exemplo da hidrelétrica de Belo Monte. Em nenhum momento nos perguntaram o que queríamos para o nosso futuro. Em nenhum momento nos ouviram sobre a construção de hidrelétricas. Nem mesmo os povos indígenas, que têm esse direito garantido em lei, foram consultados. Mesmo assim, Belo Monte vem sendo apresentada pelo governo como fato consumado, embora sua viabilidade seja questionada”.*

*(Trecho da Carta “Xingu Vivo para Sempre” - 2008)*

Nesse último capítulo, apresentamos e analisamos os dados da pesquisa documental, bibliográfica e de campo, que focalizam as lutas e resistências sociais do Movimento Xingu Vivo para Sempre (MXVPS), frente ao Projeto/empreendimento de Aproveitamento Hidrelétrico Belo Monte e ao modelo de desenvolvimento em que esse projeto se assenta. É possível identificar, por meio da constituição histórica do Movimento Xingu Vivo e de sua *agenda* e ação de luta, a existência de um campo de resistência amplo, heterogêneo e complexo, demarcando um posicionamento crítico e contestador ao modelo energético e de desenvolvimento dominante. É possível, também, verificar que esse campo de resistência é atravessado por conflitos internos, que está em movimento, se metamorfoseando de acordo com a conjuntura e relações de poder em jogo interna e externamente, o que sugere que ele não está dado, mas em construção de forma tensa e conflitiva, expressando limites e possibilidades, recuos e avanços, permanências e mudanças. Nesse processo de luta e resistência, o MXVPS encontra e enfrenta tanto “perdas” e “derrotas”, quanto expressa a “vontade” e a busca de construir novos horizontes, apresentando *sinais* e *pistas* de um caminho contra-hegemônico de desenvolvimento da Amazônia/Brasil a partir de um *brasil profundo*. Isso expõe e ajuda a trazer a público sinais e pistas da existência de padrões de desenvolvimento em disputa, inscrevendo, assim, uma pulsante arena de conflitos socioterritoriais e ambientais, mas em relações de poder estruturalmente desiguais.

## 5.1 BASES HISTÓRICAS DA CONSTITUIÇÃO DO MOVIMENTO XINGU VIVO PARA SEMPRE

Como visto, as contradições e conflitualidades, que cercam o empreendimento hidrelétrico de Belo Monte, fazem dele um campo de disputas em que estão inseridos diversos e múltiplos atores sociais, em múltiplas dimensões (social, política, econômica, científico-cultural, jurídica e ambiental) e escalas socioterritoriais (local, nacional, regional e global).

No processo de (re)ocupação planejada do espaço do Xingu pelo Estado brasileiro, tomando como recorte o final dos anos 60 e início dos 70 do século XX, com o advento dos grandes projetos no período da ditadura civil-militar, impôs-se uma política a ferro e fogo de ordenamento e gestão territorial, de disciplinamento e controle de *cima* para baixo e de *fora* para dentro, constituindo, por consequência, um território marcado por forte hierarquização funcional, muitas contradições e conflitos, palco de intensas disputas pelo controle e uso desse território e dos recursos naturais, envolvendo um conjunto diverso de atores sociais: povos indígenas e comunidades tradicionais, igreja católica (Prelazia do Xingu), o Estado (por meio de diversos órgãos e instâncias), empresas, fazendeiros, madeireiros, trabalhadores e trabalhadoras rurais, posseiros, grileiros...

Os “Cavalos de Tróia” (como metáforas dos grandes projetos da “modernização”) chegavam à fronteira amazônica rasgando-a, à luz do cálculo racional do Estado desenvolvimentista e do interesse do grande capital nacional e internacional, sob a alegação e defesa da “integração” e “segurança nacional”, a fim de conduzir a região à “modernização” e ao “progresso” do “mundo civilizado” capitalista, para superar, assim, o seu estado rural “primitivo” e seu “isolamento”, sua pobreza e miséria, traços do seu “atraso” e do impedimento do “desenvolvimento” da região e da nação.

Os “Cavalos de Tróia” conformaram grandes enclaves, produzindo uma ocupação territorial desordenada e um quadro social marcado por profunda desigualdade social, exclusão e injustiça, além de um cenário ambiental arrasador. “Uma modernização às avessas” (LOUREIRO, 2001) se impôs sobre a fronteira amazônica, expropriando os povos tradicionais e comunidades camponesas de suas terras e territórios, explorando a força de trabalho e pilhando os recursos naturais, reproduzindo, assim, um sistema mundo moderno-colonial. Contudo, mesmo diante desse cenário da ditadura em nível nacional, as lutas e resistências sociais tentaram furar “o cerco fechado” e jogar luzes sob outras perspectivas, para demarcar possíveis brechas e saídas. No caso das regiões do Xingu e da Transamazônica, as lutas e resistências de movimentos e organizações sindicais de trabalhadores rurais, com o envolvimento e suporte da igreja católica, assumem um papel decisivo.

Em 27 de agosto de 1972, foi inaugurada a Rodovia Transamazônica (BR-230), como parte de um conjunto mais amplo e complexo de investimentos em infraestrutura, sendo projetada para atravessar a Amazônia no sentido Leste-Oeste e Norte-sul<sup>295</sup>. Intimamente articulados com tais investimentos foram implantados, em 1970, os Projetos Oficiais de Colonização inscritos, estrategicamente, no Plano de Integração Nacional (PIN), coordenados pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Essa “colonização” era, segundo Becker (1998, p. 31), “uma estratégia de distribuição controlada de terra”.

Ao se referir a esse contexto, em particular ao grande projeto da Transamazônica, uma liderança religiosa da região, entrevistada por nós, fala da representação esperançosa de “progresso” presente no seio da população local em torno desse projeto.

Antes da Transamazônica, Altamira era uma cidade esquecida no meio da mata, à beira do Xingu. Pessoal até falava: “Altamira não tem vez”; “Altamira não tem futuro!” e por aí vai. Pessoal meio desanimado. Tinha o comércio local, exploração de seringa e castanha do Pará e pescado e por aí vai... Mas, Altamira não tinha uma vocação definida. Era qualquer cidadezinha do interior. Altamira era esquecida e mal assistida. As viagens a gente fazia por água, por ar, a Transamazônica não existia. Depois, veio a Transamazônica. Eu me lembro dum compadre meu, eu sou padrinho do filho dele, ele veio e disse: “Olha, agora, Altamira vai mudar!”. Ele era do Correios e, naquele tempo, se usava o código morse, ele disse: “Olhe, vem um tal de infra, que eu não sei nem o que é!!! Vão implantar aqui um sistema de colonização, que nunca foi visto. Vai chover dinheiro aqui na cidade!”. Aí perguntei: “Mas, se tanta gente aparecer com isso?”. Ele respondeu: “Vai ser agora!”. De fato, nos anos [19]70, o governo [militar] deu luz verde para a construção da Transamazônica (informação verbal)<sup>296</sup>.

Com esse projeto vieram, também, os projetos de colonização e uma intensa migração. No tocante a esses aspectos, JCXT relata e revela implicações do antes e do depois desses projetos para essa região, suas contradições e um terreno propício para a gestação de conflitos em torno desse modelo desenvolvimentista.

E tem duas épocas de colonização. A primeira foi praticamente fracassada, porque eu acho que só ficaram 15% das famílias que trouxeram do Nordeste e de outros estados. A segunda colonização, depois, melhorou, o pessoal veio do Centro do Sul e, também, do Espírito Santo. Nessa segunda colonização, eles já trouxeram um pouco de capital, os primeiros não trouxeram capital, porque disseram que podiam deixar tudo lá, porque estava tudo providenciado aqui, que foi um engano. Aí mudou! Gente que entrou na Transamazônica foi receber consignado um lote, depois, não tinha infraestrutura necessária em termos de educação, saúde, transporte. Habitação ainda tinha, tinha essas agrovilas, mas ficaram, praticamente, entregues a própria sorte, o pessoal sofria muito e outros abandonaram.

<sup>295</sup> Esta rodovia, BR-230, constitui parte de uma arquitetura desenvolvimentista de “integração”, ordenamento e controle territorial, em que se inserem outras rodovias: a Cuiabá-Santarém (BR-163), Manaus-Porto Velho (BR-319), Perimetral Norte (BR-210) etc.

<sup>296</sup>JCXT. **Entrevista**. [jun. 2013]. Entrevistador: Sérgio Roberto Moraes Corrêa. 2013.

Então, uns conseguiram voltar pra suas terras, outros incharam a periferia da cidade de Altamira. E aí então aumentou Altamira e Altamira virou, o que eu chamo, de uma cidade brasileiríssima! Porque tinha gente de todos estados. Eu era professor, como já falei, na sala de aula tinha uma menina loira de olhos verdes, o baiano, negro, uma mistura! Sobrenome alemães, polacos, italianos e sobrenomes, genuinamente, brasileiros e por aí vai... Então, Altamira mudou muito com a Transamazônica (informação verbal)<sup>297</sup>.

O mesmo entrevistado chama a atenção para os pontos *positivos* e *negativos* desse processo de migração para a cidade de Altamira.

Altamira, naquele tempo, perdeu, de um lado, a sua cultura, porque não era mais uma cidade paraense e nordestina, porque tinha muita influência nordestina, se chamava naquele tempo “Arrigo”, os soldados da borracha que vieram e se estabeleceram aqui. Então, Altamira era sempre diferente das outras cidades do Xingu, tinha sempre essa influência nordestina, dada pelos soldados da borracha. Então, a gente pode dizer que, por um lado, perdeu a sua característica paraense e nordestina, mas a gente pode ver, também, o lado positivo, porque vieram enriquecer as outras culturas brasileiras, enriquecer a cidade de Altamira. A gente não pode olhar só o lado negativo, mas tem muita gente boa que chegou aqui e hoje Altamira tem sua característica diria multirracial e multifacial, desde o gaúcho até o capichaba, mineiro, tudo, tudo... Isso é uma riqueza (informação verbal)<sup>298</sup>.

Outro entrevistado, ativista do Comitê Xingu Vivo, ao fazer menção ao empreendimento da Transamazônica, aponta para a carga *simbólica* e para a racionalidade instrumental dominante que ele carrega e a estratégia do regime em impor sobre a região um novo *ethos* e lógica de pensar e produzir, a fim de conceber e levar a cabo tal projeto desenvolvimentista, excluindo e destruindo as racionalidades e modos de se reproduzir dos grupos sociais subalternos.

(...) eu acho que a construção da Transamazônica tem um simbolismo muito grande. A inauguração da Transamazônica é o [presidente militar] Medici derrubando uma castanheira centenária, dizendo: “chegou o progresso!” é a “Terra sem homens pra homens sem terra”. E qual foi a grande sacada do sistema, do governo? Ocupar a Amazônia com pessoas que não tinham nenhum tipo de relação sentimental, afetiva, espiritual com a floresta e com a proposta de criar gado. Então, pra isso, o mato fede, “vamos derrubar tudo e vamos criar pasto” (informação verbal)<sup>299</sup>.

Isso sugere perceber que, nos termos de Santos (2001; 2006), o desenvolvimento capitalista, além de sua dimensão socioeconômica e política, carrega as dimensões científica e simbólico-culturais nesse processo de dominação, combinando capitalismo e colonialismo.

---

<sup>297</sup> Idem.

<sup>298</sup> Idem.

<sup>299</sup> MCXV. **Entrevista**. [mai. 2013]. Entrevistador: Sérgio Roberto Moraes Corrêa. 2013.

Em relação a esse processo de migração, nossos entrevistados relatam sua vinda para a região amazônica, em particular para a área de colonização dirigida da Transamazônica no Estado do Pará nesse período. Eles expressam bem esse trabalho ideológico de convencimento em torno do ideário desenvolvimentista, a fim de atrair migrantes em busca de “terra”, “trabalho”, “dinheiro”, “qualidade de vida”, “progresso” e “desenvolvimento”.

(...) O projeto, na época, o projeto de colonização da Transamazônica, ele atraiu, de fato, as famílias do Nordeste, do Centro-Oeste e do Sudeste [do Brasil], entendeu? Isso, por quê? Porque o governo militar dizia ser um grande projeto de reforma agrária e que este projeto, além de fazer a distribuição das terras, este projeto ia unir a Amazônia ao restante do Brasil, porque, na visão do governo militar, a Amazônia era uma parte isolada do Brasil, porque não tinham estradas que ligavam a Amazônia ao Brasil desenvolvido e que para desenvolver a Amazônia tem que ter a rodovia Transamazônica. Por isso, as promessas! Aí o jornal, a televisão, o rádio começou a dar pano ao projeto. Quem está lá [em Espírito Santo] e está sendo sufocado por fazendeiros, no nosso caso, a gente tinha um sítio muito pequeno. Nós pra eles [governo militar], já era a segunda remessa, mas a primeira remessa era aqueles sem terra mesmo. O INCRA [Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária] fez levantamento, cadastrou pessoas e vinha de avião! Olha só! Quem nunca voou na vida teve oportunidade de voar pra ser jogado aqui na Amazônia. “Vem para Amazônia para ficar rico, porque lá corre ouro pelo chão!”, “Homem sem terra, para terra sem homem”; “Vamos integrar para não entregar”. Por quê isso? Porque eles [governo militar] diziam que se não fizesse o desenvolvimento daquele projeto [Transamazônica] os países vizinhos tinham olho gordo na Amazônia brasileira e poderia invadir. Por isso, “integrar para não entregar”. Quer dizer é um convencimento muito forte! Se não houvesse Transamazônica, quer dizer, estaria deixando com que os países vizinhos invadissem a Amazônia... (informação verbal)<sup>300</sup>.

A gente ouvia muito no rádio, que a Transamazônica era uma coisa boa, tinha muita terra. Até existia [terra], mas tinha muita propaganda enganosa. Essa propaganda fez muita gente vir pra cá. E aí foi quando eu vim, fui atrás de uma terra. A gente veio numa mudança. Meu primo veio, veio o pai dele, veio três famílias. Veio três carros: um caminhão, uma Picape e uma Brasília, tudo carro próprio da família que veio, e eu vim no bolo da família da minha prima que era casada com esse cara [primo dele]. E aí como a gente vivia tudo junto, trabalhava tudo junto lá, no Espírito Santo, sempre convivia junto assim, aí me convidaram pra vir junto: “Ah, lá tu consegue uma terra!”. Eu disse: “Tudo bem”. Aí vim com eles (informação verbal)<sup>301</sup>.

Ao falar sobre a Transamazônica e a promessa de “progresso” e “desenvolvimento” que esse empreendimento propalava, uma liderança do MMCC e do MXVPS da região diz: “Aqui, nós somos um exemplo do mal desses projetos. Aí veio a abertura da Transamazônica, na década de 70, que foi um caos assim!!! O governo jogou aqui milhares de famílias de todos os estados desse Brasil, desse país”. Ela crítica que, longe desse

<sup>300</sup>NMXT. **Entrevista**. [jun. 2012]. Entrevistador: Sérgio Roberto Moraes Corrêa. 2012.

<sup>301</sup>CSAXT. **Entrevista**. [jun. 2013]. Entrevistador: Sérgio Roberto Moraes Corrêa. 2013.

empreendimento representar “desenvolvimento”, de fato, representou “colonização”, que expressa “uma história não contada” e acrescenta:

O governo dizia o *slogan*: “Terra sem homens para homens sem terra”, que foi uma tragédia! Mataram muitos índios. Até hoje meus ouvidos lembram da bomba que o governo mandou soltar aqui, no município de Brasil Novo, pra matar os indígenas. Claro que os indígenas, como sempre, foram colocados como os grandes obstáculos ao desenvolvimento! (...) Mas, o meio ambiente não só tem floresta, não! Tem as pessoas! Então, os indígenas eram o grande obstáculo pra passagem do piqui da Transamazônica, da estrada da Transamazônica. E essa região era só terras indígenas, era só aldeias indígenas e muito mais forte aqui em Brasil Novo e Medicilândia, que eram os índios Arara, que foram os mais trucidados, foram os mais massacrados, mortos. Também, eles [os Arara] atacavam os desbravadores, como eles chamavam, os que tavam abrindo a floresta pra fazer a rodovia, os invasores da estrada. Eles [os Arara] mataram alguns, mas eles [o governo] mataram muito mais. Essa bomba foi jogada pra exterminar mesmo os povos indígenas e espantar aqueles pra irem pra bem distante! Tanto é que esse povo, hoje, é um povo pequeno, é um povo que tem pouca gente ainda, eles foram praticamente exterminados. Dos que sobraram depois, ainda conseguiram pegar alguns e foram colocados nos quatro cantos da cidade, nos carros expostos para serem vistos pela população como “esses selvagens que impediam o desenvolvimento, que agora estavam sendo domesticados”. Esse foi um massacre terrível! Isso com os indígenas, porque essa é uma história que não é contada, e a morte, ainda, de centenas de milhares de famílias. Tem família que morreu todinha aqui em acidente. Antes de chegar no local pra ficar. Acidente na estrada por conta das condições precárias da estrada e do transporte; outros morreram de malária sem atendimento (informação verbal)<sup>302</sup>.

Benjamin (1986) sugere que é preciso recuperar memórias e desenterrar os “mortos”, varrendo a história a contrapelo, para (re)escrever as histórias não contadas. A narrativa acima é um flagrante exemplo de que muitos “mortos” e “mortas” precisam ser desenterrados para se reavivar memórias e se (re)contar a história da Amazônia e do Brasil sob uma outra perspectiva. A “morte” da memória e da história *dos vencidos* tem sido um importante trunfo para se reproduzir uma história contada por cima, *dos vencedores*, obstaculizando, assim, a reinvenção da história protagonizada pelas classes populares (THOMPSON, 2011, 2005). Portanto, desenterrar essas memórias e “mortos” implica, também, trazer à tona experiências e perspectivas “invisíveis” de compreender o mundo sob outras lentes e inspirar caminhos de fazê-lo diferente (SANTOS, 2006), isto é, reavivar o sentido de utopia histórica.

A racionalidade positivista, como base fundante desse modelo desenvolvimentista, toma a natureza como *inimiga* a ser dominada e os povos e comunidades tradicionais como *primitivos* a serem dominados e *civilizados*, para eliminar os “obstáculos” (povos e comunidades tradicionais e a natureza) e se alcançar o progresso e a modernização. Essa base

<sup>302</sup> MGXT. **Entrevista**. [jun. 2013]. Entrevistador: Sérgio Roberto Moraes Corrêa. 2013.

epistemológica positivista foi um importante trunfo para assentar uma gestão do território associando uma base econômica capitalista e uma lógica colonialista. Isso implicou impor como legítima uma racionalidade particular como universal, um padrão produtivo como modelo único, e, em contrapartida, deslegitimar e negar uma pluralidade de saberes e de modos de vida e de organização social, desperdiçando, por conseguinte, um conjunto de experiências e visões de mundo, provocando um *epistemicídio* (SANTOS, 2005b; 2006).

Ao se referir à promessa de *desenvolvimento* propagada pelo regime, através desses grandes projetos, uma liderança religiosa dessa região por nós entrevistada disse:

Naquele tempo, se dizia: “Agora vem o desenvolvimento, progresso, que ia chover dinheiro...”. E, de fato, veio gente de tudo quanto é canto, vieram aqueles aventureiros que aproveitaram o momento propício pra enriquecer, e depois caíram fora (...) Porém, a visão do desenvolvimento foi sempre uma visão equivocada, porque favoreceu uns em detrimento de outros. Também, na política, encheram a boca: “Agora vem progresso, agora vem o desenvolvimento” e acharam o desenvolvimento, no sentido, de ter mais dinheiro, mas as políticas sociais ficaram em segundo, terceiro, quarto planos e nós estamos pagando o preço muito caro até hoje, porque nunca foram aplicadas as políticas públicas, realmente em favor desse povo! (informação verbal)<sup>303</sup>.

Em face dessas condições contraditórias e degradantes de vida e trabalho e da violência institucional e simbólico-cultural, eclodiram lutas e resistências, de forma difusa e plural, envolvendo um conjunto diverso de atores sociais, sobretudo do campo. No caso da região do Xingu e da Transamazônica, um grupo da Igreja Católica (Prelazia do Xingu), orientado pela Teologia da Libertação, através das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), assume a condição de instância da sociedade civil protagonista desse processo de mobilização e organização de associações, movimentos e organizações sociais populares do campo e da cidade, para reivindicar e lutar por direitos, justiça social e democratização da sociedade.

Ao falar do papel da Igreja, em particular da Prelazia do Xingu, nesse processo de mobilização e organização da luta nessa região, uma liderança religiosa local, entrevistada por nós, considera inicialmente importante contextualizar esse processo de luta num cenário mais amplo da igreja e da Amazônia. No período de 24 a 30 de maio de 1972, ele destaca a realização da *Conferência dos Bispos em Santarém*, no Estado do Pará, considerando-a “um marco na história da Amazônia, da igreja na Amazônia”, em que foi decidido “fazer a encarnação da igreja na realidade amazônica e numa perspectiva de evangelização libertadora, levando em conta a experiência acumulada desse povo que tá aqui”<sup>304</sup>.

<sup>303</sup> JCXT. *Entrevista*. [jun. 2013]. Entrevistador: Sérgio Roberto Moraes Corrêa. 2013.

<sup>304</sup> No documento oficial da Igreja Católica, o “Encontro Inter-regional dos Bispos da Amazônia”, conforme denominado no texto, se constituiu em “um marco na caminhada da Pastoral desta imensa região”.

Quer dizer, a gente entendia a igreja não como algo que vem aqui de cima pra baixo e desfaz aquilo que tem, mas que a igreja vai aprender junto com o povo da Amazônia. Isso foi o primeiro passo. As prioridades são, então, a partir dessa visão da “encarnação da igreja na Amazônia”, no chão concreto da Amazônia, numa perspectiva libertadora. Esse povo tá todo amarrado, todo escravizado, de certa maneira, por estruturas, então, nós queríamos anunciar um povo livre, um povo que pauta sua vida pela busca da justiça, da fraternidade, da solidariedade e contra todo e qualquer tipo de violência e por aí vai... Então, iria se fortalecer ou fortificar as pequenas Comunidades Eclesiais de Base e essas CEBs se espalharam por tudo quanto é canto, especialmente aqui no Xingu (informação verbal)<sup>305</sup>.

Ao se considerar o contexto da época, a ditadura no país (e em alguns países da América Latina) e a Guerra Fria num plano global - dois eventos históricos relacionados -, essa iniciativa da ala progressista da igreja católica, assentada em duas diretrizes, (1) a *Encarnação na realidade*<sup>306</sup>, *pelo conhecimento e pela convivência com o povo, na simplicidade*; e (2) a *Evangelização libertadora*, revela uma perspectiva inovadora e crítica, que passa a compreender e a intervir na Amazônia sob um outro ângulo, dos pobres e excluídos: “anunciar um povo livre, um povo que pauta sua vida pela busca da justiça, da fraternidade, da solidariedade e contra todo e qualquer tipo de violência, e por aí vai...”. Essa era uma posição, não somente de crítica ao regime da época, mas de contraposição e contestação ao que ele encarnava como sociedade capitalista excludente, desigual e injusta.

Essa liderança relata que aí “começou uma outra visão de igreja”, sendo assentada em quatro *dimensões*: a *samaritana*; a *profética*; a *familiar* e a *orante*.

A dimensão samaritana: mútua ajuda, descobrir as dores alheias, o sofrimento do próximo, ajudas pontuais: “ninguém é tão pobre que não possa dar alguma coisa de si e ninguém é tão rico que não possa receber

---

Argumenta o texto: “As palavras do Papa Paulo VI ‘Cristo aponta para a Amazônia’ inspiraram as ‘Linhas prioritárias da Pastoral da Amazônia’. A partir do Concílio Vaticano II, da Conferência do Episcopado latino-americano em Medellín (1968) e ‘recolhendo a experiência e os anseios das bases’ a Igreja da Amazônia escolhe duas diretrizes básicas, (1) a *Encarnação na realidade, pelo conhecimento e pela convivência com o povo, na simplicidade*, e (2) a *Evangelização libertadora*, que orientam a definição das quatro prioridades da Pastoral da Amazônia: 1) *A formação de agentes de pastoral*: ‘deve considerar, em primeiro plano, os elementos locais, os autóctones. Ninguém melhor do que o homem do próprio meio tem condições para exercer a liderança dentro da comunidade’; 2) *As comunidades cristãs de base*: o documento cita Medellín: ‘A ‘Comunidade Cristã de Base’ é o primeiro e fundamental núcleo Eclesial’, ‘foco de evangelização’, ‘fator primordial de formação humana e desenvolvimento’. A paróquia há de descentralizar sua pastoral’; 3) *A pastoral indígena*: A Igreja na Amazônia está ‘cumprindo missão que lhe vem de Cristo e que a impele em busca, preferencialmente, dos agrupamentos mais frágeis, mais reduzidos e mais suscetíveis de esmagamento nos seus valores e no seu destino.’ O CIMI, há pouco criado em Brasília, é considerado ‘órgão providencial (...) a serviço do índio e das missões indígenas’; 4) *Estradas e outras frentes pioneiras*: ‘Nesta hora em que a Transamazônica e outras estradas estão empreendendo a integração e o desenvolvimento da vastíssima região em conexão com as hidrovias, novos problemas solicitam nossa atenção e nossas providências’” (“Santarém, 1972: ‘Cristo aponta para a Amazônia’”).

<sup>305</sup> JCXT. *Entrevista*. [jun. 2013]. Entrevistador: Sérgio Roberto Moraes Corrêa. 2013.

<sup>306</sup> Ele explica que *Encarnar* “significa não fazer a cabeça do povo, procurar que o povo assuma a sua confissão, ser protagonista. O povo, em sua comunidade, ser o protagonista de sua caminhada e nós estamos aqui, o bispo, o padre, o agente de pastoral, a serviço desse povo, dessa comunidade” (JCXT).



alguma coisa. Depois, a dimensão profética muito acentuada. A dimensão profética tem que dizer o que é justo e o que não é justo. Nós estamos defendendo o direito à dignidade humana e isso nós acreditamos num mundo justo e fraterno, que coincide com o reino de Deus, com a bíblia, com o evangelho. A terceira dimensão que é a família: quer dizer nós não somos apenas pessoas individuais, numa fila, nós somos família e todas as famílias que pertencem a uma comunidade eclesial de base, pode se dizer assim, formam uma grande família! A comunidade seria a família das famílias. A quarta dimensão é mais Contemplativa, orante, que o povo, também, tem que se abastecer da leitura da Bíblia, do aprofundamento da meditação da palavra de Deus. Isso que dá, por assim dizer, a força pra esse povo vencer, através da oração, da meditação da palavra de Deus o povo recebe de novo a energia pra tocar para frente (informação verbal)<sup>307</sup>.

Ele destaca, ainda, quatro *prioridades*, as CEBs, a formação dos leigos (como liderança religiosa e sociopolítica), a Questão Indígena<sup>308</sup> e os grandes projetos.

E aí, de fato, a primeira prioridade foram as Comunidades Eclesiais de Base e, claro, juntamente com isso, a formação dos leigos. A formação de leigos ajudando-os para se tornarem líderes naturais, porque eles são líderes naturais, mas para poderem exercer sua liderança em nível de igreja e, também, fora da igreja, quer dizer, no contexto social e político. A terceira prioridade foi a Questão Indígena, que já estava muito à tona já naquele tempo, também, junto com a Transamazônica. Era o tempo em que se queria fazer o “Estatuto do Índio” e os bispos achavam que poderiam falar, porque conheciam os índios melhor do que qualquer outra instituição. A quarta prioridade foram os grandes projetos. Os grandes projetos eram a Transamazônica e a Perimetral Norte, depois Calha Norte (informação verbal)<sup>309</sup>.

A partir dessa perspectiva “libertadora”, com as CEBs, o mesmo entrevistado fala que o papel do padre “mudou por completo”. Realça, por exemplo, a diferença entre o antes, “a Desobriga”, e o depois, com as CEBs. Na primeira, o trabalho religioso era orientado, estritamente, aos sacramentos na família e alheio às problemáticas sociais da sociedade. Sob tal referência, os padres mantêm uma relação de proximidade com o “patrão”, sendo obediente às estruturas sociais e institucionais hierárquicas e à sua conservação. Na segunda, a “comunidade” assume a condição nuclear de sedimentação da fé e organização social e política. O vínculo orgânico passava a ser com os “pobres” e “oprimidos”, isto é, nos termos

<sup>307</sup> Idem.

<sup>308</sup> Conforme Dom Erwin Kräutler, “em 23 de abril de 1972 foi fundado o Conselho Indigenista Missionário (CIMI), concretizando o sonho de missionários e bispos da Amazônia de ter ‘um centro coordenador das atividades dos missionários que labutam entre os índios, (...) um organismo que dê assistência jurídica aos missionários, promova a formação teológica e antropológica e o relacionamento dos missionários com a CNBB, com os órgãos governamentais, mormente a Fundação Nacional do Índio (FUNAI), e dos missionários entre si’. O CIMI terá grande influência na pastoral indigenista entre os povos indígenas da Amazônia. Tornar-se-á voz dos índios ameaçados em sua sobrevivência física e cultural, assumirá a defesa de suas terras ancestrais, estará presente ao lado e no meio destes povos, dando testemunho de um amor que vai até as últimas conseqüências, inclusive o martírio” (KRÄUTER, 2004).

<sup>309</sup> JCXT. *Entrevista*. [jun. 2013]. Entrevistador: Sérgio Roberto Moraes Corrêa. 2013.

de Gramsci, o padre assume a condição de “intelectual orgânico”, visando ajudar as classes populares a se organizar, se conscientizar e tomar posição política em defesa da “libertação”. Nos termos de Freire (1987), ao contrário do conformismo, a postura é de *problematização* da sociedade *com* os oprimidos, para develá-la, denunciá-la e transformá-la.

Para JCXT, as CEBs se constituem em uma experiência evangelizadora<sup>310</sup>, social e política, a partir das quais, e nas quais, encontram-se os “*embriões*” dos movimentos e organizações sociais populares do campo e da cidade, de resistência e luta por direitos e justiça social nessa região.

Antes era a Desobriga. A Desobriga significa que o padre pegava a lanchinha ou a sua canoa e ia visitar famílias, até 1970. Eu ainda fiz isso, no final da década de [19]60, fui a Gurupá, me lembro, nas férias escolares, passei um mês visitando famílias, isso ao longo dos rios. A Desobriga era batizar as crianças, abençoar os casamentos que já existiam e por aí vai... O Padre era praticamente uma pessoa que, enviado do senhor, ministrava o sacramento, mas não se metia assim em assuntos de injustiça, de distribuição equitativa, naquele tempo, já tinha os patrões que exploravam os pobres, mas isso não era assunto para a igreja. Inclusive, a gente [os padres] se hospedava na casa do patrão e o patrão chamava os fregueses. Aí então que era a missa e foi até o início dos anos [19]70. Aí mudou por completo [com as CEBs]! O padre não era mais aquele que anda de família em família. O padre ajuda o povo a se organizar como comunidade e, então, o centro é a comunidade e o padre está a serviço dessa comunidade. Logicamente, ministra os sacramentos, mas o enfoque é diferente. Tem padres que exageram um pouco: “Eu só vou lá quando tem comunidade!”. Praticamente, obrigou o povo a se organizar. Pedagogicamente, claro, isso tinha seu valor. De fato, pipocaram nos anos 70 as Comunidades em toda Prelazia e, concomitantemente, com a Transamazônica com a colonização, também, surgiram e se formam as comunidades. Então, era uma rede capilar (informação verbal)<sup>311</sup>.

Ao falar do papel da Prelazia do Xingu nesse processo de mobilização e organização da luta e “conscientização do povo”, que procurava “ajudar na mudança de que ‘política é coisa suja e não temos nada a ver’”, essa liderança religiosa relata:

Bom, a primeira coisa que..., a gente até usava essa expressão: “Nós temos que utilizar os instrumentos que nós temos à disposição”: Associações... surgiram todos os tipos de associações; os Sindicatos de Trabalhadores Rurais, depois o Sindicato dos Canavieiros, por exemplo em Medicilândia; depois, um e outro sentia-se chamado de entrar na política, no sentido de se candidatar pra ser vereador e constituição de partido político. Eu não vou dizer que a igreja fundou partidos políticos aqui, ela ajudou na

<sup>310</sup> Ele diz: “Evangelizar se entendia não apenas para anunciar a boa nova, anunciar a palavra de Deus. Evangelizar significava do mesmo jeito: testemunhar aquilo que eu acredito, ter aquela convicção, tem que saber que eu tô convicto disso; evangelizar é um serviço, nós servindo a esse povo que está marginalizado, explorado, excluído ou então tá sendo desrespeitado, como é o caso dos povos indígenas, porque são culturalmente diferentes. Então, são os pobres materialmente pobres, mas, também, os pobres em virtude de sua identidade, isto é, uma concepção de pobre que relaciona a dimensão material (econômico-social) à dimensão simbólico-cultural” (JCXT).

<sup>311</sup> Idem.

conscientização do povo, procurando ajudar na mudança de que “política é coisa suja e não temos nada haver” (informação verbal)<sup>312</sup>.

Nesse processo de “conscientização do povo”, ele relata a mudança que começou a perceber no comportamento e na mentalidade da população no tocante à participação política, apontando o florescimento e desenvolvimento de movimentos e organizações populares.

(...) e o político chegava aí, mandava matar o porco e trazia um engradado de cachaça e tava eleito, né?. Felizmente, o povo mudou: “aqui, não é desse jeito, não. Aqui, nós vamos votar em quem nós achamos mais digno e defende a nossa causa”. Mudou por completo. Antigamente, no trapiche lá embaixo da ponte, quando os barcos atracavam, o pessoal ficava de cócoras lá esperando [dos políticos] um engradado, festa, o porco, isso e aquilo outro... Depois, quando eles chegavam, eles estavam de pé na ponte e começaram a enfrentar: “não é por aí, não! Qual a sua proposta? O que o senhor vai fazer, como vai fazer?”. E de repente, surgiram do próprio meio das Comunidades [CEBs] lideranças que, depois, se manifestavam e entraram na política local (...) Associações de bairro, de mulheres. Primeiro surgiu o clube de mães, depois, já não era mais clube de mães, era associação na defesa da criança, associação em defesa disso, daquilo e daquele outro... (informação verbal)<sup>313</sup>.

Segundo ele, “aí que se criou um sistema, uma rede capilar, que, praticamente, quase todo mundo rezava na mesma cartilha”, isto é, constitui-se uma “unidade” entre esses diversos sujeitos coletivos emergentes em torno de uma agenda coletiva, que passava a ser construída a partir desse cotidiano, marcado pelas contradições, injustiças e desigualdades sociais, acentuadas com a Transamazônica, assumindo o setor progressista da igreja católica, via CEBs, forte presença e influência nessa agenda e constituição desse campo de resistência.

Uma liderança do MMCC e do MXVPS da região, entrevistada por nós, diz que as condições concretas de “precarização de vida e trabalho na Transamazônica” motivaram à luta, mobilização e organização, assumindo a Prelazia do Xingu, através das CEBs, papel fundamental nesse processo: “tiveram, então, que se organizar, através das CEBs, se unir, refletir e se organizar pra lutar por direitos aqui”. Ela destaca que, ainda, estavam “muito pouco organizadas”. Mas, também, ressalta que essas próprias situações concretas levaram à organização e ao “fortalecimento” das CEBs.

Muito pouco [organizadas]! Muito pouco! Esse foi um dos motivos, as condições precárias de vida e trabalho em que o governo militar deixou as famílias migrantes nessa região, bem lembrado, da organização e do alicerce e fortalecimento das CEBs (...). Aí quem não morreu de acidente, quem não morreu de malária, quem não morreu de outras doenças, porque não tinha como tratar e não tinha mais condições pra voltar de onde vieram, de suas terras, tiveram, então, que se organizar, através das CEBs, se unir, refletir e se organizar pra lutar por direitos aqui. Tinha até um *slogan* nosso que dizia:

---

<sup>312</sup> Idem.

<sup>313</sup> Idem.

“Se fazer a Transamazônica foi um erro, abandoná-la é um erro bem maior”. E aí foram muitas caminhadas e protestos aqui, em Belém, e Brasília (informação verbal)<sup>314</sup>.

Ao falar sobre as raízes da resistência e organização social popular dessa região, a partir da segunda metade da década de 70, essa mesma liderança reconhece a contribuição da igreja católica, através das CEBs, para sua formação cristã, social e política e dos movimentos e organizações sociais:

Voltei a estudar e fiz o magistério. Aí nessa época começou a militância e tinha todo esse exemplo da luta do meu pai e eu era muito praticante [da igreja católica], hoje estou mais afastada, mas me considero, ainda, muito [praticante] das CEBs, das Comunidades Eclesiais de Base, que era o tempo da Teologia da Libertação, com a efervescência das Comunidades Eclesiais de Base, com a prática da fé e da vida, né? Então, se faziam muitas reuniões nas famílias, nas comunidades, sempre, assim, à luz da palavra de Deus, da bíblia, e se refletia sobre os problemas que atingiam as comunidades, as pessoas... Isso foi na segunda metade da década de 70, 75. Então, as Comunidades Eclesiais de Base me deu muito alicerce e eu achava bacana, muito bacana ouvir as palavras de Deus e discutir os problemas e buscar ações pra resolver esses problemas (informação verbal)<sup>315</sup>.

Recorda, em tom alegre e com certo saudosismo, a constituição de vários movimentos, organizações sindicais rurais de trabalhadores e núcleos de partidos de esquerda de luta na região, mas adverte que alguns dos parlamentares que daí surgiram, hoje, “esqueceram” dessa trajetória.

Aí a gente fez muita coisa, né? (...) Foi a criação das Comunidades Eclesiais de Base, com ajuda da Prelazia do Xingu, que deu base para a criação dos movimentos aqui na região, dos sindicatos [de trabalhadores rurais], as organizações de mulheres, as associações de agricultores e por aí vai..., o SINTEP, o sindicato dos professores da educação pública, enfim.... E hoje, esses deputados da região eram todos das comunidades eclesiais de base, só que, agora, esqueceram (informação verbal)<sup>316</sup>.

Ela diz que somente depois, o PT, as ONGs, as universidades assumiram um papel nesse processo de mobilização e de organização da luta. E reforça: “Quem assumiu esse papel foi as CEBs da Prelazia do Xingu”. Lembra, ainda, e diferencia dois contextos, a do município de Ruropolis e de Altamira, destacando a contribuição do Sindicato de Trabalhadores Rurais (STRs) de Santarém, do oeste do Estado do Pará.

A princípio, iniciou lá em Ruropolis: Liga Gaucha, na comunidade gaucha, era do Avelino Ganzer, que morava lá. Aqui [Altamira] mesmo, foi a igreja a grande protagonista de mobilizar, de ajudar, dessa coisa de consciência. (...)

<sup>314</sup> MGXT. **Entrevista**. [jun. 2013]. Entrevistador: Sérgio Roberto Moraes Corrêa. 2013.

<sup>315</sup> Idem.

<sup>316</sup> Idem.

Na época, quem ajudou muito a região foi o sindicato [de trabalhadores rurais] de Santarém (informação verbal<sup>317</sup>)<sup>318</sup>.

Outra liderança da região, integrante do MMCC e do MXVPS, em entrevista concedida a nós, reconhece, também, a importância do papel da Prelazia do Xingu para mobilização e organização social e política dos movimentos sociais da região.

A igreja começou a fazer com que nós, lideranças, pudéssemos refletir a partir da palavra de Deus, essa questão das nossas necessidades. A igreja católica foi a base pra organização social e política dos movimentos. Ela foi o alicerce das discussões. Porque, nós íamos pra celebrar e a partir da palavra vinham as discussões de organizar e formar sindicatos, partido: “vamos fundar o movimento tal pra lutar por isso e mais aquilo”. Então, a igreja foi fundamental no alicerce do surgimento e da organização dos movimentos sociais (informação verbal)<sup>319</sup>.

Ao se referir à igreja, através da influência da Teologia da Libertação, em sua formação e na conquista do Sindicato de Trabalhadores Rurais, uma liderança do STRs e do Movimento Negro da região, que, também, integra o MXVPS, em entrevista a nós, relatou a construção do protagonismo sindical, buscando imprimir outra perspectiva política e ideológica.

A Teologia da Libertação é clara nesse sentido! E que não há fé sem a vida, é a fé e a vida junto, aí une tudo, porque quando você fala na fé e na vida, não há vida sem política. (...) Na minha vida tenho que me preocupar com a vida dos outros e aí, a partir de unir esse conhecimento de fé e vida aí parte para o social. Aí o sindicato dos trabalhadores rurais que estava nas mãos dos pelegos, quer dizer dos patrões, pegou em nome dos trabalhadores rurais, agora, é um colono, aqui em Altamira. Tomamos o sindicato. Deixou de ser um sindicato que tinha preocupação de dar uma esmola, uma assistência de consulta, aí nós colocamos um outro lado sindical: é isso assistencialismo, mas também é luta. O colono tem que se preocupar com o preço de seu produto, tem que criar um cenário político para também subir. A política faz parte do desenvolvimento e nós também, temos que ser votado, nosso papel não é só votar (informação verbal)<sup>320</sup>.

Uma liderança do MXVPS, em entrevista a nós, ao falar sobre essa “organização dos trabalhadores e trabalhadoras da região” e sobre a conquista dos STRs pelos trabalhadores e

<sup>317</sup> Idem.

<sup>318</sup> Conforme documento da FVPP (2006, p. 18), “Algumas lideranças regionais começavam a se destacar no Oeste da Transamazônica. Juntas, essas lideranças criaram a *Corrente Sindical Lavradores Unidos*, uma forte organização de oposição sindical de trabalhadores rurais, que compôs a primeira Diretoria de Trabalhadores Rurais de Santarém. A partir daí, foram criadas centenas de delegacias sindicais nas comunidades rurais que trabalhavam ações de grande expressão, tendo como bandeiras de luta a reivindicação por estradas, saúde, educação, terra e apoio à produção e comercialização. A corrente tinha entre os colonos da Transamazônica, da região hoje pertencente ao Município de Rurópolis, uma de suas principais bases de apoio. Como colonos da Transamazônica, havia agricultores, professores, pequenos comerciantes, religiosos, funcionários públicos, enfim todos os que enveredaram pelo difícil caminho de sobreviver na região. Desde o início dessa luta, campo e cidade se uniram nos momentos mais difíceis”.

<sup>319</sup> VMXT. *Entrevista*. [jun. 2012]. Entrevistador: Sérgio Roberto Moraes Corrêa. 2012.

<sup>320</sup> MNXT. *Entrevista*. [jun. 2012]. Entrevistador: Sérgio Roberto Moraes Corrêa. 2012.

trabalhadoras, identifica como “um momento bom!”, face ao cenário de ditadura e de controle e domínio dos STRs pelos “patrões” e pelo “governo”.

Aí veio uma parte boa, a organização, através das CEBs, dos trabalhadores e trabalhadoras da região, a tomada dos sindicatos, porque aqui o ex-prefeito daqui foi prefeito biônico, inclusive esse Juvenil, que hoje é prefeito [de Altamira, pelo PMDB], foi o primeiro prefeito biônico na época da ditadura militar, aqui! Então, os sindicatos eram todos dos patrões [no sentido de serem dominados pelo poder dos grandes proprietários de terra], eram tudo do governo, então, foi uma luta grande pros sindicatos se organizar pra tomar o sindicato. Esse foi um momento muito importante na região, fortalecido pelas Comunidades Eclesiais de Base, pelas organizações. Esse foi um momento bom! (informação verbal)<sup>321</sup>.

Um pescador da região, liderança da Comunidade Santo Antônio, e integrante do MXVPS, em entrevista a nós, reconhece a importância das CEBs, através da Prelazia do Xingu, para a organização social e política dessa comunidade, ainda que tenha se dado “tarde”. Ele lembra a contribuição do Bispo da Prelazia, Dom Erwin, e da Irmã Dorothy.

A nossa organização [da Comunidade Santo Antônio] e participação política já veio tarde. Veio com as CEBs, através da Prelazia do Xingu, do Bispo e da Irmã Dorothy. A Dorothy era nossa coordenadora quando a gente saía pra grandes assembleias. Na nossa assembleia, a gente representava como área, tinha nossa área e tinha outras áreas, que tinham as pessoas representando, ela era coordenadora da nossa área transleste. Às vezes a gente trabalhava em cima das prioridades na comunidade, como uma educação melhor, estrada, saúde, a reivindicação da melhoria da Transamazônica (informação verbal)<sup>322</sup>.

Ao dizer e reconhecer que “aí [nas CEBs] estão os embriões” dos movimentos e organizações populares da região, a liderança religiosa JCXT adverte e diz: “Agora, a Prelazia nunca entendia que era a dona desses movimentos, sua proprietária ou ‘dona do trecho’” (JCXT). Em relação a esse posicionamento da Prelazia, uma integrante do MMCC e do MXVPS ressalta a “força” que a igreja dava para “caminhar” quando percebia que os movimentos caminhavam com as “próprias pernas”, mas adverte já para as tensões e conflitos internos nos movimentos e organizações nascentes.

Então, quando a igreja percebeu que os movimentos estavam andando com as próprias pernas, deu força pra caminhar, porque tem gente dentro do movimento que tem outra intenção, né? Intenção diferente. Então, nem tudo é um mar de rosas dentro do movimento. Nós tivemos momentos tensos da luta, da caminhada, muitos conflitos internos (informação verbal)<sup>323</sup>.

Nesse sentido, é possível verificar, mesmo diante do “cerco fechado” e dos “anos de chumbo” do contexto de ditadura, a criação de *frestas*, como as CEBs, através desse setor

<sup>321</sup> MGXT. **Entrevista**. [jun. 2013]. Entrevistador: Sérgio Roberto Moraes Corrêa. 2013.

<sup>322</sup> CSAXT. **Entrevista**. [jun. 2013]. Entrevistador: Sérgio Roberto Moraes Corrêa. 2013.

<sup>323</sup> VMXT. **Entrevista**. [jun. 2012]. Entrevistador: Sérgio Roberto Moraes Corrêa. 2012.

progressista da igreja católica, ajudando a construir e reinventar uma sociedade civil, em particular seu campo de resistência e contra-hegemônico, que fora, em grande medida, asfíxiado e fraturado pela ditadura. As CEBs assumiram um papel importante na “conscientização” das classes populares, na sua organização social e política no campo e na cidade e na construção da sua cidadania (MAUÉS, 2010). Ajudaram a colocar em cena sujeitos “invisíveis” e “marginais” da sociedade, suas inquietações e problemáticas, desnudando uma estrutura social e política de contradições de classes e grupos sociais, contribuindo tanto para visibilizar novos atores sociais na trama da sociedade, como apontar sinais e pistas de novas experiências e perspectivas, concorrendo, significativamente, para a tessitura do campo democrático popular, naquele contexto em gestação no Brasil e na América Latina (LÖWY, 2000)<sup>324</sup>.

Com a redemocratização do país e com a criação e formalização da nova Carta Constitucional de 1988, fruto decisivo desse protagonismo do campo democrático e popular, ampliaram-se as conquistas e garantias de direitos e de participação, alargando-se e pluralizando-se o escopo institucional e social, recompondo-se a relação (fraturada e destroçada com a ditadura) entre sociedade e “Estado de Direito”, mas dentro de uma recomposição conservadora e de uma *transição inconclusa* (VIANNA, 2006a).

Nesse processo de mudanças e permanências, um campesinato atuante, por meio dos STRs, passava a protagonizar uma agenda em defesa da agricultura de base familiar na Transamazônica, denunciando um conjunto de problemas sociais e econômicos da região. Um integrante do STR e do MXVPS, entrevistado por nós, lembra com entusiasmo da criação e conquistas dos STRs, em vários municípios da Transamazônica, contribuindo para a construção de uma “unidade” e “força” de resistência na região.

Em Altamira, tomamos o sindicato que tava nas mãos dos patrões, os trabalhadores ganharam. Aí Brasil Novo [outro município dessa região], também, se emancipou, criou o seu sindicato [de trabalhadores rurais], Vitória do Xingu, também, e outros municípios... Aí todo mundo falava a mesma língua, aí pesou, entendeu? Quando nós íamos para Brasília, criava a

---

<sup>324</sup> As CEBs, como “encarnação” concreta de reflexão e ação, protagonizadas pela ala progressista da Igreja Católica, assentada na Teologia da Libertação, assumem um papel relevante tanto de resistência e de combate à ditadura no país (e na América Latina), quanto no seu processo de redemocratização, contribuindo para a mobilização e organização das classes populares do campo e da cidade, que passam a constituir e compor uma contra-hegemonia do campo democrático popular, edificando uma sociedade civil mais contraditória e tensa, orgânica e ativa no controle e na democratização do Estado e da sociedade. Nesse sentido, é possível identificar nessa experiência das CEBs, também, uma práxis ético-política e educativa popular, à luz de uma perspectiva de educação popular “libertadora e humanista” de Paulo Freire, orientada para emancipação social. Contudo, é, também, importante ressaltar as experiências diferentes que expressaram as CEBs e a Igreja Católica em sentido *latu* no Brasil e na América Latina nesse contexto (LÖWY, 2000), inclusive setores conservadores da igreja arregimentando e mobilizando segmentos sociais em apoio à ditadura e combate ao comunismo (NOVAES, 1997).

“Caravana” pra ir para Brasília, eram todos os municípios, de Novo Repartimento a Rurópolis, todos com representação sindical! (informação verbal)<sup>325</sup>.

Ele relata, contudo, que foi com o fim da ditadura que os movimentos sociais e sindicatos começaram a se “fortalecer”. Aponta a emergência de uma nova mentalidade cristã que ali se constituía e a construção local do PT como marcadores de um novo contexto histórico da região e do país.

Não houve assim um confronto mesmo [com o regime], mas era na técnica, porque a igreja, na época, pesou muito sobre isso daí! Aí quando a ditadura caiu, que foi em [19]85, com a entrada de Tancredo Neves, aí os movimentos populares estão começando a surgir. Daí, a partir de 87, 88, por aí, que a gente começou a se fortalecer. Aí já tinha uma mentalidade cristã diferente, a gente era da teologia da libertação, começou a criar o Partido dos Trabalhadores [PT], aí tinha aquela empolgação toda, que muitos diziam que era “o partido da igreja”. Então, tinha um cenário todo, nós éramos pesados e não tinha outra opção, tinha que ser assim! Aí projetamos o Zé Gerado, deputado federal hoje [pelo PT]. (...) aí começamos, aprendemos o caminho de Brasília. Lotávamos os ônibus aqui, fazíamos caravana aqui na Transamazônica, lotava dez, quinze ônibus e ia bater na porta de ministérios em Brasília. Isso na década de 80, meados de 80, no governo Collor de Melo nós tava no auge! No auge! (informação verbal)<sup>326</sup>.

Ainda sobre esse cenário, essa mesma liderança fala do desejo dos movimentos sociais em querer promover mudanças na região da Transamazônica diante das precárias condições socioeconômicas e políticas, assumindo os Sindicatos de Trabalhadores Rurais da região condição de protagonista para pressionar o Estado por garantia de direitos e políticas públicas.

Os movimentos queriam mudar a cara da Transamazônica, porque o povo não aguentava mais de sofrimento... Não tinha estrada, não tinha nada, não tinha nada...! Um abandono total até 88, 89... Começou a mudar um pouco quando nós começamos a aprender a bater na porta dos ministérios! A nossa pauta de reivindicações para Brasília era: energia, melhoramento da Transamazônica e crédito agrícola. A estrada, a gente não falava em asfaltamento, a nossa briga não era asfalto, era “melhoramento da Transamazônica”, quando começava a chover, ninguém andava mais nessa Transamazônica! (...) Tudo isso era encabeçado pelo sindicato dos trabalhadores rurais. Nós tivemos essa coragem a partir da organização sindical, que aí ela cresceu! (informação verbal)<sup>327</sup>.

Uma integrante do MMCC e MXVPS relata:

Era o sonho de ver a Transamazônica desenvolvida, porque nós não tínhamos estrada; nós não tínhamos direito à saúde; os travessões [da Transamazônica] eram precários de tudo. Era precária a situação na cidade,

<sup>325</sup> MNXT. **Entrevista**. [jun. 2012]. Entrevistador: Sérgio Roberto Moraes Corrêa. 2012.

<sup>326</sup> Idem.

<sup>327</sup> Idem.



mas principalmente nos travessões [espaço rural da região]; a falta de estrada, de infraestrutura (informação verbal)<sup>328</sup>.

Outra integrante do MMCC e do MXVPS, entrevistada por nós, ao discorrer sobre esse contexto de redemocratização, de criação do PT em Altamira (e em outros municípios da região) e sobre sua vinculação orgânica com ele, evidencia as conexões que se constituíam entre as CEBs, o PT, os STRs e as demais organizações e movimentos de resistência. O Partido dos Trabalhadores passou a reunir e congregar esse conjunto de ações coletivas, constituindo-se em uma *síntese* e expressão da “vontade coletiva” desses diversos atores sociais, levantando a defesa da agricultura familiar, a bandeira das políticas públicas, dos direitos e contra Belo Monte.

Então, em 1989, eu já militava no Partido [dos Trabalhadores], porque as CEBs dizia assim: “O militante comprometido com a justiça deve estar filiado a um partido político comprometido com a justiça”. Então, me filiei no PT [risos] por esse compromisso das CEBs. (...) Então, todos ergueram a bandeira, essa bandeira da agricultura familiar, a bandeira das políticas públicas, dos direitos e contra Belo Monte. Contra Kararaô na época e depois contra Belo Monte. Belo Monte não era o projeto pensado pelos trabalhadores, nem apoiados pelos trabalhadores nem pelas lideranças como projeto de desenvolvimento pra região, nunca foi (informação verbal)<sup>329</sup>.

No período de 31 de maio a 07 de junho de 1991, foi realizado o evento “A luta pela sobrevivência na Transamazônica”, promovido pelos movimentos e organizações sociais da região, no qual denunciaram e procuraram dar visibilidade, em nível estadual e nacional, ao “estado de abandono da Transamazônica”, discutindo temas sobre saúde, educação, crédito agrícola, meio ambiente, energia, urbanização e infraestrutura. Nesse momento, também, pautaram a defesa do “Projeto Global de Desenvolvimento da Transamazônica (PGDT)”, como expressão de uma construção coletiva. Nesse evento, foi oficializado o nome da organização representativa desses movimentos na região: *Movimento pela Sobrevivência da Transamazônica* (MPST). Conforme avaliação das lideranças, “esse nome carregava um apelo autêntico e identificado com os anseios da população, e potencializava a mobilização das amplas camadas insatisfeitas com o abandono” (FUNDAÇÃO..., 2006, p. 25)<sup>330</sup>.

Um professor da UFPA, campus de Altamira, e membro da Sociedade em Defesa dos Direitos Humanos (SDDH), que apoia e assessora o MXVPS, em entrevista a nós, referindo-se a esse contexto e ao papel da igreja na organização e mobilização dos movimentos,

<sup>328</sup> VMXT. **Entrevista**. [jun. 2012]. Entrevistador: Sérgio Roberto Moraes Corrêa. 2012.

<sup>329</sup> MGXT. **Entrevista**. [jun. 2013]. Entrevistador: Sérgio Roberto Moraes Corrêa. 2013.

<sup>330</sup> Em abril de 1991, foi realizado o primeiro Grito do Campo, um evento de mobilização do campesinato que surgiu no Estado do Pará. Em 1992, esse evento se expande para os estados da Amazônia e, em 1994, toma dimensão nacional, com a denominação de “Grito da Terra Brasil” (Idem, Op. Cit. p. 26).

sindicatos e partidos de esquerda na região, observa a relevância do papel das CEBs e a criação, nesse processo de luta, do Movimento pela Sobrevivência da Transamazônica.

Historicamente, a organização política dessa região surgiu com as CEBs. Não sou eu que digo, é a própria Antônia Melo, que é fruto das CEBs, Antônia Martins, que é fruto das CEBs, João Batista, que é fruto das CEBs... Uma série de pessoas, que hoje são políticos ou que têm alguma atuação política, é fruto das CEBs. A própria atuação da Prelazia, na década de 70, que veio organizar a luta do campo e aí depois você tem os sindicatos, uma concepção muito mais nova por influência de Santarém. Santarém trás essa discussão, o Zé Geraldo trás essa discussão, político dessa região que veio com o movimento sindical do campo, STRs e todas essas organizações têm uma concepção de esquerda, uma concepção bem marcante de marxismo e de luta política numa perspectiva de esquerda, que é sua trajetória. Obviamente, os movimentos que daí nascem, como o Movimento pela Sobrevivência da Transamazônica [MPST] (informação verbal)<sup>331</sup>.

De 1991 para 1992, surge a Fundação Viver Produzir e Preservar (FVPP), o “braço jurídico” do MPST.

Também nessa época surgiu a necessidade de o MPST ter uma personalidade jurídica. Essa discussão já vinha sendo amadurecida há algum tempo no sentido de que fosse criada uma Fundação que viabilizasse a captação de recursos e também o assessoramento técnico aos movimentos sociais da região. Então, em 1992, foi criada a Fundação Viver, Produzir e Preservar – FVPP –, que se tornou o “braço jurídico” do movimento social na região, fortemente representado pelo MPST (FVPP, 2006, p. 30).

Uma integrante do MMCC e do MXVPS, entrevistada por nós, ao discorrer sobre esse alargamento e redirecionamento dos movimentos na região, salienta a força “combativa” desses movimentos da Transamazônica; a emergência do PT, no campo da esquerda, advindo tanto das CEBs, como da experiência acumulada de luta dos movimentos e organizações sociais da região, que demonstram não somente sofrer influência das CEBs, mas, também, influenciar nestas;<sup>332</sup> e o nascimento, em 1991, da FVPP.

Então, tinha todo esse apoio, a luta era bastante forte, né? Porque era assim: todos os sindicatos são a base do PT, depois que saiu das mãos dos pelegos, que hoje voltou pras mãos dos pelegos de novo [risos], eram todos base do PT, as associações, também, praticamente, base do PT, o movimento que foi fundado em [19]91, a Fundação Viver Produzir e Preservar [FVPP], fundação jurídica desse movimento regional, que aglutinava todos esses movimentos da região: sindicatos, associações, movimento de mulheres, movimento jovem de agricultores, movimento da educação, por aí vai... A gente militava forte!!! Então, eram todos combativos, eram muito combativos contra todas essas coisas: violência, impunidade, a falta de políticas públicas, falta do Estado de Direito. Foram muitas lutas, muitas, muito mesmo, pra eleger alguém do PT! [O PT] Saiu também das CEBs, mas já com uma experiência de luta e articulação com movimentos, os sindicatos, as associações pra constituição do partido. Aí tinham os partidos

<sup>331</sup> DHXT. **Entrevista**. [jun. 2012]. Entrevistador: Sérgio Roberto Moraes Corrêa. 2012.

<sup>332</sup> Sobre esse especto ver Maués (2010).

de esquerda que apoiavam que eram o PC do B, outros partidos chamados de esquerda (informação verbal)<sup>333</sup>.

Ao falar sobre a criação do *Movimento de Mulheres Trabalhadoras de Altamira Campo/Cidade*, em 1991, essa liderança, mais uma vez, reafirma a íntima ligação com a Prelazia do Xingu, através das CEBs, e, também, chama a atenção para a realidade concreta de violência contra a mulher na região.

Eu sou da Organização das Mulheres: Movimento de Mulheres do Campo e da Cidade do Estado do Pará, MMCC, e aqui em Altamira, eu sou do Movimento de Mulheres Trabalhadoras de Altamira Campo/Cidade. É uma organização criada, eu sou uma das fundadoras, em 1991, exatamente no momento em que acontecia aqui, em Altamira e na região, muita violência, muita morte, muito assassinato das mulheres, né? Então, com a Campanha da Fraternidade da Igreja Católica: “A Mulher e o Homem a Imagem de Deus”, nós vendo a situação dos crimes contra as mulheres, da impunidade, essa violência tamanha, né?, nós juntamos um grupo de mulheres da igreja e, então, decidimos criar esse movimento e demos o nome de “Movimento de Mulheres Trabalhadoras de Altamira Campo/Cidade”. Aí somos filiadas ao MMCC Pará. Eu sou, também, da coordenação do MMCC Pará. Então, desde 91, que tem o movimento de mulheres, que tem o objetivo de lutar contra a impunidade, contra a violência contra as mulheres, né? Contra esses crimes muito perversos, então, que acontecia, que, claro ainda acontece até hoje, mas muito menos do que acontecia nessa época (informação verbal)<sup>334</sup>.

Ela lembra que a criação do MMCC de Altamira ocorreu no dia 08 de março de 1991, inscrevendo um momento nada comum e produzindo um estado de estranhamento no local:

Essa é uma data muito simbólica pra nós. Foi a primeira vez em que as mulheres foram às ruas aqui em Altamira. O pessoal ficou todo espantado: “O que é que essas mulheres tão fazendo na rua?”. Então, foi 08 de março de 1991. E aí participava conosco Brasil Novo. Brasil Novo, nessa época, não era [município] emancipado, ele fazia parte do município de Altamira. Foram as mulheres de Brasil Novo e nós aqui. E aí depois que foi emancipado [Brasil Novo], nós daqui [Altamira], o movimento de mulheres aqui contribuiu e ajudou, incentivou e sensibilizou a criar a organização de mulheres nos onze municípios aqui, que compõem a região da Transamazônica e Xingu. E, hoje, todos os municípios têm organizações de mulheres. Foi tudo fruto dessa época, dessa luta das mulheres contra a violência, contra a impunidade e por justiça! A violência doméstica era muito grande nessa época. Ainda é! Mas nessa época era assim letal mesmo! (informação verbal)<sup>335</sup>,<sup>336</sup>

<sup>333</sup> MGXT. **Entrevista**. [jun. 2013]. Entrevistador: Sérgio Roberto Moraes Corrêa. 2013.

<sup>334</sup> Idem.

<sup>335</sup> Idem.

<sup>336</sup> Essa liderança lembra de um *fato* marcante acontecido em Altamira: “Nessa mesma época, aconteceu um fato aqui [em Altamira] que ninguém esquece nunca, de violência, que foi ‘o Caso dos Emasculados’. (...) Foi o caso dos meninos de Altamira que foram emasculados e mortos, hoje, ficou um saldo, só que a gente sabe, de 26 meninos na faixa de 08 a 13 anos, onde tem três que tão totalmente emasculados, tiraram os órgãos genitais, que estão vivos, um parcialmente que está vivo, oito que foram assassinados e apareceram os corpos e quatro que sumiram e nunca apareceram, mas as famílias têm certeza de que eles foram também assassinados. Desaparecidos até hoje! (MGXT).

Ao salientar a relação com a Prelazia do Xingu, ela adverte, dizendo que a entidade “vinha de lá [da igreja], mas tinha autonomia própria e tudo pra trabalhar dentro dos objetivos da organização”. Fala, ainda, do valor dessa história de luta e resistência:

Tudo o que nós temos hoje aqui na região é fruto de nossa luta, dos trabalhadores e trabalhadoras, nada caiu do céu, não foi nada da bondade de governo nenhum! Foi tudo luta! Foi pressão! Temos uma universidade, hoje, luta nossa! Temos um hospital regional, hoje, luta nossa! Uma das questões muito importante, que foi o protagonismo, aqui, também, foram os agentes comunitários de saúde. Não existia, isso foi uma proposta nossa aqui (informação verbal<sup>337</sup>).<sup>338</sup>

No documento que narra a trajetória histórica de mobilização e organização desses movimentos sociais da Transamazônica, apresentam-se duas etapas, uma primeira identificada com “a organização da base, com o apoio da Igreja”, em que as CEBs se constituem como “o berçário onde nasceram as novas organizações, especialmente no período de 1972 a 1985”. Uma segunda deu-se a partir de 1987, com uma “nova estratégia do movimento social marcada pela regionalização das suas ações, embasamento das denúncias com pesquisas sócio-econômicas e pelo aumento da visibilidade, no âmbito nacional, dos problemas que atormentavam a população da Transamazônica” (FVPP, 2006)<sup>339</sup>.

Nesse momento, para Henchen e Magalhães (2012), inicia-se um *processo de ambientalização* nessa região, protagonizado pelos “mediadores camponeses” em parceria com as populações tradicionais (indígenas e ribeirinhos), e uma contenção ao avanço das frentes agropecuária, madeireira e mineral. Os autores identificam o momento fundante desse processo de ambientalização no *I Encontro dos Povos Indígenas do Xingu*, em 1989<sup>340</sup>:

A partir do momento em que os mediadores camponeses assumiram a tarefa de constituir uma organização federadora, o MPST, no final da década de 1980, formou-se uma nova configuração no cenário regional, e desta nova configuração de forças emergia um novo ator social, para o qual, o

<sup>337</sup> Idem.

<sup>338</sup> Além desses movimentos e organizações, essa liderança salienta a criação, também, nesse processo e contexto dos anos 90, do 1º Conselho Municipal de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente.

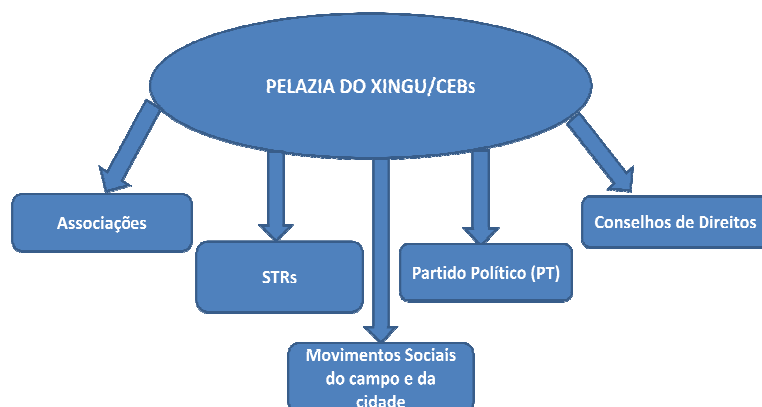
<sup>339</sup> “Esse período, que vai até o início da década de noventa. Em 1991, tem início o diálogo com o Governo na busca de alternativas e da diversificação das estratégias de produção das famílias e da condução do movimento social. Em 1995, começa a fase de *experimentação*, quando o movimento social passa a discutir alternativas de produção para um *desenvolvimento diferenciado*. A partir desse momento, o movimento passa efetivamente à experimentação através dos projetos com o apoio do PDA [Projetos Demonstrativos, parte do Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil], de valorização da reserva legal, e o Roça Sem Queima, com apoio da Coordenadoria de Agroextrativismo do MMA [Ministério do Meio Ambiente]” (FVPP, 2006, p. 16).

<sup>340</sup> “O que definimos como processo de ambientalização é um conjunto de ações práticas desenvolvidas pelo campesinato e a construção discursiva que visa dar legitimidade a tais práticas, tais conhecimentos, e, desta forma, favorecer o reconhecimento de tais práticas, para que estas possam ser usadas como trunfos, como objeto de barganha nos espaços deliberativos, nas mesas de negociação de demandas, ou, por ocasião das disputas para definir o caráter das intervenções da ação governamental” (HENCHN; MAGALHÃES, 2012, p. 10).

desenvolvimento sustentável significava, acima de tudo, sua própria subsistência enquanto categoria social. Tínhamos então na luta pela classificação, para impor uma ou outra forma de recortar o espaço social, para unificar ou dividir, a emergência do *camponês agroecológico*, testemunhado pelas iniciativas de proteção de nascentes de igarapés, pelos sistemas agro-florestais, pelas roças sem queimar, pelos grupos de camponeses produtores de cacau orgânico (HENCHEN; MAGALHÃES, 2012, p. 15).

Nesse percurso traçado até aqui, é possível identificar o papel que a Prelazia do Xingu assumiu, por meio das CEBs, como ponto ou nó de mobilização, organização e articulação de movimentos sociais, organizações sindicais e núcleos de partidos de esquerda de base democrático-popular, para lutar por direitos e justiça social na região da Transamazônica/Xingu. No esquema abaixo, ilustra-se a importância desse protagonismo da Prelazia do Xingu, através das CEBs, nesse processo de mobilização e organização de um conjunto diverso e amplo de sujeitos coletivos nessa região.

Quadro 12: Prelazia do Xingu/CEBs e Organização Social e Política



Todavia, é importante, também, destacar o surgimento de outros *entroncamentos* ou nós de relações nesse processo de luta e resistência na região, como os SRTs, o PT, o MMCC de Altamira, que não somente sofrem a influência dessa base de formação religiosa, mas a influenciam também, contribuindo para fazer emergir as questões ambiental, de gênero, territorial.

No que tange a esse aspecto, um ativista do CMXV, em entrevista a nós, sustenta que essas organizações religiosas assumem um papel fundamental no processo “de organização, resistência e conquista de direitos desses movimentos e povos, em particular no interior da Amazônia com o advento da teologia da libertação”.

Por exemplo, muitas pessoas do movimento de mulheres faziam parte da igreja, do sindicato [de trabalhadores rurais] faziam parte da igreja, mas ao mesmo tempo que fazia parte da igreja e tinha a filosofia e doutrina libertadora, também elas [organizações religiosas] eram influenciadas pelas estratégias e concepções dessas próprias organizações e movimentos

emergentes, por exemplo da organização sindical, da luta dos trabalhadores por terra. Então, a concepção de que os oprimidos deveriam tomar à frente e lutar pelos seus direitos ela se juntava às estratégias das organizações que faziam aquela luta específica, como o sindicato de trabalhadores rurais, claro dependendo de cada sindicato, de cada liderança (e a gente entra na questão do papel de que cada liderança exerce), o movimento de mulheres a partir da luta das mulheres por direitos, por respeito, por igualdade (...). Então, é sempre uma interação entre uma concepção específica da igreja católica e as ações concretas e específicas de cada organização, de cada movimento social, de cada fórum na sua luta específica. A igreja teve e tem um papel muito importante historicamente nessas articulações com as várias organizações e movimentos, avançando bastante (informações verbais)<sup>341</sup>.

Com isso, é possível dizer que esse caleidoscópio de movimentos, organizações sociais e entidades de base democrático-popular na região floresceu como resultante de alguns desses pontos de partida, entroncamentos e nós, tornando-se diverso e mais complexo, e, também, tenso e conflitivo internamente. Esse conjunto heterogêneo de movimentos sociais, do campo em particular, constitui-se, nesse processo histórico-social, numa forte expressão de resistência e elevação de pensamento e ação, demarcando um território de contradições e conflitos como face dos grandes projetos desenvolvimentistas *para* região, mas inscrevendo, também, outras dinâmicas socioterritoriais e simbólico-culturais como o *processo de ambientalização* em parceria com povos indígenas e comunidades ribeirinhas do Xingu (HENCHEN, 2012, HENCHEN; MAGALHÃES, 2012), demarcando “novas territorialidades” (PORTO-GONÇALVES, 2001) e experiências de resistência contra-hegemônica (SANTOS, 2006).

## 5.2 A RESISTÊNCIA INDÍGENA DO XINGU E A RECONFIGURAÇÃO DOS CONFLITOS SOCIAIS NA REGIÃO

O foco na trajetória dos movimentos e organizações sociais da Amazônia tem como propósito enunciar um fato histórico que influenciou e produziu mudanças no processo de luta e resistência na região da Transamazônica e do Xingu, de forma mais imediata, mas trazendo implicações para além dessa fronteira amazônica. Esse evento histórico é a emergência do protagonismo dos povos indígenas do Xingu na luta e resistência contra o Complexo Hidrelétrico do Xingu, em especial o projeto *Kararaô*, que se metamorfoseou no AHE Belo Monte, como vimos no capítulo anterior.

Talvez uma provocação possa ser feita, inicialmente: *como os povos indígenas dessa região se tornaram os protagonistas dessa luta contra o Kararaô, considerando o diverso*

---

<sup>341</sup> DCXV. **Entrevista**. [mar. 2012]. Entrevistador: Sérgio Roberto Moraes Corrêa. 2012.

*campo de resistência constituído por esse caleidoscópio de movimentos e organizações sociais populares no final da década de 80 e início da década de 90?*

Em face do avanço das frentes de expansão (agropecuária, madeireira, mineral), especialmente, com a frente hidrelétrica no Xingu, no contexto dos anos 80, esse território foi se tornando mais contraditório e conflitivo: de um lado, a herança ufanista desenvolvimentista da ditadura com os grandes projetos, que dados grupos, ainda, nutriam, em particular grandes proprietários rurais, políticos de direita, empresários e comerciantes; de outro, a ameaça, insegurança e preocupação que sentiam e viam outros grupos sociais, em especial os povos indígenas do Xingu, em relação aos seus territórios e modos de vida, que, sem informação adequada sobre tais projetos, mobilizam-se e articulam-se, junto com movimentos, partidos de esquerda e organizações sociais da Transamazônica, nacionais e internacionais, para requerer detalhes desses projetos e se posicionar frente ao Estado e à sociedade brasileiros e aos organismos internacionais financiadores desses projetos hidrelétricos<sup>342</sup>.

É importante, entretanto, frisar que a disposição estruturante e subjetiva entre esses campos de conflito não era rígida (por exemplo: entre ricos e pobres, entre classes capitalista e trabalhadora, entre esquerda e direita, entre indígena e branco, entre rural e urbano...), em torno dessa problemática. Cada campo expressava um terreno interno de disputa. Porém, tal projeto era marcado por uma correlação de poder entre classes e grupos sociais conflitantes.

É nessa trama que vai ocorrer o *1º Encontro dos Povos Indígenas do Xingu*, em Altamira, Estado do Pará, entre 20 e 25 de fevereiro de 1989. Essa foi uma resposta, na forma de protesto e de contestação, ao ideário desenvolvimentista da ditadura legado pela “Nova-República”, em particular seus megaempreendimentos hidrelétricos, em especial Kararaô.

Ao se referir aos primeiros anúncios sobre a resistência ao projeto Kararaô, uma liderança religiosa da Prelazia do Xingu, por nós entrevistada, aponta, além da ação política do regime articulada e combinada entre os grandes projetos voltados para essa região, o interesse “desconhecido” em identificar as forças sociais de resistência aí existentes.

Bem, tem uma história anterior ainda ao próprio encontro dos indígenas, que aconteceu em fevereiro de 1989 [em Altamira]. Eu me lembro, nos anos [19]70, já 75, 76, depois de a transamazônica ser iniciada, veio aqui uma senhora, eu não sei de que entidade ela veio, mas ela queria simplesmente descobrir, analisar, pesquisar quais eram as lideranças naturais daqui de Altamira. Ela veio me perguntar, porque naquela época, eu ainda era professor. Eu fiquei assim um pouco cismado, porque, segundo ela, “certamente vêm grandes projetos para Altamira e para o Xingu, então, a gente quer identificar as lideranças, que, provavelmente, são as cabeças,

<sup>342</sup> Cabe destacar, ainda, nesse contexto as repercussões negativas da Usina Hidrelétrica de Tucuruí, causando danos sociais e ambientais enormes para povos indígenas e comunidades ribeirinhas, pesqueiras, rurais e quilombolas.

talvez, de movimentos contra tais projetos”. Eu só me lembro disso. Depois parou. Eu não posso afirmar que essa pesquisa já foi feita em vista da futura hidrelétrica de Kararão, mas o que está claro é que o traçado da transamazônica obedeceu à geografia de futuras hidrelétricas (informação verbal)<sup>343</sup>.

É importante considerar que a região do Xingu, historicamente, vem se constituindo num território marcado por fortes *conflitos sociais* (MARIN, 2010; SCHMINK *et al.*, 2012). Como exposto antes, a região da Transamazônica, rebento desse empreendimento desenvolvimentista autoritário, passa a se constituir, também, num território marcado por profundas contradições e conflitos, de onde emergem diversos movimentos e organizações sociais populares do campo e da cidade, diversas lideranças, que passam a travar lutas e resistências sociais contra esses grandes projetos e as injustiças sociais e ambientais daí decorrentes, pondo-se como uma “pedra no calcanhar de Aquiles”. Mapear e identificar essas forças sociais de resistência com o objetivo de enfraquecê-las e neutralizá-las, a fim de construir uma legitimidade e consenso em torno desses projetos e sua consumação, constitui-se como um dos mecanismos que ganham força nessa região do Xingu e Transamazônica, dada a dimensão de resistência aí existente e a condição estratégica dessa região para dinâmica hegemônica de desenvolvimento capitalista.

Conforme “histórico de Belo Monte” disponível nos sites do *Instituto Socioambiental* (ISA) e do *Movimento Xingu Vivo Para Sempre* (MXVPS), os fios desse encontro começam a ser traçados “um ano antes”, após o pesquisador Darrel Posey, do Museu Emílio Goeldi, e as lideranças indígenas kaiapó Paulinho Paiakan e Kuben-I participarem de seminário na Universidade da Flórida, em que apresentaram denúncia de que “o Banco Mundial liberara financiamentos para construir um complexo de hidrelétricas no Rio Xingu sem consultar os índios”. Em Washington, a convite de ambientalistas norte-americanos, essas lideranças repetiram o depoimento, difundindo e sensibilizando, inicialmente, segmentos internacionais para o problema. Isso implicou o enquadramento, pelo Estado Brasileiro, de Paiakan e Kube-I na Lei dos Estrangeiros e, por conseguinte, foram ameaçados de serem expulsos do país (A POLÊMICA..., [2012]). Se, formalmente, a ditadura no país parecia ter chegado ao fim, no plano real, o Estado refletia, em grande medida, o quanto reinava o estado policaiesco, disciplinando corpos e mentes, vigiando e punindo, nos termos de Michel Foucault.

Em face do problema apresentado, Paulinho Paiakan recebeu um convite do Programa Povos Indígenas no Brasil, do Centro Ecumênico de Documentação e Informação (Cedi) para ir a São Paulo apresentar e denunciar essa referida questão, o que “mobilizou a opinião

<sup>343</sup> JCXT. *Entrevista*. [jun. 2013]. Entrevistador: Sérgio Roberto Moraes Corrêa. 2013.



pública contra essa arbitrariedade” (A POLÊMICA..., [2012]). O ISA, nessa retrospectiva histórica, lembra, ainda, uma outra reunião antes do Encontro, na aldeia *Gorotire*, em meados de 1988. Nesse sentido, para tornar público e transparente esse debate sobre a construção de hidrelétricas no rio Xingu, lideranças Kaiapó mobilizaram-se para pedir explicações oficiais acerca desse complexo hidrelétrico<sup>344</sup>. Apesar desse processo de mobilização e articulação para a organização do evento, o ISA relata e destaca o papel da *agência mediadora* do CEDI em apoio e solidariedade aos povos indígenas e à questão socioambiental do Xingu.

A pedido de Paiakan, o antropólogo Beto Ricardo e o cinegrafista Murilo Santos, do Cedi, participaram da reunião, assessorando os kaiapó na formalização, documentação e encaminhamento do convite às autoridades. Na sequência, uniram-se aos kaiapó na preparação do evento. O encontro finalmente aconteceu e o Cedi, com uma equipe de 20 integrantes, reforçou sua participação naquele que seria, mais tarde, considerado um marco do socioambientalismo no Brasil (A POLÊMICA..., [2012]).

O *I Encontro dos Povos Indígenas do Xingu* reuniu três mil pessoas, das quais 650 eram índios, “que bradaram ao Brasil e ao mundo seu descontentamento com a política de construção de barragens no Rio Xingu. A primeira, de um complexo de cinco hidrelétricas planejadas pela Eletronorte, seria Kararaô, mais tarde rebatizada Belo Monte” (A POLÊMICA..., [2012]). Segundo o ISA, esse encontro, além de expressar um “protesto claro contra as hidrelétricas na região”, manifestou-se, também, contrário às decisões tomadas sobre a Amazônia sem a participação dos povos indígenas. Esse I Encontro buscou tanto anunciar e denunciar “ao Brasil e ao mundo” essa problemática em questão, quanto “colocar um ponto final às decisões tomadas na Amazônia sem a participação dos índios. Tratava-se de um protesto claro contra a construção de hidrelétricas na região” (A POLÊMICA..., [2012]).

Figura 31 - I Encontro dos Povos Indígenas no Xingu (1989)



Fonte: JARES, Paulo, 1989.

<sup>344</sup> Dentre essas lideranças, são destacadas: o cacique Paulinho Paiakan, líder kaiapó e organizador do evento ao lado de outras lideranças como Raoni, Ailton Krenak e Marcos Terena.

É bem verdade que esse I Encontro ficou registrado na memória do povo brasileiro “pelo gesto de advertência da índia kaiapó Tuíra, que tocou com a lâmina de seu facão o rosto do então diretor da Eletronorte, José Antônio Muniz Lopes”. Para o ISA, esse “gesto forte de Tuíra” ficou “registrado pelas câmeras e ganhou o mundo em fotos estampadas nos principais jornais brasileiros e estrangeiros”, tomando, assim, uma “notoriedade inesperada, atraindo não apenas o movimento social e ambientalista, como a mídia nacional e estrangeira” (A POLÊMICA..., [2012]).

Figura 32 - I Encontro dos Povos Indígenas no Xingu (1989)



Fonte: PROTÁSIO, Nene, 1989.

O encontro acaba ganhando imprevista notoriedade, com a maciça presença da mídia nacional e estrangeira, de movimentos ambientalistas e sociais. Reúne cerca de três mil pessoas. Entre elas: 650 índios de diversas partes do país e de fora, lideranças como Paulo Paiakan, Raoni, Marcos Terena e Ailton Krenak; autoridades como o então diretor e durante o governo FHC, presidente da Eletronorte, José Antônio Muniz Lopes, o então presidente do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), Fernando César Mesquita, o então prefeito de Altamira, Armindo Denadin; deputados federais; 300 ambientalistas, em torno de 150 jornalistas e o cantor inglês Sting. Durante a exposição de Muniz Lopes sobre a construção da usina Kararaô, a índia Tuíra, prima de Paiakan, levanta-se da platéia e encosta a lâmina de seu facão no rosto do diretor da estatal num gesto de advertência, expressando sua indignação. A cena é reproduzida em jornais de diversos países e torna-se histórica. Na ocasião, Muniz Lopes anuncia que, por significar uma agressão cultural aos índios, a usina Kararaô - nome que significa *grito de guerra em Kaiapó* - receberia um outro nome e não seriam mais adotados nomes indígenas em usinas hidrelétricas. O evento é encerrado com o lançamento da Campanha Nacional em Defesa dos Povos e da Floresta Amazônica, exigindo a revisão dos projetos de desenvolvimento da região, a Declaração Indígena de Altamira e uma mensagem de saudação do cantor Milton Nascimento. O encontro de Altamira é considerado um marco do socioambientalismo no Brasil (A POLÊMICA..., [2012]).

Dom Erwin Kräutler (2005, p. 10-11) relata que “a Igreja do Xingu tomou a iniciativa de denunciar as ameaças que pairavam sobre a região do Xingu e seus povos” por esses grandes projetos hidrelétricos. Ele chama a atenção para a diversidade sociocultural do Xingu e para as estratégias de resistência que passavam a ser construídas, como as “cartilhas”, elaboradas “com dados obtidos, algumas vezes, até de forma ‘ilícita’ (pelo menos do ponto de vista dos órgãos governamentais)”, “informações” escutadas e trazidas pelos trabalhadores nos acampamentos dos engenheiros, a fim de mostrar a “verdadeira história da hidrelétrica projetada” nas comunidades. O religioso evidencia a reconfiguração e ampliação de uma rede de agências de mediação, envolvendo ONGs, Igrejas, Universidades nacionais e internacionais<sup>345</sup>.

Ao se referir ao apoio da Prelazia ao Encontro, também, com a infraestrutura para os povos indígenas, Dom Erwin chama a atenção para um ato público, no bairro periférico de Brasília, em Altamira, organizado por “comunidades”, denunciando um contrasenso ao regime democrático recentemente estabelecido. Isso demarca um campo de luta e resistência bem mais amplo e complexo, mobilizando e envolvendo um conjunto diverso de atores sociais do campo e da cidade. Mas, alerta:

Enquanto os Kayapó estavam reunidos na Bethânia [Centro de Formação da Prelazia do Xingu, em Altamira] as comunidades de Altamira se organizaram num ato público no bairro de Brasília. Levantaram sua voz contra os órgãos do governo que operam na surdina e excluem deliberadamente a sociedade civil da discussão de projetos que afetam a população e o meio-ambiente. A vitória estava do lado dos índios e de todos que se opuseram à concretização do megaprojeto. Kararaô foi arquivado! Aparentemente!(KRÄUTLER, 2005, p. 10-11).

Ao se referir a esse momento do Encontro, uma liderança religiosa da Prelazia do Xingu, entrevistada por nós, relata esse momento e evidencia, através de uma reunião com os povos indígenas nessa Prelazia, a disposição e contribuição da instituição, também, para a realização do evento, mas demonstra preocupação com o pouco tempo para sua realização e sugere sua prorrogação, mas os indígenas mostram-se decididos em realizar o evento.

Os índios se manifestaram, pela primeira vez, em [19]88, queriam ser ouvidos. Eu me lembro que eles vieram aqui [a Prelazia do Xingu] e que me participaram, me comunicaram que iam fazer um grande encontro, “Primeiro Encontro dos Povos indígenas do Xingu”. Acho que isso foi no final de novembro de 88 e eu questioneei um pouco os índios e disse que “a gente não poderia fazer um encontro dessa magnitude a toque de caixa, tem que ser preparado de longa data”. Mas, eles eram irredutíveis, me disseram que só queriam a ajuda da prelazia no sentido de infraestrutura: “Bethânia [local] ou qualquer outra ajuda de infraestrutura e se a igreja poderia

<sup>345</sup> Sobre esses aspectos, Kräutler cita: “Colaboramos com a Comissão Pró-índio de São Paulo e passamos a buscar ajuda com especialistas ligados a Universidades Brasileiras e do exterior” (Idem, Op. Cit.).

colaborar com isso. Outra coisa não precisava, eles se encarregavam”. Eu fiquei com o pé atrás [risos...], eu disse: “Não! Vocês podem contar com o que nós temos! lógico, não tenham dúvida”. Esse encontro começou, Bethânia, esse Centro de Formação nosso [da Prelazia], uma chacarazinha a 8 km daqui, virou uma aldeia indígena e o evento foi realizado mais aí na cidade [de Altamira] (informação verbal)<sup>346</sup>.

Dando continuidade ao seu relato, essa liderança religiosa explica que não pôde participar desse encontro em razão de ter que proferir palestra na Suíça, mas compreende que isso “foi providencial”, posto que teve a oportunidade de conversar com representantes do Banco Mundial sobre os projetos hidrelétricos no rio Xingu e sair dela convicto de que “esse projeto estava arquivado!”.

Eu tinha um compromisso naquele tempo, eu não estava aqui no próprio encontro mesmo em fevereiro de 89. Mas isso, de certa maneira, foi providencial, até porque eu tinha uma série de palestras na Suíça, fui convidado, e quando estive em Berna, um amigo, já falecido, disse: “Você não queria falar com o Banco Mundial?”. Eu disse: “Eu falar com o Banco Mundial? Não! O primeiro escalão não está aqui, mas o segundo escalão está. Aí ele respondeu: “Se você quiser falar com essa turma fale”. Aí eu disse: “Claro que vamos falar!”. Aí o tema já foi Belo Monte, quer dizer, Kararaô naquele tempo. Me perguntaram e eu disse que era bispo daqui, e que eu tava preocupado com aquilo, porque seria uma grande afronta, não apenas ao meio ambiente, mas, também, aos povos indígenas que aqui viviam e, então, eles disseram assim, taxativamente: “Olhe, o Banco Mundial só vai financiar um empreendimento desse porte se a Clausula Ambiental for observada ou respeitada e a Clausula Indígena!”. Aí, eu só agradei, porque eu sabia que não seriam observadas[essas clausulas], então, o dinheiro não sai! Pra mim, quando eu soube disso, eu disse: “Esse projeto está arquivado!”. E, de fato, depois desse encontro indígena, em que chamaram a mídia internacional, aquela famosa foto da Tuíra quando colocou o facão na bochecha do Antônio Muniz e percorreu o mundo, ficou famosa, virou o ícone da resistência contra Kararaô... (informação verbal)<sup>347</sup>.

Essa liderança religiosa, ao se referir ao protagonismo dos povos indígenas nesse evento, assinala sua assunção de sujeitos desse processo e entende que essa condição está diretamente ligada à Constituição de 88, haja vista a garantia dos direitos desses povos e sua inscrição social na sociedade sob nova perspectiva.

Para mim, Belo Monte [Kararaô], isso é bem claro, os índios que vieram, o Raoni, vieram para cá naquele tempo, se sentiram, não como mais um que tá sendo convencido de que Belo Monte [Kararaô] não é bom, eles têm seu posicionamento, têm seu orgulho. Isso mudou, pra mim, com a Constituição Brasileira, porque antes de 88 era bem diferente. Agora, eles têm orgulho de sua identidade (...) A Constituição [de 1988] é favorável aos direitos desses povos. Antes da Constituição de 88, nas Constituições anteriores, previam que os “silvícolas” fossem, harmoniosamente, integrados na sociedade

<sup>346</sup> JCXT. **Entrevista**. [jun. 2013]. Entrevistador: Sérgio Roberto Moraes Corrêa. 2013.

<sup>347</sup> Idem.

nacional dos brancos. Têm que se tornar um brasileiro comum, perdendo sua identidade de povo indígena. Claro, que eles iam desaparecer! No papel, com a Constituição de 88, temos uma legislação indigenista que é invejável, no reconhecimento dos povos, das nações (informação verbal)<sup>348</sup>.

Ao perguntar sobre esse protagonismo indígena em torno de Belo Monte, um integrante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STRs) dessa região, do Movimento Negro e, também, integrante do MXVPS, em entrevista concedida a nós, destacou a existência de outros atores sociais nesse processo de luta e resistência, demarcando uma diversidade sociocultural e posições políticas diferentes nessa trama, mas reconhece o protagonismo indígena nesse momento.

Foram eles [indígenas] que se mobilizaram, se uniram para protestar e parar aquele primeiro projeto, chamado Kararaô. Mas, isso foi feito com apoio de outros movimentos sociais da região da Transamazônica. Essa região, principalmente com os grandes projetos da década de 70 do regime militar, trouxe muitos migrantes, inclusive eu, vindo do Espírito Santo, em busca de terra e de trabalho, de melhor condição de vida. Com os grandes projetos, vieram grandes problemas sociais e ambientais e com isso a necessidade de organizar o povo do campo pra lutar pelos seus direitos. Então, com apoio da igreja [Prelazia do Xingu], começamos a nos organizar, fazendo dessa região um palco de muita luta contra as opressões dos latifundiários. Nisso, nós, também, ajudamos a parar aquele projeto, mas os indígenas estavam à frente com apoio de muita gente de fora (informação verbal)<sup>349</sup>.

Uma liderança pescadora, moradora da Comunidade Santo Antônio, em Vitória do Xingu, e membro do MXVPS, entrevistada por nós, ao falar sobre esse Encontro, relata a existência tanto da “desconfiança” de parte da população na “promessa” da hidrelétrica de Kararaô pelo governo na época, quanto a euforia e desejo de outros, mesmo de alguns desconfiados. Ele demarca os campos contra e a favor ao projeto na região:

Naquele encontro, as comunidades, o pessoal da região não acreditava que essa hidrelétrica [Kararaô] vinha, achava que isso era só uma fachada, porque o governo promete muitas coisas e depois não sai. O povo não acreditava que esse projeto fosse construído na região: “O Brasil não tem condições de construir esse trem”!... Mas, mesmo desconfiado, grande parte desse povo da região queria a hidrelétrica, inclusive, Altamira batia palma: os comerciantes pensavam “eu vou ampliar meu comércio”; empresários: “eu vou ampliar meu negócio”; os grandes fazendeiros pensavam: “eu vou vender muito boi...”. Essas pessoas que foram da margem do rio [cidade], que não dependem do rio, eram a favor, porque não sabem o que é esse rio! Os povos indígenas eram contra, os pescadores, o sindicato dos trabalhadores, as pessoas de comunidades ribeirinhas eram contra, a prefeita, na época, bateu palma a favor da hidrelétrica! (informação verbal)<sup>350</sup>.

<sup>348</sup> Idem.

<sup>349</sup> MNXT. **Entrevista**. [jun. 2012]. Entrevistador: Sérgio Roberto Moraes Corrêa. 2012.

<sup>350</sup> CSAXT. **Entrevista**. [jun. 2013]. Entrevistador: Sérgio Roberto Moraes Corrêa. 2013.

Outra liderança, integrante do movimento de mulheres e do MXVPS, entrevistada por nós, ao se reportar a esse Encontro, destaca o protagonismo dos povos indígenas, sobretudo os Kaiapó, e o apoio dos movimentos e organizações sociais da Transamazônica a eles. Sublinha, também, os grupos sociais e as posições assumidas em torno desse projeto, demarcando um campo de conflitos e de relações de poder, que o evento expressava.

Em 89, com o primeiro encontro dos povos indígenas aqui, né?, dos povos Kaiapó principalmente, contra a construção de barragens no rio Xingu, na época chamada de Kararaô pelo governo, então foi um movimento muito forte dos indígenas, que foi um encontro exclusivo deles, claro que nós dos movimentos sociais, da igreja, apoiou bastante, demos uma grande manifestação de apoio a eles, enquanto, nesse mesmo tempo, a UDR nessa época, que hoje são os ruralistas, a UDR, na época, era muito forte aqui na região, então era pró-kararaô, apoiava a construção da barragem e nós nos juntamos aos índios, no sentido, de apoiar a luta deles. Graças ao gesto heroico da luta desse povo, eles conseguiram, através do Banco Mundial, suspender o dinheiro pra construir essa tragédia no rio Xingu e o gesto heroico de Tuíra que ecoou no mundo todo na defesa de seu povo, de suas terras, de seus territórios, enfim, de suas áreas, de seus rios. Então, Belo Monte [Kararaô] foi pra gaveta do governo! (informação verbal)<sup>351</sup>.

Em outro depoimento tomado por nós, uma liderança do MAB, remetendo-se ao protagonismo indígena, faz referência à história e presença marcante de povos indígenas nessa região e à criação e reconhecimento de reservas; menciona a existência e apoio dos movimentos e organizações da Transamazônica e internacional para ajudar e dar visibilidade à luta dos povos indígenas do Xingu.

Eu avalio primeiro que tem a característica do fato de que essa região do Oeste Paraense é uma região com uma grande presença dos povos indígenas, de vários povos. Além de grandes áreas de reservas ambientais, tem muitas áreas indígenas, é uma presença muito forte dos povos indígenas. Então, isso dá uma característica particular à região e também se dá pelo fato de que em 89, a partir de um processo de articulação de outros movimentos sociais que já existiam aqui, que faziam a luta pelo desenvolvimento dessa região com a abertura da Transamazônica, eles conseguem, nesse ano de 89, vizibilizar essa região, através do gesto histórico da índia Tuíra, que encosta o facão na cara do Munis, que na época eles discutiam o mesmo projeto com o nome Kararaô e através de uma articulação com o cantor Sting eles começam a dar uma dimensão pra fora do Brasil. Esse é marco de todo esse processo da luta de Belo Monte. Quem é a figura que aparece? É uma índia Kaiapó. Então, toda essa história você não pode desvincular dos povos indígenas, eles têm uma história própria de resistência e de luta, e aqui é muito forte a presença deles (informação verbal)<sup>352</sup>.

Um professor da UFPA, campus de Altamira, e Membro da SDDH, que assessora e apoia o MXVPS, em entrevista a nós, respondendo sobre esse protagonismo indígena em

<sup>351</sup> MGXT. **Entrevista**. [jun. 2013]. Entrevistador: Sérgio Roberto Moraes Corrêa. 2013.

<sup>352</sup> MABXT. **Entrevista**. [jun. 2012]. Entrevistador: Sérgio Roberto Moraes Corrêa. 2012.

torno de Belo Monte, explica que a ascensão da questão indígena está associada à “emergência, no cenário mundial, da problemática socioambiental e da luta dos povos extrativistas da Amazônia, especialmente com a morte de Chico Mendes e com a criação de Reservas Extrativistas por desenvolvimento sustentável”.

(...) O impacto da índia Tuíra foi um impacto tenaz, eficaz. Quando ela colocou aquele facão, quando ela visibilizou, mostrou pro mundo as mazelas que Belo Monte [Kararaô] traria pros povos indígenas, naquele contexto que o mundo vivia, depois da conferência de Estocolmo, de 72, de toda aquela tentativa de tentar desenvolver essa concepção de “desenvolvimento sustentável”, os países europeus e norte americanos interessados, até certo ponto, em estarem discutindo, naquele período do Chico Mendes, a gente tem um período de ascensão da causa ambiental e quem trouxe essa causa e quem mais discutiu, foram os ambientalistas, foram os extrativistas e povos indígenas, no Brasil como um todo (informação verbal)<sup>353</sup>.

Ao se referir ao porquê de os povos indígenas terem conseguido alcançar essa visibilidade e protagonismo tão grande de resistência e luta contra Kararaô, considerando a história e existência desse conjunto diverso de movimentos e organizações sociais do campo e seu protagonismo político na região da Transamazônica, um membro do ISA, que atua na região do Xingu e contribui com o MXVPS, em entrevista a nós, sustenta que isso tem a ver com o *distanciamento do problema*, pois, Belo Monte [Kararaô], para além da dimensão local, também, é nacional e internacional. Para ele,

O que interessa? Interessa a diversidade socioambiental, interessa a preservação desse grande maciço florestal pro equilíbrio climático pra diversidade socioambiental, que é a diferença entre os povos, pra que a gente consiga, como sociedade, poder ter acesso a conhecimentos que, hoje, só existem no ceio dessas populações. Então, talvez as respostas de muitas das questões que a gente busca hoje na sociedade elas estão na diferença, elas estão no diferente, elas estão junto desses povos. Se esses povos são extintos, eles levam junto com eles respostas pra questões importantes da nossa sociedade, não só pra cura de doenças como câncer... Mas, também, eu acho que a chave de reorganização social. (...) Esses povos eles guardam a chave de alguns desses detalhes, que podem contribuir muito com a visão deles nessa discussão. Extinguir esses povos é extinguir a possibilidade de futuro do planeta (informação verbal)<sup>354</sup>.

Se esse *distanciamento do problema* é relevante para se construir uma compreensão de conjunto e alargada do mesmo, contudo, é, também, importante relativizar tal discurso, posto o risco de se reproduzir, sob certa visão crítica, um olhar de fora para dentro, desconsiderando as dinâmicas conflitivas locais (internas), os saberes e experiências de vida cotidianos, que podem jogar luzes sobre problemas locais e globais.

<sup>353</sup> DHXT. **Entrevista**. [jun. 2012]. Entrevistador: Sérgio Roberto Moraes Corrêa. 2012.

<sup>354</sup> ISAXT. **Entrevista**. [jun. 2012]. Entrevistador: Sérgio Roberto Moraes Corrêa. 2012.

Ao tomar como ponto de partida esses relatos e argumentos, é possível identificar o protagonismo que os povos indígenas dessa região do Xingu, em particular os Kaiapó, assumiram para breçar tanto o referido projeto como apimentar a pauta da agenda étnico-territorial e socioambiental brasileira em debate, em especial amazônica.

Para tanto, é importante destacar a contribuição e participação decisiva de um conjunto de *agências mediadoras*, em especial aquelas organicamente comprometidas com a questão indígena e socioambiental, como o Programa Povos Indígenas no Brasil – CEDI – e a Organização Pró-Índio de São Paulo<sup>355</sup>, ambas mobilizando um conjunto de profissionais e estudiosos da área para ajudar e orientar tanto na elaboração e formulação de documentos, quanto na difusão do encontro e mobilização de outras entidades e instituições nacionais e internacionais em defesa da garantia dos direitos dos povos indígenas e comunidades tradicionais e da preservação ambiental<sup>356</sup>.

Vale destacar, também, a participação de artistas de nome nacional e estrangeiro, para ajudar a difundir e visibilizar essas questões na mídia nativa e internacional. Em nível mais local, tanto a Prelazia do Xingu, através do Bispo Dom Erwin Kräutler, quanto os movimentos e organizações sociais do campo e da cidade, sindicatos e partidos de esquerda da região da Transamazônica assumiram papel de apoio aos povos indígenas e contra Kararão, ampliando a capacidade de pressão e de resistência sobre o Estado e setores privados nacionais e organismos internacionais financiadores desses grandes projetos hidrelétricos.

Nesse processo de luta e resistência, estava-se sedimentando e dando início à construção de uma “rede” de mobilização e articulação que transpunha a *fronteira* local, alcançando outras escalas, nacional e internacional, envolvendo ONGs, instituições de pesquisas, agentes institucionais, partidos políticos, entidades religiosas, o campesinato regional, por meio de suas organizações sindicais, e os povos indígenas e comunidades tradicionais. Nessa redefinição de “laços” e “nós”, é possível verificar novos entrocamentos emergirem a partir das agências de mediação, ajudando, também, a redefinir e ampliar essa

---

<sup>355</sup> A Comissão Pró-Índio de São Paulo é uma Organização Não-Governamental, fundada em 1978 por um grupo de antropólogos, advogados, médicos, jornalistas e estudantes para defender os direitos dos povos indígenas frente às crescentes ameaças do regime ditatorial. Em seus 30 anos de existência, essa organização “tem atuado junto com índios e quilombolas para garantir seus direitos territoriais, culturais e políticos, procurando contribuir com o fortalecimento da democracia e o reconhecimento dos direitos das minorias étnicas”. Disponível em: [http://www.cpis.org.br/html/sobre\\_cpi.html](http://www.cpis.org.br/html/sobre_cpi.html). Acesso em 13/12/13.

<sup>356</sup> Cabe não perder de vista a constituição e reconhecimento formal do Parque Nacional Indígena do Xingu, criado em 1961, como o primeiro território indígena homologado, durante o governo do presidente brasileiro Jânio Quadros. Nesse processo de constituição do parque, tiveram papel relevante tanto seus idealizadores, os irmãos Villas Bôas, quanto o antropólogo Darcy Ribeiro, que redigiu o projeto e, também, era funcionário do Serviço de Proteção ao Índio (SPI). Esse Parque se constituiu num importante símbolo de luta e resistência dos povos indígenas do Xingu e do Brasil, que inspira outras lutas.



aliança regional da Transamazônica e do Xingu, imprimindo novos conteúdos e formas, colocando na arena pública novos atores e temas, como a questão dos direitos territoriais e étnicos dos povos indígenas e ambiental, reconfigurando, assim, a dinâmica dos conflitos sociais na sociedade brasileira, centrada predominantemente numa base estrutural de *classes*, marginalizando e obscurecendo outros conflitos e “constelações de opressão”, outras dinâmicas e experiências sociais de resistência (SANTOS, 2006, 2003b).

Um professor da UFPA, campus de Altamira, e membro da SDDH, que assessora e apoia o MXVPS, em entrevista a nós, destaca o não-lugar da *questão ambiental* na programática dos partidos de esquerda nesse contexto.

Então, você tem uma inserção da pauta do meio ambiente, que até então era uma pauta irrisória, na agenda social, tanto é assim que, alguns partidos como PC do B, PT, nessa época, não sou eu que estou falando, tem alguns vídeos de pessoas que atuavam na causa ambiental, que se você colocasse a causa ambiental nesse período, você era taxado de estar importando uma discussão dos Estados Unidos, da Europa. Quem colocou essa discussão na agenda brasileira foram os povos extrativistas, foram os povos indígenas. Então, na medida em que aquela ação foi eficaz, na medida em que aquela ação trouxe uma visibilidade, conseguiu barrar Belo Monte [Kararaô] naquele momento, acho que ali se criou uma perspectiva que sem os indígenas a gente não consegue ter força pra barrar esse empreendimento. Por conta da sua maior capilaridade, de visibilidade mundial e por conta de seus direitos (informação verbal)<sup>357</sup>.

É importante não desconsiderar a tônica que ganha essa temática, assim como outras (étnico-territorial), a partir desse protagonismo desses povos e grupos sociais subalternos. Ademais, com a Constituição de 88, os povos e comunidades tradicionais, em especial os povos indígenas, com a conquista e garantia de direitos, passam a ocupar significativa visibilidade no ordenamento jurídico brasileiro, disciplinando e regulamentando o estudo e implementação de grandes projetos em suas terras e seus territórios, o que é visto por setores dominantes conservadores como um “obstáculo” para o “progresso” e “desenvolvimento”. A expansão da *fronteira amazônica* direcionada pelas classes e grupos dominantes com a instrumentalização do Estado, para acumulação e reprodução do capital, passa a encontrar “novas” barreiras de resistência (ALMEIDA *et al.*, 2010). No entanto, é, também, relevante não subestimar o papel de instituições de pesquisa e organizações ambientalistas e indigenistas (nacionais e internacionais) na demarcação dessas temáticas emergentes, posto a sua marcante presença e influência na elaboração e realização desse I Encontro dos Povos Indígenas do Xingu e no movimento ambientalista nascente.

<sup>357</sup> DHXT. **Entrevista**. [jun. 2012]. Entrevistador: Sérgio Roberto Moraes Corrêa. 2012.

Da década de 70 até meados da década de 80, a igreja católica, através das CEBS, se apresentava como a principal agência de mediação na mobilização e organização dos movimentos sociais e sindicais nessa região do Xingu e Transamazônica, a fim de lutar contra a ditadura, as classes e grupos dominantes e de levantar uma bandeira por direitos e justiça social. No final da década de 80 e início de 90, essa dinâmica, mobilização e articulação da sociedade civil passa a ser reconfigurada, sofrendo mudanças, ganhando maior amplitude, complexidade e diversidade com a emergência de novos setores e atores ou agentes sociais e temas, como: as universidades públicas, por meio de seus cientistas/intelectuais públicos ou “orgânicos”; ONGs (nacionais e internacionais) em defesa dos direitos indígenas e socioambientais, partidos políticos de esquerda, refazendo e estabelecendo, no processo democrático, uma nova relação de poder com o Estado, conformando novas configurações de forças sociais e políticas em apoio à luta e resistência de povos e comunidades tradicionais e de movimentos sociais do campo e da cidade.

Nessa experiência histórica e social de luta e resistência, entendida a partir desse *brasil profundo*, em particular do protagonismo indígena, é possível identificar sinais iniciais do brotamento de um movimento socioambiental de resistência novo e complexo no Xingu e na Transamazônica, com múltiplas faces, vozes e olhares, que coloca na cena pública atores existentes, mas historicamente, invisíveis, silenciados e desqualificados (e sacrificados). Ele transpõe as fronteiras, mobiliza e articula uma rede complexa e plural com instituições científicas, organizações não-governamentais, instituições religiosas, partidos e movimentos sociais, reconfigurando as alianças e a cartografia dos conflitos e impondo novas agendas, dinâmicas de relações de poder, de luta e resistência, assumindo a defesa do território, étnica e ambiental condição nuclear para a defesa da sociobiodiversidade, para produção e reprodução social de seus modos de vida particulares, que constroem e obstaculizam a política de desenvolvimento do Estado para dinâmica de acumulação de capital e colonização da região. Parafrazeando Carlos Drummond de Andrade, em seu poema *A flor e a náusea*: “Mas, é uma flor. Furou o asfalto, o tédio, o nojo e o ódio”<sup>358</sup>.

Com isso, começava-se a escrever um novo capítulo da história de luta e resistência indígena do Xingu (e desses movimentos e organizações da Transamazônica), que reúne e combina, inseparavelmente, a dimensão simbólico-cultural à defesa e necessidade de preservação de seus territórios para sua produção e reprodução social com a preservação ambiental, assentada sob outra racionalidade e paradigma de organização e produção, que se

---

<sup>358</sup> Trecho do Poema *A flor e a náusea* de Carlos Drummond de Andrade (2009, p. 143).

conflitam e obstaculizam o avançar da racionalidade e paradigma produtivos hegemônicos de desenvolvimento capitalista e colonialista. Era uma posição evidente de contestação, nos termos de Santos (2007b), ao “paradigma abissal” e de reivindicação à condição de sujeitos e ao reconhecimento aos seus jeitos próprios de ver e cultivar o mundo.

Nesse horizonte, a questão socioambiental passa a ocupar lugar de destaque na agenda do *Movimento pela Sobrevivência da Transamazônica*<sup>359</sup>, evidenciando sinais de diálogo e de aprendizado com essas populações tradicionais do Xingu e, de forma mais ampla, com essa aliança e rede em construção. Uma “rede de inteligibilidade” (SANTOS, 2003c) entre esses povos, movimentos e organizações, nessa região, parecia apresentar sinais e pistas importantes para ampliar, alargar e fortalecer a agenda de luta e resistência, dando-lhes um caráter mais plural e socioambiental. A capacidade de mobilização e representação foi ampliada e fortalecida na sociedade civil, propiciando uma condição mais favorável em pressionar e pautar o Estado pela garantia de participação e construção coletiva na reivindicação de direitos e políticas públicas em defesa do meio ambiente e do controle e uso do território sob outra lógica e modelo de relação de produção material e simbólica.

Ao analisarem as estratégias do *campesinato* dessa região com vistas a bloquear o avanço das frentes de expansão agropecuárias, madeireiras, mineradoras e de geleiras, para o interior da região do Xingu, para a fronteira amazônica, Henchen e Magalhães (2012) identificam no *processo de ambientalização* emergente essa estratégia do campesinato de “ambientalizar a fronteira agrícola regional”.

Para frear os processos de expropriação na fronteira, o campesinato regional, a partir da atuação coletiva e da constituição de aliança com outros atores regionais, nacionais e internacionais, bem como instituições de pesquisas e agentes institucionais, constituiu uma estratégia que tinha por objetivo ambientalizar a fronteira agrícola regional (HENCHEN; MAGALHÃES, 2012, p. 1).

Nesse processo de luta e resistência, no correr dos anos 90, outros movimentos e organizações surgiram na região da Transamazônica e Xingu. Como já assinalado, esse contexto foi marcado pela Reforma do Estado brasileiro, agora, sob as diretrizes e orientações ditadas pelo ideário hegemônico do livre-mercado. O próprio setor elétrico brasileiro passa por “reformas” e “privatizações”, assentando-se numa matriz “gerencialista”, que contrasta, profundamente, com a necessidade demandada pelas mudanças climáticas e com o proposto e

---

<sup>359</sup> Conforme a FVPP, “Essa fase é tida pelas organizações da região como a *Fase de Experimentação*, com extrema importância na fundamentação das propostas do MPST, pois veio inovar, ir além dos debates, implantar experiências agroecológicas e florestais, e promover esses acúmulos de conhecimentos em torno das questões ambientais, do sistema produtivo, da infraestrutura e das políticas sociais” (FVPP, 2006, p. 33).

acordado na Eco-92, no Brasil, em particular com a “Carta da Terra”, reproduzindo o hiato entre o econômico, o social e o ambiental.

Nesse enredo, a reedição da expansão da *fronteira amazônica* vai se dar, sobremaneira, sob essa redefinição do papel do Estado no marco da hegemonia da racionalidade de mercado global. Trata-se de um cenário marcado pelo avanço e expansão de frentes produtivas de *commodities* sobre os territórios de povos e comunidades tradicionais e camponesas, impondo forte pressão sobre os recursos naturais e seus territórios, intensificando contradições e produzindo conflitos socioambientais. Exemplo disso é a reformulação e reposição na agenda do governo do complexo hidrelétrico Belo Monte. Nesse quadro, deu-se a ação de luta e resistência de movimentos e organizações sociais contra a *segunda tentativa de barrar o rio Xingu*.

No final de 1998 e início de 1999, o Movimento Pela Sobrevivência da Transamazônica entende que a luta deve ir para além da questão da *sobrevivência*, pautando em seu repertório o *desenvolvimento*. Ademais, esse debate e essa luta não podiam mais se restringir aos municípios da Transamazônica, sendo necessário e estratégico abarcar os municípios do território do Xingu, haja vista a problemática da construção, agora, da Usina Hidrelétrica de Belo Monte. Daí surgiu o *Movimento pelo Desenvolvimento da Transamazônica e Xingu* (MTDX) (FVPP, 2006, p. 33-34).

Em 2000, a Eletronorte reacendeu as discussões e as atividades na região em torno, agora, do projeto Belo Monte. Ao se referir aos mecanismos e instrumentos utilizados pela Eletronorte para, concomitantemente, enfraquecer ou minar a resistência na região e convencer a população do projeto reformulado, Antônia Melo, à época, uma das lideranças do MDTX, salienta a constituição de uma base da empresa instalada no território regional, em Altamira, e o método de “aliciamento” ou cooptação de lideranças e de administradores públicos em cargos estratégicos na região para enfraquecer e esvaziar a resistência ao projeto.

Fizeram contato, propondo barganhas e compensações para as entidades de classe, as organizações populares, as comunidades indígenas, e os dirigentes de órgãos públicos, com o claro objetivo de romper com qualquer ação de resistência ao projeto de barragens no rio Xingu (MELO, 2005, p. 55).

Ao se referir às estratégias e mecanismos utilizados pela Eletronorte para convencer a população do projeto reformulado, a referida liderança, relata ainda:

A Eletronorte patrocinou desde festas escolares, material e jogos de futebol, camisetas, até o transporte para levar e trazer estudantes para visitar a maquete da hidrelétrica, miniatura de uma obra que se apresentava como uma obra perfeita, porém enfeitada de inverdades. Os visitantes tinham que escutar funcionários treinados para repetir explicações ensaiadas sobre as

belezas do projeto, e assinar um livro especialmente aberto para colher assinaturas dos visitantes (MELO, 2005, p. 56).

Ela destaca, contudo, que a “reação dos que frequentava era diversificada”. Além disso, ela diz,

A Eletronorte distribuía também informativos oficiais usando as entrevistas de lideranças, muitas vezes de forma distorcida, a exemplo da entrevista dada pelo Prof. Domingos à assessoria de imprensa da Eletronorte por ocasião de sua visita em Tucuruí. Quando perguntado o que representava Tucuruí para Altamira, ele respondeu que os erros de Tucuruí eram um espelho para Altamira. No jornal da Eletronorte o Professor teria falado que Tucuruí era um espelho para Altamira como se estivesse elogiando o projeto (MELO, 2005, p. 57).

Ao relatar sobre a articulação e composição de forças sociais e políticas, em nível local, em prol de Belo Monte, principalmente, pela Eletronorte e pelo “grupo Sarney”, essa mesma liderança identifica um bloco heterogêneo articulado em torno do “Consórcio Intermunicipal Belo Monte”.

A Eletronorte articulou o apoio do comércio local, através da ACIAPA - Associação Comercial Agropastoril de Altamira, da AMEALT – Associação dos Micro-empresários de Altamira, e do CDL Clube de Dirigentes Lojistas, do Sindicato Patronal dos Produtores Rurais, e da AMUT – Associação dos Municípios da Transamazônica, e também o apoio dos Vereadores da Região, principalmente os ligados ao PSDB e PMDB. Os então prefeitos Domingos Juvenil - Altamira (PMDB), Anselmo Hoffman - Vitória do Xingu (PT), Gerson Campos - Porto de Moz, (PSDB), Mário Lobo - Uruará (PSDB), João Escarpario - Placas (PSDB), e Antonio Lorezoni - Brasil Novo congregaram-se no chamado Consórcio intermunicipal Belo Monte, que foi articulado pelo ex-presidente da Eletronorte José Antonio Muniz Lopes e outros políticos do grupo Sarney (MELO, 2005, p. 56).

Ela salienta que “quem ousasse questionar ou se opor ao projeto era tratado como inimigo, pois era ‘contra o desenvolvimento’”. Todavia, para ela, isso não silenciou o MDTX, que se articulou e mobilizou a resistência da região e apoio nacional e internacional para se opor ao projeto e ao modelo de desenvolvimento “imposto” para Amazônia. No que toca às mobilizações e protestos dos movimentos e organizações sociais, destacamos alguns documentos da época que assinalam seu posicionamento claro em relação ao Complexo Belo Monte e à crítica ao modelo de desenvolvimento dominante.

Na Carta intitulada: *SOS Xingu - Um chamamento ao bom senso sobre o represamento de rios na Amazônia*, elaborada, em 25 de julho de 2001, pelo MDTX, o Movimento vem

pedir apoio e convocar todas as entidades ambientalistas e sociais do Brasil e do Mundo para junto nos opormos ao modelo de desenvolvimento que vem sendo implantado na Amazônia pelo Governo Brasileiro baseado na construção de Hidrelétricas, Hidrovias, fomento à agricultura intensiva com elevada carga de insumos químicos (soja e outros grãos), pecuária extensiva

e a exploração mineral sobre nossa floresta (Movimento... *apud* SEVÁ FILHO, 2005)<sup>360</sup>.

Nesse mesmo documento, o Movimento denuncia “o autoritarismo como o governo brasileiro, por meio da Eletronorte, vem tentando empurrar mais um projeto de grande impacto na Amazônia”; denuncia, ainda, a retomada do trabalho da Eletronorte na região, em 2000: “sendo que, ao mesmo tempo em que assenta construções de apoio já em funcionamento, dando a usina como fato consumado, desenvolve um intenso trabalho de convencimento da opinião pública regional e estadual com recursos públicos”. Esse documento alerta para a prática do “aliciamento” da opinião pública sob as “velhas e conhecidas promessas de progresso para todos”, além de não ser transparente e não abrir o debate público sobre o mesmo, inviabilizando sua crítica (Movimento...*apud* SEVÁ FILHO, 2005).

Nessa Carta, o MTDX apresenta e defende uma proposta de “desenvolvimento sustentável” para região como contraponto ao projeto oficial e dominante:

Pedimos a suspensão de todas as negociações que estão sendo feitas entre a Eletronorte e as prefeituras e o governo do Estado, visando/troca de apoio; Exigimos que nosso projeto de desenvolvimento sustentável para a região da Transamazônica, que tem por base a agricultura familiar, criação e uso de reservas florestais, verticalização da produção, fomento à educação e eletrificação rural, trafegabilidade dos travessões e a rodovia Transamazônica, demarcação e proteção das terras indígenas e a viabilização de alternativas economicamente sustentáveis para as comunidades ribeirinhas e indígenas seja discutido e viabilizado imediatamente pelos Ministérios do Meio Ambiente, Ministério da Justiça, do Planejamento, Orçamento e Gestão e Integração nacional, assim como Ministério Público e Agência Nacional de Águas, Governo do estado e IBAMA (Movimento... *apud* SEVÁ FILHO, 2005).

E fala que a “novidade” que sustenta esse discurso oficial se assenta no “Plano de Inserção Regional” e no “Fundo de Compensação e de Mitigação de Impactos”.

medidas que, segundo a Eletronorte, minimizariam os efeitos negativos da obra. O Plano de Inserção seria a forma de evitar a prática de enclave de triste história na região. Mas, igualmente frágil e enganador, pois pelo que a Eletronorte anuncia, o forte de seu “Plano de Inserção Regional” é a capacitação de empreendedores para a população se viabilizar em outras atividades depois do fim da obra (Movimento... *apud* SEVÁ FILHO, 2005).

Nessa Carta, é possível identificar um manifesto de protesto contra o modelo de desenvolvimento hegemônico imposto para a região amazônica, em particular para as regiões do Xingu e Transamazônica. Ela ajuda a revelar que o MDTX passa a se opor declaradamente ao referido modelo de desenvolvimento, demarcando uma agenda socioambiental no terreno

---

<sup>360</sup> Documento disponível em Sevá Filho (2005, p. 315).

de confronto de projetos de desenvolvimento e de sociedade, a partir de sua realidade mais imediata, mas convocando uma articulação multiescalar em defesa de um “*modelo de desenvolvimento sustentável*”, baseado no uso racional das riquezas naturais e na preservação dos rios e florestas e na distribuição da renda [para] todos e todas”. Isso ajuda a evidenciar o alargamento de sua agenda e ação coletivas nessa disputa, demarcando, além da histórica desigualdade socioeconômica, o enfretamento, também, aos problemas étnicos, territoriais e ambientais na cena pública, reconfigurando a dinâmica dos conflitos sociais.

Além de posição declarada contra o projeto de Belo Monte, o MTDX reivindica do poder público: a implementação de *projeto de desenvolvimento sustentável*, que tem como base a agricultura familiar; a criação de reservas florestais e seu uso; a verticalização da produção; o financiamento para a educação e energia elétrica; as condições para o tráfego, a demarcação e proteção das terras indígenas; e a viabilização de políticas e atividades econômicas sustentáveis para essas populações tradicionais. Esses elementos reforçam a construção de uma aliança ampliada e plural e de um repertório, marcadamente, renovado, expressando a existência de outros atores e uma outra concepção de uso e valor da terra e do território para o desenvolvimento da região, inscrevendo posições de desenvolvimento diferentes e conflitivas ao projeto dominante na Amazônia, em particular nesse território, mas, também, internamente.

Além desse documento, o MDTX elaborou outra Carta endereçada ao Presidente Fernando Henrique Cardoso, em fevereiro de 2002, em que, contrapondo-se ao discurso oficial, diz que a “Eletronorte anda dizendo que o CHE Belo Monte vai trazer desenvolvimento, que a obra vai melhorar a vida das pessoas, mas o que vemos e podemos constatar [é] que a população de Tucuruí, onde existe uma grande barragem há vinte anos, é muito mais pobre que a da nossa região. E aqui não temos barragem”. Além disso, alerta para o processo e risco de privatização dos recursos naturais e da reprodução do privilégio de dados grupos sociais dominantes em prejuízo do patrimônio público e do interesse coletivo da sociedade. Colocando-se contra o modelo de desenvolvimento para a região amazônica, através desses grandes projetos hidrelétricos, diz:

O povo da Amazônia já foi sacrificado demais, e continua cada vez mais pobre, como resultado desses grandes projetos e mais ainda pela privatização dos rios e igarapés e da Bacia do Xingu. Isso não é desenvolvimento, pois a história da construção das Hidrelétricas na Amazônia tem provado que elas são um desastre ecológico, social e econômico, como podemos ver claramente bem próximo de nós em Tucuruí, além de tantas outras, como Balbina, Samuel, Serra da Mesa, Rio Cuiabá etc. elas têm nos mostrado que o tão propagandeado desenvolvimento gera riquezas somente para um reduzido grupo de privilegiados, e que isso só dura durante o processo de

construção da obra. Ao final o povo fica somente com os grandes impactos negativos e prejuízos da obra, aumento da pauperização (Movimento... *apud* SEVÁ FILHO, 2005).

Nesse Documento, o MTDX chama atenção para um redirecionamento do investimento público, apontando para outra perspectiva de uso e apropriação dos recursos naturais e da matriz energética, demarcando um campo de disputas em torno do modelo de desenvolvimento e da política energética.

Senhor Presidente, ao invés de todo esse investimento para barrar e matar nosso patrimônio, o bem mais precioso o Rio Xingu. (...) determine que seja investido em recuperação das barragens já em funcionamento, em conclusão das já iniciadas, em aproveitamento das linhas de transmissão, em outras fontes de energia, tais como, energia solar, energia eólica, biomassa, e em investimentos na agricultura familiar, crédito, indústrias para gerar empregos etc. (Movimento...*apud* SEVÁ FILHO, 2005).

E conclui a Carta dizendo, “Senhor Presidente, o povo da Transamazônica e Xingu, as populações indígenas, em torno da Bacia do Rio Xingu, dizem com firmeza: **‘NÃO QUEREMOS BARRAGEM, É O GRITO DAS MILHARES DE TUÍRAS’**” (Movimento...*apud* SEVÁ FILHO, 2005).

Em outra Carta endereçada por um conjunto de movimentos e organizações sociais da região do Xingu e Transamazônica ao Presidente FHC, em março de 2002, denominada *Complexo Hidrelétrico do Xingu*<sup>361</sup>, reforça-se esse posicionamento e preocupação, alertando para aquele conjunto de hidrelétricas que volta a rondar o rio Xingu e a Amazônia, e não somente uma hidrelétrica, denunciando seu caráter privatista dos recursos naturais em detrimento de seu tratamento como patrimônio público, de interesse coletivo.

É um projeto insano, na contramão da história e um atentado com a Amazônia. Sr. Presidente, chamamos sua atenção para a importância da decisão e os métodos com os quais seu Governo está decidindo sobre o futuro ecológico dessa região e suas conseqüências para a Amazônia e para os estoques de água doce do planeta. Nós queremos discutir, com o tempo e os cuidados necessários, o que representa o represamento dos rios da Amazônia, diante do valor estratégico das águas no milênio que se inicia (Movimento...*apud* SEVÁ FILHO, 2005).

Nesse documento, o MTDX deixa evidente uma disputa pelo uso e sentido do território e dos recursos naturais na Amazônia, como expressão de concepções e padrões de desenvolvimento em confronto, sendo Belo Monte um dos grandes exemplos desse campo de conflitos socioambientais.

---

<sup>361</sup> Essa Carta foi encaminhada pelo Movimento pelo Desenvolvimento da Transamazônica e Xingu – MDTX; pelo Grupo de Trabalho Amazônico – GTA; pela Federação dos Trabalhadores na Agricultura - FETAGRI/Regional; e pela Fundação Viver, Produzir e Preservar – FVPP. Documento disponível em Sevá Filho (2005, p. 315).



A região em que se situa a Bacia Hidrográfica do Xingu é a fronteira da Amazônia Oriental, onde se trava uma das disputas mais acirradas e violentas pelo território e entre diferentes concepções de uso dos recursos naturais. Nesta região, estão situadas as últimas reservas maciças de mogno da Amazônia, uma das bacias hidrográficas mais preservadas do planeta e uma biodiversidade ainda desconhecida da comunidade científica. (Movimento... *apud* SEVÁ FILHO, 2005).

Chama, ainda, a atenção para a necessidade de se “ouvir outras vozes” e para a defesa da participação da população nos rumos do desenvolvimento como protagonistas das políticas públicas, através de uma postura democrática entre sociedade civil e poder público:

Diante desses pontos de vistas, Sr. Presidente, é preciso ouvir outras vozes que não apenas a tecnocracia da Eletrobrás. Saber mais da história das hidrelétricas na Amazônia. Não convém colocar em jogo o futuro da Amazônia, para responder eleitoralmente para as regiões industrializadas, deixando aqui o caos social causado por um empreendimento dessa envergadura. Ousamos fazer nosso próprio projeto de desenvolvimento. Isso é modernidade, Sr. Presidente: a sociedade local pensar políticas públicas e dialogar com seu governo sobre o futuro de uma região (Movimento... *apud* SEVÁ FILHO, 2005).

Em outra Carta, desta vez endereçada, em abril de 2002, à Assembleia Legislativa do Estado do Pará, intitulada: *O desenvolvimento que queremos: Manifesto de Indignação e Repúdio das Organizações Populares, Sindicais de Altamira e Região*, os movimentos e as organizações sociais da região do Xingu e Transamazônica contestam o debate do projeto na região preso a uma “única visão”, favorável a Belo Monte, desconsiderando e desqualificando as posições críticas ao projeto, impedindo, assim, um debate público e democrático sobre o mesmo. Ademais, denunciam que os problemas sociais da região são usados pelos defensores oficiais de Belo Monte para justificar, ideologicamente, a implantação do projeto.

Mais uma vez, os deputados governistas não vieram discutir com o povo que tipo de projeto é importante para nós, que tipo de desenvolvimento queremos. Vieram tentar empurrar um projeto elaborado nos gabinetes de Brasília, pensado apenas pelas empresas interessadas em explorar os recursos naturais da Amazônia. É lamentável que se gaste tanto dinheiro público para trazer a Assembleia Legislativa para nossa região, somente para os parlamentares a utilizarem como palanque eleitoral. Nenhuma proposição foi tirada em relação à segurança pública, ao sistema de saúde que continua sacrificando vidas, ao caos da educação, ao desenvolvimento regional. Tentam convencer-nos de que tudo que não foi feito até agora só acontecerá se for construída a Barragem (Carta... *apud* SEVÁ FILHO, 2005)<sup>362</sup>.

Em outro documento, denominado *Carta da Volta Grande do Rio Xingu sobre o projeto de Belo Monte*, em maio de 2002, relata-se:

Nós, moradores da Volta Grande do Xingu (povos indígenas, ribeirinhos e agricultores) manifestamos ao povo brasileiro, nossas preocupações com o

<sup>362</sup> Documento disponível em Sevá Filho (2005, p. 315).

projeto de construção de barragens no rio Xingu. Seremos as pessoas mais afetadas com esse complexo, pois teremos que deixar nossas casas e nossa terra, onde foram investidas as energias de nossos ancestrais, para aventurar uma nova vida em outro lugar que não sabemos onde será. Teremos que começar tudo de novo. Coisas que levamos anos, e até gerações para construir, sendo obrigados a mudar nossa cultura e o nosso jeito de viver. Sabemos que, em todos os lugares onde foram construídas, as barragens aumentaram a pobreza dos que já tem pouco e tornaram-se negócios de altíssima lucratividade para as empreiteiras, indústrias de cimento e maquinários e para os mais ricos. (...) a usina será vendida antes mesmo de ser construída, lançando nossa sorte nas mãos das empresas estrangeiras que vão explorar a usina (Carta... *apud* SEVÁ FILHO, 2005)<sup>363</sup>.

Nesses documentos, é possível identificar um esforço de mobilização e articulação desses sujeitos coletivos, povos e comunidades tradicionais da região, em especial reunidos no MDTX, em manifesto de protesto contra o Complexo Hidrelétrico de Belo Monte e o modelo de desenvolvimento imposto para a região amazônica, em particular para as regiões do Xingu e Transamazônica, através de grandes projetos. Esses documentos ajudam a revelar que o MDTX passa a assumir com mais ênfase uma agenda socioambiental, a partir de sua realidade mais imediata, mas em parceria com uma rede nacional e internacional de solidariedade, envolvendo ONGs, Universidades públicas, Instituições religiosas, partidos políticos, compondo um arco de alianças plural e amplo, fortalecendo seu campo de ação política de protesto e de barganha frente ao Estado e frente aos setores dominantes de forte influência econômica e condução política.

Ademais, a denúncia do não tratamento republicano e democrático quanto ao debate do Projeto de Belo Monte na sociedade brasileira assinala um problema ainda persistente de práticas autoritárias que envolvem esses grandes projetos. Ao reivindicar sua condição como protagonista no debate sobre o modelo de desenvolvimento para a Amazônia, a partir de *dentro*, com a participação de sua população, o MTDX acende a luz para que outras vozes e faces sejam ouvidas e visibilizadas nesse processo, defendendo outra racionalidade e condução política, em que a relação sociedade civil e sociedade política (a *esfera pública*) se comuniquem abertamente, de forma plural, para problematizar os grandes conflitos da sociedade, ajudando, assim, a descolonizar a ciência e a política e colocar a democracia e a cidadania sob uma perspectiva radical (SANTOS, 2003a; 2003b).

Daí, o protagonismo da luta dos movimentos e organizações sociais ter apresentado um lugar sociopolítico e cultural de destaque na suspensão e paralisação de Belo Monte pela Justiça, por meio da Ação Civil Pública do MPF, que foi acionado pelo MTDX. Isso implica identificar um novo protagonista, o MPF, sem anular o MTDX, mas em diálogo com ele,

<sup>363</sup> Documento disponível em Sevá Filho (2005, p. 315).

demarcando a emergência de novos laços em construção entre sociedade civil e sociedade política em que o poder jurídico é acionado a defender e garantir os preceitos constitucionais, os direitos e a cidadania, imprimindo um processo de *judicialização* no sentido de um encontro entre república e democracia (VIANNA *et al*, 2014).

Campagnolo (2007), ao analisar Belo Monte nesse contexto, percebe um deslocamento da esfera da ação coletiva, protagonizada pelo MTDX, para a arena da ação judicial – inaugurando um *processo de judicialização* –, mas sem que a ação coletiva tenha perdido sua importância nesse conflito. Para ela, a centralidade emprestada à Ação Civil Pública do MPF, que suspendeu o EIA de Belo Monte em 2002, deriva da inclusão do MPF-PA na “ação coletiva contra a construção da hidrelétrica de Belo Monte, e da estratégia de deslocar para a arena judicial o processo decisório” (CAMPAGNOLO, 2007, p. 20).

(...) em virtude de uma Representação encaminhada pelo MDTX relatando a ocorrência de possíveis irregulares na região, ao Ministério Público Federal, e tomadas as devidas providências, o conflito foi deslocado para a arena judicial, onde tramitou de forma privilegiada através da Ação Civil Pública (...) sem entretanto afastar os movimentos sociais locais na resistência da construção da Usina. A atuação do MDTX e do Ministério Público do Estado do Pará foram fundamentais para esse encaminhamento, que entendemos com a judicialização da disputa, onde a ênfase da discussão se deslocou para a questão da legalidade das condutas perpetradas pela Estatal. Assim sendo, o Ministério Público se constituiu em um importante ator dos eventos ocorridos entre os anos de 2001 e 2002, relativamente à tramitação da questão da UHE de Belo Monte (CAMPAGNOLO, 2007, p. 21).

Esse processo de *judicialização dos conflitos* será retomado mais à frente.

### 5.3 O MOVIMENTO XINGU VIVO PARA SEMPRE: A BUSCA DA UNIDADE

Rememorando: nessa terceira fase, a mais recente, o Projeto de Aproveitamento Hidrelétrico Belo Monte constituiu-se como um dos principais megaprojetos de infraestrutura do PAC, no início de 2007. No entanto, anteriormente, esse projeto não estava na agenda programática nem do PT nem do governo Lula, no início de seu mandato. Em 2002, o PT, compondo um arco de alianças ambivalente e contraditório, e com um forte apoio dos movimentos e organizações sociais populares do campo e da cidade, ganhou as eleições presidenciais em 2003.

No tocante à posição tomada pelo PT antes de assumir a presidência da República em 2003, uma liderança religiosa da região do Xingu e da Transamazônica, entrevistada por nós, destaca, em seu relato, que o referido partido e sua liderança nacional, Lula, se colocavam contra o projeto, compondo com os movimentos e organizações sociais da região um forte

campo e arco de resistência. Mas, com a chegada de Lula ao poder, o referido entrevistado realça a mudança de posição, gerando, para ele, “a primeira frustração sem tamanho!”:

Depois, começou a campanha do Lula [em 1989] para presidência, e ele e o PT, taxativamente, se manifestou contra a Hidrelétrica. (...) Inclusive, a Fundação Viver Produzir e Preservar [FVPP], naquele tempo, era bem nitidamente contra Belo Monte. O fato é que, naquele tempo, o Partido dos Trabalhadores aqui se manifestou contra, inclusive, têm encontros à Beira do Rio de braços dados e fazendo celebrações com deputados, futuros deputados: Zé Geraldo se manifestando contra, o Lula, também, porque ele não queria nada disso, que ia prejudicar a Amazônia e não sei mais o que... . Daquela vez, ele [Lula] não veio aqui, mas se manifestou através dos figurões do PT. (...) Pra nossa maior surpresa, foi quando Lula virou presidente, foi empossado, logo depois disso, ele mudou. O que antes condenava, agora, de repente, passava a defender com unhas e dentes. Isso pra mim foi a primeira frustração sem tamanho! Eu dizia pra mim: “É impossível compreender como que pode mudar uma visão que se tinha e nutria antes, de repente para, exatamente, o oposto. Até hoje, não entendo! Não entendo o que há por trás! (informação verbal)<sup>364</sup>.

Antônia Melo, liderança do Movimento de Mulheres e do MXVPS na região, relata o sentimento de “esperança de mudança” com a ascensão do PT e de Lula à presidência, mas, também, de decepção e frustração com a posição assumida em desengavetar o projeto de Belo Monte. Ela denuncia a retomada de grandes projetos para a região amazônica, em especial para o Xingu, associada e balizada por outras frentes econômicas de expansão da fronteira, expressas nos interesses de grandes empreendimentos minero-matelogicos do capital internacional. Ademais, salienta a aliança com políticos e grupos de empreiteiras (grupo do PMDB, comandado por Sarney, no controle do Ministério de Minas e Energia), que passam a compor um forte, heterogêneo e conflitante bloco hegemônico em defesa de uma política energética e de um modelo de desenvolvimento, com a retomada do papel do Estado em parceria com o capital privado nacional e transnacional, para a reprodução de acumulação capitalista e de elites políticas, com forte papel de setores e partidos ditos de esquerda.

O governo atual fortaleceu os grandes projetos de barragens nos rios da Amazônia Brasileira, reforçando a velha degradante política energética pensada pelo capital internacional, favorecendo o lobby de empresas como Albrás/Alunorte, a Vale do Rio Doce, e a Alcoa, que se beneficiaram de energia subsidiada pelo governo durante mais de 20 anos (MELO, 2005, p. 57).

Em julho de 2005, a aprovação do Decreto Legislativo, autorizando os estudos para a implantação do projeto de AHE Belo Monte, sem ouvir os povos indígenas, foi visto como um duro golpe pelos movimentos e organizações sociais à Constituição e à Convenção 169 da

<sup>364</sup> JCXT. *Entrevista*. [jun. 2013]. Entrevistador: Sérgio Roberto Moraes Corrêa. 2013.

OIT, e conseqüentemente, aos direitos desses povos. No tocante a esse Decreto, uma liderança do MMCC e do MXVPS, entrevistada por nós, relata:

A coisa ruim foi quando a gente soube, realmente, que o governo tinha licença pra construir Belo Monte. Aquele decreto legislativo de 2005, também, foi quase junto com o lançamento desse documento [o livro *Tenotã-Mô*]<sup>365</sup>. O Congresso [Federal] se reuniu a pedido do governo Lula, através de um deputado do PT, chamado Fernando Ferro, de São Paulo, e fez um Decreto Legislativo, que foi votado dentro de cinco dias na Câmara Federal e no Senado Federal. Esse decreto foi votado expressivamente, atendendo os pedidos do governo Lula, o Congresso Autorizando o governo [federal] a construir Belo Monte sem ouvir os povos indígenas! (informação verbal)<sup>366</sup>.

Em seguida a esse fato do Decreto Legislativo, ainda em julho, dia 21, a Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB), o Instituto Socioambiental (ISA), o Greenpeace e o Centro dos Direitos das Populações da Região do Carajás provocam e acionam o Ministério Público Federal com uma representação contra a aprovação dos Estudos para a implantação do projeto de AHE Belo Monte pelo Congresso Nacional. Essa representação, fundamentada na violação de garantias constitucionais e de tratados internacionais, denunciava tal violação e requeria que os povos indígenas fossem consultados, ouvidos e devidamente informados<sup>367</sup>.

O MPF, tomando como base o pedido da Eletrobras e a solicitação e representação encaminhadas por essas organizações da sociedade civil, move a 2ª Ação Civil Pública visando suspender, liminarmente, qualquer procedimento empreendido pelo IBAMA para a autorização do licenciamento ambiental de Belo Monte. Em face da Ação do MPF, o pedido da Eletrobras de Licenciamento Ambiental Prévio é suspenso por liminar pela Justiça Federal de Altamira, impedindo, assim, a continuidade dos estudos sobre os impactos ambientais da hidrelétrica antes que os povos e comunidades ameaçadas e afetadas pelo projeto sejam consultados pelas instituições competentes do Estado. Contudo, em março de 2007, um ano

---

<sup>365</sup> De 13 a 15 de julho, é realizado um Seminário sobre o Projeto de AHE Belo Monte, com a participação de um conjunto de pesquisadores, para discutir com movimentos, os povos e comunidades locais as conseqüências sociais e ambientais de tal empreendimento. Nesse mesmo evento, no dia 14 de julho, é lançado o livro *Tenotã-Mô: Alertas sobre as conseqüências dos projetos hidrelétricos no Rio Xingu*, organizado por Glenn Switkes e Oswaldo Sevá Filho (2005). Conforme o antropólogo Eduardo Viveiros de Castro (*apud* SEVÁ FILHO, 2005, p. 1): “*Tenotã - Mô significa “o que segue à frente, o que começa”.*”

<sup>366</sup> MGXT. **Entrevista**. [jun. 2013]. Entrevistador: Sérgio Roberto Moraes Corrêa. 2013.

<sup>367</sup> Em relação a isso, Pontes Júnior (2011, p. 2), membro do MPF-PA, explica: “Em 2005, o governo federal pediu o licenciamento do projeto junto ao Ibama, e o deputado federal Fernando Ferro, do PT, apresentou proposta de decreto legislativo que autorizava a obra. A proposta previa a oitiva das comunidades afetadas, mas nada disso aconteceu. Ao contrário, a proposta foi aprovada na Câmara e no Senado em tempo recorde: menos de 15 dias úteis. Um dos senadores o chamou de “projeto bala”. A falta da oitiva levou ao ajuizamento da segunda ação [ACP], que espera decisão a qualquer momento no Tribunal Regional Federal de Brasília”.

depois de a Justiça Federal de Altamira deferir o pedido do MPF de suspensão do licenciamento ambiental feito pelo IBAMA, a mesma julga improcedente o pedido do MPF.

Nesse mesmo ano, em Janeiro de 2007, o Governo Federal lança o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC I 2007-2010), que passa a se constituir como um “divisor de águas”<sup>368</sup> na agenda política estruturante do desenvolvimento do país, em particular para Amazônia, assumindo o AHE Belo Monte seu trunfo estratégico para aumento de sua capacidade de geração de energia e busca da continuidade de seu crescimento econômico. O “fogo” veio da “frente amiga” e a batalha ganha novos sentidos no Xingu/Transamazônica.

Diante desse quadro de avanço do projeto, um segundo ato de resistência e luta contra Belo Monte foi o *II Encontro dos Povos Indígenas e dos Movimentos Sociais*, denominado *Xingu Vivo*<sup>369</sup>. Sobre esse encontro, uma liderança do MXVPS diz em que situação concreta e que condições levaram a sua realização:

Em 2008, os indígenas, vendo que o governo avançava, que o governo Lula avançava, para implantar Belo Monte no Xingu, os indígenas convidaram, no início de 2008, os movimentos sociais da região, convidaram os agricultores, ribeirinhos, pescadores e os indígenas daqui do médio Xingu, para um grande encontro no modelo do encontro de 89. Eles queriam discutir o que era esse projeto Belo Monte, eles queriam saber porque o governo já estava implantando, e eles não tinham sido ouvidos, não tenham sido consultados, conforme diz a lei, e quanto mais os movimentos sociais! E aí nós trabalhamos articuladamente pra acontecer esse encontro em 2008. Então, foi de 19 a 23 de maio de 2008, aconteceu aqui [em Altamira] o grande encontro chamado: dos Povos Indígenas e dos Movimentos Sociais com O Tema: Xingu Vivo para Sempre (informação verbal<sup>370</sup>).<sup>371</sup>

Um ativista do CMXV, ao falar sobre a realização do II encontro e o surgimento desse Movimento, diz:

O MXVPS surge em 2008, em Altamira. Agora, o que é que é isso? 2008 é um ano em que ocorreu o II grande Encontro dos Povos Indígenas do Xingu, um grande evento e as organizações que participaram desse segundo grande encontro, dentro do encontro, percebem que elas poderiam fazer muito mais se elas conseguissem dialogar de forma mais próxima, mais sistemática,

<sup>368</sup> Essa metáfora é usada aqui para assinalar que o PAC, como estratégico instrumento de força política e econômica, é a expressão da consolidação para se levar Belo Monte à frente, custe o que custar, barrando não somente o rio Xingu, mas também relações históricas, que antes compunham um bloco de resistência ao projeto, hoje implodido, estrategicamente, por forças políticas desse próprio bloco, para esvaziar o campo de resistência e conduzir o modelo neodesenvolvimentista, que continua a olhar a Amazônia como *fronteira de recursos* e região a ser desenvolvida, conforme a lógica de modernização capitalista-colonialista, sob a reposição do Estado, com forte parceria com o capital privado nacional e transnacional, para prover a dinâmica de acumulação de capital, através desse avanço da *fronteira hidrelétrica*.

<sup>369</sup> Ver o site do MXVPS: <http://www.xinguvivo.org.br/2010/10/14/historico/>.

<sup>370</sup> MGXT. *Entrevista*. [jun. 2013]. Entrevistador: Sérgio Roberto Moraes Corrêa. 2013.

<sup>371</sup> No cartaz de divulgação do evento, está escrito na parte superior: “Encontro dos Povos Indígenas e dos Movimentos Sociais da Bacia do rio Xingu. Ginásio Poliesportivo de Altamira (PA), de 19 a 23 de maio de 2008”. Na parte inferior, subscreve-se: “Encontro Xingu Vivo Para Sempre: discussão sobre os projetos hidrelétricos no Xingu – Povos Unidos pelo Xingu”.

dentro de um coletivo onde todos pudessem está discutindo juntos e definindo juntos o que fazer a partir da área de atuação de cada uma entidade. Por exemplo, o CIMI atuando junto aos indígenas; o Sindicato de Trabalhadores Rurais, seja de que município for da área de influência de Belo Monte, trabalhando junto aos agricultores; Colônia de Pescadores trabalhando com os pescadores; as Organizações Não-Governamentais de atuação na área de educação, assistência social, trabalhando em sua respectiva área. Ou seja, pegar o que cada organização dominava e agia e juntar todas essas peças num coletivo que pudesse está fortalecendo a luta. Pautar uma agenda e uma metodologia, uma estrutura de fortalecimento das ações individuais de cada organização ou entidade. O objetivo final seria: a partir da somatória de forças, ter resultados melhores, visto que a luta contra a construção de Belo Monte é uma luta contra interesses que vêm de governo federal, governo estadual e governos municipais, empresas mineradoras e empreiteiras, políticos poderosos. Então, é uma luta contra poderes muito grandes! Um amigo diz assim: “essa luta contra belo monte é uma luta simplesmente contra o capital”. Então, essa luta contra o capital é uma luta que requer muita luta e unidade, inclusive. Essa é uma concepção que faz com que essas organizações se juntem naquele momento (informação verbal)<sup>372</sup>.

Em relação ao MXVPS, que, também, é concebido como um “fórum de discussão e ação”, que congrega mais de 250 organizações, Monteiro, uma de suas lideranças, explica:

Muitas das organizações que fazem parte do Movimento Xingu Vivo lutam há décadas contra a construção de Belo Monte, porém em 2008, com o segundo encontro dos povos indígenas do Xingu, essas organizações resolveram unificar a luta, reunindo-se em um grande fórum de discussão e ação, assim foi criado o Movimento Xingu Vivo para Sempre, coletivo que hoje conta com mais de 250 organizações (MONTEIRO, 2012).

Diferente do I Encontro dos Povos Indígenas do Xingu, em 1989, em que o próprio título evidencia o protagonismo eminentemente indígena, contando com o apoio dos movimentos e organizações da região, o II Encontro alarga e combina uma articulação entre *Povos Indígenas e Movimentos Sociais*, sendo possível verificar um *protagonismo plural*, que reflete uma *aliança socioambiental e intercultural* em construção e, também, uma rede de solidariedade nacional e internacional de apoio. Isso sugere perceber, nos termos de Boaventura Santos (2006; 2007b), um movimento socioambiental e intercultural de resistência ativa emergindo do *Sul* e protagonizado pelos *sujeitos do Sul* com a sua própria gramática amazônica expressa na defesa do “Xingu Vivo”, como contraponto à sua morte, simbolizada por Belo Monte (ou “Belo Monstro”, palavra de ordem cunhada pelo MXVPS)<sup>373</sup>, e ao modelo de desenvolvimento que ele expressa.

<sup>372</sup> DCMXV. **Entrevista**. [mar. 2012]. Entrevistador: Sérgio Roberto Moraes Corrêa. 2012.

<sup>373</sup> Dentre as várias palavras de ordem cunhadas pelo MXVPS a esse empreendimento, está “Belo Monte de Violência”.

Esse encontro, também, foi marcado pela ausência do alto escalão do governo federal, que enviou um engenheiro da Eletrobras, Paulo Fernando Viana Rezende, para apresentar o projeto de AHE Belo Monte. O Bispo da Prelazia do Xingu, Dom Erwin Kräutler, abriu o evento. No seu relato, diz:

No dia 19 de maio de 2008 tive o privilégio de fazer a abertura do encontro Xingu Vivo para Sempre no Ginásio Poliesportivo de Altamira. Mais de seiscentos indígenas, mulheres, homens e crianças, entraram solenemente no recinto, cantando e dançando, erguendo suas lanças, bordunas e facões. Quem não se emocionou quando os índios kayapó cantaram o Hino Nacional em sua língua materna! A platéia aplaudiu entusiasmada (OS POVOS..., 2008).

Na manhã do segundo dia, após a apresentação, constituiu-se uma mesa na qual fizeram parte o Professor Oswaldo Sevá Filho, da Universidade de Campinas (UNICAMP), o Engenheiro Paulo Fernando Viana Rezende, da Eletrobras, Roquivan Alves da Silva, do Movimento de Atingidos por Barragens (MAB), Jean Pierre Leroy, da Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE) e Glenn Switkes, diretor do Programa Latino-americano do International Rivers Network (IRD).

Ao se referir à apresentação do engenheiro da Eletrobras, Dom Erwin argumenta:

Entre no Ginásio já no final da palestra do Professor Oswaldo Sevá. Chegou a vez do representante da Eletrobras, o engenheiro Paulo Rezende. Tive a impressão de que não encontrou tempo para se preparar. Assim optou por uma sessão “Power Point” como a Eletrobras costuma fazer quando é solicitada por prefeitos, vereadores, comerciantes e empresários. Na tela apareceram números e estatísticas, dificilmente identificáveis por causa da claridade do ambiente. A platéia começou a ficar inquieta e reagiu quando o engenheiro desqualificou o professor Oswaldo Sevá, chamando-o de “desatualizado”. As vaias se tornaram cada vez mais incisivas. Falei para a professora Mônica sentada ao meu lado: “Por que esse homem não pára, com todas essas vaias!” Pareciam antes estimular o engenheiro. Alteou a sua voz, elevando-a a um tom provocador (OS POVOS..., 2008).

Continuando seu relato, ele descreve o momento do “incidente” com o engenheiro:

Quando, após a palestra do engenheiro, o representante do Movimento dos Atingidos por Barragens, iniciou sua fala dizendo que os índios irão defender o Xingu para protegê-lo, ressoou de repente pelo ginásio um terrível grito de guerra. Os índios se levantaram e ergueram bordunas e facões e, em seguida, iniciaram uma dança movimentando-se em direção ao engenheiro. Vi os índios gesticularem com facões e bordunas. Simbolizaram um ataque. Do lugar, onde eu estava, não pude observar que um dos facões resvalou no braço do engenheiro, ferindo-o. Quando consegui ficar mais próximo, percebi o corte no braço direito do engenheiro. Vi também como ele derramou toda uma garrafa de água mineral sobre o corte que sofreu. A intenção que teve foi sem dúvida a de limpar a ferida, mas o resultado foi uma imensa poça d’água misturada com sangue que causou a tétrica impressão de que alguém havia sido esquartejado ou guilhotinado naquele mesmo instante. Inúmeras vezes esta mesma cena foi repetida nas



reportagens de televisão. Sangue espalhado por toda parte. O engenheiro foi encaminhado para o hospital. Levou seis pontos e recebeu alta. Padre Renato Trevisan, que tem uma larga experiência com o povo kayapó, além de falar muito bem seu idioma, solicitou a um cacique que apaziguasse, na língua kayapó, os espíritos excitados. O cacique pegou prontamente o microfone e falou a seu povo. Nós, da coordenação e responsáveis pelo evento, ficamos espantados, muito aflitos e angustiados ao extremo. Imaginávamos logo a repercussão do acidente nos meios de comunicação. Havia gente nossa chorando convulsivamente. Ninguém se conformara com o acontecido. Tudo estava correndo tão bem, sem sobressaltos. E agora? (OS POVOS..., 2008).

Ao tratar do caso ocorrido, informada por uma perspectiva, explicitamente, contrária à organização do evento e aos movimentos sociais, e favorável ao projeto Belo Monte, a reportagem do Portal ORM, com o título: “PF sabe quem comprou facões”, sentencia: “A Polícia Federal de Altamira já sabe quem comprou, no comércio local, os facões usados pelos índios caiapós para agredir o engenheiro da Eletrobrás Paulo Fernando Rezende, durante encontro em Altamira que discutia a construção da hidrelétrica de Belo Monte, no rio Xingu”. E descreve:

Na terça-feira, o engenheiro falava sobre o projeto, defendendo a construção da hidrelétrica, quando integrantes do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) começaram a pedir aos índios que partissem para a guerra. Os caiapós, liderados pela índia Tuíra, derrubaram Paulo Fernando, rasgaram a camisa dele e o espancaram por cerca de cinco minutos. Ele ficou ferido no braço e foi levado a um hospital (PF..., 2008).

Diante do que presenciou, Dom Erwin defende:

Afirmo com toda a ênfase e convicção que o corte com o facão que o engenheiro sofreu foi acidental! Muito lamentável, sem dúvida, mas jamais foi tentativa de homicídio, pois se os índios quisessem matar o engenheiro não o teriam atingido apenas no braço. Aliás, o próprio engenheiro em entrevista gravada para o programa “O Fantástico” da TV Globo admitiu que foi um acidente. Repudio e rejeito, por uma questão de consciência, a afirmação de que a agressão foi premeditada ou programada. São as forças anti-indígenas que mais uma vez vêm à tona e agora se deleitam no macabro prazer de sustentar essa tese absurda. A coordenação do evento veio imediatamente a público e falou do incidente lastimável. Redigimos uma nota em que lamentamos profundamente o ocorrido. Fui procurado por jornalistas e dei várias entrevistas a diversos canais de televisão. Mesmo assim, parte da mídia optou pela divulgação sensacionalista dos fatos o que engendrou todo tipo de comentário ao longo dos dias e semanas subsequentes. Condenaram sumariamente a Prelazia do Xingu e o seu bispo e as outras entidades coordenadoras do evento (OS POVOS..., 2008).

Uma liderança do MXVPS, entrevistada por nós, ao se reportar a esse episódio, chama a atenção para a ausência do alto escalão do governo federal na realização do debate público sobre Belo Monte e critica a postura de “arrogância” do engenheiro, que, segundo ela, provocou a reação indígena. Ela identifica que houve uma inversão do real tratamento do

problema em razão do incidente com o engenheiro, desembocando na “criminalização dos movimentos sociais”:

Aí foram três dias de muita discussão, o governo não veio, ignorou, como esse é o governo que nunca respeitou um chamado, uma participação dos movimentos sociais e indígenas. Isso aí nós temos bastante claro com todas as provas e tudo! Mandou aqui apenas um engenheiro da Eletrobras e que começou com muita arrogância (...) E aí quando o engenheiro falou, ele disse que “Belo Monte ia sair. Os índios já tinham sido consultados, porque o governo tinha consultado a FUNAI e que eles quisessem ou não Belo Monte ia sair”. Então, assim, ele foi muito agressivo, muito autoritário. Os indígenas ficaram muito indignados e foram pra cima dele, arrancaram a blusa dele, fizeram em tirinha [a blusa], amarraram na ponta dos facões, dançaram com eles e foram em cima dele e aconteceu um incidente, um corte no braço dele tal tal... Essa coisa toda rolou no mundo como criminalização dos povos indígenas, e não o crime que o governo estava fazendo de usurpar a lei e não respeitar, principalmente, os povos indígenas (informação verbal)<sup>374</sup>.

Em relação, ainda, a esse fato, uma liderança religiosa da região, entrevistada por nós, que participou do encontro, argumenta que os índios “eram os donos do trecho e nós éramos seus aliados nessa luta”.

Os índios, de fato, também aqui, em 2008, vieram e teve esse episódio do braço cortado do engenheiro, eu estive lá. Eles mesmos estavam sentados; aí eles se sentiram realmente os sujeitos, não queriam matar o homem; ele, também, fez um papelão que não dá nem pra entender. Só um parêntese (Ele não entedia nada! Ele provocou, provocou!). Os índios amedrontaram. E ele se comportou daquele jeito. Sabe o que queriam [os indígenas]? Queriam a camisa dele para colocar na lança, e colocaram um facão assim, mas não era assim o facão, se não teria decepado [descreveu gestualmente como foi o fato], mas isso não foi nem em pesadelo essa montagem de acabar com o engenheiro. De fato, ele provocou, eu estive lá e vi. Até um outro índio pegou o microfone e disse que não era por aí, nós não estamos aí pra brigar etc... na língua deles, mas eles eram os donos do trecho e nós aramos seus aliados nessa luta! (informação verbal)<sup>375</sup>.

Ao relatar o final do evento, “à beira do rio Xingu”, Dom Erwin destaca:

No dia 23 de maio representantes dos povos indígenas e gente que vive ao longo do Xingu e seus afluentes, gente do campo e da cidade e representantes dos movimentos sociais se deram mais uma vez as mãos à beira do rio Xingu. Mais uma vez os índios discursaram e dançaram. As mulheres com as crianças entraram n’água para demonstrar como amam o rio e como dependem dele. Acabou o encontro Xingu Vivo para Sempre mas não acabou a luta em defesa desse rio maravilhoso e dos povos do Xingu (OS POVOS..., 2008).

Após o evento, o Movimento divulga a *Carta Xingu Vivo para Sempre*, em que “avalia as ameaças ao Rio Xingu, apresenta à sociedade brasileira um projeto de desenvolvimento

<sup>374</sup> MGXT. **Entrevista**. [jun. 2013]. Entrevistador: Sérgio Roberto Moraes Corrêa. 2013.

<sup>375</sup> JCXT. **Entrevista**. [jun. 2013]. Entrevistador: Sérgio Roberto Moraes Corrêa. 2013.

para a região e exige das autoridades públicas sua implementação”. Nesse documento (ANEXO 7), os povos e comunidades tradicionais, movimentos e organizações sociais do campo e da cidade defendem que “mantivemos protegidas as florestas e seus recursos naturais em nossos territórios, em meio à destruição que tem sangrado a Amazônia”. Ao mesmo tempo, denunciam o desrespeito do Estado brasileiro e de setores privados em construir hidrelétricas no rio Xingu, em particular Belo Monte, expressando e caracterizando atos de violações constitucionais e de direitos humanos.

Nós, que mantivemos protegidas as florestas e seus recursos naturais em nossos territórios, em meio à destruição que tem sangrado a Amazônia, nos sentimos afrontados em nossa dignidade e desrespeitados em nossos direitos fundamentais com a projeção, por parte do Estado Brasileiro e de grupos privados, da construção de barragens no Xingu e em seus afluentes, a exemplo da hidrelétrica de Belo Monte. Em nenhum momento nos perguntaram o que queríamos para o nosso futuro. Em nenhum momento nos ouviram sobre a construção de hidrelétricas. Nem mesmo os povos indígenas, que têm esse direito garantido em lei, foram consultados. Mesmo assim, Belo Monte vem sendo apresentada pelo governo como fato consumado, embora sua viabilidade seja questionada (CARTA..., 2008).

Continuando, defendem sua condição de “*cidadãos e cidadãs brasileiras*” e sua posição contrária à construção de hidrelétricas no rio Xingu e ao modelo de desenvolvimento que esse empreendimento expressa:

Assim, nós, cidadãos e cidadãs brasileiras, vimos a público comunicar à sociedade e às autoridades públicas federais, estaduais e municipais a nossa decisão de fazer valer o nosso direito e o de nossos filhos e netos a viver com dignidade, manter nossos lares e territórios, nossas culturas e formas de vida, honrando também nossos antepassados, que nos entregaram um ambiente equilibrado. Não admitiremos a construção de barragens no Xingu e seus afluentes, grandes ou pequenas, e continuaremos lutando contra o enraizamento de um modelo de desenvolvimento socialmente injusto e ambientalmente degradante, hoje representado pelo avanço da grilagem de terras públicas, pela instalação de madeiras ilegais, pelo garimpo clandestino que mata nossos rios, pela ampliação das monoculturas e da pecuária extensiva que desmatam nossas florestas (CARTA..., 2008).

Arrematam, salientando outra perspectiva e concepção de desenvolvimento:

1-A criação de um fórum de articulação dos povos da bacia que permita uma conversa permanente sobre o futuro do rio e que possa caminhar para a criação de um Comitê de Bacia do Xingu; 2- A consolidação e proteção efetiva das Unidades de Conservação e Terras Indígenas bem como o ordenamento fundiário de todas as terras públicas da região da Bacia do Xingu; 3- A imediata criação da Reserva Extrativista do Médio Xingu; 4- A imediata demarcação da TI Cachoeira Seca, com o assentamento digno dos ocupantes não indígenas, bem como a retiradas dos invasores da TI Parakanã; 5- A implementação de medidas que efetivamente acabem com o desmatamento, com a retirada de madeira ilegal e com a grilagem de terras; 6- O incremento de políticas públicas que incentivem o extrativismo e a consolidação da agricultura familiar feita em bases agroecológicas e que

valorizem e estimulem a comercialização dos produtos da floresta; 7- Efetivação de políticas públicas capazes de promover a melhoria e instalação de sistemas de tratamento de água e esgoto nos municípios; 8- O incremento de políticas públicas que atendam as demandas de saúde, educação, transporte, segurança, adequadas às nossas realidades; 9- Desenvolvimento de políticas públicas que ampliem e democratizem os meios de comunicação social; 10- O incremento de políticas públicas para a ampliação das experiências de recuperação de matas ciliares e de áreas degradadas pela agropecuária, extração de madeira e mineração; 11- Que nenhum outro dos formadores do Xingu venha a ser barrado, como já aconteceu ao rio Culuene com a implantação da PCH Parantina II; 12- Proteção efetiva do grande corredor de biodiversidade formado pelas terras indígenas e unidades de conservação do Xingu. (...) Nós, os que zelamos pelo nosso rio Xingu, não aceitamos a invisibilidade que nos querem impor e o tratamento desdenhoso que o poder público tem nos dispensado. Nos apresentamos ao país com a dignidade que temos, com o conhecimento que herdamos, com os ensinamentos que podemos transmitir e o respeito que exigimos. Esse é o nosso desejo, essa é a nossa luta. Queremos o Xingu vivo para sempre (CARTA..., 2008).

Uma liderança do MXVPS, entrevistada por nós, ao se reportar à oficialização do Movimento, relata que foi desse encontro que nasceu a ideia do “*Movimento Xingu Vivo Para Sempre*”, mas adverte que ele já vinha sendo construído no processo de luta e resistência contra Kararaô e, agora, Belo Monte.

E daí então, os indígenas mesmos proclamaram que eles queriam o “Xingu Vivo e Vivo para Sempre”. Então, foi proclamado nesse encontro: “A partir de agora, esse Movimento se chama Movimento Xingu Vivo para Sempre, porque nós queremos nosso rio vivo para sempre, para todas nossas futuras gerações”. Desde aí de 2008, então, vem com esse nome de “Movimento Xingu Vivo para Sempre” (informação verbal)<sup>376</sup>.

No tocante a isso, um ativista do CMXV, entrevistado por nós, diz: “Se a gente for marcar uma data formal, oficial, é, em 2008, durante o II Encontro que se oficializa a criação do Fórum Xingu Vivo, mas o Movimento já vem se constituindo no processo desde 89” (MCMXV).

Um membro da SDDH, que apoia e assessora o MXVPS, em entrevista a nós, relata que esse movimento surge para buscar “dar uma unidade pra luta” em face de certa fragmentação e enfraquecimento dos movimentos dessa região:

Então, eu entendo o Xingu Vivo como sendo uma estratégia pra poder dar uma unidade pra luta e, obviamente, pra reunir as entidades que atuam, que estão voltadas pra esse objetivo pra que elas possam ter uma força, pra que elas possam ter uma perspectiva de ação conjunta que dê uma nova oxigenação pra essa discussão. Então, o Xingu Vivo, pelo menos o que eu aprendi, nasceu pra ser uma rede de entidades que pudessem está atuando

<sup>376</sup> MGXT. **Entrevista**. [jun. 2013]. Entrevistador: Sérgio Roberto Moraes Corrêa. 2013.

pra poder discutir a confrontação a Belo Monte pra propor outras formas de movimento pra essa região (informação verbal)<sup>377</sup>.

Outro ativista do CMXV, ao falar sobre o surgimento desse movimento e de sua luta contra Belo Monte, exprime uma visão de conjunto em relação a anterior e demarca posições e concepções em confronto, destacando: “Esse movimento tem origem em Altamira, só que há a compreensão de que esse debate sobre Belo Monte não é um debate somente sobre uma hidrelétrica, mas é um debate sobre um modelo de desenvolvimento, uma confecção de mundo, de vida e tudo mais...” (informação verbal)<sup>378</sup>.

No que tange à emergência do *Movimento Xingu Vivo Para Sempre*, a seguir, adiantamos alguns elementos de análise sobre a origem, experiência e significados trazidos com o Movimento. Esses elementos não seguem um encadeamento linear ou sequencial, mas sim um nexos constitutivo e relacional.

Um primeiro elemento a ser destacado se refere à *palavra de ordem* ou *ideia-força* do Movimento: “*Xingu Vivo Para Sempre*”, que vai tomando forma no processo da luta histórica, como construção coletiva. Expressa uma *gramática* própria tecida a partir de um *brasil profundo*, que emerge de sua invisibilidade, a partir de sua experiência de luta e do diálogo com outros atores sociais. Essa palavra de ordem sugere interpretar que a representação em torno da defesa do “rio Xingu” não pode ser tomada de forma estreita, mas, de modo relacional com seu o sentido metafórico, que está para além de um rio e de um *lugar*. Isso sugere um sentido mais amplo e complexo, em defesa da vida de seres humanos e não-humanos no planeta Terra, isto é, refere-se a uma totalidade complexa, relacionada, integrada e tensa, que é a sociobiodiversidade, que articula, combina e integra rios, florestas, terras e territórios etc. Envolve o material e simbólico; o objetivo e o subjetivo; a sociedade e a natureza; a ciência e os demais saberes.

A representação da ideia-força “Xingu Vivo Para Sempre” carrega e explicita, portanto, a defesa de outros modos e padrões de vida, de sociabilidades e de racionalidades, que, assim, se apresentam e servem como contestação e resistência tanto ao paradigma da racionalidade “indolente” quanto ao sistema capitalista e colonialista hegemônicos na sociedade contemporânea (SANTOS, 2006). Apresenta-se, por consequência, como um contraponto ao neodesenvolvimentismo, que se propõe em avançar a fronteira hidrelétrica para a Amazônica, reforçando sua condição de “fronteira de recursos” no vigente modelo de *modernização insustentável*.

<sup>377</sup> DHXT. **Entrevista**. [jun. 2012]. Entrevistador: Sérgio Roberto Moraes Corrêa. 2012.

<sup>378</sup> DCMXV. **Entrevista**. [mar. 2012]. Entrevistador: Sérgio Roberto Moraes Corrêa. 2012.

Um membro do Fórum Amazônia Oriental (FAOR) e ativista do CMXV, que integra o MXVPS, em sua entrevista a nós, destacou:

A primeira coisa do nosso projeto chama vida, o nosso projeto é vida, nosso projeto é pra garantir a existência de vidas no Xingu, vida digna! (...) Então, a proposta é: nós do movimento Xingu Vivo queremos nossos rios e florestas vivos e livres, sem barragem, nós do movimento Xingu Vivo queremos que nossas populações sejam respeitadas, nós do movimento Xingu Vivo exigimos que a Constituição seja cumprida, quer que se cumpram as leis desse país, que respeitem as populações que vivem aqui (informação verbal)<sup>379</sup>.

Um segundo elemento diz respeito à constituição de uma *aliança política e intercultural multiescalar* que vem se dando no processo de constituição desse sujeito coletivo, que reorienta sua trajetória histórica. Essa *aliança política e intercultural multiescalar* reúne, mobiliza e articula, em nível mais local, um conjunto diverso e amplo de atores sociais inscritos num campo social subalterno, historicamente invisibilizados e excluídos: povos indígenas, comunidades ribeirinhas e pesqueiras, camponesas, movimentos sociais e sindicais etc. Envolve uma rede de solidariedade, que transpõe essa fronteira local, articulando-a nacional, regional e internacionalmente: movimentos sociais, ONGs, universidades e instituições de pesquisa (intelectuais públicos ou orgânicos); instituições religiosas e partidos de esquerda e centro, que juntos compõem um arco de forças sociais e políticas num embate e enfretamento ao Estado e aos grupos e classes dominantes.

Ao se referir à “heterogeneidade” desse movimento, um membro do CMXV, entrevistado por nós, destaca:

Conforme as informações das pessoas que estão em Altamira, como a Antônia Melo, que tem levado à frente essa luta em Altamira, ela me disse que está em torno de 250 organizações, de grandes a pequenas organizações. E o que é mais interessante é a heterogeneidade de organizações: vai desde uma ONG até um sindicato do campo e da cidade, passando pelo movimento de mulheres, movimento negro, quilombola, indígena, pessoal da cultura. Então é um fórum bastante diversificado! (informação verbal)<sup>380</sup>.

Isso ajuda perceber e identificar sinais e pistas, conforme Boaventura Santos (2006), de um campo de resistência contra-hegemônico, que contribui para resignificar e ampliar o sentido de *hegemonia* e conflitos sociais, tendo em vista a emergência desses novos atores sociais e suas alianças, vizibilizando novas dinâmicas territoriais protagonizadas por esse sujeito coletivo, expressando propostas e perspectivas diferentes e inovadoras de sociabilidade.

<sup>379</sup> MCXV. **Entrevista**. [mai. 2013]. Entrevistador: Sérgio Roberto Moraes Corrêa. 2013.

<sup>380</sup> DCMXV. **Entrevista**. [mar. 2012]. Entrevistador: Sérgio Roberto Moraes Corrêa. 2012.

Um terceiro elemento se relaciona à *assunção de um posicionamento crítico* ao modelo de desenvolvimento e de sociedade dominantes, na qual se inclui a vigente política e matriz energéticas, ajudando a reproduzir “um modelo de desenvolvimento socialmente injusto e ambientalmente degradante”. Ao se referir à luta do MXVPS contra o presente modelo de desenvolvimento, em particular para região amazônica, um ativista do movimento argumenta.

Inicialmente devemos destacar a questão dos modelos de desenvolvimento pensados para a região Amazônica, e para o Brasil. O ex-presidente Lula da Silva, no discurso que fez em Altamira, no dia 22/06/2010, falando sobre a região, disse querer que “esta região passe a ser uma região industrializada, que possa gerar emprego e renda para que as pessoas possam viver dignamente”. Nesse caso ele estava se referindo diretamente ao beneficiamento primário do minério extraído na Amazônia. Ao apontar este modelo, e sua continuidade, o ex-presidente também decreta a necessidade de mais hidrelétricas para atender à demanda das mineradoras. É por este motivo que, além das usinas no rio Xingu, já se encontra em estudo ou construção dezenas de outras hidrelétricas, nos rios Tapajós, Jamanxim, Tocantins, Teles Pires, Araguaia, Madeira, etc. O Movimento Xingu Vivo e o Comitê Metropolitano [Xingu Vivo] avaliam que este modelo de desenvolvimento, pautado na exploração intensa dos recursos naturais para atender a um consumo desenfreado e desnecessário não apresenta nenhuma sustentabilidade. Os graves problemas ambientais mundiais já comprovam isto (informação verbal)<sup>381</sup>.

Um quarto elemento se expressa na defesa e reafirmação da condição de “cidadãos e cidadãs”, de sujeitos de “direitos a ter direitos”, nos termos de Dagnino (2004a), como contraponto à violação de direitos como reflexo da violência institucional e simbólica que tem marcado os grandes empreendimentos, como o AHE Belo Monte. Nesses casos, desrespeitam-se as leis constitucionais e os tratados internacionais ao não se garantir a consulta prévia e informada aos povos indígenas, assinalando, assim, práticas antirepublicanas e antidemocráticas no país e, por conseguinte, de *desfiguração da esfera pública*, fragilizando e esgarçando a relação entre sociedade civil e sociedade política.

Isso tem implicado num esvaziamento do espaço público e na *hegemonia da pequena política* (COUTINHO, 2010), fortalecendo o campo da “sociedade civil íntima”, que transforma o público em interesse e domínio privado de uma minoria (SANTOS, 2012e). Nesse sentido, as reivindicações e denúncias desse sujeito coletivo apontam para uma problemática, que sugere, nos termos de Gramsci, a recolocação da “grande política” e, nos termos de Boaventura Santos (2003a; 2012e), uma reinvenção da sociedade civil e do Estado no sentido da *democratização da democracia*.

---

<sup>381</sup> DCMXV. **Entrevista**. [mar. 2012]. Entrevistador: Sérgio Roberto Moraes Corrêa. 2012.

Esses elementos ajudam a compor um *repertório socioambiental alternativo* que, além da crítica frontal à matriz energética e ao modelo de desenvolvimento da sociedade brasileira, manifestam *proposições e caminhos alternativos de desenvolvimento*, expresso em seu *projeto de desenvolvimento para a região*, anteriormente citado, inscrevendo e demarcando, assim, um campo de posições territoriais conflitantes de padrões e processos de desenvolvimento para região, para o país.

Nesse repertório, o bioma amazônico é visto sob outra perspectiva, em que seus povos e populações tradicionais compõem uma agenda socioambiental como protagonistas para a construção de novos parâmetros e políticas de desenvolvimento, posto que são concebidos como os que conseguiram conviver e preservar os recursos naturais, reproduzindo-se socialmente com a biodiversidade amazônica, apresentando, por conseguinte, possibilidades de se pensar e construir alternativas ao modelo de “desenvolvimento vigente”.

Um ativista do CMXV, ao se referir à luta do Movimento contra o presente modelo de desenvolvimento e suas perspectivas de outros padrões de desenvolvimento para região, sustenta:

Outras formas de desenvolvimento, onde se inclui o modelo energético, passa necessariamente pelo fortalecimento do bioma amazônico e o desenvolvimento socioambiental das populações originárias, tradicionais, rurais e urbanas desta região, exercitando relações verdadeiramente equilibradas entre os seres humanos e o meio onde ele está inserido. Neste sentido, o aproveitamento da energia solar, eólica, dos resíduos da biomassa, entre outras são fundamentais. Paralelamente a isto, a simples recuperação e repotenciação das linhas de transmissão e equipamentos já existentes trariam quase o dobro da energia que Belo Monte em média produziria (4,5 mil MW), gastando um terço do que se estima gastar inicialmente com esta usina (R\$ 30 bilhões). De fato, alternativas não faltam para a diversificação, e mesmo mudança da matriz energética brasileira, porém isso implicaria necessariamente em abrir mão de interesses políticos, e principalmente econômicos, interesses estes que dão sustentação ao modelo de desenvolvimento vigente (informação verbal)<sup>382</sup>.

#### 5.4 AS FORMAS DE ATUAÇÃO DO MXVPS

Ao falar sobre “as formas de atuação” do MXVPS, um membro do IAMAS e ativista do movimento, entrevistado por nós, destaca as suas “frentes de ação”:

No geral, podemos dizer que a forma de atuação do movimento tem se dado em frentes de ação, como a frente jurídica, que atua identificando as ilegalidades da obra; a frente científica, que atua analisando tecnicamente o projeto de Belo Monte, identificando a insustentabilidade econômica, social, ambiental, cultural e mesmo política desta usina; a frente da comunicação, que divulga o que ocorre em relação a Belo Monte, os abusos do governo, os interesses das empreiteiras e políticos corruptos, fazendo com que todos

---

<sup>382</sup> Idem.



saibam da situação que os povos da região estão submetidos; e finalmente temos a frente política, que faz o trabalho de base, ajudando na mobilização e organização da luta contra Belo Monte (informação verbal)<sup>383</sup>.

Esse mesmo ativista argumenta que tais frentes se articulam em uma agenda comum.

Sobre a *frente jurídica*, explica.

Ela é o coletivo que tem como tarefa, como responsabilidade, avançar nos elementos judiciais, nos elementos das ações civis públicas, na legislação que o governo deveria respeitar e não respeita, nas denúncias de agressões aos povos sofridas pela direita e como direito têm a oportunidade de reivindicar. Nessa frente, está o Ministério Público Federal (MPF), um ator, independente muito importante, que tem uma parceria muito forte com o Movimento Xingu Vivo como um todo; temos as associações e organizações de direitos humanos. A SDDH é uma parceira muito importante; temos algumas parcerias nacionais, como a Justiça Global, que tem advogados e defensores de direitos humanos e parcerias internacionais, trocas de conhecimentos e experiências com outros países da América Latina, para saber como se deram as experiências e aprender com elas (informação verbal)<sup>384</sup>.

No tocante a essa *frente jurídica*, uma liderança do MXVPS e do MMCC, entrevistada por nós, diz que se faz um “trabalho voluntário” para o MXVPS. Além das entidades ou organizações já mencionadas anteriormente, ela destaca outras.

Se conseguiu juntar, se articular a maioria, voluntariamente, que participa de suas entidades e faz um trabalho voluntário pro Movimento Xingu Vivo. Tem a Frente Jurídica, que são várias entidades com advogados, como a SDDH, como a Justiça Global, como a AIDA, que é uma entidade norte americana, é uma associação ambiental, o ISA participa, também, e outros como o Artigo 19 tem participado. Tem os que trabalham em nível nacional, as ações jurídicas nacionais, e os que trabalham nas ações jurídicas internacionais, na corte interamericana, na OEA e na ONU. (...) É muito importante destacar a contribuição do Ministério Público Federal, que tem sido um grande parceiro (informação verbal)<sup>385</sup>.

Em relação à *frente de comunicação*, esse ativista do CMXV diz:

É uma outra frente muito importante, que vai reverberando o que tá acontecendo. Temos um site do Xingu Vivo [<http://www.xinguvivo.org.br/>], temos um jornalista em Altamira que é o Ruy, que foi ameaçado de morte pela atuação dele lá em Altamira. Ele é responsável por divulgar o que não saí na grande imprensa sobre Belo Monte. (...) Além dele, existem colaboradores em Belém e outros lugares, como a Verena em São Paulo. A tarefa principal é mostrar o que é essa obra, seus problemas ambientais e sociais, econômicos, políticos e culturais têm trazido (informação verbal)<sup>386</sup>.

Ao falar sobre essa *frente de comunicação*, uma liderança do MXVPS diz:

<sup>383</sup> DCMXV. **Entrevista**. [mar. 2012]. Entrevistador: Sérgio Roberto Moraes Corrêa. 2012.

<sup>384</sup> Idem.

<sup>385</sup> MGXT. **Entrevista**. [jun. 2013]. Entrevistador: Sérgio Roberto Moraes Corrêa. 2013.

<sup>386</sup> DCMXV. **Entrevista**. [mar. 2012]. Entrevistador: Sérgio Roberto Moraes Corrêa. 2012.

Tinha o Ruy aqui, agora, ele tá no CIMI, mas estamos tentando trazer novamente, a Verena que é uma jornalista, que trabalha pro Repórter Brasil. Agora, ela saiu do Repórter Brasil e vai trabalhar na Rosa Luxemburgo. Mas, que presta uma assessoria grande aqui por movimento, trabalhando voluntariamente (informação verbal)<sup>387</sup>.

Outra *frente* é a *científica*, que tem como marcador principal o já referido “Painel de Especialistas” no capítulo anterior. Em relação a ele, um ativista do CMXV diz:

(...) reúne pesquisadores, professores, que se uniram e criaram o Painel de Especialistas. Ele é um grande exemplo desse campo. Eu não sei se isso [o Painel de Especialistas] se construiu em algum outro momento de uma forma tão intensa como tem acontecido nesse debate sobre Belo Monte. Com certeza, não é a primeira vez. Com certeza nas obras de Jiral e Santo Antônio pesquisadores se reuniram para pensar os impactos e tal. Parece-me que a diferença é que, nessa questão de Belo Monte, reuniu de forma sistemática e muito ampla uma rede de pesquisadores de diversas universidades: são em média 40 pesquisadores que se reuniram de universidades do Brasil todo e até de fora do Brasil, cada um em áreas específicas e construíram um documento: Análise crítica ao EIA-Rima de Belo Monte (informação verbal)<sup>388</sup>.

A *frente política* é caracterizada, segundo esse mesmo entrevistado, como um campo diretamente vinculado aos demais, recebendo as informações das frentes científicas e jurídicas, que são veiculadas pela frente de comunicação.

A última frente e aí eu fecharia de forma mais geral é a frente política, que é justamente a frente, que a partir das informações que o Painel de Especialistas trás e a partir do que a frente jurídica trás, que são divulgadas pela frente da comunicação, fazem as denúncias, organizam a população, fazem o trabalho de base, cobram as responsabilidades dos governos, das empresas, fazem os protestos internacionais e denúncias internacionais. São as várias organizações que estão nesse processo [de luta e resistência contra Belo Monte], que não fazem parte dessa frente mais específica no campo científico, da comunicação ou jurídica, apesar de que podem estar na comunicação e travar o debate político forte, fazer um debate forte de discutir a concepção. Então eu diria que essa é uma quarta frente de ação do MXVPS (informação verbal)<sup>389</sup>.

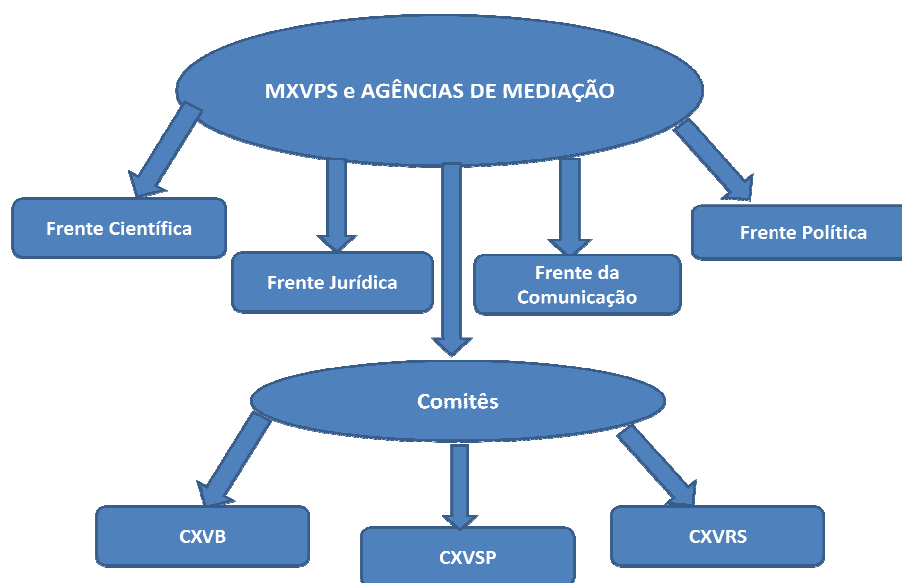
No desenho abaixo, com base nesses relatos, é possível descrever o seguinte quadro de organização e estruturação que o MXVPS vai ganhando em seu processo histórico de luta e resistência social:

<sup>387</sup> MGXT. **Entrevista**. [jun. 2013]. Entrevistador: Sérgio Roberto Moraes Corrêa. 2013

<sup>388</sup> DCMXV. **Entrevista**. [mar. 2012]. Entrevistador: Sérgio Roberto Moraes Corrêa. 2012.

<sup>389</sup> Idem.

Quadro 13 - Quadro de composição I do MXVPS



Ao falar dessas *frentes de ação*, um ativista do CMXV, em entrevista a nós, apresenta novos elementos (coordenação e colegiado), que assinalam um rearranjo na estrutura, organização e atuação do Movimento delineadas anteriormente<sup>390</sup>.

Lá [o MXVPS] como a gente precisa fazer captação de recurso, apesar de que o Movimento não é uma ONG, o movimento é um movimento e a gente precisa de uma referência maior lá, aí a gente tem uma pessoa que se apresenta como coordenadora do movimento, que é a Antônia Melo, mas lá nós temos um colegiado, que se reúne presencialmente, virtualmente pra está encaminhando a decisão política das coisas. Esse colegiado é formado pelas ONGs e movimentos sociais, que atuam separadas, fazem parte: o FAOR, o próprio Comitê [Metropolitano Xingu Vivo], o ISA, Amazon Watch [ONG], a SDDH... (informação verbal)<sup>391</sup>.

Ao pedirmos para que ele esboçasse uma espécie de “organograma” atual do MXVPS, ele descreveu o seguinte quadro:

Aqui, nós temos o Movimento Xingu Vivo para Sempre Altamira, ele está localizado em Altamira, mas não é só Altamira, coloco aí porque é o olho do furacão, mas tem Senador José Porfírio, Vitória do Xingu, Brasil Novo, Anapú, toda aquela região ali. Aí nós temos Antônia Melo, que é a coordenadora geral. Temos o Dom Erwin, poderia colocar assim que é mais o presidente de honra, porque ele já não tem uma atuação tão direta por conta das outras atividades dele. Foi renomeado, agora, um Conselho Político, que é o FAOR, o Comitê Xingu Vivo, a SDDH e a Amazon Watch [ONG]. Temos a frente, que você falou que seria, a Comunicação, Mobilização e o Jurídico (...). Nós temos uma frente que trabalha diretamente com pressão aos bancos, principalmente é o BNDES por conta do financiamento; jurídico é o pessoal da SDDH, a Amazon Watch. E nós temos, no geral, essa assembleia geral, o colegiado, que aí a gente

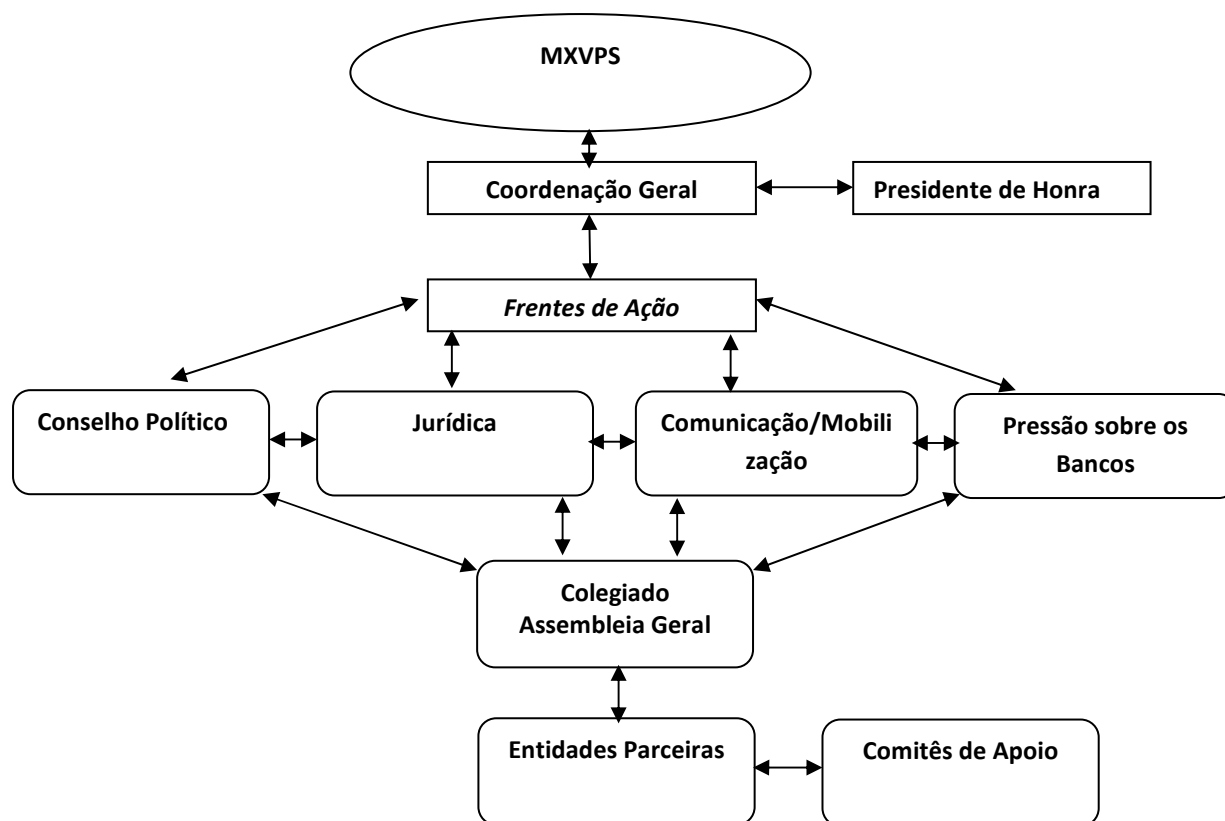
<sup>390</sup> Informamos que essa entrevista com esse ativista (MCXV) foi feita um ano depois da realização da entrevista com o ativista DCMXV.

<sup>391</sup> MCXV. **Entrevista**. [mai. 2013]. Entrevistador: Sérgio Roberto Moraes Corrêa. 2013.

consegue dentro do colegiado colocar mais a academia, por exemplo, o Painel de Especialistas, porque eles não fazem parte formalmente do Movimento Xingu Vivo, eles são parceiros nossos, eles não são formalmente do movimento a pesar de que surgiram em função disso, mas eles estão mais aqui dentro desse colegiado. A gente que demandou e esses cientistas se prontificaram em fazer essa parceria. E aí em cada um desses você tem as entidades que fazem parte. Olha dentro desse grupo aqui, nós tavamos reunidos em 30 pessoas, que são trinta entidades [Colegiado]. Sem contar os parceiros. A gente fez uma soma e há cerca de 70 entidades parceiras que a gente pode contar. Só em Belém, considerando o Comitê, nós temos 40. Se a gente for destrinchar mesmo, a gente vai chegar a mais de 200 entidades. Por exemplo, o FAOR faz parte do Movimento aqui, ele tem quase 300 instituições (informação verbal)<sup>392</sup>.

Conforme essas informações, é possível chegar ao seguinte quadro de composição do MXVPS:

Quadro 14 - Quadro de composição II do MXVPS



Nesse simplificado quadro ilustrativo, o MXVPS demonstra conseguir articular e mobilizar uma ampla, heterogênea e complexa aliança e rede de parceiros, sobretudo na sociedade civil, para dar sustentação, visibilidade e maior legitimidade à sua ação coletiva de luta e resistência contra Belo Monte, em nível multiescalar, mobilizando e utilizando métodos novos de convencimento, de protesto e “combate”, como as mídias alternativas e as novas

<sup>392</sup> Idem.

tecnologias da informação e comunicação, as TICs, e criando, também, novos agentes sociais como o “*ciberativista*”, que veremos mais à frente, diferenciando-se, assim, da estruturação e organização dos movimentos sociais convencionais. Contudo, guardando e reinventando o ensinamento e métodos desses “velhos” atores coletivos.

No processo de construção dessa aliança e rede de parceiros, a relação do MXVPS com os cientistas já vinha se constituindo antes de Belo Monte. Uma liderança do MXVPS chama a atenção para isso.

Mesmo antes de Kararaô, mas depois já nós fomos conhecendo, participamos em várias manifestações e reuniões do MAB, Movimento dos Atingidos por Barragem em nível nacional, mas nunca quisemos, assim, ser diretamente do MAB, a gente queria o nosso movimento autônomo, aqui, dessa luta. Então, nós conhecemos Glenn [Switkes], que é um norte americano, que fazia parte da Internacional River, com sede em São Paulo, aqui no Brasil, é uma entidade Norte Americana em defesa dos rios. Então, ele era um grande militante e ambientalista dessa causa, em defesa dos rios da Amazônia. A gente começou a se conhecer e ele participava dos encontros aqui, então, ele tinha um fundo de apoio a essas lutas e foi ele que apoiou esse documento [o livro *Tenotã-mõ*] e entrou em contato com os cientistas das universidades pra fazer esse documentário. Eles aceitaram e ele é coordenador desse documentário aí. I aí ele foi buscar outros especialistas da área, das universidades. Então, que... Dom Erwin fala aí, eu, também, o MDTX [mostra o livro e os autores que escrevem nele]. Então, foi nossa articulação, através dessa entidade, da Internacional River e os movimentos sociais daqui. Então, eles vieram, os pesquisadores, várias vezes aqui e desde aí nós ficamos articulados com esses cientistas e que depois, já com Belo Monte, depois do tal de EIA-Rima (informação verbal)<sup>393</sup>.

É importante não perder de vista, como já mencionado anteriormente, a contribuição de *agências mediadoras*, em especial aquelas organicamente comprometidas com a questão indígena e socioambiental, dentre elas: o Programa Povos Indígenas no Brasil – CEDI e a Organização Pró-Índio de São Paulo. Esta última realizou um estudo precursor sobre as hidrelétricas e os povos indígenas do Xingu, servindo de base para estudos posteriores, como o Livro citado pela liderança do MXVPS: “*Tenotã-Mõ: Alertas sobre as consequências dos projetos hidrelétricos no Rio Xingu*”, organizado por Glenn Switkes e Oswaldo Sevá Filho. Esse livro, como destaca a referida liderança, expressa uma forma mais consolidada do diálogo e parceria entre movimentos sociais e universidade e cientistas. No período de 13 a 15 de julho de 2005, foi realizado um Seminário sobre o Projeto de AHE Belo Monte, com a participação de um conjunto de pesquisadores, para discutir com os movimentos e os povos e comunidades locais as consequências sociais e ambientais de tal empreendimento. Nesse evento, no dia 14 de julho, foi lançado o livro *Tenotã-Mõ*, que conta com a participação de

<sup>393</sup> MGXT. **Entrevista**. [jun. 2013]. Entrevistador: Sérgio Roberto Moraes Corrêa. 2013.

lideranças sociais do Movimento Pelo Desenvolvimento da Transamazônica e Xingu (MTDX), como a Antônia Melo, e com o prefácio de Dom Erwin Kräutler.

Diante da aprovação do Decreto Legislativo, em 2005, para a realização do Estudo de Impacto Ambiental do AHE Belo Monte, essa mesma liderança relata a ideia de construir o Painel de Especialistas para dar continuidade a esse diálogo.

Então, nós nos reunimos [os movimentos sociais] e várias entidades parceiras, que já participavam, como a Fase, a SDDH, que foi sempre uma entidade parceira nossa. Então, fomos conversando e surgiu essa ideia de formar um “Painel de Especialistas” para avaliar o EIA-Rima de Belo Monte e aí teve a professora Sônia [Magalhães da UFPA] como coordenadora desse Painel, juntamente com o professor Francisco [Hernández] da USP de São Paulo, que coordenaram esse Painel de Especialistas (informação verbal)<sup>394</sup>.

Para o professor Francisco Hernández: “A iniciativa de formação desse Painel veio de movimentos sociais e de entidades ligadas ao Movimento Xingu Vivo, que organizou em maio de 2008, na cidade de Altamira, um encontro. (...) Então, a iniciativa desse Painel veio dos movimentos sociais, ligados ao Movimento Xingu Vivo” (À MARGEM..., 2012).

Em outubro de 2009, o Painel de Especialistas protocolou no IBAMA e no Ministério Público Federal um documento, intitulado *Análise Crítica do Estudo de Impacto Ambiental do Aproveitamento Hidrelétrico de Belo Monte*, no qual apresentou e destacou oito “pontos críticos do projeto” Belo Monte, como já delineados no capítulo anterior. Segundo esse próprio documento,

Trata-se de estudo crítico realizado por um *Painel de Especialistas* (pesquisadores de diversas instituições de ensino e pesquisa), com o objetivo de evidenciar para a sociedade as falhas, omissões e lacunas destes estudos e subsidiar um processo de decisão, que se espera seja pautado pelo debate público - sério e democrático (MAGALHÃES, 2009, p. 10).

Após a concessão de *Licença Instalação* para implementação do AHE Belo Monte, esse Painel, em fevereiro de 2011, divulga “*Nota Pública do Painel de Especialistas sobre a UHE Belo Monte*”, demarcando esse diálogo com os movimentos sociais e com os povos e comunidades tradicionais da região e repudia a concessão da Licença de Instalação e as autorizações para implementação de Belo Monte. O Painel faz uma convocação:

O grupo de pesquisadores, professores universitários e estudantes de pós-graduação que constitui o Painel de Especialistas tem dialogado, nos últimos dois anos, com os movimentos sociais e indígenas da região de Altamira sobre o Projeto da UHE Belo Monte, com a finalidade profícua de produzir uma análise criteriosa dos documentos referentes ao seu processo de licenciamento. Neste momento em que o IBAMA autoriza a construção de obras (canteiros, prédios, estradas), o desmatamento de 238, 1 hectares, e a abertura de clareiras e picadas nos rios Bacajá e Xingu, mediante a Licença

---

<sup>394</sup> Idem.

de Instalação nº 770/2011, a Autorização de Supressão de Vegetação nº 501/2011 e a Autorização de Abertura de Picada nº 505/2011, respectivamente, o Painel de Especialistas vem manifestar seu posicionamento de repúdio a estes novos atos para o avanço da construção da contestada Hidrelétrica de Belo Monte e convocar os cientistas do Brasil e do mundo para se unirem em defesa da Amazônia e, especialmente, da VIDA (PAINEL DE ESPECIALISTAS, 2011, p. 1)<sup>395</sup>.

Um ativista do CMXV destaca uma das contribuições desse estudo e adverte, também, para a falta de resposta dos órgãos oficiais sobre a crítica apresentada ao EIA-Rima.

(...) o fato de que os principais elementos do estudo de impacto ambiental terem sido levantados e apresentados pelas principais empreiteiras, que estão hoje construindo a obra é, no mínimo, um grande conflito de interesses, porque as empresas que foram chamadas pra dizer se a obra tem viabilidade, se a obra poderia ou não ser construída, foram as empresas que tinham interesse em construir a obra. Então, essa situação, esse elemento e o conflito de interesses que isso indicava, já evidenciava que o estudo de impacto ambiental teria muitos problemas. Então, esse coletivo, esse grupo que se juntou, que se autodenominou Painel de Especialistas, se debruçou sobre os estudos e identificaram centenas de problemas e apresentaram esses problemas oficialmente num documento, inicialmente, de 213 páginas, que foi protocolado junto ao Ministério Público Federal, ao Ibama, a Funai, a Eletronorte e que até hoje não tiveram respostas sobre seus questionamentos. Então, o Painel de Especialistas tem sido uma outra frente muito importante (informação verbal<sup>396</sup>).<sup>397</sup>

Uma liderança do MXVPS e do MMCC, entrevistada por nós, ao se remeter a esse Painel, destaca sua importância e critica a postura do governo federal em não se dispor ao debate público sobre a questão Belo Monte.

(...) detectaram muitas falhas, muitos erros, muitas mentiras!!! Muitas irregularidades nesse processo do EIA-Rima de Belo Monte. Sim! Tem sido fundamental e exemplar [essa parceria] para outros projetos e outras comunidades!!! Foi fundamental, embora o governo tenha tentado colocar debaixo do tapete! (informação verbal)<sup>398</sup>.

<sup>395</sup>Ver: “Nota Pública do Painel de Especialistas sobre a UHE Belo Monte” (2011), disponível em: [http://www.riosvivos.org.br/arquivos/site\\_noticias\\_403884930.pdf](http://www.riosvivos.org.br/arquivos/site_noticias_403884930.pdf). É importante, também, consultar o documento assinado por mais de 350 cientistas e professores e encaminhado à presidenta Dilma Rousseff, em 30/05/2011, manifestando: “Preocupação com o cumprimento dos dispositivos legais relativos aos direitos humanos e ambientais” e solicitando “suspensão do processo de licenciamento da UHE Belo Monte”. Disponível em: [http://www.xinguvivo.org.br/wp-content/uploads/2011/06/Carta\\_a\\_Presidente\\_Cientistas\\_e\\_Professores\\_Licenciamento\\_BM\\_30-05-2011.pdf](http://www.xinguvivo.org.br/wp-content/uploads/2011/06/Carta_a_Presidente_Cientistas_e_Professores_Licenciamento_BM_30-05-2011.pdf).

<sup>396</sup>DCMXV. **Entrevista**. [mar. 2012]. Entrevistador: Sérgio Roberto Moraes Corrêa. 2012.

<sup>397</sup>Conforme esse mesmo ativista, atualmente, os pesquisadores do Painel “estão se debruçando sobre os PBAs [Planos Básicos Ambientais], que a Norte Energia é obrigada a fazer, que mostra o cumprimento das condicionantes, que mostra como anda determinado estudo, determinada pesquisa sobre um impacto X, que não estava presente ou mensurado no EIA-Rima” (DCMXV).

<sup>398</sup>MGXT. **Entrevista**. [jun. 2013]. Entrevistador: Sérgio Roberto Moraes Corrêa. 2013.

Uma autoridade religiosa da Prelazia do Xingu, entrevistada por nós, relata que a decisão de aprovação de Belo Monte foi política, no sentido unilateral, e não técnica, inviabilizando o debate público.

Tinha os quarenta painelistas, aqui, no Pará, gente boa, viu! Eu conheço. [Osvaldo] Sevá, Célio Bermann; Sônia Magalhães tavam no meio e outros. Eu assistir uma vez ao encontro da Sônia [Magalhães] aqui. Mas, praticamente, eu não vou dizer que ridicularizaram, mas colocaram [o governo federal e o setor elétrico] de escanteio [os painelistas], eles não tiveram voz! Por isso, que eu tô dizendo que a decisão foi política, não foi técnica, porque se fosse uma decisão técnica, então, forçosamente, deveriam ouvir os cientistas que são do ramo, mas se a decisão foi política, não interessa, não interessa os cientistas... “O cientista ele faz o papel na universidade dele”. Essa decisão é tomada e acabou-se o papo! Não se fala com cientista. E o governo é bem explicito nessa sua posição (informação verbal)<sup>399</sup>.

Ao falar sobre esse Painel, outra liderança do MMCC e integrante da FVPP, em entrevista a nós, reconhece a importância dessa articulação com especialistas.

Aquele Painel [de Especialistas] foi uma coisa bem legal que aconteceu e acho que foi uma coisa inédita. Não sei se já aconteceu em outro lugar. A gente, aqui na Fundação [Viver Produzir e Preservar], captou recurso. Tivemos um pequeno apoio, pra pagar as passagens dos painelistas. Foi uma coisa totalmente voluntária a participação do pessoal. A gente pagava com passagem. Foi uma coisa muito importante (informação verbal)<sup>400</sup>.

Essa mesma liderança adverte para o cuidado com alguns problemas de relação entre movimentos sociais e cientistas, como a assunção de uma postura e discurso “militante” por parte do pesquisador, o que pode ser usado como mecanismo de “desqualificação”, para enfraquecer o campo científico da crítica e da resistência a Belo Monte.

O problema que nós tivemos e aí eu queria chamar a atenção, também, pra uma coisa, que os pesquisadores não precisam fazer o papel do movimento, entendeu? Eu não sou contra essa relação, mas quando acontece da gente estar lutando contra esses grupos da extrema direita, como é caso de Belo Monte, enfraquece o papel do pesquisador, entendeu? Fica sem crédito. Então é muito importante que a pesquisa seja importante, mas o cuidado com a conotação de “militante”. Eu gosto que o pesquisador seja alguém envolvido com o movimento, mas a gente precisa ter o cuidado de não transparecer isso pro inimigo, porque aí a gente perde força. O movimento perde força, porque alguns começaram a ver os “especialistas” como “militantes” e aí não acreditaram na pesquisa. Claro que a gente acredita na pesquisa, mas o inimigo procura desqualificar o papel da ciência feita em diálogo com os movimentos e enfraquecer a nossa luta! (informação verbal)<sup>401</sup>.

<sup>399</sup> JCXT. **Entrevista**. [jun. 2013]. Entrevistador: Sérgio Roberto Moraes Corrêa. 2013.

<sup>400</sup> TMTX. **Entrevista**. [jun. 2012]. Entrevistador: Sérgio Roberto Moraes Corrêa. 2012.

<sup>401</sup> Idem.



Ao assumir e se comprometer com uma investigação, produção e divulgação de um conhecimento público sobre Belo Monte, a partir dessa demanda e diálogo com os movimentos sociais, povos e comunidades tradicionais e camponesas do Xingu, o *Painel de Especialistas* contribui para vizibilizar temas centrais na agenda e arena públicas pautados pelo MXVPS. Isso tem ajudado a provocar a sociedade e o Estado a se posicionarem diante dessas questões tão polêmicas, como o projeto de AHE Belo Monte, que foi posto na agenda pública do país e em nível mundial, em grande medida, em razão da luta e do esforço desses agentes sociais, que demarcam e explicitam para a sociedade um campo de relações de poder, estruturalmente, assimétrico em que se insere o debate de Belo Monte e de outros grandes projetos para Amazônia. Aí está expressa a posição e reclamação de grupos e classes sociais subalternos da sociedade, que, historicamente, têm sido excluídos e prejudicados por esses grandes projetos, porque não fazem parte deles, e, por isso, reclamam e põem a nú suas contradições, demarcando um campo de conflito, de dissenso, através do esforço da construção do debate público, em que o campo da ciência não está alheio.

Ao chamar a atenção para *o sentido da política* em Jacques Rancière, para quem a política “é a reclamação da parte dos que não têm parte, e por isso se constitui um dissenso”, Francisco de Oliveira diz:

Nessa acepção, os que fazem política distinguem-se por pautar os movimentos do outro, do adversário, por impor-lhe, minimamente, uma agenda de questões sobre as quais e em torno das quais se desenrola o conflito. Impor a agenda não significa necessariamente ter êxito, ganhar a disputa; antes significa criar um campo específico dentro qual o adversário é obrigado a se mover (OLIVEIRA, 2007, p. 15).

Nesse intento do debate público sobre Belo Monte, no entanto, contraditoriamente, como denunciado pelo MXVPS e pelos cientistas que compõem o Painel, essa questão tem sido colocada para “debaixo do tapete” ou para “escanteio” pelo governo federal e setores privados interessados na implementação do projeto, esvaziando o debate público e contribuindo para uma *desfiguração* da esfera pública e da democracia na sociedade brasileira (MAGALHÃES; HERNÁNDEZ, 2011).

Uma liderança do MXVPS, entrevistada por nós, ao se referir ao esforço feito para fazer o debate público sobre esses estudos de Belo Monte, em parceria com esses cientistas, salienta os vários lugares em que se fez o debate, mas adverte:

Sim! Muito! Foi apresentado [os estudos dos cientistas] aqui... Ah!! Sabe, aquela história: “um profeta em sua casa, na sua terra não tem valor” [risos]. Mas, ele foi apresentado em vários lugares: Rio, São Paulo, Belém, com muita participação! Isso foi fundamental pro debate político, ajudou a construir um espaço público de debate. Ah, sim! O governo não quis saber

desse documentário. Não! O governo ignorou! Aliás, saíram muitas piadinhas contra os cientistas, que fizeram ainda... [parte do Painel de Especialistas]. Foi motivo de muito aborrecimento por parte do professor Osvaldo Sevá. Ele adoeceu. (...) Nunca! Nunca houve por parte do governo esse interesse em criar esse espaço público, ouvindo a crítica. (...) Mas, é assim, em todos os espaços em que o governo foi convidado, foi chamado pra discutir sobre o Painel [de Especialistas], sobre o EIA-Rima e sobre os impactos e tudo mais..., o governo nunca apareceu tá? O governo nunca apareceu! Por exemplo, em Brasília, em 2010, teve três grandes eventos: teve uma audiência pública, coordenada pela Procuradoria Geral da República, na sede da procuradoria, o governo não apareceu! Onde os indígenas do Xingu estavam, muita gente daqui estava nessa audiência. [Essa audiência] Foi demandada por nós, mas articulada pelo Ministério Público Federal, pela Procuradoria da República. Quem articulou e convidou foi o Ministério Público Federal. O governo não apareceu! Não foi! Numa audiência pública, no Senado Federal, articulada pela senadora Marinor Brito [do PSOL], membro da Comissão de Direitos Humanos, o governo não apareceu! (informação verbal)<sup>402</sup>.

Esse é um exemplo de esvaziamento do debate público e do dissenso, em que se anula e se desqualifica a crítica, e, por conseguinte, a política, tendendo para um campo hegemônico da *sociedade civil íntima*, que, conforme Santos (2012e), são os cidadãos que estão próximos do Estado, que carrega a marca do privilégio, de uma minoria que privatiza o público, para seu interesse particular de indivíduo, grupo e classe social. Ao caminhar nesse sentido, da *desfiguração da esfera pública*, reproduz o caminho torto da república e afasta-se, distancia-se, da sociedade civil, para engrossar e aprofundar a *sociedade civil incivil*, consoante a qual, ainda que tenham direitos formais, concretamente, os cidadãos “estão excluídos da condição da cidadania, pois não podem exercê-los. Estão, também, dominados pelos vetos dos poderosos”, sinais evidentes e preocupantes do *fascismo societal*, que têm marcado esses grandes projetos e empreendimentos hidrelétricos e outros (SANTOS, 2012b; 2012e).

Não obstante exista essa tendência, é importante verificar que o Painel de Especialistas repõe, sob novos termos e perspectivas, a relação entre universidade/ciência e sociedade, em particular com os movimentos e grupos sociais subalternos, contribuindo com a luta e resistência do MXVPS, fornecendo e dispondo publicamente tanto uma massa crítica qualificada de conhecimento técnico-científico para se debater sobre o AHE Belo Monte, quanto para provocar outras instituições e agentes, como o MPF e meios de comunicação, a exigir um esclarecimento e debate público com a sociedade diante de um conjunto de problemas identificados no EIA-Rima de Belo Monte.

Provocados e demandados pelos movimentos sociais para realizar estudos sobre os grandes e graves problemas socioambientais, econômicos, políticos e culturais na região do

<sup>402</sup> MGXT. **Entrevista**. [jun. 2013]. Entrevistador: Sérgio Roberto Moraes Corrêa. 2013.

Xingu e Transamazônica, esses cientistas têm ajudado a evidenciar e amplificar as vozes dessas ações coletivas e qualificar o debate público, pressionando as instituições do poder público e do setor privado a se manifestar sobre tais projetos e empreendimentos e suas implicações para o conjunto da sociedade, contribuindo, assim, para a visibilização e legitimação pública dos processos de luta e resistência desses movimentos sociais, para acentuar o tom da “reclamação da parte dos que não têm parte”, ajudando a ampliar e expandir o campo de conflito<sup>403</sup>.

No processo de construção dessa rede de parceiros, a relação do MXVPS com os cientistas tem apontado, portanto, para uma experiência dialógica, democrática e crítico-educativa relevante entre movimentos sociais e universidades públicas e instituições de pesquisa, a fim de colocar em debate na agenda pública da sociedade brasileira, em particular amazônica, questões de interesse público fundamentais para a região, para o país e para mundo, haja vista a problemática que Belo Monte implica para o conjunto da humanidade. Essa experiência dialógica, entretanto, não anula as tensões e conflitos internos existentes nessa relação, posto as posições diferentes aí assumidas.

Na *frente de comunicação e mobilização*, o MXVPS apresenta características e métodos diferentes e novos em relação ao formato de outros movimentos. Essa frente se assenta e se baliza, em grande medida, pela luta e denúncias da frente política; pela produção de conhecimento técnico-científico realizada pelo painel de especialistas, assim como pela produção da frente jurídica sobre Belo Monte, para ajudar a vizibilizar e gerar um debate público sob outra perspectiva, outro ângulo, a partir dos povos e comunidades tradicionais e movimentos sociais do Xingu, confrontando com o discurso e poder simbólico dominante, instaurando, assim, um campo de “combate” entre concepções e posições conflitantes.

Mas, antes de apresentar algumas dessas características, descrevemos aqui, resumidamente, o que é e como funciona o *Comitê Metropolitano Xingu Vivo* (CMXV) de Belém. Esse Comitê, pode-se dizer, conforme depoimentos de seus integrantes, é uma “ramificação” do MXVPS, que vai inspirar a criação de outros, dentro do país e fora dele, construindo uma articulação em rede, mas com a autonomia de cada organização. O CMXV de Belém nasce em 2009, no calor das audiências públicas sobre Belo Monte, em especial em Belém, entretanto, preservando-se como movimento “autônomo”. Reúne um conjunto diverso de entidades e organizações e expressa uma forma de atuação e organização que o diferencia

---

<sup>403</sup>Ver resposta às críticas do Painel de Especialistas em: [http://advivo.com.br/sites/default/files/documentos/atendimento\\_as\\_criticas-pe.pdf](http://advivo.com.br/sites/default/files/documentos/atendimento_as_criticas-pe.pdf).

do MXVPS. Segundo um de seus integrantes, que se considera um “ativista lutador”, em entrevista a nós:

Isso fez com que o Movimento Xingu Vivo ramificasse pra várias partes do Brasil e até pra fora do Brasil com apoiadores no mundo todo. Aqui em Belém, foi criado um Comitê [Metropolitano Xingu Vivo] que tem justamente a função de reverberar essa luta e contribuir com esse processo. Ele foi criado em 2009 quando aconteceu a audiência pública de Belo Monte aqui em Belém. Então várias organizações se reuniram pra participar daquela audiência pública. Eu por avaliar aqui esse debate é de suma importância e tenho participado desde aí. Nós não temos uma hierarquização de um cargo, essa coisa. Os componentes contribuem com essa luta, com a reflexão, com a pesquisa, com a ação direta, concreta. Então a minha participação é como mais um ativista lutador, que esse debate é fundamental pro futuro, não só da Amazônia, mas do Brasil e do mundo e tenho tentado dar a minha contribuição (informação verbal)<sup>404</sup>.

Ao continuar seu relato, destaca a relação com o MXVPS e o aspecto da “autonomia”, assinalando que a “unidade” vem sendo construída contra o modelo de desenvolvimento em curso, indo, portanto, para além de Belo Monte.

Falando um pouco mais do meu lugar e pegando a experiência do Comitê de Belém, de certa forma hoje, tem sido um pouco diferente da experiência do Movimento Xingu Vivo de Altamira, principalmente nesse aspecto dessa amplitude de articulações de organizações diferentes, heterogêneas. É importante destacar a articulação com o movimento de Altamira, mas o Comitê de Belém tem sua autonomia (...). Então, em Belém, no Comitê, desde o início, me chamava muito atenção o por quê de, por exemplo, partidos políticos, que, em geral se confrontam inclusive, dentro do Comitê Xingu Vivo: PSOL, PSTU, PCB e PPS. Não é muito fácil quem vivenciou o movimento estudantil na universidade, quem vivenciou ou vivencia o movimento sindical, as disputas que existem, essas organizações estarem no mesmo espaço de forma relativamente harmônica. No Comitê, não há uma harmonia absoluta, mas relativa. Quando os partidos vieram pra compor o Comitê se inseriram de uma forma bastante intensa e têm se dedicado muito, as suas lideranças vieram para esse processo, suas juventudes vieram para esse processo, participando ativamente e discutindo todos juntos nos momentos das reuniões, deliberando com unidade. Eu ficava intrigado: por que esse tema conseguia garantir essa unidade, muito pouco comum historicamente falando [risos]... Daí eu fui vendo que Belo Monte não é só uma hidrelétrica, mas um modelo de vida, modelo de desenvolvimento é que essa unidade foi construída (informação verbal)<sup>405</sup>.

O quadro desenhado acima, quando confrontado com a realidade concreta, evidencia um campo de posições político-ideológicas bastante diverso e contraditório, pondo um enorme desafio para a construção de uma “unidade”, dadas as forças sociais dessa arena. No que concerne à “metodologia” da organização, esse mesmo ativista destaca:

<sup>404</sup> DCMXV. **Entrevista**. [mar. 2012]. Entrevistador: Sérgio Roberto Moraes Corrêa. 2012.

<sup>405</sup> Idem.

Uma outra coisa é a metodologia que nós utilizamos: por exemplo, diferente da metodologia que os partidos adotam, a deliberação a partir da votação, nós não votamos no comitê. No comitê, não tem votação. Se nós temos diferenças em avaliações e possíveis encaminhamentos, a gente exercita nossa possibilidade de discutir, de dialogar, de refletir e de avançar, por mais que isso tome mais tempo possível, mas pra que isso leve há um máximo de consenso possível. Se há duas propostas, vai pegando um pouco da primeira, um pouco da segunda, se tem uma terceira, pega um pouco da terceira. Vai tentando de uma forma tranquila ou mais tranquila possível chegar a consensos e isso faz com que nós não criemos vencedores e vencidos numa disputa por um determinado encaminhamento, por uma determinada decisão. Essa é uma metodologia que os movimentos sociais têm utilizado e nós no Comitê temos executado exaustivamente e tem possibilitado esse avanço. Então, nós temos sido bastante pedagógicos em algumas coisas que eu imagino que isso tem refletido para fora dessa experiência, para outros espaços (informação verbal)<sup>406</sup>.

Nesses termos, essa suposta conciliação de propostas para construção de um “consenso” assinala um caminho de participação que relativiza a força da batalha das ideias e das relações de poder, podendo ser prejudicial na condução dos conflitos internos e de construção de agendas coletivas.

Outro ativista do CMXV, em entrevista a nós, a despeito dessa concepção, argumenta que uma coisa importante da organização é “não ter uma estrutura hierárquica”:

Assim, uma das coisas, aí eu vou falar como Comitê, mais importante de todas no Comitê é a gente não ter uma estrutura hierárquica, a gente não tem um presidente, a gente não tem coordenador, a gente não tem primeiro ministro, a gente não tem um representante né? E com isso você consegue evitar uma briga pelo poder, porque não tem o poder! Não tem um cargo aqui assumido, então, isso evita que haja uma briga pelo poder e daí você consegue juntar todo esse coletivo que vai de vegetarianos a narcopankes, passando por Movimento LGBT, Movimento Negro, Sindical etc. Aí você consegue fazer um caldo, né? (informação verbal)<sup>407</sup>.

Se partirmos do pressuposto de que as relações sociais são marcadas por relações de poder e conflito, como assinala Foucault (1995), as mesmas não podem ser esvaziadas. Não é, portanto, anulando em si uma suposta estrutura hierárquica (“cargo” ou “posto”), que se anula a relação de poder e verticalização das relações. O desafio está em construir novos sentidos e usos dessas relações de poder e disputas democraticamente.

O ativista DCMXV arremata, contudo, levantando e reconhecendo limitações:

Agora, qual é o limite disso tudo? O limite disso é que nós vamos trabalhar com uma diversidade de percepções, desde as mais radicais até as mais pacifistas, contra a violência; que defendem a democracia direta, horizontal tudo mais... e o tempo vai ter que ser um tempo que possibilite o caminhar nesse processo, ou seja, o limite vai ser o limite de até onde nós vamos ter a

---

<sup>406</sup> Idem.

<sup>407</sup> MCXV. **Entrevista**. [mai. 2013]. Entrevistador: Sérgio Roberto Moraes Corrêa. 2013.

capacidade, e aí não é a capacidade de uma pessoa, mas de todo um coletivo de entender que essa busca é maior do que nossas próprias crenças individuais ou da crença de nossa organização (informação verbal)<sup>408</sup>.

Ao falar da “ramificação” do MXVPS para outros lugares, através da criação de outros “Comitês” ou uma denominação diferente, esse ativista comenta:

Veja, são coletivos que estão juntos no mesmo processo, mas que matêm a sua autonomia. É o mesmo com os coletivos de São Paulo, que apoiam o MXVPS, mas matêm sua autonomia. Isso, também, para o [os coletivos] Rio de Janeiro, Rio Grande Sul, Mato Grosso, toda organização. Há comitês espalhados pelo Brasil com diferentes possibilidades de atuação, com outro nome que no processo foram se inserindo em outras lutas, por exemplo, o Código Florestal, as Hidrelétricas em outros locais. Isso para mim é bastante rico: essa possibilidade de um lugar, de uma situação e de um elemento ir ampliando a sua visualização, seu foco pra outros sem que isso se torne uma fragmentação e desqualifique o processo (informação verbal)<sup>409</sup>.

Na *frente* de comunicação e mobilização do MXVPS, esse Comitê Metropolitano Xingu Vivo assume um papel importante e estratégico, assim como os demais comitês no Brasil e no mundo, para “reverberar” essa luta e resistência contra Belo Monte, mobilizando e utilizando métodos novos de convencimento e mobilização, de protesto e “combate”, como as mídias alternativas e as novas tecnologias da informação e comunicação, as TICs, as *redes sociais*, emergindo aí o fenômeno do *ciberativismo* e a figura do *ciberativista*. Esse fenômeno contemporâneo é denominado, também, de *ativismo online* ou *digital*, que é um meio e uma forma de ativismo pela internet, usado para divulgar causas, fazer reivindicações e organizar mobilizações e protestos (MORAES, 2001, p. 1). Em seu texto *O Ativismo Digital*, Dênis de Moraes concebe esse “ciberativismo” ou “ativismo digital como “uma arena complementar de mobilização e politização, somando-se a assembleias, passeatas, atos públicos e panfletos”, articulando, dialeticamente esse campo cibercultural da luta e resistência com o campo real.

Ao falar sobre o processo de comunicação e mobilização, por meio das novas tecnologias, protagonizado por esses diversos grupos que compõem o Comitê, isto é, os *ciberativistas*, para “reverberar” e vizibilizar a problemática do projeto Belo Monte, um ativista do CMXV, entrevistado por nós, relata a experiência do “Dia Mundial Contra Belo Monte”, articulando esse campo do ciberativismo com o ativismo das ruas. Ademais, salienta a importância da mobilização por esses meios frente à grande mídia tradicional, que produzia e difundia imagens positivas de Belo Monte.

E esses grupos eles são fundamentais nessa parte tanto da ação da comunicação, porque dentro de cada grupo desses, a gente tem o que a gente chama de ciberativista, que são pessoas que se dedicam a tá pautando twitter,

<sup>408</sup> DCMXV. **Entrevista**. [mar. 2012]. Entrevistador: Sérgio Roberto Moraes Corrêa. 2012.

<sup>409</sup> Idem.

facebook, e-mail, tudo! E de uma forma que não tem como não perceber, o que tá acontecendo. A gente consegue fazer, na mobilização que a gente fez aqui, pode parecer pequeno, mas no dia mundial contra Belo Monte, a gente conseguiu botar duas mil pessoas só pelo facebook, sem nenhum centavo, a gente fez cem grana e a mídia fazendo uma campanha contrária, falando de Belo Monte positivamente, mas mesmo assim, a gente ainda conseguiu botar 2.500 pessoas nas ruas. (...) A gente conseguiu mobilizar, nesse dia, 16 países em 32 cidades. Na embaixada brasileira do Irã, um casal protestando lá; em Singapura teve gente protestando e isso partindo desse computador, do computador da Verena, do computador da Maíra, sem recurso nenhum, só a gente mesmo fazendo isso (informação verbal)<sup>410</sup>.

Nesse processo, ele registra o importante protagonismo dos “jovens”, que integram os Diretórios de Estudantes das Universidades públicas e privadas de Belém, “os DCEs”.

Outra coisa que eu acho que vale muito apenas destacar, também, é que boa parte desse ciberativismo é feito por um grupo que eu considero muito importante do nosso grupo, que é o jovens. A gente conseguiu uma participação da galera dos DCEs das universidades tanto públicas como privadas aqui em Belém, que é impressionante! Como esses meninos e meninas mechem com a internet, esse tipo de ativismo. Então, assim, quero deixar isso bem marcado, por que se isso não fosse por eles, talvez o Comitê não existisse, o protagonismo dessa juventude (informação verbal)<sup>411</sup>.

Ele segue destacando a contribuição, ainda, desses ciberativistas para a atualização do *site* e do *blog* do Movimento, mas adverte para a subutilização dessa ferramenta por movimentos sociais.

A gente consegue manter uma sequência, também, de atualização dentro do *site* e do nosso *blog*, que acabam se tornando fontes, referências<sup>412</sup>. Muita gente liga pra cá pedindo o *blog*, pedindo o *site*, que é onde o pessoal tá indo buscar informação, que não as informações oficiais e do consórcio. E a gente consegue manter isso atualizado, de forma voluntária, porque as pessoas que fazem isso são voluntárias, no caso, é eu, Maurício e o Otávio e com isso a gente consegue furar o bloqueio, por incrível que pareça, pra fornecer pauta pra grande mídia, através de nossos instrumentos de comunicação, que eu acho que é muito legal, porque prova que a ferramenta, muitas vezes, é

<sup>410</sup> MCXV. **Entrevista**. [mai. 2013]. Entrevistador: Sérgio Roberto Moraes Corrêa. 2013.

<sup>411</sup> Idem.

<sup>412</sup> Ao se consultar o *site* ou sítio do MXVPS em: <http://www.xinguvivo.org.br/> e o *blog* do Comitê: <http://xinguvivo.blogspot.com.br/2013/09/carta-do-comite-xingu-vivo-aos.html>, é possível identificar uma rede ou teia bem articulada entre as frentes de ação, em que estão disponíveis desde documentos e artigos jurídicos a textos/documentos de base científica, em particular dos membros do Painel de Especialistas, para subsidiar e orientar o debate público. Ademais, através desses sítios, é possível linkar outros sites de instituições parceiras, que reverberam e visibilizam os pontos e contrapontos em torno da polêmica de Belo Monte. É possível acessar, ainda, um conjunto de vídeos e depoimentos sobre a questão de Belo Monte. É possível consultar, no link: “Belo Monte de Violências”, destacados artigos do Procurador da República Felício Pontes jr. É possível, também, participar da “Campanha: ‘Justiça já a Belo Monte’” em que “Antônia Melo pede que você se junte ao Movimento Xingu Vivo Para Sempre para pedir aos ministros do Supremo Tribunal Federal – STF, que faça Justiça Já, garantindo o direito à consulta prévia aos povos indígenas do Xingu, sobre Belo Monte”. É possível, ainda, consultar o “Blog da Ocupação” dos canteiros de Belo Monte.

subutilizada por movimentos sociais e a gente soube dar um certo valor pra isso (informação verbal)<sup>413</sup>.

Ao tratar dessas novas tecnologias da informação e comunicação como trunfos de luta e resistência do Movimento, outro ativista identifica sua importância, mas chama a atenção para a necessidade de não se “negligenciar” os antigos meios.

É inegável que essas novas possibilidades das redes, internet e *web* são muito significativas nesse processo. Claro que nós não podemos negligenciar os antigos meios de comunicação, como o velho jornalzinho do sindicato, o panfleto, o informativo, morreu, desapareceu...? De forma alguma! Porque basta lembrar que na região existem milhares de pessoas que não têm energia elétrica, que não têm televisão, muito menos computador e internet. E a velha maneira de se comunicar é aquela que o sindicato e igreja fazem muito bem, lavar o informativo da igreja, o jornal do sindicato. Isso na Amazônia principalmente não desapareceu e nem vai desaparecer tão cedo, mas pra falar com o mundo, pra eu acessar o *skype* e conversar com um ativista que está na França como ele pode está reverberando na Europa o que está acontecendo aqui na Amazônia, que antes ele só iria saber meses depois, e hoje ele pode saber instantaneamente. Eu ainda não me sinto preparado pra entrar no *facebook* [risos]. É uma outra rede que é muito utilizada. Vou me prepara psicologicamente melhor para entrar um dia [risos], mas a comunicação, por meio da rede social, ela é muito importante e tem contribuído muito para o MXVPS (informação verbal)<sup>414</sup>.

Uma liderança do MXVPS, ao falar sobre essa questão, lembra a visibilidade que ganhou a ocupação do canteiro principal de obras de Belo Monte pelos índios Munduruku com o uso das redes sociais e associa estas a uma “dádiva divina”.

Nossos meios de comunicação, além do jornal escrito, das matérias que são feitas por esses jornalistas da assessoria de comunicação do Xingu Vivo e, também, do CIMI, têm as redes sociais que são meios de comunicação fantásticos, que rapidamente tá no mundo todo. Por exemplo, agora, a ocupação dos Munduruku no maior sítio de Belo Monte, no canteiro, foi um dia de twttação assim, o tema principal foi a ocupação de Belo Monte pelos Munduruku, isso deu uma visibilidade pra esses povos no mundo todo. O Bispo [Dom Erwin] disse que tava lá na Alemanha e o pessoal dizia: “E os índios, Bispo? E Belo Monte?”. [Risos]. Rapidamente, o mundo todo sabe do que tá acontecendo. Isso é genial, isso é uma dádiva mesmo das forças divinas, dos ancestrais, enfim, do bem! (informação verbal)<sup>415</sup>.

Essa mesma liderança acrescenta, destacando o papel dessas “redes sociais” e das “mídias alternativas”.

Tem as redes sociais, tem as mídias alternativas, que têm esse compromisso de mostrar o que está acontecendo, por que Belo Monte, com seus vinte e quatro anos de luta e resistência se tornou um problema mundial, um problema da humanidade mesmo e Belo Monte é um projeto contra a humanidade, contra a vida, contra o planeta, contra o meio ambiente. Então,

<sup>413</sup> Idem.

<sup>414</sup> DCMXV. **Entrevista**. [mar. 2012]. Entrevistador: Sérgio Roberto Moraes Corrêa. 2012.

<sup>415</sup> MGXT. **Entrevista**. [jun. 2013]. Entrevistador: Sérgio Roberto Moraes Corrêa. 2013.



hoje, com a alternativa das redes sociais, da pequena mídia, da mídia alternativa, enfim, dos jornais, a gente consegue fazer essa conexão, essa conexão desses problemas (informação verbal)<sup>416</sup>.

Ela arremata seu depoimento sobre essa questão, dizendo que um dos momentos importantes dessa luta contra Belo Monte foi o vídeo postado na internet: “É a Gota d’Água + 10”, coordenado por Sérgio Marone e outros atores da Rede Globo, que pedem, através de uma petição com mais de um milhão de assinaturas, à Presidenta Dilma Rousseff “a interrupção imediata das obras de Belo Monte e a abertura de um amplo debate que convoque os brasileiros a refletir e a opinar sobre qual o modelo de progresso que estamos dispostos a perseguir, ciente das conseqüências de suas escolhas”. Ela faz menção à audiência de que participaram membros do auto escalão do governo federal.

Também, não o mais importante, mas, também, importante, nessa luta em 2011, foi a organização dos artistas do Gota D’água. Eles conseguiram, numa semana, mil assinaturas *on line* contra Belo Monte. Vieram aqui, falaram com o povo da periferia, falaram com os indígenas, com os ribeirinhos, foram na Volta Grande, viram tudo fizeram uma Carta, um Documento e pediram audiência com a presidente da república, me convidaram, convidaram o Xingu Vivo, eu fui, eu não podia falar muito porque eu era só convidada. Dilma não apareceu, mandou a ministra do meio ambiente, Isabela Teixeira, esse ministrozinho da Casa Civil, o ditador [Gilberto Carvalho] e [Edson] Lobão [Ministro de Minas e Energia]. Aparecem lá por que eram os artistas que estavam lá, o Sérgio Maroni, que coordenava o Gota D’água, a jornalista Ana Paula. Apresentaram a carta com várias reivindicações para o governo. Primeiro mostrando que as condicionantes não tinham sido cumpridas e que o povo aqui estava sofrendo muito e que os índios não tinham sido ouvidos. Então, a reivindicação era suspender Belo Monte e fazer as condicionantes e ouvir os indígenas, entre outras..., abrir um Seminário com diálogo a nível nacional para população, especialistas da área, movimentos sociais discutir a política energética do Brasil, entre outras... A primeira resposta, depois que o Sérgio leu a Carta foi dada por Gilberto Carvalho, dizendo: “Não podemos mais parar Belo Monte, porque o governo já investiu muito nas obras” (informação verbal)<sup>417</sup>.

Sobre o “*ativismo de rua*”, outro entrevistado registra:

(...) no âmbito das ações, a gente tem conseguido fazer umas coisas bem organizadas e mesmo com ausência de recursos e que causa impacto, aí é que a gente consegue furar em definitivo o bloqueio da mídia mesmo. Quando a gente ocupou a Eletronorte, a gente estampou a matéria de capa tanto pro Liberal como pro Diário e a gente tinha trinta pessoas ocupando a Eletronorte. A gente ocupou o Ibama, que tinha menos gente ainda, 15 pessoas ocupando, aí também conseguimos capa, conseguimos matéria em nível nacional. Então, esse ativismo de rua, essas ações de rua, também, dão uma visibilidade muito grande pras ações que a gente tá fazendo contra Belo Monte, tanto aqui como lá em Altamira, porque uma coisa puxa outra, você falou aqui remete pra lá. A imprensa liga, aí eu digo: “Olha, liga pra Antonia

---

<sup>416</sup>Idem.

<sup>417</sup> Idem.

Melo e fala com ela lá”; “Olha, liga pro Dom Erwin e fala com ele lá.”. aí que é o nosso papel. O papel do Comitê quando foi criado foi justamente esse: dar visibilidade pra luta lá de Altamira aqui na capital, por isso que nós criamos esse Comitê aqui (informação verbal)<sup>418</sup>.

A *frente de comunicação e mobilização*, em diálogo com a *frente dos bancos*, tem ajudado, conforme relato de seus ativistas, a produzir um “constrangimento internacional” a instituições financiadoras desses grandes empreendimentos na Amazônia, como Belo Monte. A *frente de comunicação e mobilização*, por meio de seus ciberativistas reverbera essas informações para pressionar os grandes grupos financeiros e tornar pública essas questões, gerando um constrangimento e forçando-os a desistir de realizarem tais investimentos.

Um dos ativistas do CMXV relata uma dessas experiências desenvolvidas pelo MXVPS, como a campanha na internet: “*Belo Monte, com meu dinheiro não!*”:

Essa frente dos bancos fez uma campanha na internet: “Belo Monte, com meu dinheiro não!”, o resultado dessa campanha foi encaminhado, além do BNDES, pros outros Bancos, do que a construção da barragem pode representar pra imagem dos bancos no exterior. Tipo a gente vai fazer uma campanha: “Oh, esse banco, Bradesco, tá financiando Belo Monte e Belo Monte representa isso pros povos indígenas”. Então, o que isso pode representar pras ações do Banco na Bolsa de Valores. Então, é mais uma ação de pressão em cima dos bancos pra que não liberem dinheiro pras obras (informação verbal)<sup>419</sup>.

Continua seu relato, apontando, também, os avanços e limites dessa estratégia em se tratando de banco público, como o BNDES:

Lá em Rondônia, o Santander estava financiando uma parte da hidrelétrica de Jirau e ele foi obrigado a retirar o financiamento por conta da pressão na Espanha, que foi feita lá. Mas, como o BNDES é um banco público, então, em cima do BNDES a gente tem feito mais essa pressão de exigir os documentos, porque não é feito, não é transparente o negócio e questionando as taxas de juros e fazendo essa denúncia lá fora, mas o BNDES é muito mais difícil, porque é um banco público, banco mais político do que econômico, porque isso implica decisão política. Se esse constrangimento internacional funcionasse nesse caso, a gente teria essa obra parada por tudo isso que já aconteceu. Mas, é um foco que a gente não perde. A gente continua fazendo isso, porque ainda vai dar em alguma coisa (informação verbal)<sup>420</sup>.

Esse relato sobre o BNDES deixa uma lacuna, uma vez que é uma decisão política, mas orientada sob uma lógica ditada, hegemonicamente, pela dinâmica da política econômica neodesenvolvimentista do governo. Portanto, não é uma decisão política em si, mas uma

<sup>418</sup> MCXV. **Entrevista**. [mai. 2013]. Entrevistador: Sérgio Roberto Moraes Corrêa. 2013.

<sup>419</sup> Idem.

<sup>420</sup> Idem.

decisão orientada pela programática da agenda econômica do crescimento sob a intervenção do Estado em parceria com grandes grupos econômicos nacionais e transnacionais.

É possível identificar que essa *frente de comunicação e mobilização* do MXVPS apresenta e expressa formas e conteúdos diferentes em seu *repertório*, assumindo as mídias alternativas e as novas tecnologias de informação e comunicação dimensões e meios de destaque para dar visibilidade à sua luta e resistência contra Belo Monte. Esses novos instrumentos e espaços não são tomados como um *fim em si*, eles se apresentam e são usados como *meios* estratégicos imprescindíveis para projetar e reverberar uma luta e uma visão de mundo dos *subalternos*, se contrapondo à visão hegemônica, encarnada no projeto Belo Monte. O *ciberativismo* tem assumido dimensão complementar relevante ao *ativismo de rua* para a reinvenção e alargamento da esfera pública, para renovar e reconfigurar as mídias como *campo de combate*, como terreno de relações de poder entre grupos e classes sociais na sociedade em busca da construção de consenso, *hegemonia*, em torno de seus projetos em disputa na sociedade (GRAMSCI, 2011, CC, v. 3). Assume o *poder simbólico*, aí também, condição estratégica na disputa para a produção de sentidos sobre Belo Monte. A disputa pelo *poder simbólico*, para construir uma legitimação e influir na construção do pensar e do agir de grupos e classes sociais na sociedade, para conservá-la ou transformá-la, assume condição determinante, pois, o *poder invisível* (que não somente constrói um ponto de vista sobre o mundo, mas impõe uma visão de mundo e ajuda construir o próprio mundo) é legitimado e reconhecido de maneira dissimulada (BOURDIEU, 2010a).

É possível, nesse prisma, verificar que essa *frente de comunicação e mobilização* assume, de forma articulada e concatenada com as demais *frentes*, um papel estratégico nessa experiência social de luta e resistência ativa do MXVPS contra Belo Monte. Essa frente se apropria, (re)elabora, produz e propala discursos, enunciados e sentidos sob o ponto de vista dos *atingidos* (as), confrontando com o discurso oficial e hegemônico. Assim, inscreve e instaura um *campo de combate* não somente entre posições e concepções diferentes sobre esse empreendimento, mas sobre posições e concepções conflitantes de desenvolvimento, de sociedade, de mundo que ele (Belo Monte) representa e encarna material e simbolicamente, objetiva e subjetivamente.

Nesse sentido, se intenciona construir, nos termos de Gramsci, uma legitimação e um consenso na sociedade, para influir nos rumos de Belo Monte, nesse caso do MXVPS, barrar Belo Monte, ou como expressa uma de suas palavras de ordem: “*Pare Belo Monte!*”, o que representa num sentido mais *latu* barrar um modelo de desenvolvimento e de sociedade e apontar novos rumos, demarcando, portanto, um campo de disputas pela hegemonia dos

rumos políticos, econômicos, sociais, culturais e ambientais da sociedade brasileira, a partir da realidade amazônica. Daí que algumas lideranças e parceiros do MXVPS entendem que “A derrota dos movimentos sociais e movimentos socioambientais, nesse caso aí de Belo Monte, representa uma derrota pra muita coisa” (informação verbal)<sup>421</sup>.

Isso revela que o MXVPS, por intermédio desses meios de comunicação e de informação alternativos, tem possibilitado “furar o bloqueio” das grandes mídias, produzindo uma *inflexão* nesse campo de combate, ajudando a visibilizar personagens, concepções e temas “invisíveis”, subalternos, e confrontar discursos e percepções dominantes, ajudando, assim, a pluralizar e reverberar vozes e pontos de vistas, visibilizando novas experiências sociais e perspectivas de resistência contra-hegemônica (SANTOS, 2006). Essa é uma nova dimensão da *esfera pública* que vem ganhando força e reconfigurando as relações de poder e de influência na sociedade. Não obstante os avanços que esse movimento tenha conseguido em “furar” os bloqueios das grandes empresas de comunicação e apresentar sinais relevantes de um movimento de democratização *por baixo*, contudo, é importante ressaltar que esse campo de poder é, estruturalmente, desigual e monopolizado.

No campo da *frente jurídica*, é possível verificar, em dimensão ainda bastante restrita, uma parceria e uma relação dialógica com membros do poder judiciário da esfera institucional do Estado, em particular com o Ministério Público Federal (MPF), que tem se apresentado, a partir de 2001, como um “parceiro” e protagonista de uma batalha judicial contra as irregularidades que cercam o projeto de Belo Monte. Na esfera da sociedade civil, essa parceria e relação tem se dado e desenvolvido com mais larguesa, em especial com a Sociedade em Defesa dos Direitos Humanos (SDDH). Essas duas arenas têm suas particularidades e dinâmicas, mas se relacionam e são atravessadas por relações de poder entre classes e grupos sociais de interesse na sociedade brasileira. Isso revela que o campo institucional do Direito tem se mostrado muito pouco aberto para a influência e relação com os movimentos e organizações sociais da sociedade civil, expressando, por consequência, uma arena de relações de poder estruturada assimetricamente.

Um membro da SDDH que apoia e assessora o MXVPS, em entrevista a nós sobre essa questão, disse:

Em termos institucionais, sim, em termos de Estado, eu diria que é muito desigual, estou falando Estado em termos dos três poderes: executivo, legislativo e judiciário, nessas três instâncias a gente tem muito pouco apoio e muito poucas pessoas interessadas em discutir com os movimentos sociais e Xingu Vivo questões que possam está levando para os seus espaços: seja o

<sup>421</sup> ISAXV. **Entrevista**. [jun. 2012]. Entrevistador: Sérgio Roberto Moraes Corrêa. 2012.

Congresso, seja a Secretaria, seja o Poder Judiciário. Nós temos, basicamente, uma grande força que é o Ministério Público Federal. Atualmente, a defensoria pública, também, assumiu essa discussão e o restante eu diria que é quase nula as outras participações em termos de Estado. Agora, em termos de Sociedade, obviamente, que o Xingu Vivo tem um apoio muito grande de organizações internacionais, tem uma série de instituições que tentam, conseguem fazer uma sensibilização internacional pra que haja um pressão com relação à Brasília (informação verbal)<sup>422</sup>.

Os rumos e posicionamento assumidos pelo PT e seu governo, a exemplo de Belo Monte, também, têm contribuído decididamente para esse distanciamento e fratura entre Estado e sociedade civil, haja vista o processo de burocratização do partido e do governo e seu afastamento dos movimentos sociais e de uma programática de sociedade democrática (COUTINHO, 2010; OLIVEIRA, 2010). Para Vianna (2006, p. 8-9), a opção se fez por uma “política de assédio permanente às instituições” e “competições eleitorais”.

No tocante a Belo Monte, é possível identificar um *processo de judicialização dos conflitos*, em particular a partir de 2005. Sobre isso, o membro da SDDH, que apoia e assessora o MXVPS, em entrevista a nós, relata:

Quando ela [Belo Monte] entra como obra do PAC e o governo entende que tem que tocar essa obra de qualquer jeito. É o momento crescente de judicialização. Eu entendo que a partir de 2005, e aí a trajetória de ações judiciais, se a gente for pegar desde a primeira que foi em 2001, até a última que foi abril parece desse ano [2012], a gente vê que ela se concentra a partir de 2005, quando é feita a autorização pelo congresso nacional pra poder fazer a obra, já que ela está em terras indígenas, ela precisa da autorização do Congresso Nacional, e aí você tem uma série de processos judiciais que são movidos pelo Ministério Público Federal, obviamente com a intenção, num primeiro momento, não é de paralisar a obra em si, a primeira intenção dele é que a obra siga as regularidades necessárias (informação verbal)<sup>423</sup>.

Contudo, o *Observatório Socioambiental de Barragens* identifica que esse não é um caso específico de Belo Monte, mas é um fenômeno que vem avançando e é uma marca muito presente em outros grandes projetos. Segundo esse Laboratório,

A judicialização do conflito em torno da construção de barragens no Brasil vem crescendo. Nos casos de Belo Monte e Teles Pires, por exemplo, a esfera jurídica às vezes parece ser o principal campo de disputa e problematização das transformações sociais e ambientais desses projetos e de questionamento das estratégias dos empreendedores para implantação e construção dessas obras e mitigação e compensação dos impactos (A JUDICIALIZAÇÃO..., [2012]).

No caso de Belo Monte, esse Laboratório identifica o referido processo *de judicialização dos conflitos* relacionado ao projeto de desenvolvimento do país.

<sup>422</sup> DHXT. **Entrevista**. [jun. 2012]. Entrevistador: Sérgio Roberto Moraes Corrêa. 2012.

<sup>423</sup> Idem.

A judicialização do conflito em torno da construção de Belo Monte, expresso nas decisões do TRF [Tribunal Regional Federal] e na reação do STF, refletem o dilema do projeto de desenvolvimento brasileiro: o sistemático desrespeito aos direitos dos povos e comunidades atingidas pelas grandes obras desse projeto sendo colocado de lado pelo argumento de que essas obras são por um bem público maior, o desenvolvimento econômico nacional. Neste caso, os resultados da judicialização foram o reconhecimento judicial da violação dos direitos das comunidades indígenas e o prejuízo do CCBM [Consórcio Construtor Belo Monte] com a paralização das obras em 14 dias por uma decisão judicial (A JUDICIALIZAÇÃO..., [2012]).

A Empresa de Pesquisa Energética (EPE), vinculada ao Ministério de Minas e Energia, através de seu presidente, Maurício Tolmasquim, reclama: “Até entendo que se tenha um processo árduo de debates, de demandas, de estudos, de audiências até o licenciamento. Faz parte do processo democrático. Agora, o que é totalmente inaceitável é que vencido esse processo, isso vá para uma judicialização”<sup>424</sup>. Nesse ponto de vista, a judicialização é posta como um grande obstáculo e retardo à realização das grandes obras de infraestrutura e, conseqüentemente, ao desenvolvimento do país.

Ao fazer um estudo sobre o “novo arranjo político-institucional” brasileiro, focando a ação do Estado brasileiro no processo de desenvolvimento, através dos grandes projetos hidrelétricos na Amazônia, Pereira (2013), não obstante identifique um conjunto de interesses variados em jogo nesse “novo arranjo”, no entanto, considera:

(...) o arranjo atual não é capaz de processar os conflitos que emergem do embate entre interesses divergentes, o que tem causado a judicialização dos processos decisório e de implantação de hidrelétricas e a baixa legitimidade desses projetos. Essa dificuldade de conciliar interesses é explicada pelas diferenças existentes entre os ramos estatais envolvidos na construção de grandes hidrelétricas: a capacidade decisória se concentra em órgãos com pouca abertura política, enquanto a capacidade participativa é característica de órgãos com baixa capacidade decisória (PEREIRA, 2013, p. 6).

Esse processo de aceleração da judicialização dos conflitos em Belo Monte tem assinalado e demonstrado o quão a *esfera institucional* (jurídica) se tornou uma das arenas centrais desse campo de batalha, mas assentada em relações desiguais. Esse fato, no entanto, protagonizado em especial pelo MPF, não tem implicado o esvaziamento da esfera da ação coletiva do MXVPS contra Belo Monte ou produzido um deslocamento dessa esfera da sociedade civil para a esfera jurídica em si. Isso corre em tensão nessas arenas.

O que se percebe é uma ação articulada e conjunta entre o MXVPS e outras organizações sociais da sociedade civil com MPF, para avançar nas denúncias de irregularidades que pesam sobre Belo Monte e, assim, torná-las públicas para a sociedade e

<sup>424</sup>Ver: “Judicialização fragiliza o setor.. Disponível em: <http://www.canalenergia.com.br/zpublisher/materias/Retrospectiva.asp?id=93359&a=2013>.

pressionar o Estado brasileiro para que garanta o cumprimento dos princípios e ritos constitucionais, bem como os tratados internacionais, que preservam os direitos de povos e comunidades tradicionais ameaçados por esses grandes projetos<sup>425</sup>. Nesses termos, o MXVPS, ao acionar o poder judiciário, através do MPF, tem assumido um papel relevante para imprimir um outro sentido ao processo de *judicialização* em curso, que direcione e aponte para um (re)encontro entre república e democracia e reinvenção da esfera pública na efetivação e garantia dos direitos sociais e da cidadania (VIANNA *et al*, 2014) num contraponto ao caminho hegemônico da *sociedade civil íntima* (SANTOS, 2012e). Esse é um sinal importante de resistência, mas o MXVPS conseguirá reunir forças sociais e políticas para direcionar e alargar esse processo dadas as relações de poder estruturais desiguais?

Nesses termos, com a apresentação das *frentes* do MXVPS, é possível se identificar uma ação de *resistência ativa*, que combina e articula tanto diferentes agentes e agências sociais, quanto diferentes dimensões e escalas da sociedade, revelando pistas e sinais de uma *práxis* política contra-hegemônica, que desenrola sua trama em diversas arenas ou campos de disputa em torno de Belo Monte, para problematizar o presente modelo de desenvolvimento e de sociedade. Nesse processo, o diálogo entre o MXVPS e a rede de agentes tem dado sinais de uma maior visibilização e reconfiguração do conflito, abarcando novos atores e territórios, reescrevendo a relação entre poder e saber, a luta política e a luta epistemológica, com vistas a manifestar e potencializar o debate público e a participação coletiva nos rumos da agenda da região e do Brasil. Essa dinâmica, todavia, tem se deparado e se confrontado com um forte contramovimento de esvaziamento do espaço público e diluição do dissenso, dificultando, assim, um debate aberto e participativo desses diversos atores nas questões centrais do país.

## 5.5 A FRATURA DA UNIDADE E A IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO BELO MONTE

Em momento anterior desse texto, pontuamos que o território do Xingu e da Transamazônica tem sido marcado pela constituição de uma forte resistência aos grandes projetos pensados para a Amazônia. As forças sociais e políticas de resistência, em grande medida, são consideradas pelos setores dominantes da sociedade brasileira, que administram, controlam e comandam o Estado brasileiro como grandes “obstáculos” à realização da “modernização”, do “progresso” e do “desenvolvimento” da região e do país.

---

<sup>425</sup> Até o momento, maio de 2014, já existem 20 Ações Civas Públicas (ACPs) ajuizadas pelo MPF contra o projeto de AHE de Belo Monte, demandas pela sociedade civil, em especial o MXVPS. Até o momento, uma delas foi julgada. Além disso, o projeto desde seu início, em 2011, já enfrentou três suspensões por ordem judicial, por conta das irregularidades apresentadas e denunciadas pelo MPF, mas essas suspensões foram revogadas e o empreendimento segue, como a batalha no campo jurídico, também, segue, de forma muito desigual e morosa.

Por isso, quando qualquer grande projeto de impacto socioambiental é proposto para essa região, as forças sociais, políticas e econômicas dominantes procuram fazer um levantamento e mapeamento da situação e condição desse campo de resistência, a fim de avaliar as correlações de poder e levantar as reais possibilidades de execução ou não. Mas, quando um grande projeto, como Belo Monte, passa a ser reposicionado, demandado, defendido e pautado por forças políticas e sociais, que antes compunham esse campo de resistência, no sentido mais amplo o campo democrático popular no Brasil, em *alianças* com frações da classe dominante, o que isso tem a revelar? O que isso pode implicar? Quais as suas consequências?

Como já assinalado no primeiro capítulo, o debate do desenvolvimento, em particular o *desenvolvimentismo*, no próprio terreno da esquerda, é atravessado por posições e concepções tensas e conflitivas. Isso expressa que o campo da esquerda é marcado por fortes tensões e disputas internas entre grupos, correntes. O Partido dos Trabalhadores, ao emergir no início da década de 80 como força política de esquerda<sup>426</sup>, é a expressão concreta do “moderno Príncipe” – o *intelectual coletivo*<sup>427</sup> –, o representante em defesa do interesse do projeto coletivo das classes e dos grupos subalternos na disputa de um projeto para o Brasil, o que fez dele, para expressivos segmentos da esquerda brasileira, a representação sociopolítica coletiva por excelência para fazer frente às classes e grupos hegemônicos e demarcar um campo de contradição e conflito na sociedade. O “moderno Príncipe” é, também, um sujeito orgânico importante como enunciador e organizador de uma “reforma intelectual e moral”. Para Gramsci (2011),

O moderno Príncipe deve e não pode deixar de ser o enunciador e o organizador de uma reforma intelectual e moral, o que significa, de resto, criar o terreno para um novo desenvolvimento da vontade coletiva nacional-popular no sentido da realização de uma forma superior e total de civilização moderna. [...] Esses dois pontos fundamentais – formação de uma vontade coletiva nacional-popular, da qual o moderno Príncipe é ao mesmo tempo o organizador e a expressão ativa e atuante, e reforma intelectual e moral – deveriam construir a estrutura do trabalho (GRAMSCI, 2011, CC, v. 3, p. 18).

<sup>426</sup> Consultar: “História do PT” (SECCO, 2012).

<sup>427</sup> Ao recuperar a contribuição do pensamento político de Nicolai Maquiavel no tocante à constituição do *Estado unitário moderno* italiano, Gramsci avança sobre essa contribuição teórica e assinala a ideia do *moderno príncipe* como um “organismo”, existente e assente numa sociedade em processo complexo de *Ocidentalização*, onde o Estado e a sociedade civil caminham para uma relação de equilíbrio, diferentemente do *Oriente*, em que o *Estado é tudo e a sociedade civil é primitiva e gelatinosa*, assumindo o *partido político (intelectual coletivo)*, nesse processo de socialização política, condição primeira e fundante da “vontade coletiva” e de construção da hegemonia (GRAMSCI, 2011, CC, v.3, p. 16).



O PT se torna a própria encarnação de um campo de correlações de poder, de disputas internas pela hegemonia em torno de “projetos alternativos”, de propostas de desenvolvimento, de sociedade, sendo a “grande política” uma de suas marcas constitutivas (GRAMSCI, 2011, CC, v.3, p. 21).

No entanto, em seu processo histórico, em particular com sua chegada à Presidência da República, em 2003, vem-se percebendo uma metamorfose no sentido mais acentuado de uma *desfiguração* programática, marca de um “transformismo” pelo qual o partido vem passando (GRAMSCI, 2002, CC, v.5, p. 286). Concordando, em certa medida, com o diagnóstico de Oliveira (2007; 2010) e de Coutinho (2006b; 2010), o PT vem se tornando um partido do governo, uma grande estrutura burocrática e afastando-se dos movimentos e organizações da sociedade civil; aproximando-se, por meio de alianças, de partidos e setores conservadores; vem promovendo aparelhamento e cooptação de lideranças para enfraquecer e esvaziar o campo crítico e a autonomia de movimentos sociais e sindicais, afastando-se de um campo de luta de classes pela transformação da sociedade, para se situar num campo de reprodução da ordem social existente, por meio de uma “pequena política”<sup>428</sup>, o que está expresso em seus governos de composição controversa e contraditória<sup>429</sup>.

A divergência, em relação aos dois autores, situa-se em não concordarmos com o diagnóstico estrito de “continuismo” do *governo de alianças do PT* em relação à agenda neoliberal do governo FHC. O entendimento, aqui, é um movimento contraditório e tenso entre continuidades e descontinuidades nos marcos da dinâmica hegemônica do capitalismo, realizando alguns ajustes à luz de uma “revolução passiva” à brasileira<sup>430</sup>, agora, sob a expressão neodesenvolvimentista<sup>431</sup>.

<sup>428</sup> “Grande política (alta política) – pequena política (política do dia-a-dia, política parlamentar, de corredor, de intrigas). A grande política compreende as questões ligadas à fundação de novos Estados, à luta pela destruição, pela defesa, pela conservação de determinadas estruturas orgânicas econômico-sociais. A pequena política compreende as questões parciais e cotidianas que se apresentam no interior de uma estrutura já estabelecida em decorrência de lutas pela predominância entre as diversas frações de uma mesma classe política. Portanto, é grande política tentar excluir a grande política do âmbito interno da vida estatal e reduzir tudo à pequena política” (GRAMSCI, 2011, CC, v.3, p. 21).

<sup>429</sup> Sugerimos, aqui, também, a leitura da entrevista com Marilena Chauí (2006), em que ela faz uma análise crítica dos rumos e sentidos do PT e de seu governo de alianças. Mas, chega a um diagnóstico diferente da realidade brasileira atual, identificando suas continuidades e descontinuidades, limites e avanços para promover uma sociedade democrática. É importante, também, ver Secco (2012).

<sup>430</sup> Ao tratar desse conceito, Gramsci diz: “(...) o fato histórico da ausência de uma iniciativa popular unitária no desenvolvimento da história italiana, bem como o fato de que o desenvolvimento se verificou como reação das classes dominantes ao subversivismo esporádico, elementar, não orgânico, das massas populares, através de ‘restaurações’ que acolheram uma certa parte das exigências, que vinham de baixo; trata-se, portanto, de ‘restaurações-progressistas’, ou ‘revoluções-restaurações’, ou ainda ‘revoluções passivas’” (GRAMSCI, 2011, CC, v.1, p. 393).

<sup>431</sup> Sugerimos consultar o estudo de Braga e Bianchi (2005), em que ambos reconhecem “continuidades” no governo do PT com a agenda anterior, mas identificam, também, descontinuidades, sustentando a hipótese da “revolução passiva à brasileira”.

Como já percebido, em seu processo de constituição histórica, o MXVPS, longe de encarnar uma homogeneidade e unilateralidade de pensamento, expressa, como uma de suas matrizes identitárias (em processo de construção), uma vasta *heterogeneidade* política e sociocultural e, por conseguinte, um conjunto de particularidades de posições e concepções diferentes, que ajudam a compor um repertório, que não isenta e anula o Movimento de tensões e conflitos internos. Como parte, portanto, também, de sua identidade em construção, reside o movimento conflitivo entre *particularidade* e *unidade*, que precisa ser compreendido na relação dialética entre a dinâmica interna e externa do Movimento.

Contudo, para essa construção coletiva e “unidade”, dados atores sociais se constituíram em nós ou pontos de entroncamentos relevantes e estratégicos, como a Igreja Católica, por meio de sua ala progressista e das CEBs, os Sindicatos de Trabalhadores Rurais (STRs), o Partido dos Trabalhadores (PT), o Movimento de Mulheres etc., associados a uma rede de parceiros nacionais e internacionais, que ajudaram a conformar uma concepção crítica e de esquerda, assumindo o PT essa condição de sujeito coletivo representante e influente do projeto dessas forças sociais e políticas subalternas, da classe trabalhadora, dos grupos oprimidos e excluídos da sociedade.

O “transformismo”, nos termos de Gramsci, pelo qual o PT tem passado parece ajudar a compreender, tanto o “racha”, que veio a ocorrer no seio desse campo de lutas coletivas, como o enfraquecimento da resistência a Belo Monte e, por consequência, do esboço de projeto contra-hegemônico em construção, expondo uma *fragmentação* e forte fratura nesse campo de resistência. Acerca disso, um ativista do CMXV, entrevistado por nós, diz:

Com a chegada do PT ao poder, houve essa mudança... Cara, eu tenho um vídeo aqui do Airtton Faleto e Zé Geraldo falando absurdos contra Belo Monte. Isso em 1989, lá. Com a chegada do PT ao poder, o discurso mudou completamente e aí toda uma resistência que tinha sido construída na Transamazônica, não toda, mas boa parte, foi por água abaixo. As pessoas ficavam até constrangidas de brigar, porque era o “companheiro Lula”, sabe? Porque era o “companheiro Zé Geraldo”, porque era o “companheiro Airtton”, “eu não vou bater neles, porque a gente ajudou a eleger os caras”, mesmo os caras terem mudado completamente o discurso e a ação, que tinham conquistado lá na base. Então, a Transamazônica tem esse detalhe (informação verbal)<sup>432</sup>.

Uma liderança religiosa, ao se referir a uma reunião em Brasília com o Ministro da Casa Civil, Gilberto Carvalho, relatou um manifesto e posição do presidente Lula, que caracterizam bem esse processo do “transformismo” do PT.

Por exemplo, só um caso para ilustrar: o Gilberto Carvalho disse que eu teria falado, inclusive nesta reunião, que o Lula disse que “os índios e

<sup>432</sup> MCXV. **Entrevista**. [mai. 2013]. Entrevistador: Sérgio Roberto Moraes Corrêa. 2013.

quilombolas são entraves para o progresso”. “O Lula nunca falou isso!!!” Ele sustentou. Ora! Eu tenho todos os dados, eu disse onde e quando foi. O Lula falou isso na casa do Magi, do Blário Magi, até então governador do Estado do Mato Grosso, dizendo que “os índios eram entraves, quilombolas, ambientalistas e leis ambientalistas, inclusive, o Ministério Público Federal são penduricalhos”. Falou isso! Foi publicado! Agora, tão dizendo, porque era ruim pro Lula, ruim pro PT, tão dizendo que não falou. E mandei, mandei todo o texto, mas nunca mais mandou e-mail. Eu mandei pro e-mail deles, eu disse: “Olha, pra refrescar a memória foi em novembro de 2006, o texto é de 25 de novembro”. Nem resposta! Nem agradecendo, dizendo “tomei conhecimento...”. Aí é que você tira (informação verbal)<sup>433</sup>.

Em 22 de julho de 2009, em Brasília, o Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, recebeu representantes de povos indígenas e movimentos sociais, da comunidade científica e o Bispo da Prelazia do Xingu, Dom Erwin Kräutler, para uma audiência sobre a controversa de Belo Monte. Nesse momento, representantes da sociedade civil, em especial o MXVPS, apresentaram ao presidente um conjunto de argumentos e questionamentos sobre os riscos e impactos socioambientais de Belo Monte, bem como sobre a duvidosa viabilidade econômica e energética do empreendimento.

No final da audiência, conforme documento intitulado *CARTA ABERTA: Belo Monte e a palavra do presidente* (ANEXO 8), o presidente Lula deu a sua palavra de que o governo federal “não enfiaria Belo Monte de goela abaixo” de povos indígenas, movimentos sociais e outros grupos da sociedade brasileira. Assim, o referido presidente afirmou que o governo estava aberto ao diálogo e, como um primeiro passo, seriam providenciadas respostas imediatas aos questionamentos sobre:

- impactos sociais e ambientais do Complexo Belo Monte sobre os povos indígenas, ribeirinhos e outras populações locais da bacia do Xingu, especialmente no trecho de 100 km da Volta Grande do Xingu, que pode vir a ficar praticamente sem água com o desvio do rio;
- a ineficiência energética do projeto, que produziria uma média anual de apenas 40% da capacidade instalada e, em boa parte do ano operaria com menos de 20%, ou até mesmo menos de 10%, em função da forte sazonalidade do rio Xingu;
- o valor dos investimentos necessários para o empreendimento e a sua viabilidade econômica, considerando os custos de construção, a reduzida capacidade de geração de energia e os reais custos de prevenção e mitigação de impactos socioambientais;
- a tarifa a ser cobrada da população brasileira pela energia produzida por Belo Monte, assim como a utilização da mesma para subsidiar indústrias eletro-intensivas, sobretudo para a fabricação de alumínio; e
- garantias efetivas de que não serão construídas outras usinas no Rio Xingu, Altamira, Pombal e São Felix do Xingu, que teriam impactos sociais e ambientais cumulativos muito maiores, sobretudo para os povos indígenas.

Conforme alega o MXVPS nesse referido documento, *CARTA ABERTA*,

<sup>433</sup> JCXT. *Entrevista*. [jun. 2013]. Entrevistador: Sérgio Roberto Moraes Corrêa. 2013.

Desde a reunião de julho de 2009, o comportamento do governo federal tem sido o oposto daquele que foi prometido pelo presidente Lula. Enquanto todos os questionamentos acima ficaram sem resposta, o governo simplesmente tem se recusado a dialogar com a sociedade civil e outros atores, inclusive negando-se a participar de audiências públicas sobre Belo Monte organizadas em Brasília pelo Ministério Público Federal e pelas Comissões de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados e do Senado. Mais grave ainda, têm ocorrido verdadeiras investidas contra instituições democráticas do país, construídas a duras penas ao longo de décadas, inclusive durante a ditadura militar (CARTA..., 2009).

Sobre essa audiência, uma liderança religiosa da região, entrevistada por nós, relata:

Quem estava lá naquele dia, eram dois índios, dois ribeirinhos, a Antônia Melo, dois promotores, o Felício Pontes e o promotor daqui [Altamira]. O famoso Gilberto Carvalho estava, querendo ser o articulador das coisas, ele logo me advertiu no início que eu deveria falar, e não todo mundo, talvez, o presidente possa ouvir mais duas ou três pessoas. Aí eu não falei mais com o Gilberto Carvalho, falei com o Lula, que estava ao meu lado, disse pra ele: “Presidente, esse povo veio de longe. O Senhor não pode deixar esse povo, simplesmente, calado! Eles têm direito de falar e querem falar. Vai ser uma calamidade se o senhor não lhes conceder a palavra! Ele respondeu: “Deixe comigo!”. Mas, pra mim, também, foi uma farsa esse encontro de 22 de julho de 2009, porque o Lula prometeu que o diálogo continuasse, mas foi o último diálogo que tive com o Lula (informação verbal)<sup>434</sup>.

Um trabalhador rural da região da Volta Grande do Xingu, que participou dessa audiência, ao falar sobre ela em entrevista a nós, disse:

As palavras do presidente Lula, acho que ele percebeu que a gente tava nervoso, né? A Eletrobras até saiu um pouco assim humilhada, né? Na hora, ele ficou do nosso lado, ele falou assim: “Eu não vou meter Belo Monte de goela abaixo. O povo tem toda razão de reclamar. O Estado tem uma dívida histórica com os atingidos por barragens. Até hoje, tem pessoas em Tucuruí que não recebeu. Se fosse no meu tempo de governo, não teria feito nem Balbina nem Itaipu, que agrediu muito o meio ambiente”. Aí ele olhou assim pro Cardeal e disse: “Que papo é esse de investimento pra funcionar os 11 mil MW, e não vai funcionar os 11 mil? Vocês vão ter que mostrar um estudo bem mais completo para mim” (informação verbal)<sup>435</sup>.

No tocante a essa audiência, é importante salientar a força e influência política da Prelazia do Xingu, na figura de sua liderança religiosa, para pautar tal reunião sobre tema tão caro para o governo federal, articulando e reunindo diversos atores sociais desse campo crítico a Belo Monte. Nessa reunião, também, é relevante salientar a mudança de postura e de discurso de lideranças que antes se colocavam nesse campo de resistência, e que assumiram uma posição de *partido em defesa da ordem social dominante* e de ruptura com a mobilização social em defesa de uma programática política alternativa (SECCO, 2012).

<sup>434</sup> Idem.

<sup>435</sup> TRVGX. *Entrevista*. [jun. 2013]. Entrevistador: Sérgio Roberto Moraes Corrêa. 2013.

Em Carta endereçada ao Ministro de Minas e Energia, Edson Lobão, em 28 dezembro de 2009, o MXVPS diz:

Senhor Ministro, Não abriremos Mão de Defender o Rio Xingu Contra as Nefastas Barragens Belo Monte. Muito nos impressiona a forma ditatorial e das suas declarações na imprensa. Quando o senhor diz que está mendigando ao Ibama a licença para a Usina de Belo Monte, deveria ser mais honesto, pois o que o senhor Ministro está fazendo mesmo não é mendigar e sim pressionar de forma tendenciosa e má fé, o que já levou à demissão de dois integrantes da Diretoria de Licenciamento do Ibama. Não nos admiraremos se soubermos que o Sr. Roberto Messias Franco, presidente do Ibama, for substituído, por estar sendo criterioso com tal processo de licenciamento, procurando argumentos para justificar um crime ambiental, acobertado pelas falsas informações e promessas contidas no EIA e no Rima do Empreendimento, que por sinal foram conduzidas pelas empresas interessadas em construir o empreendimento, Camargo Correa, Andrade Gutierrez e Odebrecht, formas antiéticas de falta de transparência e lisura na condução de tais processos de estudos de impactos ambientais (CARTA..., 2009).

Ao falar sobre o momento de “virada” no processo de luta e resistência contra Belo Monte, em que a “unidade” do MXVPS é, profundamente, abalada, um ativista do CMXV, entrevistado por nós, relata:

Em 22 de junho de 2010, o presidente Lula esteve em Altamira e chamou os militantes do Partido dos Trabalhadores, dizendo que “Quem é do PT não fala contra Belo Monte”. Então, todo mundo que era do PT ou que tinha vínculo com o PT e que estava na luta contra Belo Monte, teve que fazer uma opção: ou continuava falando contra Belo Monte, e saía do PT, ou ficava no PT, e parava de falar contra a hidrelétrica de Belo Monte. E muita gente optou por ficar com o PT e calar a voz contra Belo Monte e muita gente da FVPP [Fundação Viver Produzir e Preservar] fez essa opção. Inclusive, o Movimento Xingu Vivo foi convidado a se retirar de dentro da Fundação e foi acolhido pela Prelazia do Xingu, onde está hoje, por conta dessa intervenção político-partidária, que foi feita em 2010. Foi nessa data, 22 de junho de 2010, que o presidente Lula fez um discurso no estádio da cidade e depois foi feito esse redirecionamento. A gente diz que foi feita uma “virada” e essa data foi 22 de junho de 2010, quando o presidente Lula veio à Altamira e fez seu discurso para milhares de pessoas. Esse foi um duro impacto para o Movimento Xingu Vivo! Até hoje, o movimento não conseguiu se recuperar totalmente dessa situação, porque naquele momento, ele [o MXVPS] tinha uma estrutura definida, uma quantidade de ativistas maior ainda do que tem, não que não tenha agora, mas houve uma quebra no número de ativistas, teve que procurar um novo espaço pra poder desenvolver suas atividades (informação verbal)<sup>436</sup>.

Esse mesmo ativista continua seu relato, destacando o caso da FVPP.

Agora, é assim, antes, várias dessas organizações que estavam lá, lutando contra a instalação da hidrelétrica, algumas mudaram de posição, inclusive, passaram a defender a hidrelétrica ou se não passaram a defender explicitamente, se afastaram da luta por uma questão política, no caso a

<sup>436</sup> DCMXV. **Entrevista**. [mar. 2012]. Entrevistador: Sérgio Roberto Moraes Corrêa. 2012.

FVPP foi uma dessas organizações. A [FVPP], que é uma organização muito significativa na região [Transamazônica e Xingu] pela luta dos direitos junto aos trabalhadores rurais, por recursos para a região e tal. Mas pela vinculação partidária, ao Partido dos Trabalhadores, foi chamada a se reposicionar nessa luta (informação verbal)<sup>437</sup>.

Outro ativista, em entrevista a nós acerca desse processo de Belo Monte e do “racha” gerado no interior do MXVPS, acusa o PT de “traição”.

O Lula se comprometeu com Dom Erwin, com Raoni, com Megaron, que ele não ia empurrar a barragem de goela abaixo, teria as oitivas, teria o diálogo, e nós confiamos. Eu falo nós, apesar de não estar lá em Altamira, de não ter ido pra lá, eu sou do movimento, e nós confiamos, e a gente foi traído! Quando a gente menos esperava, quando a gente achou que tinha se fortalecido, a gente foi traído de uma forma, inclusive uma forma que fez com que vários outros movimentos, que faziam parte do Movimento Xingu Vivo, ONGs, movimentos sociais, sindicatos, saíssem do movimento porque eram organizações ligadas organicamente ao PT (informação verbal)<sup>438</sup>.

Ao falar das implicações do “racha” nesse campo de resistência, uma liderança religiosa da região relata que sofreram “barbaramente”:

Em relação ao racha entre os movimentos e organizações, nós sofremos barbaramente. Houve colegas, vamos chamar de correligionários, que defendiam as mesmas causas, que puxavam a mesma corda, de repente, passaram pro outro lado aqui em Altamira, na região. Um exemplo a Fundação [Viver Produzir e Preservar – FVPP]. Quando o PT assumiu a defesa de Belo Monte, a Fundação, também, foi. O fato é que em cada semana, quando estava em Altamira, visitei a Fundação. Fui lá bater um papo, pelo menos meia hora, uma hora, para saber como era que estava a situação e a [Antônia] Melo e o Movimento Xingu Vivo tava lá, na Fundação, tinha uma sala. Mas de repente não deu mais, tiveram que sair, porque não deu mais. Agora, estão numa dependência da prelazia. Aí tivemos que conseguir uma sala pro movimento aqui no CIMI (informação verbal)<sup>439</sup>.

Ao continuar seu relato sobre esse “racha”, ele diz que houve desdobramentos para outras entidades e organizações, inclusive no Conselho Indigenista Missionário (CIMI).

Inclusive, eu vivi isso no próprio CIMI, o meu assessor político que tinha lá, durante anos, hoje está na secretaria, ao lado do Gilberto Carvalho, ele faz o discurso dele. Engraçado... o que é o rompimento... e ainda queriam me convencer... Uma vez eu falei uma hora e meia com eles, quando estive em Luziânia, Goiás, a 50 km de Brasília, onde tem o Centro de Formação da CNBB, foram lá como emissários do governo. Quer dizer, gente nossa, de repente, nós estamos errados. E agora, “nós somos contra o governo; nós defendemos uma pauta que não é do governo; nós defendemos outras bandeiras”. Aí isso pra mim é uma lástima! Isso é ridículo! Eu apoiei, quando ele foi requisitado pela presidência da república, eu apoiei, pensando, assim, que fosse uma ponte entre a entidade [CIMI], que é

<sup>437</sup> Idem.

<sup>438</sup> MCXV. **Entrevista**. [mai. 2013]. Entrevistador: Sérgio Roberto Moraes Corrêa. 2013.

<sup>439</sup> JCXT. **Entrevista**. [jun. 2013]. Entrevistador: Sérgio Roberto Moraes Corrêa. 2013.

vinculada à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil [CNBB], e o governo; e ele, também, entendia isso, inclusive, eu o convidei para integrar uma equipe que prepara o Relatório da Conjuntura da CNBB e tudo o mais... Me arrependi! Porque, aí, de repente, eu descobri que ele não é ponte entre nós e o governo, entre o governo e nós; agora, ele está numa função que ele tem trânsito livre, tá em tudo quanto é qualquer movimento, porque é conhecido. E aí ele vai bisbilhotar e verificar como está a situação. Então ele tem as notícias, as informações importantes para usar em favor dos interesses do governo: como mitigar, como apaziguar, como até diluir a resistência de movimentos e organizações. Isso é impressionante! (informação verbal)<sup>440</sup>.

Uma liderança do MMCC e integrante da FVPP, em entrevista a nós, disse que a chegada do PT à presidência da república “não fortaleceu” os movimentos sociais da região. Ela sustenta:

Graças a Deus que eu ainda não perdi a capacidade de diferenciar as coisas. Botei uma coisa na minha cabeça: governo é governo, seja ele da esquerda ou seja da direita, ele só funciona com pressão social. No governo do PT, essa coisa de Belo Monte só se aprofundou. Foi uma grande decepção pra muita gente. Eu já sabendo desses negócios do governo, não sofri tanto, mas algumas pessoas sofreram muito e o baque foi muito grande, porque a galera achou que não ia sair [o projeto de Belo Monte], mas o que aconteceu? O processo acirrou [de implementação de Belo Monte] (informação verbal)<sup>441</sup>.

Sob um outro ponto de vista acerca do “racha”, essa mesma liderança alega que a agenda das “condicionantes” produziu uma ruptura e fragmentação no movimento.

É, foi essa agenda mais recente [das condicionantes] que dividiu um pouco os movimentos, em particular o movimento de mulheres com o movimento Xingu Vivo na região. Porque, no nosso entendimento [da Fundação Viver Produzir e Preservar – FVPP] e parte do Movimento de Mulheres do Campo e da Cidade, não dá pra deixar os caras [governos federal, estadual e municipais e Norte Energia] discutirem sozinhos. Se eles vão escutar a gente ou não, a gente não sabe, mas se a gente tiver lá... A gente acredita que nossas ideias são as melhores e foi aí que aconteceu o problema, porque tem uma turma [um grupo dentro do MMCC] que não aceita de jeito nenhum participar do Comitê Gestor do PDRS [Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável do Xingu], de participar de algumas Comissões. Então, foi isso. Essa foi uma relação quebrada. Eu acho que faltou mais conversa entre nós e o pessoal que tá mais na liderança do Movimento Xingu Vivo (...) Eu tive esse sentimento: é melhor tá do que não tá [inserido no debate das condicionantes]. Eu tive esse entendimento, mas, por exemplo, a [Antônia] Melo não teve. E aí essa questão de desentendimento teve muita influência externa, que é importante, mas que influenciou muito na agenda do movimento pra dar uma certa direção (informação verbal)<sup>442</sup>.

Ela arremata, destacando que Belo Monte deve ser compreendido como um empreendimento que, além de ter barrado o rio Xingu, “barrou”, também, relações históricas

<sup>440</sup> Idem.

<sup>441</sup> TMTX. **Entrevista**. [jun. 2012]. Entrevistador: Sérgio Roberto Moraes Corrêa. 2012.

<sup>442</sup> Idem.

de luta e resistência nessa região, isto é, produziu uma fratura exposta sem precedentes nesse campo de resistência. Em face disso, ela sugere que os movimentos sociais assumam uma postura de crítica e de independência em relação ao governo federal.

Em relação ao governo federal, direcionado pelo PT, Belo Monte não expressa diferença de tratamento em relação ao processo anterior. Isso foi problemático para os movimentos, porque gerou um racha interno profundo entre os movimentos e enfraquecimento da luta. Belo Monte não barrou somente o rio Xingu. Belo Monte Barrou relações históricas! Existe uma relação promíscua do Estado, na figura do governo, com as empresas que estão construindo Belo Monte. É preciso que os movimentos, que têm um vínculo histórico com o PT e com o governo no poder, construam um caminho de independência e de crítica ao governo (informação verbal)<sup>443</sup>.

Um dos “golpes” considerados centrais para promover o “racha” e o consequente enfraquecimento da resistência contra Belo Monte foi a “cooptação” de lideranças indígenas da região da Volta Grande do Xingu, segundo vários depoimentos, através de repasse pelo poder público e pela Empresa Norte Energia de dinheiro e de outras coisas mais, como: cestas básicas, carros, voadeiras etc. No tocante a isso, uma liderança religiosa da região, em entrevista a nós, diz que esse processo vem se dando em razão de, historicamente, esses povos estarem à margem do Estado, vivendo em condições precárias sociais e econômicas. Além disso, ele argumenta que dadas etnias já perderam, em grande medida, suas tradições e costumes, favorecendo ainda mais o convencimento e a cooptação para a aceitação de dinheiro e outras benesses, com o fim de passarem a defender o empreendimento de Belo Monte. Ele identifica a reintrodução do processo de “auricídio” com Belo Monte.

E, então, eles, durante séculos, diria, pelo menos eu posso falar em décadas, foram colocados na margem, nunca tiveram nada, passaram fome, tinham sua pesca, mas eram índios desaldeados, desconsiderados pela própria Funai. E agora, de repente, eles são o dito cujo, eles estão na berlinda. De repente, recebem ofertas, benefícios com que nunca nem sonharam! E aí, pra nós, que estamos vendo que esse povo vai pro brejo, vão desaparecer, o nosso discurso não os atinge mais, porque eles acham, quando a gente é contra esses benefícios, digo pra eles: “Olhem, é um tiro no próprio pé, gente!”, mas eles não aceitam essa argumentação, porque “até agora nós não tínhamos nada, agora, tudo é farto!. Tem cesta básica, tem voadeira”, tem benefícios e benesses de tudo quanto é jeito. Agora, vem o bispo ou vem alguém do Xingu Vivo, ou seja lá quem for, diz que isso não é bom para eles, então, eles questionam: “O bispo não nos arranja esse dinheiro, que nós estamos recebendo. O Xingu Vivo só fala! Agora, estamos recebendo.”. Nesse contexto, já vem de anos falo que é um tipo de *auricídio*, quer dizer, mata-se pelo ouro, mata-se pelo dinheiro. *Auro*, em latim, quer dizer ouro, então se entope a garganta dos índios com dinheiro (informação verbal)<sup>444</sup>.

---

<sup>443</sup> Idem.

<sup>444</sup> JCXT. **Entrevista**. [jun. 2013]. Entrevistador: Sérgio Roberto Moraes Corrêa. 2013.



Ele cita algumas etnias dessa região que cederam ao empreendimento e um protesto dos Juruna que foi, rapidamente, acabado e desmontado com o repasse de dinheiro, “compra”, pela Norte Energia.

Exatamente, os Juruna, Xipaia e Arara. O Arara eu ainda tenho a impressão que tá mais seguro, mais o Luis Xipaia, por exemplo, ele ganhou o carro, eu não posso provar, mas todo mundo fala. Então, tá quieto, nunca mais apareceu, nunca mais! Eu vi um caso que foi a antepenúltima manifestação deles, o bloqueio, dos Juruna. Eles apareceram lá e praticamente cortaram a estrada, cortaram o acesso. Então, tinha uns trinta homens, estive lá dez horas da manhã e falei com eles, todos pintados a rigor, a pintura não era própria deles, até tinha gente, coroinha daqui da catedral, que me reconheceu e falou comigo, mas ele não tem nenhuma feição indígena, é tipo do caboclo do interior, cabelo pixaim etc..., mas também, tava pintado de urucum, o Genival! Tudo bem! Mas, eu fui lá falar, está muito seguro: “Nós vamos falar com esse povo, isso não pode acontecer!” etc... Quando foi no mesmo dia, quatro horas da tarde, alguém da Norte Energia foi pra lá e soltou a grana e voltaram [os indígenas] pra casa! (informação verbal)<sup>445</sup>.

Ele identifica uma “diferença” grande entre esses povos indígenas da Volta Grande do Xingu e os Kayapó (do Alto Xingu) e os Munduruku (da bacia do rio Tapajós). Em relação aos primeiros, ele argumenta que a sua tradição já se perdeu bastante e sua pauta prioritária é econômica (o imediatismo da cultura do consumo e de troca), para os outros dois povos (Kayapó e Munduruku) a pauta é política, dos *direitos*, é a defesa de seus territórios, tradições e costumes, da conservação do meio ambiente.

Bom, aqui [nessa região onde está sendo implantada Belo Monte], a coisa é muito delicada, primeiro, porque esses povos indígenas aqui da Volta Grande [do Xingu] não têm essa tradição, não têm mais essa tradição do povo Kaiapó ou ultimamente do povo Munduruku de Santarém, de Itaituba, Jacareacanga [da bacia do rio Tapajós]. Eu estive em Brasília e convivi com eles [com o povo Munduruku] três dias. Esse povo, eu vou te contar [risos], eles têm sua tradição, seu cacique e a pauta deles não é uma pauta econômica, enquanto aqui logo é a pauta econômica. Esse é um grande diferencial. (...) Os Kayapó, primeiro, eles estavam aqui, depois eles se retiraram, porque de imediato eles não serão atingidos, porque estão muito lá em cima. Agora, veja, Belo Monte é uma barragem, vem a segunda, terceira e quarta, recuperando o projeto anterior (informação verbal)<sup>446</sup>.

Sob um ângulo diferente, um professor da UFPA do campus de Altamira e membro da SDDH que assessora o MXVPS, em entrevista a nós, vê uma postura não passiva, mas de relação custo-benefício nos marcos das relações de poder desiguais.

E aí, em 2010, você tem a licença prévia, em 2011, você tem a licença de instalação e, nesse ínterim, você tem a emergência dos planos emergenciais e o Plano Básico Ambiental indígena, com componente indígena, aí você tem dinheiro na mão deles. A ideia é: se você não pode barrar Belo Monte, pelo

---

<sup>445</sup>Idem.

<sup>446</sup>Idem.

menos se beneficie com o que é possível. Não é uma ideia passiva, não é uma ideia alienada, é uma ideia de que está nessa luta há 30 anos e sabe o quanto está esgotada a discussão em termos de garantia jurídica, em termos de manter os direitos constitucionais frente a uma obra que tem um autoritarismo ditatorial impactante em termos de que “vai ser feita, vai ser feita e vai ser feita!”. Então, o que eu entendo hoje é que os povos indígenas continuam a ser contrários a Belo Monte, mas eles jogam dentro do contexto que é possível jogar. E, hoje em dia, dados esses recursos que têm chegado a eles, entendem que, de certo modo, “a gente não pode ser contra, vamos aproveitar do que é possível” ou “se a gente não pode mais lutar, vamos pelo menos tentar negociar o que é possível pras nossas aldeias” (informação verbal)<sup>447</sup>.

Aqui, é importante ressaltar que cada etnia indígena da Volta Grande do Xingu não apresenta um posicionamento homogêneo em relação a Belo Monte, ainda que grandes grupos e caciques desses povos defendam o empreendimento. Por exemplo, a Jilma Xipaia, liderança de um pequeno grupo indígena Xipáia não é a favor de Belo Monte, mas a índia Maria Augusta, que representa grande parte dessa etnia defende o empreendimento. Outro exemplo é a liderança Sheila Juruna, que não defende o empreendimento, mas grande parte de seu povo defende. Portanto, é importante, também, considerar que há posicionamentos contrários e conflitantes entre esses grupos da Volta Grande.

No tocante a essa problemática, o mesmo professor da UFPA e membro da SDDH chama a atenção para o fenômeno do “*etinocídio silenciado*” que vem ocorrendo, demarcando uma contradição com o referido modelo de desenvolvimento defendido.

Então, existem hoje desde etnias que só compram roupa da Nike até aquelas que só compram bebidas alcoólicas. Isso é que a gente chama de “etinocídio silenciado”, não é dizer que eles tão perdendo a cultura, não é isso, essa é uma ideia muito colonial, eles estão sendo jogados numa condição que não têm a preparação pra poderem vivenciar essa condição e se acabando com aquilo que eles acham que tá beneficiando: bebida alcoólica, prostituição, roupa, marmita... Isso não é projeto de desenvolvimento. Isso é imediatismo, diria até populista, que não vai ter nenhuma consequência positiva a médio e longo prazos. Eu só vejo daí consequências negativas nesse processo ligado aos povos indígenas. É sobretudo por quem? As cabeças são as lideranças, elas que têm a confiança do povo pra poder negociar, pra poder atuar pelo seu povo... São as lideranças que estão traindo seus povos com interesses pessoais, de suas famílias, pra poder se beneficiar... Não são todas as lideranças. Têm lideranças aqui que têm um comprometimento muito grande com seus povos. É isso! (informação verbal)<sup>448</sup>.

E continua, destacando uma dinâmica contraditória: à medida que são multiplicadas aldeias indígenas com o repasse desses recursos, por meio do *Plano Emergencial*, grupos

<sup>447</sup> DHXT. **Entrevista**. [jun. 2012]. Entrevistador: Sérgio Roberto Moraes Corrêa. 2012.

<sup>448</sup> Idem.

indígenas, em condições degradantes, revelam a desestruturação dessas aldeias e de seus modos de vida.

E hoje em dia, infelizmente, por conta desses recursos, a gente sabe, muitas lideranças estão acabando com suas aldeias. Então, um exemplo que é dos Parakana, uma aldeia nova que é ligada a uma outra aldeia, que é Aptereu, que era a única aldeia que tinha, quando se convencionou que tal aldeia ia ganhar 30 mil reais, de 18 aldeias ou 17, numa faixa de 17, não lembro bem, pulou pra 38 aldeias em menos de 2 anos. Então, você tem uma estratégia indígena de multiplicar as aldeias pra multiplicar os recursos (informação verbal)<sup>449</sup>.

Outro ponto é que o processo de “cooptação” desses povos indígenas desloca-os para um outro campo de disputas, que são as *condicionantes*, a disputa pelos recursos. Esse foi um instrumento de cooptação e enfraquecimento do campo de resistência fundamental, pois deslocou o conflito, em grande medida, para o terreno das *compensações* e do imediatismo, sedimentando ainda mais a tensão entre os diversos grupos indígenas e não-indígenas que disputam esses recursos, arrefecendo a luta contra Belo Monte e seu padrão de desenvolvimento e, conseqüentemente, enfraquecendo o MXVPS que insiste na defesa contra o empreendimento. Nesse caso, com a retirada de cena de grande parte desses povos indígenas da Volta Grande, a ocupação dos canteiros de Belo Monte passa a ser protagonizada, em grande medida, pelos Munduruku, do território do Tapajós. Esse é outro sinal importante da fratura e fragilização dessa resistência contra Belo Monte, mas, também, indica uma possibilidade de recomposição de forças com os povos do rio Tapajós, que estão defendendo o “Tapajós Vivo”, como exemplo de aprendizado com o Xingu Vivo e o “Madeira Vivo”.

Uma liderança do Movimento Negro e integrante do MXVPS, em entrevista a nós, ao tratar desse processo de fratura e enfraquecimento da resistência, argumenta:

Até porque, essa fragmentação, essa cooptação, esse enfraquecimento dos movimentos sociais da Transamazônica é estratégia do projeto Belo Monte. Um grande projeto antidemocrático, porque ele tratorou os movimentos e povos do Xingu e da Transamazônica. Então, eu não tenho outra expressão pra dizer. A responsabilidade é de todos nós daqui da região, mas tem companheiros que a gente elegeu, que a gente ajudou na campanha pra pedir voto pra eles, colaboraram pra que Belo Monte estivesse no estágio que tá. A gente não ouve mais as vozes deles [lideranças partidárias do PT da região] de antigamente. Eu não quero dizer que a culpa é deles. Eu não sei culpar ninguém, eu sei me colocar, também, como culpado, a culpa é nossa do movimento, mas aqueles que nós elegemos, batalhamos pra eleger pra nos representar, deixaram muito a desejar nesse processo! (informação verbal)<sup>450</sup>.

<sup>449</sup> Idem.

<sup>450</sup> MNXT. **Entrevista**. [jun. 2012]. Entrevistador: Sérgio Roberto Moraes Corrêa. 2012.

Sobre o “racha” no MXVPS entre os que não aceitam nenhum tipo de negociação, colocando-se, incondicionalmente, contra Belo Monte, e os que defendem a negociação das condicionantes ou compensações, um membro da SDDH, em entrevista a nós, comentou:

É importante que haja essa discussão sobre a rejeição, a paralisação, a contestação à hidrelétrica, porque esse é o marco principal, essa é a discussão mais importante que tem que ser feita, mas a gente não tem como negar que esse processo de implantação tem gerado outras disputas ou espaços de disputas, agora, por compensações, medidas que venham amenizar os impactos, que precisam ser incluídas nessa pauta de luta. Mas essa não é uma discussão fácil de ser feita. Você vai ter o Xingu Vivo sendo radicalmente contra a qualquer forma de participação em espaços de negociação das compensações e voltado pra poder discutir a questão da paralisação, e daí quando eu falo Xingu Vivo é importante entender que são algumas pessoas que já encampam a imagem do Xingu Vivo, como Antônia Melo, Lazaro, Irmã Inez, Helena, Cheila Juruna. São pessoas que estão a mais tempo à frente dessa discussão que encampam a imagem do Xingu Vivo, Moises do MAB, também, até certo ponto; e outros movimentos que participam do Xingu Vivo que tentam agora disputar as compensações. O Movimento de mulheres a partir da nova coordenadora e da anterior que é Antônia Martins e atual que é a Marilene, a FVPP, a Fundação Viver, Produzir e Preservar, durante muito tempo foi coirmã do Xingu Vivo, mas agora é coimiga do Xingu Vivo, porque agora está interessada em disputar essas compensações, a Fundação Tocaia, o próprio ISA, que ainda mantém uma via de contestação, mas tá muito voltado agora pra disputar as compensações (informação verbal)<sup>451</sup>.

No campo dos conflitos entre esses movimentos, um ativista do CMXV, entrevistado por nós, diz que “a Via campesina não assumiu oficialmente esse debate sobre Belo Monte. O MST tem um discurso de que é contra Belo Monte, mas na prática não está participando dessa luta”. Ao demarcar as concepções e posições do MXVPS em relação ao MAB e deste em relação àquele, é possível assinalar suas diferenças e conflitos. Esse mesmo ativista do CMXV acima mencionado, ao se reportar ao MAB, diz:

O MAB foi para a região de Altamira com o discurso de que era importante impedir a construção de Belo Monte, porém, eu não tenho certeza, mas me parece que o MAB local foi centralizado pelo MAB nacional. Enquanto movimento nacional parece-me que houve um ajuste, porque o MAB é um movimento de atingidos. Ele cresce com as pessoas que foram atingidas, ele não é um movimento de impedimento da construção de barragens. Então, no tempo talvez, pela sua própria experiência, pela sua própria essência, hoje ele vem atuando mais para receber aqueles futuros atingidos do que como uma organização que está concretamente à frente da luta para impedir a construção de uma hidrelétrica de Belo Monte (informação verbal)<sup>452</sup>.

<sup>451</sup> DHXT. **Entrevista**. [jun. 2012]. Entrevistador: Sérgio Roberto Moraes Corrêa. 2012.

<sup>452</sup> DCMXV. **Entrevista**. [mar. 2012]. Entrevistador: Sérgio Roberto Moraes Corrêa. 2012.

Para outro ativista do CMXV, ele não concebe o MAB como um integrante do MXVPS, ele é um parceiro circunstancial. É possível identificar essa posição mais em razão do suposto vínculo orgânico do MAB ao PT.

Não! O MAB é parceiro em alguns momentos, mas não faz parte desse colegiado. Ele tem uma atuação independente, ele não faz parte do Movimento Xingu Vivo. Na verdade, eu acredito que nem sempre é uma relação muito boa que a gente tem com o MAB por conta de toda uma história do MAB. O MAB foi ligado ao pessoal do Partido dos Trabalhadores, a coordenação do MAB é ligada ao Partido dos Trabalhadores (...) Então, a gente tem uma relação que a gente atua pontualmente em alguns momentos, mas a gente não vai fazer planejamento estratégico com o MAB. Só se for pra uma ação específica. Mas, o nosso planejamento é o nosso planejamento e a gente entende que o MAB é um movimento autônomo e tem seus caminhos e que faz o seu próprio caminho e nós temos divergência com o MAB assim como eles têm divergência com a gente (informação verbal)<sup>453</sup>.

Ao se manifestar sobre essa conjuntura, em particular a direção dada pelo governo federal administrado pelo PT, uma liderança do MAB na região, entrevistada por nós, expressou um posicionamento diferente, reconhecendo problemas e avanços no governo.

Essas questões das divergências e leituras são questões que nós vamos ter que superar dentro das próprias organizações, pra poder manter essa unidade. Há muitas falas nesse sentido de que “o governo desarticulou”, “porque muita gente foi pro governo”, “porque o governo cooptou”. De fato, têm muitas lideranças e organizações que foram pra estrutura do governo, estão nessa estrutura de governo e que inclusive abandonaram a luta, mas tiveram muitas lideranças, muitos companheiros valorosos, grandes intelectuais até, que perceberam que esse governo não vai garantir as mudanças que a classe trabalhadora precisa. Então, de fato, tem uma contribuição desse governo no processo de desarticulação, mas na minha avaliação, na avaliação do MAB, o que é a contribuição desse governo pra classe trabalhadora, porque nós enquanto MAB nós reconhecemos que teve avanço pra classe trabalhadora, não houve rompimento, mas teve avanço (informação verbal)<sup>454</sup>.

E ao se referir ao MXVPS, essa liderança concebe-o como “um grande guarda-chuva”, “uma articulação de várias organizações”, que se difere dos “movimentos clássicos”, sem “base social”:

O MAB compreende que o Xingu Vivo é uma articulação de varias organizações, de ONGs, de organizações ligadas à igreja [católica], de movimento de mulheres, de estudantes, que se compreende dentro de um grande chapéu chamado Xingu Vivo. O Xingu Vivo não é um movimento clássico como nós conhecemos, não é um movimento que tem base social, como é o MAB, o MST, o MPA, o Movimento de Mulheres e tantos outros movimentos que têm na América Latina, principalmente. São movimentos clássicos que têm uma base construída. O Movimento Xingu Vivo é como se

<sup>453</sup> MCXV. **Entrevista**. [mai. 2013]. Entrevistador: Sérgio Roberto Moraes Corrêa. 2013.

<sup>454</sup> MABXT. **Entrevista**. [jun. 2012]. Entrevistador: Sérgio Roberto Moraes Corrêa. 2012.

ele fosse um grande guarda-chuva que cabe todo mundo e todo mundo se autodenomina Xingu Vivo. Muita gente nos pergunta: “Vocês não são do Xingu Vivo?”. Nós dissemos: Não. Nós não somos do Xingu Vivo. O MAB é um movimento sólido, organizado, autônomo, tem uma história de 21 anos. O Xingu Vivo é uma articulação que surgiu em 2008 a partir de todo um processo das lutas dos povos indígenas e de outras organizações. Isso não é um demérito. Isso não tira o mérito dos companheiros que estão nesse processo! Agora, a nossa avaliação é que a metodologia tá errada, porque a nossa metodologia é uma metodologia popular, ou seja, somente o povo organizado, somente o povo com informação e o povo fazendo luta consegue travar os processos, aliás, consegue garantir os direitos! (informação verbal)<sup>455</sup>.

Ao demarcar as principais diferenças entre o MAB e o MXVPS, ele destaca que o “inimigo”, para o MAB, é o “capital”, o modelo de sociedade capitalista, ao passo que para o MXVPS é o “governo”.

Na nossa avaliação, o aspecto central [da divergência e de posições] seria na análise do modelo de sociedade, porque nós entendemos que o nosso inimigo central é o grande capital, o Xingu Vivo compreende que, o culpado de todas as desgraças da sociedade é o governo [federal], nós também compreendemos que o governo, também, é responsável, que o governo constrói ou garante essa infraestrutura, mas quem está por trás dos Estados nacionais e dos governos é o grande capital, são as grandes empresas que determinam o que acontece nesse planeta. Então, na nossa avaliação, a grande divergência talvez seria a leitura desse modelo e a metodologia de trabalho. Talvez, essas sejam as duas grandes questões (informação verbal)<sup>456</sup>.

É importante sublinhar, aqui, como já exposto anteriormente, que o MXVPS, embora não expresse uma concepção única, posiciona seu repertório como crítico ao modelo de desenvolvimento e de sociedade dominantes, sendo Belo Monte uma encarnação concreta disso. Vale ressaltar, todavia, que, em alguns relatos, é muito forte e centrado o tom da crítica no governo federal, chegando a perder a visão de conjunto e mais complexa da sociedade, os arranjos de força e correlações de poder, que transpõem fronteiras. Cabe frisar, ainda, que é marcadamente diferente a forma de se organizar e de atuar do MXVPS em relação ao MAB, trazendo atores sociais para a cena pública que não cabem numa acepção, estreitamente, estrutural de classes e centrada nas dimensões socioeconômicas, macroestruturais, embora não desconsidere essa dimensão.

É relevante, também, destacar que o MAB apresenta em seu repertório um posicionamento tanto contra o modelo energético, quanto ao modelo de sociedade capitalista, colocando-se contra dados empreendimentos hidrelétricos. No caso de Belo Monte, o MXVPS busca justificar essa sua visão em relação ao MAB, identificando-o no campo das

---

<sup>455</sup> Idem.

<sup>456</sup> Idem.

“compensações” para discutir as políticas de mitigação e reivindicar a implementação das condicionantes. Ademais, a posição do MAB próxima ao governo federal e ao PT é identificada como a questão nuclear desse conflito entre esses movimentos. Uma questão: ao se posicionar numa abordagem marcadamente estrutural, de classe, e tendo como “inimigo” central o “capital”, o MAB deixa descoberto ou “invisível” outros campos de dominação, opressão e resistência, dificultando a visibilidade de outros sujeitos e dinâmicas?

Nesse campo de resistência, assim, o que se identifica é que estão demarcadas posições e concepções diferentes e conflitantes quanto à organização e atuação diante do problema em pauta e da construção de alternativas, pondo como desafio a construção de um diálogo e unidade na diferença e no conflito, através de uma “rede de inteligibilidade”, para reconstruir uma agenda coletiva e reposicionar esse campo de resistência contra-hegemônico.

Nesse percurso, é possível perceber que o “transformismo” pelo qual o PT vem passando influenciou, decisivamente, nesse “racha” da unidade do MXVPS e da composição de sua aliança política e intercultural, desembocando, conseqüentemente, na fragmentação, no enfraquecimento e na fragilização desse campo de resistência, ajudando, assim, a tornar ainda mais desigual, estruturalmente, as relações de poder nesse território, contribuindo, portanto, para avançar na concretização da aprovação e implementação do projeto de AHE Belo Monte. Isso, ao que apuramos, concorre para a *desfiguração do campo de resistência contra-hegemônico*, que vinha se constituindo, mas que, hoje, expressa um quadro de crise. Na base desta, do ponto de vista dos movimentos sociais, encontra-se uma crise de representatividade do PT, enquanto *intelectual coletivo*. Teria este sido implodido?

No presente cenário do Brasil, tomando como base a experiência particular de luta e resistência no território do Xingu e Transamazônica contra Belo Monte e o modelo de sociedade e de desenvolvimento que ele encarna, é evidente uma grande *lacuna* deixada por essa crise de representatividade do PT. Nesse ambiente, a resistência foi seriamente afetada. A identidade coletiva dos grupos em oposição a Belo Monte vem sofrendo um processo de fissura, desorientando-se. A disputa política reduziu-se ao espectro dos “bastidores”, abandonando a arena da luta política por projetos de sociedade e o envolvimento das maiorias, reforçando o deslocamento para a “pequena política” (GRAMSCI, 2011, CC, v. 3).

Henchen e Magalhães (2012) identificam que, a partir de 2010, a intervenção governamental para a construção do empreendimento de AHE Belo Monte redefine a lógica do *processo de ambientalização*, fragilizando esse campo. Mesmo sendo esse um processo recente, eles defendem que “é possível já observar a construção de outras alianças, a

proposição de outras demandas, todos, porém, aparentemente contrários ou ameaçadores à ambientalização recentemente construída” (HENCHEN; MAGALHÃES, 2012, p. 2)<sup>457</sup>.

Nesse processo de *desfiguração* do campo de resistência, é perceptível, portanto, uma fratura da sociedade civil e de sua relação com a sociedade política, fragilizando a aliança que historicamente deu sustentação ao campo democrático popular, levando a um fortalecimento do campo da “sociedade civil incivil”, que implica o domínio hegemônico do Estado pelo e para os interesses privados, esmaecendo a esfera pública, o espaço público do debate e da crítica e da busca de alternativas. Se esse contexto não significa o momento derradeiro da instituição político-partidária tradicional, posto a sua importância para o processo de democratização da sociedade, contudo, a política, em particular o partido, é interpelada a se “reinventar”, assim como a sociedade civil, para se “democratizar a democracia” e se construir novos processos de hegemonia e emancipação social (SANTOS, 2003a; 2012e).

Nesse processo de destruição e reconstrução de identidade coletiva e de resistência, o MXVPS busca inscrever um novo momento de sua resistência e construção identitária, a fim de reinventar o seu caminho, que não exclui os partidos políticos, mas parece que estes não assumem mais o lugar da “vanguarda”, passando apenas a compor um lugar no “grande chapéu” do MXVPS como um ator social em um conjunto mais amplo e plural. Os movimentos e organizações sociais populares emitem sinais para uma recomposição da luta e da sociedade civil, protagonizada por uma pluralidade de atores sociais, com o protagonismo dos povos e comunidades tradicionais e camponesas em parceria com uma rede nacional e internacional. Isso implica dizer que o partido vem perdendo o lugar de centralidade, com a emergência desses novos sujeitos e temas e, com isso, recoloca-se o debate da hegemonia.

Hegemonia é um consenso. É um consenso a volta do qual se podem juntar grupos sociais distintos, mas que acreditam que é para a bem deles que se partilhem determinadas idéias. Nas condições em que a gente vive, a hegemonia só pode ser por agora uma contra-hegemonia. Nós estamos ainda na contracorrente. O neoliberalismo não está derrotado, ao contrário do que prevêem outros por aqui e, portanto, a nossa hegemonia é por enquanto uma contra-hegemonia, é um novo consenso mais difícil de estabelecer do que os consensos de que falava Gramsci, porque, obviamente, para ele, o consenso era estabelecido pelo movimento operário e nada mais. Hoje o movimento operário, tão preciso, tão fundamental e tão presente nesse Fórum nas suas múltiplas representações, sabe que, hoje, partilha essa agenda, partilha esse consenso com outras organizações, com outros movimentos (SANTOS, 2010)<sup>458</sup>.

<sup>457</sup> Consultar também Hennen (2012).

<sup>458</sup> Palestra proferida no FSM, em 2010 em Porto Alegre-RS, durante a mesa de debates: “Para uma nova hegemonia”. Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=dSICBfnQ9C8>. Acesso a 13 fev. 2013.



## 5.6 O MXVPS REFAZ O CAMINHO DA RESISTÊNCIA: DESAFIOS E PERSPECTIVAS

Ao falar desse esforço de reconstrução do MXVPS, um ativista do CMXV, em entrevista a nós, mostra o caráter contraditório desse contexto:

Parece-me que de 2008 pra cá, temos duas questões: uma é o próprio processo de cooptação junto aos povos locais, indígenas, pescadores, ribeirinhos, agricultores, que se intensifica e ao se intensificar, ele provoca baixas no movimento, mas ao mesmo tempo que esse processo de cooptação, de promessas, de inserção mais forte de governos e empresas, vem um avanço na reflexão do que é esse projeto de Belo Monte nesse último modelo e do que nós podemos apresentar como uma outra forma de ver o mundo, de ver a vida, de ver as relações sociais e econômicas. Então, eu acho que a pauta avança no sentido de que novos elementos vão se inserindo nesse debate e vão trazendo a percepção de que outros modelos de energia são possíveis na Amazônia em relação aos hidrelétricos com resultados de equilíbrio nas relações, coisa que esse modelo [dominante] não apresentou. Tem uma pauta e uma agenda que se amplia muito mais. Com o tempo, essa agenda e essa pauta foi se ampliando muito mais de um questionamento, de um pedido de informação sobre uma situação, de uma negação de um projeto, até a apresentação de outras formas de vida, de outros modelos de desenvolvimento, outras possibilidades de relação entre seres humanos e o ambiente onde eles vivem (informação verbal)<sup>459</sup>.

E arremata, dizendo:

É por isso que esse processo dos atores que estavam antes e quando a gente começa a esmiuçar e a denominar, inclusive, vemos que isso é dinâmico, no Brasil todo. No momento em que sai a Fundação Viver Produzir e Preservar, outras organizações entram, como o IAMAS, como a UNIPOP, como os partidos. Essa é a dinâmica que vai se ajustando conforme a sociedade vai caminhando (informação verbal)<sup>460</sup>.

Em Carta endereçada à presidenta Dilma Rousseff, em 08 de fevereiro de 2011 (ANEXO 9), um conjunto de movimentos e organizações (*Aliança em Defesa dos Rios da Amazônia*, o MXVPS, o MAB etc.), que integram a *Aliança em Defesa dos Rios da Amazônia*, vem denunciar “a existência de graves equívocos nos processos de planejamento e construção de grandes hidrelétricas na Amazônia, assim como apresentar propostas de encaminhamento para superar os problemas identificados”.

No início da Carta, com base em Relatório da Comissão Especial “Atingidos por Barragem” do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, eles alertam para a relação entre o processo de “implantação de barragens” e a “violação de direitos humanos”.

Em janeiro de 2011, a Comissão Especial “Atingidos por Barragens” do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana (CDDPH), lançou um importante relatório que concluiu, após análise de diversos estudos de caso, inclusive da Hidrelétrica de Tucuruí, que “o padrão vigente de implantação de barragens tem propiciado de maneira recorrente graves violações de

<sup>459</sup> DCMXV. **Entrevista**. [mar. 2012]. Entrevistador: Sérgio Roberto Moraes Corrêa. 2012.

<sup>460</sup> Idem.

Direitos Humanos, cujas consequências acabam por acentuar as já graves desigualdades sociais, traduzindo-se em situações de miséria e desestruturação social, familiar e individual.” Senhora Presidenta, nossas experiências recentes com o planejamento e a construção de mega-hidrelétricas na Amazônia – como a usina do Estreito no rio Tocantins, as usinas de Santo Antônio e Jirau no Rio Madeira, o Complexo Belo Monte no rio Xingu e as hidrelétricas propostas para os rios Tapajós, Jamanxim e Teles Pires – respaldam plenamente esta e outras conclusões da Comissão Especial “Atingidos por Barragens” do CDDPH (ANEXO 9).

Nesse documento, os movimentos criticam a implantação e expansão de projetos hidrelétricos para a Amazônia brasileira, enfatizando o caráter antidemocrático e a relação antirepublicana, priorizando o privilégio para grupos políticos e econômicos, dando um caráter privado ao tratamento dos recursos naturais e do uso e sentido do território.

Sem desconsiderar as relevantes contribuições da hidroeletricidade para a matriz energética brasileira, é motivo de grande espanto e preocupação a verdadeira corrida para construir uma quantidade enorme e sem precedentes de novas hidrelétricas na Amazônia nos próximos anos (...). O peso descomunal nesses planos para a construção de novas hidrelétricas na região amazônica reflete, entre outras causas, o fato de que o planejamento do setor elétrico é realizado sem participação democrática (...) Além disso, reflete a proximidade, ou como dizem alguns “relações promíscuas”, entre o setor elétrico do governo (MME/EPE/Eletróbrás) comandado atualmente pelo grupo Sarney, e grandes empreiteiras como Odebrecht, Camargo Correa, Andrade Gutierrez (...) O resultado desse quadro político-institucional é que decisões no planejamento do setor elétrico são tipicamente orientados mais por uma lógica privada do que critérios de eficiência econômica, justiça social e sustentabilidade ambiental, ou seja, interesses públicos estratégicos, consagrados no arcabouço legal a partir da Constituição Federal de 1988 (ANEXO 9).

No curso das ações e mobilizações do Movimento, em articulação com outros movimentos e organizações sociais, com pesquisadores e membros do MPF, um conjunto de eventos tem sido realizado (Seminários, Encontros, Fóruns de Debate etc.) para discutir sobre o tema, sobre os grandes projetos e o desenvolvimento da Amazônia. Um deles foi realizado em Belém, em 12 de abril de 2011, denominado *Seminário Energia e desenvolvimento: a luta contra as hidrelétricas na Amazônia*. Em sua *Carta de Belém em Defesa dos Rios, da Vida e dos Povos da Amazônia* (ANEXO 10), com base nos estudos de pesquisadores, no posicionamento jurídico do MPF, nas denúncias de povos indígenas e de movimentos sociais e nos exemplos históricos desses grandes empreendimentos, esses movimentos

Afirmam que a UHE Belo Monte não tem nenhuma sustentabilidade social, econômica, ambiental, cultural e/ou política, por isso representa uma insanidade. Afirmam que o governo brasileiro trata hoje Belo Monte de forma obsessiva, irracional, movido unicamente pela necessidade de atender a interesses políticos e econômicos, em especial das grandes empreiteiras. Afirmam que é possível impedir a construção da UHE Belo Monte, defendendo os rios, a floresta, as populações rurais e urbanas, a vida na

Amazônia, no Brasil e no mundo. Diante disso, os participantes deste seminário assumem os seguintes compromissos: - Fortalecer uma grande frente contra o barramento dos rios da Amazônia; - Fortalecer o movimento contra Belo Monte, inclusive criando novos comitês; - Cobrar um grande debate no senado federal, com a presença dos senadores e povos do Xingu (ANEXO 10).

Em 27 de outubro de 2011, em Altamira, o MXVPS, em parceria com outros movimentos e organizações, realizou o Seminário *Territórios, ambiente e desenvolvimento na Amazônia: a luta contra os grandes projetos hidrelétricos na bacia do Xingu* (ANEXO 11). Em seu documento final, declara:

(...) nos reunimos em Altamira para reafirmar nossa aliança e o firme propósito de resistirmos juntos, não importam as armas e as ameaças físicas, morais e econômicas que usaram contra nós, ao projeto de barramento e assassinato do Xingu. Durante esta última década, na qual o governo retomou e desenvolveu um dos mais nefastos projetos da ditadura militar na Amazônia, nós, que somos todos cidadãos brasileiros, não fomos considerados, ouvidos e muito menos consultados sobre a construção de Belo Monte, como nos garante a Constituição e as leis de nosso país, e os tratados internacionais que protegem as populações tradicionais, dos quais o Brasil é signatário (ANEXO 11)<sup>461</sup>.

Nesses eventos, é possível identificar, na agenda de debate do MXVPS, em parceria com povos e comunidades tradicionais e camponesas, com movimentos e organizações de cidades, com pesquisadores e MPF, com partidos políticos e entidades religiosas, com ONGs nacionais e internacionais, a centralidade que o tema da luta *contra* os grandes projetos e empreendimentos hidrelétricos na Amazônia, em particular na bacia do Xingu, tem tomado. Além dessa posição, os temas dos direitos humanos, da democracia, do desenvolvimento alternativo, da biosociodiversidade, das fontes alternativas e renováveis de energia, do reconhecimento étnico-territorial têm assumido lugar de destaque em seu repertório.

Outro exemplo da luta e resistência do MXVPS foi a realização do “*Encontro dos Povos da Amazônia: Xingu + 23*”, ocorrido no período de 13 a 17 de junho de 2012, na Comunidade Santo Antônio, Km 27 da Transamazônica e espaço rural do município de Vitória do Xingu. Essa comunidade, como já mencionado no capítulo anterior, já foi desapropriada para a construção de Belo Monte.

<sup>461</sup> Conforme esse documento, foram 700 participantes, incluindo uma diversidade sociocultural de grupos e organizações sociais: guerreiros Araweté, Assurini do Pará, Assurini do Tocantins, Kayapó, Kraô, Apinajés, Gavião, Munduruku, Guajajara do Pará, Guajajara do Maranhão, Arara, Xipaya, Xicrin, Juruna, Guarani, Tupinambá, Tembê, Ka’apor, Tupinambá, Tapajós, Arapyun, Maytapeí, Cumaruara, Awa-Guajá e Karajas, pescadores, agricultores, ribeirinhos e moradores das cidades, estudantes, sindicalistas. Disponível em: <http://www.xinguvivo.org.br/2011/10/27/indigenas-e-pescadores-ocupam-canteiro-de-obras-de-belo-monte/>.

Esse Encontro, como concebido pelos Movimentos e Organizações Sociais que compõem e apoiam o MXVPS, objetivava tanto recuperar e fazer alusão ao I Encontro de Resistência contra o Projeto Kararaô, em 1989, em Altamira, quanto reconstruir a “unidade” de luta contra Belo Monte e outros grandes projetos hidrelétricos na Amazônia. O evento foi carregado, também, de todo um simbolismo porque essa era a última festa de Santo Antônio a correr nessa comunidade, uma vez que ela ia ser desapropriada para a construção do empreendimento. Portanto, tinha um tom de protesto contra a desapropriação, marcada por “um conjunto de arbitrariedades e violações de direitos”, conforme destaca uma liderança da comunidade (CSAXT). Ademais, esse evento procurou se posicionar criticamente a Rio+20, que estava ocorrendo no Rio de Janeiro nesse período, e se juntar à Cúpula dos Povos, demarcando a continuidade da resistência contra Belo Monte (ANEXO 12).

No *site* do MXVPS foi feita toda uma mobilização e nele dizia: “*o Rio Xingu será palco de um novo levante contra o atentado hidrelétrico à sua vida: o Xingu+23*”:

No mesmo período em que o Rio de Janeiro recebe, vinte anos depois, alguns dos mais poderosos jogadores da política e da economia globais para disputar os rumos do Planeta em uma nova cúpula sobre sustentabilidade – a Rio+20 -, o Rio Xingu será palco de um novo levante contra o atentado hidrelétrico à sua vida: o Xingu+23. Entre os dias 13 e 17 de junho, pescadores, ribeirinhos, pequenos agricultores, indígenas, movimentos sociais, acadêmicos, ativistas e demais defensores do Xingu promovem o encontro, que marca os 23 anos da primeira vitória dos povos contra o projeto de barramento do rio em 1989, após o histórico 1º Encontro dos Povos Indígenas do Xingu. O evento, que deve reunir cerca de 500 pessoas, acontecerá em uma das comunidades mais impactadas por Belo Monte, e visará fortalecer a luta dos atingidos contra a hidrelétrica e pelo respeito aos seus direitos sociais, econômicos, culturais e territoriais. As atividades incluirão festejos culturais, debates, seminários e protestos. De acordo com o Movimento Xingu Vivo para Sempre, o Xingu + 23 visa, além de fortalecer os movimentos de resistência, reafirmar que, diante das fragilidades técnicas, econômicas, jurídicas e políticas do projeto, ***Belo Monte não é um fato consumado*** (XINGU +23..., 2012).

A seguir, narramos alguns aspectos da realização desse Encontro na condição de *observador participante*, a partir dos nossos registros de diário de campo.

O prédio do CIMI, onde se localiza a sala do MXVPS, centro da cidade de Altamira, tornou-se o “ponto de encontro” para reunir as pessoas que iam participar do evento<sup>462</sup>. De

<sup>462</sup> Ao entrar no prédio do CIMI e me dirigir para a sala do MXVPS, conheci Irmã Maria, uma senhora que estava à frente, ajudando na organização do evento, que me levou até a sala. Em seguida, conheci outras lideranças do movimento, como Ana Adelaide, Sheila Juruna e Antônia Melo, uma das maiores lideranças do Movimento das mulheres do campo e da cidade e do MXVPS. Essas lideranças expressavam o quanto as mulheres estavam na direção da organização e realização do evento. A uma mesa grande, com mais ou menos três a quatro computadores, militantes do movimento trabalhavam. Dentre eles: jornalistas, advogados (as) e outros profissionais. Na sala, havia pesquisadores e ambientalistas de outros países, como

repente, antes de partimos, chega uma notícia, que pareceu deixar essas lideranças apreensivas: trabalhadores (as) rurais da FETAGRI haviam fechado a Transamazônica, para reivindicar as condicionantes não cumpridas pela Empresa Norte Energia. Em face desse fato, as lideranças temiam não passarem na barreira face às divergências político-ideológicas entre esses movimentos, que ficavam evidentes nas conversas e sussurros entre as lideranças na sala. Em seguida, receberam a informação de que a barreira fora retirada. Então, fomos orientados a descer para embarcar no ônibus e seguir viagem.

Ao desembarcar, já me deparei com o acampamento montado. Grandes barracos com lona preta, que estavam abrigando os participantes, uns já com suas barracas de campo montadas e outros com suas redes, inclusive uns deitados e descansando. Colocaram faixas de protesto nos barracos contra Belo Monte, ambientalizando, assim, o espaço com a cara do MXVPS. Em uma dessas faixas se denunciava: “*Comunidade da Volta Grande: Não fomos consultados*” (Vide fotos abaixo). Observei uma passagem constante de caminhões pipa, entrando e saindo da comunidade, retirando água do Rio Xingu para abastecer os canteiros de obra de Belo Monte que ficam próximos da localidade. A comunidade já se encontrava marcada e cercada de placas, informando: “*Norte Energia. Propriedade particular. NÃO ENTRE. Área protegida conforme Declaração de Utilidade Pública*” (Vide fotos abaixo).

Figura 33 - Encontro dos Povos da Amazônia: Xingu + 23 (2012)



Fonte: CORRÊA, Sérgio, 2012.

---

da Áustria, que vieram participar e fortalecer a mensagem de luta contra as barragens no mundo. Havia, também, indígenas, trabalhadores (as) rurais, ribeirinhos (as), pessoas idosas, adultas, jovens e crianças.

Figura 34 - Encontro dos Povos da Amazônia: Xingu + 23 (2012)



Fonte: CORRÊA, Sérgio, 2012.

Figura 35 - Encontro dos Povos da Amazônia: Xingu + 23 (2012)



Fonte: CORRÊA, Sérgio, 2012.

As atividades se concentraram num quintal verdejante de uma das casas da comunidade, as criações (galinhas e patos) ainda caminhavam por lá. Armaram bancos de madeiras improvisados, colocaram bebedouro. Colocaram cartazes nas árvores e *banners* para ambientalizar o espaço. Nesse momento, jovens se credenciavam para participar. Além deles, povos indígenas chegavam de diferentes lugares, como exemplo os Munduruku do Tapajós, rio onde está prevista a construção do complexo hidrelétrico do Tapajós.

Ao me dirigir para a barraca, onde estava instalado, observei dois policiais militares do Estado do Pará, acompanhando dois senhores: eram dois oficiais de Justiça. Eles estavam com mandato de segurança para prender, caso encontrassem, a líder Antônia Melo e o Jornalista Ruy, ambos do MXVPS. Os acusados estavam impedidos, sob mandado da Justiça, de se aproximarem 50m dos canteiros de obras de Belo Monte. Então, os policiais e oficiais de Justiça começaram a se informar e procurar as duas lideranças. Os advogados do MXVPS estavam apostos. Os oficiais não conseguiram identificar as lideranças. Isso já demonstrava o clima que pesava sobre aquele acampamento e evento.

Nesse momento, os participantes foram orientados a se encaminhar para a margem do rio Xingu e lá se concentrarem. Lá teve início o encontro com uma celebração interreligiosa, envolvendo um conjunto diverso de crenças e ritos. Antes dessa celebração, um grupo indígena da etnia Munduruku caminhou em direção à margem do Rio Xingu, cantando em sua língua. Ao chegarem lá, cantaram e dançaram para celebrar mais esse momento de resistência e luta contra Belo Monte (*Vide* fotos abaixo) e outros grandes projetos na Amazônia. Após esse ritual indígena, deu-se início ao rito da procissão. Quanto aos povos indígenas, foram convidados a carregar e conduzir o mastro, que simboliza a riqueza da floresta, da biodiversidade e da sociodiversidade da Amazônia. Nesse cortejo, orações e cânticos eram entoados. O simbolismo da margem do Rio Xingu e um forte tom político, de crítica ao projeto Belo Monte, marcavam o ritual interreligioso.

Figura 36 - Encontro dos Povos da Amazônia: Xingu + 23 (2012)



Fonte: CORRÊA, Sérgio, 2012.

Figura 37 - Encontro dos Povos da Amazônia: Xingu + 23 (2012)



Fonte: CORRÊA, Sérgio, 2012.

No dia seguinte, foi instalada uma Mesa de Debates cujo título foi “Lutas e Resistência na Amazônia”, na qual a liderança do MXVPS, Antônia Melo, destacou: “A resistência é um coletivo de muitas cabeças, de muitas mãos, de muitos corações e de muito sofrimento de muita gente” e denunciou a “violência institucional” praticada pelo governo federal com a implementação dos grandes projetos, em particular Belo Monte.

(...) A resistência na Transamazônica e Xingu, hoje de manhã o Miranda já relatou o que aconteceu, primeiro é importante dizer que nossa região é marcada por violência de todas as espécies, principalmente pela violência institucional, que é a violência praticada pelos órgãos de governo, pelo governo (MELO comunicação oral)<sup>463</sup>.

Ao final do dia, uma das lideranças e animadoras do MXVPS informou que a alvorada no dia seguinte seria às 04:00h, para a realização de uma atividade. Entretanto, não ficou claro para mim e, arrisco a dizer, para grande parte dos participantes do evento, exceto para o grupo de lideranças do Movimento, no que consistiria a referida atividade. Isso pode ter sido proposital, como uma tática para não colocar em cheque as estratégias e ações de resistência e luta contra Belo Monte. Após isso, um grupo foi construir cruzeiros de madeira e outro foi ajudar a colocar cabo nas enxadas. Os participantes do evento foram, ainda, convidados a realizar a “limpeza do cemitério” da comunidade Santo Antônio, que está sendo destruído pelo empreendimento, o que tem provocado bastante comoção e tristeza nessa comunidade<sup>464</sup>.

Na madrugada, às 04:00 horas, toda a comunidade despertou. Começou, em seguida, o trabalho de desmontagem do acampamento, pessoas e grupos desmontando barracas e retirando redes de dormida. Eu não sabia o que ia acontecer e percebi que, também, muita gente que estava ali não sabia, demonstrando e expressando um certo receio, preocupação e aflição. Numa conversa, por acaso, com uma jovem estudante da UFPa do campus de Altamira, que integra o MXVPS, a mesma me situou que ia ocorrer duas atividades: “Ocupação do canteiro de obra do sítio Belo Monte e uma marcha de protesto em Altamira contra a Norte Energia e o Governo Federal.”

Para fazer esse deslocamento dos participantes até o canteiro da obra, onde fora feita a primeira enscadeira de Belo Monte, foram disponibilizados os mesmos transportes que nos trouxeram: ônibus, micro-ônibus, carros particulares... Entrei no micro-ônibus onde estavam os índios Munduruku. Ainda estava escuro, devia ser umas 04:30 da manhã. O trajeto foi mais

<sup>463</sup> Essa fala de Antônia Melo fez parte da referida mesa de debate do “Encontro Xingu + 23”, ocorrido no período de 13 a 17 de junho de 2012, na Comunidade Santo Antônio, Km 27 da Transamazônica e espaço rural de Vitória do Xingu.

<sup>464</sup> Fui convidado para compor um grupo, com a tarefa de redigir uma Moção de Apoio a uma família atingida por Belo Monte, que ganhou uma causa judicial de indenização, mas que ainda não recebera e que enfrentava sérios problemas econômico-sociais e emocionais.



curto do que imaginei. Os ônibus pararam em uma estrada que dava acesso ao canteiro da obra, mas não era a entrada principal, onde se encontra o portão da empresa construtora. Os participantes começaram a descer dos ônibus, muitos com o rosto encoberto (*Vide* fotos abaixo). As lideranças orientavam o caminho a seguir na estrada de barro batido e muito acidentada, pedindo para que cada participante ajudasse a carregar e levar para o local do canteiro as ferramentas, as cruzes.

Figura 38 - Ocupação do Canteiro Belo Monte (2012)



Fonte: CORRÊA, Sérgio, 2012.

Figura 39 - Ocupação do Canteiro Belo Monte (2012)



Fonte: CORRÊA, Sérgio, 2012.

Ao chegarmos ao ponto estratégico, os participantes colocaram as ferramentas e cruzes no chão. Começaram a estender faixas com palavras de ordem no local: *“O governo quer promover uma guerra no Xingu, financiada com o seu dinheiro. Diga NÃO a Belo Monte”*. Alguns se sentavam nos barrancos demonstrando cansaço. Os indígenas, armados de seus arcos e flechas, identificados com suas pinturas, iam se assentando na margem do rio. Um grupo de jovens discutia onde seria iniciada a escavação na enseadeira para que o rio Xingu seguisse seu curso normal. Eles tinham pressa, pois se preocupavam com o adiantar da hora e

diziam: “Vamos, gente, pra fazer isso antes de amanhecer”. Um outro grupo, na entrada da enseadeira, ficava ali para cavar e plantar as mudas, simbolizando o reflorestamento da área que foi desmatada para a construção da barragem (*Vide* fotos abaixo).

Figura 40 - Ocupação do Canteiro Belo Monte (2012)



Fonte: CORRÊA, Sérgio. 2012.

Figura 41 - Ocupação do Canteiro Belo Monte (2012)



Fonte: CORRÊA, Sérgio, 2012.

Figura 42 - Ocupação do Canteiro Belo Monte (2012)



Fonte: CORRÊA, Sérgio, 2012.

Então, definidos os locais, os participantes começaram a cavar para fazer o rio Xingu seguir seu curso normal, natural. Um grupo usava picareta. Outro grupo usava enxada para tirar a terra escavada pelo primeiro grupo. Parecia uma ação sem êxito, posto a dureza da terra do barramento e as condições dos equipamentos, tão precárias, frente às tecnologias e instrumentos da empresa construtora. Mas, foram cavando, cavando, cavando, numa ação coletiva, uns já com calos nas mãos colocavam esparadrapo nos ferimentos para amenizar a dor e voltavam para continuar cavando...

De vez em quando uma palavra de ordem era bradada: “rio Xingu, vivo!!! Rio Xingu, vivo!!!”. O dia já estava amanhecendo. Alguns indígenas ficaram em pé sobre o barranco. Um deles abriu os braços, dizendo: “Viva o rio Xingu!” (*Vide* foto abaixo). Perguntei a este o que significava para ele e seu povo esse barramento do rio Xingu. Ele disse: “Isso aqui significa, pra gente indígena, destruição de nossa natureza, de nossa gente. Isso não é desenvolvimento. Isso é destruição. Isso faz nossa gente sofrer. Isso desrespeita a natureza”.

Figura 43 - Ocupação do Canteiro Belo Monte (2012)



Fonte: CORRÊA, Sérgio, 2012.

Em outro local, na entrada do barramento, um outro grupo ia fazendo covas e plantando as mudas, dando sentido simbólico ao reflorestamento da área que foi desmatada. No outro lado, o pessoal ia cavando, cavando, cavando... até que chegou o momento em que, por um pequeno canal cavado, a água do Xingu começou a fluir... Nesse momento, as pessoas gritavam: “Viva o rio Xingu!” “Rio Xingu, vivo! Rio Xingu, vivo! Rio Xingu, vivo!”. As pessoas começaram a tomar banho no Xingu, no sentido literal e metafórico, posto o estado emotivo, expresso nas comemorações, abraços e choro entre os participantes (*Vide* foto abaixo).

Figura 44 - Ocupação do Canteiro Belo Monte (2012)



Fonte: ANDERSON, Mitch; GLASS, Verena; SOLTANI, Atossa – MXVPS

As cruzes foram fincadas à beira do rio. Foi um ato simbólico, que denunciava a morte do rio Xingu e protestava contra as mortes já provocadas pelo empreendimento e as que virão se ele não for barrado, alertavam as lideranças. Do auto, uma aeronave filmava e fotografava os participantes escreverem no barramento: “Pare Belo Monte”, por meio de seus próprios corpos. Gestos simbólicos evidenciando a contradição: (a abertura do canal e o reflorestamento na enseadeira) que marcavam a defesa da VIDA, da sociobiodiversidade do território do Xingu/Amazônia, e outro que denunciava a MORTE (pelo empreendimento de Belo Monte, chamado, também, de “Belo Monstro”, representado pelas cruzes) dessa própria sociobiodiversidade (*Vide* fotos abaixo).

Figura 45 - Ocupação do Canteiro Belo Monte (2012)



Fonte: ANDERSON, Mitch; GLASS, Verena; SOLTANI, Atossa – MXVPS

Figura 46 - Ocupação do Canteiro Belo Monte (2012)



Fonte: ANDERSON, Mitch; GLASS, Verena; SOLTANI, Atossa - MXVPS

Figura 47 - Ocupação do Canteiro Belo Monte (2012)



Fonte: ANDERSON, Mitch; GLASS, Verena; SOLTANI, Atossa – MXVPS

No mesmo dia, pela manhã, chegou o mandato de reintegração de posse, com todo um suporte militar para a garantia de sua efetivação. Antes de chegarem, os ocupantes retornaram para a comunidade Santo Antônio. Acompanhei até sexta pela manhã cedo esse protesto e manifestação do MXVPS. Em seguida, segui para Altamira, a fim de registrar um pouco da marcha contra Belo Monte, a Norte Energia e o Governo Federal<sup>465</sup>.

Ao chegar ao local do protesto, em frente à empresa Norte Energia, em Altamira, não encontrei muita gente na marcha apoiando o protesto, um contingente bastante pequeno para o esperado e anunciado, o que talvez expresse o enfraquecimento desse campo de resistência e o processo de desmobilização pelo qual ele vem passando. As forças do “aparelho coercitivo do

<sup>465</sup> Para registrar esse outro momento, por intermédio de Verena e Antônia Melo, duas lideranças do MXVPS e do MMCC, consegui uma carona no carro de jornalistas internacionais que estavam cobrindo o evento.

Estado” estavam a postos em frente à Empresa Norte Energia, garantindo sua segurança contra os manifestantes (*Vide* fotos abaixo).

Figura 48 - Protesto em frente à Empresa Norte Energia (Altamira-PA) (2012)



Fonte: CORRÊA, Sérgio, 2012.

Figura 49 - Protesto em frente à Empresa Norte Energia (Altamira-PA) (2012)



Fonte: CORRÊA, Sérgio, 2012.

Ao conversar com uma liderança do MAB, após a manifestação, ele disse: “A gente tem o desafio de trazer uma maior quantidade de gente pra rua, pro movimento ganhar força, pras nossas reivindicações terem força, porque o número ainda está bem reduzido. Olha quanto de gente veio participar! A luta exige a participação popular na rua. Essa é uma das nossas divergências com o Xingu Vivo”.

No sábado, houve a ocupação do escritório do Consorcio Construtor Belo Monte (CCBM), onde houve destruição de máquinas e de documentos, como formas de protesto à Empresa pelo não cumprimento das condicionantes e pela violação de direitos com a construção de Monte. Esse fato teve repercussão nacional e internacional, assumindo a grande

imprensa nacional e local um posicionamento em favor da Norte Energia e de crítica à “invasão” do escritório e ao “vandalismo” dos manifestantes e índios. Diferentemente, o site do Xingu Vivo e de seus parceiros manifestaram outra visão do encontro e do processo de “ocupação” no canteiro e no escritório do CCBM.

Na Declaração Final do Xingu + 23 (ANEXO 12), fez-se uma conclamação mundial:

Nós, os participantes e apoiadores do Xingu +23, conclamamos o país e todos os representantes dos países que estarão na Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável – a Rio + 20 – a olhar para a Amazônia e evitar o crime cometido no coração da região pelo governo brasileiro com a hidrelétrica de Belo Monte. E afirma que, após 23 anos de resistência contra o barramento do Xingu, não haverá esmorecimento nem trégua na luta pela vida do rio e pelos direitos de seus povos (ANEXO 12).

Uma liderança dos pescadores e integrante do MXVPS, ao falar sobre esse processo de ocupação, relata a “perseguição” que sofreu pela empresa Norte Energia ao saber que ele participou do movimento e o processo de “criminalização” que o MXVPS sofre.

Quando eles [Norte Energia] soube que eu tava fazendo parte desse movimento, aí começou a perseguição. Por exemplo? Primeira coisa, quando eu fui indiciado. Eu não sei se você sabe, eu tenho um processo, tá armazenado aí, tá lá no fórum, como “ladrão”, porque quando os índios quebraram aquelas coisas no alojamento lá [no canteiro de obra de Belo Monte], em junho do ano passado, durante o Encontro do Xingu Vivo, quem levou a culpa? Eu! Falei: “Daqui a pouco, os índios vai embora, quem vai pagar o pato sou eu!”. Não deu outra! Tá lá o processo como ladrão, como furto, eu fui lá no fórum, me disseram: “tem um processo teu aqui, mas é como furto”. Eu até dei risada, saí e fui embora. O que eu vou fazer? A Doutora Andréa [defensora pública em Altamira] tá lutando. Ela disse: “Hélio, eu vou ser a tua advogada particular. Eu sou defensora pública, eu vou ser tua advogada particular, porque tu não mereces passar por que tu tás passando. Não vai acontecer nada contigo, não. Tu não vai ser preso”. Mas, tem esse processo em andamento (informação verbal)<sup>466</sup>.

Ele diz, ainda, que recebeu essa informação por e-mail, quando estava no Rio de Janeiro participando da Cúpula dos Povos na Rio+20<sup>467</sup>. Além dele, foram indiciados outros “onze”, no total.

<sup>466</sup> CSAXT. **Entrevista**. [jun. 2013]. Entrevistador: Sérgio Roberto Moraes Corrêa. 2013.

<sup>467</sup> No tocante a essa participação na Cúpula dos Povos, durante a Rio + 20, foi realizada uma “passeata” em que um dos focos do protesto era Belo Monte. Essa mesma liderança ao falar sobre esse momento, relata: “Nós fizemos uma passeata no Rio de Janeiro, eu não sei quantas pessoas foi, mas era muita gente. Nós levamos duzentos faixas do Xingu Vivo: ‘Pare Belo Monte!’, mais quem queria conduzir uma, não deu pra quem quis! A gente parava num lugar, as pessoas começavam a perguntar: ‘Como é esse negócio de Belo Monte?’. ‘Meu amigo, é assim...’ ‘É desse jeito?’. ‘É desse jeito!’. ‘Meu amigo, aqui no jornal a gente vê muito diferente!’. ‘O Conteúdo da coisa vocês não vão ver aqui. Vocês vão ver o bom que eles oferecem, no papel que eles fala, eles vão mostrar, mas o pior tá lá!’. Aí tá, a gente ia chegar até lá onde os presidentes tavam reunidos, mas a gente foi barrado. Eu me lembro bem que eles barraram a gente numa ponte, mas nós fomos em marcha! Imensa! Nós fizemos duas passeatas, uma no centro do Rio, nós fomos parar em frente ao prédio da Vale, e fizemos outra numa comunidade, que fica na periferia, que eles querem acabar com essa comunidade lá. E os indígenas estavam ali junto! Quando nós chegamos e

Eu recebi essa informação de que eu tava indiciado por e-mail, eu tava participando junto com outros do Xingu Vivo: a Ana, a Melo, Ruy, a Helena..., era um grupo, eu tava nesse grupo, da Rio + 20 no Rio de Janeiro. A gente saiu daqui do encontro do Xingu + 23 e foi pra Rio + 20. Além de mim, da Melo, da Ana, tinha mais gente indiciado, eram 11, uns aqui e outros já tava pra lá (informação verbal<sup>468</sup>).

Em relação a esse processo de “criminalização dos movimentos sociais”, uma liderança do MXVPS relata:

Qual é hoje a forma de calar a boca? Como essa questão do “mata” está muito repudiada, tirar a vida letalmente, então há outras formas de matar. O matar através da criminalização, do interdito proibitório, como: “Você tá impedida de chegar a determinado lugar ou de falar!”. No caso do Movimento Xingu Vivo, eu, Lazaro, a Mônica, o padre Alírio, um padre muito combativo, o próprio Marco Apolo, o Ruy, que é jornalista, e Ana Laide. Mas, quem tem mais interdito sou eu. (...) Então, são os interditos: você é ameaçado de pagar multa de 50 mil, de um 1 milhão de reais! É ameaçado de ser preso. Uma série de ameaças que têm nesses interditos. Então, essa é uma forma de calar, de silenciar. Como eu te disse, várias pessoas que tavam conosco na luta saíram com medo, porque não tinha, também, essa formação de base, né? É intimidação, constrangimento! (informação verbal)<sup>469</sup>.

Conforme denúncia do MXVPS, em uma de suas reuniões de planejamento estratégico, havia um integrante “infiltrado” como espião contratado pelo Consórcio Construtor Belo Monte (CCBM) para saber sobre as lideranças e quais ações do Movimento. Sobre isso, o MXVPS lança nota explicativa, dizendo:

Na manhã deste domingo, 24 [02/2013], quando finalizava seu planejamento anual em Altamira (PA), o Movimento Xingu Vivo para Sempre detectou que um dos participantes, Antonio, recém integrado ao movimento, estava gravando a reunião com uma caneta espiã. Na caneta, o advogado do Xingu Vivo, Marco Apolo Santana Leão, encontrou arquivos de falas da reunião, bem como áudios de Antonio sendo instruído sobre o uso do equipamento. Confrontado, ele a principio negou qualquer má intenção, mas logo depois procurou o advogado para confessar sua atividade de espião contratado pelo Consórcio Construtor Belo Monte (CCBM), responsável pelas obras da usina, para levantar informações sobre lideranças e atividades do Xingu Vivo (MXVPS, 2013).

Diante disso, o Movimento acusa o governo federal e o CCBM por violações de direitos e exige “justiça”.

---

confrontamos com a polícia, foi quando o representante da Dilma [Gilberto Carvalho] foi parado pelos indígenas. A Antônia Melo botava o dedo na cara dele e dizia: ‘Você é um mentiroso!’ e aí os índios, também, segurou ele lá. Aí dali, ele entrou num acordo em conversar com os índios e deu o direito de duas pessoas entrar lá. Entrou o cacique e entrou a Cheila Juruna pra fazer a reunião provisória com ele e o restante ficou do lado de fora. Aí nós terminamos a passeata e voltamos pra casa’ (CSAXT).

<sup>468</sup> Idem.

<sup>469</sup> MGXT. **Entrevista**. [jun. 2013]. Entrevistador: Sérgio Roberto Moraes Corrêa. 2013.



O Movimento Xingu Vivo para Sempre, violado em seus direitos constitucionais e em sua privacidade, acusa diretamente o governo e o Consórcio de Construção de Belo Monte (integrado pelas empresas: Andrade Gutierrez, Odebrecht, Camargo Corrêa, OAS, Queiroz Galvão, Contern, Galvão Engenharia, Cetenco, J. Malucelli e Serveng) por estes crimes, e exige do poder público que sejam tomadas as medidas cabíveis. É inadmissível que estas práticas ocorram em um estado democrático de direito. Exigimos justiça, já! (MXVPS, 2013).

Nesse processo de lutas e resistências sociais, outras ocupações dos canteiros de obra de Belo Monte ocorreram, desta vez com apoio e solidariedade do MXVPS a elas. Destaco, aqui, de forma breve, algumas delas. Em 19/09/2012, um grupo de pescadores realizou acampamento, por mais de duas semanas, nas cercanias da enseada do canteiro de obras do Sítio Pimental. Essa ocupação ocorreu primeiro na ilha do Jatobá, mas em razão das investidas constantes de “assédio dos funcionários da empresa”, esse grupo teve que realizar uma estratégia de mobilidade ou itinerância, mudando para outras ilhas: Ilhas do Cão, do João de Barro, do Veado e da Cutia, onde permaneceram por último.

Figura 50 - Ocupação do Canteiro Belo Monte pelos Pescadores (2012)



Fonte: Xingu Vivo, 2012.

Em sua agenda, esse grupo de pescadores, além de exigir a presença da Norte Energia e do IBAMA para negociar algumas demandas mais imediatas (atividade de pesca, indenizações para o setor e autorizações para a pesca de espécies sensíveis), denunciou problemas socioambientais com o processo de barramento do rio Xingu, que estão comprometendo sua atividade pesqueira e sua condição de produção e reprodução social. Isto é, suas atividades econômicas e de sobrevivência, de suas famílias e comunidades ribeirinhas, estão sendo impactadas com a construção da barragem.

As lideranças desse grupo de pescadores sustentam que “o acampamento é um protesto contra a decisão do IBAMA de permitir o fechamento definitivo do rio. Nesse

processo, a categoria não foi consultada nem informada sobre como poderão desenvolver suas atividades, ou como se dará a transposição dos barcos sobre a barragem”. Conforme afirma Lucio Vale, presidente da Colônia de Pescadores de Altamira, “O rio é nosso e viemos pra pescar. Não tem como proibir a pesca, nós temos de exercer o nosso trabalho”<sup>470</sup>. Após a reunião com o governo federal, e não sendo atendidos em suas demandas, os pescadores decidiram permanecer acampados.

Na *Carta dos 13 pescadores*, faz-se um clamor aos demais “amigos pescadores” para que se unam em defesa de “seus direitos”. Além desses, são chamados, também, os indígenas e demais “atingidos” a se juntarem à luta:

Nós, os 13 pescadores reunidos na Ilha da Cotia, falamos aqui de nossa resistência em defesa dos direitos de todos nós. Queremos pedir encarecidamente aos nossos amigos pescadores que se unam e compareçam para nos dar apoio na luta por seus direitos, assim como nós temos lutado. Pelo amor a Deus, chamamos a todos para que venham nos encontrar e juntar-se a nós. Por amor aos seus filhos e netos, que reajam em defesa dos seus direitos de pesca, antes que seja tarde demais e que o Xingu não dê mais peixe. Aguardamos ansiosos a chegada de vocês para que juntos, com a força, a coragem e a fé de todos, possamos finalmente agir para garantir que sejamos ouvidos pela Norte Energia, pelo Consórcio Construtor Belo Monte e pela Presidência do Brasil. Chamamos também os indígenas de toda a região a se unirem a nós nessa importante luta. E a todos os atingidos que puderem se dirigir para a Ilha da Cotia, pedimos que venham o mais rápido possível. E que todos nós estejamos juntos nesse momento. Agradecemos a todos aqueles que nos tem apoiado e àqueles que nos apoiarão nesta causa de todos nós (CARTA..., 2012).

Os pescadores não tiveram uma resposta ao chamado como esperado, assim como não tiveram uma garantia efetiva de suas reivindicações pelo governo e pela empresa responsáveis pelo empreendimento, o que tem implicado um conjunto de problemas sociais e ambientais para essas populações ribeirinhas e seus modos de vida. Não obstante esse protesto tenha tido um foco mais restrito, local e imediato, esses pescadores conseguiram trazer à tona vozes de sujeitos não considerados e apontar sérios problemas que ameaçam as suas condições de trabalho e modos de vida; as políticas e direitos que não estão sendo cumpridos pela NESAs e pelo governo federal. Esse é o tipo de resistência que não tem por objetivo contestar e derrubar o sistema social vigente, mas não deixa de revelar e evidenciar, a partir da *dinâmica cotidiana pela sobrevivência*, grandes dilemas e contradições desse modelo de desenvolvimento hegemônico.

Vale registrar que a *resistência cotidiana* (SCOTT, 2002; MENEZES, 2002) é bastante presente nesse processo de luta contra Belo Monte, revelando e inscrevendo

<sup>470</sup>Ver: “Pescadores paralisam obra de barragem do Xingu”. Disponível em: <http://www.xinguvivo.org.br/2012/09/20/pescadores-paralisam-obras-de-barramento-do-xingu/>.

dinâmicas e *formas de resistência* bem diferentes e, também, conflitantes, posto os diversos interesses e pontos de vista em jogo, que emergem desse *cotidiano*, marcado por processos de dominação e opressões, lutas e resistências, exprimindo diferentes modos de enfrentamento do sistema e das estruturas de poder.

Outra ocupação ocorreu, no início de maio de 2013, no canteiro principal, Sítio Belo Monte, o maior canteiro dos quatro abertos para as obras do AHE Belo Monte, no município de Vitória do Xingu, a 50 km de Altamira. Aproximadamente, 200 indígenas dos rios Xingu, Tapajós e Teles Pires, ameaçados pela construção de usinas hidrelétricas, ocuparam esse canteiro. Dentre esses povos indígenas estavam: Munduruku, Juruna, Kayapó, Xipaya, Kuruaya, Asurini, Parakanã e Arara, além de pescadores e ribeirinhos da Volta Grande do Xingu. Essa ocupação levou a paralisação dos trabalhos no canteiro. É importante destacar que os Munduruku passaram a liderar e protagonizar essa luta, ajudando a contar um novo capítulo da história de resistência desses povos da Amazônia contra esses grandes empreendimentos hidrelétricos, agora, além de Belo Monte, passavam a ganhar visibilidade as lutas contra os demais grandes projetos presentes no PAC para os rios Tapajós e Teles Pires.

Na *Carta da ocupação de Belo Monte*, dizem:

Nós somos a gente que vive nos rios em que vocês querem construir barragens. Nós somos Munduruku, Juruna, Kayapó, Xipaya, Kuruaya, Asurini, Parakanã, Arara, pescadores e ribeirinhos. Nós somos da Amazônia e queremos ela em pé. Nós somos brasileiros. O rio é nosso supermercado. Nossos antepassados são mais antigos que Jesus Cristo. Vocês estão apontando armas na nossa cabeça. Vocês sitiam nossos territórios com soldados e caminhões de guerra. Vocês fazem o peixe desaparecer. Vocês roubam os ossos dos antigos que estão enterrados na nossa terra. Vocês fazem isso porque tem medo de nos ouvir. De ouvir que não queremos barragem. De entender porque não queremos barragem (CARTA..., 2013).

Em seu manifesto, os indígenas reivindicam a regulamentação da consulta prévia e a suspensão imediata de todas as obras e estudos relacionados aos empreendimentos hidrelétricos nos rios onde vivem.

O que nós queremos é simples: vocês precisam regulamentar a lei que regula a consulta prévia aos povos indígenas. Enquanto isso vocês precisam parar todas as obras e estudos e as operações policiais nos rios Xingu, Tapajós e Teles Pires. E então vocês precisam nos consultar. Nós queremos dialogar, mas vocês não estão deixando a gente falar. Por isso nós ocupamos o seu canteiro de obras. Vocês precisam parar tudo e simplesmente nos ouvir (CARTA..., 2013).

No dia seguinte à ocupação, 03 de maio, cerca de 100 militares (Força Nacional, tropa de choque da Polícia Militar e Polícia Civil) chegaram ao canteiro de obras de Belo Monte, a fim de cumprir mandado judicial de reintegração de posse contra “brancos” que estavam

presentes na ocupação no dia anterior. Nessa operação militar, dois jornalistas, que faziam reportagem sobre a ocupação, e um pesquisador foram retirados do local pela Polícia Civil<sup>471</sup>.

No mesmo dia, os indígenas, ribeirinhos e pescadores lançaram nova Carta, a *segunda*, reafirmando suas reivindicações, na qual dizem:

Nós estamos aqui para dialogar com o governo. Para protestar contra a construção de grandes projetos que impactam definitivamente nossas vidas. Para exigir que seja regulamentada a lei que vai garantir e realizar a consulta prévia – ou seja, antes de estudos e construções! Por fim, e mais importante, ocupamos o canteiro para exigir que seja realizada a consulta prévia sobre a construção de empreendimentos em nossas terras, rios e florestas ( CARTA Nº 2..., 2013).

Nessa Carta, avisam que o “canteiro de obras está ocupado e paralisado” e falam de sua relação com a classe trabalhadora do empreendimento e dizem que têm o apoio dela e “estão em paz”.

Os trabalhadores que vivem nos alojamentos nos apoiam e deram dezenas de depoimentos sobre problemas que vivem aqui. São solidários a nossa causa. Eles nos entendem. Tanto eles quanto nós estamos em paz. Tanto eles quanto nós queremos que os trabalhadores sejam levados para a cidade. O Consórcio Construtor Belo Monte precisa viabilizar a retirada dos trabalhadores a curto prazo e garantir abrigo para eles na cidade (CARTA Nº 2..., 2013).

Em Carta intitulada “*Deixem os jornalistas aqui*”, esse sujeitos, em particular os povos indígenas, manifestam e denunciam violações:

Ontem a Justiça expediu liminar de reintegração de posse apenas para os brancos. Com essa decisão, a polícia e o oficial de justiça expulsaram dois jornalistas que estavam nos entrevistando e filmando, e multaram um jornalista em mil reais. E expulsaram um ativista. A cobertura jornalística ajuda muito. Nós exigimos que a juíza retire o pedido de reintegração de posse, não aplique multas e permita que jornalistas, acadêmicos, voluntários e organizações possam continuar testemunhando o que nós passamos aqui, e ajudar a transmitir nossa voz para o mundo (CARTA “DEIXEM OS JORNALISTAS AQUÍ”, 2013).

Em nota oficial da Secretaria-Geral da Presidência da República, no dia 06/05/13, denominada “Esclarecimentos sobre a consulta aos Munduruku e a invasão de Belo Monte”, diz-se:

Tal reivindicação causa estranheza. Em sua relação com o governo federal essas pretensas lideranças Munduruku têm feito propostas contraditórias e se conduzido sem a honestidade necessária a qualquer negociação. Em outubro de 2012, junto com indígenas Kayabi e Apiacá, sequestraram e ameaçaram de morte nove funcionários do governo que realizavam um processo de

<sup>471</sup> Nesse mesmo dia, 03/05, o juiz federal Sergio Batista Guedes indeferiu o pedido de reintegração de posse do canteiro de Belo Monte impetrada pela Norte Energia, que sustentava que os indígenas seriam uma ameaça à segurança dos trabalhadores da usina e que haveria uma iminência de conflito entre manifestantes e trabalhadores.

diálogo na aldeia Teles Pires. Em fevereiro de 2013, vieram a Brasília e recusaram-se a fazer uma reunião com o ministro Gilberto Carvalho, afirmando que o governo iria usar esse encontro para dizer ter feito uma consulta prévia. No dia 25/04, essas mesmas pretensas lideranças deixaram de comparecer a uma reunião que tinham marcado com a Secretaria-Geral em Jacareacanga e publicaram nos sites de seus aliados uma versão mentirosa e distorcida sobre esse fato. Agora invadem Belo Monte e dizem que querem consulta prévia e suspensão dos estudos. Isso é impossível. A consulta prévia exige a realização anterior de estudos técnicos qualificados. Se essas autodenominadas lideranças não querem os estudos, como podem querer a consulta? Na verdade, alguns Munduruku não querem nenhum empreendimento em sua região porque estão envolvidos com o garimpo ilegal de ouro no Tapajós e afluentes. Um dos principais porta-vozes dos invasores em Belo Monte é proprietário de seis balsas de garimpo ilegal (ESCLARECIMENTOS..., 2013).

Em resposta a essa Nota da SGP, em sua 4ª Carta, os indígenas manifestam:

Nós lemos a nota da Secretaria Geral da Presidência da República. (...) O governo perdeu o juízo. Gilberto Carvalho está mentindo. O governo está completamente desesperado. Não sabe o que fazer com a gente. Vocês mandaram a Força Nacional dizer que o governo não irá dialogar com a gente. Mandaram gente pedindo listas de pedidos. Vocês militarizaram a área da ocupação, revistam as pessoas que passam e vem, a nossa comida, tiram fotos, intimidam e dão ordens. Nossas reivindicações são baseadas em direitos constitucionais. Na Constituição Federal, nas legislações internacionais. E temos o apoio da sociedade e até dos trabalhadores que trabalham para vocês (CARTA Nº 4..., 2013).

Em “Nota Pública” *Todo Apoio à Ocupação Indígena nos Canteiros de Belo Monte*, um conjunto de movimentos sociais e entidades da sociedade civil manifesta:

Estamos em um momento muito importante da luta contra o projeto do governo brasileiro para a Amazônia, proposta desenvolvimentista atrasada e autoritária que exaure as riquezas naturais da região e destrói o planeta, tendo a usina de Belo Monte e as demais barragens como carro chefe deste processo. Quem está “dialogando” com os indígenas, em nome do governo federal, é a Força Nacional, que depois de um mandado judicial retirou os jornalistas que estavam cobrindo a ocupação, não está permitindo que os advogados tenham acesso ao canteiro, e tem afirmado que os governantes já disseram que não vão negociar com os indígenas enquanto eles estiverem lá, desta forma, eles deveriam sair antes que sejam retirados a força (NOTA PÚBLICA..., 2013).

A Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB) também manifestou sua crítica à nota da SGP e expressou seu apoio a ocupação e defesa dos direitos dos povos indígenas.

O Estado Brasileiro, sob gerência do Governo da Presidente Dilma Rousseff, assume publicamente uma posição abertamente preconceituosa e discriminatória contra os povos indígenas do Brasil. Para o governo, os indígenas mobilizados contra a Usina Hidrelétrica de Belo Monte e contra o complexo hidrelétrico dos rios Tapajós e Teles Pires não são legítimos, daí que os chama de “autodenominadas” ou “pretensas” lideranças. Curioso, mas quando era do interesse do governo o mesmo os recebeu como legítimos para negociações no Palácio do Planalto (MANIFESTO..., 2013).

No dia 08 de maio, no final da noite, o Tribunal Regional Federal da 1ª Região deferiu a reintegração de posse do canteiro de obras de Belo Monte, autorizando o uso da força policial. Essa ordem de reintegração permitia a retirada forçada dos indígenas para evacuar o canteiro. No entanto, a pedido do MPF, o Tribunal suspendeu, por 24 horas, a reintegração de posse em Belo Monte. Esse é mais um exemplo da batalha na esfera judicial, que está relacionada com a esfera da ação coletiva, na sociedade civil, tendo como parceiro o MPF. Com um prazo de 24 horas garantido pela desembargadora Selene de Almeida, os cerca de 200 indígenas dos rios Teles Pires, Tapajós e Xingu decidiram se retirar do principal canteiro de obras de Belo Monte.

Em menos de um mês, 27 de maio, cerca de 170 indígenas (Xyapaia, Arara, Kayapó, Munduruku e Tupinambá) voltaram a ocupar o mesmo canteiro de obra de Belo Monte. A reivindicação central é a de que as obras da usina hidrelétrica de Belo Monte e os estudos para a construção das usinas no Rio Tapajós sejam suspensos até que as consultas prévias aos povos indígenas sejam realizadas. Esses indígenas denunciam que os grandes projetos de geração de energia causam graves impactos ambientais e sociais e destroem o modo de vida dos povos e das comunidades tradicionais da região. Com a construção do AHE Belo Monte, alertam que o rio, na Volta Grande do Xingu, em 100 km, vai virar um “sequeiro”. Em relação à construção das hidrelétricas planejadas e definidas no PAC para o Rio Tapajós, as milenares aldeias Munduruku, situadas às margens do rio ficariam totalmente inundadas.

Figura 51 - Ocupação do Canteiro Belo Monte por Indígenas e Pescadores (2013)



Fonte: PARRACHO, Lunae. 2013.

Na 7ª Carta de ocupação, intitulada “*governo federal, nós voltamos*”, eles dizem

Nós somos indígenas Munduruku, Xipaya, Kayapó, Arara e Tupinambá. Nós vivemos do rio e da floresta e somos contra destruírem os dois. Vocês já nos conhecem, mas agora somos mais. O seu governo disse que se nós saíssemos

do canteiro, nós seríamos ouvidos. Nós saímos pacificamente – e evitamos que vocês passassem muita vergonha nos tirando à força daqui. Mesmo assim, nós não fomos atendidos. O governo não nos recebeu. Nós chamamos pelo ministro Gilberto Carvalho e ele não veio (CARTA Nº 7..., 2013).

De acordo com a Carta, ainda, denunciam esses grandes empreendimentos e o modelo de desenvolvimento vigente, bem como reafirmam sua agenda de garantia de direitos e defesa de seus territórios e modos de vida.

Nós queremos a suspensão dos estudos e da construção das barragens que inundam os nossos territórios, que cortam a floresta no meio, que matam os peixes e espantam os animais, que abrem o rio e a terra para a mineração devoradora. Que trazem mais empresas, mais madeireiros, mais conflitos, mais prostituição, mais drogas, mais doenças, mais violência. (...) Nós exigimos sermos consultados previamente sobre essas construções, porque é um direito nosso garantido pela Constituição e por tratados internacionais. Isso não foi feito aqui em Belo Monte, não foi feito em Teles Pires e não está sendo feito no Tapajós. Não é possível que todos vocês vão continuar repetindo que nós indígenas fomos consultados. Todo mundo sabe que isso não é verdade (CARTA Nº 7..., 2013).

Num dia antes, eles escreveram uma Carta aos trabalhadores do canteiro, declarando apoio às causas deles e união entre indígenas, classe trabalhadora e moradores da cidade.

Nós, indígenas, escrevemos a vocês trabalhadores da obra da barragem. O CCBM está dizendo para o governo e imprensa que nós somos inimigos, nós índios e vocês trabalhadores de Belo Monte. O Consórcio disse na quinta para o jornal O Globo que nós e vocês somos selvagens e que nós vamos nos matar entre nós. Isso é absurdo e preconceituoso. Nós viemos de longe e muitos de vocês vieram de longe. Nós temos coisas em comum. (...). Nós sabemos dos problemas que vocês têm, porque durante a ocupação, vários trabalhadores vieram reclamar dos problemas que vocês passam na obra. Por isso, nós dizemos: queremos apoiar a causa de vocês. Queremos juntar as nossas reivindicações com as reivindicações dos trabalhadores. Nós sabemos que a empresa também pode pagar alguém para fazer confusão com a gente, mas viemos em paz com os trabalhadores e propomos que nós devemos nos juntar. Nós, indígenas, vocês trabalhadores e os moradores da cidade – estamos todos sofrendo por conta dos mesmos culpados. Na hora em que nos juntarmos, eles vão ter que nos ouvir. Nós queremos conversar e trabalhar junto com vocês (CARTA AOS..., 2013).

No tocante a essas “condições de trabalho” no canteiro de obra de Belo Monte, um funcionário da empresa entrevistado por nós, ao responder se se sentia “vigiado e controlado” lá dentro, relata que existe um amplo processo de militarização público e privado e se sente como num “serviço escravo”.

Sinto sim, todo mundo se sente que trabalha lá, isso aí, porque a gente convive lá, todo mundo fica reclamando dessa parte aí. Eu me coloco lá, hoje, como um serviço escravo, continua sendo um serviço escravo, porque, diziam que tá no serviço escravo era tá na roça, trabalhando sem carteira assinada, mas a gente tá lá [na roça] porque a gente quer, não tem polícia que nem tá ali [Belo Monte] hoje. Aí, também, a gente tem que ter cuidado com

o que fala, com o que ouve lá dentro, porque a gente é vigiado tanto pelas polícias como pelas câmeras [de filmagem – sistema de monitoramento] lá dentro, que pega a gente. Essas câmeras estão mais lá pra intimidar as pessoas, vigiar, controlar... É mais pra proteger o que é deles, e não nós. Eu me sinto uma pessoa vigiada 24 horas, não me sinto um trabalhador respeitado nos meus direitos, tanto que, a gente convive lá, os colegas, a gente fala que vai acertar tudo isso na Justiça depois quando sair, a gente não vai negociar com eles [com a empresa], porque o que eles tão fazendo hoje não é o que a lei dar, garante ao trabalhador. A demissão de trabalhadores é mais um caso desses. Lá [na empresa, no canteiro de obra], praticamente, tem duas pessoas com duas caras, ele diz que é teu amigo, mas ele tá querendo ver se tu defende a empresa ou não, ele tá como investigador. Se tu não for um cara que defende a empresa, ele tira a foto e manda pra gerência, já era! Tchou, tchau! (informação verbal)<sup>472</sup>.

Disse que os trabalhadores ficaram mais fracos porque o Sindicato foi trazido pela empresa, sendo, portanto, controlado por ela, não representando os trabalhadores, ao contrário, ajuda a controlar e vigiar. Ele fala de demissão de funcionários que contestam e se anganjam em organização e greve e da “compra” de trabalhadores e lideranças, para enfraquecer e abafar as resistências à empresa.

Hoje, o sindicato que existe lá, o SINTAPAVE (Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil Pesada), é da empresa, eles mesmo [a empresa] trouxe esse sindicato, veio com a empresa, não foi os trabalhadores que trouxe, o sindicato é deles! Não é do trabalhador! Os sindicatos que tavam lutando por nós não deixaram, foram demitidos. Um colega meu, como teve lá, exercia a mesma função, ele foi até demitido e a gente não sabe nem pra onde ele foi, porque, por exemplo, amanhã começa a fazer uma greve, sumiram com o rapaz lá de dentro, pegaram ele, eu acho que deram os direitos deles, ele saiu de lá. No ponto de vista nosso, ele ia conseguir conquista pra nós lá. Mas, eu acho que ele não foi comprado, porque esse era do nosso lado. E, assim, eles sempre compram trabalhadores, lideranças! Isso é muito forte. Aqui, tudo é comprado aqui, essa região foi sempre uma região em que o dinheiro falou mais alto. A gente se prejudica com isso, né, e muito! As conquistas não têm aparecido, a gente corre atrás, mas não tem conseguido (informação verbal)<sup>473</sup>.

Em relação à ocupação do canteiro pelos povos indígenas, ele disse não ter conhecimento da *Carta aos trabalhadores* e relata que a empresa pressionava e ameaçava os trabalhadores a ir para o canteiro trabalhar e procurava jogá-los contra os índios para criar um conflito e forjar uma visão que viesse beneficiar à empresa e prejudicar e criminalizar os indígenas e o protesto.

Pelo menos que é do meu conhecimento, essa carta não chegou até nós. Os índios tavam ocupando e eles [a empresa] queria que nós fosse lá pra frente de serviço, nesse caso, a gente tava sendo pressionado pela empresa pra trabalhar. (...) Tentava sim, tentava, porque tem duas rotas de entrada no Sítio Belo Monte e os índios tavam numa rota, eles [a empresa] mesmo

<sup>472</sup> TNESA. *Entrevista*. [jun. 2013]. Entrevistador: Sérgio Roberto Moraes Corrêa. 2013.

<sup>473</sup> Idem.



sabendo que os índios tavam lá, eles não queriam que a obra parasse. Eles levaram nós lá pra dentro. E eles disseram que era pra ir, se não a gente ia perder aquele dia de trabalho. Ela queria que nós trabalhasse. Se um índio matasse um trabalhador daquele, não ia ficar de graça, eles tinham 50 e a gente era muito. Então, nessa hora ia virar um caos (informação verbal)<sup>474</sup>.

Segundo reportagem, um trabalhador, ao tentar conversar com indígenas, foi preso pela Força Nacional de Segurança (*Vide foto abaixo*)<sup>475</sup>.

Figura 52 – Ocupação do canteiro Belo Monte por indígenas e pescadores (2013)



Fonte: SPOSATI, Ruy. 2013.

Em *Nota de Solidariedade dos Kayapó à Ocupação de Belo Monte*, manifestam:

A Associação Floresta Protegida, em nome dos caciques Mebengôkre (Kayapó) das 20 aldeias que representa, manifesta solidariedade e apoio aos parentes de luta que estão ocupando o canteiro de obra de Belo Monte; e repúdio ao Governo Federal pela vergonhosa falta de respeito com os povos indígenas deste país. Nós nunca aceitamos Belo Monte, e não engolimos esta usina, estamos lutando há muitos anos e não é por que começaram a obra que vamos desistir. Dia 03 de junho começa uma reunião, na beira do rio Xingu, com 250 caciques e guerreiros de todas as aldeias Kayapó do Pará e do Mato Grosso para organizar nossa estratégia de luta. Podem contar com nosso apoio, e nós contamos com o de vocês também. A briga é dura, mas unidos nós temos mais força (NOTA DE..., 2013).

Numa tentativa frustrada de “diálogo”, o representante da SGP, Nilton Tubino, apresentou a proposta de que uma pequena comissão de indígenas da ocupação fosse a Brasília se reunir com o ministro, no dia 4 de junho. A proposta não foi aceita, e os ocupantes reforçaram o convite para que Gilberto Carvalho fosse ao canteiro. Segundo a liderança Valdenir Munduruku, “Nós dissemos ao funcionário do governo: ‘nós vamos permanecer acampados, firmes, e pedimos que o ministro venha pessoalmente. Nossa conversa será com todos, e aqui’”. Após chegarem a um acordo, os manifestantes aceitaram ir a Brasília para

<sup>474</sup> Idem.

<sup>475</sup> Ver: “Belo Monte: indígenas rechaçam proposta do governo e reafirmam: ‘queremos que ministro venha pessoalmente’”. Disponível em: [http://cimi.org.br/site/pt-br/?system=news&conteudo\\_id=6921&action=read](http://cimi.org.br/site/pt-br/?system=news&conteudo_id=6921&action=read).

conversar com o governo federal, mas garantindo que 140 dos 150 manifestantes fossem. O governo federal custeou a viagem deles, que deixaram o canteiro no dia 04 de junho.

Em sua 9ª Carta, os manifestantes declararam e reafirmaram que a ida deles não representa um “acordo” ou uma “negociação”, mas o interesse em dialogar. Denunciam, ainda, a militarização do canteiro:

E no mesmo dia em que seríamos tirados à força pela sua polícia, vocês mataram um parente Terena no Mato Grosso do Sul. Então nós decidimos que não queríamos outro morto. Nós evitamos uma tragédia, vocês não. Vocês não evitam tragédias, vocês executam. Viemos aqui falar para vocês da outra tragédia que iremos lutar para evitar: a perda do nosso território e da nossa vida. Nós não viemos negociar com vocês, porque não se negocia nem território nem vida. Nós somos contra a construção de barragens que matam a terra indígena, porque elas matam a cultura quando matam o peixe e afogam a terra. E isso mata a gente sem precisar de arma. Vocês continuam matando muito. Vocês simplesmente matam muito. Vocês já mataram demais, faz 513 anos (CARTA Nº 9...,2013).

No dia 04 de junho, em reunião com ministros do governo para apresentar e reiterar as suas demandas (paralisação dos estudos e de empreendimentos hidrelétricos na Amazônia até que sejam consultados conforme garante a Constituição e Tratados Internacionais), na qual o ministro Gilberto Carvalho reforçou sua posição de não abrir discussão sobre Belo Monte, apenas oferecer e negociar os termos de uma consulta com os indígenas ameaçados pelas obras no Tapajós, os manifestante decidiram permanecer em Brasília em função do descontentamento com essa posição do governo. Após essa reunião com o governo federal, no dia 05, os manifestantes, em mais uma declaração, denominada “*Resposta ao Governo Brasileiro – Ministro Gilberto Carvalho*”, afirmam:

Nosso entendimento é de que somos senhores dos nossos destinos e queremos respeito ao que está escrito na Constituição Federal de 1988, que garante aos indígenas a organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, o direito originário sobre nossas terras e o direito de não sermos removidos de nossos territórios, e demais legislações que nos protegem. Diante disso solicitamos: uma manifestação oficial do governo brasileiro declarando se será ou não respeitada a nossa decisão final, de forma vinculante e autônoma, sobre o processo de consulta proposto (RESPOSTA À..., 2013).

Nessa experiência de ocupação dos dois momentos, é possível identificar que a agenda é diferente. Esses povos indígenas não estão dispostos a “negociar” com as empresas as condicionantes e compensações dos empreendimentos. A sua agenda é de defesa de seus territórios, de suas tradições e costumes, da preservação dos recursos naturais, uma vez que estes são entendidos como fundamentais para sua produção e reprodução social material e simbólico-cultural. Nesse sentido, o que se apresenta é uma evidente contestação, por um

lado, a um modelo de desenvolvimento e de sociedade, encarnados nesses grandes projetos hidrelétricos, marcados pela violência institucional (militarização) e simbólica, e, por outro, a defesa de outras lógicas e racionalidades de organização e existência social e convivência com a natureza. Essa posição provoca um deslocamento do campo de conflitos das compensações ou condicionantes para um campo de disputas pela garantia e afirmação dos direitos, pelo controle, uso e sentido do território, como terreno de produção e reprodução da existência social e preservação ambiental. Em entrevista, uma liderança indígena, Valdenir Munduruku, deixa evidente essa questão:

Sinto muito por o governo brasileiro demonstrar que não tem interesse em respeitar os direitos indígenas. Estamos aqui acampados reivindicando nada mais do que os nossos direitos. Não estamos aqui para pedir barco, motor, carro. Estamos reivindicando aquilo que é nosso, que está na lei. Essa decisão do governo federal, de não atender a nossa reivindicação e enviar a reintegração de posse, mostra mais uma vez que não há interesse em resolver os problemas da questão indígena. Nós vamos continuar essa luta, porque somos impactados por essas obras e temos de lutar pelos nossos direitos, para mostrar para a sociedade que nem tudo acontece como o governo diz, quando fala que os direitos indígenas estão sendo respeitados, e para fazer ver que e as comunidades não estão sendo bem atendidas (ENTREVISTA ESPECIAL..., 2013).

Uma liderança religiosa da região do Xingu, em entrevista a nós, ao fazer a diferença entre povos indígenas, situa os Munduruku num terreno da defesa de uma “agenda política” e de seus territórios, e “não se deixam dobrar” por oferta de dinheiro, diferentes de outros que se deixaram, na Volta Grande do Xingu, se levar pela pauta econômica, seduzir por repasse de recurso através dos Planos Emergenciais e do Plano Básico Ambiental (PBA).

Aí é diferente do povo Mundurucu! O povo Mundurucu não são daqui, eles são do Tapajós, mas a pauta deles era política, quer dizer, política num bom sentido: “Nós exigimos direitos do nosso povo!”. Eu sei que queriam dobrar um deles, um líder deles. Um desses que queriam dobrar disse: “Todo homem tem seu preço”, e ele respondeu “não estou a venda.”. Agora, me diga: quantos são os que têm essa presença de espírito e essa coragem, essa alta estima em não se deixar dobrar? Em grande parte, é raro! Eu digo assim nós temos que esperar agora, mas achar que vamos conseguir uma vitória no sentido de recuperarem sua identidade, não! (informação verbal)<sup>476</sup>.

É aí que esses povos indígenas não só constroem e denunciam o “progresso” do desenvolvimento da sociedade capitalista e colonialista, eles se apresentam como sujeitos de direitos demandadores de novos modos de relação entre sociedade, Estado e natureza, apresentando, por conseguinte, “sinais”, nos termos de Boaventura Santos, de experiências e

<sup>476</sup> JCXT. *Entrevista*. [jun. 2013]. Entrevistador: Sérgio Roberto Moraes Corrêa. 2013.

perspectivas de resistência contra-hegemônica, que o pensamento abissal da modernidade ocidental procura esconder e invisibilizar, domesticando-os e colonizando-os.

A apropriação e a violência assumem formas diferentes nas linhas abissais jurídica e epistemológica, mas em geral a apropriação envolve incorporação, cooptação e assimilação, enquanto a violência implica destruição física, material, cultural e humana. Na prática, é profunda a ligação entre a apropriação e a violência. No domínio do conhecimento, a apropriação vai desde o uso de habitantes locais como guias e de mitos e cerimônias locais como instrumentos de conversão até a pilhagem de conhecimentos indígenas sobre a biodiversidade, ao passo que a violência é exercida mediante a proibição do uso das línguas próprias em espaços públicos, a adoção forçada de nomes cristãos, a conversão e a destruição de símbolos e lugares de culto e a prática de todo tipo de discriminação cultural e racial (SANTOS, 2007b, p. 75).

Nesse campo de conflitos instalado, de correlações de poder estruturalmente desiguais, esses sujeitos estão fazendo emergir o “outro lado da linha” das experiências do Sul, sinais de novas alternativas (SANTOS, 2006; 2012a).

O pensamento abissal não vê e negligencia o que ocorre do outro lado da linha (nas colônias), onde só existe estado de natureza e não sociedade civil. Por isso, as formas políticas, jurídicas, culturais, sociais das sociedades metropolitanas atendem um lado da linha (metrópole) de forma muito parcial. No outro lado, existem outras formas de organização e experiências sociais, que não são consideradas como uma sociedade civil, mas estado de natureza. O paradigma do pensamento abissal não vai permitir ver o que existe do outro lado da linha (SANTOS, 2012a).

E continua sua crítica, afirmando:

A modernidade ocidental é caracterizada, por meio do capitalismo e do colonialismo pela coexistência entre sociedade civil e estado de natureza. Ela não é separada. Elas coexistem, mas não é visível essa coexistência. Ela não se dá conta do que está do outro lado linha. Como dizia Pascal, para além da linha do equador não há pecados [povos sem lei, sem rei e sem alma] (SANTOS, 2012a).

Sob esse prisma, tais sujeitos, ao forçarem o deslocamento do campo de conflitos para o campo do *direito a ter direitos*<sup>477</sup> objetivos e subjetivos, materiais e étnico-culturais, provocam o Estado e grupos econômicos a se mover nesse campo e, conseqüentemente, ajudam a inscrever outra relação entre sociedade civil e sociedade política, exigindo a garantia e exercício tanto dos princípios e dispositivos constitucionais, quanto dos tratados internacionais, como a Convenção 169 da OIT. Ajudam, assim, a criar um espaço público

<sup>477</sup> Nos termos de Dagnino (2004a, p. 108), essa nova concepção de *cidadania* “não se limita, portanto, a conquistas legais ou ao acesso a direitos previamente definidos, ou à implementação efetiva de direitos abstratos e formais, e inclui fortemente a invenção/criação de novos direitos, que emergem de lutas específicas e da sua prática concreta”. Ademais, ela “é uma estratégia dos não-cidadãos, dos excluídos, uma cidadania “de baixo para cima”, que instaura uma *cultura política democrática*, contendo uma “proposta de sociabilidade”.

para o debate e exercício da crítica, do dissenso, pressionando o Estado a se movimentar em direção contrária à “sociedade civil íntima”, do “privilégio”, em que um pequeno grupo/classe social assume o domínio do público e, conseqüentemente, veta os direitos da maioria, portanto, da cidadania e democracia, ampliando a massa da “sociedade civil incivil” e pondo a nu a frágil democracia liberal ou de “baixa intensidade” (SANTOS, 2012b; 2012e)<sup>478</sup>.

(...) incivil é o contrário da sociedade civil. Não obstante tenham direitos formais, concretamente estão excluídos da condição da cidadania, pois não podem exercê-los. Estão, também, dominados pelos vetos dos poderosos. São mais súditos do que cidadãos. Aí vivem de fato aqueles que não têm seus direitos garantidos. Estão na condição de subumanos e em estado de fascismo social e quem está nessa condição está no estado de natureza. Isso aqui é um estado de natureza disfarçado (SANTOS, 2012b).

Portanto, na medida em que essas ações coletivas demandam a garantia do espaço público e da crítica, revelam e desnudam práticas de autoritarismo pelo Estado e por grupos econômicos dominantes, que buscam interditar esses espaços e vozes dissonantes, usando a violência institucional e simbólica, para garantir e reproduzir os interesses e ideais dos grupos e classes hegemônicos. Como destacado aqui, da forma como o empreendimento de AHE Belo Monte está sendo conduzido (assim como outros), ele é revelador de um conjunto de contradições e de violações de direitos, mas escamoteados pelo discurso do “progresso e desenvolvimento”. Ademais, o canteiro de Belo Monte, como destacado, também aqui, é revelador de um conjunto de contradições e violações de direitos, em que uma instituição pública de segurança é marcadamente controlada pelo poder econômico da empresa privada. Essa é uma marca de inversão que corre na contramão da república e da democracia e de um suposto modelo de desenvolvimento que se queira “sustentável”. Isso é mais a expressão de uma *modernização insustentável* como marca identitária da “sociedade civil íntima” e do desfalecimento da “metáfora do contrato social”, que se assenta numa “democracia de baixa intensidade”<sup>479</sup>.

<sup>478</sup> Boaventura Santos explica que a “cidadania” surge baseada na *metáfora do contrato social*, que é a metáfora fundadora da modernidade política eurocêntrica. Não existe cidadania sem contrato social, que é a forma de um contrato entre iguais, através do qual os cidadãos abandonam o estado de natureza e constroem a sociedade civil. É a partir da sociedade civil que se criam direitos e deveres, que constituem a cidadania do Estado Moderno. Essa metáfora se constitui na relação de obrigação vertical entre Estado e Cidadão e na relação horizontal entre Cidadão-Cidadão. Contudo, nesse quadro do pensamento político liberal ou democracia liberal, não existe ordenação sociopolítica que vigore e garanta, de fato, para o conjunto do sistema o exercício da cidadania. Na prática sociológica não existe. A cidadania na “sociedade civil incivil” é uma entidade formal (SANTOS, 2012b).

<sup>479</sup> Ao fazer a crítica ao *Modelo Democrático Liberal*, Santos (2012e) destaca algumas de suas características: Democracia formal e procedimental (os procedimentos formais predominam e dominam o jogo democrático, deliberam-se as regras do jogo, mas não sobre as regras); Circunscrita ao Estado Nacional; Separação entre política e economia; Separação entre sociedade política e sociedade civil (o lugar do mercado é uma “confusão” nessa acepção. Para uns, ele reside na sociedade civil, para outros não); Direito

Em suma, o pensamento abissal moderno, que deste lado da linha era chamado a regular as relações entre cidadãos e entre estes e o Estado, é agora chamado, nos domínios sociais sujeitos a uma maior pressão por parte da lógica da apropriação/violência, a lidar com os cidadãos como se fossem não-cidadãos e com os não-cidadãos como se fossem perigosos selvagens coloniais. Assim como o fascismo social coexiste com a democracia liberal, o estado de exceção coexiste com a normalidade constitucional, a sociedade civil coexiste com o estado de natureza e o governo indireto coexiste com o primado do direito. Longe de ser a perversão de alguma regra normal, fundadora, esse estado de coisas constitui o projeto original da epistemologia e da legalidade modernas, ainda que a linha abissal entre o metropolitano e o colonial tenha se deslocado, transformando o colonial numa dimensão interna do metropolitano (SANTOS, 2007b, p. 83)<sup>480</sup>.

Santos (2003a, 2012e) sustenta que o capitalismo não consegue democratizar a relação central da sociedade, que é a relação capital – trabalho. O capitalismo não quer *tributação e redistribuição social*. Existe uma relação de incompatibilidade entre capitalismo e democracia. Isso rui as condições da democracia. Portanto, para a construção da democracia radical – de *alta-intensidade* - é necessário garantir e efetivar as condições da democracia, e não colocar a democracia liberal como garantia para todo resto, que é a ideia hegemônica.

Para Santos, portanto, *democracia*, diferentemente desse modelo liberal, “é toda transformação de relações de poder desigual em relações de autoridade partilhada”, que devem superar a relação estrita de obrigação e regulação vertical entre Estado e Cidadão, ampliando-se e aprofundando-se para sociedade civil, num marco horizontal. Daí ele defender uma *democracia de alta-intensidade*. Para ele, nesse caso, a esfera pública, citando Habermas, só pode existir com a participação autônoma da sociedade civil em relação ao poder político do Estado e da imposição do mercado. Caso contrário, a esfera pública não existe, posto o exercício do controle e domínio por esses dois poderes sobre ela (SANTOS, 2012e).

Para Dagnino (2004a), a sociedade brasileira ainda é profundamente marcada por um *autoritarismo social* e que apresenta um grande desafio no sentido de sua redefinição e reinvenção de *política*, tendo em vista a “ampliação e aprofundamento da concepção de democracia”.

E, fundamentalmente, significa uma ampliação e aprofundamento da concepção de democracia, de modo a incluir o conjunto das práticas sociais e culturais, uma concepção de democracia que transcende o nível institucional formal e se debruça sobre o conjunto das relações sociais permeadas pelo autoritarismo social e não apenas pela exclusão política no sentido estrito.

---

ao voto (manifestação popular); Liberdade de expressão. Por aceitar esse único modelo, essa democracia é *monocultural*, ocidental e nortecêntrica.

<sup>480</sup> No contexto presente, Santos (2007b, p. 78) identifica um movimento contraditório e conflitivo, expressando pelos menos duas dinâmicas: um *movimento principal*, que designa como “*regresso do colonial e do colonizador*”, e por um *contramovimento* que denomina como “*cosmopolitismo subalterno*”.

Nossa referência aqui, portanto, é mais do que um regime político democrático, uma sociedade democrática (DAGNINO, 2004a, p. 105).

Nos termos apresentados desses processos e formas de ocupação, de luta e resistência, é possível identificar campos de conflitos diferentes que marcam e atravessam o empreendimento hidrelétrico de Belo Monte, demarcando posições e jogos de interesses diversos e tensos, inscrevendo, assim, usos e sentidos conflitantes de disputa pelo território e pelo acesso aos recursos naturais, para produção e reprodução social. É importante ressaltar e lembrar os recentes (primeiro semestre de 2014) processos de ocupação dos canteiros de Belo Monte e de interdição da Rodovia da Transamazônica por grupos indígenas e comunidades ribeirinhas da Volta Grande do Xingu, que realizam fortes protestos denunciando o não cumprimento das condicionantes presentes no Plano Básico Ambiental. Esses protestos têm se estendido para as cidades, em especial Altamira, manifestando a contradição entre o *plano formal* (Planos) e o *plano real* (as precárias condições de vida nas cidades).

É, também, relevante destacar as tensões e conflitos que vêm se intensificando por movimentos sociais e populações tradicionais e camponesas que não aceitam negociar as condicionantes e lutam pela reafirmação de seus direitos e reconhecimento de seus territórios e modos de vida, inscrevendo disputas por padrões e processos de desenvolvimento e de sociabilidade. Isso tem se estendido e se intensificado para além de Belo Monte, haja vista o processo em curso de licenciamento para exploração mineral (ouro) no “sequeiro” da Volta Grande do Xingu pela empresa cadense *Belo Sun*. Isso demonstra e evidencia a íntima relação entre essas frentes de “espoliação” e exploração para expansão da fronteira amazônica sob a dinâmica hegemônica de territorialização moderno-colonial. Cabe, ainda, frisar que essas lutas e resistências têm tomado força em outros territórios, como Tapajós, Teles Pires e Jamaxin etc., que expressam esse processo de expansão da fronteira, colocando em evidencia novos “embates” e conflitos na arena de disputas.

Além desse campo mais local e regional, é importante não perder de vista isso em escala mais ampla e relacional, como a Pan-Amazônia, que expressa suas particularidades, mas, também, sinais de *unidade na diversidade* de resistência contra-hegemônica. Esses sinais e pistas evidenciam, portanto, que a *história está em aberto*, marcada sob forte contradição, tensão e conflito.

## À GUISA DE CONCLUSÃO

### UMA PERSPECTIVA CONTRA-HEGEMÔNICA EM CONSTRUÇÃO?

*À luz do que foi dito anteriormente, ficamos com a ideia de que o pensamento abissal continuará a auto-reproduzir-se — por mais excludentes que sejam as práticas que origina — a menos que se defronte com uma resistência ativa. Assim, a resistência política deve ter como postulado a resistência epistemológica. Como foi dito de início, não existe justiça social global sem justiça cognitiva global. Isso significa que a tarefa crítica que se avizinha não pode ficar limitada à geração de alternativas: ela requer um pensamento alternativo de alternativas. É preciso um novo pensamento, um pensamento pós-abissal.*

**(Boaventura Santos, 2007b)**

*(...) Então, assim, eu vejo que existem luzes, porque existem as lutas. E se existem as luzes, existe o caminho iluminado pelas lutas”.*

**(DCMXV- Ativista do MXVPS)**

Se partirmos do pressuposto de que os movimentos sociais reivindicam seu reconhecimento como *interlocutores válidos*, que têm a capacidade de revelar e dizer à sociedade quais são seus problemas e interferir nas políticas do Estado e em hábitos e valores da sociedade, eles se revelam para que sejam tomados como campos férteis de estudo para interpretar a sociedade.

Sob esse ângulo, o Movimento Xingu Vivo Para Sempre (MXVPS), por meio de suas lutas e resistências sociais, tem se revelado como um *ator social* emergente relevante para se capturar e compreender a trama e o processo dos padrões de desenvolvimento em disputa na sociedade brasileira, em particular na região amazônica. Esse Movimento tem revelado a emergência de novos sujeitos, temas e campos de conflitos socioterritoriais e ambientais, complexificando o entendimento de sociedade civil e de sociedade política como terrenos de relações de poder e de disputa pela hegemonia, instaurando um *dissenso* em torno dos grandes projetos, em especial os hidrelétricos, e de seu *padrão neodesenvolvimentista*.

Com isso, o Movimento tem inventado e projetado espaços públicos de protestos que confrontem esse padrão neodesenvolvimentista, que, por sua vez, tem anulado o sentido da “grande política” e o campo de conflito dos grandes temas e questões, desfigurando, assim, nos termos de Santos (2003a, 2012e), o sentido de *esfera pública* e da possibilidade de *reinvenção da democracia* brasileira.



Em face dessa problemática, o MXVPS trás à baila, como um dos grandes temas da atualidade para a agenda pública, o debate clássico *desenvolvimento e democracia*. No episódio denominado Belo Monte (mas, isso já vem sendo apontado em outros grandes projetos), foi possível identificar um conjunto de ações e práticas de violência e de violações de direitos, que apontam na contramão dos princípios democráticos e republicanos. É bem verdade que, na última década, o país melhorou do ponto de vista do social, da geração de emprego e aumento da renda, do crescimento do mercado e consumo internos e da redução da pobreza e da desigualdade. Essas são conquistas importantes com a retomada do papel do Estado, que marcam certa descontinuidade em relação ao modelo anterior.

A defesa de um modelo de desenvolvimento e da retomada do crescimento econômico do país<sup>481</sup>, no entanto, se justifica pelo sacrifício de sua Constituição, de Tratados Internacionais e da agenda socioambiental, por meio de violações; por meio de violência institucional e simbólica e da expropriação de povos e comunidades tradicionais e camponesas? Isso evidencia uma das marcantes contradições desses grandes empreendimentos do modelo neodesenvolvimentista, o qual procura repor o papel do Estado, em parceria com o setor privado, e avançar em torno de algumas políticas sociais, mas isso está sendo feito em profunda tensão e conflito com as instituições e garantias democráticas e republicanas e com uma agenda socioambiental conquistada anteriormente. Daí que um dos desafios postos, para uma *agenda alternativa de desenvolvimento*, é corrigir esse desajuste e descompasso.

Diante desse quadro tenso e contraditório, o MXVPS vem se posicionando nessa *arena* de relações de poder contra esse padrão de desenvolvimento hegemônico, que concebe os recursos naturais como “recursos estratégicos” e prioritários para alargar a produtividade e crescimento econômico do país, e reinscreve o processo de exploração e expansão da fronteira amazônica sob os marcos de um capitalismo dependente neodesenvolvimentista, em que o Estado, em particular o governo federal, assume a condição de protagonista na direção e “imposição” desse padrão, em parceria com o setor privado nacional e transnacional, tendo

---

<sup>481</sup> No último ano do governo Lula (2010), a taxa média do PIB do Brasil foi de 7,5%. Em 2011, primeiro ano de mandato da presidenta Dilma, essa taxa caiu para 2,7%; em 2012, 1,0%; em 2013, 2,3%, e a projeção para 2014 é que seja menor do que a anterior. Esse tema tem sido, junto com o crescimento da inflação, um dos focos da oposição (PSDB) para criticar o atual governo (e o PT), tendo em vista o processo eleitoral para disputa presidencial em outubro de 2014. Esse cenário de baixo crescimento e de aumento da inflação tende a uma pressão mais forte sobre os territórios e recursos naturais, por meio dos investimentos em infraestrutura, em especial em energia, para retomar o crescimento econômico e garantir a geração de emprego e renda e a continuidade das políticas e conquistas sociais, mas em grande tensão e conflito com a questão ambiental e com os direitos de povos e comunidades tradicionais e camponesas.

como base econômica a produção e exportação de *commodities* e a *expansão da fronteira hidrelétrica*.

Esse Movimento, ao mesmo tempo em que denuncia a existência de um *desenvolvimento geográfico desigual*, expressa e releva, também, nos *interstícios* desse desenvolvimento (HARVEY, 2006), uma resistência e combate a ele, que suscitam sinais e pistas de perspectiva contra-hegemônicas de sociabilidade. Sob esse prisma, o MXVPS ajuda a evidenciar dinâmicas não hegemônicas na sociedade que o paradigma hegemônico invisibiliza e silencia. Isso sugere dizer, portanto, que há um “opponente” ou um “adversário” (nesse caso, múltiplos e complexos adversários - locais e globais -, que compõem um arco hegemônico diverso, heterogêneo e tenso), contra o qual se luta e se desenvolve uma trama de disputas, que é essa ordem social hegemônica capitalista e colonialista, figurada nesse modelo neodesenvolvimentista na região, mas que se expressa de forma multidimensional e multiescalar.

Com base nos documentos, dados e relatos colhidos na pesquisa documental e de campo sobre as lutas e resistências sociais do MXVPS, é possível, assim, identificar uma “luta anticapitalista e anticolonialista”. Isto é, uma resistência social, que não se limita ao projeto hidrelétrico de Belo Monte, mas que o concebe como marca de uma ordem social dominante, cujo padrão de desenvolvimento combina e articula “capitalismo e colonialismo” (SANTOS, 2006). Para Santos (2006; 2012c), na atualidade, o capitalismo e o colonialismo se refazem por meio da expropriação e violência de povos e comunidades tradicionais e de seus recursos naturais (terras, florestas, águas, biodiversidade...), reproduzindo exclusão e desigualdade, além de sérios problemas ambientais. Nesse caso, o MXVPS, ao revelar e denunciar as violações e impactos socioambientais ocasionados com Belo Monte, ajuda a mostrar essa marca patente desse modelo de desenvolvimento, que exprime fortes laços de contínuo com uma “globalização hegemônica”.

Sob essa posição demarcada, o referido Movimento pode ser identificado, nos termos de Acselrad (2010), como um “movimento ecológico combativo” ou “ecologismo contestatário”, contrapondo-se ao “ambientalismo de resultado”.

Tratar-se-ia, assim, para os atores desse ecologismo contestatário, de tentar preservar o espaço da crítica ambientalista ao modelo de desenvolvimento e de fazer que a questão ambiental pudesse constar da elaboração de um projeto político contra-hegemônico. Não é propriamente a prestação de serviços ao Estado e às empresas o objeto da crítica: o que recusam os militantes do ecologismo contestatário é que se questione a legitimidade da

ação política em nome do imperativo da cooperação consensualista (ACSELRAD, 2010, p. 107)<sup>482</sup>.

É possível, também, identificar um esforço crítico-propositivo nesse Movimento, apontando propostas, ações e políticas de desenvolvimento em padrões e moldes diferentes e opostos ao dominante para região, considerando e exigindo, fundamentalmente, o reconhecimento e participação de sua população, sua diversidade sociocultural, territorial e biológica – a *biosociodiversidade*. Isso ajuda a repor o debate do desenvolvimento em outros termos no tocante ao *bioma amazônico*, que se desdobra para a realidade brasileira.

Nesse caso, o MXVPS se coloca num campo de resistência, defendendo uma posição de *alternativa de desenvolvimento*, mas não *ao* desenvolvimento em si, embora já se encontrem pistas iniciais em seu repertório em defesa de uma agenda do “Bem Viver”, de forma articulada com outros movimentos e organizações de países da Pan-Amazônia. Sobre isso, um ativista do MXVPS relata e destaca:

(...) Dei exemplo nessa questão do “Bem Viver”. É uma forma totalmente diferente de proposta, de relação entre seres humanos e recursos naturais, a natureza, o meio onde eles estão inseridos. Hoje, eles seriam projetos alternativos, mas que eles podem avançar pra projetos que não sejam só alternativa a esse modelo de desenvolvimento, mas que ele possa suplantar esse modelo. Isso pra algum tempo ainda longo, longe, distante. Esse projeto [do Bem Viver] ainda não tem força pra disputar com o modelo liberal, ainda que ele apresente caminhos de contra-hegemonia inicial. Então, que ainda está se construindo, que ainda está se fortalecendo e que tem experiência tanto na Amazônia Peruana quanto Equatoriana, mas, também, na Amazônia brasileira, a partir de focos de pequenas experiências, de pequenos frutos que vão sendo desenvolvidos nessas relações, nesses encontros entre atores tão diversificados, tão diferentes com propostas e peculiaridades, mas que dialogam e tem construído alguma coisa. (...) Então, assim, eu vejo que existem luzes, porque existem as lutas. E se existem as luzes, existe o caminho iluminado pelas lutas” (informação verbal)<sup>483</sup>.

Para Santos (2012c), o “Bem Viver” é uma experiência de resistência contra-hegemônica que vem sendo construída como expressão do que ele vem identificando de “autodeterminação”, como “alternativa ao “desenvolvimento”. A *Autodeterminação*, como uma lógica anticolonial e anticapitalista, é um apelo a outro modelo de sociedade, que implica a luta pela independência; autonomia; soberania; projeto de país; especificidade nacional; diversidade, inscrita num “pensamento pós-abissal”, do “Sul global”.

<sup>482</sup> Esse autor (2010, p. 107) chama a atenção para o processo de “deslocamento”, que vem ocorrendo nesse campo socioambiental, mas que não tem conseguido obter o sucesso no *movimento constestário*. Segundo ele, o “deslocamento” assim configurado no movimento de transformação do “confronto em colaboração”, procurando fazer do embate ecológico uma dimensão da “parceria entre sociedade civil e governos” [e empresas], não teria, porém, sido bem-sucedido junto ao que é visto como um *ecologismo socialmente enraizado* [ou combativo].

<sup>483</sup> DCMXV. *Entrevista*. [mar. 2012]. Entrevistador: Sérgio Roberto Moraes Corrêa. 2012.

(...) o pensamento pós-abissal é um pensamento não-derivativo, pois envolve uma ruptura radical com as formas de pensamento e ação da modernidade ocidental. No nosso tempo, pensar em termos não-derivativos significa pensar a partir da perspectiva do outro lado da linha, precisamente porque ele é o domínio do impensável no Ocidente moderno. A emergência do ordenamento da apropriação/violência só poderá ser enfrentada se situarmos nossa perspectiva epistemológica na experiência social do outro lado da linha, isto é, do Sul global, concebido como a metáfora do sofrimento humano sistêmico e injusto provocado pelo capitalismo global e pelo colonialismo (SANTOS, 2007b, p. 85).

No caso do MXVPS, suas lutas e resistências ajudam a demarcar e inscrever um debate e confronto instalado em torno de padrões de desenvolvimento em disputa na região amazônica brasileira, que, evidentemente como apresentado, estão se desenvolvendo, nessa trama, de forma muito desigual estruturalmente.

No âmbito de sua forma e estratégia de resistência, ao apresentar as suas quatro “*Frentes de ação*”: Jurídica, Comunicação/Mobilização, Bancos e Política, o MXVPS se propõe a mobilizar e construir uma articulação diversa, ampla e complexa, para dar tanto sustentação e maior legitimidade a sua ação coletiva e repertório contra esse padrão de desenvolvimento hegemônico, quanto demarcar um campo de resistência ativa, reunindo uma diversidade de sujeitos em busca de caminhos alternativos de projeto para Amazônia/Brasil.

Esse Movimento demonstra, por meio de suas lutas e resistências nessas diversas “frente de ação”, trazer uma contribuição tanto para a qualificação da crítica ao neodesenvolvimentismo vigente, quanto para a anunciação de novos caminhos a serem construídos social, cultural, econômica, política, territorial e ambientalmente, visto que ajudam a retirar da “invisibilidade” “experiências sociais históricas” e ver nelas novas possibilidades de uso e sentido dos territórios e dos recursos naturais sob outras racionalidades, relação e perspectiva de “uso comum”, que considere essa *sociobiodiversidade amazônica* com a referida participação de seus sujeitos.

A experiência do MXVPS anuncia e sugere que uma resistência e luta anticapitalistas não podem desconsiderar as dinâmicas socioterritoriais e ambientais particulares e próprias da Amazônia, trazendo e visibilizando a pluralidade de seus sujeitos, que fazem parte desse cenário e que dinamizam essa trama da história, reinventando novos enredos e assinalando outras dinâmicas. Além disso, não se podem, também, deslocar e desconsiderar as forças e relações em nível mais estrutural e global do capitalismo. Nesse sentido, esse Movimento evidencia que a luta e resistência exigem o reconhecimento das *relações de classes* que se dão na sociedade, em particular na Amazônia, mas que precisam, também, considerar, nos termos

de Santos (2006, 2007b), essas particularidades e subjetividades, historicamente invisibilizadas, demarcando a emergência e insurgência de novas forças sociais e políticas.

Como outro aspecto importante dessa luta e resistência, o MXVPS exprime uma práxis ecológica e socioespacial diferente, que está em construção, apontando que, para enfrentar a hegemonia do capitalismo e colonialismo hoje, essa luta e resistência devem se construir de forma articulada e em rede, em várias dimensões e várias escalas. Isso implica construir um novo jeito de pensar a contra-hegemonia e reinventar a política. Um exemplo disso, relatado por uma liderança do MXVPS, em entrevista a nós, é a “Aliança dos quatro rios”: Xingu, Tapajós, Teles Pires e Madeira, em nível de região amazônica brasileira.

Saindo um pouco daqui, é exatamente isso [aliança entre diversos povos e movimentos sociais]. O Movimento Xingu Vivo é um Fórum, uma rede de organizações, de pessoas, de entidades, de grupos. Um movimento que é sim essa rede articulada e que se articula e tudo. Juntamente pra expressar esse fortalecimento dessas lutas, tanto nosso, daqui do Xingu e da região da Transamazônica, quanto de outras regiões, nós estamos nos articulando na “Aliança dos Rios”. Primeiramente, é a “Aliança dos quatro rios”, que era: Xingu, Tapajós, Teles Pires e Madeira (informação verbal)<sup>484</sup>.

É importante destacar que, inspirados no MXVPS, outros movimentos vêm sendo criados como forma e estratégia de ação articulada de luta e resistência aos grandes projetos hidrelétricos na Amazônia, como: “Movimento Madeira Vivo”, “Movimento Tapajós Vivo”, “Movimento Teles Pires Vivo”. Isso demonstra uma dimensão, também, político-pedagógica desse movimento, que, nesse processo de sua luta contra esses grandes projetos hidrelétricos, vem ajudando a reinventar a resistência, colaborando com a criação de outras ações coletivas.

Mas, essa “aliança” tem se expandido para a Pan-Amazônia. Segundo essa mesma liderança,

Com o encontro no ano passado em Cobija, na Bolívia, Encontro do Fórum Pan-Amazônico, ficou articulado o “Movimento dos rios da Pan-Amazônia”, porque os países, nossos vizinhos, que estão, também, aqui na Amazônia, eles estão com os mesmos problemas, com os mesmos conflitos, são os mesmos projetos, demandados, inclusive, pelo Brasil, pelo BNDES, em terras indígenas, nas terras dos camponeses, enfim. Então, nós articulamos, agora, a “Aliança dos Povos da Pan-Amazônia”, mas, também, continua esse fortalecimento aqui (informação verbal)<sup>485</sup>.

No tocante a isso, um ativista do CMXV relata:

A experiência do Fórum Social Pan-Amazônico é justamente essa: construir agendas comuns com as Amazônias das outras regiões da América do Sul no sentido tanto de debater os problemas comuns, de pensar caminhos para esses problemas comuns e de implementar ações conjuntas pra superar esses problemas comuns. (...) É o momento onde se encontram os povos de toda

<sup>484</sup> MGXT. **Entrevista**. [jun. 2013]. Entrevistador: Sérgio Roberto Moraes Corrêa. 2013.

<sup>485</sup> Idem.

pan-amazônia pra discutir seus problemas comuns, pra pensar saídas comuns e pra propor ações conjuntas (informação verbal)<sup>486</sup>.

Isso expressa, de forma ainda muito inicial, mas muito relevante, uma estratégia e práxis política multiescalar e multidimensional da luta e do conflito em torno dos grandes projetos e dos padrões de desenvolvimento em disputa. À luz dessas pegadas e pistas do MXVPS, é possível identificar que suas lutas e resistências sociais têm apontado *sinais* para um campo de resistência contra-hegemônico em construção. Isso sugere assinalar, nos termos de Santos (2002; 2006), uma posição marcada no terreno da “globalização de resistência”, que se expressa no *cosmopolitismo subalterno de oposição* e no *patrimônio comum da humanidade*.

O *cosmopolitismo subalterno de oposição* diz respeito à “organização transnacional de resistência de Estados-Nação, regiões, classes ou grupos sociais vitimizados pelas trocas desiguais de que se alimentam os localismos globalizados e globalismos localizados”. Nesse caso, a resistência consiste em “transformar trocas desiguais em trocas de autoridade partilhada, e traduz-se em lutas contra a exclusão, a inclusão subalterna, a dependência, a desintegração, a despromoção” (SANTOS, 2002, p. 67). Esse *cosmopolitismo subalterno* “é uma forma cultural e política de globalização contra-hegemônica. É o nome dos projetos emancipatórios cujas reivindicações e critérios de inclusão social vão além dos horizontes do capitalismo global (SANTOS, 2007, p. 85). O *patrimônio comum da humanidade* diz respeito às “lutas transnacionais pela proteção e desmercadorização de recursos, entidades, artefatos, ambientes considerados fundamentais para sobrevivência digna da humanidade e cuja sustentabilidade só pode ser garantida à escala planetária” (SANTOS, 2002, p. 70).

Nesse sentido, essa “rede” e essas “alianças” dos povos da Amazônia apresentam sinais de um campo de resistência contra-hegemônico em construção inovador, a fim de pautar uma “agenda comum” e “saídas comuns” em busca de outros projetos alternativos, redesenhando “a guerra de posições” na sociedade civil (GRAMSCI, 2011) e colocando o desafio de “reinventar a luta pela hegemonia e pela emancipação social” na sociedade contemporânea (SANTOS, 2006).

No entanto, é preciso considerar que os conflitos internos e o “racha” sofrido pelo MXVPS provocaram um abalo muito forte em sua estrutura, “aliança” e luta, ocasionado, sobretudo pelo “transformismo” do PT, expresso em seus governos. Nesse terreno interno tenso do MXVPS, o “racha” do Movimento tem se apresentado como um grande “limite” na sua caminhada de luta e resistência, esse abalo ainda é muito sentido, o que coloca o desafio

---

<sup>486</sup> DCMXV. *Entrevista*. [mar. 2012]. Entrevistador: Sérgio Roberto Moraes Corrêa. 2012.

para sua renovação, assim como da reinvenção da política e da sociedade civil. Onde fica o *Partido Político* nesse processo, em especial os de esquerda? Que lugar ele tende a ocupar nesse processo? O tempo histórico recente não permite afirmar categoricamente uma premissa, mas permite assinalar uma tendência de crise de representatividade da esquerda e uma lacuna que parece implicar uma crise de construção de alternativas e um rebaixamento das utopias. Juntar os “cacos” e reinventar o caminho parece ser o grande desafio histórico.

Em face desse cenário acinzentado, qual a possibilidade e margem de manobra para os movimentos anticapitalistas e anticolonialistas, dentre eles o MXVPS, em conseguir pautar uma agenda pública contra-hegemônica na sociedade brasileira e trazer seus “adversários” para o centro dela e com isso imprimir o dissenso e um novo sentido à sociedade civil e à política?

Essa é uma questão que se põe em aberto e de grande desafio dado esse quadro conjuntural do país de rebaixamento das utopias e de *fratura exposta* no campo da esquerda.

Em resposta à questão nuclear desse trabalho: *As lutas e resistências sociais, protagonizadas pelo Movimento Xingu Vivo Para Sempre contra Belo Monte têm conseguido expressar e significar um movimento contra-hegemônico de desenvolvimento para a região e para o Brasil?*, é possível identificar que esse Movimento, em sua trama, aponta brechas e sinais importantes para um jeito diferente de estar construindo uma resistência contra-hegemônica, identificando e vendo em “novos” sujeitos coletivos, possibilidades de novos caminhos de desenvolvimento na região e no país, que considerem e reconheçam uma “unidade na diversidade”, que extrapola as fronteiras do local, do nacional, articulando com o regional e global. Contudo, essas brechas e possibilidades apresentam grandes desafios e limites em face desse quadro de “fratura” interna do MXVPS e desse cenário conjuntural e histórico de crise de alternativas e de rebaixamento das utopias.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

A JUDICIALIZAÇÃO do conflito em torno de barragens no Brasil. [2012]. Observatorio Socioambiental de Barragens. Disponível em: <http://www.observabarragem.ippur.ufrj.br/noticias/307/a-judicializacao-do-conflito-em-torno-de-barragens-no-brasil>. Acesso em: 5 mai. 2014.

“À MARGEM do Xingu: vozes não consideradas”. Documentário dirigido por Damià Puig e produzido por Rafael Salazar (2012).

A POLÊMICA da Usina de Belo Monte. [2012]. Disponível em: <http://www.socioambiental.org/esp/bm/index.asp>. Acesso em: 12 fev. 2013.

AUDIÊNCIA PÚBLICA de Belo Monte em Belém. Uma Aula de Cidadania?. Disponível em: [http://www.socioambiental.org/banco\\_imagens/pdfs/depolimento%20audienciai%20Belem.pdf](http://www.socioambiental.org/banco_imagens/pdfs/depolimento%20audienciai%20Belem.pdf). Acesso em: 31 jan. 2014.

ABRAMOVAY, Ricardo. Desigualdades e limites deveriam estar no centro da Rio+20. **Dossiê Sustentabilidade. Estudos avançados**. v. 26, n. 74, 2012.

ACSELRAD, Henri. Ambientalização das lutas sociais – o caso do movimento por justiça ambiental. **Estudos Avançados**. v. 24, n. 68, 2010.

\_\_\_\_\_. Sustentabilidade e Democracia. **Revista Proposta - Desenvolvimento Sustentável**. n. 25, Rio de Janeiro: FASE, dez/fev, 1997.

\_\_\_\_\_. Desenvolvimento sustentável: a luta por um conceito. **Revista Proposta - Desenvolvimento Sustentável**. nº 56, Rio de Janeiro: FASE, mar., 1993.

ALMEIDA, Alfredo W. B. A reconfiguração das agroestratégias: novo capítulo da guerra ecológica. In: ALMEIDA, Alfredo W. B; SAUER, Sérgio (Orgs.). **Terras e territórios na Amazônia: demandas, desafios e perspectivas**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2011.

\_\_\_\_\_. Agroestratégias e desterritorialização: direitos territoriais e étnicos na mira dos estrategistas do agronegócio. In: ALMEIDA, Alfredo *et al* (Orgs.). **Capitalismo Globalizado e Recursos Territoriais: fronteiras da acumulação do Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: Laparina, 2010a.

\_\_\_\_\_. *et al*. Campanhas de Desterritorialização na Amazônia: o agronegócio e a reestruturação do mercado de terras. In: BOLLE, Willi; CASTRO, Edna; VEJMEKKA, Marcel (Orgs.). **Amazônia: região universal e teatro do mundo**. São Paulo: Globo, 2010.

\_\_\_\_\_. Terras de preto, terras de santo, terras de índio: uso comum e conflito. In: DELGADO, Nelson (Org.). **Brasil Rural em Debate: coletânea de artigos**. Brasília: CONDRAF-MDA, 2010b.

\_\_\_\_\_. Terras tradicionalmente ocupadas: processos de territorialização, movimentos sociais e uso comum. In: DELGADO, Nelson (Org.). **Brasil Rural em Debate: coletânea de artigos**. Brasília: CONDRAF-MDA, 2010c.



ALVES FILHO, Armando A. A Política dos Governos Militares na Amazônia. In: ALVES FILHO, Armando A *et al.* **Pontos de História da Amazônia**. v. 2. Belém: Paka-Tatu, 1999.

ANDERSON, Perry. Balanço do Neoliberalismo. In: SADER, Emir *et al.* (Orgs.). **Pós-neoliberalismo: As políticas sociais e o Estado democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica). **Atlas de energia elétrica do Brasil**. 3. ed. Brasília: Aneel, 2008. Disponível em: [http://www.aneel.gov.br/visualizar\\_texto.cfm?idtxt=1689](http://www.aneel.gov.br/visualizar_texto.cfm?idtxt=1689). Acesso em: 14 set. 2012.

ARAGÓN, Luis E. **Amazônia: conhecer para desenvolver e conservar – cinco temas para um debate**. São Paulo: Hucitec, 2013.

BARAÚNA, Glaucia; MARIN, Rosa. O “fator participativo” nas audiências públicas das hidrelétricas de Jirau, Santo Antônio e Belo Monte. In: ZHOURI, Andréa. (Org.). **As tensões do lugar: hidrelétricas, sujeitos e licenciamento ambiental**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2011.

BECKER, Bertha K. **Amazônia: Geopolítica na virada do III milênio**. Rio de Janeiro. Garamond, 2006.

\_\_\_\_\_. Os Eixos de Integração e Desenvolvimento e a Amazônia. **Revista Território**, ano IV, n. 6, jan/jun 1999.

\_\_\_\_\_. **Amazônia**. ed. 6, São Paulo: Editora Ática, 1998.

BELO MONTE é um absurdo e termelétricas são desnecessárias. Disponível em: <http://www.oeco.org.br/reportagens/26851-belo-monte-e-um-absurdo-e-termeletricas-sao-esnecessarias>. Acesso em: 9 nov. 2013.

BENATTI, José Heder. Propriedade comum na Amazônia: acesso e uso dos recursos naturais pelas populações tradicionais. In: ALMEIDA, Alfredo W. B.; SAUER, Sérgio (Orgs.). **Terras e territórios na Amazônia: demandas, desafios e perspectivas**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2011.

BENINCÁ, Dirceu. **Energia & Cidadania: a luta dos atingidos por barragem**. São Paulo: Cortez, 2011.

BENJAMIM, César. (Sinopse). In: FURTADO, Celso. **Desenvolvimento e Subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2009.

BENJAMIN Walter. Sobre o conceito de história. **Walter Benjamin: magia e técnica, arte e política**. Obras escolhidas, v. 2, ed. 2. São Paulo: Brasiliense, 1986.

BERMANN, Célio. O projeto da Usina Hidrelétrica Belo Monte: a autocracia energética como paradigma. **Novos Cadernos - NAEA**. v. 15, n. 1, p. 5-23, jun. 2012a.

\_\_\_\_\_. O setor elétrico brasileiro no século 21: cenário atual e desafios. In: FEARNSIDE, Phillip; MILLIKAN, Brent (Orgs.). **O setor elétrico brasileiro e a sustentabilidade no século XXI. Oportunidades e desafios. Fonte de energia limpa?** Brasília: Rios Internacionais. Brasil, 2012b.

- \_\_\_\_\_. Impasses e controvérsias da hidreletricidade. **Estudos Avançados**. v. 21, n. 59, 2007.
- BIELSCHOWSKY, Ricardo. **Cinquenta anos de pensamento na CEPAL**. Rio de Janeiro: Record, 2000.
- BOITO JR, Armando. A economia capitalista está em crise e as contradições tendem a se aguçar. Disponível em: <http://www.brasildefato.com.br/content/%E2%80%9C-economia-capitalista-est%C3%A1-em-crise-e-contradi%C3%A7%C3%B5es-tendem-se-agu%C3%A7ar%E2%80%9D>. Acesso em: 14 mai. 2014.
- BOSCHI, Renato; GAÍTAN, Flávio. Intervencionismo Estatal e Políticas de Desenvolvimento na América Latina. **Caderno CRH**, v. 21, n. 53. Salvador: mai./ago. 2008. p. 305-322.
- BOURDIEU, Pierre. Sobre o poder simbólico. In: BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. 13 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010a.
- \_\_\_\_\_. Espaço social e gênese das classes. In: BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. 13 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010b.
- \_\_\_\_\_. **Contrafogos 2: por um movimento social europeu**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2001.
- \_\_\_\_\_. **Contrafogos: táticas para enfrentar o neoliberalismo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 1998.
- BRAGA, Ruy *et al.* Brazil: the Lula government and financial globalization. In: Chapel Hill. **Social Forces**. v. 83, n. 4, 2005.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. In: FERNANDES, Marcos A. O. (Org.). [ANGHER, Anne Joice – Coordenação]. ed. 17. São Paulo: Rideel: 2011. (Coleção de leis Rideel. Série compacta).
- BRASIL. Balanço do PAC II (Maio/Agosto 2013). Brasília: Ministério do Planejamento, 2014. Disponível em: <http://www.pac.gov.br/pub/up/relatorio/c10686f8e8b91f0143eb5e80afea7985.pdf> Acesso em: 15 mai. 2014.
- \_\_\_\_\_. Balanço Regional do PAC II (Estado do Pará – Janeiro/Abril 2013). Brasília: Ministério do Planejamento, 2013. Disponível em: <http://www.pac.gov.br/pub/up/relatorio/c10686f8e8b91f0143eb5e80afea7985.pdf>. Acesso em: 15 mai. 2014.
- \_\_\_\_\_. Programa de Aceleração do Crescimento (PAC II: 2011-2014). Brasília: Ministério do Planejamento, 2012a. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/pac/>. Acesso em: 27 jun. 2011.
- \_\_\_\_\_. Programa de Aceleração do Crescimento (PAC II: 2011-2014). Brasília: Ministério do Planejamento, 2012b. Disponível em: [file:///C:/Users/Sergio/Downloads/PAC\\_2\\_-\\_Relat%C3%B3rio\\_do\\_lan%C3%A7amento\\_-\\_mar%C3%A7o\\_2010\\_-\\_pdf](file:///C:/Users/Sergio/Downloads/PAC_2_-_Relat%C3%B3rio_do_lan%C3%A7amento_-_mar%C3%A7o_2010_-_pdf). Acesso em: 15 mai. 2014.

\_\_\_\_\_. Lançamento da 2ª Fase do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC II). Brasília: Ministério do Planejamento, 2010. Disponível em: [file:///C:/Users/Sergio/Downloads/PAC\\_2\\_-\\_Relat%C3%B3rio\\_do\\_lan%C3%A7amento\\_-\\_mar%C3%A7o\\_2010\\_-\\_20\(2\).pdf](file:///C:/Users/Sergio/Downloads/PAC_2_-_Relat%C3%B3rio_do_lan%C3%A7amento_-_mar%C3%A7o_2010_-_20(2).pdf). Acesso em: 27 jun. 2011.

\_\_\_\_\_. Programa de Aceleração do Crescimento (PAC): balanço 4 anos (2007-2010). Brasília: Ministério do Planejamento, 2010a. Disponível: [http://www.planejamento.gov.br/secretarias/upload/Arquivos/noticias/pac/Pac\\_1\\_4.pdf](http://www.planejamento.gov.br/secretarias/upload/Arquivos/noticias/pac/Pac_1_4.pdf). Acesso em: 15 mai. 2014.

\_\_\_\_\_. Programa de Aceleração do Crescimento (PAC): balanço 4 anos (2007-2010). Brasília: Ministério do Planejamento, 2010b. Disponível: <http://www.brasil.gov.br/pac/relatorios/nacionais/11o-balanco-4-anos/parte-1/view>. Acesso em: 27 jun. 2011.

\_\_\_\_\_. 8º Balanço Regional do PAC II (Estado do Pará – (Maio/Agosto, 2009). Brasília: Ministério do Planejamento. Disponível em: <http://www.pac.gov.br/pub/up/relatorio/babb30857acbd6a656e8225fdbd716d7.pdf>. Acesso em: 28 jun. 2014.

\_\_\_\_\_. Programa de Aceleração do Crescimento (PAC I: 2007-2010). Brasília: Ministério do Planejamento, 2007. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/pac/relatorios/nacionais/11o-balanco-4-anos/parte-1/view>. Acesso em: 27 jun. 2011.

BRESSER-PEREIRA, Luiz C. Desenvolvimento e subdesenvolvimento no Brasil. In: BOTELHO, André; SCHWARCZ, Lilia (Orgs). **Agenda brasileira: temas de uma sociedade em mudança**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

\_\_\_\_\_. O novo desenvolvimentismo e a ortodoxia convencional. **São Paulo em Perspectiva**. São Paulo: SEADE. v. 20, n. 3, p. 5-24, jul./set. 2006.

\_\_\_\_\_. Retomada da revolução nacional e novo desenvolvimentismo. In: BRESSER-PEREIRA, Luiz C. **Desenvolvimento e Crise no Brasil: História, Economia e Política de Getúlio Vargas a Lula**. 5 ed. rev. São Paulo: Editora 34, 2003.

BRINGEL, Breno. A busca de uma nova agenda de pesquisa sobre os movimentos sociais e o confronto político: diálogos com Sidney Tarrow. **Revista Política e Sociedade**, v. 10, n. 18, 2011.

BUCI-GLUCKSMANN, Christinne. **Gramsci e o Estado**. Tradução de Angelina Paiva. – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

CAMPOS, Cauê Vieira. As rebeliões trabalhistas nas obras do PAC: o caso das usinas hidrelétricas de Jirau, Santo Antônio e Belo Monte. **Anais do V Simpósio Internacional Lutas Sociais na América Latina “Revoluções nas Américas: passado, presente e futuro”**. 10 a 13 set. 2013.

CARDOSO, Fernando Henrique. Novos caminhos na América Latina? In: CARDOSO, Fernando Henrique. **Xadrez internacional e social-democracia**. São Paulo: Paz & Terra, 2010.

\_\_\_\_\_. FALETTO, Enzo. **Dependência e desenvolvimento na América Latina: ensaio de interpretação sociológica**. 5. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.

\_\_\_\_\_. **Teoria da Dependência ou Análises Concretas de Situações de Dependência?**. [S. I]: Acervo Cebrap, 1970.

CARNEIRO, Ricardo. Um Intelectual em seu labirinto. **Carta Maior**. Disponível em: [http://www.cartamaior.com.br/templates/colunaImprimir.cfm?coluna\\_id=5537](http://www.cartamaior.com.br/templates/colunaImprimir.cfm?coluna_id=5537). Acesso em: 03 abr. 2012.

CARNEIRO, Ricardo. O desenvolvimento Brasileiro: temas estratégicos. Disponível em: [http://www.pgge.ufrgs.br/redesenv/O\\_desenvolvimento\\_brasileiro\\_temas\\_strat%C3%A9gicos.pdf](http://www.pgge.ufrgs.br/redesenv/O_desenvolvimento_brasileiro_temas_strat%C3%A9gicos.pdf). Acesso em: 03 mar. 2014.

CARTA ENERGIA Barata de Belo Monte (2009). Disponível em: <http://siteantigo.socioambiental.org/nsa/detalhe?id=2926>. Acesso em: 15 mai. 2014.

CARTA AOS Trabalhadores do CCBM [Consórcio Construtor Belo Monte]. Disponível em: <http://ocupacaobelomonte.wordpress.com/2013/05/27/carta-aos-trabalhadores-do-ccb/>. Acesso em: 16 mai. 2014.

CARTA DA TERRA: Conferência Mundial dos Povos Indígenas Sobre Território, Meio Ambiente e Desenvolvimento - Rio-92. Disponível em: <http://www.culturabrasil.org/cartadaterra.htm>. Acesso em: 13 mai. 2014.

CARTA DA ocupação de Belo Monte (02/05/2014). Disponível em: <http://advivo.com.br/blog/mpaiva/carta-da-ocupacao-de-belo-monte-02052013>. Acesso em: 16 mai 2014.

CARTA DA ocupação nº 2: Sobre a pauta da nossa ocupação de Belo Monte. Disponível em: <http://www.brasildefato.com.br/node/12817>. Acesso em: 16 mai. 2014.

CARTA DA ocupação nº. 3: Deixem os jornalistas aqui. Disponível em: <http://ocupacaobelomonte.wordpress.com/2013/05/04/carta-no-3/>. Acesso em: 16 mai. 2014.

CARTA DOS 13 pescadores. Disponível em: [http://xingu-vivo.blogspot.com.br/2012\\_10\\_01\\_archive.html](http://xingu-vivo.blogspot.com.br/2012_10_01_archive.html). Acesso em: 13 jan. 2014.

CARTA DOS POVOS da Volta Grande do Xingu. II Encontro dos Povos da Volta Grande do Xingu. Vila da Ressaca, 5 e 7 de novembro de 2009. Disponível em: [http://www.socioambiental.org/banco\\_imagens/pdfs/Carta%20Povos%20Volta%20Grande.pdf](http://www.socioambiental.org/banco_imagens/pdfs/Carta%20Povos%20Volta%20Grande.pdf). Acesso em: 16 mai. 2014.

CARTA Nº 4: o governo perdeu o juízo. Disponível em: <http://www.brasildefato.com.br/node/12832>. Acesso em: 16 mai. 2014.

CARTA Nº 7: Governo Federal, nós voltamos. Disponível em: <http://ocupacaobelomonte.wordpress.com/2013/05/27/carta-no-7-governo-federal-nos-voltamos/>. Acesso em: 16 mai. 2014.

CARTA Nº 9: Tragédias e barragens (a luta não acaba nem lá nem aqui). Disponível em: <http://www.cimi.org.br/site/pt-br/?system=news&action=read&id=6943>. Acesso em: 16 mai. 2014.

CARRION, Maria da Conceição; PAIM, Elizangela Soldaletelli. IIRSA: desvelando interesses. 2006. Disponível em: [http://www.natbrasil.org.br/Docs/instituicoes\\_financeiras/documento\\_iirsa\\_desvendando\\_interesses.pdf](http://www.natbrasil.org.br/Docs/instituicoes_financeiras/documento_iirsa_desvendando_interesses.pdf). Acesso em: 15 mai. 2014.

CASTRO, Edna. (Introdução). Amazônia: sociedade, fronteiras e políticas. **Dossiê Amazônia**. Caderno CRH, v. 25, n. 64, Salvador: Ed. UFBA, jan./abr. 2012a.

\_\_\_\_\_. Expansão da fronteira, megaprojetos de Infraestrutura e integração sul-americana. **Dossiê Amazônia**. Caderno CRH, v. 25, n. 64, Salvador: Ed. UFBA, jan./abr. 2012b.

\_\_\_\_\_. Estado e Políticas Públicas na Amazônia em Face da Globalização e Integração de Mercados. In: NUNES COELHO, Maria C. *et al.* (Orgs). **Políticas Públicas e Desenvolvimento Local na Amazônia: Uma agenda de debates**. Belém-PA: UFPA/NAEA, 2005.

\_\_\_\_\_. Estado e Políticas Públicas na Amazônia em face da Globalização e da Integração de Mercados. In: CASTRO, Edna *et al.* (Orgs). **Estado e Políticas Públicas na Amazônia: Gestão do desenvolvimento regional**. Belém: Cejup/UFPA-NAEA, 2001.

CDES. Ação política para a mudança e a Concertação. Primeira Carta de Concertação. Brasília, 13 de fevereiro de 2003. **Cartas de Concertação do CDES**. Presidência da República. Secretaria do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (SEDES). Disponível em: [file:///C:/Users/Sergio/Downloads/Cartas\\_de\\_Concerta%C3%A7%C3%A3o\\_-\\_03-2004\\_-\\_%20\(2\).pdf](file:///C:/Users/Sergio/Downloads/Cartas_de_Concerta%C3%A7%C3%A3o_-_03-2004_-_%20(2).pdf). Acesso em: 10 jun. 2013.

CEPÊDA, Vera. Inclusão, democracia e novo desenvolvimentismo: um balanço histórico. **Revista de Estudos Avançados IEA- USP**, n. 75. São Paulo: USP, 2012a.

\_\_\_\_\_. Entre a economia e a política – os conceitos de periferia e democracia no desenvolvimentismo de Celso Furtado. **Revista Sinais Sociais**, n. 19. Rio de Janeiro: SESC Nacional, 2012b.

CERVINSKI, Gilberto. O Atual Modelo Energético Brasileiro. 2013. Disponível em: <http://www.ecodebate.com.br/2013/10/01/o-atual-modelo-energetico-brasileiro-artigo-de-gilberto-cervinski/>. Acesso em: 03 out. 13.

CHAUÍ, Marilena. A Ética da Política. Entrevista. In: CHAUÍ, Marilena *et al.* **Leituras da Crise: diálogos sobre o PT, a democracia brasileira e o socialismo**. São Paulo: Perseu Abramo, 2006.

\_\_\_\_\_. **Brasil: mito fundador e sociedade autoritária**. São Paulo: Perseu Abramo, 2001.

\_\_\_\_\_. *Cultura do Povo e Autoritarismo das Elites*. In: EDÊNIO VALE, José J. *et al.* (Orgs). **A Cultura do Povo**. São Paulo: Cortez/Instituto de Estudos Especiais, 1988.

\_\_\_\_\_. *O que é ser educador hoje? Da arte à ciência: a morte do educador*. In: BRANDÃO, Carlos R. *et al.* (Orgs). **O Educador: vida e morte**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1982.

CHIZZOTTI, Antônio. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. 8 ed. São Paulo: Cortez, 2006.

COELHO, Maria C. N. *et al.* *Questão energética na Amazônia: disputa em torno de um novo padrão de desenvolvimento econômico e social*. Belém-PA. **Novos Cadernos NAEA**. v. 13, n. 2, p. 83-102, dez. 2010.

COMPAGNOLO, Maria da Graça de M. B. *A Tragédia dos Comuns às Avesas: Hidrelétricas do Xingu e a Expansão da Fronteira Energética*. Trabalho apresentado no 31º Encontro Anual da ANPOCS, Caxambu-MG, 22-26 out. 2007.

CONFLITOS NO CAMPO, 2013. Coordenação: Antônio Canuto, Cássia Regina da Silva Luz, Flávio Lazzarin. **Conflitos no Campo – Brasil 2013**. CPT Nacional – Brasil, 2013.

CPI das Barragens. **Relatório Final**. Requerimento nº 270/91. Período: de 18/04/91 a 18/08/91.

CORRÊA, Sérgio R. M. *Educação Popular do Campo e Desenvolvimento Territorial na Amazônia: A territorialidade do campo como «espelho» de projetos conflitantes e contraditórios*. In: **Educação Popular do Campo e Desenvolvimento Territorial na Amazônia: Uma leitura a partir da Pedagógica do Movimento dos Atingidos por Barragem (MAB)**. João Pessoa, PB: Dissertação de Mestrado. 2007.

CORRÊA, Roberto L. *Territorialidades e Corporação: um exemplo*. SANTOS, Milton *et al.* (Orgs). **Território, Globalização e Fragmentação**. 5. ed. São Paulo: Editora Hucitec, 2002.

COUTINHO, Carlos Nelson. *A hegemonia da pequena política*. In: OLIVEIRA, Francisco de; BRAGA, Ruy; RISEK, Cibele. (Orgs.). **Hegemonia às avessas: economia, política e cultura na era da servidão financeira**. São Paulo: Boitempo, 2010.

\_\_\_\_\_. *A época neoliberal: revolução passiva ou contra-reforma*. In: **Contra a corrente: ensaios sobre a democracia e socialismo**. 2 ed. rev. São Paulo: Cortez, 2008.

\_\_\_\_\_. *O conceito de sociedade civil em Gramsci e a luta ideológica no Brasil de hoje*. In: **Intervenções: o marxismo na batalha das idéias**. São Paulo: Cortez, 2006a.

\_\_\_\_\_. *As metamorfoses do PT e o governo Lula*. In: **Intervenções: o marxismo na batalha das idéias**. São Paulo: Cortez, 2006b.

\_\_\_\_\_. *Socialismo e democracia: a atualidade de Gramsci*. In: AGGIO, Alberto (Org.) **Gramsci: a vitalidade de um pensamento**. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.

\_\_\_\_\_. *Democracia e Socialismo no Brasil Hoje*. **A democracia como proposta**. v. 1. Rio de Janeiro: IBASE, 1991.

\_\_\_\_\_. Atualidade de Gramsci. Disponível em: <http://www.acesa.com/gramsci/?page=visualizar&id=293>. Acesso em: 20 mai. 2014.

CRUZ NETO, Otávio. O trabalho de campo como descoberta e criação. In: MINAYO, Maria Cecília de S. (Org). **Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade**. 18. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

CUNHA, Euclides da. **Os Sertões**. São Paulo: Editora Brasiliense S.A., 1985.

DAGNINO, Evelina. Os movimentos sociais e a emergência de uma nova cidadania. In: DAGNINO, Evelina (Org). **Os anos 90: política e sociedade no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 2004a.

\_\_\_\_\_. Sociedade civil, participação e cidadania: de que estamos falando? In: MATO, Daniel (Org.), **Políticas de cidadanía y sociedad civil en tiempos de globalización**. Caracas: FACES, 2004b.

\_\_\_\_\_. *et al.* (Introdução). O cultural e político nos movimentos sociais Latino-Americanos. In: **Cultura e política nos movimentos sociais Latino-Americanos: novas leituras**. Belo Horizonte: UFMG, 2000.

DECLARAÇÃO KARI-OCA, 1992, p. 1-2. Carta da Terra: Conferência Mundial dos Povos Indígenas Sobre Território, Meio Ambiente e Desenvolvimento - Rio-92. Disponível em: <http://elianepotiguara.org.br/noticias/?p=352>. Acesso em: 28 jun. 2014.

DECLARAÇÃO FINAL do Xingu + 23. Disponível em: <http://www.xinguvivo.org.br/2012/06/17/declaracao-final-do-xingu-23/>. Acesso em: 13 jun. 2013.

DECLARAÇÃO DO Encontro Unitário dos Trabalhadores, Trabalhadoras e Povos do Campo, das Águas e da Floresta. Brasília, 20 a 22 de agosto de 2012. Disponível em: <http://encontrounitario.wordpress.com/2012/08/22/declaracao-do-encontro-nacional-unitario-dos-trabalhadores-e-trabalhadoras-e-povos-do-campo-das-aguas-e-das-florestas/>. Acesso em: 15 mai. 2014.

DECLARAÇÃO FINAL da Cúpula dos Povos: “Cúpula dos Povos na Rio+20 por Justiça Social e Ambiental em Defesa dos Bens Comuns”. Rio de Janeiro 15 a 23 de junho de 2012. Disponível em: <http://www.secretariageral.gov.br/internacional/consultapos2015/declaracao-cupula>. Acesso em: 15 mai. 2014.

DECLARAÇÃO FINAL da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio + 20). O Futuro que queremos. Disponível em: [http://www.apambiente.pt/zdata/Politiclas/DesenvolvimentoSustentavel/2012\\_Declaracao\\_Rio.pdf](http://www.apambiente.pt/zdata/Politiclas/DesenvolvimentoSustentavel/2012_Declaracao_Rio.pdf). Acesso em: 13 mai. 2014.

DECLARAÇÃO DO Rio Sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, 1992. Disponível em: <http://www.onu.org.br/rio20/img/2012/01/rio92.pdf>. Acesso em: 13 mai. 2014.

DECLARAÇÃO DA Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, 1972. Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/direitos/sip/onu/doc/estoc72.htm>. Acesso em: 13 mai. 2014.

DELGADO, Guilherme C. Especialização primária como limite ao desenvolvimento. **Desenvolvimento em Debate**, v.1, n.2, p.111-125, jan.-abr./ mai.–ago. 2010. Disponível em: [http://desenvolvimentoemdebate.ie.ufrj.br/pdf/dd\\_guilherme.pdf](http://desenvolvimentoemdebate.ie.ufrj.br/pdf/dd_guilherme.pdf). Acesso em: 14 mai. 2014.

DELGADO, Nelson. Introdução. **Brasil Rural em Debate: coletânea de artigos**. Brasília: CONDRAF-MDA, 2010a.

\_\_\_\_\_. Papel e lugar do rural no desenvolvimento nacional (2009). Disponível em: <http://sistemas.mda.gov.br/condraf/arquivos/2036220256.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2010.

DELGADO, Nelson *et al.* Políticas públicas, desenvolvimento territorial, atores sociais no meio rural brasileiro. In. DELGADO, N. (Org.). **Brasil Rural em Debate: coletânea de artigos**. Brasília: CONDRAF-MDA, 2010b.

DIEGUES, Antônio C. *et al.* (Orgs). **Saberes e Biodiversidade**. Brasília: DF. Ministério do Meio Ambiente, 2003.

\_\_\_\_\_. **O Mito Moderno da Natureza Intocada**. São Paulo: Hucitec, 2001.

\_\_\_\_\_. Modelo Econômico e os Modos de Vida: Confrontos e Alternativas no Sul do Pará. In. DIEGUES, Antônio (Org). **Desmatamento e modos de vida na Amazônia**. São Paulo: NUPAUB, 1999.

DINIZ, E. O contexto internacional e a retomada do debate sobre desenvolvimento no Brasil contemporâneo (2000/2010). **Dados – Revista de Ciências Sociais**. Rio de Janeiro, v. 54, n. 4, 2011.

\_\_\_\_\_. Estado, variedades de capitalismo e desenvolvimento em países emergentes. **Desenvolvimento em Debate**. v. 1, n. 1, p. 7-27, 2010.

ASSIRATI, Maria Augusta. (Entrevista). “Direitos de índios podem ser aniquilados, diz chefe da FUNAI” (01/10/2013). Disponível em: [http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2013/10/130930\\_entrevista\\_maria\\_augusta\\_assirati\\_funai\\_m\\_jf.shtml](http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2013/10/130930_entrevista_maria_augusta_assirati_funai_m_jf.shtml). Acesso em: 16 mai. 2014.

DOCUMENTO BASE da Rio+20: O futuro que queremos. Organização das Nações Unidas. Disponível em: [http://www.onu.org.br/rio20/img/2012/01/OFuturoqueQueremos\\_rascunho\\_zero.pdf](http://www.onu.org.br/rio20/img/2012/01/OFuturoqueQueremos_rascunho_zero.pdf). Acesso em: 15 mai. 2014.

DOMINGUES, José Maurício. Revisitando a obra Dependência e Desenvolvimento na América Latina. Série **Cadernos FLACSO Brasil** N° 1, Outubro, 2010.

DRAIBE S. M.; RIESCO, M. Estados de Bem-Estar Social e estratégias de desenvolvimento na América Latina; um novo desenvolvimentismo em gestação? **Sociologias**. Porto Alegre, v. 13, n. 27, maio./ago., 2011, p. 220-254.

DUARTE, P.H; GRACIOLLI, E.J. A Teoria da Dependência: Interpretações sobre o (Sub) Desenvolvimento na América Latina. In: **Anais do V Colóquio Internacional Marx e Engels**, 2007.



DUSSEL, Enrique. **1492: O encobrimento do Outro (a origem do “mito da modernidade”)**. Trad. Jaime A. Claesen. Petrópolis: Vozes, 1993.

EM PASSEATA, manifestantes criticam usina de Belo Monte. **Jornal Liberal**, Caderno Atualidades, p. 14. Belém: 21 ago. 2011.

EMPRESA DE PESQUISA Energética (EPE) Anuário Estatístico de Energia Elétrica. Ministério de Minas e Energia. Empresa de Pesquisa Energética. Brasília: MME/EPE, 2013. Disponível em: [http://www.epe.gov.br/AnuarioEstatisticodeEnergiaEletrica/20130909\\_1.pdf](http://www.epe.gov.br/AnuarioEstatisticodeEnergiaEletrica/20130909_1.pdf). Acesso em: 15 mai. 2014.

\_\_\_\_\_. Balanço Energético Nacional 2013 – Ano base 2012: Relatório Síntese. Empresa de Pesquisa Energética. Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: [https://ben.epe.gov.br/downloads/S%C3%ADntese%20do%20Relat%C3%B3rio%20Final\\_2013\\_Web.pdf](https://ben.epe.gov.br/downloads/S%C3%ADntese%20do%20Relat%C3%B3rio%20Final_2013_Web.pdf). Acesso em: 15 mai. 2014.

\_\_\_\_\_. Plano Decenal de Expansão de Energia – PDE 2011. Informe à Imprensa, 2012. Disponível em: [http://www.epe.gov.br/imprensa/PressReleases/20120926\\_1.pdf](http://www.epe.gov.br/imprensa/PressReleases/20120926_1.pdf). Acesso em: 16 mai. 2014.

\_\_\_\_\_. Plano Decenal de Expansão de Energia 2011 / Ministério de Minas e Energia. Empresa de Pesquisa Energética. Brasília: MME/EPE, 2011. Disponível em: [http://www.mme.gov.br/mme/galerias/arquivos/noticias/2011/RELATxRIO\\_PDE\\_2011.pdf](http://www.mme.gov.br/mme/galerias/arquivos/noticias/2011/RELATxRIO_PDE_2011.pdf). Acesso em: 16 mai. 2014.

\_\_\_\_\_. Projeto da Usina Hidrelétrica de Belo Monte. Fatos e dados. Ministério de Minas e Energia/ Empresa de Pesquisa Energética. Fevereiro – 2011. Disponível em: <http://www.epe.gov.br/leiloes/Documents/Leil%C3%A3o%20Belo%20Monte/Belo%20Monte%20-%20Fatos%20e%20Dados%20-%20POR.pdf>. Acesso em: 20 mai. 2014.

\_\_\_\_\_. Plano Nacional de Energia – PNE 2030. Informe à Imprensa. MME/EPE, Rio de Janeiro, 26 de janeiro de 2007. Disponível em: [http://www.epe.gov.br/PNE/20070626\\_2.pdf](http://www.epe.gov.br/PNE/20070626_2.pdf). Acesso em: 15 mai. 2014.

ELETROBRAS. Belo Monte. Disponível em: <http://www.eletronorte.com/elb/ri/data/Pages/LUMIS46763BB8PTBRIE.htm>. Acesso em: 09 nov. 2013.

ELETRONORTE. O Brasil precisa de Belo Monte - Resposta da Eletronorte para Célio Bermann (17/04/2002). Disponível em: <http://pib.socioambiental.org/pt/noticias?id=4794>. Acesso em: 09 nov. 2013.

ENTREVISTA ESPECIAL com Valdenir Munduruku.. 16 jun 2013. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/entrevistas/520007-o-governo-brasileiro-nao-tem-interesse-em-respeitar-os-direitos-indigenas-entrevista-especial-com-valdenir-munduruku>. Acesso em: 16 mai 2014.

ESCOBAR, Arturo. El “postdesarrollo” como concepto y práctica social. In: MATO, Daniel (Org.). **Políticas de economía, ambiente y sociedad en tiempos de globalización**. Caracas: Facultad de Ciencias Económicas y Sociales, Universidad Central de Venezuela, 2005a.

\_\_\_\_\_. O lugar da natureza e a natureza do lugar: globalização ou pós-desenvolvimento?. In: Lander, Edgardo (org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais.** perspectivas latinoamericanas. Buenos Aires: Flacso, 2005b.

ESCLARECIMENTOS SOBRE a consulta aos Munduruku e a invasão de Belo Monte. Disponível em: [http://www.secretariageral.gov.br/noticias/ultimas\\_noticias/2013/05/06-05-2013-esclarecimentos-sobre-a-consulta-aos-munduruku-e-a-invasao-de-belo-monte](http://www.secretariageral.gov.br/noticias/ultimas_noticias/2013/05/06-05-2013-esclarecimentos-sobre-a-consulta-aos-munduruku-e-a-invasao-de-belo-monte). Acesso em: 16 mai. 2014.

ETTERN-UFRJ. (Apresentação). In: ALMEIDA, Alfredo *et al.* (Orgs.). **Capitalismo Globalizado e Recursos Territoriais: fronteiras da acumulação do Brasil contemporâneo.** Rio de Janeiro: Laparina, 2010.

FEARNSIDE, Phillip; MILLIKAN, Brent. Hidrelétricas na Amazônia. In: FEARNSIDE, Phillip *et al.* (Orgs.). **O setor elétrico brasileiro e a sustentabilidade no século XXI. Oportunidades e desafios. Fonte de energia limpa?** Brasília: Rios Internacionais, 2012.

FEARNSIDE, Phillip. (Entrevista). “A Usina Hidrelétrica de Belo Monte em Pauta”. Política Ambiental / Conservação Internacional - n. 7, jan. 2011 – Belo Horizonte: Conservação Internacional, 2011. Disponível em: <http://www.conservacao.org/publicacoes/files/politicaambiental7.pdf>. Acesso em: 16 mai. 2014.

FERNANDES, Bernardo M. Questão Agrária: Conflitualidade e desenvolvimento territorial. Disponível em: <http://www.desenvolvimentoterritorial.br/textos>. Acesso em: 16 mai. 2014.

\_\_\_\_\_. *et al.* Ocupações de terra – 2000 – 2005: Movimentos socioterritoriais e espacialização da luta pela terra. Comunicação apresentada no 14º ENG-AGB. Rio Branco, Acre, 16-21 de junho de 2006.

\_\_\_\_\_. **Questão Agrária, Pesquisa e MST.** São Paulo: Cortez, 2001. (Coleção Questões da Nossa Época v. 92).

FERNANDES, Florestan. **Capitalismo Dependente e Classes Sociais na América Latina.** 4. ed. São Paulo: Global, 2009.

\_\_\_\_\_. **Sociedade de Classes e Subdesenvolvimento.** 5. ed. São Paulo: Global, 2008.

FERREIRA, B. *et al.* Constituição 20 anos - caminhos e descaminhos da reforma agrária: embates (permanentes), avanços (poucos) e derrotas (muitas). In: IPEA. **Políticas sociais: acompanhamento e análise**, v. 2, n. 17. Brasília: IPEA, 2009.

FIGUEIRA NETTO, Carlos Alberto de Moya; FRANCO, Hélio Costa de Barros. AHE Belo Monte – Evolução dos Estudos. Comitê Brasileiro de Barragens. **XXVII Seminário nacional de grandes barragens Belém-PA**, 3 a 7 de junho de 2007.

FIORI, José L. O “desenvolvimentismo de esquerda”. Carta Maior: Debate Aberto. Disponível em: [http://www.cartamaior.com.br/templates/colunaMostrar.cfm?coluna\\_id=5495&boletim\\_id=1140&componente\\_id=18221](http://www.cartamaior.com.br/templates/colunaMostrar.cfm?coluna_id=5495&boletim_id=1140&componente_id=18221). Acesso em: 3 mar. 2012.

\_\_\_\_\_. Desenvolvimentismo e "dependência". Carta Maior: debate aberto. Disponível em: [http://www.cartamaior.com.br/templates/colunaMostrar.cfm?coluna\\_id=5532&boletimid=1160&componente\\_id=18561](http://www.cartamaior.com.br/templates/colunaMostrar.cfm?coluna_id=5532&boletimid=1160&componente_id=18561). Acesso em: 03 abr. 2012.

\_\_\_\_\_. “A miséria do ‘novo desenvolvimentismo’”. Carta Maior: Disponível em: [http://www.cartamaior.com.br/templates/colunaImprimir.cfm?coluna\\_id=5334](http://www.cartamaior.com.br/templates/colunaImprimir.cfm?coluna_id=5334). Acesso em: 30 nov. 2011.

\_\_\_\_\_. **Nome aos Bois**. Instituto da Cidadania. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

\_\_\_\_\_. O capitalismo e suas vias do desenvolvimento. In: HADDAD, Fernando (org.). **Desorganizando o consenso: nove entrevistas com intelectuais à esquerda**. Petrópolis: Vozes, 1998.

FOLHA DE SÃO PAULO. **Altamira pede suspensão de Belo Monte**. Caderno Mercado B9, B12 e B13. Domingo, 20 nov. 2011. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mercado/10075-altamira-pede-suspensao-de-belo-monte.shtml>. Acesso em: 12 jan. 2012.

\_\_\_\_\_. **Um colosso na Amazônia**. Caderno Mercado. B12 e B13. Domingo, 20 nov. 2011.

FONSECA, Hermes da. FATOS SOBRE Belo Monte (02/06/2010). Disponível em: <http://www.ecodebate.com.br/2010/06/02/fatos-sobre-belo-monte-artigo-de-hermes-fonseca-de-eideos/>. Acesso em: 03 fev. 2014.

FONSECA, Pedro César D. Gênese e precursores do desenvolvimentismo no Brasil. **Revista Pesquisa & Debate do Programa de Estudos Pós-Graduados em Economia Política**, v. 15, n. 2 (26), São Paulo: Editora da PUC-SP, 2004, p. 225-256.

FONTES, Virgínia. Entrevista. O imperialismo brasileiro está nascendo? Fonte: IHU - Instituto Humanitas Unisinos. On-Line. 7/5/2010. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/entrevistas/31982-o-imperialismo-brasileiro-esta-nascendo-entrevista-especial-com-virginia-fontes>. Acesso em: 10 dez. 2012.

FÓRUM BRASILEIRO de ONGs e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e Desenvolvimento. “A sustentabilidade que queremos”. Rio de Janeiro: Projeto Brasil Sustentável e Democrático/CUT/FASE, 2002.

FORTE-XINGU, Belo Monte e Comunidades Indígenas (01/09/2012). Disponível em: <http://blogbelomonte.com.br/2012/09/01/fort-xingu-belo-monte-e-comunidades-indigenas/>. Acesso em: 15 mai. 2014.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. 11º. Ed. Rio de Janeiro: Graal, 1995.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. ed. 17. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FUNDAÇÃO VIVER PRODUZIR E PRESERVAR (FVPP) – A história do movimento pelo desenvolvimento da Transamazônica e Xingu/SDS/PDA/PPG7 – Brasília: MMA, 2006. (Série Sistematização, VII).

FURTADO, Celso. **Desenvolvimento e Subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2009.

- \_\_\_\_\_. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- \_\_\_\_\_. **Em busca de novo modelo: reflexões sobre a crise contemporânea**. São Paulo: Paz & Terra, 2002.
- \_\_\_\_\_. **O capitalismo global**. São Paulo: Paz & Terra, 1998.
- \_\_\_\_\_. **O mito do desenvolvimento econômico**. São Paulo: Circulo do livro, 1996.
- GERRATANA, L. **Gramsci: uma introdução**. Roma: Enciclopédia Italiana, 1992. p. 485-486.
- GODOY, José A. Estado e política econômica na I República: consensos e dissensos. In: **Da opulência à ganância: coronelismo e mudança social no Oeste Paulista (1889-1930)**. Tese de Doutorado: Universidade de São Paulo (USP), 2007.
- GOMES, Carina *et al.* Histórico, Tendências e Perspectivas no Planejamento Espacial de Usinas Hidrelétricas Brasileiras: A antiga e atual fronteira amazônica. **Ambiente & Sociedade**. São Paulo v. 15, n. 3, set.-dez. 2012.
- GOHN, Maria da G. **Movimentos sociais e rede de mobilizações civis no Brasil contemporâneo**. São Paulo: Loyola, 2010.
- \_\_\_\_\_. **Novas teorias dos movimentos sociais**. São Paulo: Loyola, 2008.
- \_\_\_\_\_. **Teoria dos Movimentos Sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos**. 4. ed. São Paulo: Loyola, 2004.
- \_\_\_\_\_. **Movimentos Sociais no Início do Século XXI: antigos e novos atores sociais**. Petrópolis: Vozes, 2003.
- GRAMSCI, Antonio. Cadernos do Cárcere, v.1: **Introdução ao estudo da filosofia e a filosofia de Benedetto**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.
- \_\_\_\_\_. Cadernos do Cárcere, v.3: **Maquiavel: notas sobre o Estado e a política**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.
- \_\_\_\_\_. Cadernos do Cárcere, v.5: **O Risorgimento. Notas sobre a história da Itália**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.
- \_\_\_\_\_. Cadernos do Cárcere, v.2: **Os intelectuais. O princípio educativo. Jornalismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.
- \_\_\_\_\_. **Cartas do Cárcere**, v.1 (1926-1930). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- GRUPPI, Luciano. **O conceito de hegemonia: Gramsci**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1978.
- GUDYNAS, Eduardo; ACOSTA, Alberto. A Renovação da Crítica ao Desenvolvimento e o Bem Viver como Alternativa. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/noticias/507956-a-renovacao-da-critica-ao-desenvolvimento-e-o-bem-viver-como-alternativa>. Acesso em: 10 out. 2013.

HAESBAERT, Rogerio e PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **A nova des-ordem mundial**. São Paulo: Editora UNESP, 2006.

HAESBAERT, Rogerio. **O mito da desterritorialização**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HARVEY, David *et al.* **Occupy: movimentos de protesto que tomaram as ruas**. São Paulo: Boitempo, 2012.

HARVEY, David. **O Enigma do Capital: e as crises do capitalismo**. São Paulo: Boitempo, 2011.

\_\_\_\_\_. **Condição Pós-Moderna: Passagem da modernidade à pós-modernidade**. 16 ed. São Paulo: Edições Loyola, 2010.

\_\_\_\_\_. **O novo imperialismo**. 3. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2009.

\_\_\_\_\_. A globalização contemporânea. In: **Espaços de esperança**. 2.ed. São Paulo: Edições Loyola, 2006.

HENCHEN, Mário José. **Processo de ambientalização da ação pública no território Xingu: as estratégias dos mediadores camponeses**. Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Pará. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Belém, 2012.

HENCHEN, Mário José; MAGALHÃES, Sônia. Ambientalização da ação pública no território Xingu: a estratégia dos mediadores camponeses. Comunicação apresentada no XV Encontro de Ciências Sociais do Norte e Nordeste e pré-atas Brasil. 04 a 07 de setembro de 2012, UFPI - Teresina - PI. Disponível em: <http://www.sinteseeventos.com.br/ciso/anaisxvciso/resumos/GT28-31.pdf>. Acesso em: 16 mai. 2014.

HERNÁNDEZ, Francisco Del Moral; BERMANN, Célio. A usina de Belo Monte: energia e democracia em questão. *Política Democrática – Revista de Política e Cultura – Brasília*: Fundação Astrojildo Pereira, 2010.

HOBBSBAWM, Eric. **A Era dos Extremos: o breve século XX**. São Paulo, Companhia das Letras, 1995.

HURWITZ, Zachary *et al.* **Mega-Projeto, Mega-Riscos**. São Paulo: Amigos da Terra/ Amazônia Brasileira/ International Rivers, 2011.

IBGE. **Censo Demográfico 2010. Características da população e dos domicílios**. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2011.

\_\_\_\_\_. Síntese de Indicadores Sociais 2006. **Estudos e Pesquisas: Informação demográfica e socioeconômica**. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2006.

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). **A Década Inclusiva (2001-2011): Desigualdade, Pobreza e Políticas de Renda**. Comunicado nº155, Setembro de 2012.

IPCC. **O Novo Relatório Climático do IPCC (2013)**. Disponível em: <http://www.ecodebate.com.br/2013/10/04/o-novo-relatorio-climatico-do-ipcc-do-site-realclimate-org-traducao-alexandre-lacerda/>. Acesso em: 4 abr. 2013.

IPCC (Painel Intergovernamental sobre Mudanças do Clima). **Mudança do Clima 2007: A Base das Ciências Físicas** (2007). Disponível em: <http://www.ipcc.ch/pdf/reports-nonUN-translations/portuguese/ar4-wg1-spm.pdf>. Acesso em: 13 mai. 2014.

IIRSA: Agenda de Proyectos Prioritarios de Integración. **III Reunión Ordinaria del COSIPLAN**. Lima, Perú, 16 de novembro de 2012. Disponível em: [http://www.iirsa.org/admin\\_iirsa\\_web/Uploads/Documents/rc\\_lima12\\_api\\_informe\\_avance.pdf](http://www.iirsa.org/admin_iirsa_web/Uploads/Documents/rc_lima12_api_informe_avance.pdf). Acesso em: 15 mai. 2014.

\_\_\_\_\_. Cartera de Proyectos 2012. Disponível em: <http://www.iirsa.org/Page/Detail?menuItem=32>. Acesso em: 15 mai. 2014.

INSTITUTO SOCIALAMBIENTAL (ISA). **Especial Belo Monte**. Disponível em: <http://www.socioambiental.org/esp/bm/hist.asp>. Acesso em: 7 jan. 2014.

\_\_\_\_\_. Histórico de Belo Monte. Disponível em: <http://www.socioambiental.org/esp/bm/hist.asp>. Acesso em: 7 jan. 2014.

\_\_\_\_\_. Audiências públicas de Belo Monte (PA) não conseguem esclarecer a população e não cumprem seu papel. Disponível em: <http://www.socioambiental.org/nsa/detalhe?id=2955>. Acesso em: 15 mai. 2014.

JESUS, Sonia M. S. A. de. Questões paradigmáticas da construção de um projeto político da educação do campo. In: MOLINA, Mônica *et al.* (Orgs). **Contribuições para a Construção de Um Projeto de Educação do Campo**. Brasília, DF: Articulação Nacional “Por uma Educação do Campo”, 2004.

JOLLY, Richard. Human development and neo-liberalism: paradigms compared. In: FUKUDA-PARR, Sakiko; KUMAR, A. K. Shiva (Ed.). **Readings in human development: concepts, measures and policies for a development paradigm**. New Delhi: Oxford University Press, 2003.

KERSTENETZKY, Celia Lessa. Welfare State e Desenvolvimento. **DADOS – Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 54, n.1, 2011, p. 129-156.

KRÄUTLER, Dom Erwin [bispo do Xingu]. MENSAGEM DE ABERTURA. In: SEVÁ FILHO, A. Oswaldo. (Org.). **Tenotã-Mô: Alertas sobre as conseqüências dos projetos hidrelétricos no rio Xingu**. São Paulo: IRN (International Rivers Network), 2005.

LANDER, Edgardo. Ciências sociais: saberes coloniais e eurocêntricos. In: LANDER, Edgardo (Org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

LEFF, Henrique. **Epistemologia Ambiental**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

LEITÃO, Karina O. **A dimensão territorial do Programa de Aceleração do Crescimento: Um estudo a partir do PAC no Pará e o lugar que ele reserva à Amazônia no desenvolvimento do país**. Tese de Doutorado – São Paulo: FAUSP, 2009.

LEMOS, Chélen Fischer de. **O processo sociotécnico de eletrificação na Amazônia: articulações e contradições entre Estado, capital e território (1890 a 1990)**. Rio de Janeiro: UFRJ/IPPUR. Tese de Doutorado – UFRJ / Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional / Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional, 2007.

\_\_\_\_\_. Energia na Amazônia: caminho para o desenvolvimento ou aprofundamento da exclusão? **Comunicação apresentada no II Encontro da ANNPAS**. São Paulo, 2004. Disponível em: [http://www.anppas.org.br/encontro\\_anual/encontro2/GT/GT06/chelen\\_fischer.pdf](http://www.anppas.org.br/encontro_anual/encontro2/GT/GT06/chelen_fischer.pdf). Acesso em: 15 mai. 2014.

LOUREIRO, Violeta R. Pressupostos do Modelo de Integração da Amazônia Brasileira aos Mercados Nacional e Internacional em Vigência nas Últimas Décadas: a modernidade às avessas. In: COSTA, Maria J. J. (Org). **Sociologia na Amazônia: debates teóricos e experiências de pesquisa**. Belém: EdUFPA, 2001.

LÖWY, Michael. **Ecologia e socialismo**. São Paulo: Cortez, 2005. (Coleção: Questões de nossa época).

\_\_\_\_\_. **A guerra dos deuses: religião e política na América Latina**. Petrópolis: Vozes, 2000.

LUXEMBURGO, Rosa. “As questões e debate”. In: **Imperialismo e acumulação de capital**. Edições 70: Lisboa, 1976.

MAB. **A Organização do Movimento dos Atingidos por Barragem**. 1. ed. Brasília: Coletivo de Educação, 2005.

\_\_\_\_\_. **A educação no Movimento dos Atingidos por Barragem**. 2.ed. n. 5. Brasília: Caderno de Formação 2004.

\_\_\_\_\_. **Ditadura contra as populações atingidas por barragem**. n. 8. Brasília: Caderno de Formação, 2004.

\_\_\_\_\_. **MAB: Uma história de luta, desafios e conquistas**. São Paulo: Secretaria Nacional do MAB: 2002.

MAGALHÃES, Sônia; HERNÁNDEZ, Francisco. Ciência, Cientistas, Democracia Desfigurada e Licenciamento Ambiental sob Constrangimento. In: ZHOURI, Andréa. (Org.). **As tensões do lugar: hidrelétricas, sujeitos e licenciamento ambiental**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2011.

\_\_\_\_\_. **Painel de Especialistas: Análise Crítica do Estudo de Impacto Ambiental do Aproveitamento Hidrelétrico de Belo Monte**, 2009.

MAGALHÃES, Sônia. Política e sociedade na construção de efeitos das grandes barragens: o caso Tucuruí. In: SEVÁ FILHO, A. Oswaldo. (Org.). **Tenotã-Mô: Alertas sobre as conseqüências dos projetos hidrelétricos no rio Xingu**. São Paulo: IRN (International Rivers Network), 2005.

MALVEZZI, Roberto. Conjuntura da água. Disponível em: <http://www.adital.com.br/site/noticia2.asp?lang=PT&cod=6233>. Acesso em: 16 mai. 2014.

\_\_\_\_\_. A questão da água na América Latina (2005). Disponível em: [http://resistir.info/agua/questao\\_agua.html](http://resistir.info/agua/questao_agua.html). Acesso em: 12 jun. 2012.

MANIFESTO CONTRA o preconceito institucionalizado do governo Dilma aos povos indígenas. Disponível em: [http://www.cimi.org.br/site/pt-br/?system=news&conteudo\\_id=6856&action=read&page=2](http://www.cimi.org.br/site/pt-br/?system=news&conteudo_id=6856&action=read&page=2). Acesso em: 16 mai. 2014.

MANIFESTO DAS Organizações Sociais do Campo. Disponível em: <http://www.cnbb.org.br/comissoes-episcopais/caridade-justica-e-paz/8779-manifesto-das-organizacoes-sociais-do-campo>. Acesso em: 15 mai. 2014.

MANIFESTO DE Intelectuais em Apoio à Declaração das Organizações Sociais no Campo, 2012. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/noticias/507488-manifesto-de-intelectuais-em-apoio-a-declaracao-das-organizacoes-sociais-no-campo>. Acesso em: 15 mai. 2014.

MARIN, Rosa Acevedo. Visão histórica da região do rio Xingu: Economia e diversidade étnica. **Novos Cadernos - NAEA**. n. 276. Belém: NAEA/EdUFPA, 2010.

MARINI, Ruy Mauro. “Dialética da dependência”. In: SADER, Emir. **Dialética da Dependência**. Petrópolis: Vozes, 2000.

\_\_\_\_\_. Sobre a dialética da dependência. In: TRASPADINI, Roberta; STEDILE, João Pedro. **Ruy Mauro Marini: Vida e Obra**. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

\_\_\_\_\_. Desenvolvimento e dependência. In: TRASPADINI, Roberta; STEDILE, João Pedro. **Ruy Mauro Marini: Vida e Obra**. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

MARTINS, Carlos Eduardo. A superexploração do trabalho e a economia política da dependência. In: SADER, Emir; SANTOS, Theotônio; MARTINS, Carlos; VALENCIA, Adrián S (Orgs.). **A América Latina e os desafios da globalização: ensaios dedicados a Ruy Mauro Marini**. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio. São Paulo: Boitempo Editorial, 2009.

\_\_\_\_\_. (Resenha). A outra face da dependência. In: **Revista de la Facultad de Economía-BUAP**, ano 6, n. 18. [2007].

MARX, K. A chamada cumulação primitiva. In: **O Capital: crítica da economia política**, Livro I, Volume 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

MARX, K. A transformação do dinheiro em capital. In: **O Capital: crítica da economia política**, Livro I, Volume 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

MAUÉS, Raymundo Heraldo. Comunidades “no sentido social da Evangelização”: CEBs, camponeses e Quilombolas na Amazônia Oriental Brasileira. **Religião e Sociedade**. v. 2. N. 30, Rio de Janeiro, 2010.

MEIRELES FILHO, João. **O Livro de Ouro da Amazônia: mitos e verdades sobre a região mais cobiçada do planeta**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2004.

MEDEIROS, Leonilde S. Agricultura familiar no Brasil: aspectos da formação de uma categoria política. In: MANZANA, Mabel; NEIMAN, Guilherme. (Orgs.). **Las agriculturas familiares Del mercosur. Trajetórias, amenazas e desafios**. Buenos Aires: Ciccus, 2010.



\_\_\_\_\_. **Lavradores, trabalhadores agrícolas, camponeses: os comunistas e a constituição de classes no campo.** Tese de Doutorado. Campinas: Unicamp, 1995.

MELO, Antonia. O assédio da Eletronorte sobre o povo e as entidades na região de Altamira. In: SEVÁ FILHO, A. Oswaldo. (Org.). **Tenotã-Mõ: Alertas sobre as conseqüências dos projetos hidrelétricos no rio Xingu.** São Paulo: IRN (International Rivers Network), 2005.

MENEZES, Maria Aparecida. O cotidiano camponês e a sua importância enquanto resistência à dominação: a contribuição de James c. Scott. **Raízes.** v. 21, n. 1., Jan-Jun 2002.

MIGNOLO, Walter. A colonialidade de cabo a rabo: o hemisfério ocidental no horizonte conceitual da Modernidade. In: LANDER, Edgardo (Org). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais.** Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

MINAYO, Maria. Ciência, Técnica e Arte: o desafio da pesquisa social. In: MINAYO, Maria (Org.). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade.** Petrópolis: Rio de Janeiro. Vozes, 1994.

MONTEIRO, Dion. (Entrevista). Opinião Socialista. Disponível em: <http://somostodosedmilson.blogspot.com.br/2011/04/opiniaio-dion-monteiro-belo-monte-e.html>. Acesso em: 9 jun. 2012.

MONTEIRO, Telma. **Belo Monte é a forma de viabilizar definitivamente a mineração em terras indígenas** (11/09/2012). Disponível em: [http://www.correiocidadania.com.br/index.php?catid=34%3Amanchete&id=7608%3Amanchete110912&option=com\\_content&view=article](http://www.correiocidadania.com.br/index.php?catid=34%3Amanchete&id=7608%3Amanchete110912&option=com_content&view=article). Acesso em: 17 jun. 2014.

MONTENEGRO GÓMEZ, J. R. **Desenvolvimento em (des)construção.** Tese de Doutorado. Presidente Prudente: Universidade Estadual Paulista , 2006.

MORAES, Dênis de. O ativismo digital. Rio de Janeiro: Universidade Federal Fluminense, 2001. Disponível em: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/moraes-denis-ativismo-digital.html>. Acesso em: 16 mai. 2014.

MORAES, Raimundo. “Índios Protestam Contra Belo Monte”. Disponível em: <http://www.estadao.com.br/noticias/impreso,indios-protestam-contr-belo-monte,435625,0.htm>. Acesso em: 21 jan. 2014.

MOREIRA, Paula. Planejamento Energético e o PIB. In: FEARNSIDE, Phillip; MILLIKAN, Brent (Orgs). **O setor elétrico brasileiro e a sustentabilidade no século XXI. Oportunidades e desafios.Fonte de energia limpa?** Brasília: Rios Internacionais, 2012b.

NORTE ENERGIA. Programa de Comunicação Indígena. UHE Belo Monte. Boletim Informativo, nº 02. Nov. 2011. Disponível em: [http://norteenergiasa.com.br/site/wp-content/uploads/2013/01/Boletim2\\_Plano-emergencial\\_Novembro2011\\_WEB.pdf](http://norteenergiasa.com.br/site/wp-content/uploads/2013/01/Boletim2_Plano-emergencial_Novembro2011_WEB.pdf). Acesso em: 13 mai. 2013.

NOTA PÚBLICA: todo apoio à ocupação indígena nos canteiros de Belo Monte. Disponível em: <http://www.ecodebate.com.br/2013/05/08/entidades-da-sociedade-civil-emitem-nota-publica-em-apoio-a-ocupacao-indigena-nos-canteiros-de-belo-monte/>. Acesso em: 16 mai. 2014.

NOTA DE Solidariedade dos Kayapó à Ocupação de Belo Monte. Disponível em: <http://www.xinguvivo.org.br/2013/05/31/nota-de-solidariedade-dos-kayapo-a-ocupacao-de-belo-monte/>. Acesso em: 16 mai. 2014.

NOVAES, Regina. **De corpo e alma: catolicismo, classes sociais e conflitos no campo**. Rio de Janeiro: Graphia, 1997.

NOVAES, W. Entrevista Explosiva. Sinal Vermelho no Meio Ambiente. **Revista Caros Amigos**. Agosto, 2002.

OBSERVATÓRIO de Investimento na Amazônia. A Corrida por Megawatts: 30 hidrelétricas na Amazonia Legal. Nota Técnica Nº 08: Jun/2012. Disponível em: <http://www.inesc.org.br/noticias/biblioteca/publicacoes/notas-tecnicas/nts-2012/a-corrida-por-megawatts-30-hidreletricas-na-amazonia-legal/>. Acesso em: 16 mai. 2013.

OLIVEIRA, Ivanilde A. (Introdução). In: OLIVEIRA, Ivanilde (Org). **Cartografias Ribeirinhas: saberes, representações sobre práticas sociais cotidianas de alfabetizando amazônidas**. Belém-PA: CCSE-UEPA. 2004.

OLIVEIRA, Francisco. Hegemonia às avessas. In: OLIVEIRA, Francisco de; BRAGA, Ruy; RISEK, Cibele (Orgs.). **Hegemonia às avessas: economia, política e cultura na era da servidão financeira**. São Paulo: Boitempo, 2010.

\_\_\_\_\_. Política numa era de indeterminação: opacidade e reencantamento. In: OLIVEIRA, Francisco de; RISEK, Cibele (Orgs.). **A era da indeterminação**. São Paulo: Boitempo, 2007.

\_\_\_\_\_. **Crítica à razão dualista/O Ornitorrinco**. São Paulo: Boitempo, 2003a.

\_\_\_\_\_. **O Ornitorrinco**. In: **Crítica à razão dualista/O Ornitorrinco**. São Paulo: Boitempo, 2003b.

\_\_\_\_\_. À sombra do Manifesto Comunista: Globalização e reforma do Estado na América Latina. In: SADER, Emir *et al.* (Orgs). **Pós-neoliberalismo: Que Estado para que democracia**. Petrópolis: Vozes, 1999a.

\_\_\_\_\_. Privatização do público, destruição da fala e anulação da política: o totalitarismo neoliberal. In: OLIVEIRA, Francisco *et al.* (Orgs). **Os sentidos da democracia: políticas do dissenso e hegemonia global**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1999b.

\_\_\_\_\_. **A Economia da dependência imperfeita**. Rio de Janeiro: Edições do Graal, 1977.

OS POVOS indígenas do xingu e a hidrelétrica Belo Monte. Disponível em: <http://www.cnbb.org.br/articulas/dm-erwin-kraeutler/2583-os-povos-indigenas-do-xingu-e-a-hidreletrica-belo-monte>. Acesso em: 18 fev. 2014.

Partido dos Trabalhadores (PT). **O lugar da Amazônia no desenvolvimento do Brasil**. Programa de Governo 2002: Coligação Lula Presidente. Resoluções de Encontros e Congressos & Programas de Governo - Partido dos Trabalhadores/ Fundação Perseu Abramo.

NOTA PÚBLICA do Painel de Especialistas sobre a UHE Belo Monte. 2011. Disponível em: [http://www.riosvivos.org.br/arquivos/site\\_noticias\\_403884930.pdf](http://www.riosvivos.org.br/arquivos/site_noticias_403884930.pdf). Acesso em: 12 fev. 2014.

PAULANI, Leda. **Brasil Delivery**. São Paulo: Boitempo, 2008.

PAZ, Luciana Rocha Leal da. **Hidrelétricas e Terras Indígenas na Amazônia: Desenvolvimento Sustentável?** Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: COPPE/UFRJ, 2006.

PÊGO, Bolívar *et al.* O PAC e o Setor Elétrico: Desafios para o Abastecimento do Mercado Brasileiro (2007-2010). **Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (PEA)**, 2008. Texto nº 1329. Disponível em: [http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/1475/1/TD\\_1329.pdf](http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/1475/1/TD_1329.pdf). Acesso em: 16 mai. 2014.

PEREIRA, Ana karine. Desenvolvimentismo, conflito e conciliação de interesses na política de construção de hidrelétricas na Amazônia brasileira. Texto para discussão (1884). Rio de Janeiro: IPEA, 2013.

PF SABE quem comprou os facões. Disponível em: [http://www.orm.com.br/plantao/imprimir.asp?id\\_noticia=344353](http://www.orm.com.br/plantao/imprimir.asp?id_noticia=344353). Acesso em: 18 fev. 2014.

PINGUELLI ROSA, Luis. “A Crise de Energia: uma refutação empírica do modelo neoliberal”. In: LESSA, Carlos (Org.). **O Brasil à luz do apagão**. Palavra e Imagem: Rio de Janeiro, 2001.

PINTO, Lúcio F. De volta ao começo. **Jornal Pessoal: A agenda amazônica de Lúcio Flávio Pinto**. Ano XXVI. Nº520. 1ª quinzena de setembro, 2012.

\_\_\_\_\_. O Monumento e o Monstro. **Jornal Pessoal: A agenda amazônica de Lúcio Flávio Pinto**. Ano XXV. Nº517. 2ª quinzena de Julho, 2012.

\_\_\_\_\_. Belo Monte confirma a energia da colônia. **Jornal Pessoal: A agenda amazônica de Lúcio Flávio Pinto**. Ano XXIV. Nº491. 2ª quinzena de Junho, 2011.

\_\_\_\_\_. Belo Monte começa, mas contra resistência. **Jornal Pessoal: A agenda amazônica de Lúcio Flávio Pinto**. Ano XXIV. Nº490. 1ª quinzena de Junho, 2011.

\_\_\_\_\_. A Amazônia entre estruturas desfavoráveis. In: D’INCAO, Maria A. *et al.* (Orgs). **A Amazônia e a crise de modernização**. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1994.

PRDA. Plano Regional de Desenvolvimento da Amazônia (Versão preliminar para discussão). Ministério da Integração Nacional (MIN)/ Superintendência de desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), 2010.

POCHMANN, M. Novo desenvolvimentismo como resposta à crise global. In: CASTRO, D; MELO, J. M. (orgs.), **Panorama da comunicação e das telecomunicações no Brasil**, 2011-2012: Indicadores. Brasília: Ipea, 2012.

POLANYI, Karl. **A Grande Transformação - as origens de nossa época**. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1980.

PONTES JR, Felício; BELTRÃO, Jane Felipe. Xingu, barragens e nações indígenas. In: SEVÁ FILHO, A. Oswaldo. (Org.). **Tenotã-Mô: Alertas sobre as conseqüências dos projetos hidrelétricos no rio Xingu**. São Paulo: IRN (International Rivers Network), 2005.

PORTAL BRASIL. Ipea revela que 3,5 milhões saíram da pobreza em 2012. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2013/10/mais-de-3-5-milhoes-sairam-da-pobreza-em-2012-diz-ipea>. Acesso em: 12 dez. 2013.

PORTO-GONÇAVES, Carlos W. **Amazônia, Amazônias**. 2.ed. São Paulo: Contexto, 2005.

\_\_\_\_\_. O desafio ambiental. In: SADER, Emir (Org.). **Os porquês da desordem mundial. Mestres explicam a globalização**. Rio de Janeiro: Record, 2004.

\_\_\_\_\_. Da Geografia às geo-grafias: um mundo em busca de novas territorialidades (2001). Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/cecena/porto.pdf>. Acesso em: 14 mai. 2014.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (Org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais**. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RELATÓRIO 2012 – Anistia Internacional – **O Estado dos Direitos Humanos no Mundo** (2012). Disponível em: [http://files.amnesty.org/air12/air\\_2012\\_full\\_pt-br.pdf](http://files.amnesty.org/air12/air_2012_full_pt-br.pdf). Acesso em: 16 mai. 2014.

RESPOSTA À proposta do governo brasileiro, feita pelo ministro Gilberto Carvalho. 06 jun 2013. Disponível em: <http://www.brasildefato.com.br/node/13155>. Acesso em: 16 jun. 2014.

REZENDE, Maria José de. Os Relatórios do Desenvolvimento Humano publicados após a Declaração do Milênio e a perpetuidade da luta entre processos civilizacionais e descivilizacionais. **Revista Enfoques**. v. 9, n. 14, 2011.

REZENDE, Paulo *et al.* O Aproveitamento Hidrelétrico Belo Monte. **Comunicação apresentada no XVII Simpósio Brasileiro de Recursos Hídrico, 2007**. Disponível em: [http://www.abrh.org.br/sgcv3/UserFiles/Sumarios/de80517493a9166ffb8aeef47d396d1f\\_2ee3e7cdb8c1fa12fdd80776df4903cb.pdf](http://www.abrh.org.br/sgcv3/UserFiles/Sumarios/de80517493a9166ffb8aeef47d396d1f_2ee3e7cdb8c1fa12fdd80776df4903cb.pdf). Acesso em: 16 mai. 2014.

RIDENTI, Marcelo. Vinte anos após a queda do muro: a reencarnação do desenvolvimentismo no Brasil. **REVISTA USP**. n.84. São Paulo: dezembro/fevereiro 2009-2010.

\_\_\_\_\_. Desenvolvimentismo: o retorno. Revista **Espaço Acadêmico**. n. 92, janeiro de 2009. Disponível em: <http://www.espacoacademico.com.br/092/92ridenti.pdf>. Acesso em: 16 mai. 2014.

RIMA - Relatório de Impacto Ambiental de Belo Monte (Mai/2009). Disponível em: [file:///C:/Users/Sergio/Downloads/Rima\\_AHE%20Belo%20Monte%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/Sergio/Downloads/Rima_AHE%20Belo%20Monte%20(1).pdf). Acesso em: 16 mai. 2012.

SACHS, Ignacy. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. In: STROH, Paula (Org.). Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

\_\_\_\_\_. **Desenvolvimento: incluyente, sustentável e sustentado**. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

SADER, Emir (Org.). **Dez anos de governos pós-neoliberais no Brasil: Lula e Dilma**. São Paulo: Boitempo, 2013.

SADER, Emir; GARCIA, Marco A. (Orgs). **Brasil: entre o passado e o futuro**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo: Boitempo, 2010.

SADER, Emir. Ruy Mauro: intelectual revolucionário. In: SADER, Emir e SANTOS, Theotônio (Coordenadores) e MARTINS, Carlos E e VALENCIA, Adrián S (Org). **A América Latina e os desafios da globalização: ensaios dedicados a Ruy Mauro Marini**. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio, 2009.

\_\_\_\_\_. **A nova toupeira: os caminhos da esquerda latino-americana**. São Paulo: Boitempo, 2009.

SADER, Emir *et al.* (Orgs.). **Pós-Neoliberalismo: Que Estado para que democracia?** Rio de Janeiro: Vozes, 1999.

SADER, Emir; GENTILLI, Pablo (Orgs.). **Pós-Neoliberalismo: As política sociais e o Estado Democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

SALM, Rodolfo. **Belo Monte: a batalha dos vídeos**. Instituto Humanitas Unissinos (11/12/11). Disponível em: <http://www.ihu.unissinos.br/noticias/504865-belo-monte-a-batalha-dos-videos>. Acesso em: 13 fev. 2013.

SANTILLI, Juliana. **Livro Socioambientalismo e Novos Direitos: proteção jurídica à diversidade biológica e cultural**. Editora Peirópolis/ Instituto Socioambiental/ Instituto Internacional de Educação do Brasil, 2005.

SANTOS, Boaventura. Aula: “Porquê as epistemologias do Sul?” (03/2012a). Seminários Avançados: Globalizações Alternativas e a Reinvenção da Emancipação Social. Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra. Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=ErVGiUQHjM>. Acesso em: 07 jan. 2013.

\_\_\_\_\_. (Aula): “A Cidadania a partir dos que não são cidadãos”. (03/2012b). Seminários Avançados: Globalizações Alternativas e a Reinvenção da Emancipação Social. Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra. Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=uhhI72rKxt8>. Acesso em: 07 jan. 2013.

\_\_\_\_\_. (Aula): “Desenvolvimento ou Autodeterminação?” (05/2012c). Seminários Avançados: Globalizações Alternativas e a Reinvenção da Emancipação Social. Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra. Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=5bWzG-c8bNQ>. Acesso em: 13 mai. 2014.

\_\_\_\_\_. (Aula): “Pode o constitucionalismo ser transformador?” (05/2012d). Seminários Avançados: Globalizações Alternativas e a Reinvenção da Emancipação Social. Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra. Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=qNlFko3PxsM>. Acesso em: 13 mai. 2014.

\_\_\_\_\_. (Aula): “Direitos humanos ou democratizar a democracia?” (06/2012e). Seminários Avançados: Globalizações Alternativas e a Reinvenção da Emancipação Social. Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra. Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=IIG8gdbOY34>. Acesso em: 13 mai. 2014.

\_\_\_\_\_. **Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social.** São Paulo: Boitempo, 2007a.

\_\_\_\_\_. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. **Caderno Novos Estudos**, n. 79, 2007b.

SANTOS, Boaventura. **A gramática do tempo: para uma nova cultura política.** São Paulo: Cortez, 2006.

\_\_\_\_\_ *et al.* (Introdução): Para ampliar o cânone da produção. In: Santos, Boaventura de Sousa (Org.). **Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalistas.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005a.

\_\_\_\_\_ *et al.* (Introdução): Para ampliar o cânone da ciência: a diversidade epistemológica do mundo. In: **Semear outras soluções: os caminhos da biodiversidade e dos conhecimentos rivais.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005b.

\_\_\_\_\_. **Um discurso sobre as ciências.** 3. ed. São Paulo: Cortez, 2005c.

\_\_\_\_\_. (Introdução). In: SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.). **Conhecimento Prudente para Uma Vida Descente. Um discurso sobre as ciências revisitado.** São Paulo: Cortez, 2004a.

\_\_\_\_\_. Do pós-moderno ao pós-colonial: e para além de um de outro. **Conferência de abertura VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais**, realizado em Coimbra de 16 a 18 de setembro de 2004b. Disponível em: [http://www.ces.uc.pt/misc/Do\\_pos-moderno\\_ao\\_pos-colonial.pdf](http://www.ces.uc.pt/misc/Do_pos-moderno_ao_pos-colonial.pdf). Acesso em: 13 mai. 2014.

\_\_\_\_\_. (Introdução): Para ampliar o cânone democrático. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.). **Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa.** 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003a.

\_\_\_\_\_ *et al.* Para ampliar o cânone do reconhecimento, da diferença e da igualdade. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.). **Reconhecer para libertar: os caminhos do cosmopolitismo multicultural.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003b.

\_\_\_\_\_. Dilemas do nosso tempo: globalização, multiculturalismo e conhecimento. **Currículo sem Fronteiras**, v.3, n.2, Jul/Dez, 2003c. p.5-23.

\_\_\_\_\_. Os processos de globalização. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.). **A Globalização e as ciências sociais.** 2. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

\_\_\_\_\_. **A crítica da Razão Indolente: contra o desperdício da experiência.** São Paulo: Cortez, 2001.

\_\_\_\_\_. Reinventar a democracia: entre o pré-contratualismo e pós-contratualismo. In: HELLER, Agnes *et al.* (Org.). **A crise dos paradigmas em ciências sociais e os desafios para o século XXI.** Rio de Janeiro: Contraponto, 1999.

SANTOS, Milton. **Território e Sociedade.** Entrevista. [CARVALHO, Mônica de] 2. ed. São Paulo: Editora Fundação Percebeu Abramo, 2004.

\_\_\_\_\_. O Retorno do território. In: SANTOS, Milton. **Território, Globalização e Fragmentação**. 5. Ed. São Paulo: Editora Hucitec, 2002.

\_\_\_\_\_. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. 4.ed. Rio de Janeiro: Record, 2000.

SANTOS, Theotônio. Ruy Mauro Marini: um pensador latino-americano. In: SADER, Emir; SANTOS, Theotônio (Coordenadores); MARTINS, Carlos E.; VALENCIA, Adrián S. (Orgs). **A América Latina e os desafios da globalização: ensaios dedicados a Ruy Mauro Marini**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2009.

SAUER, Sérgio; ALMEIDA, Wellington. **Terras e Território na Amazônia: Demandas, desafios e perspectivas** (Orgs). Brasília: UnB, 2011.

SCOTT, James C. Formas cotidianas da resistência camponesa. **Raízes**, v. 21, n. 1., Jan-Jun 2002.

SCHMINK, Marianne *et al.* **Conflitos sociais e formação da Amazônia**. [Tradução de Noemi Miyasaka Porto e Raimundo Moura]. Belém: EDFUPA, 2012.

SECCO, Linco. **História do PT**. São Paulo: Atelier Editorial, 2012.

SEVÁ FILHO, A. Oswaldo. BELO MONTE de mentiras: Trinta anos de manobras estranhas, omissão de informações cruciais e algumas mentiras grossas. Disponível no site do Movimento Xingu Vivo Para Sempre, 2009.

\_\_\_\_\_. “Problemas intrínsecos e graves da expansão mineral, metalúrgica, petrolífera, e hidrelétrica nas Amazônias”. Texto apresentado na Sessão 1: Inserção do Brasil na economia-mundo, deslocalização e conflitos ambientais do “I Seminário Nacional sobre Desenvolvimento e Conflitos Ambientais”, UFMG, em 03/04/2008. Disponível em: [http://www.ifch.unicamp.br/profseva/artSEVA2R\\_SemDesenConflit\\_BH\\_abril08.pdf](http://www.ifch.unicamp.br/profseva/artSEVA2R_SemDesenConflit_BH_abril08.pdf). Acesso em: 16 mai. 2014.

\_\_\_\_\_. (Org.). **Tenotã-Mô: Alertas sobre as conseqüências dos projetos hidrelétricos no rio Xingu**. São Paulo: IRN (International Rivers Network), 2005.

\_\_\_\_\_. Povos indígenas, as cidades, e os beiradeiros do rio Xingu que a empresa de eletricidade insiste em barrar. In: SEVÁ FILHO, A. Oswaldo (Org.). **Tenotã-Mô: Alertas sobre as conseqüências dos projetos hidrelétricos no rio Xingu**. São Paulo: IRN (International Rivers Network), 2005.

SICSÚ, João *et al.* Por que novo-desenvolvimentismo? **Revista de economia política**. v. 4, n. 27, 2007.

SILVA, José Guilherme Carvalho da. Grandes Projetos de Infraestrutura, Conflitos e Violação de Direitos na Pan-Amazônia. **Revista Latinoamericana de Derecho y Políticas Ambientales**. Ano 2, n. 2, Agosto de 2012a.

\_\_\_\_\_. **Hidrelétricas em Rondônia: tempos e conflitos nas águas do Madeira**. Tese de Doutorado. Universidade Federal do Pará/ Núcleo de Altos Estudos Amazônicos/ Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido: Belém, 2012b.

SILVA, Rodrigo Costa. “Índios Protestam Contra Belo Monte”. Disponível em: <http://www.estadao.com.br/noticias/impreso,indios-protestam-contr-belo-monte,435625,0.htm>. Acesso em: 21 jan. 2014.

SILVEIRA, Manuela. Desenvolvimento X Buen Vivir: concepções de natureza e tensões territoriais no Equador plurinacional. **Revista Geográfica da América Central**. Costa Rica, 2011.

SINGER, André. **Os sentidos do lulismo: reforma gradual e pacto conservador**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

SOUZA, Armando Lirio de. **Trabalho e desenvolvimento territorial na Amazônia oriental: a experiência da rede de desenvolvimento rural do baixo Tocantins (PA)**. Tese de Doutorado. Porto Alegre: UFRG, 2011.

SOUZA, Armando Lirio de; FILIPPI, Eduardo Ernesto. O Programa Amazônia Sustentável: novas e velhas estratégias de inserção Continental. **Amazônia: Ci. & Desenv.** Belém, v. 6, n. 11, jul./dez. 2010.

SCHERER-WARREN, Ilse. Fóruns e redes da sociedade civil: percepções sobre exclusão social e cidadania. **Dossiê: Política e Sociedade**. n. 11, out. 2007.

\_\_\_\_\_. **Redes sociais: trajetórias e fronteiras**. 2003. No prelo.

SCHWARZ, Roberto. As idéias fora de lugar. In. **Ao vencedor as batatas**. São Paulo: duas cidades. ed. 34, 2000.

SWITKES, Glenn; SEVÁ FILHO, Oswaldo. (Resumo Executivo). In: SEVÁ FILHO, A. Oswaldo. (Org.). **Tenotã-Mõ: Alertas sobre as conseqüências dos projetos hidrelétricos no rio Xingu**. São Paulo: IRN (International Rivers Network), 2005.

THOMPSON, Edward P. **Formação da classe inglesa**. v. 1. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.

\_\_\_\_\_. **Costumes em comum. Estudos sobre a cultura popular tradicional**. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

TRINDADE JR, Saint-Clair. Novas formas de gestão de Áreas extrativistas, de Gestão Urbana, Municipal e Regional (Mesa-redonda). In. COELHO, Maria C. N e Mathis, Armin (Org.). **Políticas Públicas e Desenvolvimento Local na Amazônia: uma agenda de debate**. Belém: UFPA/NAEA, 2005.

TOLMASQUIM, Mauricio. Perspectivas e planejamento do setor energético no Brasil. Dossiê Energia. Estudos avançados 26 (74), 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ea/v26n74/a17v26n74.pdf>. Acesso em: 15 mai. 2014.

\_\_\_\_\_. Oportunidades e Desafios do Setor Elétrico. **Mesa Redonda sobre Energia no Brasil: Energia e o Novo Governo**. Rio de Janeiro, 01 de Abril de 2011. Disponível em: <https://www.iamericas.org/presentations/energy/Brazil%20RT%202011/Mauricio%20Tolmasquim.pdf>. Acesso em: 15 mai. 2014.



\_\_\_\_\_. Belo Monte não sairia do papel sem governo. Reuters/Brasil Online. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/economia/mat/2010/07/27/tolmasquim-belo-monte-nao-sairia-do-papel-sem-governo-917252267.asp>. Acesso em: 13 mai. 2014.

VAINER, Carlos e ARAÚJO, Frederico G. de. **Grandes projetos hidrelétricos e desenvolvimento regional**. Rio de Janeiro, CEDI, 1992.

VAINER, Carlos. Recursos Hidráulicos: questões sociais e ambientais. **Estudos Avançados**. v. 21, n. 59, 2007.

\_\_\_\_\_. Águas para a vida, não para a morte. Notas para uma história do movimento de atingidos por barragens no Brasil. In: ACSELRAD, Henri *et al* (Org.). **Justiça Ambiental e Cidadania**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004.

\_\_\_\_\_. **O Conceito de Atingido: uma revisão de debates e diretrizes**. Rio de Janeiro, 2003.

VERÁS, Roberto. Brasil em obras, peões em luta, sindicatos surpreendidos. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, 103, mai. 2014.

\_\_\_\_\_. Suape em Construção, Peões em Luta: o novo desenvolvimento e os conflitos do trabalho. **Caderno CRH**, Salvador, v. 26, n. 68, mai./ago. 2013.

VERDUM, Ricardo. (Apresentação). In: VERDUM, Ricardo (Org.) **Integração, usinas hidroelétricas e impactos socioambientais**. Brasília: INESC, 2007. Disponível em: [http://www.inesc.org.br/biblioteca/publicacoes/outras-publicacoes/Integr\\_Usinas%20Hidro\\_Impactos%20Socio\\_INESC-1.pdf](http://www.inesc.org.br/biblioteca/publicacoes/outras-publicacoes/Integr_Usinas%20Hidro_Impactos%20Socio_INESC-1.pdf). Acesso em: 15 mai. 2014.

VIANNA, Luiz Werneck *et al*. (Introdução). In. **A judicialização da política e das relações sociais no Brasil**. 2ª. Ed. Rio de Janeiro: Revan, 2014.

VIANNA, Luiz Werneck. A modernização brasileira e a política burguesa cinzenta. Entrevista Especial. Unisinos. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/entrevistas/509424-entrevista-especial-com-luiz-werneck-vianna>. Acesso em: 13 jul. 2012.

\_\_\_\_\_. (Apresentação). In. **Esquerda Brasileira e Tradição Republicana. Estudos de conjuntura sobre a era FHC-Lula**. Rio de Janeiro: Revan, 2006.

\_\_\_\_\_. Sobre a transição inconclusa. In. **Esquerda Brasileira e Tradição Republicana. Estudos de conjuntura sobre a era FHC-Lula**. Rio de Janeiro: Revan, 2006a.

\_\_\_\_\_. O presidente e a revolução passiva. In. **Esquerda Brasileira e Tradição Republicana. Estudos de conjuntura sobre a era FHC-Lula**. Rio de Janeiro: Revan, 2006b.

\_\_\_\_\_. Entre duas Repúblicas. In. **Esquerda Brasileira e Tradição Republicana. Estudos de conjuntura sobre a era FHC-Lula**. Rio de Janeiro: Revan, 2006c.

\_\_\_\_\_. Os dois primeiros anos do governo Lula. In. **Esquerda Brasileira e Tradição Republicana. Estudos de conjuntura sobre a era FHC-Lula**. Rio de Janeiro: Revan, 2006d.

\_\_\_\_\_. A crise do governo Lula. In: **Esquerda Brasileira e Tradição Republicana. Estudos de conjuntura sobre a era FHC-Lula**. Rio de Janeiro: Revan, 2006e.

\_\_\_\_\_. **A revolução passiva: Iberismo e americanismo no Brasil**. Rio de Janeiro: Revan, 2004.

\_\_\_\_\_. Weber e a interpretação do Brasil. **Caderno Novos Estudos** N.º 53, 1999.

VIEIRA, Flávia B. “Energia e sociedade no capitalismo brasileiro”. Comunicação apresentada no **XV Encontro Norte e Nordeste de Ciências Sociais (CISO)**. Teresina-PI, setembro de 2012.

ZHOURI, Andréa. Introdução. **As tensões do lugar: hidrelétricas, sujeitos e licenciamento ambiental**. In: ZHOURI, Andréa (Org.). Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2011.

ZHOURI, Andréa; OLIVEIRA, Raquel. Desenvolvimento, conflitos sociais e violência no Brasil rural: o caso das usinas hidrelétricas. **Ambiente & Sociedade**. Campinas v. 10, n. 2. jul.-dez. 2007.

WANDERLEI, Mária de N. B. **O mundo rural como espaço de vida: reflexões sobre a proposta da terra, agricultura familiar e ruralidade**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2009a.

\_\_\_\_\_. A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas. IN. **O mundo rural como espaço de vida: reflexões sobre a proposta da terra, agricultura familiar e ruralidade**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2009b.

WEFFORT, Francisco. “Notas sobre a ‘Teoria da Dependência’: Teoria de Classe ou Ideologia Nacional”, mimeo, acervo Cebrap, 1970.

MXVPS. “XINGU +23: em Belo Monte, atingidos realizam encontro paralelo à Rio +20”. Disponível em: <http://www.xinguvivo.org.br/2012/05/22/xingu-23-em-belo-monte-atingidos-realizam-encontro-paralelo-a-rio-20/>. Acesso em: 12 jun. 2014.

\_\_\_\_\_. “Funcionário de Belo Monte é flagrado espionando Xingu Vivo para informar ABIN”. Disponível em: <http://www.xinguvivo.org.br/2013/02/25/funcionario-de-belo-monte-e-lagrado-espionando-reuniao-do-xingu-vivo-para-informar-bin/>. 25 fev. 2013. Acesso em: 13 jun. 2014.

\_\_\_\_\_. Requerimento dos movimentos sociais do Xingu e da Transamazônica. Disponível em: [http://www.socioambiental.org/banco\\_imagens/pdfs/questoes\\_mov\\_sociais\\_belo\\_monte\\_rev30set.pdf](http://www.socioambiental.org/banco_imagens/pdfs/questoes_mov_sociais_belo_monte_rev30set.pdf). Acesso em: 05 mai. 2014.

## **ANEXOS**

## ANEXO 1

### INSTRUMENTOS DE ENTREVISTA (PESQUISA DE CAMPO)

#### Entrevistas Semiestruturadas (direcionadas aos movimentos sociais)

#### 1- Dados:

1.1- Nome:

Idade:

1.2- Movimento:

1.3- Função no movimento:

1.4- Tempo de participação no movimento:

1.5: Onde atua:

#### 2- Roteiro de Entrevista

1. Tu fazes parte de que movimento? Desde quando? Como ocorreu teu envolvimento com o movimento?
2. Como ocorreu o processo de organização do movimento? Que fatos, acontecimentos levaram a esse processo de organização? Quem tomou a iniciativa?
3. Houve alguma mediação por parte de alguma entidade ou instituição, como igreja, partido político, universidade, ONG, para ajudar vocês nessa organização? Se sim, quais e como atuaram com vocês? Ajudaram?
4. Quando e como apareceu por aqui a informação da construção da Hidroelétrica? Quais foram as primeiras reações? Nesse momento, que forças sociais podes identificar em conflito por conta desse projeto? Como essas forças sociais [grupos de interesses] se posicionaram?
5. E o movimento, como se posicionou? O que fez? Como agiu? Seria possível recuperar os principais momentos dessa resistência e luta do movimento?
6. Hoje, o que o movimento pensa sobre a Hidroelétrica? Como se posiciona frente aos argumentos das outras forças sociais? E quanto à ideia de que isso traz desenvolvimento para a região e para o país?
7. Qual a visão do movimento em relação ao presente modelo energético brasileiro, em particular a sua parte de composição hidroelétrica ?
8. Quais as implicações desse modelo energético, em especial de grandes barragens para a região amazônica? Qual a posição do movimento em relação ao Projeto de Belo Monte em andamento?

9. Para o movimento, que concepção e lógica de desenvolvimento estão expressas nesse modelo energético brasileiro, em especial a esse associado a grandes projetos hidrelétricos?
10. Que lugar, para vocês, a Amazônica vem ocupando na política energética e no atual modelo de desenvolvimento brasileiro?
11. Como vocês percebem o papel dos movimentos sociais no Brasil, em particular na Amazônia, frente à retomada desses grandes projetos hidrelétricos e da crise socioambiental global?
12. O movimento de vocês tem assumido que posição frente a esse modelo energético e de desenvolvimento direcionado para Amazônia? Como vocês têm organizado as lutas e resistências do movimento?
13. Entidades e instituições, como igrejas, universidades, MPF, ONG, nesse processo de luta do movimento, tem mantido contato e apoio a vocês? Sem sim, quais? E como se dá essa relação? Como vocês vêm essa relação com esses processo de mediação?
14. Quais os limites e possibilidades das lutas e resistências sociais de vocês frente a esses grandes projetos e modelo de desenvolvimento que eles expressam?
15. Vocês têm pautado uma outra agenda energética e de desenvolvimento para o Amazônia e para o Brasil? Vocês têm conseguido pautar uma agenda alternativa a essa hegemônica?
16. A partir de todo esse processo de luta, você avalia que o movimento está reunindo condições, capacidade, de influir sobre esse projeto? E sobre a matriz energética do governo, é possível influir? E sobre os rumos do desenvolvimento da Amazônia? Como você avalia agenda de reivindicações de vocês frente à agenda das forças sociais dominantes?

**Entrevistas em Profundidade** (direcionadas às principais lideranças com foco na *história oral*)

**1- Dados:**

**2.1- Nome:**

**Idade:**

**2.2- Movimento:**

**2.3- Função no movimento:**

**2.4- Tempo de participação no movimento:**

**2.5: Onde atua:**

**2- Roteiro de Entrevista**

1. De onde tu és? De onde vem a tua família?
2. O que faziam teus pais?
3. Como foi tua infância e de teus irmãos? Foram à escola? Quando começaram a trabalhar?
4. Que tipos de atividade profissional já desenvolveste? Conta própria, assalariado? Agricultura, comércio, artesanato, indústria?
5. Tu constituís família? Tens filhos? Tua esposa trabalha? Se sim, em que?
6. Como avalias, hoje, as condições de vida e trabalho de vocês?
7. E a militância, como começou?
8. Tu fazes parte de que movimento? Desde quando? Como ocorreu teu envolvimento com o movimento?
9. Como ocorreu o processo de organização do movimento? Que fatos, acontecimentos levaram a esse processo de organização? Quem tomou a iniciativa?
10. Houve alguma mediação por parte de alguma entidade ou instituição, como igreja, partido político, universidade, ONG, para ajudar nessa organização? Se sim, quais e como atuaram com vocês? Ajudaram?
11. Quando e como apareceu por aqui a informação da construção da Hidroelétrica? Quais foram as primeiras reações? Nesse momento, que forças sociais podes identificar em conflito por conta desse projeto? Como essas forças sociais [grupos de interesses] se posicionaram?
12. E o movimento, como se posicionou? O que fez? Como agiu? Seria possível recuperar os principais momentos dessa resistência e luta do movimento?

13. Hoje, o que o movimento pensa sobre a Hidroelétrica? Como se posiciona frente aos argumentos das outras forças sociais? E quanto à ideia de que isso traz desenvolvimento para a região e para o país?
14. Qual a visão do movimento em relação ao presente modelo energético brasileiro, em particular a sua parte de composição hidroelétrica ?
15. Quais as implicações desse modelo energético, em especial de grandes barragens para a região amazônica? Qual a posição do movimento em relação ao Projeto de Belo Monte em andamento?
16. Para o movimento, que concepção e lógica de desenvolvimento estão expressas nesse modelo energético brasileiro, em especial a esse associado a grandes projetos hidrelétricos?
17. Que lugar, para vocês, a Amazônica vem ocupando na política energética e no atual modelo de desenvolvimento brasileiro?
18. Como vocês percebem o papel dos movimentos sociais no Brasil, em particular na Amazônia, frente à retomada desses grandes projetos hidrelétricos e da crise socioambiental global?
19. O movimento de vocês tem assumido que posição frente a esse modelo energético e de desenvolvimento direcionado para Amazônia? Como vocês têm organizado as lutas e resistências do movimento?
20. Quais os limites e possibilidades das lutas e resistências sociais de vocês frente a esses grandes projetos e modelo de desenvolvimento que eles expressam?
21. Vocês têm pautado uma outra agenda energética e de desenvolvimento para o Amazônia e para o Brasil? Vocês têm conseguido pautar uma agenda alternativa frente a essa dominante, hegemônica?
22. A partir de todo esse processo de luta, você avalia que o movimento está reunindo condições, capacidade, de influir sobre esse projeto? E sobre a matriz energética do governo, é possível influir? E sobre os rumos do desenvolvimento da Amazônia? Como avalia isso?

## **Entrevistas Semiestruturadas (direcionadas às agências de mediação)**

### **1- Dados:**

**2.1- Nome:**

**Idade:**

**2.2- Instituição/Organização:**

**2.3- Função:**

**2.4- Tempo de participação:**

**2.5: Em que localidade atua:**

### **2- Roteiro de Entrevista**

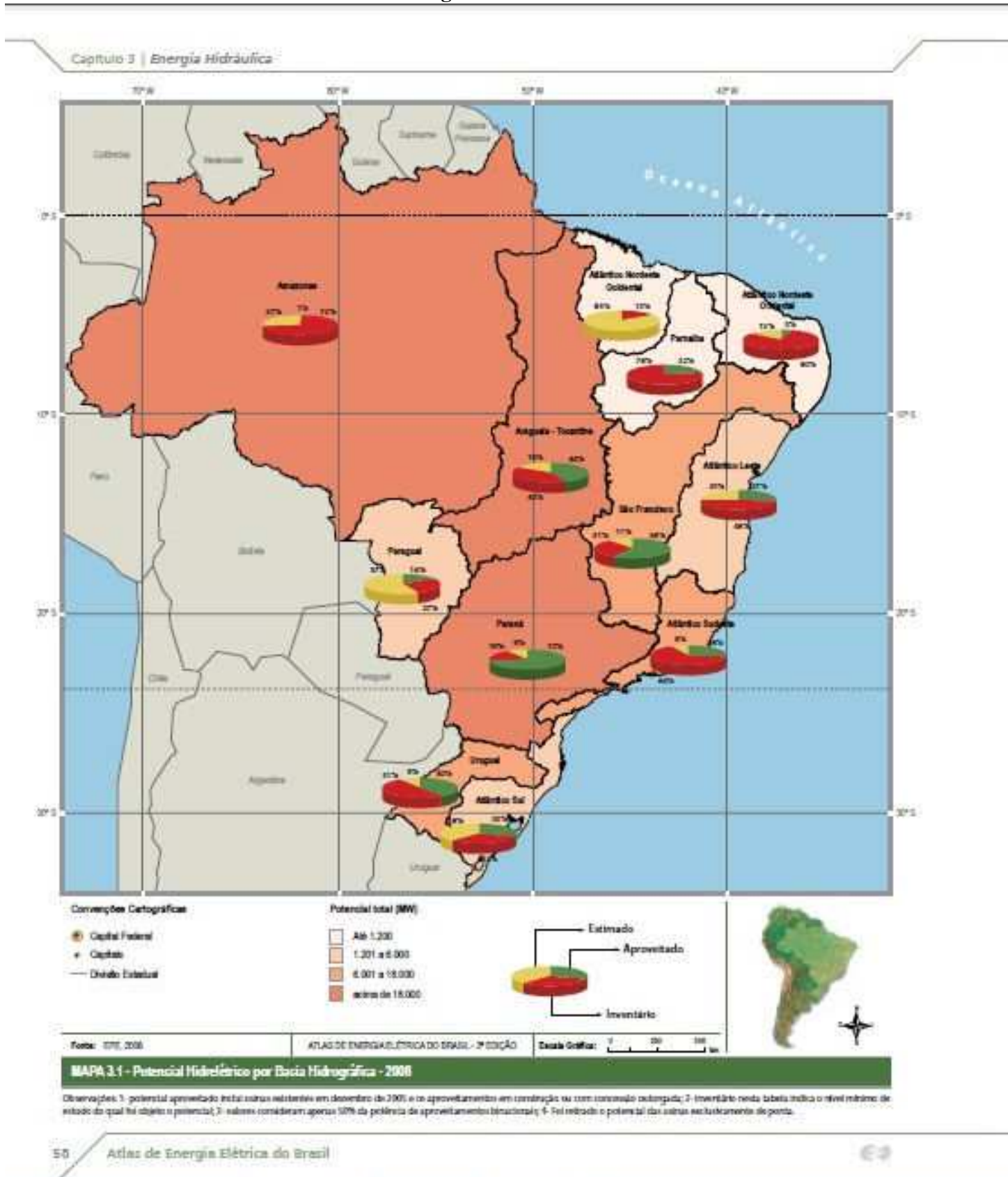
- 1- Tu fazes parte de que entidade/organização? Desde quando?
- 2- Como ocorreu teu envolvimento com a causa em questão e com a entidade; os movimentos sociais?
- 3- Como ocorreu o processo de organização de vocês? Que fatos, acontecimentos levaram a esse processo de engajamento de vocês? Quem tomou a iniciativa?
- 4- Quando e como apareceu por aqui a informação da construção da Hidroelétrica de Belo Monte? Quais foram as primeiras reações? Nesse momento, que forças sociais podes identificar em conflito por conta desse projeto? Como essas forças sociais [grupos de interesses] se posicionaram?
- 5- Houve alguma mediação por parte de alguma entidade ou instituição, como igreja, partido político, universidade, ONGs, para ajudar nessa organização de luta e resistência social dos movimentos sociais? Se sim, quais e como atuaram?
- 6- Ajudam a compor um quadro discursivo crítico sobre essa questão para pautar o debate com profundidade na sociedade e frente ao Estado? Como tu valias esse processo de mediação em torno dessa questão de Belo Monte?
- 7- Seria possível recuperar os principais momentos dessa resistência e luta em torno de Belo Monte?
- 8- Hoje, vocês como organização, o que pensam sobre a Hidroelétrica? Como se posicionam frente aos argumentos das outras forças sociais? E quanto à ideia de que isso traz desenvolvimento para a região e para o país?
- 9- Qual a visão de vocês em relação ao presente modelo energético brasileiro, em particular a sua parte de composição hidroelétrica ?



- 10- Quais as implicações desse modelo energético, em especial de grandes barragens para a região amazônica? Qual a posição de vocês em relação ao Projeto de Belo Monte em andamento?
- 11- Para vocês, que concepção e lógica de desenvolvimento estão expressas nesse modelo energético brasileiro, em especial a esse associado a grandes projetos hidrelétricos?
- 12- Que lugar, para vocês, a Amazônica vem ocupando na política energética e no atual modelo de desenvolvimento brasileiro?
- 13- Como vocês percebem o papel dos movimentos sociais no Brasil, em particular na Amazônia, frente à retomada desses grandes projetos hidrelétricos e da crise socioambiental global?
- 14- O que vocês pensam sobre A Rio + 20 em relação a essa questão do desenvolvimento, em particular o lugar da Amazônia/Brasil?
- 15- A organização de vocês tem assumido que posição frente a esse modelo energético e de desenvolvimento direcionado para Amazônia? Como vocês têm organizado as lutas e resistências de vocês e contribuído com os movimentos em sua luta?
- 16- Quais os limites e possibilidades das lutas e resistências sociais de vocês e dos movimentos frente a esses grandes projetos e do modelo de desenvolvimento que eles expressam?
- 17- Vocês têm pautado uma outra agenda energética e de desenvolvimento para o Amazônia e para o Brasil? Vocês têm conseguido pautar uma agenda alternativa a essa hegemônica?
- 18- A partir de todo esse processo de luta, você avalia que os movimentos e outras organizações estão reunindo condições, capacidade, de influir sobre esse projeto? E sobre a matriz energética do governo, é possível influir? E sobre os rumos do desenvolvimento da Amazônia? Como avalia isso?

## ANEXO 2

### Mapa do potencial e aproveitamento hidrelétrico por bacia hidrográfica - ANNEL.



## ANEXO 3

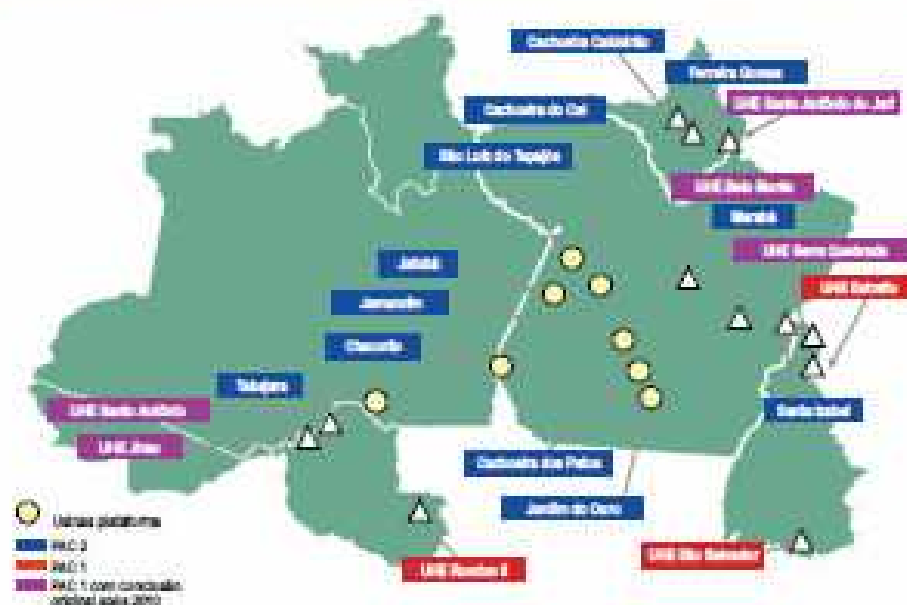
### Mapa (fonte hídrica) de geração de energia elétrica (Região Norte) -

#### FONTE HÍDRICA

Fonte Hídrica	UHES	MW
Usinas Plataforma	10	14.991
Usinas Convencionais	44	32.865

Investimento – R\$ 116,2 bilhões  
 2011-2014 – R\$ 93,3 bilhões  
 Pós 2014 – R\$ 22,9 bilhões

#### FONTE HÍDRICA – GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA Região Norte



## ANEXO 4

### Mapa de transmissão de energia elétrica (Região Norte) - PAC II.

#### LINHAS DE TRANSMISSÃO – DIRETRIZES

##### Grandes interligações – 22.765 km

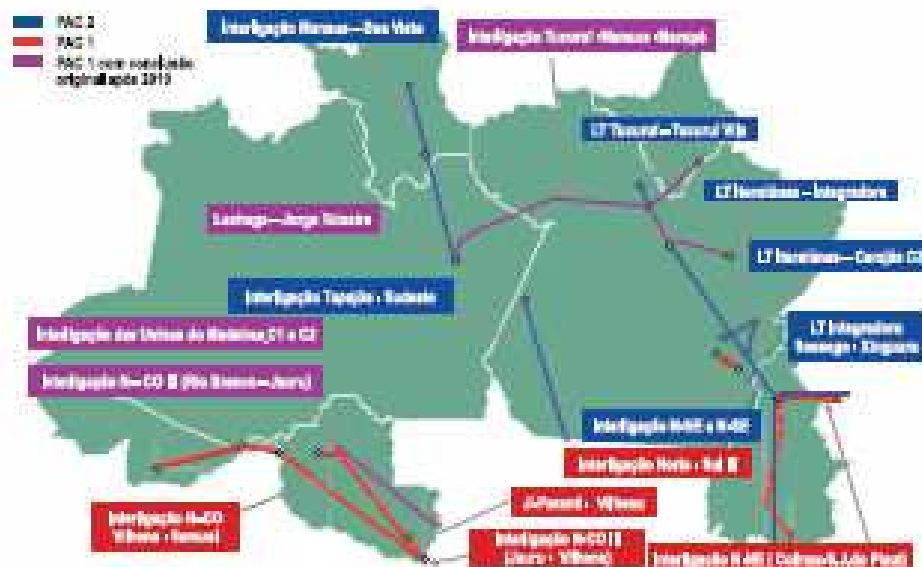
- Prover maior segurança e confiabilidade ao suprimento de energia elétrica
- Concluir a interligação dos Sistemas Isolados ao Sistema Interligado Nacional – Estado de Roraima
- Garantir o escoamento de energia dos grandes empreendimentos hidrelétricos – Belo Monte, Tapajós e Teles Pires

##### Linhas e Reforços Regionais – 13.921 km

- Implementação de reforços em pontos do Sistema Interligado Nacional – SIN, para possibilitar maior escoamento de energia e atendimento ao incremento natural do sistema
- Atendimento à expansão da demanda nas cinco regiões do País

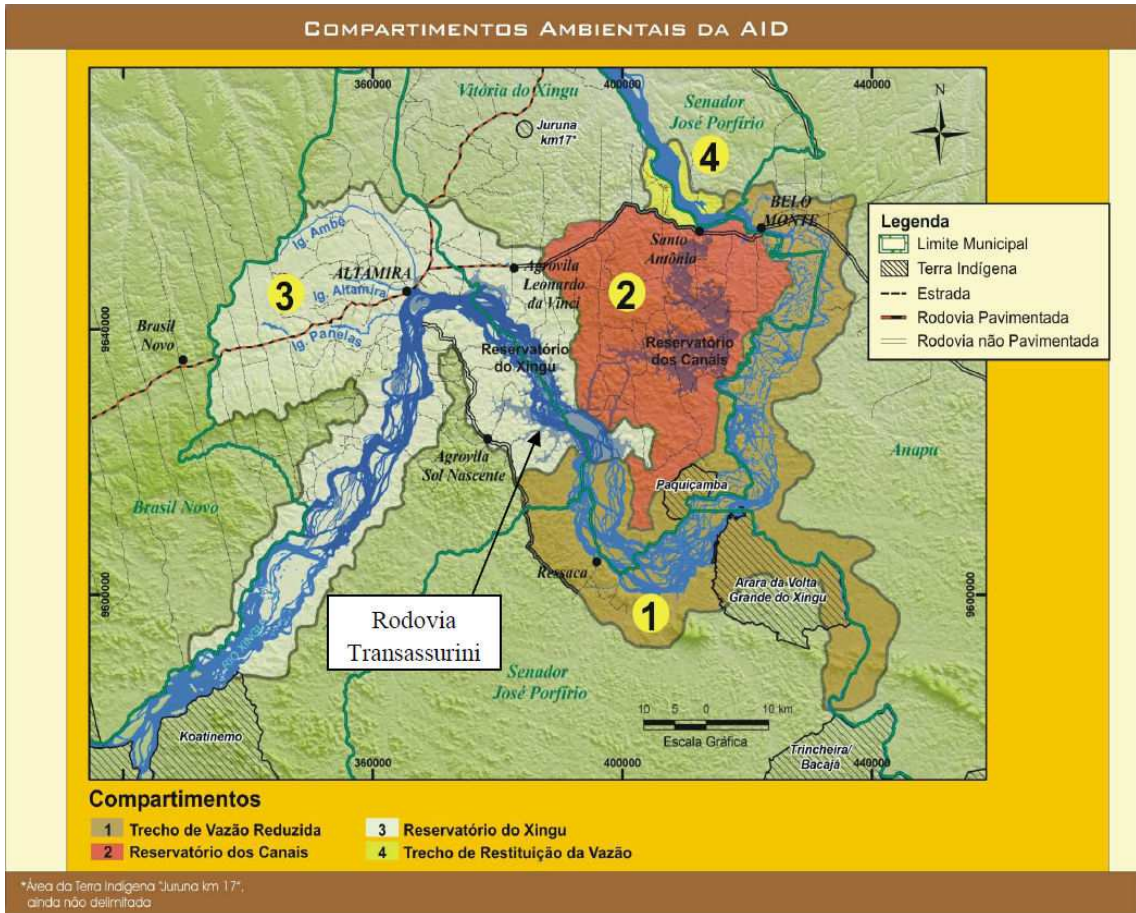
**Investimento – R\$ 37,4 bilhões**  
2011-2014 – R\$ 26,6 bilhões  
Pós 2014 – R\$ 10,8 bilhões

#### TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA Região Norte



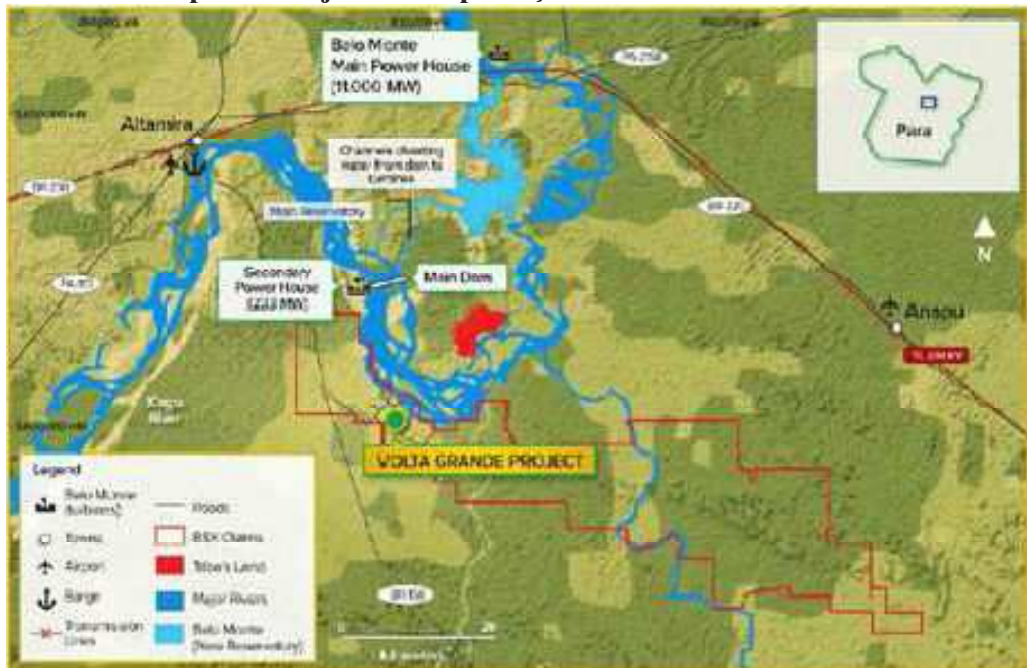
## ANEXO 5

### Mapa da Reformulação do Projeto Belo Monte.



## ANEXO 6

### Mapa do Projeto de Exploração Mineral Volta Grande



## ANEXO 7

### CARTA XINGU VIVO PARA SEMPRE

Nós, representantes das populações indígenas, ribeirinhas, extrativistas, dos agricultores e agricultoras familiares, dos moradores e moradoras da cidade, dos movimentos sociais e das organizações não governamentais da Bacia do rio Xingu, nos reunimos no encontro Xingu Vivo para Sempre, realizado na cidade de Altamira (PA), entre os dias 19 e 23 de maio de 2008, para discutir, avaliar e denunciar as ameaças ao rio que nos pertence e ao qual pertencemos nós e reafirmar o modelo de desenvolvimento que queremos.

Nós, que somos os ancestrais habitantes da Bacia do Xingu, que navegamos seu curso e seus afluentes para nos encontrarmos; que tiramos dele os peixes que nos alimentam; que dependemos da pureza de suas águas para beber sem temer doenças; que dependemos do regime de cheias e secas para praticar nossa agricultura, colher os produtos da floresta e que reverenciamos e celebramos sua beleza e generosidade a cada dia que nasce; nós temos nossa cultura, nossa espiritualidade e nossa sobrevivência profundamente enraizadas e dependentes de sua existência.

Nós, que mantivemos protegidas as florestas e seus recursos naturais em nossos territórios, em meio à destruição que tem sangrado a Amazônia, nos sentimos afrontados em nossa dignidade e desrespeitados em nossos direitos fundamentais com a projeção, por parte do Estado Brasileiro e de grupos privados, da construção de barragens no Xingu e em seus afluentes, a exemplo da hidrelétrica de Belo Monte. Em nenhum momento nos perguntaram o que queríamos para o nosso futuro. Em nenhum momento nos ouviram sobre a construção de hidrelétricas. Nem mesmo os povos indígenas, que têm esse direito garantido em lei, foram consultados. Mesmo assim, Belo Monte vem sendo apresentada pelo governo como fato consumado, embora sua viabilidade seja questionada.

Estamos cientes de que interromper o Xingu em sua Volta Grande causará enchentes permanentes acima da usina, deslocando milhares de famílias ribeirinhas e moradores e moradoras da cidade de Altamira, afetando a agricultura, o extrativismo e a biodiversidade, e encobrindo nossas praias. Por outro lado, o barramento praticamente secará mais de 100 quilômetros de rio, o que impossibilitará a navegação, a pesca e o uso da água por muitas comunidades, incluindo aí várias terras e comunidades indígenas.

Também estamos preocupados com a construção de Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs) nos rios formadores do Xingu. Algumas já foram construídas, outras já estão autorizadas e até hoje não houve qualquer tipo de avaliação dos impactos que esse conjunto de obras causará aos 14 povos indígenas do Parque Indígena do Xingu. Essas barragens profanam seus sítios sagrados e podem acabar com os peixes dos quais se alimentam.

Assim, nós, cidadãos e cidadãs brasileiras, vimos a público comunicar à sociedade e às autoridades públicas federais, estaduais e municipais a nossa decisão de fazer valer o nosso direito e o de nossos filhos e netos a viver com dignidade, manter nossos lares e territórios, nossas culturas e formas de vida, honrando também nossos antepassados, que nos entregaram um ambiente equilibrado. Não admitiremos a construção de barragens no Xingu e seus afluentes, grandes ou pequenas, e continuaremos lutando contra o enraizamento de um modelo de desenvolvimento socialmente injusto e ambientalmente degradante, hoje representado pelo avanço da grilagem de terras públicas, pela instalação de madeiras ilegais, pelo garimpo clandestino que mata nossos rios, pela ampliação das monoculturas e da pecuária extensiva que desmatam nossas florestas.

Nós, que conhecemos o rio em seus meandros, vimos apresentar à sociedade brasileira e exigir das autoridades públicas a implementação de nosso projeto de desenvolvimento para a região, que inclui:

1. A criação de um fórum de articulação dos povos da bacia que permita uma conversa permanente sobre o futuro do rio e que possa caminhar para a criação de um Comitê de Gestão de Bacia do Xingu;
2. A consolidação e proteção efetiva das Unidades de Conservação e Terras Indígenas bem como o ordenamento fundiário de todas as terras públicas da região da Bacia do Xingu.
3. A imediata criação da Reserva Extrativista do Médio Xingu.
4. A imediata demarcação da TI Cachoeira Seca, com o assentamento digno dos ocupantes não indígenas, bem como a retiradas dos invasores da TI Parakanã.
5. A implementação de medidas que efetivamente acabem com o desmatamento, com a retirada de madeira ilegal e com a grilagem de terras.
6. O incremento de políticas públicas que incentivem o extrativismo e a consolidação da agricultura familiar feita em bases agroecológicas e que valorizem e estimulem a comercialização dos produtos da floresta.
7. Efetivação de políticas públicas capazes de promover a melhoria e instalação de sistemas de tratamento de água e esgoto nos municípios.
8. O incremento de políticas públicas que atendam as demandas de saúde, educação, transporte, segurança, adequadas às nossas realidades.
9. Desenvolvimento de políticas públicas que ampliem e democratizem os meios de comunicação social.
10. O incremento de políticas públicas para a ampliação das experiências de recuperação de matas ciliares e de áreas degradadas pela agropecuária, extração de madeira e mineração.
11. Que nenhum outro dos formadores do Xingu venha a ser barrado, como já aconteceu ao rio Culuene com a implantação da PCH Paranatinga II.
12. Proteção efetiva do grande corredor de sóciobiodiversidade formado pelas terras indígenas e unidades de conservação do Xingu.

Nós, os que zelamos pelo nosso rio Xingu, não aceitamos a invisibilidade que nos querem impor e o tratamento desdenhoso que o poder público tem nos dispensado. Nos apresentamos ao País com a dignidade que temos, com o conhecimento que herdamos, com os ensinamentos que podemos transmitir e o respeito que exigimos.

Esse é o nosso desejo, essa é a nossa luta. Queremos o Xingu vivo para sempre.

Altamira, 23 de maio de 2008.

**Assinam:**

Kayapó da Aldeia Kriny, Kayapó do Bacajá Xikrin, Kayapó de Las Casas, Kaiapó de Gorotire, Kayapó Kubenkräkênh, Kayapó Moikarakó, Kayapó Pykarârâkre, Kayapó Kendjâm, Kayapó Kubenkâkre, Kayapó Kararaô, Kayapó Purure, Kayapó Tepore, Kayapó Nhâkin, Kayapo Bandjunkôre, Kayapó Krânhãpari, Kayapó Kawatire, Kayapó Kapot, Kayapó Metyktire, Kayapó Piraçu, Kayapó Mekrânoti, Kayapó Pykany, Kayapó da Aldeia Aukre, Kayapó da Aldeia Kokraimoro, Kayapo Bau, Kayapó Kikretum, Kayapó Kôkôkuêdja, Mrotidjam Xikrin, Potikrô Xikrin, Djudjekô Xikrin, Cateté Xikrin, Ôodja Xikrin, Parakanã da aldeia Apyterewa e Xingu, Akrâtikatejê, Parkatejê, Munduruku, Araweté, Kuruwaia, Xipaia, Asurini, Arara da aldeia Laranjal e Cachoeira Seca, Arara do Maia da terra Alta, Panará, Juruna do Km 17, Tembê, Kayabi, Yudja, Kuikuro, Nafukua, Kamaiurá, Kalapalo, Waurá, Trumai, Xavante, Ikpeng, Apinayé, Krahô, Associação das Mulheres Agricultoras do Assurini, Associação de Mulheres Agricultoras do Setor Gonzaga, Associação dos Moradores do Médio Xingu, Associação dos Moradores da Resex do Iriri, Associação dos Moradores da Resex Riozinho do Anfriso, AFP- Associação Floresta Protegida do povo Kayapó, Associação Indígena Kisedje - povo Kisedje (Parque Indígena Xingu), Associação Pró-



Moradia do Parque Ipê, Associação Pró-Moradia do São Domingos, Associação Yakiô Panará - Povo Panará, Associação Yarikayu - povo Yudja (Parque Indígena Xingu), Articulação de Mulheres Paraenses, Articulação de Mulheres Brasileiras, ATIX – Associação Terra Indígena Xingu (Parque Indígena Xingu), CJP- Comissão de Justiça e Paz, Conselho Indigenista Missionário (CIMI), Prelazia do Xingu, CPT- Comissão Pastoral da Terra, FAOR – Fórum da Amazônia Oriental, Federação de Assistência Social e Educacional (FASE), FETAGRI- Federação dos Trabalhadores na Agricultura Regional Altamira, Fórum de Direitos Humanos Dorothy Stang (FDHDS), Fórum Popular de Altamira, Fundação Elza Marques, Fundação Tocaia, Fundo DEMA, Grupo de Mulheres do Bairro Esperança, Grupo de Trabalho Amazônico Regional Altamira (GTA), IPAM- Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia, Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB), MAB Movimento dos Atingidos por Barragem, STTR-Altamira, Pastoral da Juventude, S.O.S. Vida, Sindicato das Domésticas de Altamira, Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Pará – SINTEPP, Movimento de Mulheres Trabalhadoras de Altamira Campo e Cidade – MMTACC, Movimento de Mulheres do Campo e Cidade do Pará - MMCC, Movimento de Mulheres do Campo e Cidade Regional Transamazônica e Xingu, Fórum de Mulheres da Amazônia Paraense, SDDH- Sociedade Paraense dos Direitos Humanos, MNDH Movimento Nacional dos Direitos Humanos, MMM- Movimento de Mulheres Maria Maria, SOS Corpo, Instituto Feminista para a Democracia, Instituto Socioambiental – ISA, Fundação Viver Produzir e Preservar (FVPP).

Apoio: Fundação Heinrich Boell, International Rivers, Rainforest Foundation, Rainforest Noruega

## ANEXO 8

### CARTA ABERTA

#### **Belo Monte e a palavra do presidente**

No dia 22 de julho de 2009, o presidente Lula recebeu no Palácio do Planalto uma delegação de lideranças indígenas e sociais, representantes da comunidade científica e o bispo da Prelazia do Xingu, Dom Erwin Kräutler para uma audiência sobre a controversa megahidrelétrica de Belo Monte. Na ocasião, os representantes da sociedade civil expuseram ao presidente uma série de questionamentos sobre os enormes riscos e impactos socioambientais de Belo Monte, bem como sobre a duvidosa viabilidade econômica do empreendimento. Ao final da reunião, Lula deu a sua palavra de que o governo federal "não enfiaria Belo Monte goela abaixo" de povos indígenas, movimentos sociais e outros grupos da sociedade brasileira. Assim, ele afirmou que o governo estava aberto ao diálogo e, como um primeiro passo, seriam providenciadas respostas imediatas aos questionamentos sobre:

- impactos sociais e ambientais do Complexo Belo Monte sobre os povos indígenas, ribeirinhos e outras populações locais da bacia do Xingu, especialmente no trecho de 100 km da Volta Grande do Xingu, que pode vir a ficar praticamente sem água com o desvio do rio;
- a ineficiência energética do projeto, que produziria uma média anual de apenas 40% da capacidade instalada e, em boa parte do ano operaria com menos de 20%, ou até mesmo menos de 10%, em função da forte sazonalidade do rio Xingu;
- o valor dos investimentos necessários para o empreendimento e a sua viabilidade econômica, considerando os custos de construção, a reduzida capacidade de geração de energia e os reais custos de prevenção e mitigação de impactos socioambientais;
- a tarifa a ser cobrada da população brasileira pela energia produzida por Belo Monte, assim como a utilização da mesma para subsidiar indústrias eletro-intensivas, sobretudo para a fabricação de alumínio; e
- garantias efetivas de que não serão construídas outras usinas no Rio Xingu, Altamira, Pombal e São Felix do Xingu, que teriam impactos sociais e ambientais cumulativos muito maiores, sobretudo para os povos indígenas.

Desde a reunião de julho de 2009, o comportamento do governo federal tem sido o oposto daquele que foi prometido pelo presidente Lula. Enquanto todos os questionamentos acima ficaram sem resposta, o governo simplesmente tem se recusado a dialogar com a sociedade civil e outros atores, inclusive negando-se a participar de audiências públicas sobre Belo Monte organizadas em Brasília pelo Ministério Público Federal e pelas Comissões de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados e do Senado.

Mais grave ainda, têm ocorrido verdadeiras investidas contra instituições democráticas do país, construídas a duras penas ao longo de décadas, inclusive durante a ditadura militar. Alguns exemplos desse comportamento incluem:

- audiências públicas realizadas de forma absolutamente irregular, em número insuficiente em locais nos quais a maioria da população mais ameaçada pelo

empreendimento não teve oportunidade de participar. Nessas audiências, foi discutido superficialmente um Estudo de Impacto Ambiental incompleto, distorcido da realidade e sem adequada divulgação prévia, e sob um forte aparato policial repressivo;

- descumprimento do artigo 231 da Constituição Federal e da Resolução 169 da OIT, que asseguram aos povos indígenas o direito à consulta e ao consentimento livre, prévio e informado sobre grandes empreendimentos que afetam seus territórios e suas vidas;
- concessão "política" da Licença Prévia para Belo Monte sob forte pressão da Casa Civil, contrariando pareceres das equipes técnicas do IBAMA e da FUNAI;
- uso de falsos argumentos por desembargadores do Tribunal Regional Federal (TRF1), invocando o fantasma de um apagão no setor elétrico, para justificar a derrubada de liminares concedidas por juízes contra a Licença Prévia e o leilão de Belo Monte, em favor de ações movidas pelo Ministério Público Federal e por entidades da sociedade civil;
- ameaças pela Advocacia Geral da União (AGU) contra juízes federais, procuradores da república e entidades da sociedade civil que têm movido ações judiciais contra irregularidades no licenciamento ambiental de Belo Monte;
- alterações de última hora em leis e regulamentos financeiros para conceder um pacote inédito de crédito subsidiado, além de incentivos fiscais, com dinheiro do contribuinte brasileiro, para um empreendimento sem comprovação para a sociedade de sua viabilidade técnica e econômica;
- anúncios de investimentos de fundos de pensão de empresas estatais (Petros, Previ, Funcef) em Belo Monte, ignorando riscos financeiros para investidores e o desrespeito a diretrizes de responsabilidade socioambiental dos mesmos.

No final de agosto, Lula assinou o Decreto de Outorga que permite a Contrato de Concessão para a UHE Belo Monte ao Consórcio Norte Energia. Na oportunidade, afirmou que seu governo se diferencia de seus antecessores no tratamento de Belo Monte “por não ter medo de debater” com a sociedade civil (sic!). Tal comentário foi antecedido por declarações igualmente equivocadas numa recente visita a Altamira para “inaugurar” as obras de Belo Monte, onde o presidente hostilizou e procurou ridicularizar e desqualificar os questionamentos sobre o empreendimento.

Ultimamente, o consórcio Norte Energia tem pressionado o IBAMA a aprovar uma Licença de Instalação "parcial" - algo que inexistente na legislação ambiental brasileira - para as chamadas "instalações iniciais" de Belo Monte (canteiro, acampamento, linha de transmissão, travessões de acesso) apesar do fato de que praticamente nenhuma condicionante da Licença Prévia tenha sido cumprida, numa clara tentativa de tornar o empreendimento um "fato consumado".

O Presidente do BNDES, Luciano Coutinho, anunciou recentemente que o banco vai conceder um empréstimo recorde de cerca de R\$ 20 bilhões para financiar 80% das obras de Belo Monte, com juros abaixo daqueles pagos pelo Tesouro Nacional, deixando a conta do subsídio a ser paga pelo contribuinte. Enquanto isso, *falta* ao BNDES um mínimo de transparência sobre os critérios utilizados para a análise da viabilidade econômica e riscos

financeiros de Belo Monte, inclusive relacionados aos impactos socioambientais do empreendimento.

Pautado em visões ultrapassadas sobre desenvolvimento econômico incompatíveis com os desafios do século XXI e motivado por laços promíscuos com empreiteiras e interesses eleitorais que se sobrepõem ao interesse público, o governo de Lula descarta oportunidades para promover a eficiência energética e fontes alternativas de energia, enquanto ressuscita um autoritarismo aterrador que imaginávamos ter superado com o fim da ditadura militar.

Se prevalecer a vontade do atual governo, será assinada uma sentença de morte do Rio Xingu e de seus habitantes, em flagrante descumprimento da Constituição Brasileira e de acordos internacionais dos quais o Brasil é signatário, tais como a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho, a Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas e a Convenção sobre Diversidade Biológica. É esse o Brasil que queremos? Em que situação ficará a democracia de um país cujo presidente não honra a própria palavra, enquanto passa do discurso da “ética na política” para a “política da contravenção”?

30 de setembro de 2010

Assinam esta carta os seguintes participantes da reunião com o Presidente Lula em 22/07/09:

- **Antonia Melo da Silva** - Coordenação do Movimento Xingu Vivo Para Sempre
- **Célio Bermann**, Professor do Instituto de Eletrotécnica e Energia da Universidade de São Paulo
- **Dom Erwin Krautler** - Bispo da Prelazia do Xingu e Presidente do Conselho Indigenista Missionário – CIMI
- **Felício Pontes Junior**, Procurador da República, Ministério Público Federal – Pará
- **Idalino Nunes Assis** - Representante das comunidades ribeirinhas do Xingu
- **José Carlos Ferreira da Costa** - Associação da Resistência Indígena Arara do Maia- Volta Grande do Xingu
- **Lucimar Barros Silva** - representante dos moradores da Agricultura familiar da Volta - Grande do Xingu
- **Ozimar Pereira Juruna** - representante da Aldeia Juruna Paquisamba - Volta Grande do Xingu

**Endossam esta carta as seguintes organizações da sociedade civil:**

ABONG – Associação Brasileira de Organizações Não-Governamentais  
Amigos da Terra – Amazônia Brasileira  
Articulação das Mulheres do Amazonas  
Articulação de Mulheres Brasileiras - AMB  
Articulação dos Povos Indígenas do Brasil - APIB  
Associação Ação e Atitude

Associação Alternativas para a Pequena Agricultura no Tocantins -APA-TO  
Associação Brasileira dos Estudantes de Engenharia Florestal – ABEEF  
Associação da Agricultoras do PDS Assurini  
Associação da Resistência Indígena Arara do Maia - ARIAM  
Associação de Defesa Etnoambiental Kanindé  
Associação de Desenvolvimento da Agroecologia e Economia Solidária - ADA AÇAÍ  
Associação de Mulheres Campo e Cidade Emanuele de Porto de Moz  
Associação de Mulheres Domésticas de Santarém  
Associação de Mulheres Trabalhadoras de Alenquer Campo e Cidade  
Associação de Proteção ao Meio Ambiente de Cianorte - APROMAC  
Associação de Saúde Ambiental- TOXISPHERA  
Associação do Movimento Interestadual de Quebradeiras de Coco Babaçu - Regional Pará  
Associação do Povo Indígena Juruna do Xingu  
Associação dos Agricultores da Volta Grande do Xingu  
Associação dos Agricultores Ribeirinhos do PDS Itatá  
Associação dos Índios Moradores de Altamira  
Associação Floresta Protegida  
Associação Global de Desenvolvimento Sustentado  
Associação Metareilá do Povo Indígena Suruí - Metareilá  
Associação Nacional de Ação Indigenista da Bahia  
Associação para o Desenvolvimento Integrado e Sustentável – ADEIS  
Associação Paraense de Apoio às Comunidades Carentes - APACC  
Associação Pro-Moradia do Parque Ipê Associação Rádio Comunitária de Altamira -Nativa  
CAMPA  
Centro de Defesa dos Direitos Indígenas de Altamira - CDDI  
Centro de Educação e Assessoria Popular – CEAP  
Centro de Pesquisa e Assessoria Esplar  
Centro de Referência do Movimento da Cidadania pelas Águas Florestas e Montanhas  
CEPEDES - Centro de Estudos e Pesquisas para o Desenvolvimento do Extremo Sul  
Comitê de Desenvolvimento Sustentável Porto de Moz  
Comitê Dorothy  
Comitê em Defesa da Vida das Crianças Altamirenses  
Comitê Independente por Justiça Ambiental - C.I.J.A  
Comitê Metropolitano Xingu Vivo para Sempre, Belém/PA  
Conselho Indígena de Altamira – COIA  
Conselho Indigenista Missionário – CIMI  
Conselho Municipal da Cidade de Porto Velho  
Conservação Internacional - Brasil  
Cooperativa dos Produtores Rurais do PDS Esperança-Anapu  
Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira – COIAB  
Coordenación de las Organizaciones Indígenas de la Cuenca Amazônica - COICA  
FAMCOS  
Federação das Associações de Moradores e Organizações Comunitárias de Santarém –  
Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional - FASE AMAZÔNIA  
Federação dos Estudantes de Agronomia do Brasil – FEAB  
FEM- Fundação Irmã Elza Marques  
Fórum Brasileiro de Economia Solidária - FBES Fórum Carajás  
Fórum da Amazônia Ocidental - FAOC  
Fórum da Amazônia Oriental - FAOR  
Fórum das Mulheres da Amazônia Paraense – FMAP

Fórum de Mulheres da Amazônia Paraense - FMAP  
Fórum dos Direitos Humanos Dorothy Stang Regional Transamazônica e Xingu  
Forum Mudanças Climáticas e Justiça Social  
Forum Popular de Altamira  
Frente Cearense Por uma Nova Cultura de Água  
Fundação Tocaia  
Greenpeace  
Grupo Ambientalista da Bahia – Gamba  
Grupo de Articulação dos Direitos Indígenas de Altamira  
Grupo de Defesa da Amazônia – GDA  
Grupo de Mulheres Brasileiras – GMB  
Grupo de Trabalho Amazônico - GTA  
Iguassu Iterei  
Instituto Amazônia Solidária e Sustentável – IAMAS  
Instituto Ambiental Vidágua  
Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas - IBASE  
Instituto Brasileiro de Inovações Sociedade Saudável - IBISS-CO  
Instituto de Estudos Socioeconômicos – Inesc  
Instituto de Pesquisas em Ecologia Humana  
Instituto Humanitas  
Instituto Madeira Vivo – IMV  
Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul – PACS  
Instituto Socioambiental - ISA  
Instituto Terramar  
Instituto Universidade Popular UNIPOP  
International Rivers  
Iterei – Refúgio Particular de Animais Nativos  
Justiça Global  
Mana-Maní Círculo Aberto de Comunicação, Educação e Cultura  
Movimento Articulado de Mulheres da Amazônia – MAMA  
Movimento de Mulheres Campo e Cidade de Uruará '  
Movimento de Mulheres do Campo e Cidade do Pará  
Movimento de Mulheres Regional Transamazônica e Xingu  
Movimento de Mulheres Trabalhadoras de Altamira Campo e Cidade  
Movimento Nacional de Direitos Humanos – MNDH  
Movimento Tapajós Vivo  
Movimento Xingu Vivo para Sempre – MXVPS  
Núcleo Amigos da Terra Brasil  
Operação Amazônia Nativa – OPAN  
Organização dos Povos Indígenas Apurinã e Jamamadi - OPIAJ  
Organização Não Governamental Arirambas - ARIRAMBAS  
Organização pelo Desenvolvimento da Amazônia com Direitos Humanos - ONDAS-DH  
Organização Universalista em Direitos Humanos – U.S.O.S.  
Prelazia do Xingu  
Rede Alerta contra o Deserto Verde  
Rede Brasil sobre Instituições Financeiras Multilaterais  
Rede Brasileira de Arteducadores  
Rede Brasileira de Justiça Ambiental  
Rede Jubileu Sul Brasil  
Sindicato das Trabalhadoras Domésticas Região Transamazônica e Xingu

Sindicato de Trabalhadoras e Trabalhadores Rurais de Altamira  
Sindicato de Trabalhadoras e Trabalhadores Rurais de Porto de Moz  
Sindicato de Trabalhadoras e Trabalhadores Rurais de Vitória do Xingu  
Sindicato dos Oleiros de Altamira  
Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Pará - Sub-Sede Altamira/PA  
Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Pará - Regional Transamazônica /Xingu  
Sociedade Caritativa Literária São Francisco de Assis - SOCALIFRA  
Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos – SDDH  
Survival International  
Terra de Direitos  
Terræ Organização da Sociedade Civil  
União das Mulheres Indígenas da Amazônia Brasileira - UMIAB  
União dos Estudantes de Ensino Superior de Santarém

## ANEXO 9

### Carta à Presidenta Dilma

Excelentíssima Senhora Dilma Rousseff  
Presidente da República Federativa do Brasil

Brasília, 08 de fevereiro de 2011

Senhora Presidente,

Em primeiro lugar, parabenizamos Vossa Excelência pela sua eleição como a primeira mulher presidente do Brasil, um fato de enorme importância histórica. Ao mesmo tempo, nós, movimentos de povos indígenas, ribeirinhos, quilombolas, agricultores familiares e de outras populações que habitam ao longo dos rios amazônicos, integrantes da Aliança em Defesa dos Rios Amazônicos, em conjunto com outras entidades parceiras da sociedade civil, vimos denunciar a existência de graves equívocos nos processos de planejamento e construção de grandes hidrelétricas na Amazônia, assim como apresentar propostas de encaminhamento para superar os problemas identificados.

Em janeiro de 2011, a Comissão Especial "Atingidos por Barragens" do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana (CDDPH), lançou um importante relatório que concluiu, após análise de diversos estudos de caso, inclusive da Hidrelétrica de Tucuruí, que "o padrão vigente de implantação de barragens tem propiciado de maneira recorrente graves violações de Direitos Humanos, cujas consequências acabam por acentuar as já graves desigualdades sociais, traduzindo-se em situações de miséria e desestruturação social, familiar e individual."

Senhora Presidente, nossas experiências recentes com o planejamento e a construção de mega-hidrelétricas na Amazônia – como a usina do Estreito no rio Tocantins, as usinas de Santo Antônio e Jirau no Rio Madeira, o Complexo Belo Monte no rio Xingu e as hidrelétricas propostas para os rios Tapajós, Jamanxim e Teles Pires – respaldam plenamente esta e outras conclusões da Comissão Especial "Atingidos por Barragens" do CDDPH. Nesse sentido, registramos as seguintes constatações:

1. Sem desconsiderar as relevantes contribuições da hidroeletricidade para a matriz energética brasileira, é motivo de grande espanto e preocupação a verdadeira corrida para construir uma quantidade enorme e sem precedentes de novas hidrelétricas na Amazônia nos próximos anos: em torno de 70 grandes barragens (UHEs) e 177 PCHs, inclusive 11 grandes hidrelétricas somente na bacia do Tapajós/Teles Pires, segundo dados do PNE e do PDE. O peso descomunal nesses planos para a construção de novas hidrelétricas na região amazônica reflete, entre outras causas, o fato de que o planejamento do setor elétrico é realizado sem participação democrática – como demonstra a falta de nomeação de representantes da sociedade civil e da universidade brasileira no Conselho Nacional de Política Energética (CNPE), contrariando o Decreto no. 5.793 de 29 de maio de 2006. Além disso, reflete a proximidade, ou como dizem alguns "relações promíscuas", entre o setor elétrico do governo (MME/EPE/Eletróbrás) comandado atualmente pelo grupo Sarney do PMDB, e grandes empreiteiras como Odebrecht, Camargo Correa, Andrade Gutierrez, que, vale lembrar, se classificam entre os primeiros lugares do "ranking" de grandes doadores para campanhas eleitorais, inclusive as do PT e do PMDB. O resultado desse quadro político-institucional é que decisões no planejamento do setor elétrico são tipicamente orientados mais por uma lógica privada do que critérios de eficiência econômica, justiça social e sustentabilidade ambiental, ou seja, interesses públicos estratégicos, consagrados no arcabouço legal a partir da



Constituição Federal de 1988.

2. Senhora Presidente, os processos recentes de planejamento e construção de grandes hidrelétricas na Amazônia (Estreito, Santo Antônio, Jirau, Belo Monte, Tapajós/Teles Pires e outras) comandados pelo grupo Eletrobrás e grandes empreiteiras, têm se caracterizado como um verdadeiro rolo compressor em cima das populações locais e de seus territórios, violando sistematicamente direitos humanos, individuais e coletivos, e a legislação ambiental. Uma das características desse rolo compressor é a predominância de uma lógica privada entre a Eletrobras e seus sócios privados de sempre buscar a minimização de custos financeiros relacionados à mitigação e compensação dos impactos sociais e ambientais de seus empreendimentos.

3. Assim, uma das falhas crônicas no planejamento de hidrelétricas é a sub-estimação de impactos sociais e ambientais nos estudos de inventário de bacia, de viabilidade e de impacto ambiental, elaborados pelo grupo Eletrobrás e seus parceiros do setor privado. Isso acontece de várias formas, destacando-se:

- a) adoção de conceitos de "atingidos" que desconsideram as relações específicas de populações tradicionais com as florestas, várzeas, igapós e rios da Amazônia que envolvem a agricultura, o extrativismo, a pesca artesanal e outras atividades produtivas, assim como o transporte fluvial e outros elementos que fazem parte do universo que garante a sustentação social, econômica e cultural das comunidades. No extremo, chega-se a tornar "invisíveis" grupos inteiros da população (extrativistas, pescadores, barqueiros, garimpeiros, etc.) negando a existência de impactos negativos e riscos associados, inclusive violações de direitos, como forma de reduzir custos. Essa prática é especialmente repugnante no caso de grupos indígenas em isolamento voluntário que vivem nas áreas de avanço desenfreado de hidrelétricas como Jirau e Belo Monte.
- b) sub-dimensionamento de problemas associados à chegada de milhares de migrantes na busca de empregos nos canteiros de obras, como o agravamento da violência urbana, tráfico de drogas e uso de entorpecentes, prostituição infantil e a sobrecarga de serviços públicos em vilarejos e cidades, a exemplo do atual estado de calamidade da saúde pública e do sistema penitenciário em Porto Velho. Conforme demonstrado em casos como Tucuruí, um importante impacto ambiental das hidrelétricas, relacionado ao fluxo migratório é o aumento do desmatamento - antes, durante e depois da fase das obras.
- c) redução artificial das áreas geográficas impactadas pelas hidrelétricas nos estudos de impacto ambiental (EIA). Para possibilitar isso, desconsidera-se a dinâmica ambiental e social dos territórios (como os peixes migratórios e sua importância para a base econômica e de subsistência das populações ribeirinhas). Além disso, deixa-se de lado a legislação ambiental, como a Resolução 01/86 do CONAMA, que requer a análise de impactos em nível de bacia hidrográfica, o que simplesmente não aconteceu em casos como as hidrelétricas do Madeira e Belo Monte. Essa prática é facilitada pelo uso indevido nos EIAs de conceitos como "área de influência direta - AID", "área diretamente afetada - ADA" e "área de influência indireta - AII" que vêm de estudos do setor elétrico e que não fazem parte da legislação ambiental.
- d) sub-estimação e negação de impactos sociais e ambientais, e riscos associados, desconsiderando informações científicas, a exemplo das consequências do barramento do Rio Xingu no sítio Pimental com o desvio de até 80% do fluxo do rio para um reservatório artificial a partir de um canal de derivação. Nesse caso, o EIA menosprezou os impactos socioambientais num trecho de cerca de 100 km da Volta

Grande do Xingu que ficaria quase sem água, peixe e meios de transporte, com elevada probabilidade de provocar a remoção forçada da população indígena das TIs Paquiçamba e Arara, vetada pela Constituição Federal. Outros impactos ambientais tipicamente sub-dimensionados ou mesmo ignorados no planejamento de hidrelétricas incluem, entre outros, ameaças à biodiversidade e emissões de metano, um poderoso gás de efeito estufa que é pelo menos 23 vezes mais potente que o CO<sub>2</sub><sup>1</sup>

- e) falta de abordagem nos EIAs de impactos cumulativos com outros empreendimentos, tais como outras hidrelétricas na mesma bacia hidrográfica, linhas de transmissão, hidrovias, rodovias e a expansão associada de fronteiras de produção de commodities agropecuários, florestais e minerais, desconsiderando a Resolução 01/86 do CONAMA.
- f) mudanças nos projetos de engenharia e localização de projetos, a exemplo das hidrelétricas do Madeira e Belo Monte, no intuito de baratear custos de construção para os empreendedores, após a concessão da Licença Prévia e leilão, sem a realização de estudos complementares sobre impactos e riscos socioambientais decorrentes, inclusive em termos de segurança das barragens e reservatórios.

4. Uma outra característica alarmante do planejamento de hidrelétricas na Amazônia tem sido a falta de transparência, de acesso a informação, e de participação informada das populações locais e a ausência de diálogo entre o governo e a sociedade civil. Destacam-se, nesse sentido, as audiências públicas nos processos de licenciamento ambiental de grandes hidrelétricas, que têm demonstrado os seguintes problemas crônicos, em descumprimento da legislação vigente:

- a) autorização pelo IBAMA de Estudos de Impacto Ambiental (EIA) incompletos e distorcidos da realidade como base para a realização de audiências públicas;
- b) falta de divulgação adequada dos EIA/RIMA em linguagem acessível, com cópias disponibilizadas nas comunidades, em tempo hábil para análise e discussão antes da realização das audiências públicas;
- c) um número insuficiente de audiências realizadas em locais nos quais uma parte significativa da população mais ameaçada pelos empreendimentos não tem oportunidade de participar;
- d) utilização de um forte aparato policial repressivo nas audiências que acaba inibindo a participação efetiva da sociedade local.
- e) resultados das audiências públicas desconsideradas na tomada de decisões sobre a viabilidade ambiental de hidrelétricas, tornando-as apenas ritos burocráticos para legitimar decisões já tomadas sobre empreendimentos mal-planejados.

No que se refere à ausência de diálogo sobre a construção de novas hidrelétricas na Amazônia, existe uma ampla documentação das inúmeras ocasiões em que denúncias, apelos, demandas e preocupações dos povos indígenas e dos movimentos sociais têm sido simplesmente ignorados pelo governo, enquanto convites procedentes de organizações da sociedade civil, de instituições acadêmicas e do Ministério Público para participar em debates públicos são recusados. Além disso, análises e recomendações de renomados especialistas, que poderiam subsidiar de forma muito significativa os debates sobre o planejamento e licenciamento ambiental de hidrelétricas, são menosprezadas e desconsideradas.

5. Senhora Presidente, um dos exemplos mais graves da falta de transparência e diálogo entre governo e sociedade no planejamento de hidrelétricas refere-se ao descumprimento do

artigo 231 da Constituição Federal e da Convenção 169 da OIT, que asseguram aos povos indígenas o direito à consulta e ao consentimento livre, prévio e esclarecido sobre grandes empreendimentos que afetam seus territórios e suas vidas. Ao invés de cumprir com esses preceitos legais, os proponentes de hidrelétricas têm buscado formas de burlá-los. Veja, por exemplo, o caso de Belo Monte, onde já se tentou argumentar que não se aplicaria o inciso 3º do artigo 231 da Constituição Federal, como se o desvio de 80% da água do rio Xingu da Volta Grande, onde localizam-se as TIs Paquiçamba e Arara da Volta Grande, não fosse uma forma de aproveitamento dos recursos hídricos das terras indígenas!

6. Enquanto as populações locais ficam sem acesso a informações confiáveis sobre os potenciais impactos e riscos das grandes hidrelétricas, e sem canais efetivos de consulta e diálogo com o governo, a propaganda oficial do governo nos meios de comunicação dissemina informações distorcidas e enganosas sobre os empreendimentos, caracterizando-se como uma espécie de *panacéia* para os problemas de desenvolvimento regional, como se, num passe de mágica, os empreendedores fossem capazes de zerar um déficit histórico de políticas públicas na Amazônia.

7. Quando os problemas citados acima na fase de planejamento de hidrelétricas têm sido detectados, a resposta típica do governo não tem sido de corrigir erros, mas intensificar pressões políticas sobre órgãos como a Funai e o Ibama para acelerar a concessão de licenças ambientais. A politicização de processos de licenciamento ambiental tem se caracterizado pela desconsideração de pareceres de equipes técnicas do Ibama e da Funai por seus presidentes, que cometem equívocos na concessão de Licenças Prévias para empreendimentos sem viabilidade ambiental<sup>3</sup>, e Licenças de Instalação (inclusive "parciais", algo inexistente na legislação ambiental brasileira) sem o devido cumprimento de condicionantes da LP.

Nesse sentido, repudiamos veementemente a concessão de uma Licença de Instalação "parcial" para as instalações iniciais do Complexo Hidrelétrico de Belo Monte em 26/01/11, sem o devido cumprimento de condicionantes da Licença Prévia, por sua vez concedida sob forte pressão política, contrariando pareceres da equipe técnica do Ibama e de outros especialistas. A concessão da LI parcial para Belo Monte foi respaldada em outro ato grave: o envio de um ofício do Presidente da Funai para o IBAMA em 20 de janeiro, dando aval para a concessão de um LI parcial, sem a devida apresentação de qualquer avaliação do órgão sobre o cumprimento das condicionantes da LP, enquanto foi ignorado um parecer da equipe técnica da Funai.

8. Conforme demonstrado no caso de Belo Monte, há graves deficiências nos procedimentos de aprovação da viabilidade econômica de grandes hidrelétricas.<sup>4</sup> Em primeiro lugar, existe o problema já mencionado da sub-estimação dos custos de mitigação e compensação de impactos socioambientais e seus riscos. Na realidade, muitas hidrelétricas nunca seriam consideradas economicamente viáveis se fossem considerados seus verdadeiros custos socioambientais, que são sistematicamente 'externalizados'. No caso de Belo Monte, têm persistido enormes incertezas sobre os *custos de construção* do empreendimento (que subiram de 20 para 26 bilhões de reais desde o leilão), que nunca foram resolvidos pelo Estudo de Viabilidade Técnica e Econômica (EVTE). Outro problema grave, referente à viabilidade econômica de Belo Monte, é a sua reduzida *capacidade de geração de energia* (média de 4.420 MW) em relação a capacidade instalada de 11.233 MW (ou seja, 39%) como reflexo da elevada sazonalidade do rio Xingu que tende a se agravar no atual cenário de mudanças climáticas.<sup>5</sup> Apesar da identificação de uma série de falhas por sua equipe técnica, com indícios de que o Complexo Belo Monte seria um péssimo negócio para o país, os conselheiros do Tribunal de Contas da União – TCU resolveram aprovar "politicamente" os estudos de viabilidade (EVTE) e impacto ambiental (EIA) do empreendimento, com pequenas ressalvas sobre a necessidade de correções em futuros projetos.

Vale lembrar que os fortes indícios da inviabilidade econômica de Belo Monte levaram ao afastamento de grandes investidores privados, na época do leilão. Em resposta, ao invés de rever as contas de Belo Monte e reconsiderar a sua viabilidade econômica, o governo lançou um pacote inédito de incentivos creditícios e fiscais, bancados pelo contribuinte brasileiro, que mesmo assim não conseguiram atrair a grande maioria dos investidores privados. No final das contas, foi criada uma situação bastante confortável para grandes empreiteiras, contratadas sem licitação pública e sem correr riscos como investidores, enquanto os riscos financeiros (inclusive de um mega-empréstimo do BNDES) são repassados para o contribuinte brasileiro e os fundos de pensão como a Petros, Funcef, e Previ.

9. A fase de implantação de grandes hidrelétricas na Amazônia tem sido acompanhada por outros graves problemas recorrentes, em parte relacionados àqueles descritos da fase de planejamento, destacando-se:

- a) procedimentos de indenização e reassentamento de atingidos que ignoram as especificidades dos meios de vida das populações amazônicas, conduzidos por empreendedores de forma individualizada e em desconsideração às organizações representativas das populações locais, contribuindo para a desestruturação social, econômica e cultural de famílias e comunidades;
- b) vinculação de condicionantes ambientais a programas que compõem um "Plano Básico Ambiental – PBA", além do "Plano de Compensação Ambiental – PCA" que se caracterizam pela falta de transparência e participação na sua elaboração e execução, por conteúdos genéricos e sem perfil operacional, e por graves problemas de inadequação para mitigar impactos e riscos sub-dimensionados na fase do EIA;
- c) falta de correlação entre o cronograma de implementação de condicionantes socioambientais e o cronograma da obra (Por exemplo, as primeiras medidas de reconhecimento e proteção de grupos indígenas isolados nas proximidades da UHE Jirau do Rio Madeira só foram tomadas *após* a hidrelétrica chegar num estágio avançado de construção);
- d) falta de monitoramento efetivo de impactos socioambientais dos empreendimentos, e de fiscalização rigorosa do cumprimento de condicionantes das licenças ambientais por parte do IBAMA, que carece de estrutura institucional adequada nos estados.

10. Senhora Presidente, as diversas ilegalidades constatadas nos processos de licenciamento e implantação de grandes hidrelétricas na Amazônia têm provocado o ajuizamento de Ações Cíveis Públicas por parte do Ministério Público, em cumprimento de sua função de defesa do Estado de Direito e do interesse público. Somente no caso de Belo Monte, já são dez ações ajuizadas pelo Ministério Público Federal no Estado do Pará! Ao invés de reconhecer erros cometidos e buscar corrigi-los, o governo federal, representado pela Advocacia Geral da União (AGU), tem pressionando presidentes do Tribunal Regional Federal (TRF1) a aplicar indevidamente o instrumento de "suspensão de segurança", com argumentos infundados sobre a iminência de um apagão no setor elétrico, para justificar a derrubada de liminares a favor de ações movidas pelo Ministério Público. O resultado dessa prática tem sido a sanção de violações dos direitos individuais e coletivos de populações ameaçadas por grandes hidrelétricas na Amazônia.

11. Como se isso não fosse suficiente, a AGU tem adotado práticas de intimidação de procuradores da República e juizes federais que têm questionado violações de direitos humanos e outras ilegalidades na construção de hidrelétricas, justamente por terem cumprido com seus papéis constitucionais. De forma semelhante, representantes do governo, como o Ministro Edison Lobão, têm adotado práticas de intimidação e até "demonização" de povos

indígenas, movimentos sociais e outras entidades sociais que se opõem ao atual rolo compressor de implantação mega-barragens ilegais e destrutivas na Amazônia, lembrando dos tempos sombrios da ditadura militar.<sup>6</sup>

Senhora Presidente, o governo tem afirmado que a construção de uma quantidade sem precedentes de hidrelétricas na Amazônia vai garantir uma fonte de energia limpa e barata para que o país continue crescendo em ritmo acelerado, evitando o apagão do setor elétrico e atendendo as necessidades dos consumidores brasileiros, sobretudo dos mais pobres que têm aumentado o seu poder aquisitivo nos últimos anos. Sobre essas afirmações, gostaríamos de dizer o seguinte:

- as grandes hidrelétricas na Amazônia, a exemplo de Belo Monte, não são uma fonte de energia "limpa". Pelo contrario, trazem em seu rastro a expulsão de populações indígenas, ribeirinhos, extrativistas, quilombolas, pescadores e agricultores familiares de suas casas, malocas, roças, florestas e rios; significam a desestruturação de famílias e comunidades, com rios mortos e florestas devastadas; trazem para nossas cidades o aumento da violência, da prostituição, do trafico de drogas, do desemprego, da fome e da miséria; e para completar, são acompanhadas por intimidações e até ameaças de morte contra defensoras e defensores dos direitos humanos, além da criminalização de movimentos sociais. Como esses projetos de morte podem ser chamados de "limpos"?
- o preço da energia das grandes hidrelétricas na Amazônia não considera seus verdadeiros custos em termos de impactos sociais e ambientais, inclusive violações de direitos humanos, que nunca são contabilizados; além disso, reflete generosos subsídios de crédito e incentivos fiscais que beneficiam a indústria das barragens, que são pagos pelo contribuinte;
- grande parte da energia de novas hidrelétricas previstas na Amazônia seria destinada a grandes indústrias eletro-intensivas que exportam alumínio e minério de ferro com baixo valor agregado, gerando pouquíssimos empregos na região, e não para atender as populações mais pobres, como afirma o discurso oficial do governo.
- A obsessão do setor elétrico do governo em construir uma quantidade sem precedentes de hidrelétricas na Amazônia prejudica o aproveitamento de oportunidades para colocar em prática uma política energética e estratégias de desenvolvimento voltados para os desafios do século 21, pautadas na eficiência energética, diversificação da matriz energética, inovação tecnológica e ampliação de escala de fontes verdadeiramente limpas, como eólica e solar.

Para concluir, a grande ênfase no PAC para hidrelétricas e outras grandes obras de infra-estrutura na Amazônia tem desconsiderado oportunidades para promover um outro desenvolvimento possível na Amazônia do século 21, partindo dos anseios das populações locais e pautado em princípios de justiça social, sustentabilidade ambiental e inovação econômica, com valorização da biodiversidade e dos serviços ambientais. Assim, experiências inovadoras como o Plano BR-163 Sustentável, construídas com forte protagonismo da sociedade civil, são abandonadas em favor do desenvolvimentismo convencional das mega-obras do PAC.

#### Propostas de encaminhamento

Senhora Presidente, as experiências relatadas nesta carta, referendadas nas conclusões da Comissão Especial "Atingidos por Barragens" do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana (CDDPH), revelam um quadro extremamente grave, incompatível com compromissos assumidos em seu discurso de posse, que requer soluções efetivas, urgentes e

duradouras. Nesse sentido, apresentamos para a apreciação de Vossa Excelência as seguintes propostas de encaminhamento:

1. Democratizar o planejamento energético, tornando-o transparente e participativo, com a efetivação de espaços de debate e diálogo entre governo e sociedade na tomada de decisões, facilitando a participação de movimentos sociais, ONGs e comunidade acadêmica. Um passo nessa direção deve ser a nomeação dos representantes da sociedade civil e da universidade brasileira no Conselho Nacional de Política Energética (CNPE), conforme o Decreto no. 5.793 de 29 de maio de 2006, em consulta com suas redes representativas;
2. Garantir a adoção de uma perspectiva ampla de planejamento da matriz elétrica, implantando metodologias de avaliação de impactos que captem e internalizem os custos socioambientais hoje externalizados, com parâmetros de análise do custo-benefício social, econômica e ambiental que permitam a identificação de alternativas com maior benefício social e econômico e menor custo social e ambiental. Assim, as orientações estratégicas de uma política energética brasileira no século 21 devem incluir, entre outras:
  - a) prioridade para maximizar a eficiência energética nos sistemas de geração (inclusive no aumento da potência de hidrelétricas existentes), transmissão e consumo (industrial, comercial, residencial); Vale lembrar que só o desperdício de energia nos sistemas de transmissão no Brasil, de cerca de 20 gigawatts, é equivalente a cinco usinas de Belo Monte!
  - b) apoio ao desenvolvimento tecnológico e ampliação de escala de fontes alternativas renováveis: solar, eólica e biomassa;
  - c) garantia do pleno respeito dos direitos humanos, inclusive os direitos de povos indígenas e outras populações tradicionais a seus territórios, e o reconhecimento da dinâmica dos sistemas ecológicos, no planejamento dos empreendimentos;
  - d) plena articulação da política energética, inclusive o Plano Nacional de Energia (PNE) com outras políticas públicas estratégicas, referentes à gestão de bacias hidrográficas, áreas protegidas, desenvolvimento territorial, conservação da biodiversidade, mudanças climáticas e direitos das populações tradicionais.
3. Implementar, em regime de urgência, as recomendações da Comissão Especial "Atingidos por Barragens" do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana (CDDPH) nas seguintes direções de ação, tanto na Amazônia como em outras regiões do país:
  - a) Imediata suspensão de situações, processos e ações, de responsabilidade direta ou indireta de agentes públicos ou privados, que configurem violação de direitos humanos;
  - b) Reparação e compensação de violações de direitos humanos constatadas, de modo a resgatar, ainda que progressivamente, a dívida social e ambiental acumulada ao longo das últimas décadas;
  - c) Prevenção de novas violações no futuro, através de políticas, programas e instrumentos legais que assegurem o pleno gozo dos direitos por parte das populações, grupos sociais, comunidades, famílias e indivíduos atingidos por barragens.
4. Garantir o pleno respeito aos direitos humanos e à legislação ambiental nos processos de planejamento e licenciamento de planejamento de hidrelétricas, inclusive o direito das populações indígenas a consulta e consentimento livre, prévio, informado e esclarecido, conforme o artigo 231 da Constituição Federal e a Convenção 169 da OIT;
5. Cancelar definitivamente o Complexo Belo Monte, considerando a inviabilidade

social, ambiental e econômica do empreendimento, com a imediata suspensão das licenças ambientais (LP, LI parcial) concedidas ilegalmente pelo Presidente IBAMA, com o aval infundado do Presidente da Funai, num contexto de forte pressão política. Estas medidas precisam ser tomadas com a máxima urgência, considerando os riscos de uma situação social explosiva com o início iminente das obras, e outras conseqüências ecológicas, sociais, culturais e econômicas nefastas e irreversíveis.

Caso o governo insista em continuar atropelando as leis para enfiar Belo Monte goela abaixo dos povos indígenas, agricultores, ribeirinhos e demais outros grupos sociais do campo e da cidade, reafirmamos que vamos continuar enfrentando este projeto de morte com todas as nossas forças. Temos a lei do nosso lado, e cresce de maneira vertiginosa o apoio de milhares de brasileiros e cidadãos conscientes do mundo todo à nossa causa. E responsabilizamos desde já o governo brasileiro por qualquer gota de sangue que venha a ser derramada nesta luta.

6. Revisar conceitos, metodologias, e instrumentos de orientação do planejamento de novas barragens (UHEs, PCHs), com vistas à superação das deficiências identificadas nesta carta, com atenção especial para conceitos de atingidos, ferramentas de análise de impactos socioambientais, análise comparativa de alternativas, transparência e participação social.

7. Viabilizar, de forma transparente e participativa, a definição e implementação pelo BNDES e outros bancos públicos de um conjunto de orientações estratégicas para investimentos no setor elétrico, associado a uma nova política de salvaguardas socioambientais pautada no pleno respeito à legislação sobre direitos humanos e o meio ambiente.

8. Orientar a AGU a cessar imediatamente práticas que visem unicamente acelerar o licenciamento de grandes hidrelétricas, garantindo o pleno reconhecimento da legislação brasileira e dos acordos internacionais sobre os direitos humanos e a proteção do meio ambiente, e das atribuições legais do Ministério Público Federal e do judiciário (varas federais, TRF1).

9. Determinar ao grupo Eletrobras que, na sua atuação institucional, inclusive como membro de consórcios e Sociedades de Propósito Específico (SPE), não permita, em qualquer hipótese, práticas de intimidação e coerção de lideranças e outros membros de comunidades e movimentos sociais, no intuito de conseguir o aval para empreendimentos hidroelétricos.

10. Viabilizar sistemas independentes de monitoramento de impactos sociais e ambientais das hidrelétricas e de outras grandes obras de infra-estrutura, custeados pelos empreendedores, que dêem às populações locais condições de fiscalizar, com autonomia, o fiel cumprimento das obrigações assumidas pelos empreendedores nas diferentes fases do licenciamento das obras (LP, LI, LO);

11. Promover medidas necessárias de fortalecimento da capacidade institucional do Ibama, inclusive seus escritórios regionais, para cumprir com suas obrigações legais de fiscalizar efetivamente as condicionantes de licenças ambientais de hidrelétricas e outros grandes empreendimentos;

12. Garantir o apoio efetivo para iniciativas participativas de desenvolvimento local e regional na Amazônia, voltadas para assegurar a qualidade de vida dos povos indígenas, ribeirinhos, pequenos agricultores, quilombolas e outros grupos do campo e da cidade, com geração de emprego e renda, respeitando a diversidade cultural e ambiental.

Senhora Presidente, agradecemos a atenção e ficamos no aguardo de um retorno de Vossa Excelência com a brevidade possível, para que possamos avançar juntos na discussão e

implementação das propostas de encaminhamento aqui apresentadas, inclusive aquelas que se referem a assuntos de urgência máxima.

Cordialmente,

Aliança dos Rios da Amazônia

Movimento Xingu Vivo para Sempre - MXVPS

Aliança Tapajós Vivo

Movimento Teles Pires Vivo

Campanha Popular Viva o Rio Madeira Vivo

Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira – COIAB

Movimento dos Atingidos por Barragens – MAB

Contatos:

Antônia Melo Silva

Coordenadora, Movimento Xingu Vivo para Sempre –  
MXVPS Correio eletrônico: <xinguvivo@yahoo.com.br>

Tel: (93) 3515-2927. 9135-  
1505 [www.xinguvivo.org.br](http://www.xinguvivo.org.br)

Enoy Njoura Sena

Aliança Tapajós Vivo

Correio eletrônico: enoysena@yahoo.com.br

Tel: (93) 9122-6398

<http://tapajoslivre.org/site/>

Nilfo Wandscheer

Presidente, STR Lucas do Rio Verde

Movimento Tapajós Livre

Correio eletrônico: nilfo@gmail.com

Tel: (65) 9995-7668

<http://strlriv.blogspot.com/>

Jorge Gustavo Neves Pedrosa

Instituto Madeira Vivo

Correio eletrônico: imvivo2008@gmail.com

Tel: (69) 8423-7671

<http://www.riomadeiravivo.org/>

Marcos Apurinã – Coordenador

Sonia Guajajara – Vice –Coordenadora

Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira

Correio eletrônico: <secretaria@coiab.com.br>

Tel: (92) 3621-7501



<http://www.coiab.com.br/>

Comunidades e entidade parceiras e de apoio que endossam esta carta:

Aldeia Paquiçamba  
Amazon Watch  
Amigos da Terra - Brasil  
Articulação dos Povos Indígenas do Brasil - APIB  
Associação dos Povos Indígenas Juruna do Xingu km 17 - APIJUX KM 17  
Associação do Povo Indígena Arara do Maia - ARIAM  
Associação Indígena Tembé de Santa Maria do Para – AITESAMPA  
Associação dos Agricultores da Volta Grande do Xingu  
Associação dos Agricultores Ribeirinhos do Arroz Cru  
Associação dos Agricultores Ribeirinhos do PDS Itatá  
Associação dos Agricultores Familiares do Canoé e Cutiã Associação dos Pequenos  
Agricultores da Gleba Paquiçamba  
Associação dos Pequenos Produtores, Extrativistas e Pescadores da Região do Arroz Cru  
Associação dos Produtores Orgânicos da Volta Grande do Xingu  
Associação Radio Comunitária de Altamira  
Associação Brasileira de Ongs - Regional Amazônia (ABONG/Regional Amazônia)  
Associação AARPI  
Centro Cultural Ambiental e Social Garoa (Campinas – SP) Colônia de Pescadores de Porto  
de Moz Z-64  
Comissão de Justiça e Paz - CJP Comissão Pastoral da Terra - CPT  
Comitê de Desenvolvimento Sustentável de Porto Moz Comitê em Defesa da Vida das  
Crianças Altamirenses Comitê Independente por Justiça Ambiental/RJ  
Comitê Metropolitano Xingu Vivo (CMXV) – Belém - PA Conselho Indigenista Missionário  
– CIMI  
Elo, Ligação e Organização  
Federação das Associações de Moradores e Organizações Comunitárias de Santarém -  
FAMCOS Fórum da Amazônia Oriental - Rede FAOR  
Frente em Defesa da Amazônia, Santarém Fundação Tocaia, Altamira, Pará  
Fundación M'Bigua. Ciudadanía y Justicia Ambiental Gaia Foundation  
Grupo Pesquisador em Educação Ambiental, Comunicação e Arte, UFMT Grupo de Trabalho  
Amazônico – GTA  
Indigenous Peoples Cultural Support Trust  
Instituto Indígena Maiwu de Estudos e Pesquisa de MT Instituto EQUIT - Genero, Economia  
e Cidadania Global  
Indigenous Peoples Cultural Support Trust  
Instituto Humanitas de Belém, Pará  
Instituto de Transformance: Cultura e Educação  
Instituto Amazônia Solidária e Sustentável-IAMAS Instituto Caracol  
International Rivers  
Jornal A Verdade  
Justiça Global  
MMCC - Itaituba  
Moradores da Comunidade Belo Monte Movimento de Mulheres Campo e Cidade - PA  
Movimento de Mulheres Trabalhadoras de Altamira Campo e Cidade Movimento de  
Mulheres Trabalhadores de Placas  
Movimento Negro Altamira e Região

Movimento das Mulheres Campo e Cidade - Transamazônica e Xingu Movimento Luta de Classes - MLC  
Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas - MLB Movimento Nacional de Direitos Humanos (MNDH) MPA/Via Campesina  
Paraense de Apoio às Comunidades Carentes – APACC Partido Comunista Revolucionário - PCR  
PJR/Via Campesina Prelazia do Xingu  
Rádio Rural de Santarém, Pa.  
Rede Brasil sobre Instituições Financeiras Multilaterais Rede Brasileira de Arteducadores  
SOCALIFRA  
Sociedade Paraense de Defesa de Direitos Humanos (SDDH) SOS Vida  
Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Lucas do Rio Verde - MT Sindicato de Trabalhadores e Trabaalhadoras Rurais de Porto de Moz Sindicato dos Trabalhadores da Limpeza Urbana do Pará - Sindilimp/PA SINTEPP Regional  
Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos Society for Threatened Peoples International Survival International  
Terra de Direitos  
União dos Estudantes Secundaristas de Belém – UESB  
União dos Estudantes de Ensino Superior de Santarém – UES União da Juventude Rebelião - UJR  
União da Juventude Organizada do Xingu – UJOX

## ANEXO 10

### Carta de Belém: Em defesa dos Rios, da Vida e dos Povos da Amazônia

Os participantes do seminário “Energia e desenvolvimento: a luta contra as hidrelétricas na Amazônia”, após ouvirem professores e pesquisadores de importantes universidades afirmarem que Belo Monte não tem viabilidade econômica, pois vai produzir somente 39% de energia firme, 4,5 mil MW dos 11 mil prometidos. Afirmarem ainda que a repotenciação de máquinas e equipamentos e a recuperação do sistema de transmissão existente poderiam acrescentar quase duas vezes o que esta usina produziria de energia média, investindo um terço do que se gastaria na construção de Belo Monte.

Após ouvirem o procurador do Ministério Público Federal (MPF) falar sobre a arquitetura de uma farsa jurídica: falta de documentação, oitivas indígenas que nunca existiram, licenças inventadas e ilegais, estudos de impacto incompletos e que não atendem as exigências sociais, ambientais e da própria legislação.

Após ouvirem o povo akrãtikatêjê (Gavião da montanha), relatando a luta que até hoje travam contra a Eletronorte, que os expulsou de suas terras quando a hidrelétrica de Tucuruí começou a ser construída, tendo sua cultura seriamente ameaçada, enfrentando doenças e problemas sociais que antes não conheciam. Mostrando que sua luta já dura mais de 30 anos, e que até hoje não conseguiram sequer direito a uma nova terra.

Após ouvirem os movimentos e organizações sociais denunciarem que os povos do Xingu, agricultores, ribeirinhos, pescadores, indígenas, extrativistas, entre outros grupos, estão sendo criminalizados e simplesmente ignorados. Situação reconhecida pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos da OEA, que solicitou ao governo brasileiro que pare a construção de Belo Monte enquanto os povos indígenas não forem ouvidos.

Após verem os exemplos históricos dos grandes projetos na Amazônia, inclusive exemplos mais recentes como o das hidrelétricas no rio Madeira, onde foi verificado desde o não cumprimento dos direitos trabalhistas, até mesmo trabalho escravo, levando os trabalhadores a se rebelarem contra a opressão que vinham há muito tempo sofrendo.

Afirmam que a UHE Belo Monte não tem nenhuma sustentabilidade social, econômica, ambiental, cultural e/ou política, por isso representa uma insanidade.

Afirmam que o governo brasileiro trata hoje Belo Monte de forma obsessiva, irracional, movido unicamente pela necessidade de atender a interesses políticos e econômicos, em especial os das grandes empreiteiras.

Afirmam que é possível impedir a construção da UHE Belo Monte, defendendo os rios, a floresta, as populações rurais e urbanas, a vida na Amazônia, no Brasil e no mundo.

Diante disso, os participantes deste seminário assumem os seguintes compromissos:

- Fortalecer uma grande frente contra o barramento dos rios da Amazônia;
- Fortalecer o movimento contra Belo Monte, inclusive criando novos comitês;
- Cobrar um grande debate no senado federal, com a presença dos senadores e povos do Xingu.

**BELO MONTE NÃO! TERRA SIM!  
VIVA O RIO XINGU, VIVO PARA SEMPRE!  
VIVA OS RIOS DA AMAZÔNIA, VIVOS PARA SEMPRE!**

Belém, 12 de abril de 2011

## ANEXO 11

### Declaração da Aliança do Xingu contra Belo Monte

**“Não permitiremos que o governo crie esta usina e quaisquer outros projetos que afetem as terras, as vidas e a sobrevivência das atuais e futuras gerações da Bacia do Xingu”**

Nós, os 700 participantes do seminário “Territórios, ambiente e desenvolvimento na Amazônia: a luta contra os grandes projetos hidrelétricos na bacia do Xingu”; nós, guerreiros Araweté, Assurini do Pará, Assurini do Tocantins, Kayapó, Kraô, Apinajés, Gavião, Munduruku, Guajajara do Pará, Guajajara do Maranhão, Arara, Xipaya, Xicrin, Juruna, Guarani, Tupinambá, Tembé, Ka’apor, Tupinambá, Tapajós, Arapyun, Maytapeí, Cumaruara, Awa-Gujá e Karajas, representando populações indígenas ameaçadas por Belo Monte e por outros projetos hidrelétricos na Amazônia; nós, pescadores, agricultores, ribeirinhos e moradores das cidades, impactados pela usina; nós, estudantes, sindicalistas, lideranças sociais e apoiadores das lutas destes povos contra Belo Monte, afirmamos que não permitiremos que o governo crie esta usina e quaisquer outros projetos que afetem as terras, as vidas e a sobrevivência das atuais e futuras gerações da Bacia do Xingu. Durante os dias 25 e 26 outubro de 2011, nos reunimos em Altamira para reafirmar nossa aliança e o firme propósito de resistirmos juntos, não importam as armas e as ameaças físicas, morais e econômicas que usaram contra nós, ao projeto de barramento e assassinato do Xingu.

Durante esta última década, na qual o governo retomou e desenvolveu um dos mais nefastos projetos da ditadura militar na Amazônia, nós, que somos todos cidadãos brasileiros, não fomos considerados, ouvidos e muito menos consultados sobre a construção de Belo Monte, como nos garante a Constituição e as leis de nosso país, e os tratados internacionais que protegem as populações tradicionais, dos quais o Brasil é signatário. Escorraçadas de suas terras, expulsas das barrancas do rio, acudadas pelas máquinas e sufocadas pela poeira que elas levantam, as populações do Xingu vem sendo brutalizadas por parte do consórcio autorizado pelo governo a derrubar as florestas, plantações de cacau, roças, hortas, jardins e casas, destruir a fauna do rio, usurpar os espaços na cidade e no campo, elevar o custo de vida, explorar os trabalhadores e aterrorizar as famílias com a ameaça de um futuro tenebroso de miséria, violência, drogas e prostituição. E repetindo assim os erros, o desrespeito e as violências de tantas outras hidrelétricas e grandes projetos impostos à força à Amazônia e suas populações. Armados apenas da nossa dignidade e dos nossos direitos, e fortalecidos pela nossa aliança, declaramos aqui que formalizamos um pacto de luta contra Belo Monte, que nos torna fortes acima de toda a humilhação que nos foi imposta até então. Firmamos um pacto que nos manterá unidos até que este projeto de morte seja varrido do mapa e da história do Xingu, com quem temos uma dívida de honra, vida e, se a sua sobrevivência nos exigir, de sangue.

Diante da intransigência do governo em dialogar, e da insistência em nos desrespeitar, ocupamos a partir de agora o canteiro de obras de Belo Monte e trancamos seu acesso pela rodovia Transamazônica. Exigimos que o governo envie para cá um representante com mandado para assinar um termo de paralisação e desistência definitiva da construção de Belo Monte.

Altamira, 27 de outubro de 2011.

## ANEXO 12

### Declaração final do Xingu + 23

Publicado em 17 de junho de 2012

Encerrou-se neste sábado, 16, o encontro Xingu + 23, realizado na comunidade de Santo Antônio, a 50 km de Altamira. Participaram cerca de 300 pessoas, entre ribeirinhos, agricultores, pescadores e indígenas dos povos Juruna, Xikrin, Kayapó e Xipaya da região, Munduruku das bacias dos rios Teles Pires e Tapajós e Tembé da região de Belém, além de ativistas autônomos de vários estados, integrantes da comunidade acadêmica e representantes de organizações de vários países, como Turquia, Israel, Áustria, Bélgica, Canadá e EUA.

Foram quatro dias de desabafos, debates e ação. Para os atingidos por Belo Monte, o encontro ofereceu alento por terem quem os ouvisse. Para os participantes de outras regiões, foram momentos duros ao serem confrontados com a realidade dos impactos da usina.

Na vila de Santo Antônio, praticamente deserta após as desapropriações compulsórias de seus moradores, sobraram ruínas e madeirames empilhados das antigas casas de seus moradores. Sobrou também o pequeno cemitério, com suas tumbas tomadas pelo mato após o embargo da Norte Energia.

Da vila de Santo Antonio podia se ver a enormidade do canteiro de obras de Belo Monte com o movimento incessante das máquinas; ouviam-se as sirenes que anunciavam os estrondos e as detonações que explodem terra e pedras; e sentia-se o seu tremor.

A cerca de 300 metros da comunidade, duas ensecadeiras barraram o Xingu, mudando sua cor para marrom estagnado. As matas que protegiam as margens do rio foram arrancadas, sobrando apenas uma grande área nua de terra revolvida.

Diante dos atos de violação brutal do rio, das matas e dos povos que vivem em suas barrancas, denunciados nas assembleias do encontro e em uma audiência pública realizada na Universidade Federal do Pará – à qual, apesar de convidada, a Norte Energia não compareceu –, no dia 15 moradores da cidade realizaram uma marcha de protesto em Altamira e os participantes do encontro libertaram um trecho do Xingu ao ocupar uma das ensecadeiras e abrir um escape para o rio.

O encontro se encerrou no dia 16 após uma marcha na Transamazônica.

O Xingu +23 reuniu um número expressivo de representantes das comunidades locais, indígenas e apoiadores. A libertação do rio foi, para todos, uma ação de enorme significância, e provou que tudo é possível. Belo Monte não é invencível, e a união de forças pode apagar esta mancha do mapa da Amazônia. Pode, acima de tudo, evitar os demais projetos desastrosos de hidrelétricas na região, uma tarefa urgente que não pode esperar.

Nós, os participantes e apoiadores do Xingu +23, conclamamos o país e todos os representantes dos países que estarão na Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável – a Rio + 20 – a olhar para a Amazônia e evitar o crime cometido no coração da região pelo governo brasileiro com a hidrelétrica de Belo Monte. E afirma que, após 23 anos de resistência contra o barramento do Xingu, não haverá esmorecimento nem trégua na luta pela vida do rio e pelos direitos de seus povos.

*Vila de Santo Antônio, 16 de junho de 2012*

**Encontro Xingu + 23**